UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO

Onde os extremos se tocam

A classe operária chinesa e a era Xi Jinping

André Augusto de Paula Barbieri

Natal/RN
2023

André Augusto de Paula Barbieri

Onde os extremos se tocam

A classe operária chinesa e a era Xi Jinping

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Estado, Governo e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: José Spinelli Lindozo

Natal/RN
2023

André Augusto de Paula Barbieri

Onde os extremos se tocam

A classe operária chinesa e a era Xi Jinping

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Estado, Governo e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Tese avaliada em: ____ de _____ de 2023
Conceito: _____.

Banca Examinadora

_____

Dr. Membro 1

_____

Dr. Membro 2

_____

Dr. Membro 3

_____

Dr. Membro 4

_____

Dr. Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Barbieri, André Augusto de Paula.
Onde os extremos se tocam : a classe operária chinesa e a era Xi Jinping / André Augusto de Paula Barbieri. - Natal, 2023.
540 f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Natal, RN, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Eduardo Vitullo.

1. República Popular da China - Tese. 2. Xi Jinping - Tese. 3. Marxismo - Tese. 4. Classe operária chinesa - Tese. 5. Socialismo - Tese. I. Vitullo, Gabriel Eduardo. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA CDU 316(510)

Dedico esta tese aos mais de 100 anos da revolução russa,
e ao partido mais revolucionário da história humana, o partido bolchevique.
Também vai dedicado ao novo ciclo de rebeliões na luta de classes internacional,
dentre elas a greve dos trabalhadores da foxconn de zhengzhou na china,
e à grande necessidade de encontrar o caminho para passar da revolta à revolução.

Agradecimentos

Agradeço aos meus companheiros de militância política e amigos preciosos, Iuri Tonelo, Danilo Paris, Diana Assunção, Marcelo Tupinambá, Bruno Gilga, Fernanda Montagner, Vitória Camargo, Marie Castañeda, Bruno Portella, e tantos outros que foram parte das discussões e acalorados debates sobre o tema que atravessa a tese. Assim como agradeço aos companheiros com quem compartilho esse projeto internacional e que dedicam esforços na elaboração do marxismo para os grandes problemas da nossa época, como Emílio Albamonte, Matías Maiello, Juan Dal Maso, Esteban Mercatante, Juan Chingo e Paula Bach.

Agradeço ao professor Gabriel Vitullo, que aceitou me acolher como orientador, no curso de mestrado e neste doutorado, até o momento em que, pelas contingências da vida, precisou afastar-se temporariamente da UFRN. Ao professor José Spinelli Lindozo, que nessa ocasião aceitou seguir minha orientação.

Ao professor Gonzalo Rojas que colaborou na leitura e nos comentários do trabalho, e grande amigo em todo o curso da pós-graduação.

Agradeço aos meus pais, Mônica e Ricardo, pela paciência e compreensão, assim como o apoio em todas as etapas da necessária dedicação à pesquisa. Ao meu irmão, Guilherme, também agradeço pela amizade.

Agradeço a Bruno Portella e Nivalter Aires pela grande ajuda na preparação da apresentação da tese.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, pela dedicação do tempo a essa trabalho, às críticas e comentários valiosos para o desenvolvimento da reflexão sobre o tema.

Abranjo esses agradecimentos a todos aqueles que, em algum momento e de alguma forma, me ensinaram algo que se mostrou útil para a produção das discussões aqui elaboradas – aqui incluo todos os professores que tive ao longo de minha formação, os colegas de turmas e os interlocutores nos eventos acadêmicos.

Por fim à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou esta pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

"Um espírito muito profundo, embora fantasioso, conhecedor das leis que regem o desenvolvimento da humanidade, costumava destacar como um dos mistérios que domina a natureza a lei da unidade e interpenetração dos contrários. Em sua opinião, o velho provérbio popular de que 'os extremos se tocam' representava a verdade suprema em todos os âmbitos da vida, um axioma tão imprescindível para o filósofo quanto as leis de Kepler ou a grande descoberta de Newton para os astrônomos. Um dos exemplos mais reveladores da universalidade deste famoso princípio de que 'os extremos se tocam' pode ser encontrado no efeito da revolução da China no mundo civilizado".

Karl Marx, "A Revolução na China e na Europa", 14 de junho de 1853

Os problemas sociológicos seriam muito mais simples se os fenômenos sociais tivessem sempre contornos precisos. Mas nada é mais perigoso do que eliminar, em nome da integridade lógica, os elementos da realidade que hoje contrariam nossos esquemas, e que amanhã podem refutá-los por completo [...]. A tarefa científica, tanto quanto a política, não é dar uma definição acabada de um processo inacabado, mas seguir todas as suas fases, extrair dele as suas tendências progressistas e as reacionárias, expor suas relações mútuas, prever as múltiplas variantes do desenvolvimento futuro, e encontrar nesta previsão um ponto de apoio para a ação.

Leon Trótski, "A Revolução Traída", agosto de 1936

RESUMO

A tese que defendemos nesse trabalho é que a China não pode ser considerada como o socialismo do século XXI, nem o portador de uma "multipolaridade benigna" em oposição à beligerância do imperialismo norte-americano. A China se tornou um ator influente e decisivo, dentro do sistema capitalista de Estados, na disputa por quem pagará os custos do esgotamento do ciclo neoliberal da globalização. A política da República Popular da China na era Xi Jinping difere em seus traços fundamentais daquela das eras anteriores: tratamos de uma China que pela primeira vez na história capitalista disputa nichos de acumulação capitalista internacionalmente, e mostra uma postura assertiva na defesa do projeto de "grande rejuvenescimento da nação chinesa", que implica questionar (em perspectiva, transformar) a velha ordem unipolar do neoliberalismo das últimas décadas. Entretanto, longe do suposto "socialismo do século XXI", a atuação da China no concerto de Estados não tem caráter de subversão do sistema capitalista. O objetivo seminal do "Sonho Chinês" sob Xi Jinping é rearranjar o ordenamento desse sistema a fim de melhorar a posição da República Popular na hierarquia capitalista global. Um reordenamento de tamanha magnitude não se poderia dar sem novas conflagrações militares de envergadura histórica. Tomando as diferenças na composição interna e nas características do imperialismo em decadência dos Estados Unidos e do capitalismo chinês em ascensão dirigido pelo regime bonapartista do PCCh, pudemos lançar luz sobre o caráter regressivo da competição entre Washington e Pequim para toda a humanidade. Através da pesquisa, pudemos encontrar que distintos processos se cruzaram a China no curso do desenvolvimento que na era Xi Jinping a coloca em conflito geoestratégico com a superpotência imperialista dos Estados Unidos. Por um lado, a restauração do modo de produção capitalista, dirigido pela própria burocracia do Partido Comunista Chinês, culminou o bloqueio da dinâmica expansiva do comunismo oriunda da estratégia de Mao Zedong a partir da Revolução de 1949. Isso constrangeu as capacidades de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade e oxigenou a ofensiva neoliberal em todo o mundo. Por outro lado, devido ao atraso chinês no ocaso da Guerra Fria, a apropriação das conquistas da Revolução por parte da restauração capitalista impulsionaram a China a passar de ser uma economia essencialmente agrária a se tornar um superpotência capitalista em rápida ascensão, com traços imperialistas. Uma conjugação dessa natureza, única na história, remodela todas as condições da política mundial, no marco do esgotamento do ciclo neoliberal e da guerra da Ucrânia. Através da investigação, em debate crítico com distintos intelectuais que trataram, à sua maneira, o tema da China (como Perry Anderson, Giovanni Arrighi, Alain Badiou, Domenico Losurdo, Ching Kwan Lee, Alvin So, Au Loong-yu, Cynthia Estlund, Andrew Walder, entre outros) pudemos estabelecer o papel da classe operária chinesa, em sua renovada configuração, para pensar o desafio de impedir um desenlace reacionário da disputa intercapitalista sino-estadunidense. Resgatando a tradição marxista (com as contribuições seminais de Leon Trótski e Antonio Gramsci) no século XX para abordar os complexos e originais problemas políticos da nossa época, apresentamos uma reflexão sobre a possibilidade da revolução e do socialismo na China do século XXI.

Palavras-chave: Marxismo. República Popular da China. Xi Jinping. Classe operária chinesa. Desenvolvimento desigual e combinado. Socialismo.

ABSTRACT

The thesis we defend in this paper is that China cannot be considered as the socialism of the 21st century, nor the bearer of a "benign multipolarity" in opposition to the belligerence of US imperialism. China has become an influential and decisive actor, within the capitalist system of states, in the dispute over who will pay the costs of the exhaustion of the neoliberal cycle of globalization. The policy of the People's Republic of China in the Xi Jinping era differs in its fundamental features from that of previous eras: we are dealing with a China that, for the first time in capitalist history, disputing niches of capitalist accumulation internationally, and showing an assertive posture in defense of the project of "great rejuvenation of the Chinese nation", which implies questioning (in perspective, transforming) the old unipolar order of neoliberalism of the last decades. However, far from the supposed "socialism of the 21st century," China's actions in the concert of states do not have the character of subverting the capitalist system. The seminal goal of the "Chinese Dream" under Xi Jinping is to rearrange the ordering of that system in order to improve the People's Republic position in the global capitalist hierarchy. A rearrangement of such magnitude could not take place without new military conflagrations of historic magnitude. By taking the differences in the internal composition and characteristics of the decaying imperialism of the United States and the rising Chinese capitalism directed by the bonapartist regime of the CCP, we were able to shed light on the regressive character of the competition between Washington and Beijing for all humanity. Through the research, we were able to find that distinct processes have intersected China in the course of development that in the Xi Jinping era places it in geostrategic conflict with the imperialist superpower of the United States. On the one hand, the restoration of the capitalist mode of production, directed by the bureaucracy of the Chinese Communist Party itself, culminated in the blocking of the expansive dynamics of communism that originated in Mao Zedong's strategy from the 1949 Revolution. This constrained the development capacities of the productive forces of humanity and oxygenated the neoliberal offensive worldwide. On the other hand, due to China's backwardness at the end of the Cold War, the appropriation of the Revolution's achievements by the capitalist restoration propelled China from being an essentially agrarian economy to becoming a rapidly rising capitalist superpower with imperialist traits. Such a conjugation, unique in history, reshapes all the conditions of world politics, within the framework of the exhaustion of the neoliberal cycle and the Ukraine war. Through research, in critical debate with different intellectuals who have dealt, in their own way, with the subject of China (such as Perry Anderson, Giovanni Arrighi, Alain Badiou, Domenico Losurdo, Ching Kwan Lee, Alvin So, Au Loong-yu, Cynthia Estlund, Andrew Walder, among others) we have been able to establish the role of the Chinese working class, in its renewed configuration, as an revolutionary alternative to think about the challenge of preventing a reactionary outcome of the Sino-US intercapitalist dispute. By rescuing the Marxist tradition (with the seminal contributions of Leon Trotsky and Antonio Gramsci) in the 20th century to think anew the original problems of our age, we present a reflection on the possibility of revolution and socialism in China in the 21st century.

Keywords: Marxism. People's Republic of China. Xi Jinping. Chinese working class. Uneven and combined development. Socialism.

RESUMEN

La tesis que defendemos en este trabajo es que China no puede ser considerada como el socialismo del siglo XXI, ni el portador de una "multipolaridad benigna" en oposición a la beligerancia del imperialismo estadounidense. China se ha convertido en un actor influyente y decisivo, dentro del sistema capitalista de Estados, en la disputa sobre quién pagará los costes del agotamiento del ciclo neoliberal de la globalización. El objetivo es mostrar cómo China ha alcanzado la posición de un Estado capitalista en rápido ascenso, encabezado por el Partido Comunista Chino (PCCh), y cómo la política de Xi Jinping supone un punto de inflexión respecto a las administraciones anteriores, convirtiéndose en el emblema de una "tercera era" posterior a 1949. La política de la República Popular China en la era Xi Jinping difiere en sus rasgos fundamentales de la de épocas anteriores: estamos ante una China que, por primera vez en la historia capitalista, disputa internacionalmente nichos de acumulación capitalista, y muestra una postura asertiva en defensa del proyecto de “gran rejuvenecimiento de la nación china”, lo que implica cuestionar (en perspectiva, transformar) el viejo orden unipolar del neoliberalismo de las últimas décadas. Sin embargo, lejos del supuesto “socialismo del siglo XXI”, las acciones de China en el concierto de Estados no tienen el carácter de subvertir el sistema capitalista. El objetivo seminal del “Sueño Chino” bajo Xi Jinping es reordenar el orden de ese sistema para mejorar la posición de la República Popular en la jerarquía capitalista mundial. Un reordenamiento de tal magnitud no podría tener lugar sin nuevas conflagraciones militares de magnitud histórica. Tomando las diferencias en la composición interna y las características del imperialismo en decadencia de Estados Unidos y el capitalismo chino en ascenso dirigido por el régimen bonapartista del PCCh, pudimos arrojar luz sobre el carácter regresivo de la competencia entre Washington y Pekín para toda la humanidad. A través de la investigación, pudimos constatar que se han cruzado distintos procesos en China en el curso del desarrollo que en la era de Xi Jinping la sitúa en conflicto geoestratégico con la superpotencia imperialista de Estados Unidos. Por un lado, la restauración del modo de producción capitalista, dirigido por la burocracia del propio Partido Comunista Chino, culminó con el bloqueo de la dinámica expansiva del comunismo originada en la estrategia de Mao Zedong a partir de la Revolución de 1949. Esto limitó las capacidades de desarrollo de las fuerzas productivas de la humanidad y oxigenó la ofensiva neoliberal a nivel mundial. Por otro lado, debido al atraso de China al final de la Guerra Fría, la apropiación de los logros de la Revolución por parte de la restauración capitalista impulsó a China de ser una economía esencialmente agraria a convertirse en una superpotencia capitalista en rápido ascenso con rasgos imperialistas. Tal conjugación, única en la historia, reconfigura todas las condiciones de la política mundial, en el marco del agotamiento del ciclo neoliberal y de la guerra de Ucrania. Como metodología del trabajo, utilizamos amplia documentación bibliográfica, tradicional y reciente, sobre China en debates académicos nacionales e internacionales, así como fuentes de prensa china e internacional. A través de la investigación, en debate crítico con diferentes intelectuales que han tratado, a su manera, el tema de China (como Perry Anderson, Giovanni Arrighi, Alain Badiou, Domenico Losurdo, Ching Kwan Lee, Alvin So, Au Loong-yu, Cynthia Estlund, Andrew Walder, entre otros) hemos podido establecer el papel de la clase obrera china, en su renovada configuración, como alternativa revolucionaria para pensar el desafío de impedir un desenlace reaccionario de la disputa intercapitalista sino-estadounidense. Rescatando la tradición marxista (con los aportes seminales de León Trotsky y Antonio Gramsci) del siglo XX para pensar de nuevo los

problemas originales de nuestra época, presentamos una reflexión sobre la posibilidad de la revolución y el socialismo en China en el siglo XXI.

Palabras-clave: Estado. Marxismo. República Popular China. Xi Jinping. Clase obrera china. Desarrollo desigual y combinado. Socialismo.

Sumário

INTRODUÇÃO.....12

Capítulo 1 – A China de Xi Jinping na encruzilhada da crise econômica mundial.....37
1.1 Xi, o homem providencial.....37
1.2 A China em transição na disputa com os Estados Unidos.....61
1.3 A centralidade do Partido Comunista Chinês.....66

Capítulo 2 – A China operária e seu inimigo interno: a burocracia do PCCh.....90
2.1 A infernal condição operária na ascensão chinesa.....90
2.2 O Estado chinês como impulsor e regulador da precarização.....95
2.3 Governo e a Federação de Sindicatos da China.....97
2.4 A superexploração operária, por ela mesma.....101
2.5 O papel do PCCh na precarização e exploração do trabalho chinês.....127

Capítulo 3 – O turbulento século XX e a origem do Partido Comunista Chinês.....130
3.1 Notas sobre a formação da classe operária da China, 1840-1989.....130
3.2 Os problemas da China colonial.....131
3.3 A industrialização e a formação do proletariado chinês.....135
3.4 Greves e ciclos revolucionários na China.....138
3.5 A Revolução Chinesa, 1925-1927.....139
3.5.1 A questão da aliança operário-camponesa e o "Exército Vermelho" de Mao.....150
3.5.2 As consignas democrático-radicais para a China.....153
3.6 A Guerra Civil (1946-49) e os problemas econômico-sociais herdados pelo Kuomintang.....160
3.7 A estratégia de Mao: a guerra popular prolongada e a aliança política com a burguesia nacional 166
3.8 A República Popular da China (1949-78).....172
3.9 As reformas de abertura de Deng e as lutas fracionais do PCCh (1978-92).....186
3.10 As reformas de abertura e as bases para a restauração com "características chinesas".....189
3.11 A reforma dos preços e o revés econômico de Deng em 1988.....193
3.12 Massacre da Praça da Paz Celestial: o fator Tiananmen.....198
3.13 O fortalecimento da facção Deng-Jiang fruto da restauração na URSS e no Leste europeu. .200

Capítulo 4 – O caráter histórico do processo de restauração capitalista na China.....206
4.1 Muito além da antinomia "terapia de choque" e "transformação gradual": debate com Isabella Weber.....206
4.2 O avanço do setor privado na economia chinesa.....213
4.3 A dinâmica das empresas estatais na economia chinesa.....221
4.4 A expulsão dos trabalhadores das empresas estatais: "acumulação primitiva" de força de trabalho no setor privado.....230
4.5 O controle financeiro pelo Estado chinês e a letargia do renminbi.....235
4.6 A questão da tecnologia: avanços sobre a base do atraso.....248
4.6.1 Conquista da primazia industrial às custas do desenvolvimento de tecnologia.....248
4.6.2 Industrialização orientada à alta tecnologia para superar a dependência exógena.....254
4.6.3 Fim do modelo da "Rainha Vermelha" na China?.....264

Capítulo 5 – As Forças Armadas da China.....268
5.1 A evolução do Exército de Libertação Popular (ELP).....273
5.2 A capacidade militar da China: modernização e corrida armamentista.....279
5.3 Xi Jinping e a força militar de primeira classe.....289
5.4 A questão de Taiwan.....308
5.5 Mar do Sul da China: águas turbulentas na era Xi.....323

Capítulo 6 – O tabuleiro geopolítico de Xi Jinping.....331
6.1 Primeira zona de interação: Estados Unidos e a disputa estratégica com a China.....340
6.2 Segunda zona de interação: China na Ásia oriental e Sudeste Asiático (Ásia-Pacífico).....358
6.2.1 Rússia.....358
6.2.2 Japão.....370
6.2.3 Índia.....378
6.2.4 Sudeste Asiático.....380
6.3 Terceira zona de interação: a relação entre China e União Europeia.....391
6.4 Quarta zona de interação: o Estado chinês na África.....405
6.5 Quinta zona de interação: a China no Oriente Médio e na América Latina.....416
6.6 Subversão chinesa do sistema imperialista?.....445

Capítulo 7 – Revolução e socialismo na China do século XXI.....447
7.1 Hegel e a China em que os extremos se tocam.....447
7.2 O retorno "com características chinesas" da classe operária.....452
7.3 Hegemonia e "questão meridional" nas duas Chinas.....466
7.4 Trótski e Gramsci em Pequim.....479
7.5 Au Loong-yu *versus* Domenico Losurdo.....497
7.6 Elias Jabbour, um "socialismo sem revolução"?.....506
7.7 Conclusão: um socialismo revolucionário na China do século XXI.....518

Referências bibliográficas.....525

INTRODUÇÃO

O “espírito profundo, embora fantasioso” a que Marx se refere, em junho de 1853, era o filósofo alemão Hegel. Este afirmava que, assim como não existe movimento sem matéria, também não existe matéria sem movimento. Friedrich Engels, servindo-se em 1878 das lições sobre a filosofia da natureza do pensador alemão, estabelecia, da mesma maneira, que o movimento é o modo de existir da matéria (ENGELS, 2015). Todo objeto de estudo precisa ser captado em sua dinâmica mutável, e diante do seu ser, nunca estamos autorizados a esquecer o seu devir. No terreno das ciências sociais essa concepção é de vital importância. O surgimento de novos fenômenos na arena da economia, da geopolítica e da luta de classes exigem atenção aos pontos em que se dão as transições e transformações das formas concretas de ser. No caso em questão, a ascensão da China enquanto potência, num mundo atravessado pelos efeitos da crise capitalista global de 2008, da pandemia do coronavírus e da Guerra da Ucrânia, é difícil de não ser notado. Mas é muito mais complexo observar, em meio ao modo de existir desse movimento da matéria social, transformações muito mais sutis nas veias subterrâneas da história. Talvez a China seja uma das expressões mais intrigantes desse movimento da matéria: ela é, e ao mesmo tempo não é, o que parece, a cada momento.

Em função de seu desenvolvimento desigual e combinado exacerbado, a China contemporânea é atraso e modernidade em estado concentrado. Poderíamos tomar emprestada a noção de Engels, e descobrir também que na China os dois polos de um antagonismo são tão inseparáveis um do outro como opostos um ao outro e, apesar de seu caráter antagônico, interpenetram-se reciprocamente. Atraso e modernidade convivem, opondo-se. Transformando-se em ritmo acelerado, e por isso parte de uma transição das conexões internas da vida socio-econômica mundial, o melhor método seria captar *o vetor tendencial para onde se dirigem* essas mudanças. Metodologicamente, entretanto, tão importante quanto a identificação das relações mútuas entre as tendências contraditórias de fenômenos difíceis de captar, como o da China no século XXI, é “prever as múltiplas variantes do desenvolvimento futuro, e encontrar nesta previsão um ponto de apoio para a ação”, como diz Leon Trótski. A tarefa das ciências sociais, nesse quesito, não tem nada a ver com fossilizar definições acabadas sobre processos complexos que se desenvolvem na realidade, e sim acompanhar os passos desse desenvolvimento para agir sobre eles. O estudo sobre a China e as tendências mundiais conectadas com ela, se não for mero exercício de contemplação, deve levar à ação, entendida em termos histórico-mundiais. A metologia desse estudo sobre a

China de Xi Jinping e a possibilidade da fusão entre a teoria socialista e a classe trabalhadora chinesa atende a esses propósitos urgentes em nossa época.

A Guerra da Ucrânia, iniciada com a reacionária ocupação militar do território ucraniano por parte da Rússia em fevereiro de 2022, acompanhada pela ingerência política e a participação logística direta do imperialismo dos Estados Unidos e da OTAN, lança luz sobre as novas coordenadas para onde se dirigem as mudanças na China. Nesse conflito militar, que repôs a condição das guerras interestatais de forma contundente na etapa histórica – nada menos que no interior do continente europeu – os objetivos políticos dos atores transcendem a arena imediata da Ucrânia. Tomando a definição do general prussiano Carl von Clausewitz, a saber, a guerra como continuação da política por outros meios (isto é, meios violentos), podemos distinguir como a política de cada ator esteve continuada nesta guerra. Os Estados Unidos, intervindo por procuração e não diretamente com tropas sobre o terreno, desenvolveu a política de preservar o projeto de integração capitalista mundial sob sua hegemonia imperialista, subordinando a Rússia e a China capitalistas à tradicional ordem unipolar saída da Guerra Fria, mediante a agressiva expansão ao Oriente para cercar a zona de influência russa e conter a projeção internacional da China. Por outro lado, a China, mesmo sem demonstrar apoio público à Rússia, a fim de não romper relações com o Ocidente, deu mostras mais que suficientes de apoiar politicamente a conduta militar de Putin. Xi Jinping negou-se a apoiar as sanções da OTAN e sustentou indiretamente os esforços russos responsabilizando a política dos EUA pela guerra. Em outras palavras, agiu como principal ponto de apoio da Rússia nos bastidores do teatro de operações ucraniano. Putin dificilmente poderia dado consecução a seus esforços militares sem o apoio indireto de Xi Jinping. Dessa maneira, a política que a China continuou através da guerra, mesmo sem participar dela diretamente, foi a do questionamento da ordem unipolar hegemonizada pelos Estados Unidos, a fim de modificar, em melhores condições, sua posição no sistema de Estados na época imperialista.

Assim, é possível classificar a guerra da Ucrânia como o início de um desafio aberto à ordem mundial dos últimos 30 anos, em alguma medida pela Rússia, mas especialmente pela China, como principal potência revisionista da hierarquia do sistema capitalista de Estados. Essa nova eventualidade surge da alteração das relações da China com o ciclo de acumulação neoliberal a partir dos anos 1990. Com efeito, após a restauração do capitalismo na ex-URSS, Europa Oriental e, sobretudo, na China, o capitalismo encontrou uma nova “selva virgem”, um novo lugar para acumular capital. Essa contratendência à queda da taxa de lucro e de produtividade do trabalho, oriundas no final da década de 1970, foi capaz de expandir

vastamente a lei do valor e incorporar maciçamente em seu seio um imenso *quantum* de nova força de trabalho (aumentando a mais-valia absoluta em todo o mundo). A China absorvia investimento estrangeiro e estava integralmente subordinada ao capital ocidental, embora não aderisse aos contornos tradicionais da estrutura econômica e de poder que o neoliberalismo buscou generalizar no Ocidente. A novidade nos últimos anos é que esta contratendência à queda da taxa de lucro e da produtividade está se esgotando, não apenas pelo aumento relativo dos salários na China, mas também porque o gigante asiático está competindo com os EUA e as grandes potências por novos mercados.

A China foi transformada de uma nação pobre, um destino para a acumulação de capital pelas potências imperialistas, em uma nação que compete no mercado mundial pelas oportunidades de acumulação de capital. Como afirma o sinólogo norte-americano Bates Gill (2022):

> Entre 2000 e 2020, o produto interno bruto (PIB) da China cresceu quase nove vezes. Como proporção do PIB global, a China cresceu de cerca de 3% em 2000 para cerca de 16% em 2020. O PIB nominal da China era aproximadamente igual ao da Itália em 2000, e passou a superar o da França (2005), do Reino Unido (2006), da Alemanha (2007) e do Japão (2010) para se tornar a segunda maior economia do mundo, atrás dos Estados Unidos. Em termos de paridade de poder de compra, o tamanho da economia da China ultrapassou o dos Estados Unidos por volta de 2014. A renda pessoal dos cidadãos chineses disparou, e centenas de milhões escaparam da pobreza. Com base nesta geração de riqueza, o Exército de Libertação Popular desfrutou de orçamentos em constante crescimento. Os gastos militares chineses ultrapassaram os da França, Japão e Reino Unido no início dos anos 2000 e, em 2019, haviam atingido cerca de US$ 261 bilhões, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e mais de três vezes acima do seguinte na lista, a Índia (GILL, 2022, p. 11).

Essa transformação tem sérias consequências para a estrutura capitalista. A principal delas é que a China se torna um ator influente – e decisivo – na disputa por quem pagará os custos do esgotamento do ciclo neoliberal da globalização. Diante da ausência de novos espaços de acumulação capitalista (como foi a própria China a partir de sua reabsorção na esfera de extração de mais-valor fruto da restauração capitalista) e do fato de que as crises econômicas (como aquela que emergiu com a quebra do banco Lehman Brothers em 2008) não estão cumprindo sua função de limpeza de capitais em virtude dos mecanismos de contenção do Estado, as tendências a fricções geopolíticas com implicações militares se tornam cada vez mais inscritas na situação. Isso ficou sublinhado pela guerra da Ucrânia, embora essas tendências ainda não se tenham generalizado no plano real. Dentro dessa dinâmica, em que os Estados Unidos seguem sendo a principal potência imperialista na

salvaguarda do sistema econômico global do capital, a China desempenha um papel que para sua história é inédito na partilha dos recursos mundiais.

A ausência da capacidade material (industrial e militar) por parte da China para disputar de imediato a hegemonia global do imperialismo estadunidense não implica ausência do questionamento à velha ordem mundial. Apenas qualifica e concentra a abordagem chinesa no desafio de nichos específicos do domínio norte-americano, em termos geopolíticos (na Ásia-Pacífico) e em termos tecnológicos. Isso altera o panorama da discussão chinesa, que já escapa às coordenadas das últimas décadas. A ascensão da China como protagonista no sistema mundial de Estados é, de fato, um dos fenômenos mais intrigantes do século XXI. Nada foi realizado em uma única primavera, especialmente quando se trata de uma sociedade milenar. Mas a velocidade das transformações que integraram a China como ator incontornável nos principais temas mundiais é uma novidade histórica. E parece imparável. Em 40 anos, a China passou de uma posição subordinada e marginal na ordem mundial – exceto pela importância que tinha na Ásia para a estratégia do imperialismo norte-americano contra a União Soviética (URSS) – para se converter a partir dos anos 1990, e principalmente com sua entrada em 2001 na Organização Mundial do Comércio (OMC), num epicentro de superlucros para as multinacionais de todos os países imperialistas. A China não é mais uma pequena potência: tornou-se imensamente proeminente no quadro mundial, rica e influente. Possui ativos em outros países e é um dos principais investidores estrangeiros, sendo o principal parceiro comercial de dezenas de países e partícipe de cadeias globais de valor em todo o mundo. A China passou de um PIB *per capita* de US$300 em 1978 para US$10.000 em 2016, tendo mais bilionários que os Estados Unidos (BROWN, 2017). De fato, com uma renda *per capita* que praticamente quadruplicou desde 1978, a economia chinesa cresceu em um ritmo inigualável por qualquer outra nação na história humana, deixando o posto de um dos países mais atrasados do mundo para se tornar, no século XXI, a segunda economia mais poderosa do globo, em termos de paridade de poder de compra (GOLDMAN, 2006). Isso permitiu que a China se estabelecesse como exportadora de bens finais ou componentes de mão-de-obra intensiva, e então projetasse sua influência internacional por meio do comércio e da diplomacia, enquanto concentrava esforços para tornar sua economia mais complexa, aumentando a agregação local de valor e competindo pela liderança em inovação.

Ao mesmo tempo, à cabeça do Estado se encontra o Partido Comunista Chinês (PCCh), que sobreviveu à derrocada da maioria dos partidos comunistas de matriz stalinista pelo mundo, e reteve amplos poderes, que permanecem centrais para a direção da economia e da organização social. Essa situação híbrida, entre a planificação burocrática da economia e

da sociedade pelo PCCh, de um lado, e a inserção da China nos fluxos de circulação global do capital, de outro, é um atributo distintivo do desenvolvimento desigual e combinado exacerbado que caracteriza a formação socioeconômica chinesa. Ambas as facetas são fundamentais para compreender o curso peculiar da China, e constituem os fundamentos atuais de uma formação econômico-social por definição não universalizável.

A gênese particular, dificilmente replicável do capitalismo chinês, junto a todas as contradições que daí se derivam, desautorizam qualquer compreensão mecânica de sua formação social. Duas características são determinantes para entender o capitalismo chinês em base a sua gênese. A primeira é *o enorme atraso do qual partiu o desenvolvimento capitalista chinês no período pós-restauração*. Em contraste com o amplo processo de industrialização e urbanização que havia tido a União Soviética, no momento de início das reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping, em 1978, a população agrária da China ainda contabilizava 80% da sua população global. As cidades chinesas possuíam um tamanho modesto, se comparadas com o parâmetro nacional da densidade demográfica da China, com um campo tecnicamente atrasado que constituía, ainda em 1980, o centro de gravidade da economia. A segunda característica da gênese do capitalismo chinês é *a apropriação por parte da restauração de todas as conquistas adquiridas pela Revolução de 1949*, que assentaram as bases para o desenvolvimento de suas forças produtivas. A evolução rápida da China não devém da ordenação virtuosa da política por parte do PCCh, e sim da expropriação objetiva das conquistas revolucionárias promovida pela burocracia restauracionista com o propósito de alavancar sua posição no sistema capitalista.

Como assinala Perry Anderson, as conquistas no período de Mao Zedong, embora planificadas burocraticamente, assentaram as bases para as proezas da era das reformas (ANDERSON, 2018). A base deste legado se encontrava na criação, pela primeira vez na história moderna do país, de um Estado soberano forte, que pôs fim à servidão semicolonial – um aspecto também notado por Alvin So (2013). Quanto à força de trabalho, Anderson destaca que a República Popular fez emergir uma camada de milhões de trabalhadores saídos da miséria, com formação educacional e disciplina, atingindo índices elevados de alfabetização e expectativa de vida. No terreno da economia, segundo Anderson, a China conquistou o estabelecimento de poderosos mecanismos de controle econômico – planificação, setor público, balança de pagamentos, etc. – dentro de um marco institucional relativamente descentralizado, que permitia a autonomia das províncias (ANDERSON, 2018). Devemos dizer que o Estado forte, a base operária e camponesa disciplinada pelas campanhas políticas permanentes e os mecanismos de controle sobre os dispositivos econômicos tiveram

de se mesclar com a estrutura burocrática de um partido-Estado cuja perspectiva não abonava a existência de organismos de democracia direta do tipo da Comuna ou dos conselhos soviéticos, nem a expansão das conquistas de 1949 ao panorama internacional. O isolamento e o atraso, alimentados pela situação mundial de retrocesso das conquistas operárias, que envolveram a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, desataram as forças que trariam a China de volta para o novelo do capitalismo global.

A conjunção desses fatores permitiu que a China se constituísse como uma espécie de "selva virgem" do capitalismo às portas das décadas neoliberais. Sobre a base das vantagens do seu atraso, tanto a enorme massa de camponeses habilitados culturalmente a serem proletarizados nas grandes cidades costeiras, quanto a apropriação capitalista das conquistas da revolução, tornaram a China um destino privilegiado dos investimentos estrangeiros de capital. Tornou-se a "fábrica do mundo". Essa combinação única possibilitou que a China, e não qualquer país atrasado com crescimento econômico pujante – como a Índia, por exemplo – pudesse cumprir o papel de âncora das décadas neoliberais e ter um ritmo de desenvolvimento das forças produtivas sem paralelo na época imperialista, ou seja, de decadência do capitalismo.

Esta conjunção de elementos, que estão na base do desenvolvimento desigual e combinado exacerbado da China, também formam a base das contradições que atravessam o capitalismo chinês. Uma delas é a contradição entre as cidades industriais e portuárias, ligadas ao comércio internacional e aos investimentos capitalistas, e o campo chinês de baixa produtividade do trabalho, gerando algo como "duas Chinas" (objeto de atenção no capítulo 7). Outra contradição sumamente importante é a existência de uma colossal classe trabalhadora, de centenas de milhões de seres humanos, e uma relativamente frágil burguesia local, extremamente dependente do Partido Comunista Chinês, fruto do papel preponderante que tiveram o capital financeiro e o Estado no desenvolvimento do capitalismo chinês. Não menor é a contradição entre o sistema político e o econômico, tornando o capitalismo chinês altamente dependente do dirigismo estatal.

Tais características contraditórias devem ser tomadas em conjunto. Muitas vezes são dissociadas e tomadas separadamente, levando a caminhos tortuosos no exame das bases sociais da China. É possível identificar nos trabalhos de renomados intelectuais como o economista italiano Giovanni Arrighi e o historiador britânico Perry Anderson, tão distintos entre si, a percepção de que a China seria um país comunista (ou não capitalista), ou ainda que a China teria fortes características comunistas. Em seu consagrado *Adam Smith em Pequim*, Giovanni Arrighi (2008) anunciou serem identificáveis elementos da história da China,

anteriores às invasões europeias, que autorizariam definir a existência de uma economia de mercado não capitalista, ou seja, não exploradora. Nesse mesmo diapasão, Arrighi desenvolve a noção do efeito benéfico da ascensão da China na ordem mundial, "subversiva" do sistema imperialista[1]. Perry Anderson (2018), em seu ensaio *Duas Revoluções: Rússia e China*, desenvolve uma aproximação teórica por meio de uma fórmula híbrida, em que a forma social da propriedade privada capitalista não excluiria uma superestrutura política comunista. Indica que:

> Em termos taxonômicos, a República Popular da China é um *novum* histórico-mundial: a combinação daquilo que, segundo qualquer critério convencional, apresenta-se por ora como uma economia predominantemente capitalista, com aquilo que, segundo qualquer critério convencional, ainda é incontestavelmente um Estado comunista – cada qual o mais dinâmico já visto em seu gênero (ANDERSON, 2018, p. 67-8).

Sobre esse aspecto, na outra ponta das tendências de pensamento, há os que consideram que a China se tornou já um país capitalista aos moldes ocidentais. Estudiosos como John Smith (2016) e Minqi Li (2016) localizam a China como um país capitalista pertencente ao rol das economias dependentes, que tradicionalmente se deparam com sua estrutura econômico-social majoritariamente determinada pela interferência permanente das potências imperialistas.

Mas alguns aborrecimentos decorrem de cada uma dessas formas aparentemente polares de enunciar o problema da caracterização da China. A aproximação apresentada por Giovanni Arrighi de uma economia de mercado não capitalista (consequentemente, que não explora a força de trabalho humana objetivando a extração e apropriação privada de mais-valor) retoma a tese consagrada pelo próprio Partido Comunista Chinês de uma "economia socialista de mercado". Entretanto, que fazer com a realidade da exploração monumental da força de trabalho chinesa nos últimos 40 anos? Segundo o *China Labour Bulletin*[2], examinando apenas a década de 2000, a China registrou oficialmente uma taxa média anual de 100.000 mortes relacionadas a acidentes de trabalho. Em comparação, o *Bureau of Labor Statistics*[3] registra que, entre 2000 e 2010, a taxa anual de mortes relacionadas ao trabalho nos Estados Unidos foi de 5.300 pessoas. Isto é, com uma população 5 vezes maior que a estadunidense, a China registrou no período uma taxa de mortes operárias quase 20 vezes

1 Essa opinião é compartilhada pelo economista britânico Tony Norfield, embora considere a China, diferentemente de Arrighi, como um país capitalista.

2 China Labor Bulletin, disponível em https://clb.org.hk/content/how-china-outsourced-work-related-accidents-and-deaths.

3 Bureau of Labor Statistics, disponível em https://www.bls.gov/news.release/pdf/cfoi.pdf.

maior[4]. A realidade é que a China, no avançado processo de restauração capitalista após da década de 1980, converteu-se no principal motor da economia capitalista global, precisamente ao assumir o papel de arena aberta para a acumulação privada de capital pelos monopólios estrangeiros mediante a superexploração da classe trabalhadora local. Muito longe de ter desavultado a desigualdade global com sua inserção no mercado capitalista, como argumentam Domenico Losurdo (2016) ou Branko Milanovic[5], essa reintegração da China nas cadeias de valor foi fundamental para os principais efeitos do neoliberalismo a nível global, e pela degradação das condições de vida dos trabalhadores chineses.

É impossível adentrar as contradições da sociedade chinesa sem levar em consideração, como problema fulcral, o lugar real que ocupa a maior classe trabalhadora do mundo no sistema produtivo, e suas condições de vida. Apesar disso, Arrighi demonstra interesse relativamente menor em lançar luz sobre a condição da classe trabalhadora chinesa nas décadas de crescimento econômico. Se de um lado a incúria sobre as relações sociais de classe lhe permite caracterizar a China como uma economia de mercado não capitalista, por outro fragiliza os fundamentos da própria definição, se a lermos sob o exame da terrível situação a que os monopólios internacionais, com o salvo conduto de Pequim, submeteram trabalhadores e camponeses chineses. Em realidade, o capitalismo com características chinesas, durante o neoliberalismo, converteu-se em um dos sistemas de exploração mais acerbos de todo o mundo. Escusado dizer que isso complica a noção de que a superestrutura estatal chinesa seja "incontestavelmente comunista", como afirma Perry Anderson. Uma operação dessa natureza requer a cisão entre a nomenclatura exterior e o conteúdo interno do sistema chinês, um expediente de questionável densidade analítica.

---

4 Em 2017, 104 trabalhadores morriam diariamente na China, tomando os mesmos dados governamentais, que celebram a "melhora" na taxa de mortes operárias em 2019, quando ainda se registravam 81 mortes diárias relacionadas a acidentes ocupacionais. As estatísticas oficiais seguramente diminuem os verdadeiros resultados, uma vez que o governo chinês modifica permanentemente os critérios que identificam óbitos relacionados à jornada de trabalho.

5 Milanovic utiliza o coeficiente Gini para mostrar que a ascensão da China diminuiu a desigualdade global, entendida em termos de desigualdade entre países e regiões na participação da riqueza socialmente produzida. A tese é de que se no século XIX a emergência do Ocidente incrementou a desigualdade global, a partir da década de 1980 o ressurgimento da Ásia (com a China no centro) obteve o efeito contrário. Trata-se de um critério questionável, na medida em que desvaloriza a divisão da sociedade em classes (os países não são povos homogêneos), e que mesmo a diminuição da desigualdade absoluta de determinadas populações pode conviver com ao aumento da desigualdade relativa (como é o caso na China, e em muitos outros países de crescimento tardio, como reconhece o próprio autor). De todo modo, a maior participação no PIB mundial por parte de países de regiões de capitalismo atrasado, em detrimento da diminuição da participação proporcional de países de capitalismo avançado, não serve de recurso unilateral para provar a redução da desigualdade global, a não ser que se reserve a um exame formal entre países considerados como unidades soberanas homogêneas. Ver Branko Milanovic, *The Great Convergence*. Foreign Affairs, 14/06/2023. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/world/great-convergence-equality-branko-milanovic.

Essa exploração da força de trabalho está fundada na emergência de uma nova classe de proprietários privados que, mediante seu poderio econômico adquirido nas décadas da restauração, possui relações privilegiadas com o Partido Comunista. Em 1948, a indústria privada na China compunha mais da metade da produção industrial global; em 1958, dez anos depois, a industrialização estatal reduziu o setor privado a apenas 20% da indústria nacional (FAIRBANK, 2006). Mas em 2010, a indústria privada na China já contabilizava novamente quase 60% do PIB, padrão ao redor do qual a economia orbita à entrada do terceiro mandato de Xi Jinping em 2023. Esse devir diz respeito a uma modificação em sua morfologia social: desde meados da década de 2000, a China acumula, quantitativa e qualitativamente, uma das burguesias mais ricas do mundo, e o governo chinês não poupa esforços para seduzir a burguesia mundial a fazer negócios em seu território[6]. O fato de que essa classe dominante, essa burguesia chinesa, encime seu regime de dominação por meio de uma burocracia bonapartista no controle de um regime de partido único, não a torna menos proprietária dos meios de produção nacionais, e sim a obriga a transitar sua posse com a regulação e supervisão do Estado.

Complicações adicionais emergem, também, do outro lado do espectro analítico. O capitalismo chinês não surge como um elo a mais dentro do padrão tradicional do sistema econômico mundial. De fato, apresenta características particulares que o distinguem do capitalismo ocidental. O mais notável é a maneira como recursos estratégicos da economia são controlados pelo Estado chinês, ainda que muitas vezes em aliança com proprietários privados. Os elementos de dirigismo estatal na alocação dos recursos financeiros, entre as distintas províncias e nos variados ramos da economia, são salientes, e a importância do Conselho de Estado nessa distribuição direcionada segue sendo proeminente. Determinados nichos econômicos, em particular, possuem um grau de intervenção estatal relevante. O sistema financeiro chinês, por exemplo, é ainda hoje bastante restrito quanto ao fluxo de capitais estrangeiros. As restrições à internacionalização do renminbi – que refletem a fragilidade da China no âmbito da produtividade do trabalho e como divisa de giro no comércio mundial – constituíram uma política consciente do Partido Comunista, ciosamente

6 Nas Duas Sessões parlamentares, de março de 2023, o primeiro-ministro Li Qiang, que substituiu Li Keqiang no cargo a partir do 20º Congresso do PCCh, dirigiu-se aos proprietários privados de todo o mundo com a notícia da boa vontade de Pequim. “A partir de um novo ponto de partida, criaremos um ambiente de negócios orientado para o mercado, legalizado e internacionalizado, trataremos empresas de todos os tipos de propriedade de maneira igualitária, protegeremos os direitos de propriedade das empresas e os direitos e interesses dos capitalistas”. Li assegurou que o governo Xi Jinipng, em seu terceiro mandato, apoiaria “o desenvolvimento e o crescimento das empresas privadas”. *China’s new premier tries to reassure private sector amid widespread concerns about future*, CNN, 13/03/2023. Disponível em: https://edition.cnn.com/2023/03/13/economy/china-new-premier-private-sector-yi-gang-intl-hnk/index.html.

preocupado com a estabilidade interna. A guerra da Ucrânia abriu um novo capítulo na política do governo chinês em expandir, com cuidado, o escopo do intercâmbio comercial denominado em moeda chinesa (especialmente em ambiente asiático, com a Rússia, na compra de recursos energéticos afetados pela guerra). Já a política de empréstimos bancários, que evoluiu na direção das reformas pró-capitalistas da China durante as décadas de 1980 e 1990, ainda se dirige em larga medida ao investimento das gigantes estatais chinesas. Os próprios bancos estatais possuem indiscutida predominância na paisagem dos serviços financeiros no interior do território, cuja política é rigidamente determinada pelo Banco Popular da China. A tal ponto esse controle se faz sentir, que as gigantescas empresas privadas do comércio digital, como a Tencent e a Alibaba, passaram a ser severamente disciplinadas ao buscarem adentrar o ramo de concessão de crédito. Notoriamente, o governo chinês impôs a supressão das operações de crédito do Ant Group, o braço financeiro da Alibaba, do bilionário Jack Ma, que fez críticas públicas em 2020 ao modelo de funcionamento das operações de empréstimo administradas pelo Estado e seus bancos públicos[7]. Isso levou a Administração Estatal de Regulamentação do Mercado a estabelecer regras de coerção de práticas de monopólio. Essa política, entretanto, coexiste com uma atmosfera de maior relaxamento ao financiamento das empresas privadas, indispensáveis para o projeto de desenvolvimento capitalista nacional de Xi Jinping.

Essas condições, uma *combinação contraditória entre o rígido controle do Estado sobre uma estrutura social fundada na forma privada de propriedade*, dá origem a uma formação bastante particular, que projeta o poder crescente do núcleo mais forte dos capitalistas individuais da China, ao mesmo tempo em que o disciplina à estrutura de poder do PCCh. Isso gera inúmeras contradições internas ao regime autoritário chinês. De um lado, os capitalistas nacionais e estrangeiros recebem robustos incentivos para investir e explorar com livre arbítrio a força de trabalho urbana e rural na China; de outro lado, há restrições à formação de monopólios privados, e as empresas precisam aceitar a interferência do Partido Comunista em seus conselhos diretivos, a fim de que as decisões empresariais sejam feitas sem ameaçar a estabilidade social do país (com o aumento descontrolado da taxa de desemprego urbano no contexto da desaceleração econômica, por exemplo). Esse complexo entramado público-privado resulta na indução da ingerência estatal sobre a política interna de regulação da força de trabalho nas empresas privadas, ao mesmo tempo em que as empresas

7 Essas declarações que geraram irritação na liderança chinesa e levaram o presidente Xi Jinping a decidir pessoalmente cancelar a oferta pública inicial de ações do Ant Group, que estava prestes a ser realizada em Hong Kong e Xangai. Em 2023, o Ant Group, dono da carteira digital Alipay, comunicou que Jack Ma abriria mão do controle acionário, reduzindo seu poder de voto de pouco mais de 50% para 6,2%.

privadas sintonizadas com o governo recebem vultosos benefícios por trabalhar junto aos planos estatais. De tudo isso se depreende que tampouco poderíamos aderir à visão de que a China representa um capitalismo comum ao "modelo" ocidental.

Este trabalho, portanto, busca um terceiro caminho, diferente dessas posições. As rápidas transformações em um país de escala colossal (escala que distorce muitas vezes as comparações com os demais países), exigem um exame dialético que compreenda que a China é e não é algo a um só tempo. Isso se deve ao desenvolvimento desigual e combinado exacerbado na base da evolução histórica chinesa durante o século XX, primordialmente em suas últimas décadas. Como diz Juan Chingo:

> Muitos países experimentaram uma rápida industrialização impulsionada pelas exportações. Mas a escala e a rapidez dessa transformação na China não tem precedentes. Tomando os dados de 2002, o dragão asiático dobrou suas exportações em apenas cinco anos. Em contraste, a Inglaterra tardou doze anos para duplicá-las depois de 1838. A Alemanha levou dez anos para duplicar suas exportações na década de 1960, e o Japão levou sete anos na década de 1970. Temos aqui uma aceleração dos tempos históricos, resultado de que o capital internacional transferiu importantes ramos da produção sobre este país economicamente atrasado, saltando uma série de fases técnicas e econômicas intermediárias […] Por sua vez, essa introdução dos avanços da economia capitalista internacional, ao mesmo tempo em que fez entrar em crise os antigos laços sociais, foi em última instância condicionada pela capacidade de assimilação econômica e cultural da China, cobrando portanto – não podia ser de outra maneira em um país de desenvolvimento tão atrasado – um caráter contraditório que se vê no amálgama de formas arcaicas e modernas, em outras palavras, num desenvolvimento desigual e combinado exacerbado (CHINGO, 2004, s/p).

O conceito do desenvolvimento desigual e combinado na China é seminal. Esse conceito, elaborado por Leon Trótski em base à lei histórica da disparidade extraordinária dos ritmos de desenvolvimento nas distintas partes da humanidade, em variados períodos – e que cria, na época imperialista, um sistema especial de dependência e oposição entre os países – está descrito de maneira compreensiva em *História da Revolução Russa*:

> As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TRÓTSKI, 2017, p. 25).

Com algum paralelismo ao caso russo, e também em oposição à formação social ocidental, o Estado chinês absorvia uma parte proporcional bem maior da riqueza pública, condenando seu enorme contingente populacional durante milênios a uma redobrada miséria, e enfraquecendo também as bases das classes possuidoras. Essa característica, desigual e combinada de desenvolvimento, foi exacerbada na China com um duplo movimento. Por um lado, a restauração capitalista feita em base à reversão da propriedade social dos meios de produção, tendo absorvido as conquistas da revolução de 1949. Por outro lado, a tempestuosa intervenção do capital estrangeiro, que arrombou os diques estáveis da estrutura social chinesa a ponto de enfraquecer uma classe operária tradicional, situada no bojo do regime de propriedade estatal, e dar origem a uma classe operária nova, jovem, superexplorada e oriunda do campo, de maior nível cultural e capacidade de manuseio da última palavra da técnica capitalista.

Em um contraponto crítico às teses anteriormente mencionadas, cumpre afirmar, assim, que a China não é uma formação social comunista, como sugeria Perry Anderson, ou uma economia de mercado não capitalista, como advogava Giovanni Arrighi. A China viu um longo processo de restauração do modo de produção capitalista ser concluído em seu território, em que a propriedade nacionalizada depois de 1949 foi revertida, e restituída a forma social da propriedade privada. Essa contrarrevolução econômica resultante da restauração capitalista foi consumada sob a direção do próprio Partido Comunista Chinês, ora encabeçado pelo secretário-geral Xi Jinping. De fato, antes mesmo da conclusão desse tortuoso processo de restauração capitalista iniciado com Deng Xiaoping em 1978, a China já havia aberto sua economia para o investimento de inúmeras multinacionais estrangeiras. Com isso deu origem no decorrer das últimas quatro décadas a uma espécie extraordinariamente selvagem de exploração capitalista de sua classe trabalhadora e de seu campesinato. Por outro lado, a China tampouco está dotada de um modelo econômico capitalista semelhante ao modelo ocidental, de cujas características mais salientes se distingue em sua formatação capitalista singular. A permanência do Partido Comunista Chinês à testa do Estado inclui um forte elemento de "dirigismo estatal" que não tem paralelo em qualquer outro capitalismo ocidental. Ademais, a planificação burocrática da economia chinesa subsiste sobre novas bases sociais, fundadas na apropriação privada de um mais trabalho não remunerado extraído de milhões de trabalhadores e camponeses. Estamos tratando de uma economia capitalista *sui generis*, que viveu uma revolução a meados do século XX, e em cujo território os efeitos da restauração capitalista convivem com a ingerência orgânica do Estado sobre a forma privada de propriedade, concentrando nas mãos do PCCh recursos econômicos e humanos

extraordinários. A despeito de sua ossificação burocrática, esse partido-Estado conseguiu articular flexivelmente o controle férreo da estrutura econômica e o enriquecimento sem fronteiras de seus capitais.

Isso é assim porque o mesmo processo restauracionista na China se deu por vias distintas daquele que atravessou a União Soviética e os países do Leste europeu. No marco do retrocesso histórico que se seguiu aos processos de reversão das bases econômicas dos Estados operários deformados e degenerados ao capitalismo, o caso da China foi particular. Enquanto a Rússia e os países do Leste europeu vivenciaram um processo de destruição das forças produtivas, com economias essencialmente urbanas e industrializadas nas últimas décadas do século XX, a China – essencialmente agrária nesse mesmo período – atravessou um estágio sustentado de industrialização e urbanização com a entrada do capital estrangeiro multinacional em seu território. Como diz Fan Gang (2002), em "*How to View the Problems in China´s Economy?*":

> Na realidade, a excepcional natureza do caso chinês – a imbricação dos problemas de um país em crescimento e de um país em transição – é ao mesmo tempo a fonte de suas dificuldades, mas também a razão pela qual a China é capaz de levar adiante suas reformas de maneira constante e manter o crescimento. As economias da Rússia e da Europa do Leste eram altamente industrializadas e nacionalizadas quando as reformas começaram, mais de 90% de sua população estava composta por trabalhadores de empresas de propriedade estatal, e 100% deles desfrutava de benefícios sociais. Na China, ao início das reformas, 80% da população trabalhava na agricultura. Era basicamente uma sociedade agrícola, com um PIB *per capita* de apenas 100 dólares estadunidenses. Menos de 20% da população gozava de benefícios sociais. Na medida em que a China não era uma economia altamente industrializada e nacionalizada, foi muito mais fácil proceder com as reformas e levar adiante um crescimento na renda e nos ingressos globais, reestruturar o país enquanto se desenvolvia (FAN, 2002, s/p).

Esse "curso virtuoso" de crescimento em meio ao retrocesso das conquistas da Revolução Chinesa de 1949 constituiu um efeito de preservação política para o Partido Comunista. Apesar do autoritarismo burocrático que cerceava as mais elementares liberdades da população, a elevação das condições de vida de setores de massas – que partiam de um parâmetro substancial de pobreza – alargou os limites da tolerância diante do regime liberticida da direção de Pequim. Como examinado acima, isso não tornou a introdução das relações capitalistas de produção menos violenta para as centenas de milhões de camponeses e trabalhadores, cuja jovem geração de trabalhadores migrantes é espoliada, alquebrada e mutilada diariamente no inferno fabril. Ademais, no plano ambiental, as cidades mais industrializadas da China lideram o mundo em taxas de contaminação atmosférica e destruição do meio ambiente. A destruição sistêmica do meio ambiente, inerente ao modo de

exploração capitalista e que no século XXI atingiu novos patamares (com a aniquilação de biomas; a crise dos ciclos biológicos do carbono, da água, do fósforo e do nitrogênio; a acidificação dos oceanos; a perda crescente e acelerada da biodiversidade, etc.) encontra na China um dos centros mais deletérios.

Mas até onde esse desenvolvimento industrial predatório do capitalismo chinês levou o país, do ponto de vista de sua posição dentro do sistema mundial de Estados? Estudiosos como o marxista honconguês Au Loong Yu consideram que a rápida evolução técnico-industrial da China a situaria na categoria de um "imperialismo em construção"[8], fazendo notar que essa trajetória imperialista da China não se consumou. O francês Pierre Rousset segue o mesmo caminho[9]. O primeiro motivo de Au Loong Yu é a integração nacional pendente: argumenta que, antes que a China possa realizar sua ambição imperial, ela tem que eliminar seu legado colonial, isto é, reincorporar Taiwan e avançar sua inconclusa unificação nacional. Acrescenta que a China é uma singular potência expansionista e capitalista de Estado que não está disposta a ser um sócio de segunda classe dos Estados Unidos. Para superar sua dependência e abrir caminho a suas ambições expansionistas, Pequim precisaria, segundo o autor, ultrapassar suas debilidades persistentes, especialmente em termos tecnológicos, econômicos e na falta de aliados internacionais. Essa combinação peculiar implicaria uma ambivalência chinesa, que se teria beneficiado da ordem neoliberal (agora em franco estágio de esgotamento), ao mesmo tempo em que representa um desafio para ela. Ho-fung Hung (2015) estabelecera bases críveis para essa interpretação, em contraponto com a tese de Giovanni Arrighi sobre o eventual papel subversivo da ascensão chinesa para a ordem imperialista, argumentando que a China não busca se converter em uma potência com um pendor insurgente contra a ordenação do sistema capitalista existente, porque ela mesma é uma das principais beneficiárias desta ordem. Entretanto, Ho-fung Hung caminha no sentido oposto ao de Au Loong Yu quanto à tese da China como "imperialismo em construção", notando todas as dificuldades estruturais que obstaculizariam, em sua leitura, a disputa da China com os Estados Unidos pela primazia mundial.

Sem dúvida, os avanços industriais, militares, tecnológicos e geopolíticos chineses são impressionantes, a tal ponto que a discussão sobre o *status* da China como potência leva a conjecturas sobre sua situação diante das principais potências mundiais. Estados Unidos e União Europeia consideram a China como competidora estratégica em diversos terrenos. Comercialmente, a China estabelece relações de sujeição e subordinação sobre um leque

8 Ashley Smith, "*El ascenso de China a potencia mundial. Entrevista a Au Loong Yu*", Viento Sur, 14/3/2019.

9 Pierre Rousset, "*Un imperialismo en construcción*", Rebelión, 17/07/2014.

diversificado de nações, na África, na Ásia e na América Latina, que em troca de captação de investimento estrangeiro direto oriundo da China para incrementar seu tecido infraestrutural, terminam submetendo-se a um endividamento desfavorável que possibilita à China aumentar sua influência política sobre esses países. Um exemplo notável dessa espécie de diplomacia da dívida é o caso do Sri Lanka: contraindo empréstimos para a construção de um porto que não logrou pagar, o país foi obrigado a vender o porto de Hambantota, comprado pela empresa estatal *China Merchants Port Holdings Co*. Hambantota é um dos portos controlados pela China no Oceano Índico, que além do Sri Lanka envolve portos em Mianmar, Bangladesh e no Paquistão, que juntos formam um conjunto de infraestrutura para facilitar o transporte de bens dentro da Nova Rota da Seda. A exportação de capitais da China como forma de submissão política de países mais pobres, de fato, é um dos traços imperialistas de sua projeção internacional. Essa influência ganha certos contornos no Leste europeu, como sobre a Hungria, a Polônia e a Eslovênia, embora com a guerra na Ucrânia a investida dos Estados Unidos nessa região tenha separado determinados países de uma relação amistosa com a China, como no caso da Lituânia e da Letônia. Especialmente nos países africanos o governo chinês adotou comportamento que não perde em nada ao colonialismo europeu e estadunidense em matéria de rapacidade e destruição do meio ambiente.

Mas esse estágio da evolução da China ainda não implica solução integral ao problema do seu atraso de origem, derivado de sua trajetória colonial e de submissão às potências nos últimos dois séculos, e a disparidade que daí resulta no coeficiente geral da capacidade técnica acumulada diante das potências ocidentais mais avançadas. Trata-se de uma das características do desenvolvimento desigual e combinado exacerbado da China o rebaixamento das realizações assimiladas do estrangeiro como processo simultâneo à sua incorporação endógena. É o que se nota ao examinar o estágio de desenvolvimento da produção robótica e de semicondutores na China, para dar alguns exemplos estratégicos para sua economia. Como afirmava Trótski no caso da formação russa:

> Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las a sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação representa, neste caso, um caráter contraditório. Foi este o motivo pelo qual, na Rússia, a introdução de elementos da técnica e do saber ocidentais e, sobretudo, da arte militar e da manufatura, sob Pedro I, agravou a lei da servidão, na medida em que representava a forma essencial da organização do trabalho. O armamento segundo os moldes europeus, e os empréstimos feitos à Europa, nos mesmos moldes – incontestáveis resultados de uma cultura mais avançada – conduziram ao fortalecimento do tsarismo que, de seu lado, refreava o desenvolvimento do país (TRÓTSKI, 2017, p. 25).

O desenvolvimento de uma sociedade economicamente atrasada como a chinesa levou também a uma combinação original das diversas fases do processo histórico, enxertando no território chinês, em suas zonas costeiras especializadas como plataformas de exportação a partir da década de 1980, o mais avançado da técnica capitalista. Em outra etapa histórica, a China teve de lidar com o fenômeno assinalado por Trótski no caso russo, a saber, lidar com as bases atrasadas sobre as quais ordenou a assimilação dos recursos capitalistas ocidentais. A analogia nos conduz a enxergar com mais detalhe e precisão a ordem dos fenômenos no plano econômico e no plano político. Por um lado, a assimilação atrasada da tecnologia ocidental não permitiu que a China desenvolvesse endogenamente suas capacidades produtivas nos nichos de ponta, e a subordinou nessa etapa aos desígnios da acumulação capitalista das potências estrangeiras dentro do seu território. A própria disposição do parque industrial chinês, concentrado nas cidades litorâneas do Leste, exibia um grau de atraso que denotava o rebaixamento das conquistas ocidentais. Por outro lado, essa entrada original na arena do século XXI, absorvendo e rebaixando as conquistas da técnica para que se adequassem a sua estrutura atrasada, fortaleceram o Partido Comunista Chinês como agente político que dirigiu a sociedade que as incorporou a sua estrutura econômico-social, e que se serve de um rápido crescimento para disputar presença internacional com capitais rivais.

Levadas em conta essas circunstâncias, nossa hipótese está composta de dois fatores complementares. De um lado, a China se converteu numa potência capitalista com coeficiente exponencial de crescimento, a ponto de atuar como agente remodelador da velha ordem capitalista. A guerra da Ucrânia representa o momento mais importante de questionamento da ordem neoliberal das últimas décadas, que por parte da China significou traduzir seu avanço econômico e geopolítico no desafio “revisionista” da unipolaridade estadunidense na divisão global pelos nichos de acumulação de capital. De outro lado, no estágio atual e ainda sem grandes conflitos bélicos mundiais que transcendam a escala da guerra da Ucrânia pelo reordenamento do capitalismo global, carece de precisão conceber a China como um país imperialista, que possa disputar já a primazia dos assuntos globais com os Estados Unidos. Se é verdade que, mesmo sem um caráter subversivo, a ascensão chinesa remodela o tabuleiro capitalista global, cumpre reconhecer que a China parte de bases muito atrasadas diante de economias avançadas como Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Coreia do Sul e especialmente dos Estados Unidos. Essa dupla contingencialidade, disposta às modificações no panorama internacional (em que as tendências a choques econômicos, geopolíticos e inclusive militares estão inscritos como tendências diante do esgotamento do ciclo neoliberal), caracteriza a situação cambiante do fenômeno chinês.

Se a dinâmica de crescimento revela a vantagem nos ritmos da progressão econômica chinesa, do ponto de vista da acumulação bruta de tecnologia e capital as potências centrais distam consideravelmente da China. A fragilidade tecnológica existente em alguns ramos estratégicos (que trataremos no capítulo 4), a persistência de seu atraso na produtividade do trabalho e a dependência dos investimentos estrangeiros das principais potências coloca reparos relevantes sobre a conclusão do alcance imperialista da estrutura econômica chinesa. Na tradição marxista a chave da comparação está no balanceamento da potência global dos adversários. Aqui, outro paralelo interessante se pode estabelecer entre aquela situação da União Soviética diante das potências imperialistas ocidentais, em primeiro lugar com os Estados Unidos, na década de 1930, ainda que naquele caso se tratasse de sistemas econômicos antagônicos (não sendo o caso da China, que representa uma formação econômico-social capitalista):

> Os coeficientes dinâmicos da indústria soviética não têm precedentes. Mas não bastarão para resolver o problema, nem hoje nem amanhã. A União Soviética se ergue partindo de um nível espantosamente baixo, enquanto que os capitalistas, pelo contrário, decaem de um patamar muito elevado. A relação de forças atual não está determinada pela dinâmica do crescimento, e sim pela oposição da potência global dos adversários, tal como se expressa nas reservas materiais, na técnica, na cultura e, antes de mais nada, na produtividade do trabalho humano. Tão prontamente abordemos o problema a partir deste ângulo estático, a situação muda para grande desvantagem da URSS (TRÓTSKI, 2014, p. 49).

Esse é um marco importante para chegar a um delineamento sóbrio sobre a situação extremamente dinâmica e contraditória do processo de transformação da China. Um processo que está em acelerada mutação, o que torna temerária qualquer definição categórica. Isso é assim porque as bases dependentes da economia chinesa interagem com os traços imperialistas que passa a desenvolver, formando um todo dinâmico dificilmente equivalente a si mesmo.

Fundado num capitalismo selvagem que por décadas se alimentou da superexploração da força de trabalho intensivo como forma básica de elevação das limitadas forças produtivas nacionais, a China atual consegue emparelhar-se em alguns ramos da economia com potências como a Alemanha, o Japão e a Coreia do Sul, mas sua potência acumulada se lhe depara como inferior, em muito maior medida no coeficiente comparativo com os Estados Unidos, seu principal rival estratégico. Isso convive com o seu oposto. Ainda que a China tenha uma potência acumulada inferior à dos Estados Unidos, o peso total de sua economia (e até mesmo seu aparato militar) faz frente a potências de primeira ordem, como Alemanha, Inglaterra e Japão. Martin Wolf reconhece que a China é para os Estados Unidos um adversário muito

mais potente do que foi a União Soviética. Argumenta que a China não precisa resolver tão bem todas as suas contradições para ter a maior economia do mundo: a produção *per capita* da China (em termos de poder de paridade de compra) representa 33% daquela dos Estados Unidos (era de 8% no ano 2000) e 50% daquela da União Europeia; na hipótese da China elevar a relação para uma produção *per capita* de 50% à dos Estados Unidos, a sua economia já seria maior que a dos Estados Unidos e da União Europeia, juntas[10]. De fato, a produtividade horária do trabalho da China, como aponta o economista argentino Esteban Mercatante, é de apenas 20% aquela dos Estados Unidos; mas essa taxa era de 10% em 2007, proporção que se duplicou em uma década[11]. Em 2019 a China era o terceiro país com maior estoque de investimento estrangeiro direto (IED) no exterior: seu IED representava 6% do estoque total. Em 2000, seu IED era de apenas 0,37% do estoque global. Os EUA continuam sendo, com ampla margem, o maior investidor global, embora entre 2000 e 2019 sua participação no estoque total tenha caído de 36% para 22%. Grã-Bretanha, Japão, Alemanha e França estão ligeiramente atrás da China em termos de volume de capital produtivo exportado, uma dimensão relevante do avanço chinês. Quanto à esfera militar, o atraso chinês não ensombrece seus êxitos comparativos. Em 2022, de acordo com o Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo, 39% dos gastos militares foram feitos pelos Estados Unidos (US$877 bilhões), mas a China (US$292 bilhões) ocupou o segundo lugar com 13% do desembolso militar global[12]; de 2013 a 2022, houve aumento acumulado de 63% nos gastos militares chineses (2,7% no caso dos Estados Unidos), ainda que os gastos norte-americanos sejam o triplo daquele da China. Como um relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA[13] observa, a Marinha chinesa é "de longe a maior comparada com qualquer país do Leste Asiático", e nos últimos anos ultrapassou a Marinha dos Estados Unidos em número de navios de combate. As capacidades militares desenvolvidas como resultado desses níveis de investimento excedem as de vários países imperialistas.

Assim, a vantagem do atraso permitiu que a China saltasse aceleradamente as etapas de desenvolvimento econômico e tecnológico, como nenhuma potência anterior em estágio semelhante. Ao mesmo tempo, a desvantagem do mesmo atraso, fruto do arcaísmo técnico herdado da China imperial e agravado durante o século de humilhações (1840-1945), fez com

10 Martin Wolf, "*Containing China is not a feasible option*", Financial Times, 2/2/2021.

11 Esteban Mercatante, "*China y el imperialismo: elementos para el debate*", La Izquierda Diario, 15/11/2020.

12 Trends in World Military Expenditure, 2022. Stockholm International Peace Research Institute, abril 2023. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2023-04/2304_fs_milex_2022.pdf.

13 Congressional Research Center. "China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities—Background and Issues for Congress", 27/1/2021.

que a China partisse de um patamar técnico global muito inferior ao dos seus competidores. A entrada de capitais estrangeiros e a política do PCCh de converter, a partir do final da década de 1970, sua economia em "fábrica do mundo", como plataforma de exportações de manufaturas com baixo valor agregado e dotada de trabalho intensivo, obstaculizou o caminho da acumulação originária tecnológica por parte da China. Portanto, aquilo que alavancou a potência econômica da China foi o mesmo fator que impediu a busca pela máxima incorporação de valor no conteúdo produtivo chinês, resultando no diferencial dinâmico nos coeficientes de capacidade bruta.

Para uma compreensão abrangente da caracterização do Estado chinês, esses fatores de incongruência nos ritmos de desenvolvimento são fundamentais. Em primeiro lugar, a China é um país capitalista, solidamente estabelecido sobre um consumado processo de restauração econômica das bases privadas de propriedade – revertendo os resultados da Revolução de 1949 – e que, portanto, não constitui um fator de impugnação do caráter de exploração do trabalho do sistema econômico capitalista. Faz, pelo contrário, parte orgânica dele. Ao mesmo tempo, participa ativamente, com meios cautelosos, do questionamento da hierarquia de Estados oriunda da velha ordem mundial neoliberal, cujo dobre de finados soou nos disparos de artilharia na Guerra da Ucrânia. Em segundo lugar, a China desenvolveu sua economia e sua tecnologia em ramos importantes a níveis extraordinários, que não possuía até o início do século XXI, e o faz mediante um dirigismo estatal que dá ao capitalismo chinês um caráter *sui generis*, distinto do capitalismo ocidental. Há uma combinação nítida entre os resquícios de uma trajetória de dependência e atraso, de um lado, com progressos econômicos e tecnológicos capazes de projetar, com maior ou menor exibição de força, a influência chinesa sobre países da África, da Ásia e da América Latina, e nisso desafiar certos nichos da geopolítica global. Trata-se da tradução para o caso da China no século XXI da noção do desenvolvimento desigual e combinado exacerbado que conjuga o mais arcaico com a última palavra da técnica moderna. À luz disso, poderíamos dizer que a China se constitui, não como uma suposta "economia socialista de mercado", mas como um *Estado capitalista em rápida ascensão, com traços imperialistas*. Parte orgânica dessa definição é que o rápido desenvolvimento capitalista chinês ainda busca ser capaz de subtraí-la de uma situação de baixa autonomia relativa diante da ciência e da tecnologia estrangeiras.

Essa fórmula descritiva busca mostrar melhor o que é a China atualmente, pondo em relevo suas características contraditórias, os traços imperialistas que exibe e a baixa autonomia na produção do que seu desenvolvimento ulterior necessita. Sobretudo, tem o cuidado de não antecipar, precipitadamente, o curso real da evolução futura do fenômeno

chinês, e não dar por resolvido no plano teórico aquilo que ainda precisa se dar no terreno dos fatos. A transformação da China em uma potência imperialista implica ultrapassar obstáculos que remontam a grandes choques de envergadura histórico-mundiais, e a superação de complexos desafios internos e externos que se lhe defrontam. A possibilidade de qualquer tipo de "sucessão" da hegemonia dos EUA não será, em hipótese alguma, pacífica ou evolutiva, isto é, não acontecerá sem guerras em escala global. Deixamos aberta, assim, a via para eventuais retrocessos na dinâmica ascendente da China, algo que não seria novo para uma sociedade que já foi o centro do comércio mundial, antes da dinastia Qing, e que passou por uma longa decadência entre os séculos XIX e XX.

Por que essa classificação é importante? É necessário uma categoria conceitual que torne compreensiva a interpretação dialética da natureza da China diante do conflito que marca este início do século XXI: a disputa pela primazia tecnológico-militar entre Estados Unidos e China. Esse problema, que é teórico mas também invade as fronteiras da política e da estratégia, diz respeito a como se conformarão os conflitos mundiais nessa etapa. Sua importância é apenas ressaltada pelas múltiplas incertezas que a cercam. Os atritos que já se fazem sentir entre Washington e Pequim não são conjunturais, possuem um substrato estrutural. A Guerra da Ucrânia retrata os contornos iniciais de uma ordem global distinta da mera unipolaridade nascida do desaparecimento da União Soviética, cujos conflitos militares (Guerra do Golfo em 1991, Guerra da Bósnia em 1994-95, Guerra do Kosovo em 1998-99) eram expressão do domínio inconteste do imperialismo estadunidense. Nessa etapa, os conflitos geopolíticos, mais ainda de natureza militar como aquele entre Rússia e Ucrânia (como envolvimento logístico ativo das potências da OTAN), encontram os elementos centrais de suas coordenadas na disputa entre potências, em primeiro lugar entre Estados Unidos e China.

O conflito entre Estados Unidos e China é produto da crise econômica mundial, que eclodiu em 2008. Quando a China começa a ser afetada em suas exportações pela retração do comércio mundial, fruto da crise de 2008, é obrigada a concluir que o "esquema exportador" iniciado por Deng Xiaoping no final da década de 1970, e aperfeiçoado pelas reformas pró-capitalistas da década de 1990, já não poderia sustentar sua evolução futura. Essa queda econômica chinesa, explicada pela debilidade da economia mundial, levou a China a operar uma complexa mudança de seu padrão de acumulação. A operação é complexa e tortuosa, e está em curso. Consiste em reduzir drasticamente sua dependência da exportação de bens de baixo valor agregado, fundados em trabalho intensivo, e acelerar a mudança do conteúdo de sua produção, para bens de alta tecnologia, numa economia baseada na expansão do mercado

interno e em salários médios mais elevados. Os traços do velho ciclo exportador não desapareceriam da economia, mas seus efeitos seriam diminuídos à luz das novas necessidades produtivas. À mudança de conteúdo, combinou-se uma mudança de postura na arena internacional. A China começou a transformar-se, progressivamente, de mero receptáculo de investimentos estrangeiros em competidora pelos espaços mundiais de investimento e pela liderança em tecnologia de ponta, com uma produção cada vez mais competitiva com a estadunidense. Isso acarretou uma verdadeira corrida pelo desenvolvimento de novas tecnologias e sua aplicação na produção, com projetos como o *Made in China 2025* e a Nova Rota da Seda, assim como elevou o teor nacionalista da campanha governamental. Até então, essa corrida por adquirir novas capacidades técnicas pela China foi melhor definida por Dan Breznitz e Michael Murphree (2011), em seu estudo intitulado *Run of the Red Queen*, segundo o qual a China busca permanentemente manter-se na fronteira do progresso tecnológico, sem ultrapassá-la, aplicando os desenvolvimentos exógenos em métodos organizacionais e produtivos mais eficientes em seu território. Essa dinâmica dificilmente poderia continuar assim para o futuro desenvolvimento chinês.

Para dar conta da relação causal entre a crise global e as tensões sino-estadunidenses, é preciso assinalar que o período pós-2008 possui, apesar do denominador comum da fragilidade econômica global e seus múltiplos episódios internos, dois ciclos marcadamente diferentes. O primeiro deles é o que se desenvolveu entre o início da recuperação no ano 2010 até aproximadamente os anos 2013-14. O segundo, o que se estende destes anos até a eclosão da pandemia do coronavírus em 2020. Esse segundo ciclo teve como origem o menor crescimento da economia da China − conjuntamente com o início da intenção estadunidense de elevar as taxas de juros. Precisamente, esses dois elementos haviam impulsionado anteriormente a ainda frágil recuperação econômica, que não logrou resolver os problemas de acumulação de capital abertos com a Grande Recessão, e agravados pela crise sanitária de 2020. Este segundo ciclo marcou um ponto de inflexão que coincide com a ascensão de Xi Jinping ao poder e o fortalecimento do nacionalismo chinês. Como afirma a economista Paula Bach:

> Esta situação implica o início da crise da complementariedade sino-estadunidense, mediante a qual uma produção massiva e com relativamente baixo valor agregado é exportada da China aos Estados Unidos − em grande parte desde empresas de origem estadunidense − ajudando por sua vez a sustentar os crescentes déficits dos Estados Unidos. Ainda que se trate de um processo longo e complexo que já vinha se fraturando pela própria pujança da China − e que está longe de ter se rompido por completo − aqueles anos de 2013 e 2014 parecem mostrar uma significativa linha de corte. Os elementos críticos que fraturavam esta relação se aceleraram, e emerge assim

> com clareza a acentuação das tensões entre ambos países. E, justamente a China, que em décadas anteriores − em especial a partir de 2001− tinha se apresentado como um dos motores fundamentais do crescimento do investimento, começa a emergir agora como parte do problema. Deixa de colocar à disposição do capital internacional amplas fontes de mais-valia absoluta − garantindo uma alta taxa de rentabilidade interna e externa − e passou a transformar-se progressivamente em competidora pelos espaços mundiais de investimento e pela liderança em tecnologia de ponta com uma produção cada vez mais competitiva com a estadunidense (BACH, 2019, s/p).[14]

Essa mudança de conduta da China a coloca em rota de colisão com os Estados Unidos. Um resultado desse processo de mutação na economia mundial, a partir da Grande Recessão de 2008, consistiu numa espécie de "ruptura" do motor simbiótico entre Estados Unidos e China, que impulsionou a economia mundial nos últimos 30 anos. Essa espécie de simbiose permitiu nada menos que a etapa neoliberal a partir da década de 1980, em que o sistema capitalista global combinou, em base às derrotas do movimento de massas no ciclo de processos revolucionários de 1968-81, o desenvolvimento tecnológico de maquinário eficiente para a produção com a extração extraordinária de mais-valor absoluto do proletariado chinês. As duas economias dependem uma da outra para prosperar; entretanto, não podem reeditar a complementaridade relativamente "harmônica" das décadas neoliberais, em que Washington comprava o que a China exportava, ao passo em que as reservas em dólares do governo chinês auxiliavam a sustentação dos crescentes déficits norte-americanos. Diante desse desafio, os Estados Unidos têm como objetivo estratégico preservar a atual configuração da ordem global que domina, e servir ao propósito de não esperar pela chegada de uma nova grande ameaça, prevenindo prioritariamente o avanço de um novo contendente (KAGAN, 2000).

No governo de George W. Bush, a China passou de "parceira" a "competidora" estratégica dos Estados Unidos, embora isso não se traduzisse imediatamente em hostilidade política porque a inércia da relação "virtuosa" entre os dois ainda perdurava. Especialmente, o ataque às torres gêmeas desviou o eixo de atenção dos EUA do problema chinês para a doutrina da "guerra ao terror". Em seu segundo mandato, Barack Obama buscou se retirar do Oriente Médio para dedicar os recursos militares, políticos e econômicos à região da Ásia-Pacífico, e promoveu como principal ferramenta para isolar a China o Tratado Transpacífico, que tinha como objetivo incorporar todas as economias da região em um bloco com os Estados Unidos, deixando a China de fora.

---

14 Paula Bach, "*Reflexiones sobre la guerra comercial, la economía mundial y sus derivaciones latinoamericanas*", La Izquierda Diario, 8/12/2019.

Donald Trump cancelou a proposta do Acordo Transpacífico, e se afastou da linha tradicional de cooperação-competição com a China para assumir uma postura dura, lançando uma guerra comercial em 2018, principalmente focada em minar a vantagem tecnológica da China com o 5G, que se manteve com intermitências até o fim do seu mandato em 2020. O principal objetivo por trás da fachada da disputa comercial era, em verdade, estabelecer as medidas para conter a sério o desafio à primazia tecnológica dos Estados Unidos em temas sensíveis, como as redes de telecomunicação, os circuitos integrados (semicondutores) e no ramo dos sistemas de satélites espaciais – todos temas com implicações militares evidentes. Trump responsabilizou o governo Xi Jinping pela pandemia do coronavírus, aprofundou a militarização do Mar do Sul da China e consolidou o "quarteto" (*Quad*) de segurança anti-China na Ásia, com Austrália, Coreia do Sul, Japão e Índia.

Essa conduta de Trump respondia a uma mudança de conduta por parte de Pequim que, sob a liderança de Xi Jinping e o rígido controle do Partido Comunista, abandonou sua tradicional cautela e embarcou em uma política mais agressiva. Com projetos ambiciosos como a Rota da Seda e o *Made in China 2025*, iniciou o rearmamento e modernização de suas Forças Armadas e avançou em pôr em ordem seu próprio território, reforçando o controle sobre Hong Kong – com a imposição da Lei de Segurança Nacional em 2020 – e sinalizando claramente que um dos principais objetivos da China é a reabsorção de Taiwan (problema estratégico de primeira ordem para a China). Ademais, aproveitando o vácuo relativo deixado pelo nacionalismo unilateral trumpista, assinou acordo para estabelecer a maior associação comercial do mundo (30% do PIB mundial) com 15 países da Ásia e da Oceania, conhecida como Associação Econômica Integrada Regional (RCEP, na sigla em inglês) – uma verdadeira inversão do imaginado Acordo Transpacífico.

Dessas premissas históricas materiais, lançadas pela Grande Recessão de 2008 e agravadas pela pandemia do coronavírus, surge a postura ambígua de Joe Biden, presidente estadunidense eleito em 2020, diante da China. Do ponto de vista do discurso, Biden se afastou da retórica provocativa de Trump, aproximando-se da linha tradicional do *establishment* Democrata de cooperação-competição. A um só tempo, entretanto, sua conduta é ainda mais agressiva contra a China, através da tentativa de bloquear o acesso chinês a recursos sensíveis de alta tecnologia, como as ferramentas para manufatura de semicondutores, ou da ameaça velada de intervenção militar caso Pequim decida atacar Taiwan[15]. Buscou alinhar todos os seus aliados por trás dos Estados Unidos para enfrentar o

15 A primeira política dura de Biden contra a China teve referência a Taiwan: advertiu a China a parar de assediar a ilha oriental, e convidou Hsiao Bi-khim, representante do parlamento taiwanês, para a inauguração presidencial. No mesmo sentido, Biden incorporou dois "falcões anti-China" no alto escalão do seu gabinete,

"comportamento abusivo" da China no terreno comercial, e dardejar de maneira demagógica a real violação dos direitos humanos das minorias oprimidas, além de converter a Guerra da Ucrânia numa sorte de alerta para as potências ocidentais diante do desenvolvimento militar da China na região da Ásia-Pacífico. Trata-se de uma estratégia global que inclui uma política militar ativa no Mar do Sul da China (com o envio regular da marinha norte-americana), a reunificação de seus aliados na região – principalmente a Coreia do Sul, Japão, Austrália e Índia – e a contenção da agressividade chinesa contra Taiwan.

Essa agressividade preparatória não vem ao acaso. A disputa com a China não é mais um problema de governo de turno, mas uma questão hierárquica de Estado para o imperialismo estadunidense. Biden não desfará o que foi realizado por Trump nesse terreno, porque a contradição entre o declínio imperial dos Estados Unidos e a ascensão da China é um processo estrutural de longa data, que veio para ficar. Por isso, embora existam diferenças táticas de como fazê-lo, o Partido Democrata não tem nenhum interesse em diminuir a necessidade de conter e atrasar a ascensão da China, uma política de primeira ordem para a classe dominante dos Estados Unidos.

A caracterização do fenômeno chinês é fundamental para habilitar a previsão das principais tendências dessa disputa interestatal que envolve as grandes potências. Nossa hipótese, de um *Estado capitalista em rápida ascensão, com traços imperialistas*, dependente ainda em segmentos estratégicos da ciência e tecnologia das grandes potências, conduz à noção de que estamos diante de atritos entre potências capitalistas de distintas magnitudes. Um conflito, portanto, muito distinto daquele da Guerra Fria, já que não se dá entre sistemas sociais antagônicos, como era o caso entre Estados Unidos e União Soviética (apesar da burocratização stalinista desse Estado operário). A diferença de magnitude entre as potências também caracteriza que tipo de atritos se afiguram no horizonte. À luz dos distintos fatores, a China *todavia não está apta para disputar a primazia dos assuntos capitalistas mundiais* com os Estados Unidos – a principal potência imperialista global – mas *já é capaz de desafiar os interesses específicos dos Estados Unidos em determinadas áreas estratégicas*, especialmente na região da Ásia-Pacífico, em que concentra a maior parte de sua energia e atenção (assunto tratado no capítulo 6). Esse quadro de um desafio limitado, mas potente, por parte da China é próprio de sua dinâmica ascendente, com poucas esperanças de ser bloqueada. É nesse âmbito que a gravidade do conflito adentra a atmosfera do imponderável.

---

o secretário de estado Anthony Blinken, e o conselheiro de segurança nacional Jake Sullivan, ambos elogiosos da política de Trump contra a China. Junto a Kurt Campbell, outro "falcão anti-China" e chefe do Conselho de Segurança Nacional, Biden montou uma equipe mais agressiva do que aquela arquitetada quando fora vice-presidente de Barack Obama.

Um conflito militar entre Washington e Pequim adotaria um caráter eminentemente *reacionário*. Se a perspectiva da luta impiedosa pela manutenção da hegemonia estadunidense, que se fará sentir mais acentuadamente em uma época de crise, não é nada alentadora, o horizonte da eventual expansão internacional do autoritarismo estatal por parte da burocracia do Partido Comunista Chinês tampouco pode ser revestida de um verniz benigno. O Estado liderado pelo PCCh não representa nenhuma alternativa progressista à dominação imperialista dos Estados Unidos e seus aliados. Em um duelo tal em que a adoção de um lado se torna impossível, o papel independente da classe trabalhadora chinesa – ligado com os trabalhadores dos Estados Unidos e do mundo – é de estatura fundamental.

A história da luta de classes na China é demasiado pródiga em exemplos de sua força independente. Está, portanto, incluída no centro dessa hipótese da importância dos trabalhadores e camponeses para um desenlace distinto ao que se afigura no choque intercapitalista entre EUA e China. Num repasse que preza pela brevidade, encontramos um momento epocal de combates de classe entre 1925-27, um segundo levante importante entre 1947-49, e cinco distúrbios menores da classe operária chinesa (1935-36, 1940, 1957, 1979, 1989) em sua história moderna. A mais poderosa manifestação do poder da classe operária veio na esteira da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique em outubro de 1917; a segunda manifestação, surgida como consequência da Segunda Guerra Mundial, coincidiu com o último estágio da guerra civil que culminou com a vitória do PCCh e na Revolução Chinesa de 1949. No caso da China, observamos conflitos sociais em que as insurgências operárias são parte de um padrão revolucionário mais amplo. No curso da República Popular, protestos operários surgiram no Movimento das Cem Flores de 1957, em 1967 no auge da Revolução Cultural, em 1979 durante o Movimento da Muralha Democrática e a ascensão de Deng Xiaoping, e no movimento de 1989 da Praça Tiananmen. Em todos esses momentos, profundas divisões políticas internas, usualmente intensificadas por crises internacionais, abriram caminho para gestas operárias em grande escala nas principais cidades da China. Mais do que a organização de forma compreensiva de seus combates, a história do proletariado chinês está impregnado de heroísmo em combate, e especialmente da possibilidade de vencer. Esse é um horizonte incontornável para a discussão do socialismo na China no século XXI.

A fim de oferecer um panorama cartográfico sobre o caminho desta tese, repassamos os principais pontos de cada capítulo. No primeiro capítulo, adentramos o enigma de Xi Jinping, a especificidade de sua política e o que representa socialmente no contexto chinês pós-crise mundial de 2008. No segundo capítulo, a partir das coordenadas da política de Xi

Jinping, passamos em revista o Partido Comunista Chinês, e sua relação social hostil com a classe trabalhadora nacional – a quem submeteu a um longo ciclo de exploração durante o período marcado pela industrialização orientada à exportação, no panorama produtivo sinocêntrico da Ásia oriental. No capítulo 3, em base ao quadro da exlporação caiptalista da classe trabalhadora chinesa, fazemos uma incursão histórica no século XX para mostrar em que condições surgiu o poder do PCCh, e por que se converteu não apenas no inimigo interno dos trabalhadores, mas no agente ativo da restauração capitalista na China. O capítulo 4 está dedicado à compreensão detalhada das reformas pró-mercado que, de Deng Xiaoping a Jiang Zemin, fizeram culminar o processo de restauração capitalista, dando origem a uma formação sócio-econômica desigual e combinada que amalgama determinadas características de atraso com o mais avançado da técnica moderna, a partir das quais debatemos os alcances e limites que a China de Xi Jinping apresenta no século XXI. No capítulo 5, estudamos os estágios da modernização das Forças Armadas da República Popular, e o centro das tensões geopolíticas na Ásia-Pacífico, no Mar do Sul da China e especialmente Taiwan. No capítulo 6 debatemos as relações geopolíticas que a República Popular estabelece com as distintas regiões do globo, encarando teoricamente a problemática do multilateralismo chinês. No capítulo 7, concluímos debatendo as hipóteses para o ressurgimento do socialismo chinês, a hegemonia operária e a auto-organização como condicionantes indispensáveis para o desafio da classe trabalhadora à hegemonia política do PCCh e de Xi Jinping.

Capítulo 1 – A China de Xi Jinping na encruzilhada da crise econômica mundial

1.1 Xi, o homem providencial

"*A culpa não é do espelho se a cara é torta*". Esse maravilhoso provérbio russo, que figura como epígrafe da peça cômica *O Inspetor Geral*, de Nikolai Gógol, antecipa uma criação marcante da dramaturgia mundial. No espelho gogoliano, no jogo de luzes de seus reflexos deformantes mas precisos, o público reconhece no palco tudo aquilo que deseja ver; mas, simultaneamente, também aquilo que não gostaria de presenciar. Uma mirada naturalizante sobre a velha estrutura hierárquica da burocracia estatal tsarista, que o genial escritor russo demole em sua crítica – talvez apesar de si, já que o produto artístico ganhou dimensões que superaram sua afinidade política pessoal – faz com que a peça se volte contra o público. Demais está dizer que não está no autor a culpa pela fidelidade negativa do retrato. A China, merecidamente, desperta paixões, pela sua riquíssima tradição histórica e cultural. Trata-se de uma das mais fabulosas heranças da história mundial. Uma certa sinofilia recente, entretanto, transcende o espectro da admiração das virtudes do tesouro cultural, migrando-o para a dimensão política da China. A razão disso é manifesta na força de seu crescimento econômico e nos resultados da prodigiosa evolução das potências materiais chinesas em sua projeção internacional contemporânea. Uma atitude dessa natureza distorce a realidade política do retrato chinês, que merece ser observado com atenção gogoliana.

Em outras palavras, esse quadro dá origem a determinada ilusão, poderíamos dizer, de que politicamente a China representaria uma alternativa fiável ao capitalismo imperialista ocidental, representando uma espécie de multilateralismo benigno diante da unipolaridade norte-americana. Segundo essa aproximação teórica, diante dos Estados Unidos, a China poderia assumir o papel de modelo de desenvolvimento nacional para os países oprimidos, e de integração global não-beligerante no panorama mundial, atenuando numa ordem multipolar as arestas mais militaristas do tradicional imperialismo ocidental. Autores pertencentes a distintas matrizes teóricas encontram um certo ponto de convergência em apostar na ascensão chinesa como a melhor via para o desenvolvimento pacífico de uma nova ordem multipolar no século XXI, que superasse a unipolaridade beligerante de Washington. É inegável a destrutividade do capitalismo ocidental, em primeiro lugar dos Estados Unidos, para a humanidade e a natureza. Mas um exame atento sobre as circunstâncias político-econômicas da China tende a mostrar algumas deformações desagradáveis que muitas vezes são contidas, em benefício de uma visão em boa medida unilateral em relação às disputas

globais. Essas deformações, cumpre dizer, não são de responsabilidade do espelho que se coloque em frente à burocracia autocrática que chefia o colosso chinês. Adaptando o apotegma de Gógol, podemos dizer que o espelho não é culpado se o rosto político de Pequim é torto. Efetivamente, um olhar naturalizante sobre a burocracia estatal chinesa não está em sintonia com a perspectiva da emancipação socialista da humanidade, o que torna vital uma representação do caso chinês a partir da realidade concreta da era Xi Jinping.

Essa representação real do caso chinês, sem as distorções especulares das leituras acríticas, parte do reconhecimento de que o regime bonapartista encabeçado por Xi Jinping transita por contradições complexas. O ano de 2022 foi um ponto de inflexão para a política chinesa, e mostrou um quadro das complexas dificuldades para a hegemonia da burocracia do Partido Comunista. De um lado, Xi Jinping afiançou no 20º Congresso do Partido Comunista Chinês seu terceiro mandato como secretário-geral do partido, chefe da Comissão Militar Central e presidente da China. Ao assumir um terceiro mandato, Xi eliminou *de facto* o sistema creditado para as transições ordenadas de liderança de 2002 e 2012, que levou Hu Jintao a ocupar o posto de Jiang Zemin, e Xi Jinping substituir Hu Jintao. O disciplinamento interno do PCCh se robusteceu pela campanha anticorrupção através da qual Xi Jinping reordenou todo o alto escalão do poder de acordo com o critério da fidelidade a seu projeto político. Funcionários de elite na China, como Li Keqiang, Li Zhanshu e Han Zheng, membros até então do Politburo, foram excluídos em nome de aliados leais a Xi, como Li Qiang, Cai Qi, Ding Xuexiang e Li Xi. Os resultados do 20º Congresso haviam sido preparados nos anos anteriores. As vagas conquistadas aos aliados pela campanha anticorrupção, somadas àquelas oriundas da aposentadoria dos funcionários aos 68 anos, deram a Xi ampla margem de atuação: 65% dos 270 membros do Comitê Central foram substituídos desde 2017, e 66% dos 25 membros do Comitê Permanente do Politburo também o foram. Assim, Xi Jinping consolidou ainda mais o poder quase absoluto ao promover seus protegidos à liderança superior[16].

De outro lado, uma das políticas centrais de Xi, o duro regime de confinamento da Covid-zero, desatou um processo que desafiou sua pretensa infalibilidade. Menos de um mês depois de assegurar o posto de principal líder chinês depois de Mao Zedong, a greve na fábrica da Foxconn em Zhengzhou, capital da província de Henan, fez implodir a estabilidade da política estatal. A greve na maior fábrica de iPhones do mundo, que emprega 200 mil

16 Para uma análise detalhada das transformações políticas do PCCh durante o decisivo 20º Congresso de outubro de 2022, ver Barbieri, André (2022): "O novo timoneiro Xi Jinping em águas turbulentas", Ideias de Esquerda. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/O-novo-timoneiro-Xi-Jinping-em-aguas-turbulentas.

trabalhadores, contou com enfrentamentos radicalizados de milhares de operários migrantes contra a polícia, em repúdio à fraude salarial imposta pela empresa taiwanesa (que prometeu bônus de remuneração pela alta temporada, sem cumpri-los) e também ao confinamento na fábrica, que passou a operar em "sistema fechado", sem que os trabalhadores pudessem sair do complexo fabril a fim de não espalhar a contaminação pela Covid-19 que grassava pela Foxconn. Essa rebelião operária – notória em si mesma pelo componente operário de oposição a uma política defendida com orgulho por Xi Jinping no 20º Congresso do PCCh – foi responsável por desencadear protestos de segmentos de classe média e dos estudantes em cidades como Xangai, Pequim, Tianjin, Wuhan, Chengdu, Chongqing, entre outras. Um elemento importante dos protestos foi a solidariedade da juventude estudantil chinesa com a população muçulmana em Xinjiang, em cuja capital, Urumqi, um incêndio vitimou pessoas que não puderam deixar o edifício em função da rígida quarentena da Covid-zero. Os protestos de novembro de 2022 foram o principal questionamento à autoridade de Xi Jinping desde 2013, o que prontificou o governo a relaxar as medidas restritivas dos confinamentos e acelerar o programa de vacinação. O resultado foi a mudança praticamente completa das diretrizes governamentais, com o abandono da política da Covid-zero e a reabertura das fronteiras com o relaxamento das quarentenas, cujos efeitos sobre a economia chinesa acentuavam sua desaceleração.

Essas duas imagens representam o confronto latente entre as classes e frações de classe no interior de uma China em constante modificação, e que passa a encarar os sintomas da luta de classes em uma economia em processo de desaceleração, em meio às disputas geopolíticas entre Pequim e Washington. De suma importância é a verificação de que a atividade independente dos segmentos sociais explorados e oprimidos na China constitui um componente decisivo para o ordenamento do tabuleiro político (entendido como luta de classes), algo desmerecido por uma vasta gama de intérpretes.

A reconfiguração do tabuleiro político chinês em termos de luta de classes tem bases estruturais nas novas condições históricas em que a economia nacional se encontra. A velha ordem neoliberal – que está em pleno processo de questionamento pelas potências, tendo como símbolo a guerra da Ucrânia – havia permitido que a China crescesse economicamente em ritmos pujantes; o esgotamento dessa ordem, uma de cujas principais características é a passagem da China de nação meramente absorvente de investimentos estrangeiros para um país que disputa nichos para acumulação de capital internacional, implica uma desaceleração estrutural na velocidade de crescimento econômico. Um rearranjo mais complexo surge da situação em que os mecanismos de enriquecimento econômico já não dão conta,

unilateralmente, da contenção do conflito social, como ocorreu no caso da greve de Zhengzhou, acicatada pelos efeitos da política da Covid-zero de Xi Jinping. A reversão global da diretriz do PCCh para frear o fluxo da contaminação pandêmica em suas novas cepas também obedeceu ao intuito do governo central de deter a desaceleração da economia, que ameaçava abrir fissuras maiores no tecido social. Ainda que a imbricação entre a economia e a luta de classes não ocorra de maneira automática, deve ser levada em conta para o exame do problema.

Se observamos a partir de outro ângulo esse mesmo problema, a desaceleração econômica da China não anula as novas possibilidades que o acúmulo de enriquecimento das últimas décadas permite a Xi Jinping. Na arena geopolítica a expansividade chinesa responde a essas novas condições, tanto na conquista de aliados, quanto no desafio a adversários. Segundo o filósofo da escola legalista chinesa, Han Feizi, que escrevia no século III antes da nossa era sobre a necessidade de centralizar a autoridade total nas mãos dos governantes por meio de leis e métodos de administração (não pela virtude ou moralidade), os valores políticos coabitavam, numa relação de subordinação, com as possibilidades materiais. Tempos materialmente difíceis exigiam valores opostos à generosidade da abundância, assim como tempos favoráveis em termos econômicos explicavam a exuberância e a magnanimidade. Numa curiosa sintonia com essa espécie de materialismo individualista, a China do século XXI esbanja solidariedade retórica, contrapondo à decadência hegemônica do imperialismo estadunidense os supostos benefícios mundiais da sua ascensão, cravejada de favores aos aliados (e de desgraças aos oponentes). Han Feizi provavelmente explicaria a capacidade de projeção de poder internacional pela China de Xi Jinping com um exame atento a seus enormes êxitos econômicos, que a puseram como segunda maior potência do globo, e a principal economia mundial em termos de paridade de poder de compra. O filósofo legalista clássico – se seguirmos o exercício mental – favoreceria a política de premiar aliados e punir desafetos como maneira de condicionar o comportamento da comunidade internacional, crescentemente dependente da China para seus próprios êxitos econômicos.

É inegável que os tempos sejam materialmente favoráveis à China, à luz de sua história recente no século XX, ou a grande dor das humilhações nacionais entre 1840 e 1949. Há uma contradição de origem na problemática chinesa atual. A preparação de seu crescimento econômico a ritmos monumentais veio se dando há décadas, em base à apropriação por parte da restauração capitalista – impulsionada por Deng Xiaoping – daquelas conquistas da revolução de 1949. Mas, em verdade, a entrada da China no palco das principais disputas mundiais é excessivamente recente. Os contornos claros de seu ingresso no

proscênio das disputas globais entre as grandes potências são identificáveis com segurança a partir de 2013, cinco anos após o estouro da crise econômica mundial de 2008-2009. Há menos de uma década a relação da China com as principais potências estava baseada fundamentalmente na integração das cadeias globais de valor e na estrutura da divisão internacional do trabalho herdadas do neoliberalismo, no marco de um sentimento de desconfiança cordial que ainda priorizava a cooperação em detrimento da competição. Depois de 2013, a China passou a ser considerada como uma potência cujos saltos de desenvolvimento econômico-tecnológicos deveriam ser detidos, sendo assinalada oficialmente como competidora estratégica dos Estados Unidos e da União Europeia com a iniciativa da administração estadunidense de Donald Trump de abrir uma guerra comercial-tecnológica agressiva com a China, continuada por Joe Biden.

Como essa mudança tão drástica da China dentro do sistema de Estados se expressou politicamente? Com a ascensão de Xi Jinping ao cume do poder na República Popular. Xi Jinping representava a China que já não podia mais sustentar um padrão de crescimento econômico relativamente harmônico com o Ocidente, uma China que não podia mais se basear na exportação de mercadorias baratas, limitando-se ao papel de fábrica do mundo, depois da crise de 2008. Xi Jinping sintetizava os novos interesses da burguesia ascendente chinesa num momento de crise global como nenhum outro. Esse é um fator de importância seminal, a partir do momento em que não reduzamos a diretriz nacional da China às idiossincrasias de um indivíduo. Podemos encontrar nas condições que fizeram Xi emergir como líder supremo, e na conduta política adotada desde então, as coordenadas do novo momento ascensional da China e sua participação na nova conjuntura global de disputa entre potências.

Para compreender melhor a alteração da posição da China no mundo, representada pela ascensão de Xi Jinping, é necessário lançar luz brevemente sobre três momentos. O primeiro deles é a abertura da Grande Recessão em 2008; o segundo é o ano de 2013, sendo a ascensão de Donald Trump em 2016 o terceiro. Em 2008, a crise econômico-financeira global não fez cair apenas o Lehman Brothers e a noção da infalibilidade capitalista que foi propalada durante a era do triunfalismo neoliberal. Na China, fez cair também a noção, alimentada pela burocracia do Partido Comunista Chinês, de que seu crescimento poderia seguir sustentando-se de maneira estável dentro do antigo sistema industrial orientado à exportação. Victor Shih (2019) nota que à entrada da crise econômica mundial de 2008 as exportações chinesas despencam dramaticamente. Enquanto nos anos do *boom* chinês a média de crescimento nas exportações alcança 20% ao ano, em 2009 as exportações chinesas

mergulharam para -18%. A contração do comércio mundial, a fragilidade da economia estadunidense, mas especialmente a falta de novos nichos de acumulação por parte das grandes potências e a incapacidade da crise de exercer seu papel de "limpeza de capitais", obrigaram Pequim a iniciar uma tortuosa mudança em seu padrão de crescimento (SHIH, 2019). O objetivo era afastar-se da exclusiva dependência da exportação de produtos com baixo valor agregado, baseado em trabalho intensivo, e introduzir elementos de uma economia avançada produtora de alta tecnologia. Central para a manutenção das taxas de crescimento chinês, a dependência do mercado externo deveria ser suavizada em base ao impulso de um massivo incremento da capacidade consumidora do mercado interno chinês. Também vinculado a essa transformação, a China passa de bolsão para a acumulação capitalista ocidental para transformar-se progressivamente em competidora pelos espaços mundiais de investimento e pela liderança em tecnologia de ponta, em determinados nichos produtivos. A crise de 2008, portanto, abriu caminho a uma modificação complexa das bases estruturais que sustentavam a economia chinesa durante os últimos 40 anos.

O segundo momento foi o decisivo ano de 2013. A China, que ainda atuava como contratendência mundial aos fatores que impulsionavam a crise, ancorando o desenvolvimento industrial e comercial global, passou a ser parte do problema. Entre 2013 e 2014 começou a sentir os efeitos da crise no interior de seu próprio território. Os aumentos de exportação retornaram ao patamar prévio à crise durante os breves anos de recuperação entre 2010-12, atingindo média de crescimento de 25% ao ano (SHIH, 2019). Mas a recuperação foi de curto alcance. No biênio de 2013-14, esse crescimento caiu para 7% ao ano, e para -2% entre 2015-16. O superávit de conta-corrente da China, que variava entre 8-10% entre 2008 e 2010, passou a ser de 2% depois de 2013 (SHIH, 2019). As dificuldades materiais mais graves foram contidas pelo colchão de reservas internacionais de que a China dispõe, usadas por Hu Jintao e Wen Jiabao para aplicar um plano de estímulo fiscal (ou de "relaxamento quantitativo", como ficaram conhecidas) de 4 trilhões de iuanes entre 2009 e 2010 (SHIH, 2019). Mas a linha de fragilidade chinesa se tornara evidente, ainda mais com a crise nas bolsas de valores em 2015, que a fizeram perder trilhões de dólares em poucos dias. Os esforços para a modificação do padrão de crescimento chinês e a diminuição de sua dependência diante das exportações teve de entrar em conflito como os cristalizados interesses de segmentos da burocracia do próprio PCCh que lucraram demasiadamente com o curso da industrialização exportadora nas províncias. A necessidade de autopreservação da burocracia chinesa diante das possibilidades de distúrbios sociais na luta de classes com os efeitos da crise econômica – os anos de 2013-14 foram de greves operárias – fortaleceu o

setor mais decidido da burocracia para operar de maneira agressiva essa modificação. Xi Jinping chega ao poder na China justamente em 2013.

O terceiro momento dessas modificações na posição da China no sistema internacional de Estados se reflete na reação das potências ocidentais, em primeiro lugar dos Estados Unidos, diante do novo curso do bonapartismo de Xi Jinping. O marco estratégico dessa etapa é a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA. Dentre todas as tendências nacionalistas e protecionistas de sua política, indubitavelmente fundadas na própria crise econômica mundial e nas dificuldades que atravessavam a economia estadunidense, uma delas se destaca: a agressividade contra o avanço da China. A corrida da China por alterar o conteúdo de sua produção, elevando investimentos em pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia em ramos econômicos de primeira importância – semicondutores, veículos elétricos, comunicação espacial, robótica, entre outros, reunidos no plano *Made in China 2025* – fez com que a China entrasse seriamente na disputa pela prevalência tecnológica em itens sensíveis para a segurança nacional dos Estados. Esse ingresso qualificado da China na disputa por espaços de investimento de capital a colocou em rota de colisão com os interesses dos Estados Unidos de preservar sua posição primaz na tecnologia mundial. Todas as medidas de Trump relacionadas à China tiveram como base o consenso bipartidário do imperialismo estadunidense em frear o desenvolvimento chinês. Essa motivação foi levada adiante pelo imperialismo estadunidense de uma maneira menos errática e mais firme (sem abandonar os cuidados contra excessivas fricções) pela administração Democrata de Joe Biden a partir de 2020. Xi Jinping, a partir do 19º Congresso do PCCh em 2017, adotaria uma postura mais agressiva no sentido oposto, o de garantir a continuidade do desenvolvimento chinês. A disputa que marca nosso século entre a superpotência imperialista central (EUA) e a potência ascendente (China) – ainda que por parte da China essa disputa tenha limites determinados – entra em funcionamento sem nenhum disfarce.

Esse período entre 2008 e 2016 é, portanto, fundamental para entender a entrada da China na disputa dos grandes assuntos capitalistas mundiais. Nesse período, a linha política do Partido Comunista Chinês, com Xi Jinping à cabeça, tomou um curso ainda mais autoritário. Steve Tsang e Honghua Men (2016) declaram que o revés na economia mundial trazido pela crise financeira de 2008 representou a oportunidade para um político como Xi Jinping deixar sua marca.

> O progresso desenvolvimentista que a China conquistou até 2012 a situou num lugar que obrigou a direção a tomar decisões estratégicas sobre o rumo que o país tomaria a partir daí. A abordagem desenvolvimentista seguida pela direção do Partido Comunista, depois que Deng Xiaoping inaugurou as

> reformas em 1978, já estava perdendo fôlego nesse momento. A "década dourada" da parceria entre Hu Jintao e Wen Jiabao marcou o ponto alto daquilo que a velha abordagem poderia entregar. A perspectiva de estender essa abordagem por mais uma década não era promissora. A atmosfera internacional estava mudando, o panorama econômico se transformava, vantagens demográficas se erodiam rápido, pressões ambientais aumentavam, as expectativas públicas cresciam, as relações entre os grupos étnicos apresentavam desafios. O governo chinês tinha de adotar um caminho mais dinâmico, sob risco de ver esses desafios saindo do seu controle (TSANG; MEN, 2016, p. 14).

As importantes modificações estruturais no *modus operandi* do Partido Comunista se adaptaram às necessidades impostas pela crise de 2008 e seus efeitos claros na China a partir de 2013. Desde que Xi chegou ao poder, em novembro de 2012, durante o 18º Congresso do Partido Comunista Chinês, sua conduta foi combinar políticas de incremento das capacidades de produção tecnológica (alteração do conteúdo da produção), com a regulação das taxas de crescimento médio do PIB chinês, cujos duplos dígitos eram fruto do padrão dependente das exportações de manufaturas com baixo valor agregado. O ponto de inflexão de 2013 impôs à China reconfigurar o padrão de crescimento fundado principalmente nos ganhos do PIB baseados na exportação com essas características. Entretanto, a política econômica de Xi Jinping está umbilicalmente ligada com a obsessão pela estabilidade e o controle da ordem social (como mencionamos no caso da reversão da política da Covid-zero). Diretrizes políticas como a adotada diante da pandemia preocuparam o *establishment* burocrático e a instituições financeiras globais por incrementar a desaceleração da economia chinesa[17]. Conceitualmente, o governo Xi expressa dualidades inerentes às contradições chinesas nessa nova etapa. De um lado, a ênfase se encontra na qualidade do crescimento, ou que setores da economia se transformam em novos centros de gravidade do capitalismo chinês. De outro, a contração econômica é inseparável das tendências do novo padrão de crescimento eleito, fragilizando o tecido da estabilidade social e exigindo novos colchões de amortecimento contra choques da luta de classes.

Dentro da estrutura selvagem do capitalismo chinês, a atenuação do problema causado pela irracional estrutura industrial chinesa e a inadequada capacidade de inovação foi um *leitmotiv* da entrada de Xi Jinping no governo. O objetivo consistia em reduzir a influência da primeira a fim de hierarquizar a solução da segunda. Da mesma forma, outro objetivo fundamental anunciado com o surgimento do novo governo Xi foi a conquista de uma sociedade moderadamente próspera, que em termos econômicos significava erradicar a

17 O The Economist classificava Xi Jinping como "danificador da economia chinesa". "How Xi Jinping is damaging China's economy", The Economist, 26/05/2022. Disponível em: https://www.economist.com/leaders/2022/05/26/how-xi-jinping-is-damaging-chinas-economy.

pobreza e duplicar o PIB nacionalmente e numa base *per capita* (TSANG; MEN, 2016). O governo chinês festejou, à sua maneira mítico-ideológica, a presumida erradicação da extrema pobreza no início de 2021, enaltecendo o papel de Xi Jinping nessa empreitada, embora especialistas questionem os critérios da meta anunciada[18].

Marcos históricos dessa natureza, fáticos ou imaginários, são a base sobre a qual a burocracia bonapartista do Partido Comunista justifica seu direito ao poder sobre a sociedade capitalista que preside. Os três eixos sobre os quais a máquina de propaganda do PCCh estabelece as raízes de seu direito vitalício ao poder estão bem estabelecidas. São elas: a vitória sobre os japoneses durante a II Guerra Mundial, a unificação nacional depois do triunfo sobre o Kuomintang na Guerra Civil (a Revolução Chinesa de 1949), e a restauração do crescimento econômico da China com o advento das reformas pró-capitalistas a partir de 1978 (BROWN, 2016). Em todos esses aspectos, recende a ideia de que o Partido Comunista restaurou a dignidade do povo chinês depois do século de humilhações entre 1840 e 1945. Ao mesmo tempo em que associa seu empreendimento histórico àquele processo que subverteu as conquistas da revolução de 1949, uma contrarrevolução sobre as bases sociais da propriedade nacionalizada que passou a formas privadas da propriedade capitalista, a retórica do "socialismo com características chinesas" permaneceu como uma camada ideológica protetora que reveste seu diálogo com a enorme classe trabalhadora do país. Xi Jinping acrescentou sua marca às supostas premissas que entronizariam os direitos vitalícios do poder da burocracia do PCCh: a busca pela China do *status* de grande potência global.

Esses são os pilares da legitimidade hegemônica do PCCh sobre o país, e sua narrativa foi construída e disputada pelas distintas frações no interior do partido. E por que Xi Jinping conquistou a primazia dentro desse oceano de contendentes ao? Nada indicava de maneira pré-determinada que Xi Jinping seria o líder ungido do Partido Comunista. Nascido em 1953, filho de um temperado veterano do Partido, Xi Zhongxun – que era um dos favoritos de Mao pela carreira militar no Norte durante a Guerra Civil, e que depois se tornou chave na implementação das reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping – Xi Jinping conheceu desde cedo o ambiente olímpico da casta burocrática chinesa. Na época do nascimento de Xi Jinping, Xi Zhongxun foi ministro da propaganda de Mao, e mais tarde serviu como vice-primeiro ministro no Conselho de Estado da China (GILL, 2022). Xi Jinping freqüentou escolas de elite designadas para filhos de quadros superiores, e também teria passado algum tempo dentro de Zhongnanhai, o edifício destinado à direção do PCCh, adjacente à Cidade

18 Gao Feng, "China Claims It Has Eliminated Poverty But Is That True?", VOA, 03/03/2021. Disponível em: https://www.voanews.com/a/east-asia-pacific_voa-news-china_china-claims-it-has-eliminated-poverty-true/6202791.html.

Proibida no centro de Pequim. Experimentou períodos de férias junto com outras famílias proeminentes do Partido no retiro da praia de Beidaihe, e teve interações com os líderes mais antigos da época, incluindo Mao Zedong, Zhou Enlai, e Deng Xiaoping (GILL, 2022). Ao longo de seus primeiros anos, Xi cresceu como um "príncipe vermelho" e parte da nobreza burocrática de Pequim. A mitologia ao redor de sua pobreza durante os duros anos da Revolução Cultural, incluindo as fantasias hagiográficas (como o período em que morou em uma caverna em Yan'an, uma ligação direta com Mao) busca, entre outros objetivos, desluzir essa marca de origem na nata da sociedade chinesa, criado e educado entre poderosas famílias ligadas ao governo central. Mas sua experiência filial se deu por linhas complexas durante a era Mao Zedong. O jovem Xi Jinping assistiria o pai ser perseguido politicamente, acusado por Mao de ser um direitista antipartido (BROWN, 2017; GILL, 2022). Xi Zhongxun foi expulso de seus postos de liderança e colocado em detenção, onde permaneceria até 1975[19]. Em 1966, a vida de Xi Jinping se entrelaçou com mais uma das campanhas políticas de Mao. Segundo Bates Gill (2022), estudando em Pequim em um estabelecimento educacional de elite, próximo ao edifício de Zhongnanhai, Xi foi enviado à região de Yan'an, na província de Shaanxi[20], fruto das campanhas de reeducação no campo orquestradas por Mao durante a Revolução Cultural (1966-76). Com apenas 13 anos, Xi Jinping passaria a experimentar a cruenta vida rural chinesa, em condições desfavoráveis, na mítica região que servira de base militar para as forças comunistas durante a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial (BROWN, 2017; GILL, 2022). Esse conhecimento da vida rural distingue Xi dos seus predecessores. Dos líderes chineses desde os tempos de Deng, Xi é o primeiro secretário-geral com vínculos biográficos diretos com a vida rural, num momento em que a juventude enviada ao campo era vista como vítima dos excessos maoístas (GILL, 2022).

Dois fatos marcaram o interesse de Xi pela política e pelo ingresso no Partido Comunista Chinês. Uma delas se resume às inúmeras tentativas fracassadas de ingressar nas fileiras do partido, tendo em seu currículo a mancha de ser filho de um renegado pela burocracia, algo que só se modificou durante sua estadia em Yan'an. O segundo fato foi a escolha de sua carreira, uma vez entrado no Partido Comunista. Xi Jinping trabalhou de 1978

19 Ao todo, o pai do atual secretário-geral do PCCh ficaria sob custódia da polícia em prisão domiciliar por quase vinte anos, até ser reabilitado por Deng no início da década de 1980 (BROWN, 2017; GILL, 2022).

20 Xi escolheu ir para Yan'an, na província de Shaanxi, onde seu pai serviu como comandante militar das forças comunistas chinesas na década de 1940 e onde Xi tinha estendido seus laços familiares. Ele trabalhou lá durante a maior parte dos sete anos seguintes, um período formativo entre os 15 e 22 anos de idade. Já como poderoso líder da República Popular da China, em sua incansável propaganda para aparecer como um líder conhecedor da vida do povo, Xi Jinping anunciou que esse período foi crucial em sua formação. Teria ali enfrentado adversidades, construído auto-resiliência, desenvoltura e experiência de liderança, além de ter conhecido em primeira mão as lutas da vasta população rural da China.

a 1982 como secretário de Geng Biao, membro da Comissão Militar Central e uma figura militar proeminente (BROWN, 2017; GILL, 2022). Apesar disso, renunciou à carreira militar, sem que seu interesse pelo Exército tenha diminuído. Selecionando alcançar mais rapidamente um novo status político, Xi Jinping parece ter percebido a oportunidade de controlar mais eficazmente o Exército de Libertação Popular através de um prestígio mais sólido e seguro no interior do alto escalão do PCCh.

> Sua carreira política começou – novamente, devido ao seu status de filho de um líder de alto escalão – como secretário pessoal de Geng Biao, que na época era secretário-geral da Comissão Militar Central do PCCh. Depois de três anos nessa função, Xi deixou Pequim para assumir posições governamentais e partidárias em áreas provinciais, assumindo responsabilidades de liderança maiores nas províncias orientais em rápido desenvolvimento, tais como Hebei, Fujian (onde se tornou governador), e Zhejiang (onde se tornou secretário do partido) de 1981 a 2007. Durante este período, ele fez sua famosa viagem a Iowa, nos Estados Unidos, em 1985 – acreditando ser sua primeira excursão ao exterior – como chefe de uma pequena delegação agrícola (GILL, 2022, p. 14).

Essa decisão de rumar para as províncias que se tornariam o centro de gravidade da economia chinesa carrega interesse por diversos motivos, já que revela certa capacidade de projeção dos objetivos pessoais dentro da hierarquia política, que conferia uma possibilidade de influência maior do que o prestígio militar. Da mesma maneira, explica a atenção veemente de Xi aos assuntos militares, e seu desejo de controle absoluto sobre as Forças Armadas da China, algo que trataremos em lugar apropriado (ver Capítulo 7).

Conheceu os efeitos diretos da entrada do capital estrangeiro na China ao ser lotado em Xiamen, na província de Fujian, cidade industrial que na década de 1980 se converteu numa das primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Xi subiu na hierarquia partidária após a repressão na Praça Tiananmen de 1989, com os favores de Deng, cuja famosa "Viagem ao Sul" de 1992 Xi Jinping pode observar em primeira mão. Secretário partidário do distrito de Ningde na década de 1990, ajudado por manobras burocráticas do então presidente Jiang Zemin a ingressar no Comitê Central do PCCh em meio à crise financeira asiática de 1997, Xi passou posteriormente à agrária província de Zhejiang, no início dos anos 2000, onde ganhou alguma notoriedade, já que a proximidade da província com Xangai a fez se desenvolver rapidamente (BROWN, 2018; GILL, 2022). Em 2007, Xi foi nomeado secretário do partido em Xangai. Poucos meses depois, foi transferido para Pequim, onde assumiu um assento no Comitê Permanente do Politburo. Ele Exerceu no Politburo a função de primeiro-secretário, encarregado de conduzir as operações diárias do Secretariado, incluindo a coordenação e execução de suas decisões. Nesta função, Xi Jinping provavelmente ganhou familiaridade

com o funcionamento interno e com os distintos grupos de interesse político dentro do Comitê Central, grupos ligados aos principais líderes do país (GILL, 2022). Isso permitiria conhecer a fundo as debilidades de cada fração, o que utilizou para a reformulação da direção máxima no 20º Congresso do PCCh em 2022 para eliminá-las em seu favor. Em 2008 foi eleito vice-presidente da China, numa ascensão que já o qualificava como possível sucessor de Hu Jintao. Foi responsável pelos preparativos para os Jogos Olímpicos de Pequim, e para as comemorações dos 60 anos de fundação da República Popular da China, em 2009. Em 2010, assumiu a vice-presidência da Comissão Militar Central, um passo importante no caminho para a presidência do país. Em novembro de 2012, sucedeu Hu como secretário-geral do PCCh e, em março de 2013, como presidente da China.

Quanto à orientação política, Xi Jinping foi um declarado adepto de Deng Xiaoping e sua política de reformas pró-capitalistas. A aparência leva a enganos e exageros, se separada da essência das coisas: apesar do fortalecimento de algumas gigantes nacionais (exigência de projeção internacional), Xi Jinping é um rígido defensor do capitalismo chinês. Seguindo os passos do pai, o atual presidente da China deu curso livre, onde trabalhou, às reformas liberalizantes que devoravam as conquistas da revolução de 1949 para catapultar o capitalismo chinês a novas alturas. Patrocinou o fortalecimento de grandes proprietários privados, incluindo membros do PCCh, como Jack Ma, dono da *Alibaba*, e Li Shufu, dono da automotriz *Geely* (ambos são da província de Zhejiang). O fortalecimento estrutural do setor privado na economia chinesa foi uma tendência constante da era Xi Jinping. Segundo Tianlei e Verón (2022), pode-se verificar esse crescimento do capital privado na China de Xi Jinping pelo aumento do poder das empresas do setor na proporção das maiores empresas chinesas. Enquanto no ranking da Fortune Global 500 de 2005 (com base na receita de 2004) a China possuía apenas 15 empresas, no ranking de 2021 (com base na receita de 2020) o gigante asiático já possuía 130 empresas. A receita agregada destas empresas cresceu de US$ 2,8 trilhões em 2010 para US$ 8,8 trilhões em 2020 (TIANLEI; VERÓN, 2022). As empresas estatais ainda dominam pela receita entre as maiores empresas, muito mais do que na economia chinesa como um todo. Mas a participação do setor privado tem aumentado constantemente: a partir de zero em meados dos anos 2000 para 19% do total (US$ 1,7 trilhão, no universo de US$ 8,8 trilhões) no ranking da Fortune de 2021 (TIANLEI; VERÓN, 2022). Quanto ao valor de mercado das maiores empresas listadas, o setor privado representava apenas 8% em 2010, mas subiu acima de 50% em 2020, e recuou apenas ligeiramente em 2021, para 48%. Em seis anos, de 2015 a 2021, o número de grupos do setor privado da China listados na Fortune 500 mais do que triplicou, de 9 para 32 (TIANLEI;

VERÓN, 2022). Em contraste, o número de empresas do setor estatal (de propriedade do Estado, ou de capital misto com capital acionário majoritário do Estado) cresceu apenas incrementalmente durante o mesmo período, de 83 para 98.

Empresas privadas como a China Pacific Construction Group Construction and infrastructure, Huawei Investment & Holding Electronic, Lenovo Group Computers, Shandong Weiqiao Pioneering Group, Amer International Group Nonferrous Metals, Jiangsu Shagang Group Steel, Zhejiang Geely Holding Group Automotive, entre muitas outras, melhoraram suas posições nesse período dentro das empresas privadas mais lucrativas da China. Dentre as 100 principais empresas listadas por valor de mercado, entre 2010 e 2021, as empresas privadas subiram de praticamente zero para 48% do total, enquanto as empresas estatais decaíram de 78% para 38% do total (TIANLEI; VERÓN, 2022). Dentro desse universo, o empresariado privado possui relações diretas e indiretas com o PCCh. Assim, não há razão para crer que Xi Jinping se oponha ao investimento privado, ou à entrada de capitais estrangeiros na China. Essa apreciação precipitada, com poucos fundamentos na realidade, foi aventada pelo próprio Nicholas Lardy em 2019, em seu livro *The State Strikes Back: The End of Economic Reform in China?* Pelo contrário, em sua dinâmica disputa militar e tecnológica com os Estados Unidos, Xi apela ao setor privado para colaboração na construção de empresas competidoras no circuito capitalista global.

A verve liberalizante de Xi, entretanto, não implicou uma separação individual clara da figura de Mao Zedong. Curiosamente, deu-se, de fato, o oposto. Apesar das difíceis relações com Mao, em ocasiões marcantes, Xi publicizou sem rebuços suas homenagens ao "Grande Timoneiro". Como aponta François Bougon (2018), no final de 2012, em uma de suas primeiras viagens pela China como secretário-geral do PCCh, Xi Jinping visitou a cidade industrializada de Shenzhen, no Sul, prestando homenagem à estátua de Mao. Em dezembro de 2013, no 120º aniversário de nascimento de Mao, Xi Jinping homenageou o Grande Timoneiro em termos benfazejos. Nas celebrações militares do 70º aniversário da República Popular, Xi apareceu na Praça Tiananmen com a mesma indumentária do líder chinês que em outubro de 1949 ascendera como guia supremo da China (BOUGON, 2018). Não se trata de acidente. Revestir a linha de aprofundamento da liberalização *à la* Deng com a couraça de Mao serve aos propósitos de sinalizar, interna e externamente, que a China não seguirá o caminho da URSS, sacrificada na ideologia do PCCh pela política de Gorbatchev[21].

21 Em janeiro de 2013, Xi discursou ao Comitê Central chinês sobre as razões da queda da União Soviética e o desaparecimento do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), assinalando a "confusão ideológica" como fator central, e identificando na renúncia ao legado de Stálin um fator de monta para a dissolução da URSS, com as acusações realizadas por Khrushchev no famoso 20º Congresso do PCUS em 1956. Ver François Bougon, 2018.

De fato, o novo governo pós-2013 não media esforços para fazer entender que a China preservaria o legado de Mao, fugindo ao processo de "desestalinização" que, aos olhos da burocracia autoritária de Pequim, foi a decisão que soou o dobre de finados do PCUS. Nesse mesmo início de governo, em janeiro de 2013, Xi Jinping foi além e incluiu sua visão sobre como os períodos históricos deveriam ser encarados na China. Em seu discurso na Escola Partidária de Pequim, dirigida aos membros permanentes do Comitê Central do PCCh, Xi defendeu que a história do Partido devia ser considerada como um todo, sem a fragmentação de suas partes (BOUGON, 2018). Enfatizando as eras de "implementação do socialismo" na China por Mao Zedong, e a era da reforma e abertura de Deng Xiaoping que iniciava o "socialismo com características chinesas", o novo presidente concluía que os trinta anos de maoísmo (entre 1949 e 1979), e os trinta anos posteriores de reformas pró-capitalistas eram complementares. Não deveriam, portanto, ser separados um do outro, muito menos opostos um ao outro. De acordo com Bougon (2018) e Brown (2017), Xi bebia na fonte das resoluções de 1981 sobre "*Algumas Questões sobre a História de Nosso Partido desde a Fundação da República Popular da China*", adotadas na Sexta Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido, segundo as quais era necessário distinguir o pensamento de Mao dos erros que sua figura política cometera (BROWN, 2017; BOUGON, 2018). Mas Xi elevava essa decisão aos *status* de concepção holística que sustenta o direito histórico do PCCh ao poder. Evocou a síntese entre as duas eras, de Mao e de Deng, a da fundação da República Popular com a das reformas pró-capitalistas, como pilar do novo regime. Assim como seria incorreto invocar Mao para criticar as reformas de abertura, seria inaceitável apontar as reformas como ponto de apoio crítico a Mao. Nas palavras de Xi:

> Nosso partido guiou o povo na construção do socialismo por duas eras, antes e depois do período de reforma e abertura. Essas duas eras estão mutuamente conectadas, mesmo que divirjam entre si em muitas coisas, mas são ambos períodos em que a construção do socialismo foi implementada e explorada por nosso Partido à cabeça do povo. O "socialismo com características chinesas" foi iniciado com o novo período histórico de reforma e abertura, mas foi também iniciado sobre as fundações do sistema socialista já estabelecidos na Nova China […] Mesmo que haja vastas diferenças entre os dois períodos em termos de ideologia, política governamental e trabalho prático, não podem ser separados, menos ainda postos em oposição um ao outro. O período histórico que precedeu a abertura e reforma não pode ser negado por aquele que o sucedeu; nem o período histórico que precedeu a abertura e reforma pode ser usado para negar o período posterior (BOUGON, 2018, p. 90).

É ilustrativo da conduta governamental de Xi Jinping a reunião das características distintivas das eras Mao-Deng, cristalizadas então no conceito "as duas que não podem ser

negadas" (*liangge buneng fouding*) (BROWN; BERZINA-ČERENKOVA, 2018). Em outras palavras, nem a era da reforma nem a era da abertura poderiam ser usadas para negar umas às outras. Tratava-se de indicar a linha mestra do governo, que busca perpetuar o capitalismo chinês sob a égide do Partido Comunista, como sonhava Deng Xiaoping. A ironia é que a complementaridade entre as duas eras, se não foi virtuosa, sem dúvida operou em comum em um quesito primordial: a preservação da concepção stalinista do socialismo em um só país para a China, que então se converteu na teoria do direito manifesto do suposto socialismo chinês em engrandecer a pujança do seu capitalismo nativo. Referindo o discurso de Xi Jinping no 19° Congresso do PCCh, em 2017, Kerry Brown (2018), em seu *The World According to Xi*, tenta sumarizar a ideologia de verniz centrípeta do todo-poderoso comandante da nação chinesa:

> O Pensamento de Xi Jinping, segundo o próprio, é abrangente; é incremental, um desenvolvimento do que já aconteceu antes. É um híbrido, um meio de alcançar a unidade entre tradição e modernidade [...] Mais importante ainda, é idealista, algo que está aí para proporcionar uma visão - uma sociedade que até 2035 (o ano que, segundo Xi em seu discurso de 18 de outubro de 2017, marcará o cumprimento do primeiro estágio de modernização socialista na China) estará bem encaminhada para 2049, e a meta do segundo centenário. Diversas vezes em seu discurso de 18 de outubro Xi enfatizou a unidade: liderança unificada desde o Politburo até o Comitê Central, passando pelo Partido e os membros do Partido, e depois pela sociedade. O Partido obedeceria às leis, fortaleceria suas instituições, construiria a autodisciplina e observaria a pureza ideológica. Mais importante ainda, seria uma entidade cultural e ética unificadora, o lugar onde os valores sociais e cívicos se misturariam, onde a modernidade canalizada através do stalinismo e do maoísmo encontraria a grande tradição do que Xi chama de "cinco mil anos de cultura e história" (BROWN, 2018, p. 119-20).

A unidade de propósito em função do grande objetivo de rejuvenescimento nacional exerce um poder fático sobre o ânimo da emergente classe média chinesa. Xi Jinping se apoia, como sua especifidade bonapartista, sobre a base social dessa ascendente pequena burguesia urbana. Esse *corpus* de 400 milhões de pessoas que prosperaram com o gradual aumento do salário médio na China, o acesso às universidades e ao estrangeiro, constitui o grosso da modernização urbana nacional (BROWN, 2018; BOUGON, 2018). O Partido Comunista sob Xi busca retratar-se a si mesmo como um agente dos desígnios desses estratos médios, de uma pequena burguesia com melhores condições de vida nas cidades (comparativamente com a situação dura encontrada nas zonas rurais, ou em cidades do interior que não passaram plenamente pelo processo de modernização) com aspirações e avidez pelos confortos da vida atados ao desenvolvimento da "modernização do socialismo sob características chinesas".

Como veremos adiante, essa base de apoio serve de mola propulsora para o atendimento dos interesses da classe dominante chinesa, a grande burguesia, a cujo êxito Xi Jinping busca atar os interesses dos setores mais abastados dessa pequena burguesia urbana, separada da classe operária chinesa, material e espiritualmente.

Quanto mais unificada for a leitura da história chinesa, maior o êxito esperado pela burocracia do PCCh em conter novos distúrbios sociais. Tanto mais importante é entronizar o passado, quando o descontentamento com as reformas que nele se originaram poderiam voltar a eclodir. Junto com a fusão ideológica entre Mao e Deng, Xi Jinping fortalece o aparato de censura e repressão nos veículos virtuais e na realidade política cotidiana. Escreve Jake Lin (2020) em seu *Chinese Politics and Labor Movements* que:

> As administrações de Jiang Zemin e Hu Jintao lançaram o conceito de "harmonia social" como propaganda em resposta ao aumento da agitação operária e outros protestos contra a corrupção e as reformas liberalizantes das empresas estatais. Os observadores chineses criticaram a hipocrisia desta iniciativa de governança e argumentaram que a "sociedade harmoniosa" surgiu como um eufemismo para "estabilidade a qualquer custo" contra todos os dissidentes políticos. Quando Xi assumiu a liderança, ele expandiu o conceito em uma série de valores socialistas centrais a fim de pacificar as massas em meio a tensões sociais crescentes. No 18º Congresso, Xi articulou a urgência de encontrar um consenso moral para uma população maciça de diferentes localidades e estratos sociais. Os 12 "valores socialistas" centrais foram propostos como valores nacionais, sociais e individuais. Estes valores ideológicos do Estado foram escolhidos a partir de elementos marxistas e confucionistas, como se o materialismo histórico marxista fosse inerentemente compatível com o confucionismo hierárquico (LIN, 2020, p. 90).

A ideologia pacificadora das eras complementares, a narrativa da sociedade harmoniosa (que significou o incremento do orçamento de segurança interna) e a campanha nacionalista constituíram uma resposta ao questionamento social diante da crise provocada pelas reformas de mercado. O controle multidimensional da sociedade chinesa na era Xi alcança até mesmo o domínio simbólico do imaginário das classes sociais e do antagonismo de classe:

> A dissidência política, seja narrativa ou de qualquer forma, foi abafada na mídia, se não esmagada imediatamente. A retórica da luta de classes, outrora popularmente utilizada pelos trabalhadores demitidos das empresas estatais nos anos 90, foi cada vez mais condenada, e posteriormente reprimida pelo Estado […] As classes e a luta de classes tornaram-se palavras sujas e estão banidas da esfera pública, pois o partido teme seu efeito mobilizador. Para o PCCh, permitir a luta de classe pelos trabalhadores na segunda maior economia do mundo é aceitar que eles são parte da elite da classe capitalista, que se tornou rica explorando os trabalhadores (LIN, 2020, p. 91).

Mas isso, embora lance luz sobre a concepção motora do novo governo, ainda não explica a nomeação de Xi Jinping. Diante de um rol de burocratas que seguiam determinados a restaurar aceleradamente o capitalismo, depois do triunfo da ala de Deng contra a ala dos restauracionistas "moderados" (Chen Yun, Deng Liqun) a meados dos anos 90, Xi Jinping não se destacava com nenhuma capacidade extraordinária, embora estivesse entre os funcionários bem cotados do Comitê Central. De acordo com Brown (2018) e Bougon (2018), em 2007, pouco tempo antes da reformulação da direção partidária de 2012 (último ano do governo Hu Jintao-Wen Jiabao), alguns nomes figuravam entre os mais mencionados na linha sucessória: Li Keqiang, Li Yuanchao e Xi Jinping, além de Bo Xilai (BROWN, 2018; BOUGON, 2018). Embora menos próximo que os demais a Hu Jintao, Xi Jinping alcança em 2010 o posto de vice-presidente da Comissão Militar Central, uma instituição chave na política chinesa, cuja liderança assegurou o domínio indisputado de Mao e Deng. Esse passo foi uma vantagem considerável para Xi, complementada por um jogo da Fortuna: diante das acusações de corrupção por parte de Chen Liangyu, chefe do Partido Comunista em Pequim, a burocracia partidária escolhe Xi Jinping como seu substituto (BOUGON, 2018). O controle sobre províncias, ou cidades estratégicas como Pequim, constitui desde a origem a mais importante plataforma para o avanço na hierarquia interna do Partido Comunista. Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping foram líderes provinciais que atingiram o topo da burocracia de Pequim[22].

Com essas credenciais, Xi Jinping assumiu a presidência da República Popular da China em novembro de 2012, ascendendo também a presidente da Comissão Militar Central e ao cargo de secretário-geral do PCCh. Mas essas credenciais, necessárias, não eram ainda em si mesmas suficientes. A determinação de ferro em implementar a projeção internacional da China diante dos novos obstáculos geopolíticos e econômicos era fundamental. Xi se demonstrou o mais capaz dentre os contendentes de encarnar as tendências bonapartistas e nacionalistas que a crise econômica mundial de 2008 e seus efeitos na China em 2013 exigiam. O bonapartismo, segundo a tradição marxista, possui distintas características dependendo do tipo de Estado em que se dá como fenômeno político. Dentro dessas diferenças, alguns traços particulares são mais generalizáveis: um fenômeno bonapartista normalmente figura uma personalidade autoritária (não apenas no Executivo, mas também em outras instituições do regime burguês) que, diante dos choques entre as classes sociais em momentos de crise e para evitar processos abertos de guerra civil (revolução e

22 As províncias de Henan e de Sichuan possuem, cada uma, mais de 100 milhões de habitantes. Xangai tem o mesmo PIB que a Finlândia, e Cantão o mesmo PIB da Indonésia. Isso confere imenso poder aos líderes desses colossos provinciais. Ver Kerry Brown, 2016.

contrarrevolução), eleva-se aparentemente acima do eixo das classes e de sua representação parlamentar, convertendo-se em "juiz-árbitro" da nação. Esta dominação do sabre não está suspensa no ar: sociologicamente, atende aos interesses do setor mais forte e firme da classe exploradora (o capital financeiro), e politicamente situa o eixo de seu poder na polícia, na burocracia estatal e na camarilha militar[23]. No caso da China capitalista, cujo sistema possui muitas diferenças se comparadas às formações ocidentais, essa característica bonapartista incide na *preservação do poder do Partido Comunista como força política de domínio inconteste*. Xi Jinping reunia em si as melhores condições disponíveis para manter o poder do PCCh em tempos de crise mundial. Como tal, ascendeu como a força mais bonapartista para a defesa dos interesses da casta burocrática de Pequim, e do capital chinês.

Assim, como argumenta corretamente Gill (2022),

> em muitos aspectos em desacordo com seus predecessores comparativamente de baixo perfil, como Hu Jintao, Jiang Zemin, Zhao Ziyang, Hu Yaobang, e até Deng Xiaoping, Xi tomou um rol de decisões arriscadas para alavancar o controle do Partido no plano doméstico e o poder da República Popular no exterior, em uma busca mais assertiva dos interesses chineses (GILL, 2022, p. 15).

Em sua apresentação ao evento das Duas Sessões, em março de 2023, essa nova orientação ficou frisada no rearranjo da combinação entre economia e segurança, em que a garantia da segurança nacional (militar, tecnológica, sanitária, digital etc.) passava a ser o substrato mais confiável para o desenvolvimento econômico.

Dentro dessa aura transformacionista, podemos assinalar quatro eixos de intervenção de Xi Jinping, e que lhe conferiu amplos poderes. Primeiramente, do ponto de vista econômico, Xi representou a necessidade crescente do desenvolvimento tecnológico chinês. Ao contrário de Li Keqiang (que cursou Direito) e Li Yuanchao (que cursou História), Xi teve formação em engenharia, e ocupava comitês responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisa e inovação dentro dos departamentos estatais. O atual presidente chinês foi um vocal opositor ao que chamava de "irracional estrutura industrial" combinada com uma "inadequada capacidade de inovação" (TSANG; MEN, 2016, p. 5). A carga orçamentária devotada a pesquisa e desenvolvimento (P&D) cresceu vertiginosamente desde 2013. Segundo o Joint Research Centre, da União Europeia,

> a China foi em 2019, pela primeira vez, o maior usuário do sistema internacional de patentes, seguida pelos EUA, Japão, Alemanha e Coréia do Sul. No ranking publicado em 2019 pela Comissão Europeia, das 2.500 empresas do mundo que mais investem em pesquisa e desenvolvimento, a

23 TRÓTSKI, Leon. "Bonapartismo y fascismo", julho de 1934. Disponível em: https://ceip.org.ar/Bonapartismo-y-fascismo (Acessado em: 18/2/2021).

> China é o segundo país com mais empresas, atrás dos EUA, seguida pelo Japão e Alemanha. Entretanto, na hora de avaliar o gasto, a China fica em terceiro lugar: as empresas norte-americanas desembolsam 312 bilhões de euros, as do Japão 109.4 bilhões de euros, e as da China 96.4 bilhões de euros (MERCATANTE, 2020, s/p).

O resultado desse movimento foi a disputa pela primazia tecnológica com os Estados Unidos. Essa ênfase da tecnologia no regime de Xi ilustra a resposta que a China foi obrigada a dar diante da crise do comércio mundial, com a Grande Recessão de 2008. Xi se mostrou determinado a realizar, gradual mas seguramente, a necessária alteração do padrão de acumulação capitalista chinês, reduzindo a dependência da economia chinesa das exportações com baixo valor agregado, e desenvolvendo as bases de uma economia de produção com alto valor agregado baseado no fortalecimento do mercado interno. Com Xi, a fábrica do mundo se deveria converter na inteligência artificial de circuitos integrados do mundo[24], um plano que se acelerou no 20º Congresso do PCCh em 2022 em virtude dos bloqueios estadunidenses ao acesso de semicondutores de ponta.

Do ponto de vista da segurança interna, a China se viu diante de insurgências em 2009 na região separatista do Tibete, e mobilizações da população muçulmana na região de Xinjiang, no noroeste do país. Esses fenômenos de resistência ao autoritarismo estatal e em defesa da autodeterminação nacional de povos oprimidos pela China abalou a confiança do governo Hu Jintao. A meados da década de 2000, as chamadas "revoluções coloridas" em distintos países que formavam parte da ex-URSS, como a Ucrânia, a Geórgia e o Quirguistão, já haviam acendido os alarmes da burocracia chinesa. Não menos chamativos foram os processos da Primavera Árabe de 2011, com mobilizações de massas que derrubaram ditadores como Zine El Abidine Ben Ali, na Tunísia, Hosni Mubarak, no Egito, e Muammar Gadafi na Líbia (processos que, na ausência de uma força independente da classe trabalhadora, foram derrotados). A questão da unidade nacional chinesa, sempre um delicado ponto nevrálgico para o governo, se tornou uma preocupação ainda mais forte com esses fatos

---

24 Tanto assim que o 14º Plano Quinquenal, pela primeira vez na história da República Popular da China, tem um capítulo especial dedicado à tecnologia. Como informa Jaime Santirso, do El País: "Em termos práticos, o impulso estatal à inovação, um conceito abstrato, se traduz em mais recursos. O Governo prevê que ao longo dos próximos cinco anos o investimento em pesquisa e desenvolvimento crescerá a um ritmo anual superior a 7%, uma cifra viável, já que no último quarto de século nunca caiu a menos de 8%. Em termos absolutos, China destina 2,4% de seu PIB a esse item, três pontos percentuais a menos que os Estados Unidos. Os recursos irão para setores considerados estratégicos. O plano menciona sete: inteligência artificial, informação quântica, semicondutores, neurociência, engenharia genética, medicina clínica e a exploração do espaço, das profundezas oceânicas e dos polos. O tema central é a autossuficiência: um conceito transversal no planejamento, pois a China pretende reduzir suas vulnerabilidades e se blindar contra o exterior" (Jaime Santirso, "*Um mapa para o futuro da economia chinesa*", El País, 22/03/2021, disponível em: https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-22/um-mapa-para-o-futuro-da-economia-chinesa.html?outputType=amp).

políticos que incrementavam a desconfiança em Pequim sobre as intenções das potências ocidentais. Do Tibete a Xinjiang, de Hong Kong a Taiwan, cresceu o senso de autopreservação da burocracia do PCCh, que depende das conquistas de unificação nacional herdadas (e incompletas) de 1949. Xi Jinping, como presidente da Comissão Militar Central e chefe supremo do Exército de Libertação Popular, incorporou o sentimento agressivo do segmento majoritário do governo sobre a defesa de seu território, mas também da necessária conclusão das tarefas de unificação nacional. Levou adiante a virtual incorporação de Hong Kong ao território chinês, com a implementação da Lei de Segurança Nacional na cidade financeira, e invoca um discurso crescentemente assertivo em nome da reincorporação de Taiwan – que é muito importante para os planos de desenvolvimento tecnológico chinês, tendo em seu território a principal produtora mundial de semicondutores (*Taiwan Semiconductor Manufacturing Company, TSMC*). A dura disputa política com os Estados Unidos em nome da soberania de Pequim sobre Taiwan, ressaltada pela guerra da Ucrânia, responde a esse interesse estratégico da segurança nacional como base do desenvolvimento econômico.

Socialmente, Xi Jinping encarnou a repressão virulenta contra qualquer manifestação dos trabalhadores chineses no terreno da luta de classes. Na nova fase da história nacional chinesa pós-crise mundial de 2013, não há qualquer tolerância a manifestações operárias, ademais do habitual sufocamento das iniciativas de organização independente do aparato sindical oficial. Os anos de crise econômica foram tempos de aumento exponencial das greves operárias na China. Os distúrbios grevísticos – que na terminologia do governo aparecem como "incidentes de massas" – aumentaram de 87.000 em 2005 para 127.000 em 2008, no estouro da Grande Recessão (TANNER, 2009; WEDEMAN, 2012; LIN, 2020). Dados dos tribunais de arbitragem sobre questões trabalhistas confirmaram esse crescimento monumental das greves em 2008, que praticamente dobraram diante dos números do ano anterior (ELFSTROM; KURUVILLA, 2014). O *China Labour Bulletin* (CLB), por sua vez, identifica a tendência de crescimento das greves operárias entre 2013-2014, período de queda das exportações e do superávit comercial chinês[25]. O recorde se deu em 2015, quando houve mais de 2.700 greves registradas na China (houve 1.700 greves em 2018, acima das 1.200 greves registradas em 2017).

Foram greves de resistência, que buscavam frear os efeitos mais dramáticos da perda de direitos sociais nas regiões tradicionalmente industrializadas do Nordeste, mas também

25 VAN SANT, Shannon. "Labor Strikes Surge in China". China Labour Bulletin, disponível em: https://www.voanews.com/east-asia/labor-strikes-surge-china (Acessado: 2/3/2021).

contra o não pagamento de salários nas regiões sulistas, industrializadas na década de 1990 para servir às exportações. As contínuas ondas de demissões, a liberdade gozada pelos capitalistas (nacionais e estrangeiros) em não pagar salários e exigir longas horas de sobretrabalho: todas essas medidas do "neoliberalismo com características chinesas" levaram novas gerações operárias à arena da luta de classes. Diante do ascenso grevístico, Xi Jinping, que não gosta de fantasias como os apologistas intelectuais do regime burocrático, faz valer a ordem da estabilidade social, tomando cuidado para preservar a própria figura de desgastes populares. Nos bastidores, Xi trabalha com os aparatos estatais nas províncias e com a burocracia da Federação Sindical da China (*All-China Federation of Trade Unions*, ACFTU) para coibir as manifestações; qualquer negociação trabalhista por fora da Federação Sindical é tratada como um ataque ao poder estatal. Em particular, tem uma política agressiva para suprimir a ressurreição do ativismo pró-operário da juventude universitária chinesa, que em instituições de ensino superior se habituaram a erguer campanhas em defesa da sindicalização independente e dos direitos trabalhistas na China. Em 2022, com a greve dos operários da Foxconn de Zhengzhou, Xi se deparou com a maior contestação na luta de classes a uma diretriz central do governo desde sua ascensão em 2013, e precisou se resguardar modificando a política enquanto suficou os protestos com repressão. Como afirma Eli Friedman (2016), a classe trabalhadora chinesa é o verdadeiro nêmesis da burocracia de Pequim, a principal fonte de conflito na China, e uma ameaça ao domínio de Xi, que atua com mão de ferro através dos mecanismos estatais.

Militarmente, Xi Jinping tem como programa central a modernização acelerada das Forças Armadas chinesas. A China já não se pode conter no interior de suas próprias fronteiras nacionais, na medida em que sua influência econômica, e consequentemente política, tem abrangência internacional. Logo, a tradicional cautela geopolítica chinesa precisa ser combinada com elementos de maior assertividade no tabuleiro regional. A remodelação das bases de crescimento da China a coloca diretamente em rota de colisão com o *status quo* da estrutura de segurança asiática, desde a Segunda Guerra Mundial sob responsabilidade dos Estados Unidos. Se observarmos globalmente, a China exerce sua ascendência econômico-diplomática em muitas regiões do mundo, sem por isso estabelecer de imediato o objetivo de desafiar a preponderância dos Estados Unidos no mundo. O imperialismo estadunidense, que materializa sua violência organizada sobre os povos do mundo através de bases militares e da maior tecnologia bélica jamais conhecida, é a principal potência capitalista do mundo. Diante disso, a China se constitui numa potência capitalista em ascensão, sem ainda gozar da capacidade de questionar globalmente a hegemonia estadunidense. Entretanto, especialmente

na Ásia, Pequim já é capaz de formular desafios geopolíticos de monta para Washington, como a militarização do Mar do Sul da China com suas ilhas artificiais, e as ameaças de reincorporação de Taiwan. Como presidente da Comissão Militar Central e comandante supremo do Exército de Libertação Popular, Xi Jinping encarnou o programa de acelerada modernização do arsenal bélico chinês a fim de romper o *status quo* da estrutura de segurança asiática. Pequim deseja comunicar ao mundo que a Ásia não é mais dos norte-americanos, e que será a China a exercer o controle da segurança das rotas comerciais e marítimas estratégicas do Oceano Pacífico. O controle da Ásia é uma plataforma para a projeção de poder da China sobre o mundo inteiro.

Já a administração Obama buscou relocalizar as forças do imperialismo estadunidense, passando-as do Oriente Médio para a Ásia-Pacífico. Com as complicações deixadas por suas invasões no Iraque e no Afeganistão, a rivalidade permanente com o Irã, a intervenção militar na Síria e em diversos países árabes com as mobilizações de 2011, o fracasso de Obama foi herdado por Trump. Apesar de não ter retomado o plano do "pivô para a Ásia-Pacífico", Trump deixou claro que a prioridade da competição estratégica dos Estados Unidos se dirigia à China. Joe Biden, com as especifidades da demagogia própria ao Partido Democrata, seguiu os passos do presidente Republicano. Biden não desfez o que foi realizado por Trump no terreno das disputas com a China, porque a contradição entre o declínio imperial dos Estados Unidos e a ascensão da China é um processo estrutural. Por isso, embora existam diferenças táticas de como fazê-lo, o Partido Democrata não tem nenhum interesse em diminuir as medidas de contenção para atrasar a ascensão chinesa, uma política de primeira ordem para a classe dominante dos Estados Unidos. Diante desse panorama, a Xi foi encarregada a transformação paulatina, mas segura, do equilíbrio político na Ásia, e para tal tarefa a construção de modernas Forças Armadas é crucial. A China detém o segundo maior orçamento militar do mundo, com capacidades militares que, partindo de uma base extremamente atrasada e dependente da tecnologia russa, já excede a de importantes potências.

Assim, em resumo, do ponto de vista das transformações econômicas, da segurança interna, da contenção social e do avanço militar, o capitalismo chinês – frágil no quesito da dependência tecnológica, e pujante em seus traços imperialistas – precisava de uma alavanca política adequada.

Há outra maneira de enxergar a ascensão de Xi Jinping, combinável com a primeira apreciação: simplesmente herdou do passado as tarefas inconclusas dos últimos líderes. Esse elemento ressalta a continuidade, e não tanto a descontinuidade, com o legado político das

gerações anteriores. A consistência com a história pregressa do domínio do Partido Comunista não é um fator secundário para a elevação de um líder na China pós-Mao. Em sua década no poder, Hu Jintao sublinhava com insistência a necessidade de perseguir o desenvolvimento científico e alcançar uma sociedade moderadamente próspera em 2035, pontos programáticos marcados enfaticamente nas bandeiras de Xi Jinping. A crítica do atual presidente chinês ao crescimento insustentável e desequilibrado da China já figurava na boca do anterior primeiro-ministro, Wen Jiabao. Esses e outros componentes foram objetivos herdados pela nova administração. Ser capaz de dar sequência a essas metas certamente influenciou a unção de Xi, para além dos novos desafios postos pela crise econômica de 2008. Estas capacidades dizem respeito, nada mais, nada menos, à preservação das forças morais da direção do PCCh diante da população.

Xi Jinping, em última instância, se inscreve no interior da tradição das projeções políticas de longo prazo, próprias da administração da China pós-1949. Para Mao Zedong, o futuro deveria corresponder a uma espécie de paridade de condições materiais para todos os chineses, igualdade essa que fatalmente teria de se enquadrar a um regime político cabalmente burocratizado, sem qualquer vestígio de democracia dos trabalhadores urbanos e rurais, e encerrada nos limites estreitos das fronteiras nacionais (a noção nacional-reformista do "socialismo em um só país", oriunda de Stálin-Bukhárin). Depois de 1978, para Deng Xiaoping o futuro consistia no crescimento econômico a qualquer custo, e deveria sobrepujar as preocupações com certa paridade de condições materiais entre as pessoas, um pensamento que se inscrevia no quadro de uma política restauracionista do capitalismo às portas da ofensiva neoliberal a nível mundial. Para Xi Jinping, que os segue em importância, o futuro implica o "Sonho Chinês" (z*hongguo meng*), uma espécie de resgate da grandeza imperial milenar para projetar a China ao *status* de superpotência global, em condições de disputar a hegemonia com os Estados Unidos. Nesse caso, Xi Jinping seria o responsável por iniciar as condições da terceira fase da evolução na República Popular segundo a classificação do PCCh (BOUGON, 2018). A partir de 1980, dentro dos parâmetros estabelecidos por Deng Xiaoping após a morte de Mao, a China deveria passar por três fases. Depois das catástrofes vividas durante o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, a China, mergulhada na pobreza, necessitava reerguer-se em pontos básicos, colocando sua população ao abrigo da miséria e da falta de alimentação. Em seguida, a China envidaria esforços para conquistar uma sociedade moderadamente próspera (*xiaokang sheshui*, um conceito extraído do confucianismo) até 2035. Na terceira fase, a China deveria concluir a modernização do conjunto de suas zonas

urbanas e rurais, no centenário da Revolução Chinesa em 2049, convertendo o país numa grande potência global.

> A fórmula do "Pensamento de Xi Jinping" anunciou uma nova era de trinta anos, que se daria até 2050, seguindo as eras de Mao e de Deng, com seus herdeiros Jiang Zemin e Hu Jintao. Xi consolidou-se como um mestre todo-poderoso e guia da China. A ele estaria reservado conduzir a China por um caminho que atravessa duas etapas distintas, a fim de tornar-se uma "grande nação socialista moderna": entre 2020 e 2035, o objetivo é alcançar uma "sociedade moderadamente próspera", a expressão confuciana utilizada por Deng; entre 2035 e 2050, a nação chinesa mais uma vez se tornará uma liderança econômica mundial. A China será "próspera, forte, democrática, culturalmente avançada, harmônica e linda" […] Para Xi, essa nova era – a sua era – será a de um pleno rejuvescimento (BOUGON, 2018, p. 198).

A tarefa de Xi Jinping, tomando nas mãos a herança da política que o antecedeu e que dá sentido à projeção de décadas para determinados objetivos, foi agregar um programa político que desse liga a esse conjunto. Como o crescimento econômico segue sendo um vetor seminal para a estabilidade social interna da China, e a manutenção política da direção do PCCh, Xi Jinping concentra seu programa na aceleração do desenvolvimento capitalista. Na linha de Jiang Zemin e Hu Jintao, sustenta que as empresas estatais devem apresentar maior lucratividade e melhores taxas de retorno ao governo – a preservação de um punhado de empresas estatais, inclusive seu aprimoramento e enriquecimento, não é contraditório com a liberalização da economia realizada pela burocracia chinesa, uma vez que dessas empresas estatais emerge a maior parte da receita tributária governamental. Complementarmente, Xi institucionalizou incentivos ao crescimento do setor privado (aprimorando o programa de Deng, Jiang e Hu), tornando os números obtidos pelo mercado como base essencial do crescimento. Xi expressou isso em 2013, assegurando que se somente o socialismo poderia salvar a China, apenas as reformas liberalizantes do capitalismo poderiam salvar o socialismo (BROWN, 2016). Sobre esses marcos centrais, segue-se a ênfase na urbanização, no controle do judiciário e no combate à corrupção.

De todo o dito acima deriva uma conclusão importante: não estamos tratando de uma questão *individual* da figura de Xi Jinping, extraindo-a da história concreta. Ainda que as personalidades tenham muita importância na história política, o essencial é quais forças de classe e qual programa representam. Sua ascensão responde a determinadas tendências internas na China, e especialmente externas. A autoridade de Xi Jinping se reveste com as necessidades sociais da burguesia chinesa e da burocracia estatal diante da crise econômica mundial de 2008, agravada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia. Esses fatores, cujos efeitos só puderam ser prorrogados com fortes injeções de estímulo fiscal e controle social,

ameaçaram dramaticamente o curso político planejado. Diante deles, Xi se converteu em uma figura providencial para as necessidades de uma burguesia que precisa operar um complexo giro interno que altera não apenas o padrão de crescimento adotado pela China nas últimas décadas, mas o *status* da China no sistema de Estados mundial.

O marxista italiano Antonio Gramsci nos ajuda a entender a força que muitas vezes figuras como essas adquirem como a representação máxima do que existe de unificador entre frações de classes em disputa:

> A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes […] A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal (GRAMSCI, 2007, p. 60-1).

Gramsci se refere nessa passagem dos *Cadernos do Cárcere* às crises orgânicas – em outras palavras, crises de hegemonia e de autoridade estatal) nas formações sócio-econômicas capitalistas ocidentais, que ocorrem ou porque a classe dominante fracassou em algum grande empreendimento político, ou porque amplas massas passam subitamente da passividade política para uma certa atividade (GRAMSCI, 2007). Ainda que o conceito não tenha sido cunhado especificamente para as formações sócio-econômicas orientais, como a China atual, a reflexão sobre o impacto da crise orgânica sobre o regime político e as relações interestatais colaboram em iluminar a compreensão do papel de Xi Jinping, e da burocracia do PCCh. A unificação de vontades heterogêneas no interior da direção do Partido Comunista Chinês sob a bandeira de um único líder, que representa e sintetiza melhor que os demais as necessidades de toda a classe burguesa chinesa (e da casta burocrática da qual depende, para a própria proteção diante da colossal classe trabalhadora nativa), explica em grande medida a ascensão de Xi.

As noções de bonapartismo e da liderança providencial-carismática em períodos de crise orgânica, nos sentidos em que lhes davam, respectivamente, Trótski e Gramsci, ajudam a entender sociologicamente as coordenadas que elevaram Xi Jinping ao cume do poder na China. Homem providencial para o momento de crise, que exige modificações em ritmos

flutuantes mas firmes em relação ao período pré-crise de 2008, Xi é considerado, de certa maneira, a única liderança capaz de resolver o problema vital da ascensão chinesa nas disputas entre as potências globais, e afastar o perigo da luta de classes e da desintegração nacional.

1.2 A China em transição na disputa com os Estados Unidos

Do que fica dito acima, depreende-se que a *persona* política de Xi Jinping responde às necessidades não apenas da preservação do domínio do Partido Comunista Chinês, e das forças sociais que levam adiante o legado das reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping numa nova fase histórica. Obedece à busca pela reconfiguração do espaço ocupado pela China na velha ordem neoliberal, questionada em seus fundamentos pelas coordenadas estratégicas da guerra da Ucrânia.

Karl Marx, em seus escritos sobre a China de meados do século XIX, em meio aos efeitos da primeira Guerra do Ópio (1839-40) com a Inglaterra anunciava que o isolamento total era condição necessária para a preservação da velha China. Quando este isolamento cessou brutalmente por meio da Inglaterra, a dissolução da velha China se tornara tão certa como a de uma múmia conservada em um sarcófago hermeticamente fechado, quando entra em contato com o ar livre (MARX, 2016). Entretanto, ao contrário da China submissa à florescente indústria britânica da década de 1850, desta vez a dissolução da velha China está dando origem a uma formação sócio-econômica em transição que, apoiada nas bases prévias de desenvolvimento, busca disputar os primeiros postos da técnica e da economia mundiais.

Essa reflexão marxiana ilumina o processo de dissolução de uma outra velha China, a que se acomodava aos resultados da Guerra Fria e à ordem unipolar hegemonizada pelos Estados Unidos. Há uma grande descontinuidade entre a China atual e aquela de Deng Xiaoping que, em certo sentido, se dissolveu. A história da República Popular, como discutimos em relação à síntese desejada por Xi Jinping, se dividia até então em duas eras. A era Mao Zedong, iniciada com a Revolução de 1949, na qual se estabeleceu a República Popular nos marcos de um estado operário burocratizado, que pusera fim às intervenções estrangeiras e às guerras civis, mesmo que ao cabo de três décadas o país ainda estivesse submerso na miséria, no atraso e na instabilidade política. A segunda era seria encabeçada por Deng Xiaoping, a partir de 1978, que em base às "vantagens do atraso", em especial da apropriação por parte da restauração capitalista das conquistas da revolução e da força de

trabalho de baixo custo, permitiu enorme crescimento econômico em base à superexploração de operários e camponeses.

Como explicamos, este ciclo econômico virtuoso, baseado em uma estratégia exportadora agressiva que permitiu anos de crescimento elevado, encontra-se em estágio terminal. A crise de 2008 deu início à crise da complementariedade sino-estadunidense. Mediante esse sistema, regente sobre a economia mundial nos últimos trinta anos, uma produção massiva com baixo valor agregado é exportada da China aos Estados Unidos, enquanto as reservas em dólares da China sustentam o financiamento dos crescentes déficits dos Estados Unidos. Para Xi Jinping, agora se abriria uma nova era, em cujo seio a China deveria restaurar sua grandeza imperial e seu lugar como grande potência mundial. Essa nova "grande estratégia" repousaria no aprofundamento das reformas econômicas, dispostas a alterar o padrão de crescimento chinês; no desenvolvimento da capacidade militar; e na consolidação do domínio do PCCh num momento de transição global. Em especial, a complexa alteração do padrão de crescimento chinês, robustecendo seu mercado interno e fazendo repousar sua indústria na produção de alta tecnologia, tornou-se o carro-chefe de Pequim.

Isso muda muitas coisas. Durante as últimas quatro décadas, é útil ter em mente que a política externa da China foi regida pela chamada "estratégia de 24 caracteres"[26] de Deng Xiaoping, formulada em 1990 depois dos traumáticos acontecimentos da Praça Tiananmen, inscritos na órbita da derrubada da União Soviética e dos regimes burocráticos stalinistas da Europa do Leste, mas também do triunfo estadunidense na Guerra Fria, simbolizado pela rápida vitória militar contra o Iraque na Primeira Guerra do Golfo, em 1991. Fundava-se em uma estratégia de cautela geopolítica, sintetizada em consignas como "*esconder nossas capacidades, esperar nosso tempo*", "*não reivindicar um posto de liderança*", "*exercer uma oposição moderada*". Ou seja, tratava-se de não entrar em rota de colisão com a hegemonia dos Estados Unidos, nem adentrar em disputas com outras potências estabelecidas, exceto em escassos aspectos parciais. As novas diretrizes de Xi Jinping, como exposto acima, indicam que, ainda preservando certos postulados da "estratégia de 24 caracteres", já não se trata mais

26 A professora portuguesa Virgínia Trigo, do Instituto Universitário de Lisboa, diz que "*Deng Xiaoping (1904-1997), o arquiteto das reformas que trouxeram a China à economia de mercado, estabeleceu um conjunto de princípios orientadores destinados ao corpo diplomático chinês em ação no estrangeiro e que conseguiu resumir em apenas 24 caracteres organizados em seis frases de quatro caracteres cada. Qualquer tradução para uma língua ocidental terá dificuldade em transmitir a riqueza e a densidade da mensagem, mas ainda assim Li Chuan arriscou uma interpretação de cada uma das frases: observar tranquilamente; proteger a nossa posição; lidar tranquilamente com todos os assuntos; dissimular as nossas reais capacidades, planear e esperar pela melhor oportunidade; manter sempre um perfil baixo; e nunca, nunca reclamar a liderança"*. Trata-se de uma série de postulados filosóficos cuja essência política seria evitar confrontos prematuros com inimigos fortes, e guardar o período de acumulação de forças.

de apresentar um baixo perfil na arena internacional. A nova codificação da doutrina de política externa de Xi, sintetizado nas Duas Sessões parlamentares de 2023, também reunido em uma fórmula de 24 caracteres, contém a mensagem "atreva-se a lutar"[27]. A ideia de que as relações internacionais serão crescentemente moldadas pela China, a fim de que esta assuma o status de líder global que combina força nacional e influência internacional, implica o desejo da direção partidária de deixar para trás o desenvolvimento a passo de tartaruga, e adotar uma estratégia mais agressiva que aquela de Deng no cenário mundial.

Dois anos depois do 19º Congresso do PCCh, essas coordenadas foram reafirmadas em estilo triunfal nos festejos comemorativos do 70º aniversário da Revolução Chinesa, em outubro de 2019. No 20º Congresso do PCCh, em outubro de 2022, essa narrativa foi alentada em contraposição direta à ameaça que Washington representa ao Sonho Chinês. A preocupação por evitar o destino do Partido Comunista da União Soviética em 1991 andou lado a lado com a definição de que segurança nacional substituiu a economia como o foco central da China para o futuro, diante das ameaças da potência hegemônica norte-americana. Segundo Xi Jinping, estariam em curso no cenário internacional mudanças drásticas, especialmente tentativas externas de chantagear, conter, bloquear e exercer a máxima pressão sobre a China. Diante de tais incertezas e fatores imprevisíveis, a China deveria estar pronta para resistir "a ventos fortes, águas agitadas e até mesmo tempestades perigosas"[28]. Não poderia escapar a Xi Jinping a divulgação do primeiro documento de estratégia de segurança nacional do governo Joe Biden, dias antes da abertura do Congresso do PCCh. No documento, a China foi destacada como o principal rival estratégico dos Estados Unidos, abrigando "a intenção e, cada vez mais, a capacidade de remodelar a ordem internacional em favor de uma ordem que incline o campo de jogo global em seu benefício". As tentativas de "conter, bloquear e exercer máxima pressão" sobre a China são o principal objetivo da administração Biden, o que se atesta pelo bloqueio da venda de semicondutores fabricados com tecnologia norte-americana para uso em inteligência artificial, computação de alto desempenho e supercomputadores.

A "nova era" inaugurada por Xi leva em conta essa problemática do capitalismo mundial. O objetivo de colocar a China no patamar de superpotência mundial é fruto do esgotamento das condições de crescimento fundadas na exportação de bens com baixo valor agregado, num cenário mundial de retração das principais economias capitalistas e a ausência

27 "'Dare to fight': Xi Jinping unveils China's new world order". Financial Times, 31/03/2023. Disponível em: https://www.ft.com/content/0f0b558b-3ca8-4156-82c8-e1825539ee20.

28 André Barbieri, "*O novo timoneiro Xi Jinping em águas turbulentas*". Ideias de Esquerda, 23/10/2022 (Acessado em 15/01/2023). Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/O-novo-timoneiro-Xi-Jinping-em-aguas-turbulentas.

de novos espaços para a acumulação capitalista nos termos exigidos pela crise e sua incapacidade de operar a limpeza de capitais. Assim, as complexas modificações estruturais atravessadas pela China constituem uma *imposição objetiva das circunstâncias*, uma vez que a crise internacional não mais permite à China condições de crescimento nos padrões anteriores de acumulação.

Essa dinâmica foi notada como corresponde pela principal potência imperialista: os Estados Unidos. Durante seu mandato, Donald Trump transformou a China na principal obsessão da Casa Branca, colocando em prática o "pivô para a Ásia" que Barack Obama havia anunciado, e fracassado em implementar. Em dezembro de 2017, Trump catalogou a China como "*competidora estratégica principal*" dos Estados Unidos, uma sugestiva categoria iluminada logo depois pela definição do documento de Estratégia de Defesa Nacional, segundo o qual "*A competição estratégica interestatal, e não o terrorismo, é a principal preocupação de segurança nacional dos EUA*"[29]. No documento de Estratégia de Segurança Nacional da administração Biden, de 2022, as mesmas coordenadas estratégicas são preservadas. A China é catalogada como a principal competidora estratégica dos Estados Unidos, e a única dotada não apenas da intenção, mas da capacidade de remodelar a ordem internacional em seu benefício, em detrimento daquela que foi moldada pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial[30]. A necessidade de bloquear a ascensão da China transcende as fronteiras entre os dois partidos imperialistas, o Democrata e o Republicano.

Alguns acadêmicos tratam essa "ruptura" como uma nova Guerra Fria. A analogia é inexata porque a China não representa um sistema diferente do capitalismo, como era a União Soviética apesar da burocratização stalinista, embora seja um capitalismo diferente do Ocidente, com um forte dirigismo estatal. E, além disso, enquanto os Estados Unidos e a URSS praticamente não possuíam laços de intercâmbio comercial, a China é um dos principais detentores de títulos do tesouro norte-americano, sendo um elo fundamental nas cadeias de valor das empresas imperialistas. A interação orgânica entre a principal potência imperialista do mundo – os Estados Unidos – em um lento processo de decadência hegemônica, e a ascensão da China como nova potência global, enfrentando inúmeras contradições internas e externas para consolidar esse papel: essa interação torna muito mais complexa qualquer solução estrutural. Nem mesmo nos servindo da noção de Graham Allison sobre a "armadilha de Tucídides" podemos solucionar melhor as incertezas. Segundo o

29 *A New National Security Strategy for a New Era*. Homeland Security Digital Library, 2017.

30 *National Security Strategy*, October 2022. The White House. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf

historiador grego, a Guerra do Peloponeso, que envolveu as cidades-estado de Atenas e Esparta entre 431 e 404 a.C., eclodiu em função do receio sentido pelos espartanos diante da evolução do poderio ateniense, que se tornava uma ameaça a sua hegemonia. A relação analógica desse conflito da Antiguidade com os choques atuais entre Washington e Pequim nos aproveita apenas uma ideia muito geral da dinâmica de uma rivalidade entre uma potência em ascensão que busca ocupar o lugar da superpotência incumbente. Afinal, Atenas e Esparta se assemelhavam em suas estruturas socio-econômicas e militares – algo narrado em detalhe na monumental *História da Arte da Guerra*, de Hans Delbrück – ao passo que as maiores economias do mundo atual, embora assemelhem-se na forma social de propriedade (capitalista) em que se fundam, são dissimilares em múltiplos aspectos.

Um olhar mais detido sobre a concentração de força da China revela estratégias mais oblíquas que de enfrentamento direto. Xi Jinping fez questão de retomar os "36 estratagemas" chineses, uma lista de táticas políticas, diplomáticas e militares escritas ao redor do período em que Tucídides descrevia as crônicas da Guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta, que deram origem à já mencionada analogia com a "armadilha de Tucídides". Estes estratagemas descrevem como abalar a estrutura do adversário modificando as regras que ele está habituado a seguir, minando as bases de um competidor mais forte por estratégias aproximativas, a mais conhecida das quais sendo "*substituir suas vigas por madeira podre*". Essa estratégia cautelosa, entretanto, está enquadrada em uma postura muito mais assertiva, com a nova estratégia dos 24 caracteres – "atreva-se a lutar" – que abandona aquela de Deng Xiaoping.

Na nova etapa pós-crise econômica de 2008, e o agravamento de suas consequências com a pandemia da COVID-19 em 2020, e com a guerra da Ucrânia em 2022, primam os interesses nacionais por sobre os acordos multilaterais, e as incessantes escaramuças entre as frotas navais e aéreas dos Estados Unidos e da China no Estreito de Taiwan e no Mar do Sul da China podem gerar incidentes que saiam do controle dos governos.

1.3 A centralidade do Partido Comunista Chinês

Mas nada disso se entenderia sem uma peça chave do tabuleiro chinês. O Partido Comunista *encabeçou a restauração do capitalismo, preservando-se enquanto força política dominante inconteste*. Trata-se de um fenômeno único em si. A preservação do PCCh é contrastante com a derrubada de diversos governos compostos pelos partidos stalinistas nos Estados operários burocratizados do Leste europeu, no contexto da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética nos processos de 1989-91. Mas essa preservação altera os

padrões conhecidos na história da queda dos Estados operários burocratizados no século XX. Sob a direção do Partido Comunista, que expropriou as conquistas da Revolução de 1949 e restaurou o modo de produção capitalista, a China passa por um processo de ascensão a grande potência, que a coloca no centro dos dilemas do capitalismo global.

Esse resultado diz respeito à mudança do caráter social do Partido ao longo das décadas. O Partido Comunista Chinês passou por distintas fases de desenvolvimento, e tem pouca ou nenhuma semelhança com o que era em 1921. Fundado como um partido operário ligado à Terceira Internacional dirigida por Lênin e Trótski, passou por uma mudança de sua base social a partir da derrota da Revolução Chinesa de 1925-27, no contexto da catastrófica política de Stálin. Expulso dos grandes centros operários e perdendo sua ligação com a classe trabalhadora urbana, o PCCh se refugiou no campo, passando a ser um partido-exército fundado no campesinato chinês, sob a direção de Mao Zedong e Zhu De. Vitorioso em 1949, o PCCh retomou à força seu prestígio nas cidades, e emergiu como governo expropriando as conquistas dos trabalhadores e dos camponeses, passando a exercer uma ditadura sobre elas. Para assegurar seus privilégios, era necessário impedir o triunfo de novas revoluções. Dessa maneira, a burocracia maoísta apoiou a repressão dos processos de revolução política contra os regimes stalinistas, como na Alemanha Oriental em 1953, na Polônia e na Hungria em 1956. Dirigindo o processo restauracionista na China, no marco da derrota do ciclo revolucionário de 1968-81 ao fim do *boom* econômico do pós-Segunda Guerra, o PCCh passou a integrar empresários às suas fileiras, algo que se incrementou com Jiang Zemin e Hu Jintao, que a partir de meados da década de 1990 multiplicou a entrada de grandes burgueses no partido. O Partido Comunista Chinês, sob a era Xi Jinping, é um partido burguês *sui generis*, que conserva elementos da retórica socialista como melhor invólucro para o crescimento do poderio dos capitalistas nacionais chineses. Enquanto no Ocidente os partidos comunistas, a partir dos anos 1970, integraram governos social-liberais junto aos velhos partidos socialdemocratas, administrando ou colaborando com a aplicação dos ajustes neoliberais, no cenário oriental da China a burocracia se tornou não apenas administradora, mas impulsionadora da projeção internacional do capital.

Sutilezas tais como a equivocada identificação do comunismo (como um movimento real de luta contra o capitalismo e como um programa para uma sociedade sem Estado, sem exploração nem opressão) com o stalinismo (uma deformação burocrática das revoluções socialistas do século XX) foram difundidas pelos intelectuais orgânicos da burguesia durante anos na era triunfalista do neoliberalismo. Essa operação beneficiava a campanha permanente da classe dominante em retratar a teoria emancipatória do marxismo com as atrocidades do

stalinismo, aproveitado pelos Estados Unidos em meio à disputa com a China. Com efeito, a manifestação mais evidente dessa mitologia é exibida na caracterização do partido chinês como comunista, parte ininterrupta da propaganda de Washington. O caráter "comunista" do partido chefiado por Xi Jinping é tão mitológico quanto as promessas de felicidade do livre mercado. Nas palavras de Richard McGregor, em seu trabalho *The Party: The Secret World of China's Communist Rulers* (2010), o PCCh "já não é um partido de trabalhadores e camponeses, é um partido de gerentes e empresários", que durante décadas administrou a superexploração selvagem de sua força de trabalho em comunhão com as multinacionais ocidentais. Eryk Bagshaw, do *The Sydney Morning Herald*, utilizando os dados do Departamento de Organização Central do Partido, estipulou que a taxa de trabalhadores e camponeses no interior do PCCh caiu de mais de 40% em 2009 para 30% em 2019, enquanto a taxa de membros com diploma universitário (dentro dos quais se situam os empresários chineses) aumentou, no mesmo período, de menos de 30% para 50%[31].

Como funciona o Partido que comanda um quinto da humanidade? Acima dos 92 milhões de membros, há cinco órgãos-chave. O Congresso do Partido seleciona seus 2354 delegados a partir dos filiados (especialmente da camada mais poderosa desses filiados, entre burgueses, administradores de empresas estatais, funcionários locais, etc.). Estes filiados participam anualmente do Congresso Nacional do Povo em Pequim, para avalizar decisões legislativas já tomadas previamente e carimbar a seleção dos cargos indicados, como o de secretário-geral do Partido. A seguir, vem o Comitê Central do PCCh, formado por 205 membros titulares e 171 suplentes, que podem participar dos plenários políticos, mas não podem votar. Os membros suplentes são um banco de reservas para o Comitê Central: podem ser votados como membros plenos do Comitê Central no caso de substituições na conformação de titulares, quer por aposentadoria, quer por queda em desgraça. O próprio Comitê Central se reúne formalmente uma vez por ano para discutir a política e supervisionar vários órgãos políticos executivos nacionais. Acima do Comitê Central se encontra o secretariado, ou Politburo, composto de 25 membros; estes, por sua vez, selecionam os 7 membros do comitê permanente do Politburo, o *locus politicus* do Partido Comunista, sendo o corpo de funcionários mais importante e aquele que define *de facto* a política chinesa[32]. Acima de todos, está Xi Jinping, o secretário-geral.

---

31 "Party time: 100 years on from the founding of the CCP, who runs China?", The Sydney Morning Herald, 27/06/2021. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/asia/party-time-100-years-on-from-the-founding-of-the-ccp-who-runs-china-20210624-p5840p.html (Acessado em: 26/07/2021).

32 How does the Chinese Communist Party operate? South China Morning Post, 02/03/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Uzn8f38sw90&t=3s.

Muito se poderia dizer sobre o Partido Comunista Chinês, sobre seu funcionamento hierárquico, as atribuições burocráticas centrais e locais, sua capacidade de contenção e disciplinamento. Uma primeira característica marcante é o afogamento de qualquer vestígio de liberdade de pensamento e opinião, a negação burocrática do cerne leninista da democracia partidária. Analistas partidários como Xiaobo Lu (2002), Brodsgaard e Zheng (2006) e Daniel Koss (2018) coincidem, em maior ou menor medida, em assinalar a perda progressiva de autonomia partidária por parte dos militantes durante todo o curso do século XX, desde a fundação do PCCh em 1921. Os solavancos na hierarquia partidária durante a Revolução Cultural, nas décadas de 1960 e 1970, chegaram a abalar em determinados momentos a confiança da burocracia maoísta em conter os choques nacionais, a nível de massas, no interior do permitido pelo Partido. Na década de 1980, Deng Xiaoping articulou a hierarquia partidária de acordo com os objetivos das reformas de abertura pró-capitalista, com choques permanentes, embora mais confinados à cúpula da burocracia e não tanto no âmbito da população em geral. Atravessando todas estas décadas, desde os anos de 1930, a regra foi o asfixiamento da liberdade de crítica, de pensamento e de ação contra os trabalhadores e camponeses membros do partido, aterrorizados pelas campanhas de perseguição, calúnia, e inclusive assassinato na jaula de ferro do PCCh. Quanto à disciplina interna, o crescimento econômico da China caminhou de mãos dadas com a maior imposição de regras estritas de comportamento por parte da cúpula burocrática em Pequim, e isso se evidencia como nunca na era Xi Jinping.

> Desde o 18º Congresso do Partido, a pequena minoria de membros partidários que trabalha na burocracia estatal está extraordinariamente preocupada com a ação disciplinar [...] Mas apesar das espetaculares expulsões de líderes partidários em todos os níveis do governo, expulsões de filiados da base são ainda raras exceções. Do ponto de vista da disciplina diária dos membros do PCCh, para garantir que compareçam às reuniões semanais das células partidárias, que participem ativamente dos projetos do partido, e que não postem mensagens inadequadas na Internet, uma reprimenda do secretário partidário é a ameaça mais tangível. Se um membro do partido é convidado "a tomar uma xícara de chá com o secretário do partido", isso normalmente é um eufemismo para receber uma pequena mas temida reprimenda. Pode envolver demonstrações de humilhação pública, assim como uma marca negativa em seu registro individual, o que concretamente diminui as oportunidades de carreira de uma pessoa para o resto de sua vida, acompanhando-a até o túmulo e inclusive além (KOSS, 2018, p. 17-8).

Os relatórios do pensamento são um dos mecanismos de violência disciplinatória mais comuns e padronizados do PCCh. Como um dispositivo disciplinador eficaz, sobreviveram às muitas reviravoltas do partido, seguindo parte do repertório de disciplinamento mesmo nos

momentos mais liberais da era de abertura e reforma. Xi Jinping atualizou a prática maoísta da "crítica pública através da autocrítica" (KOSS, 2018, p. 18), comum na Revolução Cultural. A radiografia do pensamento, naturalmente, raramente representa os contornos fiéis da opinião do retratado.

> Aspirantes à filiação partidária devem escrever tais relatórios. Depois de sete meses de pertencimento, outro relatório é exigido. […] Se um relatório de reflexão for exigido após algum passo em falso, torna-se uma autocrítica, reminiscente da era Mao. Sob certas circunstâncias, um membro do partido torna-se objeto de uma avaliação abrangente, ocasião na qual membros da mesma célula partidária – composta de menos de dez a uma dúzia de membros – devem examinar a pessoa. Avaliações incluem realizações no local de trabalho, lealdade política, nível de altruísmo e até mesmo perguntas íntimas sobre o estilo de vida pessoal (KOSS, 2018, p. 18).

Esse regime interno de terror partidário, que no caso da China se espraia para todo o país, é a expressão máxima da ditadura bonapartista da cúpula do Partido Comunista sobre os trabalhadores urbanos e rurais chineses, conduta política que sobreviveu à restauração e é parte crucial do controle partidário sobre todos os níveis da vida nacional.

Lance Gore (2011), no livro *The Chinese Communist Party and China's Capitalist Revolution: the Impact of the Market*, trata da relação entre a cúpula partidária e os membros de base do Partido Comunista. A imposição autocrática de um vetor unilateral de ordenações é a base que caracteriza a tecido burocrático, de tipo stalinista, que envolve a interação, a rigor externa e hostil, entre a casta partidária privilegiada nas esferas de poder e os milhões de filiados.

> Historicamente, o PCCh ganhou força ao defender as causas ou interesses de certas classes durante sua ascendência ao poder. Recrutou os melhores e mais brilhantes entre essas classes para as fileiras de suas organizações, enquanto tentava moldar os filiados de acordo com os interesses e ideais do Partido, submetendo-os à disciplina partidária, e exigindo que obedecessem incondicionalmente o Partido. Refletindo sua origem como um "Partido de devotos", estabeleceu um longo, elaborado e individualizado procedimento de recrutamento tanto para bloquear os não confiáveis como para doutrinar aqueles admitidos no Partido. Desde o início, um membro do Partido Comunista Chinês está sujeito à autoridade de comando e à preponderância do poder das organizações partidárias. As organizações do partido são estruturadas e orientadas para apoiar a autoridade daqueles acima e para atomizar os membros comuns do partido. Esta característica estrutural é a causa principal pela qual os direitos dos membros partidários são rotineiramente ignorados ou violados (GORE, 2011, p. 41).

O sinólogo estadunidense Andrew Walder (2006) argumenta que a formação partidária piramidal do Partido Comunista Chinês obriga a elite política da burocracia, que se conta em algumas centenas de milhares, a preservar a lealdade dos 40 milhões de quadros partidários nos escalões de responsabilidade inferior, que vão desde as administrações distritais até o

Comitê Central (WALDER, 2006). As articulações entre esses inumeráveis meandros hierárquicos são complexificados pelas cadeias de comando regionais e provinciais, uma vez que cada província na China, econômica e politicamente, atua de maneira relativamente descentralizada e com certa autonomia para a realização de experimentos que atendem às necessidades do poder central (como foi o caso da experimentação com as Zonas Econômicas Especiais, na era Deng). A competição entre as províncias, por mais recursos centrais e especialmente pela atração hegemônica de investimento estrangeiro direto, cria um quadro de várias Chinas dentro de uma só China. Walder explica que:

> Em 1998, havia cerca de 500.000 pessoas que ocupavam cargos na elite partidária: 900 no aparelho central do Partido Comunista, 2.500 com o cargo de ministro ou governador provincial, outros 39.000 até o nível de chefe de gabinete ou prefeitura, e os restantes 466.000 até o nível de chefe de gabinete do condado e divisão. Praticamente todas essas pessoas – mais de 95% – são membros do Partido Comunista […] A elite política de 500.000 não pode governar o país a menos que consiga manter a obediência de 40 milhões de quadros estatais – especialmente os 38% dos quais são membros do partido. Além disso, a burocracia estatal não pode governar a menos que tenha a cooperação ativa e a lealdade dos 45 milhões de membros do partido que trabalham fora da burocracia estatal. Se esses três grupos atuarem em conjunto, e se a elite mantiver a disciplina dos burocratas do Estado e a lealdade dos membros do partido, ela poderá resistir aos desafios de outros grupos da sociedade, mesmo em períodos de dificuldades econômicas e convulsões sociais. Se, entretanto, os desafios de outros grupos estimulam uma deserção dos membros do partido e de partes da burocracia estatal, a elite se terá de haver com problemas reais (WALDER, 2006, p. 20-1).

Esse elemento nos serve para distinguir o aparato partidário do aparato estatal. Nem todos os membros do aparelho governamental são, simultaneamente, membros do Partido Comunista. Da mesma maneira, apenas os membros do Partido Comunista ocupam os cargos de maior relevância no Estado. Daniel Koss (2018) aduz que a distinção entre partido e governo é uma característica fundamental do sistema político chinês, divisão essa palpável especialmente nos governos regionais e provinciais, em que inclusive os edifícios estatais e do PCCh são, por vezes, separados fisicamente.

> O Partido e o Estado têm uma relação simbiótica, mas o partido não é de forma alguma indistinguível do Estado. Os limites do partido são bem definidos, e suas cadeias formais de comando organizacional são isoladas das autoridades governamentais […] Alguns agentes estatais usam dois chapéus, mantendo uma posição no aparato do partido e ao mesmo tempo outra posição na burocracia governamental. Além disso, há uma porta giratória que separa os órgãos do partido e as agências governamentais. Um padrão de carreira de tipo ideal, como idealizado pelo Departamento de Organização do PCCh, envolve nomeações alternativas no partido e no governo. Como esta visão se aproxima das realidades no terreno, além dos 6% de todos os agentes estatais que trabalham na burocracia do partido, haveria outros 6% que trabalhariam temporariamente na burocracia do

> governo, mas na verdade estão seguindo uma carreira no partido. Em conjunto, esses 12% de todos os funcionários são distintos dos demais: suas carreiras são dirigidas pelo Departamento de Organização do PCCh, circulam entre nomeações em diferentes localidades e são localmente os agentes estatais mais poderosos. Possivelmente, eles também são diferentes tipos de pessoas, mais dispostos a se submeter à disciplina partidária, mais ambiciosos e mais dispostos a assumir os riscos que vêm com carreiras partidárias corruptas. Os outros quase 90% de todos os agentes estatais perseguem carreiras puramente governamentais. Suas carreiras são dirigidas pelo Departamento de Recursos Humanos, geralmente permanecendo na mesma localidade por muito tempo – muitas vezes em sua cidade natal – e são, em média, menos poderosos (KOSS, 2018, p. 89-90).

A distinção entre o Partido Comunista e o Estado chinês, que Daniel Koss identifica especialmente nos escalões governamentais inferiores, não deve, entretanto, ser exagerada. A República Popular da China se constitui de um regime ditatorial de partido único, e a cúpula do PCCh é a voz decisiva em todos os aspectos que regem o destino nacional. Podemos afirmar que as modificações orquestradas por Xi Jinping no interior do PCCh, de certa maneira, vão no sentido oposto, sublinhando o reforço do controle partidário sobre todos os escalões de governo, inclusive nas localidades. A imbricação entre Partido e Estado é um elemento tão essencial quanto a atenção em distingui-los, e aparece na própria relação de contiguidade histórica entre o desenvolvimento da constituição partidária e a evolução da estrutura jurídica estatal. Como mostra Zou Keyuan (2006):

> Substancialmente, os conteúdos relativos à política do Partido, bem como a ideologia do Partido, endossados primeiro nos Congressos do PCCh e incorporados na Constituição partidária, são então colocados na Constituição estatal. Os famosos "quatro princípios fundamentais" estavam primeiro na Constituição do Partido Comunista de 1982, e depois entraram na Constituição estatal de 1982. A Constituição partidária de 1987 contém o termo "socialismo com características chinesas", que é novamente aceito pela Constituição estatal emendada em 1988. Após a "Viagem ao Sul" da China (*Nanxun*) de Deng Xiaoping, a política de estabelecer uma economia socialista de mercado foi colocada na Constituição do Partido Comunista em 1992, e depois na Constituição estatal em 1993. A Constituição partidária revisada no 15º Congresso do PCCh em 1997 aceitou a Teoria de Deng Xiaoping como uma ideologia norteadora do PCCh, paralela ao marxismo, ao leninismo e ao Pensamento de Mao Zedong. De acordo com isso, a Emenda de 1999 da Constituição estatal também endossou a Teoria de Deng Xiaoping. A Constituição partidária revisada em 2002 acrescentou as "Três Representações" [de Jiang Zemin], e este termo também será endossado na Constituição estatal em 2004 [...] Numa palavra, o programa geral da Constituição do Partido Comunista é muito semelhante ao Preâmbulo da Constituição estatal. Nesse sentido, a Constituição chinesa é considerada como "um resumo geral da política atual" do Partido (ZOU, 2006, p. 80).

A relação de precedência partidária pode ser evidenciada em inúmeros outros aspectos. A esmagadora maioria dos deputados do Congresso Nacional do Povo são do

partido Comunista Chinês, sendo os restantes divididos entre 8 partidos que não possuem qualquer autonomia e estão subordinados ao PCCh (WALDER, 2006; KOSS, 2018). Dentro desse quadro complexo, resta diferenciar os estratos administrativos do PCCh, da esmagadora maioria dos filiados. A filiação não possui, em geral, motores ideológicos substanciais. A participação no PCCh, para os membros de todas as classes sociais, significa oportunidades de melhoria de vida, já que o registro e controle de suas vidas fica mais verificável dentro do que fora do Partido (WALDER, 2006; KOSS, 2018).

Outro elemento é a função política dessa autocracia partidária, no que diz respeito ao desenvolvimento da China. Andrew Walder (2006), assim como Perry Anderson (2018), distingue o processo de restauração capitalista na China daquele vivido na Rússia e nos Estados da Europa do Leste, elencando o destino da burocracia partidária dos Partidos Comunistas, entre 1989 e 1991, como aspecto relevante. Na Europa Central (como Polônia, Hungria, República Tcheca) e nos Estados Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), a burocracia stalinista rapidamente se dissolveu no período posterior aos acontecimentos de 1989-91, sendo a restauração do capitalismo completada em menos de uma década, não deixando nas mãos da antiga casta burocrática parte relevante da propriedade capitalista nascente (WALDER, 2006). Nesses países, os partidos comunistas desapareceriam. Na Rússia, embora a restauração capitalista tenha se dado rapidamente depois da queda da União Soviética, a antiga burocracia partidária conseguiu reter nas mãos o controle dos ativos estatais tornados privados, dando origem a uma nova camada de capitalistas russos. Entretanto, apesar da oligarquia de empresários privados advir da casta burocrática do velho regime stalinista, o Partido Comunista da União Soviética deixou de existir. Um terceiro tipo de resultado teria se dado na ex-Iugoslávia e nos países da Ásia Central (como Cazaquistão, Uzbequistão e Quirguistão) em que a velha casta burocrática stalinista teria não apenas mantido suas posições políticas depois da restauração capitalista, mas também a posse dos ativos econômicos apropriados de forma privada. A China, para Walder, representaria um outro tipo de resultado, diferente dos três anteriores. Embora a restauração capitalista tenha preservado o Partido Comunista Chinês, a reinstalação social da propriedade privada dos meios de produção, como forma de propriedade hegemônica no país, teria visto uma baixa taxa de conversão de antigos burocratas em novos capitalistas (WALDER, 2006). Em outras palavras, a burocracia maoísta na China não teria feito parte, em medida considerável, da nova classe capitalista chinesa, mesmo que tenha havido, como em todos os processos restauracionistas, apropriação privada de ativos estatais.

É verdade, como diz Walder, que o processo restauracionista na China levou a resultados distintos daqueles na Rússia, na Ásia Central e no Leste europeu. A burocracia partidária na China sobreviveu e se robusteceu, ao contrário das demais. O grau educacional na China supera aquele alcançado nestas regiões. A economia chinesa é distintamente mais potente que a combinação de todas as outras, com a vantagem de se apropriar de todos os recursos conquistados pela Revolução Chinesa de 1949 e colocá-los a serviço do crescimento exponencial de seu capitalismo nacional. Seu processo de privatização correu com ritmos particulares, beneficiando a absorção de choques no tecido social, durante os sistemáticos protestos da classe trabalhadora chinesa. Entretanto, Walder parece subestimar o papel da burocracia chinesa na apropriação dos ativos estatais e sua conversão, através da usurpação, em propriedade privada, a tal ponto de definir que o grande setor privado chinês teria surgido não através da transferência de ativos estatais para proprietários privados, mas através de novas empresas fora do setor estatal e através de investimentos estrangeiros (WALDER, 2006). Os capitalistas chineses são de origem múltipla, e não menor pelo investimento de capitalistas nativos (muitos dos principais sendo membros do PCCh) e pelo investimento estrangeiro. Ao contrário de Walder, não obstante, podemos afirmar que sem a atuação da burocracia do Partido Comunista Chinês, o capitalismo teria muito mais dificuldades em derrubar as bases econômicas, erodidas burocraticamente durante décadas, estabelecidas em 1949. Esse é um aspecto que aproxima, e não afasta, a atuação do PCCh dos restantes Partidos Comunistas nos Estados operários degenerados ou burocratizados.

Tendo cumprido esse papel, e permanecido na chefia do Estado, seria contraditório que a própria burocracia se eximisse de buscar os mais vultosos benefícios econômicos da restauração, uma vez que seu poder político advém do poder econômico, como em toda sociedade capitalista. Com efeito, houve múltiplos casos de apropriação privada dos ativos públicos a partir da década de 1980, de utilização de bens públicos para fins pessoais, desvio de verbas públicas para conquista de influência política, ou recepção de propinas para venda ou compra de materiais e equipamentos a preços superfaturados (CAI, 2006). Neste caso, a voracidade dos restauracionistas chineses não está em discordância com a glutonaria dos restauracionistas russos; apenas se expressa de maneira particular, de acordo com as circunstâncias chinesas. E, de fato, uma parte substancial da antiga casta burocrática na China converteu-se em proprietária privada ao absorver, para fins pessoais, ativos estatais que, durante as décadas de 1980 e 1990, foram sendo vendidos ou privatizados nas administrações Deng e Jiang Zemin, algo que se acelerou com Hu Jintao na década de 2000.

> Em 1986, o Partido Comunista emitiu uma série de políticas que promoveram formalmente o sistema responsabilidade de gerentes na indústria, e que concederam aos gerentes das empresas estatais poder de decisão com relação a questões importantes, incluindo produção, administração, finanças e contratação de pessoal. O profundo impacto dessas medidas tornou-se mais evidente nos anos 90. Por exemplo, algumas pesquisas constataram que, após meados da década de 90, cerca de 98% dos gerentes ou presidentes dos conselhos de administração controlavam pessoalmente os assuntos financeiros de suas empresas. Alguns nomearam parentes como contadores das empresas, abrindo caminho para a corrupção […] Em algumas empresas estatais, uma mesma pessoa assume os papéis de gerente, secretário do Partido, e, em alguns casos, presidente do conselho de diretores. Esta agregação de funções é geralmente realizada para reduzir o conflito entre o Partido e a administração, não para fortalecer o PCCh (CAI, 2006, p. 180).

Podemos, ao contrário do que nota Walder, incluir a China num quadro que combina os resultados da Rússia com os da Ásia Central, mas com particularidades: um lento processo de restauração capitalista dirigido pelo Partido Comunista Chinês, cuja burocracia ofereceu ingentes destacamentos próprios para a nova camada de empresários privados – na maior parte das vezes, administradores e gerentes das antigas empresas estatais – dando origem a uma economia capitalista em rápido crescimento. Como revela a pesquisa de Bruce Dickson, no livro *Wealth Into Power: the Communist Party's Embrace of China's Private Sector* (2008), esses contingentes da burocracia do PCCh, tornados empresários, foram parte do coração da nova classe capitalista nascente na China (chamados de "capitalistas vermelhos"), abrindo caminho para a cooptação partidária, nas últimas décadas do século XX, daqueles empresários que não advinham do seio do PCCh.

> A maioria dos capitalistas vermelhos já estava no partido antes de entrar no mundo empresarial e aproveitou sua conexão política para se tornar economicamente bem-sucedida […] Os funcionários do partido e do governo se beneficiaram das oportunidades de busca de renda que proliferaram sob as reformas liberalizantes, e os capitalistas vermelhos têm vantagens distintas sobre os empresários que não pertencem ao PCCh. Os membros do Partido que aderem ao mundo dos negócios capitalistas (a quem me refiro como empresários *xiahai*, porque *xiahai* é o eufemismo chinês para deixar o setor estatal e entrar no setor privado) são muitas vezes os beneficiários de negócios suculentos nos quais eles compram uma fábrica ou empresa por uma fração de seu valor real. Alguns deles eram funcionários do Partido e do governo, alguns eram gerentes de empresas estatais (SOEs), e outros eram membros do Partido, mas independentemente de seu ponto de origem, eles foram capazes de converter seu poder político em riqueza econômica (DICKSON, 2008, p. 22-3).

Com efeito, um panorama sociológico sobre sua composição interna dá a chave estratégica do problema. O PCCh, cuja burocracia exerce controle sobre setores estratégicos

da economia e segmentos relevantes do setor privado, possui uma orientação política de Estado substancialmente determinada pela camada de empresários que, dentro do partido, são parte da grande burguesia. Nos termos de Marx, esta grande burguesia se organiza como classe dominante na China através do Estado comandado pelo Partido Comunista. Mas é importante notar que essa interação não se limita a uma bilateralidade extrínseca, trata-se de uma relação de classe que possui seu momento interno ao PCCh. Em 2001, a administração Jiang Zemin aprovou oficialmente o ingresso de capitalistas no interior do PCCh (MCGREGOR, 2010)[33]. A partir de então, não é raro encontrá-los entre os membros das instituições centrais do governo, como o Congresso Nacional do Povo e a Conferência Consultiva Política do Povo. Segundo Dickson, há uma estratégia de cooptação partidária, em que os governos locais se fortalecem regionalmente ao incorporar ao PCCh os mais ricos industriais (que beneficiam os resultados projetados por esses governos), e em que os empresários se beneficiam ao ter facilidades em acessar créditos bancários e licitações, além de ganharem prerrogativa de interferência política nas decisões partidárias (DICKSON, 2008). Para Dickson, o PCCh passou a cooptar os principais beneficiários de suas políticas de reforma econômica, tais como empresários, especialistas em alta tecnologia e outros profissionais urbanos.

> Embora tradicionalmente o PCCh tenha desconfiado da lealdade política desses grupos e frequentemente os tenha visado em campanhas políticas, nos últimos anos o Partido tem cooptado ativamente os capitalistas chineses para assegurar sua cooperação no desenvolvimento econômico, e para evitar seu potencial político de oposição. Esta estratégia de cooptação foi politicamente controversa nas décadas de 1980 e 1990 e gerou um amplo debate interno no PCCh. Após 2001, no entanto, tornou-se política partidária oficial quando o partido adotou a consigna das "Três Representações" de Jiang Zemin, na qual afirmou representar não apenas os trabalhadores, camponeses e soldados (as "três classes revolucionárias" que tinham sido sua base social durante décadas) mas também as novas elites econômicas e sociais emergentes, conhecidas como as "forças produtivas avançadas" […] A estratégia de sobrevivência do Partido Comunista Chinês implica a integração, no interior de seu quadro organizativo, da riqueza e do poder na China. Sua estratégia é projetada para aumentar os diferentes aspectos da legitimidade do Partido. A fim de modernizar a economia, o PCCh depende cada vez mais do setor privado como a principal fonte de crescimento, de empregos e de receita tributária. Como a riqueza acumulada fora do controle do Estado é uma ameaça potencial para qualquer governo autoritário, o PCCh tentou usar uma combinação de cooptação e corporativismo para se integrar com o crescente setor privado (DICKSON, 2008, p. 19-20).

33 "A virada simbólica na relação entre o Partido e o setor privado foi o anúncio de Jiang Zemin, em 2002, no 16º Congresso quinquenal do PCCh, de que os empresários poderiam se filiar oficialmente ao Partido. Muitos elementos da burguesia chinesa já haviam sido cooptados por ramificações políticas locais, que podiam ver o valor de ter empresários ricos em seus registros governamentais. […] À medida que a economia privada crescia, o Partido via os benefícios de um acolhimento público dos empresários" (MCGREGOR, 2010, p. 213).

Richard McGregor também expõe o problema em termos da conveniente simbiose entre o Partido Comunista Chinês e o crescimento do setor privado na China. A dualidade na conduta do Partido Comunista, entre o trabalho harmônico com a classe burguesa chinesa e o disciplinamento do crescimento de sua riqueza, sem prejudicá-la no fundamento da apropriação privada, é sumamente explicativo sobre a verdadeira dialética dos fatos, por exemplo, que envolvem a coerção estatal de gigantes como a Alibaba e a Tencent:

> Quando se tratou do setor privado na China, que floresceu em conjunto com o Estado nas últimas três décadas, o PCCh ficou mais do que feliz em receber sua parte do crédito. O PCCh deitou abaixo sua longa prática de operar nos bastidores e se certificou de anunciar publicamente sua presença em empresas privadas. Longe de estar em conflito, o Partido queria garantir que o setor privado e as autoridades fossem vistos trabalhando em harmonia, para o benefício mútuo de todos. […] A desconfiança do Partido em relação ao setor privado nunca teve como fundamento o tema do dinheiro, nem a contradição flagrante entre a riqueza individual e os panteões marxistas e maoístas oficiais. A verdadeira questão para o partido era a ameaça de que o setor privado estrangeiro e local pudesse se tornar um rival político. O instinto natural do Partido, de colonizar o setor privado, tem sido muitas vezes dominado pela enorme riqueza da nova classe burguesa. Em resposta, interesses partidários promoveram as empresas privadas como um motor de emprego, assim como as contiveram, quando elas cresceram demais; convidaram burgueses chineses a aderir ao Partido, enquanto intimidavam e prendiam os líderes empresariais que caíam em desgraça com a cúpula partidária; e apoiaram direitos de propriedade mais seguros, ao mesmo tempo em que obscureciam as regras em torno da propriedade de empresas, bens e terras (MCGREGOR, 2010, p. 183).

Para esse desenvolvimento do poderio do setor privado, a cronologia interna dos acontecimentos chineses é insuficiente motivo explicativo; as disjuntivas da economia internacional e dos conflitos entre as classes e as potências foi decisivo na recomposição do novo capital chinês. Durante os anos mais incertos da Guerra Fria, o setor privado havia sido praticamente eliminado na China. Entre 1956 e 1978, a burocracia partidária foi obrigada pelas circunstâncias a exercer o controle absoluto sobre as principais forças produtivas do país. No final da Guerra Fria, durante o processo de enfraquecimento da União Soviética, e mais ainda diante de sua dissolução produto da política restauracionista do Kremlin, a correlação interna de forças na China se alterou. Empresas individuais passaram a ressurgir, e a administração Deng passou a conceber o setor privado como complementar à economia socialista. A disjuntiva na luta de classes também favoreceu a dinâmica restauracionista na China. A derrota do ciclo revolucionário que atravessou o mundo entre o Maio Francês de 1968 e a revolução política na Polônia em 1981, sucedida pelas transformações de cunho

neoliberal no mundo do trabalho após a derrota das greves dos controladores de vôo e dos mineiros, nos Estados Unidos e na Inglaterra, respectivamente, tiveram efeitos aceleradores na recuperação do prestígio empresarial. Um ano depois da dissolução da União Soviética, o 14º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1992, deu luz verde às propostas de reforma econômica pró-capitalistas de Deng, consagrando o termo "economia socialista de mercado" no lugar da noção anterior de uma economia (burocraticamente) planificada. O 15º Congresso do PCCh, em 1997, sob a batuta de Jiang Zemin, declarou que a tarefa do Partido era encorajar e guiar o setor privado em seu crescimento complementar ao núcleo da economia socialista de mercado, aprofundando as diretrizes de Deng e levando a dinâmica das transformações capitalistas para o coração da indústria urbana (DICKSON, 2008; MCGREGOR, 2018). Surgiu do bojo dessa evolução um fenômeno novo, a entrada no interior do PCCh de capitalistas autônomos que ergueram sua propriedade por fora dos quadros usuais do partido-Estado, sem terem antes passado pelo procedimento de apropriação privada dos ativos estatais[34].

As derrotas na luta de classes internacional tiveram consequências sobre a própria elaboração ideológica endógena ao PCCh. Como afirma Cai Yongshun, no estudo *The Weakening of Workers' Power in China* (2006), o Partido Comunista modificou, no curso da evolução da situação mundial, a definição de qual classe estaria na vanguarda da criação produtiva. A classe trabalhadora, como principal força produtiva humana integrada a seus instrumentos de trabalho e ao meio de produção conferido pela natureza, é uma definição do marxismo clássico. O Partido Comunista Chinês o inverteu, colocando o mundo de cabeça para baixo: a burguesia era assinalada como a classe produtiva fundamental, uma propaganda comum no ocidente. Como o Konstantin Liêvin de Tolstói, também a burocracia chinesa arranjava uma filosofia qualquer para colocar a serviço de suas inclinações.

> Para simbolizar ainda mais o apoio do PCCh ao setor privado, o 16º Congresso do Partido, em 2002, revisou a constituição partidária para incluir nela a consigna das "Três Representações" promovida por Jiang Zemin. As "Três Representações" significavam que o partido não só representa seus apoiadores tradicionais, os trabalhadores e os camponeses, mas também os interesses das novas "forças produtivas avançadas" das elites econômicas e sociais urbanas, justificando, assim, sua inclusão no Partido. Embora muitas vezes ridicularizada como retórica vazia, a consigna das "Três Representações" modificou a estratégia do Partido de cooptar empresários,

34 "O recrutamento de empresários para o partido comunista solidificou o vínculo entre quadros partidários e capitalistas. Anteriormente, o tráfego só funcionava em uma direção, com quadros se transformando em capitalistas: dezenas de milhares de membros do partido estiveram envolvidos em negócios como gerentes de empresas estatais, organizações que foram privatizadas, organizações que se separaram de suas empresas-mãe e empresas acionárias que são administradas comercialmente, com o Estado mantendo uma ação. Com as Três Representações, em 2001, um fluxo inverso começou, transformando os capitalistas em membros e quadros do partido" (SO, 2013, p. 63-4).

> que deixou de ser uma prática informal para tornar-se um objetivo formal. Esta foi a culminação da estratégia elitista de Jiang nos anos 1990, em que o PCCh perseguia seu objetivo de crescimento econômico rápido, confiando nas províncias costeiras e dando acesso privilegiado aos empresários que conseguissem enriquecer primeiro (DICKSON, 2008, p. 40).

A defesa do setor privado e do rápido enriquecimento dos capitalistas chineses, por Jiang Zemin, abriu certas fissuras preocupantes na população chinesa, majoritariamente esmagada pela exploração fabril e pelos baixos salários. A crescente desigualdade entre os multimilionários que surgiam do seio da velha burocracia e o núcleo da força de trabalho rural e urbana geraram desencanto com a política do governo central. A ascensão de Hu Jintao e Wen Jiabao, em 2003, veio acompanhada de uma retórica mais prudente que a de Jiang. Reinterpretando, sem abandoná-la, a consigna das "Três Representações", Hu Jintao acentuou a ligação do governo com os interesses fundamentais da vasta maioria do povo, e substituiu o objetivo de alcançar o maior crescimento econômico no menor tempo possível por uma narrativa de crescimento equilibrado e harmônico, em 2005 (DICKSON, 2008; KOSS, 2018). Entretanto, o compromisso do PCCh com o setor privado não esmoreceu. Hu Jintao inseriu na Constituição estatal, em primeiro lugar, o princípio da respeitabilidade ao direito da posse privada na China, e posteriormente, no 17º Congresso do PCCh em 2007, o dispositivo legal da defesa dos direitos de propriedade privada, como parte de um esforço do Estado em equalizar as condições de competição e tratamento entre empresas públicas e privadas (DICKSON, 2008).

Em todo o curso das transformações pró-capitalistas na China, a exigência exclusiva do Partido Comunista Chinês, completamente comprometido com o setor privado, era que o setor privado estivesse, outrossim, completamente comprometido com a sustentação do poder do PCCh. Xi Jinping é um continuador dos compromissos estatais com o setor privado, como deixou claro em outubro de 2020, ao dirigir-se à alta burguesia do segmento tecnológico chinês, concentrada em Shenzhen, afirmando que fortalecerá os direitos de propriedade privada naquela que fora a primeira Zona Econômica Especial da China, em 1980[35]. Ao moderar as ambições de certos segmentos da economia, como o setor tecnológico, Xi não faz mais que reatualizar o mantra da comunhão PCCh-setor privado: o governo chinês não busca prejudicar os negócios bilionários, apenas oferece o esclarecimento adicional de que o

35 "In boost to China's southern powerhouse, Xi praises Shenzhen", Aljazeera, 14/10/2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/economy/2020/10/14/in-boost-to-chinas-southern-powerhouse-xi-praises-shenzhen (Acessado em: 09/07/2021).

enriquecimento do setor privado precisa desabrochar no interior do invólucro de poder do Partido Comunista, "espinha dorsal da China" segundo Xi[36].

Isso não poderia deixar de afetar a composição interna do PCCh. Lance Gore (2011) retoma com interesse esse ponto, em base a estudos realizados por pesquisadores chineses do PCCh:

> O pesquisador do Partido Ma Yiqi classificou o critério de absorção partidário de "padrão de estágio primário (de recrutamento)", e identificou nele dois problemas: 1) o viés em direção aos ricos e bem-sucedidos e 2) a redução dos padrões morais e ideológicos. Ma Bo relatou que ao absorver às fileiras partidárias os empresários privados, os responsáveis pela operação basearam sua decisão de recrutamento em "quanta receita tributária geravam, quão grande era seu patrimônio comercial, quantos trabalhadores demitidos [do setor público] contrataram, quantas doações fizeram para beneficência social e até mesmo quão famosos eles eram". As tendências elitistas na construção do PCCh – mirando aqueles com alta escolaridade, os talentosos e os bem-sucedidos nos critérios de recrutamento e promoção – têm profundas implicações para o Partido governante […] Para conseguir que eles [os mais ricos] entrem, o PCCh tem muitas vezes que rebaixar seus padrões políticos e ideológicos. Aqueles estritamente proibidos de ingressar no Partido durante a era Mao (como os capitalistas) são agora privilegiados no recrutamento. A filiação ao partido assim conferida é, portanto, uma filiação diluída. O PCCh está sendo transformado pelo mercado (GORE, 2011, p. 45-6).

Essa parceria estratégica entre o setor privado e o Partido Comunista Chinês não diz respeito apenas aos resultados de crescimento econômico para as regiões e o país. A aliança oficia como um mecanismo de supervisão e controle do vasto proletariado urbano. Tanto Daniel Koss (2018) quanto Bruce Dickson (2008) sugerem que a avidez do PCCh em criar células partidárias no interior do setor privado é maior em regiões e cidades em que os trabalhadores, em boa medida, não são membros do Partido (DICKSON, 2008; KOSS, 2018). Possuir trabalhadores filiados ao Partido Comunista em fábricas ou empresas que empregam muitos trabalhadores que não o são é importante na estratégia da burocracia, a fim de que os filiados influenciem os não-filiados. Os donos das maiores empresas (em outras palavras, aquelas que integram maior volume de capital) são cobiçados pelo Partido Comunista, uma

36 Como mostra uma pesquisa detalhada de Tianlei Huang e Nicolas Verón, para o Instituto Bruegel, a política de Xi Jinping foi responsável por criar uma dinâmica em que as maiores empresas do setor privado da China se expandem mais rapidamente do que as empresas estatais. No estudo publicado em 2021, os autores argumentam que na era Xi Jinping: "*O setor privado da China cresceu significativamente tanto em termos absolutos quanto como proporção das maiores empresas do país, medido pela receita ou (para empresas cotadas em bolsa) pelo valor de mercado, a partir de um nível muito baixo quando Xi Jinping foi confirmado como o próximo líder em 2010. Vemos uma tendência estrutural de avanço do setor privado, que tem caracterizado a década de desenvolvimento da China sob a presidência de Xi Jinping. Assim, o ditado chinês 'o Estado avança, o setor privado se retira', que tem sido amplamente utilizado para descrever as tendências econômicas da China, não representa o quadro principal do que tem acontecido no mundo dos negócios da China sob Xi Jinping, mesmo nos anos mais recentes.*" O estudo se encontra disponível em: https://www.bruegel.org/blog-post/private-sector-retreating-china-not-among-its-largest-companies.

vez que não é simples organizar células partidárias no setor privado, que combinam os maiores dividendos em termos de receitas, e maior taxa de empregabilidade. As taxas de recrutamento de capitalistas aumentam de acordo com a massa de crescimento econômico, e individualmente quanto maior a riqueza acumulada (DICKSON, 2008). O PCCh também mira áreas e regiões em que há baixa proporção de trabalhadores do setor privado que são membros do Partido.

> Em seus esforços para melhorar a construção partidária no setor privado, o PCCh primeiro se concentrou nas maiores empresas, e logo descobriu que a construção partidária era mais fácil e mais bem sucedida quando a empresa era de propriedade de um membro do Partido. Os capitalistas vermelhos são muito mais propensos a ter organizações partidárias em suas empresas, têm trabalhadores que foram recrutados no PCCh e prefeririam contratar membros do Partido. Em outras palavras, os capitalistas vermelhos facilitam a construção partidária (DICKSON, 2008, p. 91).

A importância dessa simplificação na construção do PCCh dentro do setor privado não pode ser diminuída. Centenas de milhões de operários, em grande medida oriundos do campo, constituem o centro de gravidade das forças produtivas humanas na China, e estão sendo explorados majoritariamente nas grandes fábricas do setor privado. Não possuir registro e controle partidários sobre essas massas é sempre um risco para a obsessão partidária pela estabilidade do tecido social. A cobertura do PCCh nas empresas privadas é ainda muito pequena, se comparada com sua abrangência sobre as empresas estatais[37]. Como poderia a burocracia do Partido Comunista Chinês afogar o pensamento e a vontade de trabalhadores que não estão sob sua supervisão direta nos locais de trabalho? Que tipo de asfixia ideológica sistemática pode ser levada adiante apenas com a brutalidade da exploração capitalista, que mais ódio gera do que conformação? Com efeito, trata-se de uma lacuna na capacidade de contenção da burocracia de Pequim. O problema aumenta tendo em vista que o núcleo do proletariado chinês nas grandes cidades da costa oriental é de origem migrante, uma vez que muitos desses trabalhadores estão registrados partidariamente em sua cidade natal, e não nas cidades em que trabalham, enfraquecendo também por esse ângulo a segurança do controle partidário.

> Muitos membros do PCCh se juntaram à "população flutuante" de trabalhadores migrantes pela mesma razão que a população em geral: a promessa de empregos melhores e mais bem remunerados em outros lugares. Do ponto de vista do Partido, isto cria dois problemas. Primeiro, a maioria

37 Em 2010, a taxa de cobertura organizacional do Partido em empresas comerciais foi de apenas 22,6%, comparado com a cifra de 90% em outras áreas onde as organizações partidárias eram tradicionalmente mais fortes; em geral, dados mostram que a taxa de abrangência partidária permaneceu alta nas empresas estatais – 86,8%, enquanto nas empresas privadas era de apenas 15,9% na aurora da crise econômica mundial. Ver Lance Gore, 2011.

> dos membros migrantes do PCCh é jovem, ou orientada para os negócios ou trabalhadores comuns, precisamente os tipos de pessoas que o Partido está tentando atrair. Segundo, os membros migrantes do PCCh perdem contato com sua unidade partidária original, e geralmente não se registram nos comitês do Partido em sua nova localidade e, portanto, não podem desempenhar suas responsabilidades ou seu "papel de vanguarda". A ausência de uma organização partidária torna fácil para eles evitar a disciplina do Partido, negligenciar o pagamento de taxas e cotizações ao Partido, e se envolver em atividades desestabilizadoras ou criminosas, dando assim um mau exemplo para outros trabalhadores (DICKSON, 2008, p. 126)[38].

A colaboração que Xi Jinping e o Partido Comunista exigem do setor privado é justamente a de registro, controle e manutenção dos trabalhadores no interior da disciplina partidária, uma dimensão política que vai além da colaboração meramente econômica. As organizações partidárias dentro de empresas privadas são utilizadas, portanto, para promover, simultaneamente, interesses econômicos e objetivos abertamente políticos. Certamente, a burocracia comandada por Xi Jinping gostaria de dispor do galo dourado que o poeta Púchkin depôs nas mãos de um rei fantasioso na Rússia, ave capaz de pressagiar com precisão qualquer perigo contra o reino, alertando o monarca ao cantar na direção de onde fermentava o risco. Não havendo tal recurso, sente necessidade da vigilância empresarial, que se não cacareja, conhece bem o risco de não ouvir mais ressoar suas moedas[39]. Assim, mesmo com as contradições inevitáveis no grau de eficácia díspar, de acordo com a composição da fábrica e da própria região, em prover liderança partidária sobre o setor privado, essa conduta mancomunada entre o PCCh e os empresários contribuiu para preservar a estabilidade, orientar uma repressão mais dirigida, e atingir um objetivo chave para a estratégia de

38 Segundo Dickson, a mobilidade dos membros do Partido também contribui para a fragilidade da construção partidária no setor privado. "A maioria dos membros migrantes do PCCh vem de áreas rurais e não está disposta a se juntar às filiais do Partido em seus novos locais de trabalho ou bairros. Eles acreditam que se encontrarem dificuldades, é mais provável que recebam assistência de organizações do Partido em suas localidades de origem, onde são conhecidos e possuem conexões, do que em seus novos locais de trabalho e moradia, muitas vezes temporários. Comitês locais do Partido tentaram organizar esses membros migrantes e monitorar suas atividades" (DICKSON, 2008, p. 126).

39 "Em 20 de abril de 2001, o Departamento Central de Organização emitiu seus 'Pareceres sobre o trabalho do partido nas 100 empresas-piloto modernas', no qual decretou que os comitês partidários de empresa deveriam apoiar e facilitar o trabalho da conferência de acionistas, da mesa diretora da empresa, do comitê supervisor, bem como do gerente ou CEO, para ajudá-los a fazer seu trabalho de acordo com a lei, para aumentar a coesão ou unidade entre os trabalhadores, para assumir a liderança na construção de uma cultura empresarial positiva, e para garantir a disciplina entre os trabalhadores. O Partido também devia apoiar a autoridade do CEO, ajudando-o a fazer melhor o seu trabalho. O trabalho ideológico do partido deve enfatizar a ajuda aos trabalhadores para que se afastem da mentalidade da 'tigela de arroz de ferro', reprogramando-os mentalmente para a competição do mercado e, portanto, ajudando o objetivo do PCCh de construir uma economia de mercado socialista" (GORE, 2011, p. 87). Em suma, a vigilância burocrática para que os trabalhadores não incorressem no pior pecado para a burocracia, para além da desestabilização política de seu domínio: a ameaça à propriedade privada.

sobrevivência do PCCh – impedir o surgimento de uma oposição operária organizada nos próprios locais de trabalho (CAI, 2006; DICKSON, 2008).

Às vésperas do estouro da crise econômica mundial em 2008, a burguesia chinesa já havia invadido o sistema político de Hu Jintao: das 100 pessoas mais ricas da China, 33% pertencia ou ao Congresso Nacional do Povo, ou à Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, e 25% pertencia ao Partido Comunista Chinês (DICKSON, 2008, p. 171). A China de Xi Jinping, muitas vezes acusada pela intelectualidade neoliberal ocidental de estar revertendo o curso anterior, não fez mais que aprofundar a entrada empresarial no PCCh e no sistema político chinês. Um breve olhar pelos 50 maiores bilionários da China lança um panorama elucidativo sobre a conformação social do PCCh. Na lista da *Forbes*, entre os 10 maiores bilionários da China em 2021, três são membros do Partido Comunista. Ma Huateng, dono da Tencent, Jack Ma, fundador da Alibaba, e Qin Yinglin, maior produtor de porcos do mundo (pela empresa Muyuan Foodstuff Co.) são membros do PCCh com um patrimônio privado combinado de quase US$ 148 bilhões. Li Shufu, dono da empresa automotriz Geely, com laços pessoais próximos ao Exército de Libertação Popular, é também deputado do Congresso Nacional do Povo, em que se postulou como "independente", algo que na China deve ser entendido como um eufemismo para a ampliação da participação política dos empresários amigos do PCCh. Em 2021, era o 26º maior bilionário da China. Trata-se de um caso semelhante ao de Robin Li Yanhong, em 2021 o 46º maior bilionário chinês. Dono do principal instrumento de busca da internet, Baidu, Robin Li é membro da Conferência Consultiva Política como "independente", colaborador do PCCh.

Traçar o elo de ligação existente entre um bilionário chinês e o Partido Comunista, na maioria das vezes, é uma tarefa hercúlea. Por evidente que seja o interesse do PCCh em agregar a elite da classe dominante em suas fileiras, não se trata de um gesto popular, uma vez que o conúbio da burocracia bonapartista chinesa com a burguesia é visto como a origem da corrupção estatal (DICKSON, 2008; GORE, 2011). Ademais, incorporar burgueses em suas fileiras não exerce exatamente um polimento sobre a figura do Partido Comunista, que tem no seu passado remoto a representação de trabalhadores e camponeses. Portanto, muitas vezes, a colaboração (e o pertencimento *de facto*) da burguesia ao PCCh se faz de maneira velada, sempre no interesse de melhor proporcionar aos magnatas chineses a voz sonante na política nacional. "Esteja perto do governo, mas distante da política" é a famosa frase de Wang Jianlin, bilionário chinês e fundador do Grupo Dalian Wanda, a maior empresa de desenvolvimento imobiliário do mundo. O caso de Wang, que em 2021 era o 30º maior bilionário da China, é instrutivo sobre o caráter furtivo da relação da burguesia com o Partido

governante. Nascido em 1954, na província de Sichuan, era filho de um camponês que lutou no Exército de Libertação Popular sob o comando direto de Mao Zedong durante o período da Longa Marcha (1934-35). Wang se tornou soldado aos 15 anos de idade, tornando-se comandante do Exército de Libertação Popular aos 27 anos, servindo em Chengdu e na Região Militar de Shenyang, na década de 1970. Em 1986 começou a oficiar como administrador estatal no Distrito de Xigang, na cidade de Dalian. Nessa cidade, mediante empréstimo público, iniciou a escalada ao estrelato da Dalian Wanda, empresa estatal que foi privatizada e colocada nas mãos de Wang. Embora não seja membro do Partido Comunista Chinês, tem relações muito próximas com o governo, em termos similares ao do dono da gigante Huawei, o bilionário Ren Zhengfei, que era também membro do Exército de Libertação Popular. Altos oficiais do governo possuem ações corporativas na Dalian Wanda, como a empresária Qi Qiaoqiao, filha do próprio Xi Jinping.

A proximidade de Xi Jinping com a grande burguesia chinesa pode ser traçada, além dos gestos diretos a ela, a partir de outro componente, em geral muito mais indireto: a promoção do novo estrato social médio para inovação tecnológica da China. Em outras palavras, como dissemos acima, Xi Jinping sustenta-se socialmente na chamada "nova classe média" (ou "estrato de renda média", segundo o eufemismo utilizado oficialmente a partir da era Hu Jintao), dinamicamente expansiva, ligada ao setor privado, e que agarra uma porção considerável da juventude urbana, com maior grau de escolaridade. O núcleo dessa chamada "nova classe média", tendo como ponto de apoio um nível cultural mais sofisticado, e em muitos casos portando diploma universitário, está dotado de aspirações de êxito na iniciativa privada. Estamos tratando aqui de um conglomerado social substancialmente heterogêneo, tanto pela origem quanto pelas perspectivas de vida concretas, mas cujas partes componentes se interseccionam no interior de uma pequena burguesia urbana ascendente, que enriquece com as medidas pró-mercado e que se enxerga mais ou menos apartada ideologicamente da classe trabalhadora chinesa.

Tomando a definição social que Jiang Zemin conferiu à "classe média", no 16º Congresso do PCCh em 2002, a "nova classe média" chinesa inclui empresários e técnicos das empresas privadas de ciência e tecnologia, o pessoal administrativo e tecnológico empregado por empresas estrangeiras, autônomos, proprietários de empresas privadas, profissionais do mercado financeiro e organizações sociais intermediárias (como empresas de direito ou contabilidade, instituições de caridade, associações comerciais, etc.), e os profissionais sem vínculo empregatício (GORE, 2011). Esta hoste de pequenos proprietários urbanos, com ambições de ascensão social, é politicamente dependente das posições da

grande burguesia chinesa (que sendo débil, depende por sua vez dos limites impostos pelo Partido Comunista no interior do Estado). Representa, para a grande burguesia, um colchão de amortecimento fundamental diante dos riscos de explosão social das camadas mais desfavorecidas dos trabalhadores urbanos e rurais. O regime bonapartista de Xi Jinping se fundamenta nessa pequena burguesia urbana em ascensão como ponto de apoio político pessoal; o interesse de enriquecimento desse estrato social médio lhe serve de plataforma para a projeção de seu programa de rejuvenescimento nacional. É com a ajuda dessa chamada "nova classe média", que Xi Jinping condiciona os limites em que a grande burguesia chinesa pode caminhar, sem prejudicar a eficácia de sua lucratividade e o poder dos bilionários magnatas do setor privado.

A dinâmica expansiva da "nova classe média" chinesa, portanto, está intimamente ligada com a particular relação estabelecida entre Xi Jinping e o sistemático enriquecimento do poderio econômico e político da grande burguesia chinesa. Isso é verdade inclusive ao considerarmos os atritos recentes entre Xi e os setores capitalistas de alta tecnologia como Alibaba, Tencent, ByteDance, Didi, entre outros. Certos limites impostos ao crescimento exorbitante do grande capital se restringem a impedir o asfixiamento da emergência de novos capitais na arena da busca por inovação endógena; os atritos pressupõem a anuência aos lucros privados desses monopólios. Ao tratarmos da fração mais abastada da pequena burguesia, encontramos os fios de continuidade entre os seus interesses e os interesses gerais do desenvolvimento nacional. A agressividade nacionalista de Xi encontra eco favorável nesses setores sociais. Quanto maior for a projeção de poder internacional da China, em melhores condições supostamente essa pequena burguesia abastada, conectada com a modernização urbana e tecnológica, estaria. Assim também, de não menor importância para o bonapartismo de Xi é a apatia política desses estratos sociais médios, sua ideologia individualista e consumista, todos componentes que, por fora de grandes solavancos da luta de classes, colaboram com a estabilidade social almejada pelo governo central.

Essas novas características da mutável sociedade chinesa ganham contornos específicos no interior do Partido Comunista Chinês. De acordo com Gore (2011):

> No final de 2008, 34% dos membros do PCCh tinham formação universitária, em comparação com apenas 2,89% em 1979 no início da era das reformas, e os parcos 0,3% em 1949, na alvorada da fundação da República Popular da China. Pudemos classificar a origem social dos membros do PCCh em 2008: os "profissionais" [a "nova classe média"] são o segundo maior grupo depois dos "camponeses"; os "trabalhadores" – o proletariado que supostamente seria a base de classe do Partido Comunista – conta com menos de 10% de todos os membros do PCCh. […] A maioria dos atuais líderes partidários, desde o escalão municipal, possui graduação

> universitária ou diplomas avançados de carreira; em geral, quanto mais alto eles estão na hierarquia do partido-Estado, mais alto tende a ser o seu nível de educação (GORE, 2011, p. 63-4).

Esse crescimento intra-partidário da filiação da pequena burguesia urbana ocorre em detrimento das posições da classe trabalhadora urbana, cada vez menos integrada no horizonte imaginário do PCCh de Xi Jinping. O enfraquecimento do Partido Comunista entre a classe trabalhadora é fruto de sua própria política restauracionista. A privatização e destruição da rede de empresas estatais, levada adiante pela linha agressiva de Deng e Jiang na década de 1990, alienou o PCCh das bases operárias nos ramos industriais, desmoralizados com a orientação neoliberal adotada. A situação dos trabalhadores chineses torna-se, assim, de alheamento e de hostilidade diante do Partido Comunista[40].

A estratégia do Partido Comunista Chinês de integrar dentro de si o setor privado, tanto incentivando os atuais membros do Partido para entrar no mundo dos negócios quanto cooptando empresários em suas fileiras, sintetiza a forma de construção partidária sob Xi Jinping. Apoiado na pequena burguesia urbana abastada, torna a classe operária chinesa um antípoda do PCCh. Com efeito, o PCCh exacerbou seu componente de partido nacionalista burguês, combinando o poder financeiro dos bilionários "capitalistas vermelhos" com a efervescente retórica nacionalista de Xi, projetando a ambição chinesa na arena global. Os Partidos Comunistas stalinizados ao redor do globo puderam conhecer elementos semelhantes de transformação. Na Rússia, no Vietnã, no Leste europeu, se não terminaram sua reconversão social a partidos burgueses antes de desaparecerem organizativamente, fizeram desabrochar de seu seio agentes políticos que seguiram carreira em partidos burgueses. Mas a escala e a natureza da transformação do Partido Comunista Chinês o torna um exemplo único. A própria verve nacionalista burguesa do PCCh está entrelaçada de maneira complexa com as determinações internas de um partido-Estado que impõe limites ao crescimento desordenado de determinados conglomerados privados (a fim de permitir a contínua expansão da iniciativa privada capitalista), preservando uma retórica baseada na noção do "socialismo com características chinesas" ou da "economia socialista de mercado". Xi Jinping unifica as duas coisas, sendo o símbolo de uma burocracia stalinista cujo desenvolvimento deu origem a um

40 Cai Yongshin (2006) afirma que: "Até agora, as respostas do Partido-Estado aos problemas dos trabalhadores foram ambíguas, no sentido de não ter ignorado completamente os trabalhadores, nem tampouco ter cessado medidas de reformas capitalistas que prejudicarão os interesses dos trabalhadores. Em nome do desenvolvimento econômico, o Partido Comunista Chinês adotou uma estratégia de cooptação para lidar com empresários privados, os chamados capitalistas chineses, permitindo-lhes unificar-se ao Partido. Esta medida implica que o Partido Comunista não mais representará os interesses da classe trabalhadora como antes. A profunda implicação deste movimento para as relações entre o Partido e os trabalhadores é que, ideologicamente, os trabalhadores ficarão mais alienados do Partido" (CAI, 2006, p. 187).

Partido Comunista *sui generis* também, distintos dos demais. Separado e hostil à classe operária chinesa, cada vez menos vinculado a ela, precisa carregar sua representação simbólica para tratar de diminuir os atritos que arranham o tecido social interno do país.

Há equívoco evidente, portanto, na tentativa de identificar um partido de tipo stalinista, como o PCCh, com o leninismo. Esforços de identificação tais, tão indevidos como interessados, são comumente referidos nos próprios trabalhos de Dickson (2008), Gore (2011), Koss (2018), So (2013) e múltiplos intelectuais dedicados a estudar o Partido chinês. Estamos tratando de fenômenos político-organizacionais imiscíveis: são antípodas políticos, algo como Etéocles e Polinices nas tragédias de Ésquilo e Eurípides. No centralismo democrático leninista, a unidade de ação está fundada na mais ampla liberdade de pensamento e opinião. Polo organizador dos destacamentos de vanguarda da classe trabalhadora, busca reunir a seu redor as mais amplas camadas de trabalhadores, superando a fragmentação que se constituiu em seu interior durante as décadas neoliberais. Com isso, trata de articular a aliança com as demais classes exploradas e oprimidas, os movimentos sociais e ativistas, mediante um programa transicional que conquiste sua hegemonia na luta contra o capitalismo. Essa hegemonia política dos trabalhadores, impossível na ausência de uma organização leninista que contra a hegemonia da classe dominante sobre os trabalhadores e seus aliados estratégicos, passa pelo estímulo aos organismos de auto-organização criadora das massas, e por um combate sistemático às direções burguesas e às burocracias reformistas. A combinação desse tipo de organização política com a auto-organização das massas pode gerar a unificação e a coordenação das diversas demandas e formas de luta em instituições que fortaleçam o enfrentamento contra os capitalistas e seu Estado, para além das divisões artificiais implantadas pelas burocracias a fim de impedir o surgimento de uma identidade hegemônica de classe aos trabalhadores. Justamente, esse tipo de partido tem como *virtù* a reorganização do espaço político em termos de classe, e a luta pela constituição de uma identidade hegemônica da classe trabalhadora como sujeito político independente, para que atue como "tribunos do povo", organizando em círculos concêntricos as camadas que compartilham da mesma decisão de resolver seus problemas vitais mediante a derrubada do modo de produção capitalista. É um instrumento para a emancipação da sociedade mundial, por meio de um Estado de transição que faculte a eliminação dos antagonismos de classe e do próprio Estado (e não para seu encarceramento burocrático no interior de Estados militaristas). Por fim, ao contrário dos partidos de tipo stalinista, busca essa transformação a nível global, a abolição das classes sociais, do Estado e das fronteiras nacionais, a unificação das forças produtivas a nível mundial sobre as bases da destruição do imperialismo, para abrir

caminho a um estágio histórico-societal superior, o comunismo, algo impossível de ser conquistado nos marcos de um só país. Seguindo a máxima de Marx em 1850, trata-se de um partido para que os trabalhadores reconquistem a confiança em suas próprias forças independentes, já que "para o proletariado não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não de paliar os antagonismos de classe, mas de eliminar as classes; não de melhorar a sociedade existente, e sim de estabelecer uma nova" (MARX, 2010). Partidos de tipo stalinista, portanto, são a negação pelo vértice das organizações leninistas.

Se insistirmos algo mais no argumento, é possível verificar nessa transformação sofrida pelo PCCh os elementos de continuidade com o maoísmo. Ou, o que é o mesmo, os elementos de continuidade do maoísmo que se preservam na transformação do Partido e qualificam essa sua modificação específica, nos diversos estágios de sua existência que sistematizamos acima. A estratégia da Frente Popular, como resolução do VII Congresso da Internacional Comunista stalinizada em 1935 estava em sintonia com a perspectiva de Mao na década de 1930, quando se torna o principal dirigente do Partido Comunista Chinês. Orientava as sessões nacionais da Internacional Comunista a mimetizar a experiência do pacto franco-soviético, articulando a colaboração política de classes entre trabalhadores e burgueses como o Partido Comunista Francês havia feito com o governo Flandin-Laval. O componente político da estratégia da "guerra popular prolongada", nas elaborações de Mao sobre a luta de resistência em profundidade contra o imperialismo japonês, consistia na aliança política com a burguesia nacional chinesa. Trataremos em maior profundidade desse tema adiante. Para os propósitos dessa primeira aproximação, é possível conectar essa estratégia para a China com o tipo de organização que emergiu do maoísmo. Observamos uma espécie de frente popular na forma de partido, com características chinesas, define os contornos complexos do Partido chinês na era Xi Jinping, em que a burguesia conquistou a primazia interna, em detrimento dos trabalhadores e camponeses.

O Partido Comunista Chinês, no poder do Estado, foi o fator fundamental, o demiurgo político-social, para a conformação de uma nova classe exploradora, capitalista, na República Popular. O aburguesamento dos quadros partidários, de um lado, e o recrutamento ao PCCh de capitalistas que se beneficiam de suas relações especiosas com o poder, de outro, confluíram para uma via inextricável de influência mútua entre capital e Estado, empresários e o PCCh. A tal ponto difusa se tornou a fronteira entre as empresas estatais e o conglomerado de empresas coletivas/setor privado que é imensamente difícil traçar um limite de classe entre quadros partidários e capitalistas na China. A indagação sobre o comunismo, aqui, é inevitável. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx considerava que o

comunismo era a recuperação da realidade efetiva da humanidade, o momento necessário da emancipação e da recuperação da vida e da essência humanas para as próximas etapas do desenvolvimento histórico. Com o pleno desenvolvimento do pensamento e das personalidades, a humanidade atingiria um estágio superior de apropriação de todas as energias humanas vitais, mediante a abolição da propriedade privada e do Estado que a sustentava, transformadores da humanidade sem objetos não humanos (MARX, 2004). Pouco depois, em 1845, n'*A Ideologia Alemã*, o fundador junto a Engels do socialismo científico definiu o comunismo como o movimento real que anula e supera todo o atual estado de coisas. O conceito do comunismo anda indissociavelmente ligado à abolição da propriedade privada, da moeda, do Estado, de toda a exploração e opressão do capitalismo, para avançar a uma união global de produtores livremente associados. Nada disso tem qualquer vestígio de similitude com o Partido "Comunista" Chinês.

O PCCh que está fundado hoje na manutenção férrea da propriedade privada restaurada, na exploração do maior proletariado da terra e no enriquecimento econômico de sua burguesia, equipada com interesses econômicos e políticos substancialmente equivalentes aos da cúpula do PCCh. É a negação contrarrevolucionária do comunismo. É esse aparato burocrático que precisa ser superado conscientemente pela classe trabalhadora chinesa como via incontornável para a retomada de um projeto de emancipação internacional.

A conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos e históricos que permitiram sua ascensão será discutida adiante; mas não representa óbice, e sim uma lanterna útil, lançar luz sobre um aspecto particular antes do chegar ao geral: a relação política do PCCh com a classe trabalhadora chinesa. Diante de tantas certezas marteladas à força de preconceitos ou de subserviências acríticas, vale sobre a China a máxima goethiana: "*O que se ignora é o que mais falta faz/ E o que se sabe, bem algum nos traz*"[41].

41 GOETHE, Johann W. "Fausto I". São Paulo: Editora 34, 2004.

Capítulo 2 – A China operária e seu inimigo interno: a burocracia do PCCh

2.1 A infernal condição operária na ascensão chinesa

Inúmeros estudos povoam o ecossistema investigativo das condições de vida e de trabalho da classe operária chinesa. Esses estudos, assim como acontecera com as investigações acerca do proletariado inglês do século XIX, foram atraídos para a China em função de sua conversão durante três décadas em "fábrica do mundo". Um tal troféu, no sistema capitalista, converte-se em um triste prêmio. Souberam-no na pele os trabalhadores ingleses, cujas penúrias foram retratadas ao fio da pena de Friedrich Engels em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845). Conglomerado de mazelas físicas e espirituais que só rivalizavam em magnitude com a acumulação exponencial de riqueza da classe dominante britânica (que, através dela, dominou os mares e logrou alcançar os portos da China). A classe trabalhadora chinesa, urbana e rural, e o campesinato, depois de gozarem de forma desigual as conquistas da Revolução de 1949, descobriram por vivência própria, especialmente durante o período da abertura e reforma de Deng Xiaoping, que nas condições do capitalismo global "ser trabalhador produtivo não é uma sorte, mas um azar" (MARX, 2014).

> O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista, ou serve à autovalorização do capital […] Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital (MARX, 2014, p. 578).

De fato, segundo a teoria geral do mais-valor de Marx, podemos encontrar cientificamente o nódulo vital da atividade de extração da força humana de trabalho em escala exponencial do proletariado chinês. A burocracia do Partido Comunista Chinês valeu-se desse interesse do capital global para operar um acelerado processo de desenvolvimento desigual e combinado, servindo-se da tecnologia estrangeira na corrida por alcançar o estatuto produtivo das potências avançadas, e entregando em troca uma massa insofismável de mais-valor aos monopólios capitalistas internacionais. Nesse processo de desenvolvimento desigual e combinado exacerbado, que escalou a partir de 1978, a cúpula do governo central concedeu liberdades cada vez maiores para que o capital estrangeiro se açambarcasse um *quantum* cada vez maior de trabalho excedente, enquanto simultaneamente apreendia e absorvia, lenta e gradualmente, elementos da técnica capitalista ocidental. Não é exagerado dizer que o ciclo da

restauração burguesa no mundo com o aprofundamento do neoliberalismo – rebaixamento salarial a nível internacional, piora das condições de vida do proletariado mundial – seria impensável sem o nicho de acumulação de capital encontrado na China. Mediante a exploração dos trabalhadores migrantes rurais, o capitalismo encontrou uma saída temporária (em termos de décadas) para os problemas não resolvidos com a dissolução da União Soviética.

A documentação disponível por pesquisadores da vida fabril chinesa (YUE, 2019; SIU, 2020), os relatórios de organizações como o China Labour Bulletin e o *China Labor Watch*, junto às narrativas da resistência operária chinesa (LEE, 2007; FRIEDMAN; LI; REN, 2016; ESTLUND, 2017), dão conta com suficiente lucidez das agruras vividas pelos trabalhadores do antigo cinturão industrial, mas especialmente dos migrantes rurais, no país de Xi Jinping. Não distam muito da sensação descrita no poema do pintor renascentista Hans Holbein, que a escritora George Sand introduz em sua obra *O charco do diabo*: "Com o suor do teu rosto,/Ganharás a pobre vida,/Finda a lida, ao sol exposto,/Eis que a morte te convida" (SAND, 2021, p. 17). Buscamos delinear a seguir, com as múltiplas manifestações reais da vida cotidiana na China do PCCh, qual é a situação da classe trabalhadora chinesa. Modificações em termos de média salarial e determinado padrão de consumo, como parte do projeto de robustecimento do mercado interno como motor de crescimento, são indicadores relevantes; tornam-se enganadores, entretanto, se empanam a violenta estrutura material da vida operária, ou se utilizados como virtuosos dados primários sobre uma suposta melhoria geral das condições de vida e de trabalho de milhões de chineses. A melhoria relativa se dá diante de um piso básico muito atrasado. Ocorre sobre a fundação de uma exploração selvagem do trabalho. Vale ilustrar que as conquistas econômicas das últimas décadas – o milagre louvado em altar tão acrítico – foram construídas sobre a expropriação das conquistas da Revolução Chinesa de 1949, convertidas em sustentáculo material para a restauração capitalista nas décadas de 1990 e 2000. Assim também, sobre a superexploração mais desumana dos trabalhadores e camponeses chineses, e que deixaram marcas estruturais nas atuais condições de trabalho do maior operariado do mundo. Como William Faulkner, o proletariado chinês poderia cantar que "o passado não está morto, não é sequer passado".

Ching Kwan Lee, em seu trabalho *The Social Question as the Struggle over Precarity: The Case of China* (2019), define que o Estado chinês, em todo o período de domínio de Mao Zedong, constituía o verdadeiro impulsionador e regulador da precariedade do trabalho na China (LEE, 2019). Trata-se de um ponto de partida importante. Essa precariedade era organizada, ainda que caoticamente em experimentações múltiplas, pela burocracia do Partido

Comunista, que abria as portas do país à penetração do capital estrangeiro a partir da década de 1980. Essa política dançava sobre um vulcão: ainda que ferreamente disciplinados pela repressão da burocracia de Pequim, os trabalhadores urbanos e os camponeses chineses exercitavam protestos regulares em defesa de seus interesses. Para diminuir essa força, a burocracia do PCCh dividia cuidadosamente os estratos dos trabalhadores, conferindo determinados benefícios a uma camada mais restrita, melhor posicionada na indústria pesada das grandes cidades chinesas, em contraste com a falta de benefícios em outros ramos da economia, nomeadamente no campo.

Essa configuração e estratificação social entre os próprios trabalhadores não significava que os setores considerados mais estratégicos da indústria não participassem das agitações e distúrbios contra o governo. Ainda que de forma fragmentada, e suportando o controle direto do Partido Comunista Chinês, os trabalhadores do carvão, do aço, do alumínio, entre outros, dispunham de protestos localizados[42]. Entretanto, os trabalhadores deslocados dos benefícios básicos de seguridade laboral, o que poderíamos chamar de trabalhadores precários (sem direitos à previdência, segurança trabalhista, etc.), tiveram um papel destacado nas manifestações de insubordinação anteriores à transição da era Mao à era Deng.

> Historiadores trabalhistas chineses estabeleceram que os operários marginalizados [pelas leis trabalhistas] desempenharam um papel ativo desproporcional em responder a episódios significativos das mobilizações políticas – a Campanha das Cem Flores, a Revolução Cultural, o Movimento 5 de Abril de 1976. Em 1957, depois de uma avalanche nacional de agitações trabalhistas em 1956, em parte acicatadas pelas dissensões populares durante a revolução húngara, conflitos laborais estouraram em 587 empresas, envolvendo quase 30 mil trabalhadores. Trabalhadores aprendizes, temporários, e todos aqueles que perderam seu *status* permanente através de realocação laboral, ressentidos por suas condições inferiores de trabalho, impulsionaram os protestos. Uma década depois, os "ventos economicistas" (lutas operárias por melhorias materiais) durante a Revolução Cultural surgiram entre trabalhadores irregulares e aqueles que haviam sido mobilizados para ir ao campo ajudar os camponeses […] Então, em 1976, manifestações de massas e distúrbios eclodiram em mais de 40 lugares do país. Trabalhadores jovens e marginalizados, que eram perseguidos durante a Revolução Cultural, aproveitaram a ocasião de celebrações em memória do ex-primeiro ministro Zhou Enlai para expressar sua insatisfação com as perseguições políticas e as injustiças que sofriam (LEE, 2019, p. 61-2).

42 Os trabalhadores industriais foram grandes protagonistas nas agitações operárias. Na década de 1990, os trabalhadores do cinturão industrial foram frequentemente às ruas, exigindo direitos econômicos consagrados nas regulamentações estatais, sobre seus cuidados de saúde e benefícios previdenciários. Dezenas de milhões de jovens trabalhadores migrantes empregados em fábricas orientadas para exportação travaram suas próprias batalhas contra a exploração do trabalho e a violação de seus direitos laborais – não pagamento de salários, jornada de trabalho excessiva, locais de trabalho inseguros, demissões arbitrárias, e disciplina desumana (LEE, 2019, p. 68).

Tanto maior a necessidade da aplicação da força e coerção estatal contra os trabalhadores, diante de protestos que não raro traziam à tona perturbações que poderiam dar origem a processos de revolução política – ou seja, processos que, sobre a base da propriedade socializada dos meios de produção, oriundos da revolução de 1949, promovessem uma alteração política no Estado, com a queda da burocracia do PCCh, a articulação de organismos de autoorganização democrática do poder do tipo dos conselhos junto à planificação da economia pelos trabalhadores e camponeses. Esse processo de disciplinamento foi se moldando no curso mesmo das grandes catástrofes econômicas, organizadas direta ou indiretamente pelo Partido Comunista Chinês (como o Grande Salto Adiante ou a Revolução Cultural). Isso ocorria mediante repressão direta, ou mediante mecanismos de coerção territorial legal, caso do sistema *hukou*. Os camponeses, sob Mao, não tinham acesso livre às cidades, modo através do qual o Estado mantinha sob controle o crescimento das cidades, de um lado, e garantia uma força de trabalho barata mediante o desamparo dos camponeses, obrigados a acatar as piores condições[43] para estarem empregados único meio para manterem-se nas regiões urbanas. O sistema *hukou* – que estabelecia que os trabalhadores rurais e camponeses só poderiam receber benefícios se permanecessem em suas cidades de origem – sobreviveu a Mao e seguiu com distintos graus de rigidez durante as reformas pró-capitalistas de Deng. Algumas passagens d'O Capital permitem entender a dinâmica do trabalho rural importado aos centros urbanos:

> Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que se tenha apoderado dela, a demanda de população trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital em funcionamento nessa esfera, e isso sem que a repulsão desses trabalhadores seja complementada por uma maior atração, como ocorre na indústria não agrícola. Uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis para essa metamorfose […] Essa fonte de sobrepopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua sobrepopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda a sua amplitude.

43 De acordo com Kaxton Siu, essa dinâmica foi um dos principais mecanismos para a redução da renda média salarial nas cidades durante os anos de boom da indústria orientada à exportação. O *hukou* servia perfeitamente aos propósitos da acumulação capitalista na China. "Sem um registro urbano, os migrantes rurais necessitavam autorização para permanecer longe de casa, e só podiam assegurar isso se possuíssem um patrão. A polícia no Delta do Rio Pérola regularmente fiscalizava as autorizações [dos trabalhadores migrantes] nas ruas, uma situação que não apenas agravava o medo dos migrantes diante do fantasma do desemprego, mas que também os impelia a aceitar empregos fabris sob quaisquer condições, a fim de tornarem-se trabalhadores registrados e poderem permanecer nas regiões. Aproveitando essa situação, a administração das empresas elaboraram regulações de chão de fábrica e acerca dos dormitórios, ao lado de punições físicas, para disciplinar e penalizar os trabalhadores migrantes, a fim de convertê-los em sujeitos dóceis" (SIU, 2018, p. 49).

> O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo (MARX, 2014, p. 717-18).

Essa dinâmica da sobrepopulação latente no campo para alimentar a produção urbana em condições precárias, retratada por Marx, tem seu capítulo chinês. Em seu trabalho *Labor and Domination: Worker Control in a Chinese Factory* (2017), Kaxton Siu expande a compreensão dessa forma de arregimentação de trabalho migrante, especialmente até a década de 2000. Com o "regime de trabalho de dormitório", como o autor o caracteriza, as fábricas de capital estrangeiro que dominam essa formatação da exploração do trabalho chinês estabeleciam uma estrutura elementar domiciliar para abrigar os trabalhadores (SIU, 2017). Os trabalhadores do campo simplesmente não possuem condições de arcar os custos de um domicílio próprio, ainda que estejam empregados e preservem o direito de permanência nas cidades. A relação contratual de emprego, portanto, não bastava como condição. A resultante operava uma atmosfera de vulnerabilidade que facultava a diminuição ainda maior dos custos do capital, que desindexava do tempo de trabalho necessário (ou valor da reprodução das condições individuais do trabalho) a porção equivalente à moradia. A fábrica se tornava um sinistro conjunto habitacional. Isso permitia aos capitalistas transformar o dormitório fabril numa extensão direta da linha de produção. O produto macabro dessa combinação é o prolongamento constante da jornada coletiva de trabalho, e o controle supervisionado não apenas do tempo de trabalho, mas do tempo de vida fora da fábrica. A gerência fabril podia inclusive reconvocar um trabalho, do interior de seu dormitório no meio da madrugada, para "completar" necessidades de produção (SIU, 2017, p. 536). Nesse regime laboral, não admira, traduzia-se perfidamente as palavras de Marx sobre a sujeição de todo o tempo de vida do trabalhador a serviço da valorização do capital, como veremos abaixo.

Essa situação surgiu do seio de todo o processo de reformas pró-capitalistas encabeçado pela burocracia restauracionista, e também pela repressão operada pelo regime de Deng. Depois do Massacre de Tiananmen de 1989, o regime político burocrático chinês não conseguiu escapar à crise de legitimidade estatal, oriunda da brutalidade contra a população, e incendiada pela crise econômica e alta inflação do final da década de 1980. Em resposta, Deng fez movimentos decisivos no início da década de 1990 – como debatemos – para acelerar as tendências agressivas da restauração capitalista, vencendo as alas mais moderadas no interior do Partido Comunista, e avançando seu programa de liberalização econômica, gradual mas ativa. As primeiras vítimas foram os trabalhadores urbanos das empresas estatais, que perderam seus postos de trabalho nas velhas regiões industriais, e viram-se na iminência da fome ou da entrega de sua força de trabalho à exploração do capital estrangeiro, diante do

fechamento ou privatização de boa parte das empresas estatais. Simultaneamente, entretanto, o pesado encargo da nova fase da história produtiva chinesa, e em certa medida global, sobreveio aos ombros do proletariado migrante rural, sensível aos efeitos mais graves do impulso da precarização do trabalho pelo PCCh.

2.2 O Estado chinês como impulsor e regulador da precarização

O papel do Partido Comunista Chinês na deterioração das condições de trabalho do proletariado nacional é, por vezes, ignorado nas discussões sobre o suposto socialismo chinês. É impensável compreender a desestruturação das mais mínimas regulações trabalhistas na China durante décadas por fora da agência do PCCh. Como escreve Jake Lin (2020):

> De um ponto de vista estrutural, o PCCh, com as reformas de mercado e aliado ao capital global, é a fonte fundamental da miséria dos trabalhadores. O PCCh foi o principal arquiteto da reforma trabalhista orientada para o mercado. O Estado, combinado com capital, lançou numerosas ondas de reforma neoliberal que foram devastadoras para os interesses dos trabalhadores (LIN, 2020, p. 83).

A precarização do trabalho tinha *status* estrutural. O curso do processo restauracionista foi inevitavelmente acompanhado pelo enraizamento nacional das disposições da exploração do trabalho próprias ao modo de produção capitalista. Mas, do ponto de vista do poder de extração do mais-valor, o capital conquistou um terreno selvagem na República Popular, desconhecido no Ocidente. A modulação da precariedade do trabalho foi organizada pelo próprio governo como *conditio sine qua non* da produção, nos limites da sensibilidade aos transtornos sociais. A base material da arregimentação desse trabalho, tornado real pela onda de migração em direção às cidades, era a pobreza do campo e a oferta de melhores condições comparativas nos nichos de desenvolvimento industrial. Tal disponibilidade de trabalhadores com baixíssimos salários assegurou à China o modelo de crescimento do qual gozou nas subsequentes três décadas.

Para sustentar as altas taxas de crescimento do PIB, continuar atraindo a voragem do investimento estrangeiro e sua técnica, e também seguir gerando os postos de trabalho necessários para absorver a imensa força de trabalho, o governo central e as autoridades locais passavam solenemente por cima do papel molhado da legislação trabalhista[44]. As margens de atuação do capital privado contra os trabalhadores são virtualmente ilimitados. Nesse aspecto,

44 "Na China há um enorme volume de leis e normas destinados a proteger os trabalhadores, mas as autoridades locais estão mergulhadas em uma competição por obter investimentos estrangeiros e, por vezes, imersas em corrupção, pelo que também estão muito mais interessadas em proteger os interesses do capital do que em aplicar a lei" (POCH, 2009, p. 101).

a burocracia chinesa mimetizava, e por vezes superava, o desprezo do capitalismo ocidental pelas condições de trabalho, mobilizando dezenas de milhões de seres humanos oriundos do campo que não tinham escolha senão aceitarem ocupações precárias oferecidas nas indústrias.

> Um erro conceitual comum é considerar que o trabalho informal e precário é causado, ou definido, pela ausência de regulamentação estatal. O oposto é verdadeiro na China, em que o Estado é central na estruturação e reprodução da precarização do trabalho, através de leis e políticas públicas. Mencionemos três exemplos para mostrar o alinhamento dos interesses do Estado e do capital [na China] na legalização do trabalho precário. Em primeiro lugar, por exemplo, a Lei Trabalhista e a Lei do Contrato de Trabalho estipulam tratamento inferior aos funcionários temporários, frente aos funcionários regulares, ao definir a relação dos temporários com seus empregadores como de "serviço" e não de "trabalho". Como "funcionários" ao invés de "trabalhadores", os temporários são legalmente excluídos da seguridade social e outras proteções trabalhistas estipuladas na legislação. Em segundo lugar, o Estado regula ativamente a oferta da massiva população rural (ao redor de 250 milhões). Seus direitos são estipulados pelos governos locais de diferentes regiões, compondo uma variedade de regimes de cidadania que refletem a necessidade do capital por um tipo particular de trabalhador. Em terceiro lugar, a oferta de estagiários estudantis é orquestrada pelo próprio Ministério da Educação, administradores escolares, professores, e os departamentos educacionais locais, e é mediado por agências privadas de emprego (LEE, 2019, p. 67).

Deng Xiaoping, e seu programa de abertura gradual ao capital estrangeiro, incluiu os monopólios estrangeiros como um fator na destruição das condições mínimas de trabalho do operariado chinês. Se o motor da precarização na era Mao se encontrava no Estado, o período de "reforma e abertura" na China desde 1980 inaugurou o momento em que o capital global surgiu como fator agravante adicional à questão social na forma da questão trabalhista (LEE, 2019). Todos os benefícios foram concedidos à burguesia mundial na extração de mais-valor do proletariado chinês, e as próprias leis trabalhistas foram ganhando nova configuração pela pressão da patronal estrangeira. O campesinato, mais uma vez, arcou com a parte de leão dos custos da exploração do trabalho. Na dinâmica social da China, vimos encarnarem-se as tendências que impulsionam "uma parte da população rural continuamente em vias de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro", trabalhador rural que retém salários miseráveis e que "está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo" (MARX, 2014, p. 718). Sobre o acréscimo do látego do capital estrangeiro às já duras condições de exploração do trabalho, Lee diz que:

> Para alcançar o mundo desenvolvido, e encontrando seus nichos competitivos nos segmentos inferiores das cadeias globais de valor, as fábricas e os trabalhadores chineses sustentaram os custos desproporcionais (delgadas margens de lucro, e condições de exploração trabalhista) da acumulação flexível do capital global. Para além das indústrias globais, as

> estratégias domésticas de crescimento da China (investimentos em ativos fixos e urbanização dirigida pelo Estado) também levaram ao aumento da precarização na construção civil e nos serviços urbanos, enquanto sua estratégia de dominação (representação monopólica dos interesses dos trabalhadores) e de legitimação obstaculizou seriamente o poder de barganha do trabalho diante do capital (LEE, 2019, p. 62).

Os custos desproporcionais sobre os trabalhadores migrantes, base da indústria exportadora chinesa, são flagrantes, e mostram a organização da condição precária pelo Estado. Em 2014, 62% dos trabalhadores migrantes ainda não possuía um contrato de trabalho por escrito, 84% não possuía previdência, 83% não possuía plano de saúde, e 90% não possuía seguro desemprego (LEE, 2019). Os migrantes rurais também tiveram um papel de destaque na edificação das grandes construções urbanas na China, onde padeceram as condições precárias de trabalho. Citando a obra de Sarah Swider (2015), *Building China: Informal Work and the New Precariat*, Lee discorre sobre as três categorias de empregabilidade no setor da construção civil, indo do emprego regularizado, mediado por um contrato de trabalho padronizado, ainda que informal; passando pelo emprego incorporado, mediado pelas redes sociais; até o último grau de precariedade, o emprego individualizado, com condições despóticas de exercício de função, frequentemente obtido nos mercados de trabalho informais estabelecidos nas ruas da China. A maior parte das vezes, os funcionários trabalham por comida e abrigo, ao invés de salário (LEE, 2019). Quando são pagos, recebem uma taxa que requer ritmos desumanos de trabalho, além de longas jornadas. O principal mecanismo de controle é a violência, e as principais alternativas aos trabalhadores são pedir esmolas ou atividades criminosas.

Uma situação de degradação tal nas condições de vida dos trabalhadores é suficiente para questionar qualquer definição de socialismo chinês, como veremos na pena de escritores como Elias Jabbour (2021), ou a noção de que o capitalismo como modo de produção global determinante não tenha sido restaurado na China (um debate que vai de Domenico Losurdo a Michael Roberts). Nos capítulos subsequentes repassaremos em revista essas teses para opor um contraponto crítico. Antes de abordar no plano teórico tais questões, é seminal entender como a exploração do trabalho na China funcionou nas últimas décadas.

2.3 Governo e a Federação de Sindicatos da China

Não há dúvida que a comunhão de interesses para a precarização do trabalho na China é real entre o governo central e o capital, nacional e estrangeiro. Ambos os atores operaram conjuntamente nesse sentido. Isso não atenua a prevalência da responsabilidade do Partido

Comunista Chinês na deterioração das condições de vida e de trabalho no país. Em todas as fases do programa restauracionista, a burocracia de Pequim, com férreo controle sobre a política econômica nacional (e com a colaboração dos governos provinciais e municipais), esteve na dianteira da ofensiva degenerativa sobre as proteções trabalhistas, a qualidade dos contratos, a eficiência no fornecimento dos benefícios da seguridade social. A Federação dos Sindicatos da China (*All-China Federation of Trade Unions*) é a mantenedora do panorama sombrio para a força de trabalho nativa no interior do inferno fabril chinês. Sindicatos independentes sempre foram um anátema ao Partido Comunista Chinês.

> Da debacle de Lai Ruoyu na década de 1950 ao esmagamento da Federação Autônoma dos Trabalhadores de Pequim em 1989, o Partido deixou claro uma e outra vez que organizações independentes dos trabalhadores estão proibidas. Embora os trabalhadores nunca tenham gozado na prática do direito de greve, esse direito estava formalmente incluído nas Constituições chinesas de 1975 e 1978. Foi Deng Xiaoping que o removeu da Constituição, na mesma medida em que o capital privado começava a entornar seus recursos na China no início da década de 1980 (FRIEDMAN, 2018, p. 56).

Com efeito, a Federação Sindical Nacional da China é uma expressão exacerbada da estatização das organizações de massas na República Popular. Sendo a extensão do governo central no âmbito sindical, essa burocracia ligada à supervisão dos locais de trabalho atua com caráter policial, impedindo a organização de novos sindicatos independentes do governo. Dentro das empresas, a Federação Sindical estabelece um elo de ligação entre o capital privado e o PCCh, como fator de dissuasão das greves mais do que de sua organização (ESTLUND, 2017; LIN, 2020). A ligação orgânica da central sindical com o governo central pode ser rastreada em todos os níveis, mesmo na forma como seus funcionários são escolhidos. O pertencimento às ramificações sindicais é aberto à participação dos próprios gerentes das empresas, uma imagem especular do pertencimento dos empresários no interior do PCCh. Trata-se de uma ferramenta avançada da manutenção da precariedade e, consequentemente, da superexploração do trabalho na China.

> A Federação dos Sindicatos da China, a única central sindical legal no país, é ferreamente controlada pelo Partido Comunista Chinês nos níveis nacional e local, e é dominada pela gerência a nível de empresa. A Federação dos Sindicatos da China está profundamente alienada das condições de sua base, composta por 285 milhões de trabalhadores. O pertencimento sindical habitualmente inclui a gerência, que ocupa a maior parte dos próprios postos sindicais, a nível de empresa, sendo designados ou indiretamente eleitos. Acima do nível das empresas, os membros sindicais são incorporados através dos mesmos exames civis que qualquer outro oficial do governo, pensando e se comportando como oficiais de governo […] O monopólio ou a apropriação da representação trabalhista pelo partido-Estado extrai dos trabalhadores chineses uma alavanca poderosa para negociar com o capital,

> impulsionando uma fundação institucional para a expansão do trabalho precário na China (LEE, 2019, p. 68).

Para a sustentação do *status quo* repressivo, antidireitos e favorável à patronal nos locais de trabalho, a Federação dos Sindicatos da China atua como braço administrativo de Pequim no interior das fábricas e demais organismos centrais da produção. De sua conduta, não se observam reclamações do capital internacional. Em particular, os sindicatos oficiais não lideram greves. Segundo Cynthia Estlund (2017), que elabora sobre a relação entre os conflitos operários e a ausência de liberdade sindical independente na China, todas as greves na China são o que no Ocidente se considera como "selvagens". As greves não são autorizadas ou lideradas pela Federação Sindical, mas são organizadas a partir de baixo pelos próprios trabalhadores. De fato, a separação das entidades sindicais diante dos trabalhadores é tão marcante que a Federação Sindical e o PCCh normalmente se dão conta da existência de uma disputa séria nos locais de trabalho apenas quando uma greve já está em curso (ESTLUND, 2017). Como a tarefa central da Federação Sindical, enquanto sustentadora da hegemonia política indiscutida do PCCh não é conduzir greves, mas contê-las, as greves são invariavelmente auto-organizadas por trabalhadores fora de qualquer estrutura sindical. A partir de então, a Federação entra em ação para atenuar os efeitos da greve. A greve, portanto, "desencadeia um alarme, os funcionários correm para o local para tentar apagar a conflagração, a fim de engendrar algum tipo de acordo que tire os trabalhadores das ruas e os obrigue a voltar ao trabalho". (ESTLUND, 2017, p. 131). A imposição do silêncio nos locais de trabalho pelos tenentes laborais do capital adota um leque de expedientes, desde a anêmica tentativa de travar acordos coletivos, até a colaboração com a polícia na perseguição de trabalhadores "insubordinados" e organizações independentes, defensoras dos direitos trabalhistas, que na China envolvem muitos jovens universitários. Poderíamos aventurar que, ao contrário do ocorrido na peregrinação de Dante Alighieri, a viagem do capital internacional pela China começou pelo "Paraíso", e seu Virgílio foi a burocracia sindical ligada ao PCCh.

O cumprimento dos alegados direitos trabalhistas, que adviria dos acordos coletivos formalmente negociados com as empresas, em última instância é deixado à discrição da patronal. Outras, por serem muito irrisórias quanto ao combate às péssimas condições de trabalho, são aplicadas em acordo com as multinacionais estrangeiras e o capital chinês, sem obstaculizar a reprodução ampliada do capital e seus resultados deletérios sobre as condições físicas e psíquicas dos trabalhadores. Por exemplo, em 2008 a nova lei do contrato de trabalho contemplava que a obrigatoriedade de um contrato surgia apenas depois de um mês do início da atividade laboral, proclamando o direito de cada trabalhador a "negociar" esse período

(POCH, 2009) – que tipo de "negociação" poderia se dar entre capital e trabalho nessas condições, é algo a indagar. A Federação Sindical Nacional da China vigiava o cumprimento de instruções que, embora nunca satisfaçam a sede de acumulação do capital, ao menos não perturbava o sono de suas matrizes.

> A esmagadora maioria dos contratos coletivos não passa de fórmula vazia: negociações raramente ocorrem, e a imposição do cumprimento da lei [às patronais] é inexistente. Os poucos exemplos em que os patrões fizeram reais compromissos durante os acordos coletivos foram fruto de greves selvagens dos trabalhadores chineses. O caso mais conhecido foi o da greve na fábrica de transmissão da Honda, em 2010, na província de Guangdong, que resultou em grandes ganhos salariais, assim como no esforço por reformar o sindicato da empresa, esforço finalmente fracassado. (FRIEDMAN, 2018, p. 57).

Assim, a colaboração da entidade sindical para a consecução do paradigma da precariedade laboral na China é completado pela oposição aos métodos de classe que os trabalhadores possuem para barrar a precarização de suas condições. A relação com a política econômica do PCCh volta ao primeiro plano. Estlund (2017) define a Federação Sindical Nacional como um organismo controlado pelo Partido Comunista Chinês, com seu monopólio oficial de representação dos trabalhadores, ainda que na realidade seu papel seja a colaboração com as empresas privadas e estatais para reiniciar o quanto antes o sistema produtivo na vicissitude de eventuais greves. Isso está na cartilha da Lei Sindical de 1992, em que se dita que os sindicatos devem cooperar com as empresas a fim de restaurar as normais condições produtivas tão cedo quanto possível (ESTLUND, 2017, p. 132). Os trabalhadores que não estão satisfeitos com sua representação não são livres para formar seu próprio sindicato independente do partido-Estado ou, o que é o mesmo, da Federação Nacional. O governo de Xi Jinping, pelo contrário, apenas aprofundou a submissão da legislação trabalhista chinesa aos caprichos do capital, e se tornou mais avesso às tentativas de organização de sindicatos independentes. A queda nas taxas de crescimento econômico também incrementaram a preocupação do Partido Comunista Chinês em amplificar a boa relação com os empresários privados. Nas Duas Sessões parlamentares de 2023, o premier Li Qiang instruiu os governos locais da China a entreterem as melhores relações de amizade com os empresários do setor privado, que Xi Jinping chamou de "um de nós"[45]. Nesse concerto, a

45 "Global Impact: what did we learn from China's 'two sessions' so far?", South China Morning Post, 12/03/2023, disponível em: https://www.scmp.com/economy/article/3213087/global-impact-what-did-we-learn-chinas-two-sessions-so-far?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=GME-O-scmp-social-uv&utm_content=20230315. Para uma análise detalhada dos efeitos econômicos desse pronunciamento, ver André Barbieri, "Xi Jinping e o setor privado na China", disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Xi-Jinping-e-o-setor-privado-na-China.

Federação Sindical Nacional da China aderiu, assim, à nova armadura antioperária instalada pela administração Xi.

2.4 A superexploração operária, por ela mesma

Para além dos efeitos produtivos internos na China, as condições extremamente deterioradas de trabalho na China, de responsabilidade do PCCh e da Federação Sindical Nacional, repercutiram nas condições de trabalho dos países centrais. Com a restauração capitalista na Rússia, a dissolução da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, entre 1989 e 1991, a alavancagem da restauração capitalista na China ganhou nova tração. A reversão da propriedade estatal e a regressão social do modo de produção capitalista teve impacto global. A colossal classe trabalhadora chinesa voltou a ser parte da arena de acumulação capitalista. A China, junto à Índia, à Rússia e à Europa do Leste lançaram 1.470 bilhão de proletários na economia global, dobrando a força de trabalho disponível (1.460 bilhão de trabalhadores, até então)[46]. A incorporação desse novo exército laboral na arena capitalista teve impacto negativo imediato para os trabalhadores no mundo. Baixos salários e más condições de trabalho na China empurraram para baixo as condições no restante do planeta, sendo o motor das décadas neoliberais.

Na China, ao mesmo tempo em que se enquadrava nesse novo ecossistema de exploração global – resultado da ofensiva neoliberal de Ronald Reagan e Margareth Thatcher no final dos anos 1980 e durante a década seguinte – o proletariado chinês passava por uma grande transformação. De certo modo, viveu a síndrome Medardo di Terralba, e viu-se partida ao meio[47]. A antiga classe operária industrial, alojada nas empresas estatais, definhava, enquanto a nova classe trabalhadora oriunda do campo emergia arcando nas costas os tributos máximos da ascensão chinesa.

> Desde meados dos anos 1980, coincidindo com o início da duplicação da força de trabalho global, na China começou uma transformação radical do mundo do trabalho, sobre dois polos: por um lado, uma grande reconversão da indústria estatal (socialista) tradicional; por outro, a liberalização da imensa mão de obra rural. Esta transformação alterou profundamente o panorama social do país. A China deixou de possuir apenas uma classe operária, e passou a possuir duas. A primeira era a tradicional e privilegiada, resultado da industrialização maoísta ocupada nas empresas estatais. A

46 "The Doubling of the Global Workforce", *Globalist Papers,* junho de 2005.

47 Ítalo Calvino, sob os escombros da Segunda Guerra Mundial, deu origem em 1952 à sua criação literária do visconde italiano que se partiu em dois após ser atingido por um canhão turco, caminhando desde então separadas suas duas metades sobreviventes com características psicológicas particulares. Por sua origem social imediata, os dois proletariados chineses mantinham uma complexa combinação entre si, sendo parte, no entanto, de uma mesma classe.

> segunda, o novo exército laboral migrante de origem rural, ao qual se deu emprego nas grandes obras de construção da urbanização/modernização, e na indústria manufatureira para a exportação de propriedade privada/individual (POCH, 2009, p. 92).

A pesquisa de Rafael Poch-de-Feliu (2009) em seu já mencionado *La actualidad de China*, é bastante útil para a compreensão dos encargos que os trabalhadores chineses tiveram de suportar, sob o comando combinado do governo central e do capital estrangeiro, para que a China recebesse o título de "fábrica do mundo". Vale assinalar, entretanto, que as idiossincrasias notórias de cada parte componente da classe trabalhadora chinesa, esses dois universos simbióticos da exploração do trabalho global, não as torna classes diferentes. Ao contrário de certas tendências sociológicas que advogam a existência de uma "nova classe" como precariado[48], a classe trabalhadora chinesa é uma verdadeira unidade do diverso, uma síntese de múltiplas determinações da história econômica que emerge às portas do século XXI. Assim sendo, essa classe trabalhadora viu-se imbuída de distintas composições em seu interior, especialmente com a vinda em massa para os centros urbanos litorâneos da força de trabalho migrante rural, que passava a compartilhar com o jovem proletariado urbano as atribuições da indústria exportadora, de início nas Zonas Econômicas Especiais, e posteriormente nas grandes cidades industriais. O velho proletariado das zonas industrializadas durante a época do Estado operário burocratizado se combina, com suas particularidades na adaptação à nova situação, com a classe trabalhadora que, oriunda do campo, veio trabalhar na nova região industrial do Sul, em que nunca conheceu os benefícios de direitos trabalhistas ou o efeito da industrialização socialista. Na era Xi Jinping, uma nova geração de jovens trabalhadores emerge, ao lado dos representantes das gerações anteriores que se dividiam de acordo com o cisma que precedeu, e sucedeu, a restauração. Uma nova geração cujos ascendentes vieram do campo mas que já não possui relação orgânica com as zonas rurais e sim laços mais dinâmicos com os grandes centros urbanos, que se multiplicaram no período de expansão tecnológica; geração que já conhece mais direitos e que possui nível educacional mais elevado. Mais importante, e desafiador para a estabilização social, trata-se de uma geração mais próxima da queda do Lehman Brothers que da queda do Muro de Berlim, que conhece a crise capitalista e tem menos interesse em aderir acriticamente ao sistema econômico vigente.

Diante dessa transformação que combinou estágios de desenvolvimento diferentes e experiências muito diversas de trabalho sobre as conflitantes bases do modo de produção, o

48 Por exemplo, a teorização do precariado feita pelo escritor Guy Standing em 2011, no livro "*The Precariat, the new dangerous class*". Na China essa categoria é utilizada por autores como Yu Chunsen.

Partido Comunista Chinês precisava guardar-se de instabilidades políticas, com a massa de desalojados da indústria e de desempregados que havia organizado "triunfalmente" no curso das reformas pró-capitalistas. Duas frentes simultâneas precisavam ser atacadas em nome da estabilidade burocrática: preservar certos direitos em meio à degradação do velho proletariado industrial, para separar suas condições de vida daqueles que chegavam do campo, enquanto disciplinava ferreamente o novo proletariado rural que se instalava na cidade.

> Várias medidas amortizadoras aliviaram algo da situação dos reconvertidos do setor socialista. Em primeiro lugar, seu caráter gradual. Também, que alguns demitidos tiveram acesso a certos seguros sociais, aposentadorias antecipadas, assistência e ajudas locais. A demissão nem sempre significa romper completamente o laço de pertencimento à empresa, que pode manter algum amparo. Por outro lado, a contestação social é administrada com prudência pelas autoridades. Admite-se o direito popular de protestar, mas não se reconhece o direito de criação de associações estáveis (ao menor indício, corta-se pela raiz), nem a formulação de um conflito frontal com o governo. Por outra parte, a aparição de distúrbios [operários] é ruim para a carreira dos dirigentes locais, motivo pelo qual estes são cautelosos para evitá-los, praticando uma repressão cirúrgica e seletiva (POCH, 2009, p. 93).

A política de amortecimento não implicou a supressão dos protestos contra as perdas sociais advindas da privatização e entrega das empresas estatais. Jaziam acesas, nesse ínterim, as chamas da fornalha histórica que trazia à baila o novo segmento da classe trabalhadora chinesa, que vinda do campo deveria pagar os custos da ascensão industrial da China como "fábrica do mundo".

> Enquanto a classe operária socialista chinesa languidescia e sofria esse destino, aparecia, pujante, outra classe operária: um exército de cem a duzentos milhões de migrantes camponeses, muito mais parecido com uma classe operária tradicional no sentido que lhe dava Marx, por carecer de privilégios e sofrer uma exploração sem paliativos. Durante a grande expansão econômica dos anos 1990, esta classe não conheceu aumentos salariais, horários de trabalho, e sofreu grande quantidade de abusos e estafas em suas condições de emprego. Esta classe operária rural foi chave para atrair o investimento estrangeiro direto à China, ocupou as oficinas da manufatura para a exportação, e os andaimes da grande urbanização e das obras de infraestrutura […] Se o Dongbei foi a melhor atalaia de observação da reconversão da velha indústria estatal e da decadência da classe operária socialista, nenhum lugar da China é melhor que a região de Guangdong, no Delta do Rio Pérola, para observar o destino da nova classe operária migrante chinesa (POCH, 2009, p. 96).

Região em que se estabeleceu a primeira Zona Econômica Especial, na década de 1980, o Delta do Rio Pérola passou a ser responsável por uma porção exorbitante da produção econômica chinesa. Aqui, o proletariado rural chinês, convertido de maneira incompleta em classe operária urbana viu fenecer músculos e nervos de uma geração de milhões nas fábricas exportadoras chinesas. Pela agressividade do capital, protegido pelo Partido Comunista, esse

proletariado iniciado nos mistérios da exploração urbana descobriu o sentido das palavras de Panúrgio, quando este lamentava que as Parcas gregas não tivessem fiado a linha de sua vida como um tranquilo plantador de couves[49]. É no Delta do Rio Pérola que podemos avaliar de perto a relação intrínseca entre a restauração capitalista e a piora drástica das condições de vida dos trabalhadores, e o papel ativo do Partido Comunista como impulsor do estatuto da precariedade do trabalho na China.

Anita Chan (1998), em seu trabalho *Labor Standards and Human Rights: The Case of Chinese Workers under Market Socialism*, faz uma vasta pesquisa sobre a violação dos direitos dos trabalhadores chineses, em especial dos migrantes rurais. São parte do novo segmento precário da classe trabalhadora chinesa oriunda do campo, que tiveram papel central na alavancagem da economia exportadora da China. As arbitrariedades são incontáveis. Trabalhadores calçadistas citados pela autora relatam o drama de suas condições de trabalho no final do século XX:

> Nós somos trabalhadores da empresa de calçados Zhaojie, de Guangdong. A empresa bloqueia nosso pagamento, faz deduções e retém nossos depósitos, nos batem, maltratam e humilham à vontade […] Embora queiramos sair da empresa, não podemos, porque ela não nos devolve nossos depósitos, nem nossa permissão de residência temporária, assim como nos nega o salário […] Os trabalhadores frequentemente precisam trabalhar das 7 horas da manhã até a meia-noite. Muitos caíram doentes. Não é fácil conseguir permissão para tomar água ou ir ao banheiro (CHAN, 1988, p. 27).

A relação de servidão adquirida com os empresários foi algo recorrente nas décadas de 1980 e 1990, e não desapareceu como característica das relações trabalhistas na China. A patronal soube aproveitar as facilidades exploratórias concedidas pelo sistema do *hukou*. Nos lugares em que os custos de permanência são muito altos para os trabalhadores migrantes, a fábrica paga esses dispêndios como um adiantamento ao trabalhador, o que significa o início imediato de uma relação de servidão em que os trabalhadores migrantes se encarceram numa relação de dívida com os patrões, sem poder pagar o valor acumulado da permanência. As fábricas ditam os termos dos contratos, com a imposição de cláusulas arbitrárias, sem respaldo na própria legislação trabalhista chinesa. Um exemplo é a cobrança do depósito de um mês de salário como condição para o início do elo empregatício. Esse depósito, que muitas vezes compõe todo o ordenado salvo por um trabalhador migrante, é retido pelo patrão caso o trabalhador abandone a fábrica, ou seja demitido (CHAN, 1998). Essa forma de coerção laboral oficia de elo obrigatório do operário com seu local de trabalho.

49 "Ó Parcas, por que não me fiastes para plantador de couves? Oh, quanto é pequeno o número daqueles com os quais Júpiter tal favor concedeu, o de plantar couves! Pois têm sempre um pé na terra; e o outro não está longe". *Gargântua e Pantagruel,* François Rabelais (Belo Horizonte: Itatiaia, 2009, p. 649).

> De acordo com uma pesquisa do sindicato provincial de Guangdong, 35% dos trabalhadores entrevistados não recebiam nenhum acréscimo por hora extra trabalhada, e quando o número de horas de trabalho era calculado, foi revelado que 32% dos trabalhadores entrevistados recebiam menos que o salário mínimo. Um pagamento mensal que parece, no papel, estar acima do salário mínimo, é conseguido usualmente com uma grande quantidade de trabalho extra forçado. Não é incomum para os funcionários trabalharem duas ou três horas extras, com apenas um ou dois dias de descanso por mês. Em 1996, sindicalistas [da Federação dos Sindicatos da China] da cidade de Putian, na província de Fujian, estavam orgulhosos por terem conseguido negociar dois dias de folga mensalmente nas empresas de capital estrangeiro (mormente de Taiwan) […] Uma fábrica "modelo" de capital taiwanês que visitei na China, na cidade de Dongguan, província de Guangdong, é a maior fábrica calçadista do mundo, emprega 40.000 trabalhadores e produz tênis para Adidas, Nike, Reebok e outras grandes marcas. Em média, os trabalhadores recebiam de 600 a 700 yuanes por mês, valor duas vezes maior que o salário mínimo da região, 350 yuanes. Esse salário aparentemente "alto" era arrancado trabalhando 80 horas extras por mês (o máximo permitido por lei é de 36 horas extras mensais). Se o pagamento for computado em base à taxa de hora extra legal, o valor fica pouco acima do salário mínimo legal padrão. Dois direitos estão sendo violados aqui: o direito a um salário justo e o direito de descanso (CHAN, 1998, p. 893).

Do ponto de vista das violações em direitos trabalhistas básicos, o Delta do Rio Pérola goza da ausência de equipamentos básicos contra acidentes ocupacionais. A alta taxa de acidentes em minas, os inúmeros incêndios e explosões de fábricas, os membros corporais decepados ou contundidos por máquinas sem aparelhos de segurança, a utilização desenfreada de substâncias tóxicas, sem qualquer anteparo protetivo, ou tratamento médico adequado, são as marcas de origem da história industrial chinesa da época da "abertura e reforma" pró-capitalista de Deng Xiaoping.

As sevícias, maus tratos e punições físicas são outros traços característicos que fazem parte da construção da "fábrica do mundo" nas três últimas décadas. As punições corporais na República Popular encarnavam os piores legados da China imperial.

> Maus tratos físicos e controle das funções corporais são mais prevalentes nas empresas de capital coreano e taiwanês (do que nas empresas administradas pela China). Isso foi verificado por minha pesquisa com 1.530 trabalhadores de 50 fábricas de calçados, de todo tipo de gerência. Por exemplo, entre trabalhadores das empresas de capital de Hong Kong e Taiwan, 81% registrou restrições para poder ir ao banheiro, e 70% disse que precisava obter uma senha para ir. Não foram registradas restrições nas empresas de capital chinês. Outra descoberta na pesquisa foi que as punições físicas ocorrem em todo tipo de empresas, mas são mais numerosas em fábricas de capital estrangeiro, oriundos da Ásia. 30% dos trabalhadores dessas fábricas relatou que seus patrões os submetiam regularmente a maus tratos físicos (CHAN, 1998, p. 895).

A hostilidade da burocracia chinesa diante do proletariado nacional, expresso nas garantias concedidas ao capital, ultrapassou a década neoliberal dos 1990, e chegou ao século

XXI sob a chancela oficial dos novos líderes chineses Hu Jintao e Wen Jiabao, que sucediam Jiang Zemin em 2003. Hong Xue (2008) trata das condições de trabalho, na década de 2000, em algumas fábricas de aparelhos eletrônicos na cidade de Dongguan, um dos centros da produção eletrônica chinesa. O capital estrangeiro é dominante na indústria da manufatura de aparelhos eletrônicos, sendo responsável por 70% da produção. Os clientes de fábricas como a Power Ltd. são as principais empresas tecnológicas do ocidente, como as estadunidenses Dell, IBM, Microsoft, HP, e algumas gigantes do oriente, como a japonesa Sony. Sobre as condições de trabalho, Xue afirma que:

> São terríveis as condições laborais na maioria das indústrias eletrônicas [em Dongguan], especialmente nas fábricas menores. Em 2005-2006, o salário mínimo legal da região era de 574 renminbi (ao redor de US$73) por 168 horas mensais trabalhadas (oito horas por dia, cinco dias por semana). A compensação pela hora extra era de 5.14 renminbi por hora nos dias de semana, e 6.9 renminbi nos finais de semana. Em Dongguan, com exceção de algumas grandes empresas que pagam seus funcionários a um nível próximo ou pouco superior ao estipulado por lei, a maioria das fábricas eletrônicas tem um padrão muito baixo: o salário mensal básico fica usualmente ao redor de 300 a 450 renminbi, a hora extra é paga apenas no valor de 2 a 3 renminbi, e o pagamento líquido total fica ao redor de 600 a 800 renminbi. Ao mesmo tempo, os trabalhadores precisam frequentemente trabalhar de 80 a 150 horas extras no mês, e não podem ver garantidos um dia semanal de descanso (XUE, 2008, p. 89).

A exaustão no local de trabalho é tão presente que suspeitaríamos ser o assalariado oculto em todas as fábricas do ramo eletrônico na China. Esse convidado de pedra, entretanto, não é uma cortesia exclusiva da indústria eletrônica. As fábricas têxteis chinesas são outro reduto desse malefício físico que o capitalismo proporcionou à classe trabalhadora desde sua origem nas tecelagens inglesas do século XVIII. De acordo com Rafael Poch (2009), o periódico *Nanfang Dushibao*, de Guangdong, relatou em 2006 o caso de Gan Hongying, trabalhadora têxtil do distrito de Haizhu que colapsou, morta, em seu posto de trabalho. Nos quatro dias anteriores a seu falecimento, segundo o jornal, Gan havia trabalhado 54 horas e 25 minutos, incluindo 22 horas extras (POCH, 2009). Outros periódicos, que davam luz aos dados gerais das mortes por exaustão laboral, informavam que mais de 600.000 trabalhadores chineses faleciam anualmente por causas relacionadas ao excesso de trabalho (POCH, 2009, p. 111). O *China Labor Watch*, que organiza frequentes investigações clandestinas nas fábricas da China, também se refere ao caso em que um trabalhador morreu em seu posto de trabalho, por excesso de esforço ininterrupto, na fábrica eletrônica Dongguan Chenming Electronic Company Ltd[50], que fornece utensílios e componentes para multinacionais como a

50 China Labor Watch, "The Chaos in Global Supply Chain Exacerbates Terrible Working Conditions in China", disponível em: http://www.chinalaborwatch.org/report/119 (acessado 08/06/2020).

IBM, HP, Acer, ASUS, Intel, HTC, Fujitsu, Huawei. Esses relatos espantosos trazem à mente o fio de continuidade que a China estabelece, numa escala superior no século XXI, com as jornadas de trabalho no capitalismo inglês do século XIX, quando Marx refere o caso da tecelã Mary Anne Walkley, modista londrina que morreu após ter trabalhado ininterruptamente por mais de 26 horas num quarto sufocante do subúrbio da capital[51]. A descrição do jornal *Morning Star*, de 23 de junho de 1863, serviria futuramente para desenhar a situação na China da década de 2000: "nossos escravos brancos são conduzidos ao túmulo pelo trabalho, definham e morrem sem canto nem glória" (MARX, 2014).

Em fábricas do ramo eletrônico como a Power Ltd. não apenas o salário é muito baixo, mas o atrofiamento de músculos e membros é o resultado das péssimas condições a que são submetidos os trabalhadores, em sua esmagadora maioria mulheres jovens, selecionadas pelas empresas por qualidades físicas que se perdiam irremediavelmente com alguns anos de trabalho[52]. Em uma fornecedora de componentes eletrônicos para a Power Ltd. de Dongguan, a Express Production, as condições de trabalho são ainda mais degradantes. Xue conta que:

> A fim de atrair compradores, a Express Production usa uma estratégia de baixos preços para seus produtos. Como resultado, ela continua a reduzir os custos de sua força de trabalho, mesmo levando em conta que a taxa de pagamento é muito menor que os padrões locais. Para novos trabalhadores [majoritariamente migrantes], o salário base é de apenas 330 renminbi por mês, e o salário por trabalho extra é de 2 renminbi por hora; depois de um estágio probatório de 3 meses, os valores são corrigidos para 360 e 3 renminbi, respectivamente. A semana de trabalho regular é de 6 dias, não 5, o que significa que os trabalhadores não possuem salário dobrado aos

51 "Mary Anne Walkley trabalhara 26½ sem interrupção, juntamente com outras 60 moças, divididas em dois grupos de 30, cada grupo num quarto cujo tamanho mal dava para conter ⅓ do ar necessário, enquanto à noite partilhavam, duas a duas, uma cama num dos buracos sufocantes onde tábuas de madeira serviam como divisórias de cada quarto de dormir. E essas era uma das melhores casas de mosa de Londres. Mary Anne Walkley adoeceu na sexta-feira e morreu no domingo, sem que, parra surpresa da sra. Elise [dona da loja], tivesse terminado a última peça. O médico, sr. Keys, chamado tarde demais ao leito de morte testemunhou perante o júri, com áridas palavras: 'Mary Anne Walkley morreu devido às longas horas de trabalho, numa oficina superlotada, e por dormir num cubículo demasiadamente estreito e mal ventilado" (Marx 2014: 327-28).

52 "A Power Ltd. emprega mais de 20.000 trabalhadores, 90% dos quais são operadores de chão de fábrica. Essa empresa de artefatos eletrônicos prefere contratar destras e dóceis jovens adolescentes solteiras entre 16 e 25 anos, com pelo menos o nível de educação fundamental completo. Dos 20.000 funcionários, mas de 90% são jovens adolescentes, e todas na linha de montagem são mulheres […] As trabalhadoras não podem conversar umas com as outras. Se violam qualquer regra, são multadas e não podem receber bônus de incentivo. A fim de melhorar a eficiência e impedir que as trabalhadoras caiam no sono na linha de montagem, a empresa obriga que se trabalhe de pé. As trabalhadoras conseguem apenas 10 minutos de descanso depois de duas horas contínuas de trabalho. Embora a jornada regular seja de 8 horas para os turnos diurno e noturno, as trabalhadoras sofrem com três ou quatro horas extras diárias. Na alta temporada, às trabalhadoras é negado seu dia semanal de folga, e frequentemente trabalham 100-120 horas extras por mês. Algumas trabalhadoras reclamam da pressão excessiva e do intenso ritmo de trabalho. Uma garota chamada Fan disse que 'O trabalho é muito cansativo. Em nossa linha, temos de produzir de 800 a 1200 ventiladores de computadores por hora. Temos apenas alguns segundos para cumprir a tarefa, antes de repeti-la milhares de vezes por dia. E eu realmente odeio trabalhar de pé. Todos os dias, estamos habituadas a ficar de pé por 12 horas. Quando termino uma jornada de trabalho, minhas pernas estão totalmente dormentes, e quase não consigo dar um passo adiante mais'" (XUE, 2008, p. 91-2).

> sábados. Porque a Express Production não pode recrutar trabalhadores suficientes a uma taxa salarial tão baixa, a maioria dos funcionários precisa trabalhar longas horas extras. Eles trabalham frequentemente das 8 da manhã às 10 da noite, e não gozam de dias de folga. Os benefícios legais aos trabalhadores das linhas de montagem, como a seguridade social, plano de saúde, licenças por doença e licença maternidade, são usualmente negados (XUE, 2008, p. 94).

No ramo da produção de brinquedos, em que a China excele e produz a esmagadora maioria dessas mercadorias comercializadas mundialmente, encontramos outro nicho de superexploração do trabalho que transcende a passagem dos anos. Na província de Guangdong, algumas das principais fábricas rivalizam no nível de miséria imposto aos trabalhadores, obrigando a horas extras intermináveis pela baixa renda real média da categoria[53].

O grupo de defesa dos direitos trabalhistas na China, o *China Labor Watch*, revelou em 2007 um relatório que implicava 8 fábricas de brinquedo na China que violavam abertamente os direitos laborais mais elementares. Essas 8 fábricas atendiam os pedidos das marcas mais renomadas do ramo, na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos: Mattel, Bandai, Disney, Gosh International, Hasbro, Meid LTD, Russ Berrie, Sanrio, SEGA, Takara, entre outras empresas multinacionais. Podem-se encontrar relatos dessas violações sequenciais em distintos anos pesquisados pelo CLW, em 2007, 2014 e 2018.

No relatório de 2007, "*Investigations on Toy Suppliers in China: Workers are Still Suffering*"[54], o *China Labor Watch* aponta a existência de trabalho extra obrigatório, salários menores que o mínimo permitido legalmente, salário de trabalho extra não pago, não garantia de seguridade social, parcas condições de moradia e assédio constante da chefia. O relatório indica que as empresas estrangeiras tendem a dividir seus pedidos entre dezenas de fábricas, "não mais de 20% de seus pedidos totais", para que não se encarreguem dos custos trabalhistas e das precárias condições de trabalho. Em 2014, dois anos depois da sagração de Xi Jinping como secretário-geral, o diretor-geral do *China Labor Watch*, Li Qing, disse numa audiência congressual que as violações nas fábricas fornecedoras da indústria de brinquedos

53 Sobre as condições de trabalho numa das fábricas de brinquedos, Poch (2009) afirma que: "Em Shantou, a indústria do brinquedo pagava, em 2005, salários de 480 yuanes (48 euros) mensais, com cada jornada de 8 horas valendo 160 yuanes (16 euros). O trabalho desta indústria é cíclico, recebe o grosso dos pedidos na segunda metade do ano, com o Natal como grande evento, o que implica que de julho a novembro se recorra a horas extras, que em Shantou se pagam, mais ou menos, o dobro das horas ordinárias […] Detalhe significativo: os operários chamam de 'meses bons' os que possuem jornadas de 14 horas, e 'meses ruins' os outros. A média entre meses 'bons' (e esgotadores) e meses 'ruins' (com menos horas trabalhadas) lança um salário médio de entre seiscentos e setecentos yuanes (sessenta ou setenta euros por mês), que era o salário habitual da manufatura chinesa em 2005. Sobre esses salários é preciso aplicar frequentemente alguns descontos: 150 yuanes pela comida mensalmente, e vinte ou trinta de água e luz" (POCH, 2009, p. 100).

54 China Labor Watch, "Investigations on Toy Suppliers in China: Workers are Still Suffering", disponível em: http://www.chinalaborwatch.org/report/18 (acessado 08/06/2020).

sugeriam que as condições trabalhistas não haviam melhorado desde 2007, e eram piores que no ramo eletrônico.

Em 2018, ano em que Xi Jinping eliminou o limite de dois mandatos ao cargo de secretário-geral, após o 19º Congresso do PCCh, surgiu um novo relatório do *China labor Watch* nas fábricas de produção de brinquedos, "*A Nightmare for Workers: Appalling Conditions in Toy Factories Persist*"[55]. A investigação se deparou com condições ainda piores que as dos anos anteriores. Incontáveis horas extras, o contato permanente com substâncias químicas tóxicas e baixíssimos salários são a regra. Produzindo para as mesmas Mattel, Hasbro, Disney (que vendem seus produtos no Walmart, Costco, Target, e outras lojas de departamento), os horrores da deterioração física superam o que vimos nas fábricas de suor do ramo eletrônico.

> Para frisar as péssimas condições de trabalho dos funcionários [da indústria de brinquedos], o *China Labor Watch* enviou investigadores disfarçados para quatro fábricas, entre abril e setembro de 2018: a Dongguan Lovable Toy Products Ltd., a Dongguan Herald Metal and Plastic Works Ltd., a Jetta Industries Co. Ltd., e a Wah Tung Toy Products Ltd. Co. A investigação revelou 23 violações trabalhistas, dentre cujas mais severas assinalamos as seguintes: 1) durante a alta temporada, os trabalhadores fazem de 80 a 175 horas extras por mês, a despeito da legislação trabalhista chinesa estipular que as horas extras não podem ultrapassar 36 horas por mês. 2) Os trabalhadores não eram instruídos no treinamento de segurança sobre manuseio de substâncias tóxicas (treinamento de 24 horas, obrigatório legalmente) com as quais podem ter contato, além da operação segura das máquinas. Sem esse treinamento necessário, os trabalhadores não estão cientes dos compostos químicos tóxicos com os quais entrem em contato, e quais medidas protetivas adotar. 3) Os trabalhadores podem entrar em contato com compostos químicos tóxicos, ou operar em ambientes cheios de pó e barulho, e mesmo assim não recebem os equipamentos necessários de proteção individual. 4) Não há um exame físico prévio ao trabalho – sem o exame físico, é mais difícil ao trabalhador provar que uma doença ocupacional surgiu em função de seu trabalho na fábrica. 5) Trabalhadores são forçados a assinar contratos em branco, que não são explicados, e não recebem cópias do contrato. 6) Péssimas condições de moradia; os dormitórios de fábrica abrigam 8 trabalhadores por quarto, e alguns chuveiros não possuem água quente. 9) Não há pagamento de seguridade social, algo obrigatório por lei. 10) Ausência de sindicatos independentes que representem os interesses dos trabalhadores. 11) Ausência de canais de reclamação; quando os trabalhadores se deparam com problemas, eles escolhem a demissão, ou tolerar as dificuldades (CLW, 2018, s/p).

De acordo com o relatório da *China labor Watch* em 2018, entre as fábricas investigadas, na alta temporada, a fábrica Wah Tung exigiu até 175 horas de trabalho extra por mês, enquanto a fábrica Dongguan Lovable Toy Products exigiu 104 horas extras de seus funcionários. Já a Dongguan Herald Metal and Plastic Works exigiu 96 horas extras, enquanto

55 China labor Watch, "A Nightmare for Workers: Appalling Conditions in Toy Factories Persist", disponível em: http://www.chinalaborwatch.org/report/138 (acessado 08/06/2020).

a Jetta Industries exigiu 80 horas extras[56]. A sede vampírica por cada gota de trabalho, e com ela uma quantidade proporcional de trabalho excedente, mostra a desenvoltura dos capitalistas nacionais e estrangeiros em prolongar ao máximo a jornada de trabalho, reduzindo ao mínimo a parte necessária da jornada (como apontava Marx nos *Grundrisse*), já que apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é parte do impulso imanente da produção capitalista – e não seria diferente na China. Aqui também, a sucção de mais-trabalho é habilitada pela dotação mínima de salário a esses trabalhadores. É notavelmente reveladora a comparação entre os salários regulares (excetuadas as horas extras) recebidos mensalmente, e o custo de vida na província de Guangdong, onde se situam as quatro fábricas investigadas pelo *China Labor Watch*.

> A ONG Worker Empowerment calculou em 2017 que um salário digno para sobreviver na província de Guangdong está entre 6900 renminbi (US$991) e 7500 renminbi (US$1078). Levando em conta um lar com dois adultos assalariados, um trabalhador teria de receber, pelo menos, entre 3450 renminbi (US$495) e 3750 renminbi (US$539) por mês como salário mínimo. Infelizmente, a realidade é bem diferente. Durante a baixa temporada, o salário mensal dos trabalhadores se aproxima do salário mínimo base, que é de 2100 renminbi (US$301) na Jetta, 1800 renminbi (US$258) na Herald, e 1720 renminbi (US$247) na Lovable. Na Wah Tung, os trabalhadores recebem 2000 renminbi (US$287) durante a baixa temporada. Esses salários estão muito abaixo do necessário para uma vida digna [na província]. Dessa maneira, durante a alta temporada os trabalhadores não tem outra alternativa senão fazer hora extra para receber um salário decente. Na Wah Tung, os trabalhadores recebem em média entre 3000 e 4500 renminbi (US$431 a US$646), na Lovable 4000 renminbi (US$574), na Herald 3500 renminbi (US$503) e na Jetta entre 2900 e 3500 renminbi (US$416 a US$503). Se calculamos o custo de vida de acordo com um lar com dois adultos assalariados, eles só podem sobreviver com um salário minimamente decente se trabalharem horas extras (CLW, 2018, s/p).

Não há dúvida de que o pesadelo vivido pelos trabalhadores da produção de brinquedos atravessa as mais distintas fases políticas em todo o século XXI, e se agravou com a entrada de Xi Jinping no governo. Em 2020, as denúncias contra a superexploração no ramo da fabricação de brinquedos ainda marcavam a tonalidade do mundo do trabalho na China[57].

---

56 Idem.

57 "Os fatores que contribuem para o crescimento das empresas de brinquedos não são apenas o poder de compra dos consumidores, mas também os trabalhadores que trabalham horas extras e ganham salários escassos. Na oficina de montagem da Changan Mattel, a meta de produção diária para cada linha de produção é de cerca de 1300 a 1400 produtos. Os trabalhadores têm apenas 30 minutos para uma refeição, e trabalham 10 horas por dia, de segunda-feira a sábado. Ou seja, os trabalhadores têm que produzir mais de 100 produtos a cada hora para que possam completar a meta de produção. Os trabalhadores geralmente perfazem ao redor de 80 horas extras por mês. Por vezes, levavam 30 minutos adicionais para sair do trabalho, pois eram obrigados a ficar para trás e completar a meta de produção, sem serem pagos por isso. Os trabalhadores ganham apenas um salário por hora inferior a US$2 por hora. Os trabalhadores de Dongguan Dongyao também faziam 10 ou 11 horas por dia, e trabalhavam horas extras no sábado durante a alta temporada. Ambas as fábricas estão em clara violação das leis de horas extras na China, que determinam que as horas extras não devem exceder 36 horas por mês". China Labor Watch, "Workers in Misery: an Investigation into Two Toy Factories", 03/12/2020. Disponível em: https://chinalaborwatch.org/workers-in-misery-an-investigation-into-two-toy-factories/.

O trabalho infantil é um problema sério e disseminado, que continua a subsistir como uma praga na indústria da China. Com menores possibilidades de defender-se da exploração patronal, a dura vida na manufatura tem consequências ainda mais graves para a formação física e intelectual das crianças. Em 2016, a imprensa chinesa revelou a morte de uma criança trabalhando na manufatura da cidade de Foshan, província de Guangdong[58]. A empresa, Zhiya Undergarment Company, fabricava vestimentas, e fornecia produtos acabados para a gigante chinesa Alibaba, cujas tarefas de inspeção fabril são tão propositalmente ineficientes quanto a legislação trabalhista que, em teoria, deveria proibir o trabalho infantil. Antes desse caso trágico, o *China Labor Watch* havia investigado, em 2011[59], três fábricas do sul da China, do ramo de manufaturas: a Ningbo Lucky Craft Co., Ltd.; a Hangzhou Ownseas Pen Co., Ltd.; e a Dongguan B&N Industrial Co., Ltd, todas as quais são fornecedoras de lojas de varejo nos Estados Unidos, como Walmart e Target. Em todas elas, encontraram trabalhadores entre 15 e 17 anos.

> A fábrica Ningbo Lucky Craft é um caso testemunhal do trabalho de menores na China, em função do reduzido tamanho de suas instalações. Essas pequenas fábricas frequentemente funcionam sem nenhuma regulação, e seus trabalhadores carecem de contato com instituições protetivas confiáveis, assim como de acesso aos dispositivos legais de aplicação de seus direitos. Por essas razões, as pequenas fábricas sem regulação são frequentemente as principais empregadoras de trabalhadores menores de idade. Na fábrica Ningbo Lucky Craft, os investigadores entrevistaram uma jovem garota de 15 anos, nascida em janeiro de 1996, que já trabalhava na fábrica por 3 meses. Todos os dias ela era forçada a trabalhar de 11 a 13 horas, nas mesmas condições de trabalho que qualquer outro funcionário regular adulto. Lojas de varejo nos Estados Unidos como a Target frequentemente delegam suas atividades manufatureiras a pequenas fábricas, a despeito de todas as evidências disponíveis sobre a vasta utilização de trabalho de menores […] (CLW, 2011, s/p).

Nas três fábricas investigadas, havia recrutamento de trabalho de menores sem qualquer tipo de contrato registrado ou documentação, em que jovens trabalhavam nas mesmas condições, com a mesma carga horária, que os trabalhadores adultos. Inexistia treinamento de segurança ou de manuseio das máquinas em qualquer uma das fábricas, nas quais se trabalhava de 30 a 95 horas extras mensais, para complementar o baixíssimo salário regulamentar. Nenhuma representação sindical independente, como é o caso dos demais ramos da indústria submetidos à Federação Sindical Nacional da China, nas mãos do Partido Comunista Chinês.

---

58 "Underwear factory fined for underage worker's death". China.org, 25/04/2016. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/2016-04/25/content_38318428.htm.

59 "Child laborers in Chinese supplier factories for american companies", China Labor Watch. Disponível em: http://www.chinalaborwatch.org/report/40 (acessado 09/06/2020).

Dentro da Ningbo Lucky Craft, ouvimos sobre a jovem He Ping Ying:

> A oficina de espuma conta com uma trabalhadora menor de idade chamada He Ping Ying. Ela admitiu ter cumprido 15 anos apenas esse ano [2011]. Numa entrevista com trabalhadores mais velhos, os investigadores ficaram sabendo que havia de cinco a seis menores de idade, semelhantes a He Ping Ying, na Ningbo Lucky Craft. A maioria dessas crianças e adolescentes trabalha nas oficinas de espuma, corte e empacotamento da empresa. He Ping Ying já trabalhava na oficina de espuma havia três meses. Suas tarefas na oficina incluem a coleta de produtos acabados, sua contagem e preparação para venda. He Ping Ying troca de dois turnos na linha de montagem. O turno diurno requer que ela trabalhe por 13 horas, enquanto o turno noturno requer que ela trabalhe por 11 horas. Esses turnos são modificados uma vez por semana. Os trabalhadores possuem apenas 5 horas de descanso ao mudar de turnos. A fábrica tem também de 20 a 30 estudantes de verão trabalhando, todos eles abaixo de 18 anos […] Os jovens trabalhadores homens do turno diurno na oficina de espuma têm apenas 17 anos e são responsáveis pela operação das máquinas de montagem. O turno noturno inclui uma jovem de 17 anos (CLW, 2011, s/p).

Na fábrica Hangzhou Ownseas, obtemos as informações sobre os salários concedidos aos menores de idade empregados, em condições similares às que observamos na Ningbo.

> A fábrica da Hangzhou Ownseas tem atualmente dois tipos de trabalho de menores em uma só oficina: trabalhadores que são estudantes em período de férias de verão, e trabalhadores menores temporários. A fábrica tem 3 estudantes abaixo de 16 anos, e um trabalhador temporário com 16 anos […] Trabalhadores estudantis em férias de verão, trabalhadores menores temporários, trabalhadores estudantes, são todos obrigados a trabalhar em turnos de mais de 11 horas por dia na fábrica. O salário desses jovens trabalhadores é calculado de acordo com um sistema por peça produzida. Os salários variam dependendo do preço correspondente das peças, ou dos produtos que são feitos. [Em um caso] trabalhadores menores de idade recebem 0.008 renminbi (um décimo de centavo estadunidense) por cada peça que produzem. Menores de idade recebem entre 0.011 renminbi e 0.005 renminbi por outras peças produzidas (CLW, 2011, s/p).

Essas condições de depauperamento de crianças e adolescentes sequer tem o disfarce de meio de garantir a sobrevivência, já que exercem trabalho praticamente gratuito ao longo de jornadas de 11, 13 ou mais horas por dia. Trata-se do disciplinamento fabril para amoldar essa jovem geração ao despotismo cego das fábricas chinesas e de seus clientes empresariais nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, coniventes com a situação. O trabalho precário de jovens adolescentes também se expande para a indústria de lâmpadas. É útil tomar alguns registros de pesquisa que Rafael Poch (2009).

> Em minha primeira viagem à província de Guangdong, em dezembro de 2002, visitei uma dúzia de empresas de Guzhen, a "cidade das luzes", especializada na manufatura de lâmpadas. Quase todas eram como a Jianmin Glass Factory, de quatrocentos funcionários, que combina a produção de cristais e a metalurgia. Os trabalhadores vivem, comem e dormem na empresa. Frequentemente são adolescentes recém-chegados do campo, que não têm como abrigar-se nas cidades, motivo pelo qual as autoridades

> obrigaram as empresas a dispor de dormitórios. A empresa é um recinto cercado e vigiado por guardas de segurança, que também costumam ser jovens migrantes. Dentro, há um edifício residencial de quatro ou cinco andares, bastante ordenado, as oficinas, e um vaivém de cozinheiros e lavadeiras, às vezes com uma quadra de basquete no páteo central. As oficinas, com o despacho do chefe e uma saleta de recepção, estão no primeiro andar do edifício residencial. Acima, estão os dormitórios dos trabalhadores, com a roupa estendida num corredor externo, no qual assomam as cabeças curiosas dos jovens operários de ambos os sexos que renderam já seu turno. Os fornos não podem parar, de modo que se trabalha de dia e de noite. O salário é de uns seiscentos yuanes mensais (sessenta euros), mais comida e dormitório. Oficialmente, trabalha-se "oito horas", dizem-me quando pergunto, mas suspeito que outra resposta, de um gerente, aproxima-se muito mais da realidade: "O tempo que for necessário" (POCH, 2009, p. 97).

Que importância teriam os nervos e tendões dos trabalhadores, diante da delicada compleição dos altos fornos, que não podem parar de funcionar e absorver força humana viva de trabalho? Dificilmente a existência dos dormitórios tenha sido uma "imposição" às empresas, tão úteis sendo para o controle da vida completa do jovem trabalhador chinês. Sob as asas do patrão a todo momento, não há verdadeiro tempo fora do trabalho. Tomando os termos de Marx, podemos dizer que o sistema de dormitórios, junto à maquinaria, converte-se em outro meio infalível para transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital. Ainda sobre a situação em Guzhen, Poch diz que:

> Ainda que, teoricamente, a lei limite as horas extras a um máximo semanal e estipule seu pagamento a 50% acima do preço regular, ninguém cumpre o preceito. As "horas extras" – não se sabe se depois das "oito horas", ou depois do "tempo necessário" – se pagam "um pouco mais", asseguram. Nos hangares com tetos de amianto, nos quais se situam as oficinas, trabalha-se a um ritmo febril: sopradores de vidro ao redor do forno, polidores, fresadores com tornos bastante antigos, secadores, soldadores…, todo mundo trabalha rápido e sem trocar palavra. Os soldadores não possuem protetores oculares especiais – alguns usam óculos de sol, outros nem isso – motivo pelo qual perderão a vista em poucos anos de trabalho. Uma simples máscara de algodão para cobrir a boca e o nariz é o máximo que vejo para protegerem-se das partículas de metal e poeira que abundam na oficina metalúrgica. Benefícios como auxílio-enfermidade ou indenizações por demissões não existem. Férias? Alguns dias por ano, em função das festas nacionais e o ano novo chinês. Não obtenho respostas claras acerca do "dia de descanso semanal", o que significa que não existe (POCH, 2009, p. 98).

As horas esgotadoras das jornadas, que regularmente ultrapassam as 10 horas diárias por meses inteiros, e a sobrecarga de horas extras, são mecanismos do estatuto da precariedade laboral que não envelheceram na era Xi Jinping. Pelo contrário, são pressupostos fundamentais para a produção capitalista na China. Se tomamos a taiwanesa Hon Hai

Precision Industry Co. Ltd., mais conhecida como Foxconn, encontramos um padrão fiável sobre o moderno tratamento oferecido aos trabalhadores na esmagadora maioria das fábricas chinesas. A Foxconn é campeã em violações de direitos humanos em suas plantas fabris, e famosa por levar seus trabalhadores ao suicídio. Uma breve cronologia, feita pelo periódico britânico *The Telegraph*[60], considerando o período de 2009 a 2017, informa que:

> Em 2009, um jovem trabalhador do departamento de comunicações da Foxconn, de 25 anos, chamado Sun Danyong, cometeu suicídio pulando de seu apartamento. Alegadamente, ele havia perdido um protótipo do iPhone, tendo sido espancado posteriormente pelos seguranças. 2010 foi o "*annus horribilis*" quanto aos suicídios de trabalhadores na Foxconn. A empresa, envolvida em acusações de condições "escravizantes" de trabalho em suas instalações, questiona alguns casos, mas foi estimado que 14 de seus trabalhadores cometeram suicídio naquele ano, majoritariamente atirando-se dos edifícios de produção. Em maio de 2011 a Foxconn foi obrigada a erguer uma rede ao redor de suas fábricas na região de Shenzhen, a fim de prevenir tentativas exitosas de suicídio [sic]. As redes parecem ter funcionado, com um menor número de suicídios registrados desde que foram erguidas, mas mesmo assim pelo menos quatro funcionários se suicidaram pulando de edifícios da empresa. Em janeiro de 2012 os trabalhadores industriais da Foxconn se manifestaram contra as condições de trabalho em Wuhan, na região central de Hubei. Três funcionários da Foxconn, todos eles em seus 20 anos, retiraram suas próprias vidas saltando dos edifícios da empresa, num período de dois anos. Em janeiro de 2017, Li Ming se suicidou depois de pular do prédio da Foxconn em Zhengzhou (TELEGRAPH, 2018, s/p).

O mesmo relato do *The Telegraph* indica que, após os protestos em 2012 dos trabalhadores da fábrica da Foxconn em Wuhan, a gerência realocou 600 funcionários, acusados de fazer parte desse motim que se atrevia a denunciar os suicídios, em outro departamento da fábrica, com condições intoleráveis de trabalho. Em setembro de 2019, a *China Labor Watch* disponibilizou um relatório sobre as inúmeras violações dos direitos trabalhistas na fábrica da Foxconn, em Zhengzhou, a maior planta de fabricação do iPhone no mundo – que em 2022 se rebelou contra os dispositivos legais da política de Xi Jinping sobre a Covid-zero. Entre as informações descobertas, a investigação revelou que os salários pagos eram absolutamente insuficientes para a manutenção das famílias dos trabalhadores, e que a Foxconn violou todas as restrições legais sobre as horas extras e os direitos trabalhistas dos temporários, utilizando rotineiramente a força de jovens estagiários estudantis e operários migrantes para fazer frente aos pedidos da alta temporada. Nessa fase do ano, a partir de agosto, os funcionários da Foxconn de Zhengzhou foram obrigados a realizar 100 horas de

60 "Suicide at Chinese iPhone factory reignites concern over working conditions" The Telegraph. Disponível em: https://www.telegraph.co.uk/news/2018/01/07/suicide-chinese-iphone-factory-reignites-concern-working-conditions/ (acessado em 04/06/2020).

trabalho extra por mês. O relatório oferece uma visão sobre o respeito ao "bem-estar dos trabalhadores como prioridade" na China de Xi Jinping:

> Em outubro de 2018, nosso investigador registrou 130 horas de trabalho extra para a fabricação do iPhone XS. O tempo de hora extra é diferente de acordo com o produto feito. […] Diferentes linhas de montagem possuem um número diferente de horas extras, apesar de estarem na mesma oficina. Trabalhadores na linha de empacotamento operam frequentemente 10 horas extras a mais comparadas com outros trabalhadores. Em agosto de 2019, a jornada de trabalho semanal girava ao redor de 60 horas, com trabalhadores operando 10 horas em média por dia. Se houver pedidos urgentes a completar, a fábrica exige horas extras todos os dias, com apenas um dia de descanso por mês, que usualmente é utilizada pelos trabalhadores para se adequarem à troca do turno diurno para o noturno. Na alta temporada, os trabalhadores devem fazer hora extra, se não fizerem, isso alterará o resultado produtivo final. Os funcionários devem explicar ao capataz da linha de montagem [*line manager*] caso não conseguirem fazer a hora extra, e devem receber permissão para tal. Se não receberem permissão [e faltarem às horas extras], receberão uma admoestação do capataz, que pode não permitir que faça horas extras no futuro (CLW, 2019, s/p).

Essa ameaça parece loucura, mas há método nela. Os salários são tão baixos que os trabalhadores não encontram outra alternativa para aumentar sus escassa receita senão aceitar fazer horas extras. Caso não possam fazê-las, ficam imediatamente em risco de perderem controle de seus meios de subsistência. Diante do terror da fome, a patronal regula quando e como seus funcionários farão hora extra, a seu bel-prazer. No caso da Foxconn, como de muitas outras empresas, os trabalhadores têm a "opção" de trabalhar simultaneamente em outras fábricas. Segundo o relatório, para comer, os trabalhadores da fábrica de Zhengzhou possuem um vale-alimentação de 400 renminbi (US$56) como limite, sendo 20 renminbi (US$2.8) por refeição diária. Esses gastos são sempre deduzidos do salário nominal do mês seguinte. Também descontado do salário são os minutos de atraso dos funcionários, depois de ultrapassados 15 minutos de tolerância. Se saem apenas um minuto mais cedo do horário regulamentar de seus turno, perdem uma hora de salário da jornada. As condições de trabalho em situação de periculosidade, com exposição à radiação e à poluição sonora, é digna dos demais países do sudeste asiático, bolsões de mais-valor para o capital ocidental, segundo o relatório:

> Os trabalhadores não receberam qualquer treinamento de segurança para preservação da saúde. Embora haja muito barulho na fábrica, a Foxconn nunca fornece protetores auriculares. Algumas posições na fábrica exigem que os trabalhadores operem máquinas que podem causar radiação ionizante. De acordo com o investigador, o trabalho na sala expõe os funcionários a grandes quantidades de radiação […] Os capatazes das linhas de montagem são desencorajados a reportar qualquer acidente, e em lugar disso enganam os trabalhadores a esconder a verdade [sobre acidentes de trabalho], dizendo

> que a revelação de um acidente pode afetar o recebimento de seu bônus (CLW, 2019, s/p).

A multinacional estadunidense Apple é a principal empresa para qual presta serviços a Foxconn. Na ocasião, o CEO da empresa, Steve Jobs, declarou que, ao contrário dos rumores, a Foxconn não era um local de trabalho escravo em função da Apple. É uma fábrica "que tem restaurantes e cinemas", em cujos domínios havia ocorrido "alguns suicídios e tentativas de suicídio – e são 400.000 funcionários lá. A taxa [de suicídio] é ainda menor que a taxa dos EUA, mas isso é um problema do mesmo jeito"[61]. Para além da indecência capitalista de relativizar o drama dos suicídios laborais com o critério da taxa numérica comparativa, resta dizer que é incerto que os trabalhadores da Foxconn tenham energias para gozar de seus cinemas depois das jornadas extenuantes de trabalho em que nervos e músculos eram sacrificados no altar da Apple.

A legislação trabalhista chinesa é um Peter Schlemihl invertido, uma sombra que perdeu o corpo. Como resultado, assim em todos os exemplos sobre a legislação trabalhista promulgada pelo Partido Comunista, existe a dualidade das constituições capitalistas: proteção de direitos na frase geral, e revogação desses direitos na realidade efetiva das coisas. Cada um dos benefícios da legislação trabalhista é assegurado, no papel, como direito absoluto do cidadão chinês, mas sempre acompanhado de sua violação na vida fabril. Desde que o *nome* do direito (ao salário, à regulação das horas extras, etc.) seja respeitado, e impedido apenas a sua realização prática, a existência de direitos trabalhistas na China permanece intacta e inviolável, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra esses direitos na vida real da classe trabalhadora. A situação fica ainda mais complexa quando a defesa dos direitos trabalhistas se choca com as ambições dos governos provinciais e municipais, que como já tratamos, são muitas vezes sócios diretos e acionistas das empresas[62]. Além disso, grande parte das fábricas na República Popular, em todos os ramos da produção, emprega formas de trabalho terceirizado, usualmente acima da porcentagem permitida por lei. Tal como no Ocidente, esse contingente operário não tem relações diretas com a empresa que desfruta seus serviços, sendo esta capaz de burlar toda responsabilidade trabalhista com esses trabalhadores. A fábrica da Foxconn de Hengyang, fornecedora da estadunidense Amazon, é um microcosmo da sucção ampliada de mais-valor combinada com a divisão das fileiras operárias. Em investigação realizada pela CLW entre 2017 e 2018, início do segundo mandato

61 Ídem.

62 "A legislação do governo central pode providenciar um amplo leque de direitos e benefícios aos trabalhadores, mas quando estes interesses entram em conflito com os interesses pró-capitalistas dos governos locais, o poder judiciário frequentemente sucumbe à interferência administrativa" (Lee 2007: 20).

de Xi Jinping, verificou-se que nessa fábrica da Foxconn mais de 40% da força de trabalho é terceirizada, com condições discriminadamente mais desfavoráveis que os trabalhadores registrados. Os trabalhadores terceirizados tinham menos horas de treinamento, tinham de pagar pelos exames ocupacionais, não gozavam de licença remunerada na baixa temporada (eram, de fato, demitidos), não recebiam qualquer benefício de seguridade social, além de não receber adicionais pela hora extra trabalhada[63].

Na indústria têxtil, as violações contra os direitos trabalhistas invadem a era Xi Jinping. Kaxton Siu (2017) perscrutou a vida operária em seis fábricas têxteis na cidade industrial de Shenzhen, na província de Guangdong. Shenzhen, conhecida por ser sede da segunda Bolsa de Valores mais importante da China, é também uma das principais cidades exportadoras do Sul da China. Justamente por isso, a megalópole industrial de Shenzhen, estratégica para o governo de Xi Jinping, é um dos pólos avançados nas modalidades de exploração do trabalho. As violações são perpetradas contra os mais elementares direitos civis – não apenas trabalhistas. A categoria do "trabalho extra voluntário", ou seja, a hora extra não paga como instituição regular da jornada de trabalho, é um dos dispositivos que o capital estrangeiro se sente confortável em utilizar em suas mega-fábricas têxteis na terra do Partido Comunista Chinês.

Siu registra as condições da Pearl Factory, uma fábrica têxtil com capital de Hong Kong, que em 2010 possuía 20 mil operários, a maioria jovens trabalhadoras migrantes, e que segundo os cálculos de pesquisa teria chegado a 30 mil operários em 2016 (SIU, 2017) – três anos depois do início do mandato de Xi Jinping. Nessa região da China, a fábrica prospera como uma das líderes de fabricação de peças de tecido para as grandes marcas ocidentais, mesmo se comparada com as fábricas de Bangladesh e outros países do sudeste asiático. Vejamos como a patronal extrai esses resultados.

> Pearl Factory é uma fábrica de roupas localizada em Vila Jade, uma poluída área industrial [de Shenzhen]. A vasta fábrica, propriedade de uma empresa de Hong Kong, em 2010 empregava mais de 20 mil funcionários em seus domínios, praticamente todos os quais oriundos de pobres zonas rurais da China. Opera 24 horas por dia, num sistema de três turnos. A Pearl Factory pagava mais ou menos o mesmo salário que outras grandes fábricas de roupas na região de Shenzhen: um pouco abaixo de US$1 a hora em 2010. Embora o custo de vida em Shenzhen seja menor que em países ocidentais, os visitantes na China sabem que os preços não são tão inferiores aqui que no Ocidente. Um salário de US$1 a hora recende a pobreza […] Numa grande fábrica como a Pearl, empregando mais de 20 mil trabalhadores, vindos de diversos pontos de origem, com distintos dialetos, e com hábitos

63 China Labor Watch, "Amazon Profits from Secretly Oppressing its Supplier's Workers: An Investigative Report on Hengyang Foxconn". Disponível em: http://www.chinalaborwatch.org/report/132 (acessado 14/06/2020).

> diferentes, regulações disciplinares e punições eram consideradas essenciais para padronizar e ordenar o trabalho fabril. Todo trabalhador de Pearl, em cada estágio da vida fabril, encontrava muitas regras, tarifas e multas. Não é exagero dizer que a disciplina assombrava cada trabalhador como um fantasma, do dia de sua admissão até o dia de sua demissão (SIU, 2017, p. 540).

Vemos os baixos salários como parte estrutural do regime de trabalho na China do século XXI, assim como nos exemplos anteriores. Sempre acompanhando a diminuta remuneração, caminha a necessidade da substantiva carga de trabalho extra. Siu nos conduz através do curso funcional de um operário têxtil na Pearl:

> Pelos seis primeiros meses na linha de produção, uma trabalhadora recentemente recrutada era classificada como uma "aprendiz". Um aprendiz era pago de acordo com uma taxa média de jornada, recebendo um salário mensal muito abaixo daquele de um trabalhador efetivo, usualmente apenas acima do valor de um salário mínimo. Embora um aprendiz recebesse salários mais baixos, não trabalhava menos horas, nem fazia menos horas extras, que um trabalhador efetivo, normalmente 11 horas por dia. Se os pedidos eram feitos às pressas e com curto período de entrega, era necessário trabalhar três turnos consecutivos (isto é, 24 horas), tal como os efetivos. Entretanto, sendo uma aprendiz, a maior parte do trabalho extra era não remunerado. Depois dos seis meses de treinamento, ela se tornara uma "trabalhadora efetiva", que recebia por peça. A maioria do trabalho extra era remunerado, embora nunca se pagasse de acordo com a lei. Seu salário mensal agora dobrava. Apesar dessas diferenças, sua vida diária não mudara tanto. Ainda tinha de trabalhar 11 horas por dia. Quando havia pedidos de urgência e alta demanda, ainda tinha de fazer turnos de 24 horas por dia, sem parada. A gerência às vezes exigia que ela fizesse "hora extra voluntária" não remunerada, aos domingos (nos sábados também, não raro), e seu ponto não era batido. Se ela não viesse ao trabalho nos dias de "hora extra voluntária", era considerada "ausente" e multada em um dia de salário (SIU, 2017, p. 542).

O "trabalho extra voluntário", essa notória categoria, nem sequer se esconde atrás dos segredos da extração do mais-valor durante a jornada de trabalho; além desta, que opera em todo o sistema, esse dispositivo extrai um *quantum* adicional de mais-trabalho inserido na jornada total como dispêndio forçado de trabalho gratuito, ou cotas de trabalho em regime de escravidão. A liberdade mínima, de poder sair da fábrica para o descanso final da jornada, era constantemente impedida em nome da completude a todo custo da meta de trabalho. A carruagem de Apolo não podia voltar ao Olimpo sem antes cursar o traçado do sol em sua integridade; um trabalhador chinês não podia sair da fábrica e pregar seus olhos antes de cumprir o trajeto diário da exploração de nervos, tendões e músculos. Enquanto na década de 1990 os dormitórios fabris eram extensões da linha de produção e a gerência podia facilmente exigir que os funcionários voltassem aos postos de trabalho a bel-prazer, na final da década de

2000 uma nova forma de estender ao máximo a jornada era confiscar os cartões de fábrica[64] e inaugurar o cárcere privado fabril como novo normal na vida operária. Mas essa não era a única via de "sequestro trabalhista" em Shenzhen:

> A gerência se tornava particularmente ansiosa diante de possíveis baixas laborais durante a alta temporada, quando um volume alto de trabalho barato era necessário, e simultaneamente uma grande quantidade de "hora extra voluntária" era usada para cumprir as metas de produção. Ao invés de permitir passivamente que os trabalhadores abandonassem a fábrica e pedissem demissão nesses períodos, a Pearl Factory implementou um sistema de políticas que visava emboscar os funcionários no interior dela. Muitos aprendizes da Pearl queriam pedir demissão depois de algumas semanas de trabalho. Os custos para isso eram dolorosos. Para demitir-se, um aprendiz tinha de colher a aprovação de seu supervisor e assegurar a assinatura do gerente de produção para conseguir novamente os 1.100 yuanes, que eram depositados como custo obrigatório para a contratação. Tinha-se também de obter a confirmação do gerente sobre a quantidade de tempo extra que se fizera, sem o qual a reposição do dinheiro de contratação adiantado não era feita. A norma infame na Pearl era que a gerência da fábrica não assinaria qualquer formulário de demissão ou reconheceria qualquer quantidade de horas extras realizadas para um aprendiz. Consequentemente, por medo de perder o dinheiro do depósito, a maioria dos aprendizes aceitava a exploração mínima de seis meses (SIU, 2017, p. 542).

Abençoados pela chancela do Partido Comunista Chinês em Guangdong e no governo central, o capital estrangeiro tomava a liberdade de extrair a liberdade civil básica de um funcionário e o convertia num prisioneiro. Fora da China, Pequim também converte a vida laboral numa suja prisão. Dentro da mais moderna política externa da República Popular, a Rota da Seda, uma política insígnia da administração Xi Jinping, a má conduta nas relações trabalhistas, o engano e a exploração do trabalho abundam. Neste caso, exporta-se o tratamento conferido aos trabalhadores chineses no interior das fronteiras da República Popular para esses mesmos trabalhadores, subcontratados como força de trabalho para os projetos de infraestrutura no estrangeiro. Um rol completo de ilegalidades trabalhistas se inscrevem no processo de arregimentação de trabalhadores chineses como mão de obra nos projetos da Rota da Seda[65]. No quesito da privação das liberdades civis mínimas, se nas

64 "A maioria dos trabalhadores odiava o 'trabalho extra voluntário', e tentava por todos os meios evitá-lo. Além de rebaixar os trabalhadores que se recusavam a bater ponto antes de finalizarem sua jornada (falsificando seus registros de trabalho), a gerência chegava a 'prender' os funcionários! Na Pearl, havia seguranças em todas as entradas e saídas, e todos os portões eram controlados eletronicamente. Os trabalhadores tinham de utilizar seus cartões de fábrica para abrir os portões. Sem os cartões de fábrica, os trabalhadores não podiam entrar ou deixar as instalações. Na alta temporada, os supervisores confiscavam os cartões de fábrica dos operários da linha de produção, e não os devolviam até que as metas de produção eram cumpridas, e um montante suficiente de trabalho extra voluntário fosse realizado" (SIU, 2017, p. 551).

65 Segundo o China Labor Watch, as irregularidades no processo de contratação incluem, sem se limitar a elas, "exigir depósitos de segurança, cobrar taxas elevadas, fornecer informações enganosas sobre as condições no exterior, não oferecer contratos escritos, não garantir seguro contra acidentes de trabalho, ou providenciar para que os trabalhadores entrem em seus países anfitriões com vistos de turismo ou de negócios, deixando-

fábricas chinesas os portões se fecham ao redor dos operários industriais, os portões das fronteiras dos países da Rota da Seda, como no Inferno de Baldus, se encontram sempre abertos para aqueles que entram, sempre cerrados para os que saem[66]. Em relatório investigativo de novembro de 2022, ano que inaugurou o terceiro mandato de Xi Jinping referendado no 20º Congresso do PCCh, o *China Labor Watch* compilou as denúncias de trabalhadores chineses que tinham seus passaportes retidos pelas agências de subcontratação, sem poderem retornar à China até a conclusão de obras e trabalhos não incluídos nos contratos. Em muitos casos, os trabalhadores adiantam um valor específico para cobrir os supostos custos de transporte e tarifas legais de registro de trabalho internacional, valores esses reservados à discrição das empresas, para que os trabalhadores não possam retornar sem antes terem reavido o montante. Quando se deparam com as condições reais de trabalho, e sua discrepância com o prometido, as desvantagens de estar em outro país são substanciais, e os patrões relutam em repatriar os descontentes[67].

As promessas de altos salários e bom tratamento no estrangeiro são acompanhados pela ausência de contratos formais (as negociações costumam ser orais, raramente escritas), pelo ocultamento das empresas envolvidas e inclusive pela falta de notificação dos projetos a serem realizados. A modalidade de terceirização é a regra de arregimentação para a Rota da Seda, processo em que empresas estatais delegam a empresas privadas terceirizadas a contratação, que por sua vez "quarteirizam" o serviço a outras menores. Como esses trabalhadores ingressam nos países destinatários das obras da Rota da Seda com vistos de turismo ou de negócios, e não de trabalho, as empresas podem burlar os procedimentos legais de inclusão das cópias contratuais, sem formalizar o que será feito por cada trabalhador individual. A resultante é condicionar o trabalhador a uma situação de trabalho ilegal no

---

os, então, voluntariamente, ultrapassar a duração de seus vistos, ou forçando-os a trabalhar ilegalmente". China Labor Watch, "Trapped: the Belt and Road Initiative and its Chinese Workers" (22/11/2022). Disponível em: https://chinalabor.wpenginepowered.com/wp-content/uploads/2022/11/Trapped_-The-Belt-and-Road-Initiatives-Chinese-Workers-1.pdf.

66 Teófilo Folengo, no poema "Baldus", século XVI. Em um trecho do poema italiano, lê-se: "*Palácio de Lúcifer é o meu nome,/Reunida aqui há uma corte salaz,/Sempre aberta para os que entram,/Sempre fechada para os que saem*" ("Di Lucifero reggia è il nome mio,/Corte bandita qui si tiene,/Sempre aperta per qui entra,/Per chi esce sempre chiusa").

67 "A maioria dos trabalhadores estrangeiros entrevistados pela CLW relatou que, segundo seu conhecimento, eles não assinaram nenhum tipo de contrato de trabalho; as informações sobre as condições de seu emprego são frequentemente negociadas verbalmente entre recrutadores/empregadores e trabalhadores antes da partida dos trabalhadores da China. Quase todos as disputas surgem após a chegada dos trabalhadores [no país destinatário das obras] e tomam consciência das discrepâncias entre as condições de trabalho e de vida prometidas e as condições reais que eles encontram. Essas discrepâncias podem incluir pagamentos irregulares de salários, padrões de segurança deficientes e a relutância dos empregadores em repatriar os trabalhadores após a conclusão do trabalho 'contratado'". China Labor Watch, "Trapped: the Belt and Road Initiative and its Chinese Workers" (22/11/2022). Disponível em: https://chinalabor.wpenginepowered.com/wp-content/uploads/2022/11/Trapped_-The-Belt-and-Road-Initiatives-Chinese-Workers-1.pdf.

exterior, incrementando a vulnerabilidade decorrente de qualquer denúncia contra a exploração, quebra nos acordos salariais, entre outras irregularidades. As agruras vividas pelos trabalhadores nessas condições se acentuaram com a pandemia da Covid-19. Tornou-se ainda mais complexa a possibilidade de retorno à China por parte dos trabalhadores, que nas péssimas condições de trabalho contraíam o vírus com frequência, enfrentando as duras restrições da política da Covid-zero de Xi Jinping. Uma combinação que promove, em domínios exteriores às fronteiras chinesas, a mesma sustentação do estatuto de precariedade estrutural do trabalho que persiste na República Popular.

Na Indústria digital dos tempos atuais, vemos também a exploração do trabalho em termos da uberização da classe trabalhadora chinesa. A economia de plataforma se tornou um flagelo no estatuto da precariedade laboral dentro da República Popular. A economia de plataforma se desenvolve a ritmo de galope na China, no bojo da reconversão econômica do país, de uma base manufatureira de baixo valor agregado orientada à exportação, para um padrão de crescimento apoiado no setor de serviços e no consumo doméstico.

Zou (2017) afirma que esse ramo da economia foi responsável, em 2015, por movimentar 1.9 trilhão de yuanes (US$300 bilhões), com 500 milhões de usuários de aplicativos. Chen (2018) aduz números algo distintos, apresentando um volume de transações para 2017 equivalentes a 49 bilhões de yuanes (US$7.7 bilhões), sobre a base de 700 milhões de usuários, contando com uma força de trabalho gigantesca de 70 milhões de pessoas. Alargando a abrangência dos trabalhadores de plataforma, Liu (2019) afirma a cifra de 110 milhões de trabalhadores de plataforma na China, ramo dominado pelas três gigantes chinesas (Baidu, Alibaba e Tencent), entre motoristas, entregadores, trabalhadores da limpeza, carteiros, cuidadores, englobados em aplicativos de compra de mercadorias, compartilhamento de caronas, serviços de locomoção veicular. Em termos gerais, a categoria compreende entre 15% e 18% do proletariado chinês. Não há dúvida, entretanto, que esse setor da classe trabalhadora chinesa, acompanhando o robustecimento do setor de serviços no capitalismo global e a nascente reestruturação do trabalho "uberizado", é um dos mais dinâmicos em seu desenvolvimento.

Há um vasto terreno de desenvolvimento adiante, e uma amplitude de indícios anuncia que ao estudar a economia de plataforma estamos adentrando uma dimensão específica da nova reestruturação do trabalho. Sobre o tema, Foster e McChesney (2014) e Zuboff (2015) se apoiam nas bases tecnológicas do fenômeno – a tirania dos algorítimos – para discorrer sobre as implicações nos regimes políticos e a transformação nas cadeias globais de valor. Dyer-Witheford (2015) investiga as novas formas de extração de mais-valor na economia de

plataforma, e a contínua tendência de separação dos produtos do trabalho e do trabalhador. Sun (2019) estabelece uma relação pertinente entre a ditadura dos algorítimos e a aceleração dos ritmos de trabalho, agora controlado pela patronal com a mediação dos "rankings de produtividade" realizados *on demand* pelos aplicativos. Hui Yu (2018) apresenta a relação sombria que a economia de plataforma estabelece com a zona exportadora, a utilização de mecanismos de punição e penalização contra "trabalhadores ineficazes", castigos esses não mais corporais, mas financeiros e trabalhistas. Todas estas características compõem um quadro multifacetado sobre a exploração digital e a mediação impalpável dos algorítimos, portentos de uma era de "servidão digital" (ANTUNES, 2019), distinta e aprofundando em nova escala a precarização neoliberal do trabalho.

Essas características são reveladoras do nível de exploração do trabalho que vem atado com esse ramo específico do setor de serviços. E, bem observadas as coisas, a própria base social dos trabalhadores por aplicativo na China indica a natureza precária de suas condições de trabalho. Como nas fábricas, a maior parte desses trabalhadores são migrantes rurais que não conseguem emprego na indústria, ou que dela foram dispensados. Representando um terço (quase 300 milhões de pessoas) da força global de trabalho na China, os trabalhadores migrantes se deparam na paisagem dos aplicativos com a fauna já conhecida de direitos escassos: pífias condições de trabalho, instabilidade empregatícia, baixos salários, falta de benefícios sociais. Em função do Sistema de Registro Domiciliar (*hukou*), esses migrantes enfrentam enormes dificuldades para trabalhar nas grandes cidades, já que nelas não gozam de qualquer benefício social, concedido apenas na região em que originalmente foi registrado como morador. Esse fator, assim como na indústria exportadora na década de 1990, auxilia os capitalistas digitais a rebaixarem substancialmente as condições de vida e trabalho de milhões de prestadores de serviço. A exploração dos migrantes rurais na economia de plataforma é, portanto, a regra do ofício no setor de serviços. Da mesma forma, entretanto, podemos dizer com Marx que "a miséria e o sombrio descontentamento sedicioso ardiam de modo igualmente incontrolável tanto sob a superfície" da China que do campo chega nas cidades para trabalhar sobre bicicletas fazendo entregas.

No ramo das caronas, dentro do setor de serviços, podemos enxergar o conteúdo precário do trabalho na China numa modalidade mais perversa. Uma pesquisa de Julie Yujie Chen sobre a empresa de caronas Didi Chuxing revelou parâmetros de degradação física do trabalho que atestam correlatos na Europa e na América. De acordo com Chen (2017), a Didi cresceu de 150 mil motoristas cadastrados, em abril de 2013, para 5 milhões de motoristas, em 2017, operando em 400 cidades chinesas e com usuários de aplicativo atingindo 400

milhões de chineses (CHEN, 2017). Utilizando grupos de motoristas registrados na plataforma de mensagens WeChat, Chen revelou que:

> Uma maioria dos motoristas (77%) tem entre 31 e 50 anos de idade, enquanto 16% se encontra abaixo dos 30 anos. Ao redor de 4% dos respondentes eram mulheres, o que aponta a alta desproporção na distribuição de gênero nesse setor. A metade dos motoristas disse trabalhar entre 10 e 12 horas por dia, e 10% disse trabalhar mais de 14 horas por dia. A esmagadora maioria (93%) dos motoristas recebia menos de 5000 yuanes (US$730) por mês […] Segundo 40% dos motoristas, mais da metade dos seus ingressos vai para o bolso da plataforma Didi, na qualidade de tarifas de licenciamento […] 40% dos motoristas afirmou ter tido queda em sua renda assim que começou a trabalhar com aplicativos, e mais da metade deles (56.8%) afirmou ter sentido maior estresse funcional. Embora um em cada dois motoristas não tenha visto aumento de jornada, a outra metade afirmou ter tido aumento significativo de horas de trabalho (CHEN, 2017, s/p.).

Mimi Zou, em seu trabalho *The Regulatory Challenges of 'Uberization' in China: Classifying Ride-hailing Drivers* (2017), conduz a resultados semelhantes aos constatados por Julie Chen, abordando a dificuldade do reconhecimento de relações trabalhistas entre as plataformas de carona e os motoristas. Já entrado o governo de Xi Jinping, Zou coleta resultados, entre 2013-2016, dos julgamentos sobre processos trabalhistas movidos pelos motoristas contra as empresas de aplicativo, para terem sua relação trabalhista reconhecida. Também fica nítida a relutância das autoridades chinesas em reconhecer a força de trabalho digital como portadora de direitos trabalhistas. Tratando de provar sua relação trabalhista com a empresa de aplicativo, os motoristas querelantes apresentaram à corte diversas evidências, entre as quais: extratos bancários com pagamentos mensais da empresa, o distintivo da empresa em seus uniformes de trabalho, celulares entregues pela própria empresa aos motoristas, para facilitar seu registro na plataforma, e cartas de ingresso na empresa (ZOU, 2017). A força factual da provas disponíveis, todas capazes de ratificar a relação trabalhista entre empresa e trabalhador no setor digital, se defronta com a mais pura sofismaria jurídica nos tribunais, que ainda majoritariamente dão ganho de causa para as empresas como meras intermediárias, e não patrões que robustecem seus lucros explorando trabalho alheio.

> Selecionei doze casos publicados que constituem um padrão típico das reivindicações relevantes envolvendo empresas [de plataforma] e motoristas. Os casos foram definidos entre 2013-2016 nos tribunais locais de Pequim (7), Xangai (3), Guangzhou (1), e Hangzhou (1). Essas localidades estão entre as cidades mais povoadas da China, e em que os consumidores do serviço de carona tendem a estar concentrados […] Nos tribunais, em cada um desses casos, a empresa recebeu a razão contra os querelantes. Os tribunais utilizaram as definições de vínculo empregatício constantes na regulamentação do Ministério de Recursos Humanos e Seguridade Social. Algumas considerações fundamentais foram: os querelantes tinham a "última palavra" em aceitar ou não o pedido dos clientes; podiam controlar

> quando e onde trabalhavam ou repousavam; a função da empresa era disponibilizar uma plataforma virtual que fornecesse informação sobre os pedidos dos clientes, serviço pelo qual cobrava uma taxa de 20% das viagens; não havia pagamentos salariais por parte da empresa aos motoristas; não havia um local de trabalho físico, e o uniforme juntamente com o distintivo com o nome da empresa não eram provas suficientes de vínculo empregatício (ZOU, 2017, p. 278).

Basicamente, toda a argumentação da empresa Didi Chuxing foi replicada pelos tribunais chineses. A conquista de maior primazia econômica do setor de serviços digitais significa sua conquista sobre os tribunais, cujas sentenças na China são também determinadas pelos interesses capitalistas. Chen (2018), em seu trabalho *Platform Economies: The Boss's Old and New Clothes*, anuncia a dupla problemática que vimos plasmada nos casos estudados por Zou. Segundo Chen (2018), há na China, como no mundo, um grande processo de reestruturação do trabalho, em que os algoritmos e o *big data* se superpõem ao padrão de exploração capitalista que vimos em sua etapa neoliberal, controlando a vida dos trabalhadores. Há uma espécie de "autoritarismo legal descentralizado" na China (CHEN, 2018), em que cada província estabelece sua própria regulamentação digital, impedindo uma unificação das demandas dos trabalhadores de plataforma a nível nacional. Essa descentralização das regras faz com que os trabalhadores de plataforma permaneçam sem direitos trabalhistas básicos, já que a relação entre empresa e funcionário continua basicamente desregulamentada, tornando os capitalistas digitais legalmente dispensados de qualquer responsabilidade pelas condições de trabalho de seus funcionários[68].

Muitas vezes, sob os mesmos argumentos, tribunais de distintas províncias tomam decisões diferentes acerca desse vínculo trabalhista (YU, 2018). A prescrição que classifica o que é um "empregado" na China não é codificado em estatuto, e sim em diretrizes gerais emitidas pelo Departamento do Trabalho e Recursos Humanos. Trata-se dos mesmos três critérios que vimos na pesquisa de Zou com os motoristas da Didi Chuxing. Segundo a especificação oficial, diz-se[69] que:

---

68 Como afirma Ricardo Antunes (2020), "Em pleno século XXI, com algoritmos, inteligência artificial, internet das coisas, big data, Indústria 4.0, 5G e tudo mais que temos deste arsenal informacional, enquanto as burguesias proprietárias e seus altos gestores acumulam enormidades incalculáveis de dinheiro e riqueza, há centenas de milhões que exercem modalidades de trabalho típicas de uma era de servidão. E isso se tiverem sorte, se forem contemplados com o privilégio de encontrar trabalho, alguma forma de nova servidão, padecendo das vicissitudes" (ANTUNES, 2020, p. 34).

69 "*Without signing any written employment contracts, while the situations below exist, there is an employment relationship between the parties: (1) Both the "employer" and the "employee" have the necessary qualification required by laws, (2) The employee is subject to the labor rules and regulation formulated by the employer. The employee provides its service under the management of the employer. The employee is paid by the employer to work, and (3) The service provided by the employee is part of the business of the employer*". O texto completo da regulação está disponível em: http://www.mohrss.gov.cn/ldgxs/LDGXzhengcefagui/LDGXzyzc/201107/t20110728_86296.htm

> Mesmo sem assinar qualquer contrato empregatício por escrito, enquanto existirem as situações abaixo, há vínculo empregatício entre as partes se: 1) tanto o "empregador" quanto o "empregado" tiverem qualificação requerida por lei; 2) o empregado está sujeito às regras e regulamentações laborais estipuladas pelo empregador. O empregado fornece seus serviços sob a gerência e supervisão do empregador. O empregado é pago pelo empregador por seu trabalho, e 3) o serviço fornecido pelo empregado é parte do negócio do empregador (YU, 2018, s/p).

São diretrizes sumamente vagas, na melhor das hipóteses, e que se prestam a todo tipo de interpretações tergiversadas que obstaculizam a responsabilização das empresas pelos direitos trabalhistas. Isso já ocorria nas fábricas chinesas, como vimos, e agora habilitam manobras jurídicas a fim de dificultar o reconhecimento de vínculo empregatício entre as plataformas digitais e seus funcionários.

Hui Yu (2018) estabelece marcos importantes para a compreensão da exploração do trabalho dos entregadores na China. Em seu *The Destiny of Web Platform Workers in China: Employees, Nothing or a "Third Option"?*, podemos verificar alguns traços das condições de trabalho dos chamados "Delivery Buddies", os entregadores de aplicativo, que no Brasil atendem empresas como iFood, Rappi e Uber Eats. A faceta diabólica do capitalismo quanto ao salário por peça, que segundo Marx é uma forma sofisticada de elevar a intensidade do trabalho e impor o prolongamento da jornada, é sentido em toda a sua crueldade. Se os trabalhadores da Didi Chuxing precisam fazer 16 ou 17 horas de trabalho para conseguir algumas poucas centenas de yuanes por dia, os entregadores de plataforma na China podem perfazer uma jornada estafante semelhante, e dever dinheiro às empresas digitais no final do mês.

> Não é incomum que um entregador [na China] trabalhe 12 horas ou mais todos os dias (das 10h às 0h). Comparado ao trabalho de um motorista da Didi Chuxing, os entregadores se encontram numa situação muito pior. Eles precisam completar o seu trabalho, independentemente das condições climáticas. No verão, os entregadores sofrem altas temperaturas (37ºC a 42ºC) enquanto entregam comida, sem qualquer subsídio garantido pela legislação trabalhista chinesa. No inverno, precisam entregar comida em estradas congeladas. Frequentemente assistimos os entregadores caírem no gelo e se levantarem, sem nenhum atendimento médico a seus ferimentos, em função do tempo apertado para a entrega. Além disso, ainda correm o risco de sofrer acidentes devido à alta velocidade com que têm de realizar as entregas (YU, 2018, s/p).

Os entregadores padecem de baixíssimos salários, mesmo se comparados com os trabalhadores migrantes rurais, que trabalham nas fábricas orientadas à exportação. A média da jornada laboral de um entregador chinês ultrapassa as 13 horas diárias. Não há definição de hora extra – na medida em que os entregadores são obrigados a fazer o maior número de horas

possível para sobreviver, e não para acumular, como propagandeiam os empresários digitais que lucram apropriando trabalho alheio. Assim, nesse regime sofisticado de "salário por peça" (ou, no caso, cotas de salário por entrega realizada) a intensificação do trabalho e a extensão da jornada têm como resultante o aprisionamento do trabalhador na penúria salarial.

Mas é no direito de penalizar, não apenas com bloqueios (como no Brasil), mas com deduções salariais reais, que os entregadores chineses se deparam com os efeitos mais funestos da reestruturação produtiva da "uberização". Yu[70] indica que:

> As plataformas digitais nos Estados Unidos e na China compartilham certas características comuns; entretanto, estudiosos chineses ignoram uma das maiores diferenças entre os dois sistemas, o que pode ser um fator definidor na decisão legal dos casos envolvendo empresas digitais e funcionários: o poderoso direito das plataformas digitais na China de punir os trabalhadores. Por exemplo, a Didi pede a seus motoristas que se vistam bem, que mantenham seus carros limpos e aromatizados, que abram as portas e carreguem as bagagens dos passageiros, que providenciem água e carregadores de celular. Para ter certeza de que todos os motoristas seguem as regras, a empresa envia membros de sua equipe disfarçados como "passageiros secretos", a fim de conferir as condições dos carros. Se o motorista falhar no teste da empresa, a Didi diminui o número de pedidos designados a ele, chegando mesmo a "desativar" sua conta na empresa por um tempo indefinido. A conta de um motorista na Didi poderia ser desativada por outros motivos, como possuir uma pontuação média abaixo de 4.5 estrelas, rejeitar muitos pedidos da plataforma, causar acidente veicular ou receber multas (YU, 2018, s/p).

Este perverso mecanismo de controle pelo algoritmo, que auxilia a superexploração das gigantes capitalistas digitais, tem em si aspectos que recendem à servidão (ANTUNES, 2020). Se o salário por peça impulsiona, de maneira obrigatória, o emprego mais intenso da força de trabalho e o prolongamento da jornada a fim de incrementar seu salário mensal (MARX, 2014, p. 625), nas condições da reestruturação uberizada do trabalho essa dinâmica nos recoloca nos umbrais da superexploração laboral vista nas fábricas de suor chinesas da década de 1990. Ademais, o sistema de punição se torna um meio eficaz de disciplinar o corpo e toda a conduta laboral do entregador, entregue nas mãos dos capitalistas digitais.

2.7 O papel do PCCh na precarização e exploração do trabalho chinês

70 Em função das punições, os trabalhadores se convertem em devedores da empresa: "O poder de punir é ainda mais efetivo e visível nas plataformas de entrega de comida. Os entregadores não possuem qualquer liberdade para rejeitar uma entrega caso esta se encontre na rota de sua entrega anterior. Cada violação das regras da empresa digital é precificada: atraso de entrega – 5 yuanes a cada 10 minutos; discussão com o cliente – 50 yuanes; avaliação negativa – 300 yuanes por avaliação; falta de capacete – 500 yuanes por vez; clicar o botão de 'finalizar corrida' antes da entrega – 1000 yuanes. A penalidade não distingue se a culpa de cada uma dessas falta foi de fato do entregador. Embora a maioria das plataformas digitais forneçam canais de apelação das punições, praticamente nunca é utilizado devido ao procedimento complexo e à baixa taxa de êxito. Depois que as penalidades são pagas à empresa digital, frequentemente o salário mensal do entregador termina sendo 'negativo'" (YU, 2018, s/p).

As cenas da barbárie neoliberal, descritas e estudadas pormenorizadamente acima, aconteceram na mesma China que muitas vezes é apresentada acriticamente como alternativa ao imperialismo ocidental, ou pior ainda, como modelo do "socialismo no século XXI". Ao contrário, a política do Partido Comunista converteu a China num dos pilares da recuperação capitalista das décadas neoliberais a nível mundial. Observando as derrotas dos processos revolucionários entre 1968-81, com a única preocupação de não fazer parte do rol de governos stalinistas que desapareceram no momento da reconversão econômica ao capitalismo, a burocracia partidária chinesa transformou o país numa zona virgem para a expropriação selvagem do valor produzido por sua força de trabalho. O pragmatismo stalinista na China não foi neutro: administrou endogenamente a implementação do neoliberalismo com características chinesas, que espantam pela crueldade dos seus efeitos sobre o mundo do trabalho, e exportou o método ditatorial do controle fabril através das *global players* chinesas nos projetos da Rota da Seda que exploram trabalho na África e na Ásia. Este modelo de exploração é também *made in China*.

Xi Jinping coleciona medidas benéficas aos negócios capitalistas na China, em nome das quais os efeitos da crise econômica mundial, sua entrada na China em 2013 e o agravamento pela pandemia do coronavírus são utilizados como álibi perene. Em maio de 2021, Xi lançou um projeto-piloto a ser testado no polo tecnológico de Shenzhen, na província de Guangdong. Segundo o projeto, o governo de Shenzhen está autorizado a permitir que as empresas privadas cancelem o pagamento da taxa de 300% sobre as horas extras em feriados e atrasem o salário dos funcionários fabris em pelo menos um mês[71]. Trata-se de levar adiante a promessa feita aos capitalistas chineses e estrangeiros, em abril de 2021, para se sentirem "confiantes e corajosos" no desenvolvimento de seus negócios. Nas palavras de Xi[72], durante sua viagem à região autonoma de Guangxi o governo encoraja o desenvolvimento das empresas privadas, que podem contar com o apoio do Estado quando se encontrarem em dificuldades. Palavras semelhantes à que havia feito a empresários privados em novembro de 2018, ao assegurar que todas as empresas privadas que operam na China, nacionais ou estrangeiras, deveriam sentir-se tranquilizadas e devotadas à busca por

71 "Workers' rights further eroded by new legislation in Shenzhen", China Labour Bulletin, 01/06/2021. Disponível em: https://clb.org.hk/content/workers%E2%80%99-rights-further-eroded-new-legislation-shenzhen (Acessado em: 02/06/2021).

72 "Xi Jinping tries to reassure China's private firms of their place in nation's economic development", South China Morning Post, 27/04/2021. Disponível em: https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3131307/xi-jinping-tries-reassure-chinas-private-firms-their-place (Acessado em: 02/06/2021).

desenvolvimento, sendo "todas as empresas privadas e empreendedores pertencentes à família" chinesa[73]. O apelo a que a iniciativa privada seguisse se desenvolvendo foi ecoado especialmente no período pós-pandêmico. Em 2020, Xi Jinping renovou o chamado a que o empresariado crescesse em comum com o governo chinês[74]. Com o início da pandemia, esse pacto com o empresariado se materializou na permissão, por parte de Pequim, às empresas para cortarem salários[75]. Em 2023, no Congresso Nacional do Povo, Xi Jinping consolidou seu terceiro mandato sinalizando os empresários privados como "um de nós".

Certas medidas de regulamentação e controle das empresas privadas, especialmente no ramo das economias de plataforma (com o caso do disciplinamento de Jack Ma, dono da Alibaba) levou certa corrente de análise a enxergar em Xi um opositor do empresariado. A presença de membros do Partido Comunista nas mesas diretoras de empresas privadas, assim como os limites regulatórios impostos a gigantes do comércio virtual como a Alibaba e a Tencent, respondem à necessidade de que as empresas reconheçam o caráter inconteste do domínio político de Xi Jinping e do PCCh. O mesmo controle não se opõe, de nenhuma maneira, à exploração do trabalho e à extração de mais-valor pelo capital privado em território chinês.

A aliança da burocracia do PCCh com o grande capital privado nacional e estrangeiro converteu o governo chinês em impulsor e organizador do estatuto da precariedade laboral no país. Assim, a aspiração por uma organização social superior ao capitalismo ocidental não passa pela importação do modelo capitalista autoritário chinês. A falsa infalibilidade do prestígio burocrático de Pequim fica à mostra com a realidade da situação da classe trabalhadora chinesa, que tem seu principal inimigo em casa. Mas, qual a origem desse poder? Sente-se falta, para um mais abrangente entendimento do curso atual da China, de verificar como se deu o surgimento do Partido Comunista Chinês, suas transformações internas, a degeneração stalinista-maoísta e as etapas que atravessaram sua política de recondução nacional ao capitalismo. Esclarecer as origens desse fenômeno social se torna indispensável

73 "Xi stresses unswerving support for development of private enterprises", Xinhua, 02/11/2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-11/02/c_137575231_2.htm (Acessado em: 03/06/2021).

74 "Xi Jinping wants China's private companies to fight alongside the Communist Party", CNN, 22/09/2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/09/22/business/china-private-sector-intl-hnk/index.html (Acessado em: 02/06/2021).

75 Os empresários elegeram as melhores maneiras de não frustrar demasiado sua margem de lucro com o despejo do ônus sobre os trabalhadores chineses. A capital da China permitiu a suspensão de trabalhadores com 70% do salário mínimo. A SAIC, automotriz sediada em Xangai, cortou salários em até 35%; as redes de comércio virtual deprimiram a renda de seus funcionários em 30%, e empresas de marketing como a Xinchao Media realizaram demissões de mais de 10% do plantel. A indústria têxtil reduziu salários em mais de 10% em 2020, junto a diversos ramos econômicos. "Xi Jinping wants China's private companies to fight alongside the Communist Party", CNN, 22/09/2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/09/22/business/china-private-sector-intl-hnk/index.html (Acessado em: 02/06/2021).

diante das sombras fantásticas que povoam a literatura recente sobre o tema, e constitui umas das chaves críticas para compreender por que o Partido Comunista não apenas encabeçou as reformas restauracionistas, mas se fortaleceu com elas.

É ilustrativo tomar alguns aspectos da história política da China no século XX, nascidos dos choques entre revolução e contrarrevolução. A fim de alcançar as razões que permitiram materialmente a conquista do poder pelo Partido Comunista de Mao Zedong, seu controle específico sobre a transição chinesa a partir de 1978, e a completude da restauração capitalista, cumpre resgatar alguns dos principais debates de estratégia e tática que atravessaram os tempos turbulentos que antecederam e sucederam o surgimento da República Popular.

Capítulo 3 – O turbulento século XX e a origem do Partido Comunista Chinês

3.1 Notas sobre a formação da classe operária da China, 1840-1989

Sob os impactos da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) entre Inglaterra e China, Marx observava a expansão do florescente capitalismo britânico para o Oriente, depois do fim das guerras napoleônicas e o início de um novo período de preeminência não apenas econômica, mas política, do capital. A introdução do entorpecente indiano na China era um meio recorrido pelo império britânico a fim de reduzir seu déficit comercial com a dinastia Qing, da qual Londres importava seda, chá e porcelana em alta quantidade. Com a prata chinesa escoando livremente para a Índia, o império chinês viu-se em apuros e às portas da instabilidade financeira e política. Com a proibição da importação do ópio em 1839, a Inglaterra decidiu usar dos mesmos métodos idílicos com que colonizara o mundo no século XIX: *manu militari*, Palmerston tratou de abrir à força os portos chineses e conquistar para a Inglaterra a hegemonia comercial. Os vinte anos seguintes testemunhariam conflitos intermitentes e constantes entre os dois países, que envolviam a Europa e a Ásia, até a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860). Em meio à conflagração, Marx via o surgimento da possibilidade de uma revolução na China, e conjecturava que o próximo levante popular em defesa da liberdade republicana na Europa – cujas classes oprimidas ainda se recuperavam da derrota da Primavera dos Povos de 1848 – dependia "mais do que de qualquer outra coisa do que ocorre no Império Celeste […] É como se a história tivesse de entorpecer todo um povo para poder arrancá-lo de seu torpor milenar" (MARX, 2016, p. 31-33). A China poderia ser o centro impulsor da revolução na Europa, para Marx.

É verdade que não veio da China do século XIX um novo impulso para a história das revoluções mundiais. Antes disso, a China se veria sacrificada aos interesses de distintas potências coloniais e imperialistas, até meados do século XX. Entretanto, Marx tinha razão num ponto fundamental de suas análises orientais na década de 1850: a China havia perdido o direito ao isolamento milenar, condição necessária para preservar sua velha condição. A Inglaterra havia feito dissolver essa marginalização no interior de suas frágeis fronteiras, e o desmanche da China se fez tão certo "quanto o de uma múmia cuidadosamente conservada num sarcófago hermeticamente fechado, quando posta ao contato do ar livre" (MARX, 2016). As enormes transformações na China, com um atrasado desenvolvimento econômico capitalista e um oceano de camponeses famintos, foram aceleradas com seu contato com o exterior. Em um mesmo território, o campesinato numericamente esmagador via nas cidades o desenvolvimento de uma classe operária concentrada. Sem conseguir apartar-se do turbilhão

da Primeira Guerra Mundial, o antigo isolamento se converteu no seu contrário: a China não apenas viu seu proletariado urbano conquistar a preeminência na produção social, mas também dar passos definitivos em sua organização política. O que Marx não vira em seu tempo, o século XX mostraria em traços bem definidos: inspirado na Revolução Russa de 1917, a classe trabalhadora urbana deu origem ao Partido Comunista Chinês, em 1921. Derrotado depois de uma luta heroica na revolução de 1925-27, o proletariado organizado chinês – que teve de enfrentar sua própria direção burocrática – carregando o peso da dispersão e da brutalidade da burguesia chinesa, assistiu debilitado ao triunfo da revolução chinesa de 1949. Nascia a República Popular da China, uma nova formação social que, ao contrário do triunfo inicial dos russos em 1917, desde seu prólogo expropriava das mãos dos trabalhadores e camponeses chineses as rédeas da planificação da economia e da política.

Nos 100 anos posteriores aos escritos de Marx sobre a China, o antigo Império Celeste passara pelas mais velozes mutações econômicas e políticas de sua história. Isso parece empalidecer, entretanto, à luz do ritmo da nova geração de transformações que atravessa a China. Mimetizando o prestígio que possuía como um dos centros nevrálgicos do comércio mundial durante milênios, a China ascendeu ao posto de uma das economias mais importantes, do qual depende o equilíbrio instável do capital global. E como os extremos sempre se tocam na China, cumpre dizer que os avanços impressionantes na economia e na tecnologia convivem com a base do atraso da qual o país parte. Esse atraso estrutural do sistema econômico chinês, que seria herdado e transformado pelo Partido Comunista a partir de 1949, foi construído durante séculos e moldou o caráter contraditório da assimilação das realizações técnicas e culturais por parte da China. A fim de obter um quadro compreensivo da construção da China, é necessário examinar a situação do país a meados do século XIX, achacado pela opressão colonial de um amplo leque de potências e drenavam as energias endógenas da China.

3.2 Os problemas da China colonial

A história do movimento operário chinês se mescla com a história do desenvolvimento industrial do país, oriundo dos choques contra a opressão estrangeira na China e da conflagração militar entre as potências imperialistas. Os trabalhadores chineses não podem ser classificados, em qualquer momento de sua história, como mero objeto de exploração. Seu enfrentamento de classes habituou-se a se dar simultaneamente contra a classe dominante nativa, e a opressão estrangeira.

A formação propriamente nacional da China, com o muito longo processo de unificação territorial ainda no curso da dinastia Qing, e posteriormente o caos da Segunda Guerra até a fundação da República Popular da China em 1949, esteve imbricada com ciclos cada vez mais marcantes de lutas operárias. Segundo a historiadora Elizabeth Perry, em seu *Shanghai on Strike: the Politics of Chinese Labor*:

> Os protestos operários desempenharam um papel central nas transformações políticas que atravessaram a China no século XX. A Revolução de 1911 que derrocou o sistema imperial, o Movimento 4 de Maio que inaugurou uma nova cultura política, a ascensão e queda do regime nacionalista, a vitória dos comunistas, e mesmo o desenho político pós-1949, todos esses eventos foram profundamente afetados pelo movimento operário chinês (PERRY, 1993, p. 2).

No século XIX, apenas apresentava-se o esboço do proletariado chinês, que surgiria da potente combinação dos trabalhadores rurais migrantes a caminho das cidades portuárias, e os dispersos artesãos urbanos. Já no século XX, a história do movimento operário na China teve múltiplos pontos explosivos, sendo mais notório a erupção cataclísmica, segundo Mark Selden em *Labor Unrest in China* (1995), a meados da década de 1920, como consequência da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de 1917. Esse período, considerado por muitos analistas (CHAN, 1995; PERRY, 1993; SELDEN, 1995) como o mais convulsivo na história do movimento operário chinês, localiza-se entre 1922 e 1927, englobando, portanto, a fundação do Partido Comunista Chinês e a grande gesta operária da Revolução Chinesa de 1925-27. Uma segunda explosão de vitalidade do movimento operário na China, ainda que de menor intensidade que a primeira, ocorreu durante a Guerra Civil (1946-49) que culminou com a Revolução que elevaria Mao Zedong ao poder, dando origem à República Popular da China em 1949. Outros três momentos relevantes em que o movimento operário chinês teve grande protagonismo se deram já no interior da República Popular da China: em 1967, no auge da Revolução Cultural; em 1979, na turbulenta transição da era Mao para a era Deng; e em 1989, com os acontecimentos relacionados ao Massacre da Praça da Paz Celestial (PERRY, 1993; SELDEN, 1995). Todos esses períodos de luta operária revelam a íntima relação do proletariado chinês com os acontecimentos mundiais.

Nos primórdios da atuação operária na China, ainda na primeira metade do século XIX, os distúrbios tinham como objetivo opor-se à opressão nacional chinesa pelas potências européias, nomeadamente a Inglaterra. Esparsa e mergulhada num oceano de camponeses, a classe trabalhadora tinha pouco peso numérico à época da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), concentrando-se nas pequenas oficinas que animavam a produção artesanal nas cidades costeiras. Mesmo nessas condições, a classe trabalhadora ligada aos portos chineses

desempenhou, no seio das disputas entre a dinastia Qing e o Ocidente, o importante papel de combatente de vanguarda contra a intervenção militar estrangeira. Já em meio à Guerra do Ópio, trabalhadores do setor têxtil atuaram nas milícias que atacaram os invasores britânicos no Incidente de Sanyuanil, de 1841 (SELDEN, 1995, p. 71). Após o anúncio do imperador Daoguang acerca da suspensão dos direitos comerciais dos britânicos e a apreensão forçada do ópio dos mercadores da Coroa britânica, foram os trabalhadores portuários que tiveram papel de destaque na resistência militar às belonaves e canhões da frota britânica (SPENCE, 1996). Antes de assinado o Tratado de Nanquim, selando a vitória britânica, os trabalhadores chineses haviam se aproveitado do contato com a tecnologia militar do inimigo para absorvê-la em sua própria indústria bélica. Essa curiosa aptidão observada na capacidade de apropriação de tecnologia estrangeira, que viria a marcar tanto a vida industrial da China na passagem do século XX para o século XXI, já se via em embrião a meados do século XIX.

Assim também, os trabalhadores portuários, na guerra sino-francesa de 1885, foram protagonistas das atividades de resistência ao colonialismo francês, ao se recusarem a descarregar os navios de guerra do inimigo – numa situação de franca desvantagem militar, dada a superioridade da força naval francesa. Em 1894, a ofensiva militar japonesa, que havia aprendido com os ataques da França a Taiwan e à China, se deparou com os esforços dos trabalhadores chineses em construir um aparato de defesa que pudesse fazer frente a sua superioridade. São inúmeros os exemplos dessas pequenas escaramuças de milícias chinesas contra o colonialismo europeu e asiático, em que a força de trabalho das importantes cidades portuárias, esmagadas sob o peso dos Qing, servia de força material contra os invasores.

Assim, é de primeira ordem notar o grau de enfrentamento contra a opressão estrangeira como marca definidora do proletariado nascente chinês. No caso dos britânicos, como consequência da Segunda Guerra do Ópio (1858-60), em que a rendição de Pequim levou ao Tratado de Tianjin, que liberava o território chinês para o comércio britânico. No caso dos japoneses, como consequência do Tratado de Shimonoseki de 1895, em que os japoneses garantiram o direito de construir fábricas nos portos livres da China, o que teria significação nas revoltas operárias prévias à Revolução Chinesa de 1925. Os incidentes que marcariam estopins das grandes ondas de greves insurrecionais no primeiro quarto do século XX começaram com os abusos estrangeiros que de 1860 a 1895 impuseram duras condições de sobrevivência aos chineses, após triunfos militares contra os Qing.

Outro ponto notável era a composição da classe operária chinesa: a diferença na qualificação dos trabalhadores costumava ser decisiva, nas grandes cidades industriais, para o nível e o tipo de organização adquirido. Elizabeth Perry faz notar que, em Xangai, enquanto

os artesãos especializados do Sul da China dispunham na cidade de melhores postos de trabalho e a proteção que as guildas ou associações de ofício, usualmente os camponeses do Norte não logravam atingir esses mesmos postos, e tinham de se resignar com trabalhos mais precários (PERRY, 1993). Ademais, esses trabalhadores rurais, sem especialização, não possuíam meios para entrar nas guildas, e eram obrigados a se organizar em diferentes gangues (como a "Gangue Verde", logo após a Revolução de 1911), cuja relação de hierarquia sobre os trabalhadores precários os colocava na situação de supervisores de trabalho[76]. Essa divisão em "duas almas" da classe trabalhadora chinesa era estimulada pelos gerentes de manufatura e administradores estrangeiros que operavam na China. No entanto, essas divisões não predispunham os trabalhadores necessariamente contra a atuação comum. Pelo contrário, Emily Honig (1989), Gail Hershatter (1986) e Elizabeth Perry (1993) descrevem os processos de solidariedade operária que integrariam – aos traços incipientes de consciência de classe que emergiam no final do século XIX e início do século XX – as linhas de gênero e local de origem como fatores de organização e atuação coletiva.

Excetuando determinados excessos na caracterização dos motivos identitários dos protestos, estes eram fatores que alentavam uma nova espécie de consciência coletiva, não raro de consciência de classe, entre os trabalhadores urbanos. Essas razões ajudam a iluminar a combinação criadora que as transformações de época no capitalismo imperialista, e a influência das ideias revolucionárias após a Revolução Russa de 1905, começavam a ter em pequenos círculos das cidades industriais chinesas. Assim, tendo como fator propulsor a defesa das condições de classe no trabalho, greves ou distúrbios contra as arbitrariedades patronais não eram escassos.

> Em 1868, os trabalhadores da Shanghai Dock and Engineering Company realizaram uma greve para evitar um corte salarial. Em 1879, ferreiros da empresa Pudong Engineering Works paralisaram seus trabalhos para reclamar dos abusos físicos recebidos de um supervisor estrangeiro. Em 1883, trabalhadores do Jiangnan Arsenal se amotinaram quando um capataz da fábrica tentou elevar a duração da jornada de trabalho. Dois anos depois, organizaram uma paralisação para exigir aumento salarial. Em 1890, um novo administrador desse setor provocou uma greve quando anunciou o aumento da jornada de 8 para 9 horas […] Esses protestos iniciais eram amplamente defensivos por natureza. Cortes salariais, abusos físicos e a extensão da jornada de trabalho precipitavam os conflitos. Com a expansão da indústria depois da Guerra sino-japonesa de 1894-95, entretanto, o padrão das greves dos artesãos mudou notavelmente. A demanda maior por trabalhadores qualificados encorajou modalidades mais agressivas de

76 "As diferenças na exigência entre os trabalhadores qualificados e não qualificados eram obviamente ligadas a suas posições respectivas no mercado de trabalho de Xangai. Cientes de que eram insubstituíveis, os artesãos de fábrica sentiam-se livres para desafiar seus empregadores. Em contraste, os protestos salariais dos trabalhadores não qualificados raramente iam além do pedido de modestos aumentos" (PERRY, 1993, p. 61).

> protestos por parte desse setor mais favorecido da força de trabalho (PERRY, 1993, p. 38).

As greves operárias emergiam como fator político fundamental na China. Com a derrubada da dinastia Qing, a liberdade de atuação do movimento operário chinês, já em pleno curso de concentração industrial, aumentava. A politização geral do discurso urbano no início da república encorajava os trabalhadores a elaborar demandas mais ambiciosas em seus conflitos trabalhistas.

3.3 A industrialização e a formação do proletariado chinês

O período que vai de 1895 a 1918, ou seja, do início do movimento de reformas contra a opressão política dos Qing ao final da Primeira Guerra Mundial, representa a fase de transição e de amadurecimento da incipiente classe trabalhadora urbana, que passaria por um intenso período de industrialização a partir de 1914, com o impulso da guerra. Essa industrialização seria um ponto de apoio para a manifestação e expansão dinâmica das greves operárias, ensaios de luta que começavam a dar a imagem da força social dessa classe urbana nascente.

> Examinando as primeiras décadas do movimento operário chinês, Jean Chesneaux observou quatro períodos de picos grevísticos: 1898-99 (10 greves), 1904-06 (15 greves), 1909-13 (38 greves) e 1917-19 (46 greves), cada pico mais longo que o anterior. O primeiro pico coincidiu com o Movimento de Reforma de 1898, o segundo pico com o boicote anti-EUA de 1905, o terceiro com a revolução de 1911, e o quarto pico absorveu suas energias do estímulo nacionalista da Primeira Guerra Mundial, por um lado, e da Revolução Russa de 1917, por outro, culminando no Movimento 4 de Maio de 1919. Enquanto a reconstrução das datações nacionais feita por Chesneaux resulta útil, o estudo minucioso do caso de Xangai, feito por Elizabeth Perry, sugere uma importante modificação nessa periodização. Contrariamente a Chesneaux, Perry encontra uma alta aguda nas greves de Xangai, de 30 greves entre 1909 e 1913, para 86 greves entre 1914 e 1918. A Primeira Guerra Mundial foi a "era dourada" da indústria chinesa, momento em que a China conseguiu tirar vantagem tanto da alta demanda por manufaturas, quanto do enfraquecimento do controle do capital estrangeiro, ocupado então com a guerra, uma situação favorável ao florescimento da militância operária (SELDEN, 1995, p. 72).

O processo de industrialização operou uma maior integração da vida chinesa aos acontecimentos estrangeiros, sendo por sua vez impulsionada pelos interesses do colonialismo sobre as riquezas da China[77]. A Primeira Guerra Mundial acelerou a um ritmo inédito a

77 Os termos anexionistas do Tratado de Versalhes geraram a fúria social anti-imperialista do Movimento 4 de Maio em Pequim. Segundo a proposta original, entregava-se ao Japão a posse da província de Shandong, previamente controlada por uma Alemanha que fora derrotada na guerra. Os acordos secretos assinados

conexão da China à economia mundial, depois dos séculos de isolamento imperial, e representou um período de florescimento e concentração da classe trabalhadora nos centros urbanos que encabeçavam a industrialização chinesa.

Proporcionalmente, a quantidade de trabalhadores urbanos empalidecia diante da potência numérica do campesinato. Em 1919, a China possuía 2 milhões de trabalhadores urbanos industriais (PERRY, 1993; SELDEN, 1994), em comparação com centenas de milhões de camponeses, e outras dezenas de milhões de trabalhadores rurais, numa sociedade predominantemente agrária. Entretanto, como na Rússia, a questão não se fundava meramente em números absolutos dessas populações relativas, e sim seu papel na produção e sua concentração nos centros nevrálgicos que definiam o curso da economia nacional. Em Xangai, Cantão, Tianjin, Pequim, a importância do proletariado chinês foi engrandecido por sua concentração nas posições mais estratégicas da economia, e nas zonas urbanas mais sensíveis do ponto de vista da política nacional. A expansão do complexo industrial já existente, com uma nova malha ferroviária que buscava conectar os grandes centros produtivos com os pontos de escoamento exportador, aumentava a poder social relativo dos trabalhadores chineses diante de seus aliados no campo.

> Os dados de produção anual mostram um crescimento constante da produção de carvão, ferro e aço durante a república, apesar da interferência dos senhores da guerra. O coração dessa produtividade estava na companhia Yan-He-Ping, na região de Wuhan, criada por orientação do governador-geral dos Qing, Zhang Zhidong. Composto por uma grande fundição em Hanyang, minas de ferro em Daye e minas de carvão em Pingxiang (no extremo oeste da província de Jiangxi), o conjunto empregava cerca de 23 mil operários, e foi ali que Mao Zedong, e outros membros do Partido Comunista Chinês tiveram suas primeiras experiências significativas na organização dos trabalhadores. As minas de carvão de Kaiping, para as quais Li Hongzhang autorizara a construção do primeiro trecho de ferrovia da China aprovado pelo governo, tornaram-se apenas uma parte de um extenso grupo de minas da região de Tangshan, no norte do país, que empregava cerca de 25 mil mineiros em 1920 e talvez 50 mil em 1922 (SPENCE, 1996, p. 319).

A concentração operária no setor estratégico da indústria pesada, como o da transformação, era de tal magnitude que conseguia certos paralelos com a indústria ocidental, embora na China a economia fosse substancialmente mais atrasada. A malha ferroviária foi expandida a fim de dar conta do incremento da produção[78]. Esse formidável complexo de

asseguravam ao Japão o direito de organizar sua própria polícia e estabelecer guarnições militares em território chinês. A resposta interna do movimento operário, em indústrias têxteis, oficinas gráficas, metalúrgicas e fábricas de tabaco de Xangai, se deu com greves e interrupções laborais contra o caráter colonialista dos acordos.

78 "Entre 1912 e 1920, mais de 1.600 quilômetros de trilhos foram colocados na China, elevando o total para mais de 11 mil quilômetros. Cerca de um terço disso estava na Manchúria, boa parte construída com fundos japoneses. Dos outros trechos essenciais de ferrovia, o que partia de Xuzhou, no Leste, atravessava Kaifeng e

comunicação passava a dar os primeiros contornos para uma economia mais integrada, que podia diminuir as distâncias entre as fontes de recursos e a região da manufatura exportadora no litoral. Esse esforço financeiro não podia ser arcado pelo governo republicano, de modo que a voracidade do capital estrangeiro – britânico e japonês, mas também estadunidense – foi o principal centro dinâmico da evolução e concentração do proletariado industrial chinês, que no ramo das ferrovias empregava 75 mil operários no início da década de 1920 (SPENCE, 1996, p. 322). Na indústria têxtil e do tabaco, também dominadas pelo capital anglo-japonês, grandes concentrações operárias passavam a emergir em cidades como Xangai, Wuhan, Changsha e Cantão, com centenas de milhares de trabalhadores[79].

Essa penetração do capital estrangeiro[80] indica que um processo similar (com suas particularidades) ao que ocorrera na Rússia podia ser examinado na China. Assim como o capital anglo-francês dominava o processo de robustecimento do complexo industrial russo no período no tsarismo, tanto o capital inglês quanto o japonês tinham desempenhado um papel preponderante no desenvolvimento de um poderoso proletariado chinês. Essa concentração operária, mediante investimento estrangeiro, ocupava crescentemente as posições estratégicas da economia exportadora. Acontecia, assim, na China um processo semelhante ao que Trótski descrevera na Rússia, sob a lei do desenvolvimento combinado. A saber, alguns poucos milhões de operários, concentrados nos pontos nodais da economia, passavam a superar a debilidade numérica pela fortaleza social de suas posições estratégicas. Uma burguesia numericamente débil defrontava-se desta forma com um proletariado relativamente forte, com rijas e profundas raízes no povo. Como na Rússia tsarista, também na China algumas fábricas, em termos de concentração operária, rivalizavam com as do Ocidente, responsável por financiar a infraestrutura necessária para incluir a região no escopo de atuação da lei da

chegaria (esperava-se) à província de Gansu através de Xi'an, em Shaanxi, era financiado por banqueiros europeus. Em 1918, terminou a construção do trecho Wuhan-Changsha da principal linha meridional para Cantão, e em 1922 a ferrovia Kalgan(Zhangjiakou)-Pequim foi estendida até Baotou, na margem norte do Rio Amarelo, ligando assim uma parte outrora completamente isolada da China à capital" (SPENCE, 1996, p. 321).

79 "As áreas controladas pelos chineses na indústria têxtil de algodão expandiram-se no mesmo período, especialmente em Xangai, onde as fábricas empregavam, em 1919-20, cerca de 100 mil operários, 60% dos quais trabalhavam em empresas chinesas e o restante em indústrias inglesas e japonesas. Outros centros significativos de investimento têxtil chinês estavam em Wuhan, Cantão, Changsha e Tianjin. Pequim tornara-se um grande centro de fabricação de tapetes, com 6 mil operários distribuídos em 206 fábricas. Os chineses também eram extremamente ativos na frota mercante, que começara a se desenvolver no final do período Qing, e atuava sobretudo nas rotas fluviais do Sul e do Oeste do país. A capacidade técnica necessária para manter e consertar a maquinaria complexa de todas essas indústrias – fossem fusos quebrados, motores de navios e tubulações rompidas – também se desenvolveu em firmas chinesas especializadas em ferramentaria" (SPENCE, 1996, p. 320).

80 "Entre 1912 e 1923, enquanto a economia chinesa se expandia, a participação estrangeira nos investimentos totais em navegação, por exemplo, continuava em torno de 77%; e nos fusos de algodão, 45%. A participação estrangeira em minas de carvão, que fora de 90% em 1914, caiu em 1922, mas ainda era de 78%" (SPENCE, 1996, p. 322).

valorização de capital. O grande efeito dessa centralidade econômica que a classe trabalhadora ganhou na luta de classes surgiu já no início da década de 1920. Em 1922, ocorre uma certa mudança de padrão, ao menos quanto à magnitude dos conflitos trabalhistas[81]. As pequenas greves são substituídas, segundo estudiosos do período, por greves de maior escala (PERRY, 1993; SPENCE, 1996). Esse quadro abriria caminho a uma dinâmica que encadeava, sem etapas históricas intermediárias, a conclusão das tarefas democráticas estruturais na China (reforma agrária radical, expulsão do jugo imperialista) com as tarefas da revolução socialista.

Até aqui tratamos da integração da China pós-imperial à economia mundial mediante o investimento estrangeiro na indústria, e a consequente concentração operária nos centros urbanos. Mas essa integração da China à economia mundial não foi apenas objetiva. Ela se deu em termos políticos, entendidos como luta entre classes sociais. Desse ponto de vista, a transformação obedeceu a um salto de etapas ainda mais notável. Um país sem tradição de organização política de massas, que desconhecia a influência da socialdemocracia sobre o que na Europa havia dado origem aos grandes sindicatos e partidos operários, viu sua classe trabalhadora estabelecer relação com o marxismo através da União Soviética e da Internacional Comunista de Lênin e Trótski.

3.4 Greves e ciclos revolucionários na China

Os interesses internos da classe trabalhadora chinesa estiveram desde o início ligados à luta contra a opressão colonial estrangeira. Isso dava uma dimensão nova à política operária, deparando-se constantemente com a problemática estrutural da opressão nacional. Da participação dos trabalhadores de Xangai no Movimento 4 de Maio de 1919[82], com 60.000 grevistas protestando contra a passividade do governo chinês diante das intenções imperialistas do Japão sobre seu território no Tratado de Versalhes; passando pela greve dos marinheiros de Hong Kong e Cantão em 1922, que virtualmente paralisou o comércio da

81 Exemplo disso é a ampla paralisação dos marinheiros e estivadores de Hong Kong e Cantão. Liderados por nacionalistas do Kuomintang, 30 mil marujos entraram em greve, paralisando mais de 150 navios que transportavam 250 mil toneladas de carga, conquistando melhores salários e pelo direito de reconhecimento de seu sindicato, quando a enorme interrupção foi apoiada por trabalhadores de bondes e eletricistas, levando o contingente grevista a 120 mil trabalhadores (SPENCE, 1996, p. 325).

82 Nesse dia de 1919, milhares de estudantes chineses ocuparam as ruas de Pequim para expressar indignação sobre os termos do Tratado de Versalhes, que punha fim à Primeira Guerra Mundial. Sob esses termos, a província de Shandong, no norte da China, estava destinada a converter-se numa colônia do Japão, o que levou os manifestantes a fazer desabarem críticas sobre a passividade do governo chinês diante da agressão japonesa. Entretanto, o que realmente fez o governo recuar foram as greves em Xangai no início de junho, quando as notícias da movimentação em Pequim, e da prisão dos estudantes, chegaram à antiga cidade industrial.

região; até o Movimento 30 de Maio, em 1925, que iniciado nas fábricas de Xangai se espalhou por todo o país para dar origem à Revolução Chinesa, em todos os momentos fundamentais do início do século XX o enfrentamento contra a exploração capitalista estrangeira aparecia como motivo destacado. Obstaculizava a luta contra essa opressão a própria burguesia nacional chinesa (organizada no Kuomintang), que embora não aceitasse todas as injunções estrangeiras, estabelecia um antagonismo taxativo com a possibilidade de distúrbios operários contra o capitalismo nascente.

De particular importância foi o Movimento 30 de Maio, em 1925. Esse conflito teve como estopim o assassinato em Xangai de um trabalhador chinês, Gu Zhenghong, que fazia parte da organização sindical dos algodoeiros, durante uma greve de três meses numa fábrica de algodão de capitais japoneses (PERRY, 1993). O velório, com mais de 10.000 trabalhadores, despertou a simpatia do proletariado da cidade e se converteu num grande acontecimento. Uma onda de greves se desencadeou e a própria juventude chinesa se tornou um ator político importante junto aos trabalhadores. Diante do bloqueio do porto de Xangai, navios japoneses adentraram o rio Whangpoo para reabri-lo, matando outros 60 trabalhadores. Greves e assembleias de massas se espalharam pelas cidades industriais costeiras, e novos protestos se espalharam pelas cidades industriais do Sul diante do despotismo estrangeiro[83]. A resultante desse momento de explosão social contra a opressão capitalista estrangeira daria início à Revolução Chinesa de 1925-27.

3.5 A Revolução Chinesa, 1925-1927

As greves insurrecionais de 1925, em cidades como Xangai e Cantão, colocavam a classe trabalhadora chinesa no centro da cena política. As revoltas no campo, entre 1925 e 1926, apresentavam a possibilidade da aliança entre trabalhadores urbanos e camponeses. Embora dotado de um Exército Nacionalista que colhia vitória militares contra os senhores feudais do Norte, a posição de Chiang Kai-shek era pouco segura, e dependia da política do Partido Comunista e seus sindicatos nas cidades. A Revolução Chinesa poderia ter triunfado com uma política independente do Kuomintang. Entretanto, não teve êxito em superar a colaboração de classes do PCCh. A tragédia da revolução de 1925-27 foi ter coincidido temporalmente com a consolidação da burocracia stalinista na União Soviética.

83 Quando as tropas britânicas assassinaram 52 manifestantes a 23 de junho de 1925, na passeata de Cantão organizada em repúdio aos acontecimentos de Xangai, 300.000 operários chineses ganharam as ruas para, novamente, impulsionar uma dos mais alentados ciclos grevísticos do ano. Ver Elizabeth Perry, 1993.

Isso era assim porque, seguindo a linha do V Congresso de 1924 – em que Stálin, Zinoviev e Kamenev iniciam a organização da campanha contra Trótski e o legado de Lênin – a Internacional Comunista define que o PCCh deveria se incorporar ao Kuomintang (algo a que Trótski se opunha desde 1923). Essa definição se fazia em base a uma leitura interessada das chamadas "*Teses gerais sobre a questão do Oriente*", um dos resultados do IV Congresso da IC em 1922. As "Teses" atestavam com clareza que as burguesias nacionais das colônias e semicolônias eram incapazes de conquistar a independência nacional e a resolução do problema agrário. No entanto, não generalizavam a experiência russa de 1917, deixando de postular que, para conquistá-las, a classe trabalhadora deveria dirigir a revolução. Apesar do caráter semietapista das "Teses" – que seriam plenamente superadas pela concepção global da teoria da revolução permanente de Trótski, em 1930 – seu objetivo estratégico estava posto no desenvolvimento dos partidos comunistas no Oriente, tendo na independência de classe um princípio fundamental[84]. Passando por cima desse princípio, Stálin elabora uma divisão "teórica" estanque entre os países "maduros e não maduros" para a revolução. A China caía fatalmente nessa segunda categoria. Stálin restaurava assim a velha fórmula da "ditadura democrática de operários e camponeses" para os países de desenvolvimento capitalista atrasado, para encobrir sua política aberta de colaboração de classes com a burguesia. Ademais, criava a ideia dos "partidos operários e camponeses" para esses países, uma maneira de renunciar à construção de partidos revolucionários independentes, e que levava objetivamente à subordinação do PCCh ao Kuomintang e seus gângsters. Nada mais afastado dos fundamentos teóricos que, naquele então, deram origem às "Teses do Oriente".

Particularmente, a ideia de que a revolução em países como a China deveria ser dirigida pela burguesia, em função da pouca representação numérica dos trabalhadores urbanos em relação à população total, era um dos argumentos principais do stalinismo para ambas as teorias citadas anteriormente: a do "partido operário e camponês" e a da "ditadura democrática de operários e camponeses". Essas formulações que aludiam à suposta necessidade de, em países de estrutura social "oriental", os trabalhadores se subordinarem a partidos nacionalistas burgueses (que tinham ascendência sobre o campesinato) e a objetivos que se detivessem nos umbrais da propriedade privada, sem ameaçá-la a fim de não afastar os

84 Diante da debilidade dos partidos comunistas, as "Teses" também formulavam a tática da "frente única anti-imperialista", que propugnava a conformação de um bloco de todas as classes opostas ao imperialismo, incluindo acordos circunstanciais com setores burgueses nativos, sempre e quando se resguardasse integralmente a independência política e organizativa dos comunistas. Àquele momento, ainda se interpunha a prova da experiência, para devida averiguação da corretude da tática. Entretanto, nem mesmo se podia identificar qualquer burguesia "anti-imperialista" na China. Como discute o próprio Trótski em seu trabalho de 1928, "Crítica ao Projeto de Programa da Internacional Comunista", o Kuomintang, embora antipático aos britânicos, fazia o possível para aliar-se ao imperialismo japonês.

aliados burgueses, à cabeça dos partidos nacionalistas. Trótski se opunha com veemência a essa vertente de interpretação. Em seu artigo "*Tarefas e perigos da revolução na Índia*", Trótski debate a encruzilhada política nesse país evocando as lições da China. Nela, faz referência à forma com que os mencheviques encaravam a revolução na Rússia durante todo o ciclo revolucionário de 1905-1917, estabelecendo seu paralelo com a concepção de Stálin na China de 1925:

> É certo que o proletariado hindu é numericamente menor inclusive que o proletariado russo às vésperas de 1905 e 1917. Esta realidade de um proletariado pouco numeroso era o principal argumento dos mencheviques contra a perspectiva da revolução permanente. A concepção de que o proletariado russo, empurrando a burguesia de lado, pudesse se colocar à cabeça da revolução agrária do campesinato, fomentá-la e elevar-se sobre essa onda ao governo revolucionário, era para eles fantasiosa. Acreditavam-se realistas quando confiavam que a burguesia liberal, apoiando-se nas massas da cidade e do campo, realizaria a revolução democrática. Mas resultou que as estatísticas da população não são um índice do papel econômico e político das distintas classes. A Revolução de Outubro o demonstrou de uma vez por todas, e da maneira mais convincente (TRÓTSKI, 1976, p. 938).

A crença de que as tarefas burguesas da revolução implicavam, para sua conclusão, uma aliança com a burguesia e a direção política dela, era a essência do menchevismo russo[85]. A fórmula da aliança dos trabalhadores e camponeses com sua burguesia nacional, "contra o imperialismo", era o nó corrediço menchevique que a burocracia stalinista cerrava ao redor do pescoço dos povos do Oriente, após 1924.

Em 1926, já sob as ordens diretas de Stálin, essa orientação se aprofunda, e ao PCCh é ordenado que se dissolvesse organizativamente e se submetesse às ordens de Chiang Kai-shek, que seria elevado por Stálin a "membro honorário da IC". De fato, o cativo Partido Comunista Chinês havia acertado um acordo, em abril de 1926 – período imediatamente anterior ao início da Expedição ao Norte, por parte do Exército Revolucionário Nacional do Kuomintang – segundo o qual haveria a limitação de um terço dos postos para os comunistas em todos os comitês do partido de Chiang Kai-shek. O encarregado do acordo por parte da Internacional Comunista era o emissário soviético Borodin (cujo verdadeiro nome era Mikhail Gruzenberg), que atuava sob as ordens de Stálin e Bukharin. O acordo, ademais, prescrevia

85 Na conclusão do paralelo da carta de maio de 1930, escreve que: "Junto com a ideia reacionária do socialismo em um só país, em 1924 Stálin levantou a consigna de 'partidos biclassistas de operários e camponeses' para a Índia, da mesma forma que para todos os países do Oriente. Com esta consigna se buscava novamente impedir que o proletariado tivesse um partido e uma política independentes […] A história do marxismo, os processos do século XIX, a experiência de três revoluções russas, nada, nada disso serviu para iluminar esses cavalheiros. Ainda não compreenderam que o 'partido operário e camponês' só é concebível sob a forma de um Kuomintang, ou seja, de um partido burguês que arrasta operários e camponeses para traí-los e esmagá-los depois" (TRÓTSKI, 1976, p. 940).

que nenhum membro do Partido Comunista Chinês chefiaria departamentos do governo ou do Kuomintang. Não eram permitidas críticas do PCCh aos Três Princípios do Povo, de Sun Yat-sen. A Internacional Comunista deveria compartilhar suas ordens ao PCCh com a presença de membros do Kuomintang, e seria dada ao Comitê Executivo do Kuomintang uma lista de todos os nomes dos membros do PCCh, uma cláusula desenhada com a intenção de assegurar a espionagem e controle da vanguarda dos trabalhadores chineses pelos nacionalistas (SPENCE, 1996, p. 336).

Tais ordenações privaram completamente o Partido Comunista Chinês de batalhar pela hegemonia sobre o campesinato, afastando-o da burguesia, e permitiu que os nacionalistas orquestrassem a repressão dos comunistas com cadetes extraídos das fileiras dos ruralistas abastados, que mantinham ascendência sobre o campesinato. Para Trótski, essa álgebra, responsável por eliminar a oportunidade de um partido independente na China, fora um fator crucial para a derrota da revolução chinesa. Uma catástrofe política que a Internacional Comunista dirigida pela burocracia stalinista disseminava por todo o Oriente, e contra a qual era necessário divergir com firmeza teórica e política.

Para sustentar essa aliança – verdadeiro cativeiro – do Partido Comunista Chinês dentro do Kuomintang, era necessário frear os anseios do campesinato chinês de se apossar das terras dos latifundiários, muitos dos quais eram a base social dos nacionalistas. Essa disposição estava presente durante a chamada Expedição ao Norte para a unificação do país[86]. Esta campanha militar recebeu ordem oficial de mobilização a 10 de julho de 1926, e encabeçada pelo comandante-em-chefe Chiang Kai-shek, tinha como objetivo reconquistar das mãos dos senhores da guerra, Wu Peifu e Zhang Zuolin, o controle de Wuhan e Pequim, regiões estratégicas para a constituição de um regime político unificado ao norte. Já em dezembro de 1926, após duras batalhas e muitas negociações de conciliação com certos senhores da guerra, Chiang Kai-shek e o Exército Nacionalista haviam tomado Wuhan, em Hubei, e Fuzhou, capital de Fujian. Ao todo, os nacionalistas do Kuomintang controlavam sete províncias: Guangdong, Hunan, Hubei, Jiangxi e Fujian, por conquista; Guangxi e Guizhou, por negociação (SPENCE, 1996, p. 340-41). Esse avanço territorial correspondia, ainda então, com o avanço das posições do movimento operário organizado no controle de cidades importantes, como Wuhan e Xangai.

86 A estratégia da Expedição ao Norte prescrevia um avanço armado em três frentes simultâneas, partindo do bastião do Kuomintang, a cidade de Cantão. Uma das frentes corria pelo trecho ferroviário de Cantão a Wuhan, até a cidade de Changsha; uma segunda frente seguia pelo rio Gan, até a província de Jiangxi; uma terceira frente caminhava pela costa Leste, até Fujian. Os objetivos das três frentes eram a captura de Wuhan, Nanquim e Xangai, a pérola industrial da China. Ver Jonathan Spence, 1996.

> No final de 1926, 73 sindicatos de Wuhan estavam registrados, com 82 mil associados, e centenas de milhares de trabalhadores estavam organizados em Xangai, apesar da hostilidade do senhor guerreiro local. Em fevereiro de 1927, os líderes operários de Xangai, com a ajuda dos organizadores da União Geral dos Trabalhadores, convocaram uma greve geral em apoio às colunas do Exército Revolucionário que acabavam de capturar Hangzhou. Os grevistas conseguiram parar a cidade por dois dias, fechando as docas, serviços municipais, cotonifícios, fábricas de enrolar seda, transportes públicos e centros comerciais. […] Na enorme metrópole de Xangai, os trabalhadores organizados eram uma força inflamável, possivelmente capaz de estabelecer um governo operário revolucionário, um soviete urbano que poderia deflagrar levantes similares e a formação de sovietes em outros lugares do país, como acontecera durante a revolução bolchevique na Rússia (SPENCE, 1996, p. 341-42).

Essa atividade operária, que colocava em risco a propriedade privada nativa e estrangeira, alarmou os funcionários políticos e representantes empresariais de Xangai. Vários desses políticos nutriam relações especiais com a Gangue Verde, cujos membros eram muitas vezes homens de negócios que haviam enriquecido com o tráfico do ópio e acordos comerciais com as potências. Essas forças sociais desejavam urgentemente frear o movimento de massas, e contavam com o apoio das embaixadas francesa, britânica e japonesa, que pressionavam o Kuomintang a por fim dos distúrbios que interrompiam seus negócios na China.

Cumpre lembrar que, fruto da radicalização do campo na esteira da Expedição ao Norte, surgiram sinais notáveis de agitação camponesa na passagem de 1926 para 1927. Em diversas áreas os camponeses chineses haviam tomado as terras dos latifundiários, e constituíam associações de camponeses pobres para dirigir suas comunidades, organismos que tinham parentesco com os sovietes camponeses na Rússia. A combinação da insurreição agrária dos camponeses com o auge revolucionário nos centros urbanos mais importantes, com explosões que unificavam a atuação de trabalhadores e camponeses, construíam um quadro "clássico" cuja mecânica geral tinha um paralelo histórico com a revolução russa, preservando os traços originais do movimento chinês.

Tendo as informações que chegavam pela via dos emissários da Internacional Comunista, Trótski chamava a atenção para o necessário impulso de sovietes urbanos e rurais que apoiassem a expropriação das terras pelos camponeses e colocassem em primeiro plano o problema agrário como chave da revolução. Outrossim, clamava pela ruptura imediata do Partido Comunista Chinês com o Kuomintang, que já arquitetava junto aos senhores da guerra e os representantes das concessões estrangeiras represálias violentas contra os trabalhadores. Stálin, pelo contrário, tinha outros objetivos. No que diz respeito ao campo, o PCCh recebeu a ordem de refrear o ardor camponês, e bloquear a expropriação das terras, a fim de não afastar

o Kuomintang e seus partidários influentes, muitos dos quais eram latifundiários. Em segundo lugar, as terras dos militaristas aliados a Chiang Kai-shek deveriam ser protegidas dos distúrbios rurais – tarefa a que Mao Zedong dedicou suas energias, em acordo com o Kremlin. Em terceiro lugar, ao contrário das sugestões de Trótski, a Internacional Comunista rechaçava a agitação em prol dos sovietes urbanos e rurais. De todas as ordenações anteriores resultava uma quarta, que fluía diretamente delas: a continuidade da aliança entre o PCCh e o Kuomintang.

Em 21 de março de 1927, a União Geral dos Trabalhadores de Xangai deflagrou uma insurreição armada contra os senhores da guerra, em apoio às forças expedicionárias do Kuomintang. As forças revolucionárias em Xangai apareciam formidáveis diante do adversário, pela grande influência das organizações sindicais nesse centro operário.

> Cerca de 600 mil trabalhadores participaram do movimento e, de novo, a cidade parou. A energia e as linhas telefônicas foram cortadas, ocuparam-se delegacias de polícia e estações ferroviárias, amiúde com luta pesada. Havia ordens estritas de não perturbar os estrangeiros, a que os insurretos obedeceram. No dia seguinte, a primeira divisão de tropas nacionalistas entrava na cidade, e em 27 de março a União Geral dos Trabalhadores, agora sem precisar se esconder, promoveu a inauguração pública da sua nova sede, num antigo prédio de guildas, com mil delegados representando trezentas seções de sindicatos. No total, de acordo com os números da União, havia então 499 sindicatos na cidade, representando 821.282 trabalhadores. Havia também uma milícia operária de 2700 homens, bem armados com armas e munições tomadas das delegacias de polícia e dos arsenais militares (SPENCE, 1996, p. 343).

Nas três semanas seguintes, os preparativos do Kuomintang, junto à Gangue Verde, os proprietários chineses e os capitalistas estrangeiros, foram acelerados. Para a repressão dos trabalhadores foi criada a força paramilitar da Sociedade para o Progresso Comum. Na manhã do dia 12 de abril, desfechou-se uma série de ataques contra as sedes de todos os principais sindicatos da cidade. Com o apoio do Exército expedicionário do Kuomintang, milhares de trabalhadores foram assassinados nos dias que se seguiram, e o banho de sangue de Xangai abriu o período do declínio da revolução chinesa.

Mesmo com a catástrofe em Xangai, a burocracia stalinista insistia na mesma orientação dissolutiva do Partido Comunista Chinês[87]. Agora, saindo do cativeiro de Chiang

87 "O chefe soviético declarava que fora seu objetivo, desde março de 1926, evitar que Chiang Kai-shek expulsasse os comunistas do Kuomintang; ao mesmo tempo, ele trabalhava para propagar 'a retirada ou expulsão dos direitistas do Kuomintang'. Portanto, concluía Stálin, os eventos de 1927 'provaram completa e inteiramente a correção dessa linha'. Isso significava que o PCCh tinha agora de trabalhar com a facção de Wuhan do Kuomintang, que Stálin e seus assessores declararam ser o Kuomintang 'de esquerda' ou 'revolucionário', o verdadeiro herdeiro da revolução chinesa. Stálin esperava que esses membros do Kuomintang liderassem as 'massas de agricultores e camponeses' no esmagamento dos militaristas e 'latifundiários feudais'" (SPENCE, 1996, p. 345).

Kai-shek, entrava na jaula de Wang Jingwei, suposto chefe da "ala esquerda" do Kuomintang, fiel seguidor de Sun Yat-sen em Cantão durante o fim da era Qing. Curiosamente, essa ala do Kuomintang fazia basicamente as mesmas exigências ao Partido Comunista: preservar a propriedade fundiária dos militaristas de qualquer tentativa de levante camponês. Como afirma Spence (1996), Mao, que havia elogiado a força do campesinato chinês em seu relatório de Hunan, em fevereiro de 1927, não teve problemas em seguir as ordenações de Moscou, nomeadamente de influenciar os camponeses a não afastar os proprietários e partidários nacionalistas com novos levantes no campo[88].

A extensão da revolução à China era completamente possível, e em boa medida, já se desenhava na realidade de cidades industriais importantes da China. Além de ser a condição incontornável para a expulsão dos agressores imperialistas de seu território, podia reconfigurar o panorama da luta de classes mundial, extraindo a Rússia soviética de seu isolamento. Podemos tomar como hipótese que a China soviética, embora não possuísse de início as condições técnicas e industriais próprias da Europa, encadearia um processo de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, irmanando-se com Moscou e determinando uma potente hegemonia na Ásia contra o imperialismo ocidental. As condições de vida das populações trabalhadoras dos dois países, com a expulsão do imperialismo da China e a regeneração econômica combinada, apresentaria tais melhorias que tornariam praticamente irresistível o poder gravitacional do socialismo nos países empobrecidos e colonizados do continente. O processo de descolonização da Ásia, que começaria apenas depois da matança da Segunda Guerra Mundial, teria podido vislumbrar uma aurora mais precoce, o que teria poupado a energia nacional de inúmeros países do Oriente que viviam efervescências sociais nesse momento, como Índia, Vietnã e Indonésia. Não obstante, a política de Stálin estava firmemente fundada na "teoria" do socialismo em um só país, o que significava a eliminação da revolução no restante do mundo em nome da estabilidade dos seus privilégios. Enfiada numa garrafa pelo stalinismo, a revolução chinesa teve de se subordinar à única coalizão que

88 Sobre as discussões no seio da Internacional Comunista, acerbas críticas de Trótski eram dirigidas à conduta de Stálin. "Stálin insistira que, em qualquer caso, as terras dos militaristas pró-Kuomintang deveriam ser deixadas em paz, para que eles não se voltassem contra o Kuomintang e arruinassem o levante revolucionário. Por trás desses debates, pairavam as tensões em Moscou. 'O bloco dos dirigentes de Wuhan não constitui um governo revolucionário', protestava Trótski aos dirigentes da Internacional Comunista naquele mesmo mês. 'Criar e espalhar ilusões nesse sentido significa condenar a revolução à morte. Somente os sovietes operários, camponeses e de soldados podem servir de base ao governo revolucionário'. Irritado com a manipulação da China a partir de Moscou, Trótski acrescentava: 'A revolução chinesa não pode ser enfiada numa garrafa e lacrada de cima com um sinete'. Mas Stálin foi inflexível, objetando que 'organizar sovietes de representantes operários e camponeses agora, digamos, no território do governo de Wuhan, significaria criar uma diarquia, iniciar uma luta para derrubar a esquerda do Kuomintang e formar uma nova autoridade soviética na China'" (SPENCE, 1996, p. 347).

determinava os destinos do país naquele então: o Kuomintang e seus partidários empresariais do comércio, os latifundiários, o gansterismo e as potências europeias.

A 18 de maio de 1927, o general aliado do Kuomintang de Wang Jingwei marchou sobre a capital de Hubei, liquidando no caminho os membros das associações camponesas que se rebelavam contra os latifundiários. À chegada em Wuhan, operou novo massacre de trabalhadores, estudantes e camponeses, sob o mandato dos latifundiários da região. Wang Jingwei justificou a carnificina. O contra-ataque dos camponeses fora mais uma vez detido pela orientação do Partido Comunista de Wuhan, subordinado a Wang, segundo a qual se deveria ser paciente e aguardar os funcionários do governo a fim de evitar novos atritos.

> A reação de Stálin diante desses reveses foi semelhante à de abril, depois da catástrofe de Xangai: ele declarou que ficara mais uma vez provada a correção da linha da Internacional Comunista, mas que dessa vez era a "esquerda do Kuomintang" que se revelava a nacionalista pequeno-burguesa que sempre fora, e que chegara o momento do PCCh aprofundar a revolução no campo em aliança com os "membros realmente revolucionários do Kuomintang" (SPENCE, 1996, p. 349).

Nem mesmo as sequenciais catástrofes de Xangai, em abril, e de Wuhan, em maio, haviam comovido a direção stalinista da Internacional Comunista a terminar suas relações com o nacionalismo burguês chinês. Necessitando de um troféu antes da abertura do Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em dezembro de 1927, Stálin ordenou que se instigasse um levante em Cantão, outra importante base de operações do PCCh. No início de dezembro, soldados comunistas e trabalhadores de Cantão tomaram as delegacias de polícia, os serviços de Correios e Telégrafos, dando início ao levante no centro operário de Guangdong. Revisando a recusa a constituir sovietes, durante o período expansivo da revolução, Stálin ordena a constituição de sovietes operários e camponeses no momento de declínio e isolamento dos trabalhadores chineses, golpeados por duras derrotas. Esse levante, despreparado e desesperado, não fez mais que agravar o isolamento dos comunistas. A Comuna de Cantão durou dois dias. Foi selvagemente massacrada pelas tropas de Chiang Kai-shek e Wang Jingwei.

As derrotas de Xangai, Wuhan e Cantão decretaram não apenas a derrota da revolução chinesa, como o aniquilamento do Partido Comunista Chinês nas principais cidades industriais. Isso duraria pelo menos 10 anos, de 1927 a 1937, até o início da invasão japonesa. Stálin, depois de um período inicial em que considerava publicamente esse desastre organizado como uma vitória, terminou acusando a imaturidade do Partido Comunista Chinês pelo fracasso.

Em 1852, Engels dizia que um partido revolucionário que deixa escapar uma situação revolucionária, ou que sofre uma derrota decisiva durante a mesma, desaparece inevitavelmente da cena durante um certo período da história. Tanto mais prejudiciais são os efeitos quando a derrota é promovida não por uma relação de forças desfavorável, mas pelos erros insistentes de sua direção. O comentário de Engels se aplica ao caso chinês. A situação social que se apresentava aos comunistas, que rechaçados ao interior rural começavam a buscar influência sobre o campesinato em detrimento da enorme perda de influência sobre os trabalhadores urbanos, constituía um sinal ameaçador ao PCCh.

A obra de Trótski ([1928] 2012) dedicada à discussão estratégica sobre a revolução chinesa foi o documento de resposta ao projeto de programa que a IC preparava para seu VI Congresso. Denominou-se *Crítica ao Projeto de Programa da Internacional Comunista*. No item "A questão chinesa depois do VI Congresso", Trótski delineia a teoria da revolução permanente e a dinâmica da revolução nos países do Oriente, de desenvolvimento capitalista atrasado. Nesse contexto, tece o enlace dialético que generaliza a dinâmica da revolução russa de 1917 para a China, cuja derrota revolucionária provaria, ainda que pela negativa, a correção dos métodos e da estratégia do bolchevismo contra o menchevismo na arena global. Esse trabalho teórico culminará na obra *A Revolução Permanente*, de 1929-30, que junto com o escrito de 1928 compõe a formulação mais avançada da teoria da revolução para Trótski, e que revela toda a importância que concedia à compreensão dos países do Oriente.

A China, um país de estrutura econômica capitalista atrasada de tipo oriental, viveria em dinâmica ainda mais clara o choque entre os desígnios políticos da classe burguesa e os interesses históricos da classe trabalhadora.

> A propriedade latifundiária (grande e média, tal como se encontra na China) se mescla da maneira mais íntima com o capitalismo das cidades, e inclusive com o capitalismo estrangeiro. Não existe na China uma casta de latifundiários que se oponha à burguesia […] Não obstante, a revolução agrária não constitui o único objetivo da luta histórica que se desenvolve atualmente na China. A revolução agrária mais radical, a partilha das terras (é evidente que o Partido Comunista a apoiará até o final), não permitirão por si sós sair do *impasse* econômico. A China necessita igualmente a sua unidade nacional, a sua soberania econômica, ou seja, a autonomia aduaneira ou, mais exatamente, o monopólio do comércio exterior; e isso exige que a China se liberte do imperialismo mundial. […] A unidade [nacional] e a emancipação da China [frente ao imperialismo] constituem hoje um problema internacional, da mesma forma que a existência da União Soviética. Só se pode resolver este problema por meio da luta encarniçada das massas populares, massas esmagadas, famintas, perseguidas, sob a direção direta da vanguarda proletária. Luta não somente contra o imperialismo mundial, mas também contra os seus agentes econômicos e políticos na China, contra a burguesia, inclusive contra a burguesia "nativa" (TRÓTSKI, 2012, p. 205-10).

Essa era a chave da teoria-programa da revolução permanente, que exercia tamanha vigência para a China que Trótski enxergava em seu tempo, assim como para a vindoura revolução de 1949. De fato, na "terceira revolução" chinesa, Trótski previa que uma coalizão "democrática" dos partidos do proletariado com as forças que representavam politicamente a pequena burguesia (Kuomintang) tomaria um sentido ainda mais conservador do que havia sido a aliança com Chiang Kai-shek em 1927. Isto é o que a história verificará durante as tentativas de Mao Zedong de comunhão política com os nacionalistas, que implicará perdas trágicas para a classe trabalhadora e os camponeses chineses nos acontecimentos da guerra civil de 1946-49.

Uma das mais interessantes reflexões que surgem do contraponto de Trótski à política da Internacional Comunista da China vem da analogia da Insurreição de Cantão de 1927 com a insurreição de Moscou em 1905. O Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) sob a égide de Stálin considerava que as duas situações se assemelhavam em seus traços essenciais, a fim de justificar o levante despreparado na China. Trótski argumenta que ambas as experiências eram muito distintas entre si e não permitiam a comparação desejada. Argumenta que na Rússia de 1905, a classe trabalhadora avançava passo a passo arrancando concessões da autocracia tsarista e semeando desconfiança em sua autoridade, reunindo ao redor de sua vanguarda segmentos cada vez mais significativos das massas populares. A greve de outubro havia sido um êxito de importância histórica mundial, por ter mostrado a possibilidade de que a classe operária poderia hegemonizar as massas oprimidas e conquistar o poder mesmo em países de desenvolvimento capitalista atrasado, com métodos como o da greve geral que originaram enormes debates de estratégia no Ocidente. Ademais, a classe operária russa tinha seu próprio partido, que não estava subordinado à disciplina da burguesia nacional, e havia criado os sovietes, organismos da autoatividade das massas através dos quais o então Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR) estabeleceu, desde o início do processo de luta, um elo confiável com a população oprimida de Petrogrado.

No caso da China, segundo Trótski, tudo se dava em sentido oposto. A política stalinista do Partido Comunista Chinês consistira em uma série de capitulações ante a burguesia. Havia habituado a vanguarda a tolerar o jugo militarista do Kuomintang, terminando por dissolver a organização comunista no seio do partido de Chiang Kai-shek, com isso perdendo todo traço de independência política e transformando-se num instrumento secundário da direção burguesa. Ademais, a direção do PCCh havia sufocado o movimento agrário e as greves operárias. Os comunistas haviam renunciado à organização dos sovietes

para não complicar a situação dos generais nacionalistas na retaguarda, o que preparou o esmagamento dos trabalhadores em Xangai, Wuhan e Cantão.

Do ponto de vista da analogia histórica, Trótski argumenta que a Insurreição em Cantão se parecia mais com a "Ação de Março" de 1921 na Alemanha, em que o Partido Comunista Alemão tentara uma insurreição desesperada e sem preparação, apoiando-se nos segmentos mais atrasados do proletariado da região central do país, para tentar deter o avanço da reação, enquanto a maioria do proletariado, esgotado pelas batalhas prévias e desconfiado pelas sucessivas derrotas, permanecia passivo. O aventureirismo em Cantão, o despreparo e a ausência de direção e programa no levante, feito às pressas para afogar os resultados catastróficos da política stalinista desde 1925, sem as condições objetivas necessárias e com o isolamento oriundo das derrotas em Xangai e Wuhan, tornaram a derrota inevitável. Em linha com a teoria-programa da revolução permanente, o Trótski expressa que:

> Toda verdadeira revolução, em uma sociedade capitalista e, sobretudo, num grande país, mais em particular hoje em dia, na época imperialista, tende a transformar-se em revolução permanente, ou seja, a não deter-se nas etapas alcançadas, a não limitar-se aos marcos nacionais, e sim a estender-se e aprofundar-se até a transformação total da sociedade, até a abolição definitiva das diferenças de classe, e portanto, até a supressão completa e final da própria possibilidade de uma nova revolução. É nisso que consiste a concepção marxista da revolução proletária, que se distingue por isso da revolução burguesa, limitada por seu marco nacional e por seus objetivos específicos. A revolução chinesa tende a converter-se em permanente na medida em que encerra a possibilidade da conquista do poder pelo proletariado […] Somente o proletariado, depois de ter-se apropriado do poder do Estado e de tê-lo transformado em instrumento de luta contra todas as formas de opressão e exploração, tanto dentro do país como para além de suas fronteiras, assegura à revolução um caráter contínuo, e a leva à edificação da sociedade socialista integral. (TRÓTSKI, 2012, p. 244).

Estes traços gerais do exame estratégico sobre a China, durante o período de 1925-27, são fundamentais para a compreensão das forças sociais e políticas em movimento, e abriram caminho para os dilemas vividos pelo país até o final da Segunda Guerra Mundial e à fundação da República Popular.

Antes de adentrar no período da Guerra Civil que sucedeu o final da Segunda Guerra Mundial e a expulsão do imperialismo japonês, não é menos importante distinguir a situação da classe trabalhadora e do campesinato, que formou a base do exército maoísta na resistência do PCCh às investidas do Kuomintang. Vejamos a questão da relação entre trabalhadores urbanos e camponeses, e o temário das demandas democráticas, no período da ditadura militar do Kuomintang que se seguiu à derrota revolucionária.

3.5.1 A questão da aliança operário-camponesa e o "Exército Vermelho" de Mao

O famoso "soviete de Jiangxi", que durou de 1931 a 1934, e cujo desbaratamento deu origem à mítica Longa Marcha do PCCh em direção às províncias do Oeste (fixando ao final de 1935 a direção partidária na cidade de Yan'nan, na província de Shaanxi), não era a única base rural comunista na época. Havia pelo menos uma dúzia de regiões na China onde alguma forma de organização do Partido Comunista, reduzido ao campo e isolado dos grandes centros operários, resistia às insistentes perseguições de Chiang Kai-shek ou das forças militares regionais ligadas aos senhores da guerra. Havia outros "sovietes" nos pontos de intersecção das províncias de Zhejiang, Fujian e Jiangxi, e entre Hunan e Hubei.

Estes chamados "sovietes" surgiram fruto da derrota da revolução chinesa de 1927 nos principais centros urbanos industriais do país. De fato, ao contrário do que ocorrera na Revolução Russa de 1917, em que os sovietes urbanos se estendiam e influenciavam os sovietes rurais, especialmente depois do triunfo dos bolcheviques, na China esses bolsões de resistência eram conformados essencialmente por milícias camponesas pobremente armadas, desligadas de quaisquer instituições soviéticas urbanas. Eram dirigidas por intelectuais e membros do PCCh, como Mao Zedong e Zhu De, principais chefes militares das heterogêneas e dispersas colunas desse excêntrico "Exército Vermelho". Sem demasiada conexão, esses destacamentos guerrilheiros tinham poucos laços em comum para além do desejo de terras e a resistência ao Kuomintang. Com os operários urbanos, o elo de ligação era praticamente nulo.

A Longa Marcha, de outubro de 1934 a dezembro de 1935, modificou a morfologia geográfica desses centros de resistência rural, ora dando origem a novos "sovietes", ora os dissolvendo. Registrava-se no contexto um retrato nítido da disposição de combate do campesinato chinês e a força revolucionária potencial que, se ligada ao proletariado urbano, poderia desencadear. Entretanto, não era estratégia da direção do Partido Comunista Chinês preparar-se pacientemente nas cidades para realizar essa unificação. Em verdade, a conduta dos comunistas liderados por Mao levava a dissociar cada vez mais operários e camponeses. Essa foi a principal marca estratégica do período de 1927-1937, até a invasão japonesa na China. A Oposição de Esquerda na China, fração do Partido Comunista Chinês que se opunha às ordenações stalinistas, divergia dessa linha de atuação. Trótski, que tinha vivido durante a experiência de três revoluções na Rússia a importância da ligação estreita entre o campesinato e o proletariado urbano, sob a hegemonia dessa classe urbana, escrevia sobre os problemas dessa separação social na China. Não lhe escapava a experiência da derrota da revolução russa de 1905, em função da divisão que Nicolau II conseguira impor entre os operários industriais

de São Petersburgo e o Exército camponês; assim como o triunfo de outubro de 1917, construído em base a esta aliança.

Na carta intitulada "*A guerra camponesa na China e o proletariado*", de 22 de setembro de 1932, Trótski examina a temática da aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos. Supunha que a unificação do movimento operário urbano, recuperando-se das cicatrizes deixadas pela derrota de 1927, com as chamas da guerra camponesa, podia abrir caminho a uma terceira revolução chinesa. Entretanto, considerava que o encontro entre estas duas forças de classe poderia não ser tão pacífico ou harmônico como se poderia esperar, uma vez que a direção comunista dos destacamentos vermelhos do campo não se orientava politicamente para auxiliar a reorganização dos trabalhadores urbanos, e a reconquista de sua hegemonia sobre o campesinato. Sua preocupação o levava a advertir, antecipadamente, uma tendência que se verificaria no curso da guerra civil. A saber, era possível que os camponeses armados se antagonizassem aos operários urbanos, na atmosfera das escaramuças militares por pedaços de terra.

Essa previsão advinha da experiência da guerra civil russa (1918-21). Durante a guerra civil que assolou a Rússia soviética em seus primeiros anos de vida, em diversas partes do país o campesinato havia criado seus próprios destacamentos guerrilheiros. Enquanto operavam na retaguarda das Guardas Brancas (destacamentos contrarrevolucionários alimentados pelas potências imperialistas), estas guerrilhas camponesas frequentemente serviam à causa da revolução, distinguindo-se por um heroísmo e fortaleza excepcionais (SERGE, 2007). Alguns desses destacamentos guerrilheiros se consideravam bolcheviques e eram dirigidos por operários; outros se consideravam apartidários, sendo uma porção considerável influenciada pela concepção anarquista. Mas dentro das cidades, não raro estes destacamentos entravam em conflito com os operários, e os encontros entre as guerrilhas e as forças regulares do Exército Vermelho também registraram episódios de confronto agudos. Enquanto os elementos com maior nível político e com maior consciência de classe se incorporavam ao Exército Vermelho, após vencidos os destacamentos das Guardas Brancas, houve casos em que para manter-se como destacamentos independentes entravam em conflito armado com o poder soviético.

Trótski era ciente de que na China esses problemas poderiam ser multiplicados, pela debilidade da organização política dos trabalhadores urbanos. Na carta mencionada de setembro de 1932, Trótski escreve:

> O conflito entre os camponeses armados e os operários tinham uma só e mesma raiz social: a diferença na situação e na educação de classe de uns e outros. O operário encara os problemas do ponto de vista socialista; a

> posição do camponês é a do pequeno proprietário. O operário quer socializar a propriedade que arrebatou aos exploradores, o camponês pretende reparti-la. O operário pretende converter os palácios e os parques em lugares de uso comum; o camponês, já que não pode reparti-los, tende a queimar os palácios e destruir os parques. O operário briga para resolver os problemas à escala nacional e de acordo com um plano; o camponês encara todos os problemas à escala local e adota uma atitude hostil diante da planificação centralizada. Está claro que um camponês também pode elevar-se à perspectiva socialista. Sob um regime proletário, massas camponesas cada vez mais amplas se reeducam no espírito socialista. Mas isso exige tempo, anos, talvez décadas. É preciso ter presente que nas etapas iniciais da revolução as contradições entre o socialismo proletário e o individualismo camponês adquirem frequentemente um caráter extremamente agudo (TRÓTSKI, 1977, p. 291-2).

Trótski punha em relevo, em inúmeros escritos, a potência revolucionária do campesinato enquanto classe, e não era diferente na China. Entre agosto e setembro de 1930, por meio de cartas enviadas à Oposição chinesa, afirmava que a guerra camponesa na China, as revoltas protagonizadas pelo campesinato contra o Kuomintang e os senhores da guerra no interior do país, podiam galvanizar a recomposição subjetiva e objetiva dos trabalhadores urbanos, aumentando suas forças morais. Entretanto, não deixava de assinalar que, como classe intermediária, o campesinato era incapaz de uma política independente, e necessitava da direção de uma das duas classes urbanas: a burguesia ou os trabalhadores. A história da luta de classes no século XX deu amplas mostras da correção desse raciocínio.

Partindo desse estudo social dos múltiplos interesses de classe entre trabalhadores e camponeses, Trótski investiga a composição dos próprios exércitos que defendiam os "sovietes" rurais.

> Acaso não estão os comunistas à cabeça das forças vermelhas na China? Acaso isso não exclui que haja choques entre os destacamentos camponeses e as organizações operárias? Não, não exclui […] Entre os dirigentes comunistas dos destacamentos vermelhos há indubitavelmente muitos intelectuais e semi-intelectuais que não passaram pela escola da luta proletária. Durante dois ou três anos vivem como comandantes ou comissários guerrilheiros; levam adiante batalhas, conquistam territórios, etc. Absorvem o espírito do ambiente que os rodeia. Enquanto isso, a maioria dos comunistas de base dos destacamentos vermelhos está indubitavelmente por camponeses que, com toda honestidade e sinceridade, consideram-se comunistas, mas seguem sendo pequenos proprietários revolucionários. Aquele que julga de acordo com as denominações e rótulos, e não de acordos com os fatos sociais, está perdido em política. E mais ainda quando se trata de uma política que se aplica com armas nas mãos […] Uma coisa é que um partido comunista, firmemente apoiado sobre o proletariado urbano, se esforce por dirigir, por intermédio dos operários, uma guerra camponesa. Outra coisa muito diferente é que alguns milhares, ou inclusive dezenas de milhares, de revolucionários, que realmente são ou que apenas se chamam de comunistas, assumam a direção de uma guerra camponesa, sem contar com uma séria base de apoio no proletariado. Esta é precisamente a

> situação na China, que favorecerá o perigo de choques entre os operários e camponeses armados (TRÓTSKI, 1977, p. 295-95).

Essa caracterização sociológica e política dos atores principais no interior da aliança revolucionária está fundada numa avaliação objetiva da situação concreta na China. Expõe com nitidez as dificuldades que sobressairiam à tona, anos depois, em meio à guerra civil chinesa de 1946-49. Trótski ainda aduz dois condicionantes, por assim dizer, psicológicos, que tenderiam a afastar os destacamentos camponeses chineses dos operários urbanos, fruto das condições materiais que regiam a vida durante a escaramuças guerrilheiras rurais dissociadas da dinâmica social das grandes cidades industriais. Um desses condicionantes dizia respeito ao estrato de comandantes do Exército Vermelho chinês que, habituado a mandar e ser obedecido, e sem nenhum controle por parte dos trabalhadores organizados, não aceitaria lidar com a democracia operária nas cidades. Outro condicionante se referia aos privilégios materiais dessa camada dirigente, que nos centros urbanos gozava das melhores instalações, tendo pouco em comum com as condições de vida da maioria oprimida da população[89].

A desídia da liderança do Partido Comunista Chinês em preparar essa aliança entre os trabalhadores urbanos e as tropas camponesas que dirigia nas guerrilhas rurais enfraquecia a potência do próprio movimento revolucionário chinês. Trata-se de uma visão lúcida sobre os acontecimentos. De fato, Trótski antecipa em 17 anos o curso concreto que os eventos tomariam com a formação da República Popular da China sob a direção de Mao. Comandantes e comissários guerrilheiros, tornados funcionários na cúpula do Estado operário deformado burocraticamente, afastariam as bases camponesas das funções decisórias, servindo-se de seus antagonismos com os trabalhadores urbanos para enfraquecer ambos, mantendo-os distantes entre si como condição de equilíbrio do novo governo.

3.5.2 As consignas democrático-radicais para a China

Na situação reacionária que se constituiu depois da derrota da revolução, que dizimou o Partido Comunista chinês e levou aqueles militantes que não haviam sido assassinados a

89 "O estrato dirigente do 'Exército Vermelho' camponês indubitavelmente adquiriu o hábito de dar ordens. A ausência de um forte partido revolucionário e de organizações proletárias de massas torna virtualmente impossível o controle sobre esse setor dirigente. Os comandantes e comissários aparecem como amos absolutos da situação e é muito possível que ao ocupar as cidades desprezem os trabalhadores. Suas exigências lhes parecerão frequentemente inoportunas ou pouco aconselháveis. Tampouco podemos esquecer 'bagatelas' tais como que, no interior das cidades, os quartéis e oficinas do exército triunfante não se instalam nos casebres proletários, mas nos melhores edifícios, nas casas e departamentos da burguesia. Tudo isso favorece a tendência da camada superior do exército camponês a sentir-se parte das classes 'cultas' e 'educadas', e não do proletariado" (TRÓTSKI, 1977, p. 296).

refugiar-se no campo – que deu origem à estratégia de guerra popular prolongada a partir do campo, de Mao Zedong – era impossível cobrir com um só salto a distância para uma nova revolução. Trótski ([1928] 2012), que analisou detidamente o processo chinês no documento *Crítica ao Projeto de Programa da Internacional Comunista*, confere um grande papel às demandas democráticas na China. Em especial, aquelas demandas democráticas estruturais que diziam respeito ao regime político e à opressão econômica estrangeira. Trótski argumenta que as consignas e normas da democracia se apresentam sob formas diversas para cada país segundo a etapa em que se encontre sua evolução. Essas consignas podem encerrar em si uma poderosa força propulsora, ao serem articuladas com uma estratégia transicional de superação revolucionária do capitalismo.

Havia nesse então, após a derrota de 1927, um certo período de estabilização relativa da situação na China, fruto da consolidação política da classe dominante. Certo ordenamento da circulação interna e das relações comerciais exteriores havia entranhado uma recuperação da atividade econômica. Essa recuperação não estava imune aos sobressaltos na dinâmica do conflito de classes na China; pelo contrário, havia surgido desse conflito, e poderia com ele modificar sua condição real. Sob a ditadura militar de Chiang Kai-shek, a retomada parcial da construção de rodovias e determinada regularização do câmbio eram, como mínimo, instáveis; mas a situação apresentava um caráter contrarrevolucionário, e isso teria de ser levado em conta em função dos resultados da luta.

Identificando a qualidade instável da recuperação, sem ignorar sua entrada em cena, Trótski dedica atenção à importância das demandas democráticas, e como estariam articuladas ao programa da revolução chinesa. Argumenta em *A questão chinesa depois do VI Congresso*, de 1928, que, com a soldadesca triunfante do Kuomintang no domínio provisório da situação, cada dia de estabilização produziria choques maiores entre esse militarismo burocrático, de um lado, e a massa pequenoburguesa da cidade e do campo, junto aos operários, de outro. Previa que antes que o desenvolvimento destas colisões as transformasse numa luta revolucionária clara, passariam provavelmente por uma espécie de estágio constitucional. As consignas da democracia formal "conquistam ou são capazes de conquistar não apenas as massas pequenoburguesas, mas também as grandes massas operárias", precisamente porque lhes oferecem "a possibilidade (ao menos aparente) de opor os seus desígnios à vontade dos generais, dos latifundiários e dos capitalistas" (TRÓTSKI, 2012, p. 260).

Ao mesmo tempo em que divergia da concepção mecânica de Stálin, que considerava que era impossível que os trabalhadores chineses pudessem saltar, em seu desenvolvimento, a etapa da democracia formal – a história da Rússia foi um exemplo do contrário – Trótski

também se contrapunha à visão de certos funcionários da Internacional Comunista, especialmente na China, que consideravam que a defesa das demandas democráticas teria um caráter conservador, e não se apresentava como uma tarefa urgente na China (e mais em geral no Oriente). A Rússia constituía um auxílio para pensar a situação chinesa, e a utilidade da consigna da Assembleia Nacional, da maneira que melhor se adequasse às particularidades da tradição política chinesa. Trótski evoca a experiência dos bolcheviques logo após a derrota da revolução de 1905, em que o Ministro do Interior, Pyotr Stolypin, aplicara um golpe de Estado a 3 de junho de 1907, restringindo ainda mais o por demais autoritário regime tsarista de Nicolau II. A própria Duma russa, o seu parlamento, tornara-se naquele momento um objeto manejável pela monarquia dos Romanov, e disposta sob as baionetas da polícia de Stolypin. Numa situação como essa, depois da derrota dos trabalhadores, a questão da política que orientaria o período de recuperação dos trabalhadores era fundamental.

> Strakhov diz que, precisamente, os oportunistas chineses aspiram a substituir a consigna dos sovietes pela consigna da Assembleia Nacional. É possível, provável, e inclusive inevitável. Toda a experiência do movimento operário mundial, e do movimento russo em particular, prova que os oportunistas são os primeiros em aferrar-se aos métodos parlamentares, e em geral, a tudo aquilo que se pareça com o parlamentarismo. Os mencheviques se aferravam à atividade na Duma, opondo-a à ação revolucionária. A utilização dos métodos parlamentares faz surgir inevitavelmente todos os perigos ligados ao parlamentarismo: ilusões constitucionais, legalismo, tendência aos compromissos, etc. Não se podem combater esses perigos senão por meio de uma orientação revolucionária de toda a política. Mas o fato de que os oportunistas prediquem a luta pela Assembleia Nacional não é em absoluto um argumento que justifique, de nossa parte, uma atitude negativa diante do parlamentarismo. Depois do golpe de Estado de 3 de junho de 1907 na Rússia, a maioria dos elementos dirigentes do Partido Bolchevique era favorável ao boicote de uma Duma mutilada e antidemocrática. Pelo contrário, os mencheviques estavam completamente de acordo em participar da Duma. Isso não impediu que Lênin interviesse vigorosamente para que fosse utilizado inclusive o "parlamentarismo" do 3 de junho, na conferência do Partido [Operário Socialdemocrata Russo], que na época ainda unia as duas frações. Lênin foi o único bolchevique que votou junto aos mencheviques a favor da participação do POSDR nas eleições. Evidentemente, a participação de Lênin não tinha nada a ver com a dos mencheviques, como o demonstrou toda a marcha posterior dos acontecimentos; não se opunha às tarefas revolucionárias, em verdade contribuía a elas durante a época compreendida entre duas revoluções (TRÓTSKI, 2012, p. 265).

Desse modo, era necessário conquistar o direito de renunciar ao parlamentarismo. A analogia com a Rússia se tornava muito pertinente para a reflexão dos problemas chineses. Mesmo no ano da revolução de Outubro, em 1917, a consigna democrático-radical da Assembleia Nacional fez parte do arsenal tático dos bolcheviques ao longo das batalhas pela maioria nos sovietes. As consignas estruturais da democracia, que versavam sobre a

transformação do regime político e a defesa dos interesses dos trabalhadores dentro dele, permitiram que os bolcheviques desativassem a influência dos partidos conciliadores sobre os trabalhadores urbanos e rurais. A conquista do poder em Outubro foi realizada também na medida em que os bolcheviques se tornaram os melhores defensores das demandas democráticas das massas russas[90], o que lhes permitiu ganhar influência majoritária entre as massas às custas do enfraquecimento dos dirigentes da "democracia pequenoburguesa", ou seja, dos mencheviques e socialistas-revolucionários. Na China, uma corajosa defesa das demandas democráticas, ligadas aos objetivos revolucionários, facultaria não apenas gerar desconfiança contra o regime de Chiang Kai-shek e promover rupturas de segmentos da pequena burguesia com o governo, mas poderia facilitar também a reorganização da vanguarda dos trabalhadores, a evolução de sua homogeneidade e a conquista da hegemonia de seu partido sobre as massas oprimidas.

É o que Trótski enfatiza em uma carta aos oposicionistas chineses intitulada *A palavra de ordem da Assembleia Nacional na China*[91], dois anos depois, em abril de 1930:

> Nas circunstâncias atuais – de contrarrevolução militar-burguesa – a primeira tarefa a resolver é a mobilização política do proletariado, que dirija as massas camponesas. A força das massas oprimidas reside em sua quantidade. Quando despertem, buscarão expressar politicamente essa força numérica mediante o sufrágio universal. […] Os milhões de trabalhadores apenas se aproximam da ditadura do proletariado através de sua própria experiência política, e a assembléia nacional seria um passo a mais nesse caminho. Por isso, levantamos essa consigna junto com outras quatro consignas da revolução democrática: entrega da terra aos camponeses pobres, jornada de trabalho de oito horas, independência da China e direito à autodeterminação para as nacionalidades que habitam o território chinês (TRÓTSKI, [1930] 2005, s/p).

O grande interesse em refletir sobre esta experiência é que, ao utilizar estas consignas democrático-radicais para *opor a vontade dos trabalhadores e camponeses* à vontade dos

90 "Como é sabido, a ditadura do proletariado é a que levou a cabo a revolução democrática na Rússia. Mas nosso partido [o Partido Bolchevique] só levou o proletariado à sua ditadura porque defendia com energia, perseverança e abnegação todas as consignas, todas as reivindicações da democracia, inclusive a representação popular baseada no sufrágio universal, a responsabilidade do governo diante dos representantes eleitos pelo povo, etc. Somente uma agitação assim permitiu ao Partido Bolchevique proteger os trabalhadores da influência da democracia pequenoburguesa, eliminar a influência desta sobre os camponeses, preparar a aliança entre operários e camponeses, e incorporar em suas fileiras os elementos revolucionários mais resolutos" (TRÓTSKI, 2012, p. 266).

91 Na mesma carta, sobre a hipótese teórica de que os trabalhadores chineses chegassem ao poder antes da convocatória da assembléia nacional, Trótski conclui que, "No período imediato, isso parece improvável, porque pressupõe a existência de um partido revolucionário do proletariado, poderoso e centralizado. Na falta deste, qual outra força unificará as massas revolucionárias desse gigantesco país? É lamentável que na China não haja um partido comunista forte e centralizado. É necessário criá-lo. A luta pela democracia é, precisamente, a condição necessária para isso. A consigna de assembléia nacional uniria os movimentos e insurreições regionais dispersos, lhes daria unidade política e assentaria as bases para a formação do partido comunista como dirigente do proletariado e de todas as massas trabalhadoras em escala nacional" (TRÓTSKI, [1930] 2005, s/p).

generais, capitalistas e latifundiários, dotava-se esta política de capacidade mobilizadora para por em questão os grandes temas nacionais, e por essa via iniciar o reagrupamento destes volumes de força material para o próximo ascenso. Em determinadas circunstâncias, a utilização móvel destas consignas servia como meio auxiliar para constituição de um partido revolucionário, indispensável para que qualquer revolução triunfe.

Retomando a experiência da Revolução de Outubro de 1917, Trótski ainda assinala dois temas interessantes. Em primeiro lugar, mesmo a existência de sovietes na China não seria razão suficiente para abandonar de antemão a consigna da Assembleia Nacional. A utilização da "tribuna livre da assembléia nacional" seria essencial para combater uma eventual maioria conciliadora dos sovietes e conquistar os trabalhadores para o programa revolucionário. Isto ajudaria a posteriormente substituir a Assembléia Nacional pelos sovietes. Em segundo lugar, no curso de 1917, os bolcheviques foram os maiores defensores da Assembléia Constituinte. Se tivesse sido convocada no início do ano, teria obrigado as classes dominantes a colocar todas as suas cartas sobre a mesa e o papel traidor dos conciliadores teria sido explicitado. O bloco bolchevique da Assembléia Constituinte teria conquistado grande popularidade e isso lhe permitiria ganhar a maioria dos sovietes. Em tais circunstâncias, ao contrário de atrasar a revolução proletária, a teria antecipado[92].

Os sovietes, enquanto órgãos da luta defensiva dos trabalhadores, passando a ser órgãos da insurreição e logo em seguida organismos de poder, sendo expressão organizativa da força centrípeta das massas em períodos revolucionários, não poderiam surgir em momentos de reação contrarrevolucionária como a da China em 1928. Assim, a consigna democrática da Assembleia Nacional poderia servir de galvanizador das forças defensivas a fim de reconstituir as capacidades de combate das massas. No mencionado documento *A questão chinesa depois do VI Congresso*, Trótski explica que:

> Se o Kuomintang se visse forçado a convocar a Assembleia Nacional, boicotaríamos essa instância? Não. Desmascararíamos impiedosamente a falsidade e a mentira do parlamentarismo do Kuomintang, e as ilusões constitucionais da pequena burguesia; exigiríamos a extensão integral dos direitos eleitorais. Ao mesmo tempo, nos lançaríamos na arena política para opor, no curso da luta pelo Parlamento, no curso das eleições, e dentro do próprio Parlamento, os operários e os camponeses pobres às classes possuidoras e seus partidos. Ninguém se encarregará de prever quais seriam para o partido, atualmente reduzido a uma existência clandestina, os resultados obtidos dessa maneira. Se a política fosse correta, as vantagens poderiam ser importantes. Mas neste caso, não está claro que o Partido

92 Se a Segunda Revolução ocorresse em julho ou agosto, e não em outubro, o Exército estaria menos exausto e debilitado na frente de batalha, e a paz com os Hohenzollern, certamente, teria sido um pouco mais favorável. Ainda, supondo que a Assembléia Constituinte não antecipasse a revolução proletária um dia sequer, a escola de parlamentarismo revolucionário teria deixado sua marca no nível político das massas, facilitando, assim, nossas tarefas posteriores à Revolução de Outubro (TRÓTSKI, [1930] 2005, s/p).

> Comunista pode e deve não somente participar nas eleições, se eventualmente forem decididas pelo Kuomintang, mas também exigir que impulsionem uma mobilização de massas ao redor dessa consigna? (TRÓTSKI, 2012, p. 268).

Ao intervir com resolução sobre o tema democrático da Assembleia Nacional, no período de relativa recuperação econômica e estabilização parcial do regime de Chiang Kai-shek, menos espaço restaria para os partidos intermediários, e mais fortaleza asseguraria para si mesmo o Partido Comunista. De fato, o centro de gravidade da política comunista repousava, nesse momento, em conquistar e preservar sua ligação com as massas, como condição prévia para a luta futura pelo poder. Trata-se de uma tradução, ao palco chinês da década de 1920, das lições estratégicas e táticas extraídas dos debates no III Congresso da Internacional Comunista de 1921, a combinação entre as consignas democráticas e a frente única de combate dos trabalhadores, após os acontecimentos de março na Alemanha que haviam representado o fim da primeira onda revolucionária do pós-Primeira Guerra Mundial[93]. E por que tal compreensão da realidade na China dizia respeito aos trabalhos da estratégia? Porque do que se trata, por parte do Partido Comunista, é de interferir no curso dos acontecimentos com sua experiência acumulada e alterar a balança da relação de forças. O fator subjetivo na época de decadência capitalista é de primeira importância. Nenhuma situação política se desenvolve apenas por efeito do fluxo objetivo, "cego", dos eventos. O papel de um partido em moldá-lo, em disputa com as direções das classes e frações de classe adversárias, não é indiferente a como as circunstâncias objetivas se desenham para a classe trabalhadora.

Sobre o problema da consignas democráticas, há um paralelo com os debates na Itália fascista da década de 1930. Tendo em mente a reflexão sobre a situação chinesa, também se expressaria Trótski acerca da articulação transicional das demandas democráticas no caso da Itália, em sua carta "Problemas da Revolução italiana", de maio de 1930. O regime fascista de Mussolini havia chegado ao poder fruto da derrota da revolução proletária de 1920. Como parte da política do chamado "terceiro período" stalinista, os partidos comunistas não só

93 "Se o proletariado chinês deve viver ainda vários anos (inclusive ainda que fosse apenas um ano) sob o regime do Kuomintang, poderá renunciar o Partido Comunista à luta pela extensão das possibilidades legais de todo tipo: liberdade de imprensa, de reunião, de associação, do direito de greve, etc.? Se renunciasse a esta luta se transformaria em uma seita inerte. Mas esta é uma luta pelas liberdades democráticas […] O Partido Comunista está lutando agora não pela conquista do poder, mas por manter e consolidar a sua ligação com as massas em nome da luta pelo poder no futuro. A luta pela conquista das massas está inevitavelmente ligada à luta desenvolvida contra a violência da burocracia do Kuomintang a respeito das organizações de massas, suas reuniões, sua imprensa, etc. No curso do próximo período, o Partido Comunista assumirá o combate pela liberdade de imprensa, ou deixará esta tarefa a um 'terceiro partido'? Limitar-se-á o Partido Comunista à apresentação de reivindicações democráticas isoladas (liberdade de imprensa, de reunião, etc.), o que equivaleria a um reformismo liberal, ou defenderá as consignas democráticas mais consequentes? No plano político, isso significa a representação popular baseada no sufrágio universal" (TRÓTSKI, 2012, p. 269).

rechaçavam qualquer aliança com os operários socialdemocratas em vista de objetivos práticos comuns na luta de classes contra a burguesia e o regime autoritário de Mussolini (a tática da Frente Única operária), como também ignoravam a utilização de consignas democráticas e democrático-radicais como "democratistas". Se era certo que em uma perspectiva histórica, o destino da Itália se reduzia – assim como diversos países do Ocidente nos anos 30 – à alternativa fascismo ou comunismo, afirmar que esta alternativa havia já penetrado na consciência dos trabalhadores era semear a ilusão de que estava resolvida a colossal tarefa que apenas se apresentava com toda a força aos frágeis partidos comunistas.

> Seguramente as massas trabalhadoras, tanto operárias como camponesas, uniriam suas demandas econômicas às consignas democráticas (tais como liberdade de reunião, de imprensa, de organização sindical, de representação democrática no parlamento e nas municipalidades). Significa isto que o Partido Comunista deve rechaçar estas reivindicações? Pelo contrário. Deverá combater por elas com a maior audácia e resolução, porque não se pode impor uma ditadura proletária sobre as massas populares. Só se pode realizá-la lutando – e lutando até o final – por todas as consignas democrático-transicionais, as reivindicações e as necessidades das massas e à cabeça das massas (TRÓTSKI, [1930] 1977, p. 901).

Ainda com diferenças consideráveis, especialmente na estrutura sócio-econômica dos países, há pontos de contato entre esta situação reacionária na Itália, na convulsiva década de 30, com o que se passava na China. Isso não significava adaptar-se às armadilhas "democráticas" da burguesia. Assim, enquanto que alentava a utilização da consigna da Assembléia Constituinte na Itália, Trótski propunha que a defesa de tal ou qual consigna democrática viesse lado a lado com o combate implacável contra a charlatanice democrática em todas as suas formas.

Justamente, a defesa das consignas democráticas devia se dar em chave transicional: chocando-se com o regime e o modo de produção capitalista. Nesse refinado encadeamento político, a defesa das consignas democráticas atua como operadora do enfraquecimento das ilusões constitucionais, e abriria caminho para a influência de uma estratégia insurrecional quando o momento objetivo permitisse a passagem da defesa ao ataque. O curso dos acontecimentos, que seguiu outro caminho através da orientação colaboracionista de Stálin, provou pela negativa a corretude do prognóstico de Trótski e da Oposição de Esquerda. Essa combinação entre as consignas democrático-radicais e a dinâmica programática da teoria da revolução permanente constitui uma das experiências de elaboração política mais fascinantes do século XX.

3.6 A Guerra Civil (1946-49) e os problemas econômico-sociais herdados pelo Kuomintang

A situação na China, a partir da invasão militar do Japão em agosto de 1937, foi dramática para os trabalhadores. Foram incontáveis as atrocidades cometidas pelo imperialismo japonês. Produto da brutalidade militar do invasor, os trabalhadores urbanos passaram a organizar a resistência, e adquirir com a defesa do próprio país o papel político protagonista que havia tido entre 1919 e 1927. Greves estouraram nos principais cotonifícios, em boa medida financiados por capital japonês, e as "revoltas do arroz", rebeliões contra a apropriação de grãos chineses pelas tropas japonesas, alastraram-se por cidades industriais como Xangai (PERRY, 1993; SPENCE, 1996). A batalha de classes estava aberta contra o opressor estrangeiro, e nas primícias da eclosão da Segunda Guerra Mundial a classe trabalhadora recuperaria suas forças morais tornando-se o principal baluarte da resistência antijaponesa.

Nesse contexto, o Kuomintang se viu acuado entre a pressão imperialista estrangeira, de um lado, e a resistência desesperada de trabalhadores e camponeses, do outro. Enquanto o governo do Kuomintang, vitorioso contra o Partido Comunista Chinês em 1927, recuava com a frágil burguesia nacional, o momento abriu caminho para certa reconquista de terreno do PCCh nas bases operárias urbanas. O Partido Comunista buscou recuperar posições sobre a base do sentimento nacionalista nas camadas mais qualificadas do proletariado, que resistiam à agressão imperialista com os poucos recursos disponíveis, sem direção e sem organização política. Assim, o PCCh passava de uma linha ultra-esquerdista (sequenciais levantes armados com pouca eficácia, resultando em levas de prisões de seus quadros, entre 1928 e 1933, acompanhando a linha do "terceiro período" stalinista) a uma linha oposta de "frente popular", ou de coalizão com as forças burguesas antijaponesas, reminiscente da estratégia que havia levado à derrota em abril de 1927.

Do ponto de vista da orientação do Partido Comunista, a política de colaboração com a burguesia nacional, no Kuomintang, foi recolocada em primeiro plano pelas ordenações da Internacional Comunista. Em primeiro lugar, ao reconquistar certa margem de manobra nas cidades, a estratégia do PCCh não foi alterada, e seguia com a política de "cercar as cidades a partir do campo". Simultaneamente, a adoção da linha das "Frentes Populares", desenvolvida pelos partidos comunistas europeus a partir de 1934, e sacralizada nas resoluções do VII Congresso da Internacional Comunista de 1935, basicamente reposicionava o Partido Comunista Chinês, sob a batuta de Mao, nos mesmos marcos estratégicos que levaram ao

desenlace trágico da segunda Revolução Chinesa. Quando os trabalhadores urbanos precisavam da maior coordenação interna, tomando as consignas democráticas em sua articulação transicional com um programa anticapitalista, sobre a base de uma política de independência diante do Kuomintang, a direção maoísta do PCCh buscava uma coexistência em termos pacíficos com Chiang Kai-shek, em nome do combate antijaponês. Tão necessária para a recomposição dos trabalhadores urbanos, e para sua conexão orgânica com o campesinato, a luta pela hegemonia política dos trabalhadores sobre os setores oprimidos foi novamente abandonada, para satisfazer as necessidades impostas pela burguesia chinesa aos comunistas. Esse quadro começará a ver alterações, no sentido do acirramento da disputa entre nacionalistas e comunistas, apenas no final da II Guerra Mundial e início da guerra civil, em 1946, por iniciativa não de Mao, mas de Chiang Kai-shek, sedento por livrar-se do PCCh. Do ponto de vista teórico, a concepção do "bloco das quatro classes" dentro da política das frentes populares era um bloqueio formidável ao desenvolvimento de uma linha de independência de classe na China.

Os japoneses sucumbiram na China em paralelo como sua derrota na Segunda Guerra. A China se encontrava em um estado material lamentável. Com o final da guerra, os trabalhadores em armas voltavam às grandes cidades, tornando o período de desmobilização militar um momento de reconhecimento agudo da destruição e da pobreza das famílias mais humildes. O debilitado Kuomintang fez os esforços que podia para impedir que esse espetáculo se transformasse no prelúdio de uma guerra civil, ao mesmo tempo em que buscava exterminar um fortalecido PCCh, que ganhara prestígio durante a guerra. A alta inflação, a desvalorização da moeda chinesa, a destruição da infraestrutura industrial deixada pelos japoneses e o desemprego resultante foram fatores que superavam as capacidades de contenção repressiva do Kuomintang. Nessas condições de desagregação estatal, a guerra civil chinesa (1946-49) abria caminho.

A revolução foi o produto da Segunda Guerra Mundial na China. Mesmo antes dos triunfos militares comunistas em Jinan, que fizeram soçobrar o último bastião de Chiang Kai-shek na província de Shandong, ou das vitórias de Lin Biao na Manchúria, as condições sociais e materiais de uma grande catástrofe para o Kuomintang estavam solidamente desenhadas. A guerra civil que opôs o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang pelo domínio da China efervesceu na combinação de um emaranhado de fatores, exibindo uma crise combinada de caráter territorial, econômico, militar e social.

A questão territorial de soberania nacional foi um fator fundamental. Desde as origens do proletariado chinês, a luta contra a opressão colonial estrangeira desempenhara um motor

de amadurecimento subjetivo da luta de classes, e não foi diferente diante da necessidade de expulsar o imperialismo japonês. O exército japonês havia derrotado as forças armadas de Chiang Kai-shek em inúmeras cidades, como Xangai, Nanquim e Wuhan, perpetrando massacres pelo caminho. Às portas da Segunda Guerra, a China se encontrava dilacerada em dez unidades territoriais: Manchukuo, a Federação da Mongólia Interior, o Nordeste da China, a China Centro-Oriental, Taiwan, além do regime do Kuomintang sediado em Chongqing, e a base comunista em Ya'nan, na província de Shaanxi. Cantão e Xinjiang constituíam outras unidades autônomas separadas, assim como o Tibete. Essa fragmentação da China acarretou penúrias inomináveis para a população trabalhadora, pois implicava a consolidação do brutal domínio militar japonês sobre a população. Isso foi exacerbado durante as batalhas da chamada "Operação Ichigo", em 1944, em que o Japão varreu o leste da China em represália contra as investidas chinesas. O Partido Comunista Chinês, enclausurado em Shaanxi, no Norte do país, seguia consolidando suas bases políticas entre o campesinato, enquanto as derrotas do Kuomintang aumentavam o antagonismo da população a Chiang Kai-shek.

Um segundo fator foi a influência maior da União Soviética sobre o fortalecimento das posições do PCCh. Na região da Manchúria, as tropas soviéticas favoreciam a expansão da influência política e militar de Mao Zedong. Depois da derrota e expulsão dos japoneses, a URSS incrementou o envio de armamento e suprimentos ao PCCh a fim de debilitar o Kuomintang nas zonas de fronteira e nas regiões industriais no Nordeste. O governo de Harry Truman envidou esforços para frear o desencadeamento de uma guerra civil, desfavorável a seus interesses, ao mesmo tempo em que o Pentágono fortalecia no possível os desmoralizados e enfraquecidos destacamentos militares de Chiang Kai-shek.

Outro elemento importante foi o incremento do prestígio político e das forças materiais do PCCh. Mao Zedong, que não abandonara as esperanças de conciliação com o Kuomintang – e participava através de Zhou Enlai das negociações de cessar-fogo com os nacionalistas – estava fortalecido politicamente. Em 1945, possuía um exército de 900 mil soldados, consideravelmente treinados e armados, experientes nas táticas de guerrilha e com tarimba em campanhas regulares na Manchúria (SPENCE, 1996; MÜHLHAHN, 2019). O Partido Comunista Chinês chegava a 1,2 milhão de membros, controlando uma área com centenas de milhões de habitantes, especialmente nas províncias industriais de Heilongjiang, Jilin e Liaoning (SPENCE, 1996), que haviam recebido enorme impulso durante a ocupação japonesa, e se tornariam o bastião da indústria pesada da República Popular na era Mao. O êxito das campanhas de reforma agrária – expropriação de grandes latifundiários e entrega das terras a famílias camponesas fiéis ao PCCh – nas províncias centro-orientais de Jiangsu,

Hebei e Shandong, além da base comunista de Shaanxi, incrementaram o prestígio das forças maoístas entre o campesinato. Percebendo que seus maiores aliados eram os camponeses pobres e os trabalhadores rurais – estritamente separados do proletariado urbano – os dirigentes maoístas entabularam uma série de modificações na estrutura da propriedade agrária nas regiões em que buscavam aumentar seu prestígio.

A degradação econômica sob o governo de Chongqing, sede do Kuomintang, deteriorava ainda mais as forças morais de Chiang. A destruição militar levou ao aumento galopante da inflação. Esse foi um problema que havia chacoalhado dinastias em toda a história chinesa, e que agora arruinava as tentativas de Chiang Kai-shek de ordenar o domínio nacionalista de maneira estável. O caos especulativo nas moedas regionais, dramaticamente desvalorizadas, degradava substancialmente o nível de vida da população que sofria pela escassez de recursos. A irresolução sobre a devolução das propriedades japonesas ao final da guerra prejudicava a organização de uma economia a nível nacional. Mais importante, a assombrosa taxa de desemprego urbano, resultante da desmobilização das tropas e do retorno dos soldados às regiões industrializadas (SPENCE, 1996), consagrava o terreno para a desestabilização. A indústria estava paralisada pela devastação bélica, e a desativação da produção militar não foi seguida pelo restabelecimento sólido e estável da produção de bens. Xangai, Cantão, Wuhan, Tianjin e outros centros produtivos se tornaram bolsões de ira operária.

Isso reverberou no plano da luta de classes. Apesar do controle do Kuomintang sobre todas as atividades sindicais durante a Segunda Guerra Mundial, e do fato de que a Associação dos Trabalhadores Chineses fosse comandada com punhos de ferro pela Gangue Verde, greves operárias eclodiram ao final da Segunda Guerra.

> Em 1946, houve 1716 greves e outras disputas trabalhistas em Xangai, todas decretadas em violação das leis nacionalistas que exigiam o arbitramento de juntas oficiais de mediadores antes de parar o trabalho. Os comunistas tinham se infiltrado em muitos sindicatos […] Membros do PCCh tinham se instalado às ocultas na Indústria Têxtil Nacional de Xangai Número 12, na Coletoria da Alfândega de Xangai, na fábrica de Máquinas Dalong, na Companhia Francesa de Água, Energia e Bondes, no Cotonifício Número 9, na Companhia de Energia Elétrica de Xangai e em várias lojas de departamento da cidade. Esquemas semelhantes se desenvolveram em outras cidades com concentração industrial, como Tianjin, Wuhan e Cantão (SPENCE, 1996, p. 476).

Às greves operárias, o governo do Kuomintang ensaiou respostas que tratavam de aplacar os ânimos com concessões salariais e certa restrição na oscilação dos preços das mercadorias básicas. A situação era tão dramática que Chiang Kai-shek tentou instituir um

fracassado plano de controle de salários e preços, fixando a preços reduzidos uma gama de produtos de consumo básico, essenciais para a reprodução diária da classe trabalhadora, entre os quais o arroz, a farinha, o sal, o açúcar, o combustível, o óleo e o algodão (SPENCE, 1996). Mesmo assim, a inflação, fora de controle, carcomia o poder de compra dos chineses[94]. A fome grassava nos centros industriais e no campo. A situação havia se virado contra o Kuomintang. A derrota de Chiang na Guerra Civil estava selada.

Segundo Spence (1996), os pontos estratégicos ainda detidos pelos nacionalistas, na primavera de 1947, contavam com um corredor de ligação de Pequim até a Manchúria; um a sudoeste, de Pequim a Taiyuan; um a noroeste, de Pequim até Baotou; e um último corredor na província de Shandong, que ligava Jinan ao porto de Qingdao (SPENCE, 1996). Mas os comunistas controlavam todas as regiões internas que cercavam esses enclaves, e conseguiram uma série de vitórias militares. O comandante Peng Dehuai conseguiu reaver para o PCCh o antigo bastião de Ya'nan. Lin Biao, por sua vez, obteve vitórias decisivas na Manchúria. Zhu De, comandante-em-chefe de todos os exércitos comunistas, derrotou o núcleo central do Exército do Kuomintang, em Nanquim, Wuhan e Xangai. Chiang Kai-shek renunciou à presidência em janeiro de 1949. O caminho estava aberto para a proclamação da República Popular da China, que seria selado no dia 1 de outubro de 1949.

O aumento do prestígio do PCCh, que dependeu em grande medida do programa de expropriação dos latifúndios que tinha feito o partido relutar em toda a etapa anterior, derivava nos centros urbanos especialmente do descontentamento dos trabalhadores pelo governo do Kuomintang. A burocracia militar do partido-exército disciplinava rigidamente os trabalhadores, e impediu que sua auto-atividade se desenvolvesse por fora do controle estrito do PCCh. Não eram os trabalhadores chineses os que se apoderavam das forças produtivas e organizavam de maneira democrática os recursos econômicos. Também não estavam de posse de seus organismos de auto-organização democrática, do tipo dos conselhos, para dirigir os rumos da política. A República Popular nasceu como um Estado operário burocraticamente deformado, que privava os trabalhadores da direção da economia e da política. Trabalhadores e camponeses estavam submetidos aos desígnios da direção maoísta do Partido Comunista

94 "Mesmo com notas de valor enorme e comerciantes apressando-se a trocar as tabelas de preços várias vezes ao dia, havia pouca esperança de poder com as transações ordinárias de dinheiro. Um saco grande arroz (pesando cerca de 77 quilos) era vendido por cerca de 6,7 milhões de yuanes no início de junho de 1948, passando para 63 milhões em agosto. No mesmo período, um saco de 22 quilos de farinha foi de 1,95 milhão para 21,8 milhões de yuanes, e um barril de 83 litros de óleo de cozinha subiu de 18,5 milhões para 190 milhões de yuanes. Os preços no verão de 1937 da mesma quantidade desses produtos eram de 12, 42 e 22 yuanes respectivamente" (SPENCE, 1996, p. 478).

Chinês, um partido-exército com um programa de reformas nacionais, resolutamente oposto ao desenvolvimento internacional da revolução.

A *Resolução sobre a Terceira Revolução Chinesa e suas Consequências*, elaborada em outubro de 1955 pelo *Socialist Worker's Party* (SWP) dos Estados Unidos, buscava compreender esses acontecimentos. Nesse documento, escrito seis anos depois da tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês, essa organização de tradição trotskista buscava interpretar a importância da revolução chinesa no panorama político mundial. Uma das afirmações mais substanciais era que o triunfo chinês impedia o lançamento de uma nova guerra mundial por parte dos Estados Unidos (que não conseguira reduzir a cinzas o novo regime em Pequim com a Guerra da Coréia entre 1950-53) contra o bloco soviético, formado a partir dos acordos de Yalta e Potsdam no pós-Segunda Guerra. Entretanto, mostrava também a continuidade da linha de conciliação de classes que permanecia na estratégia maoísta, e que havia praticamente posto a perder a luta heróica dos trabalhadores chineses.

É importante tomar em detalhe essa apreciação geral dos fatos:

> No final de 1936, os exércitos japoneses conquistaram as porções costeiras do território chinês, e estenderam seus tentáculos em direção à parte central do país; as massas se encontravam em revolta aberta contra Chiang [Kai-shek]. Milhares de greves e manifestações de estudantes e trabalhadores ocorreram nas cidades. A luta contra o invasor estrangeiro tendia a se fundir com a guerra contra o opressor interno […] Precisamente no auge desse movimento de massas, os stalinistas aboliram os "sovietes" chineses, dissolveram o "exército vermelho", abandonaram a reforma agrária; em resumo, subordinaram tudo, mais uma vez, à colaboração de classes, em nome da luta anti-japonesa. Perseguiram essa linha de conduta, parte componente dos acordos de Yalta, durante toda a guerra. Depois da rendição do Japão, os EUA, com a anuência de Stálin, procurou impor à China a velha ordem do Kuomintang. Um novo levante se deu por parte das massas chinesas, parte da onda revolucionária mundial do pós-Segunda Guerra. Mais uma vez os stalinistas chineses, como os stalinistas da Europa Ocidental, resistiram à pressão das massas de trabalhadores, camponeses, estudantes, que se reuniam sob sua bandeira para uma batalha final contra a ordem existente. Diferentemente das burguesias europeias, entretanto, que em nome da preservação de seu domínio convidaram os stalinistas ocidentais a seus gabinetes de governo, na China Chiang os repeliu, abrindo uma guerra de aniquilamento contra Mao e o PCCh (SWP, 2019, p. 4).

A ruptura de Mao com o Kuomintang fora imposta por Chiang, e não uma escolha estratégica. Mesmo quando obrigados, por questões de sobrevivência diante da guerra de aniquilamento desencadeada pela burguesia chinesa, a romper com Chiang Kai-shek, a direção stalinista do PCCh o fazia com a mesma teoria do "bloco das quatro classes" (isto é, conciliando os interesses de classes antagônicas). A reforma agrária fora levada adiante em etapas graduais, de modo cuidadoso para não contrapor, segundo o pensamento maoísta, os

latifundiários progressistas. A expropriação *de facto* da terra só se levou adiante depois da agressão imperialista estadunidense na Coréia.

A direção stalinista na China fora obrigada a ir mais longe do que gostaria na ruptura com a sociedade capitalista, em função da vigorosa luta revolucionária, de um lado, e da ofensiva militar anticomunista de Chiang, de outro. A orientação de Mao entrava em colisão com as massas a cada estágio ascendente da luta, a cada etapa decisiva do processo revolucionário, com o objetivo de impedir que a classe operária chinesa emergisse como uma força política independente na arena histórica daqueles anos escaldantes. Como antecipara Trótski em 1932, acerca da necessidade de prever os choques inevitáveis entre o exército camponês dirigido pela burocracia do PCCh e os operários urbanos, estes foram permanentemente desmoralizados pela conduta burocrático-militar dos stalinistas chineses. O PCCh desencorajou deliberadamente as lutas operárias, exigindo que aguardassem sempre as ordens do Exército de Libertação e abandonassem as iniciativas de auto-organização[95].

As posições do SWP estadunidense foram se tornando mais equivocadas com o passar dos anos, passando a relativizar a postura reacionária da burocracia maoísta em comparação com a burocracia da União Soviética[96]. Entretanto, resulta interessante constatar na leitura de 1955 uma interpretação mais sóbria acerca dos movimentos político-estratégicos da direção do PCCh.

3.8 A estratégia de Mao: a guerra popular prolongada e a aliança política com a burguesia nacional

95 No mesmo documento de 1955 do SWP, lemos que: "Depois da derrota da segunda revolução chinesa [1925-27], os stalinistas chineses recuaram das cidades e estabeleceram no campo a base de um exército camponês. Por um período de 20 anos, usaram essa força armada para dominar as massas camponesas atrasadas e dispersas. Dessa maneira, a burocracia incontrolada, cínica e auto-complacente consolidou seu domínio. Aplicaram à revolução os métodos do engano e do ultimatismo a fim de, em cada estágio, salvaguardar os seus interesses, o seu poder, os seus privilégios […] A deformação stalinista da Terceira Revolução Chinesa tornou seu desenvolvimento mais custoso, convulsivo e prolongado. Os stalinistas chineses chegaram ao poder porque a classe operária da China fora desmoralizada pelas contínuas derrotas sofridas, durante e depois da segunda revolução chinesa, e pela deliberada política do PCCh, que subordinou as cidades, e em primeiro lugar o proletariado, aos métodos da luta militar nas zonas rurais, bloqueando a emergência da classe trabalhadora como força política independente" (SWP, 2019, p. 6).

96 Entre outras questões, a *Resolução sobre a Disputa Sino-Soviética* do SWP, de abril de 1963, postulava que, ao contrário da crença de Moscou na possibilidade de que o imperialismo mundial pudesse ser neutralizado sem que os trabalhadores tomassem o poder nos Estados capitalistas mais avançados, a burocracia chinesa seguia acreditando na necessidade de derrubar o imperialismo mundial. Ademais, a resolução considerava que a China adotava uma postura mais à esquerda que a direção de Moscou em todos os principais problemas da luta de classes mundial na década de 1960, como na luta dos povos coloniais, a questão da guerra e da paz, e a do internacionalismo, sem dar elementos probatórios convincentes acerca dessas afirmações. É importante notar que, mesmo aqui, entretanto, a resolução exprime que essas definições não implicam que o Partido Comunista Chinês tivesse deixado de lado sua herança stalinista e seu caráter burocrático (SWP, 2019, p. 30).

É incorreto dizer que a classe trabalhadora não desempenhou um papel de destaque nas lutas sociais do período que vai de 1927 a 1949. Esse, que foi um lapso histórico concentrado das maiores destruições vividas no território chinês, e de brutalidades inomináveis, tributárias de guerras e ocupações, viu grandes gestas operárias de resistência. Mais seguro de sua força e ciente da sua importância na produção, esse proletariado tinha em 1945 uma figura muito distinta daquele de 1927. Era mais numeroso e mais qualificado, experimentado na guerra e na arte bélica, treinado em operações mecânicas mais complexas, todas as quais se viram multiplicadas pela maquinaria militar (SPENCE, 1996). Entretanto, tão ativo nas lutas de resistência desse momento, esse mesmo proletariado era menos organizado. Já não havia participado das gestas revolucionárias que nasceram ao final da Primeira Guerra Mundial. Contrariamente àquela geração, não tinha praticamente qualquer relação com o Partido Comunista Chinês.

Esse *atraso subjetivo na consciência estratégica* da vanguarda do proletariado chinês do pós-Segunda Guerra pode ser seguramente atribuído aos desígnios do próprio Partido Comunista Chinês. O heroísmo inigualável de um proletariado surgido recentemente dos moldes da história, que como o russo havia emigrado do campo em sucessivos contingentes, não tinha seu correlato em termos de organização revolucionária. Se na revolução de 1925-27 o Partido Comunista desaparecera no momento decisivo, dissolvido no interior do Kuomintang segundo as diretrizes de Stálin, no período da guerra civil entre 1946-49 o Partido Comunista já não era o partido dos trabalhadores chineses. A República Popular da China surgiu como um *Estado operário burocraticamente deformado*, ou seja, um Estado operário que já em seu nascedouro emergia burocratizado, encimado por uma casta de oficiais que expropriava politicamente os trabalhadores que haviam atuado como força material para a derrota dos nacionalistas. Um setor da classe trabalhadora industrial obteve importantes conquistas fruto da expropriação da burguesia e da nacionalização dos grandes meios de produção na China. Mas a classe trabalhadora estava irremediavelmente afastada de qualquer decisão política, sem seus organismos de auto-organização, e sem o seu partido. Na China que havia expropriado os capitalistas, a burocracia reinante estava disposta a colaborar com a preservação da "ordem de Yalta", com a divisão hegemônica partilhada entre Estados Unidos e URSS durante a Guerra Fria, e bloquear o desenvolvimento internacional da revolução. Em perspectiva, esse reformismo nacional sobre a base das conquistas da Revolução de 1949 abonou o terreno para as tendências restauracionistas do capitalismo na China, que se fortaleceriam com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética.

Com seu centro de gravidade no campo, o PCCh estava separado do tortuoso e árduo processo de recomposição de uma classe operária que nas grandes cidades havia sofrido a derrota de 1927, imposta pela estratégia desastrosa da Internacional Comunista de Stálin. Os camponeses, que seriam a verdadeira base social do partido-exército em que se estruturaria o Partido Comunista, e que por meio de sacrifícios tenazes desempenharam um papel crucial nos combates revolucionários, estavam rigorosamente afastados da classe trabalhadora urbana. A separação entre os trabalhadores e os camponeses pobres foi um problema estratégico nodal. Pelas contingências da história, essa divisão social se fez sentir *depois* do triunfo da Revolução, que levou o PCCh ao poder ao mesmo tempo em que desativava a aliança política entre as classes oprimidas.

> As mesmas causas objetivas, sociais e históricas que determinaram a aparição de Outubro na Revolução Russa se apresentam para a China, e com um aspecto ainda mais acentuado. Os polos burguês e proletário da nação estão opostos na China com mais intransigência ainda, se é que isso é possível, do que na Rússia. Isso porque, de um lado, a burguesia chinesa nasceu diretamente ligada ao imperialismo estrangeiro e a seu aparato militar; de outro lado, o proletariado chinês tomou contato, desde o início, com a Internacional Comunista e a União Soviética. Numericamente, o campesinato chinês representa dentro do país uma massa muito mais considerável que o campesinato russo. Mas, enclausurado pelas contradições mundiais, o campesinato chinês é ainda mais incapaz de desempenhar um papel dirigente do que o campesinato russo […] Essas premissas sociais e políticas, cuja importância é indiscutível, mostram que, para a terceira revolução chinesa, não apenas caducou a fórmula da ditadura democrática, mas que, apesar de seu grande atraso (ou justamente por causa dele), a China não passará, diferentemente da Rússia, por um período "democrático", nem sequer de uma duração de seis meses, como foi o caso, de novembro de 1917 a julho de 1918, na Revolução de Outubro. Desde o início deverá levar a cabo uma grande transformação e suprimir a propriedade privada na cidade e no campo (TRÓTSKI, 2012, 206).

Essa previsão de Trótski, feita em 1928 logo após a derrota da insurreição de Cantão, é um exemplo da precisão com que as perspectivas da encruzilhada histórica chinesa se afiguravam à luz da estratégia revolucionária do marxismo também em 1949. É possível dizer que o elo da cadeia se rompeu no ponto decisivo, o do partido revolucionário. Desenvolveu-se a combinação fatal entre a separação de operários e camponeses, ao invés da reunião dos esforços camponeses sob a direção da vanguarda proletária, e a ausência de uma estratégia internacional *permanentista* que pudesse derrotar o imperialismo e a burguesia nacional, expandindo a revolução internacionalmente.

Assim, examinando a aproximação realizada por Mark Selden e Elizabeth Perry para o período de 1927 a 1949 sobre a atividade operária chinesa, não é descabido identificar o protagonismo operário mais expressivo nas lutas sociais até 1927. Mas essa constatação não

poderia, em qualquer exame coerente, diminuir a gravidade da atividade operária nas décadas de 1930 e 1940. Se não emergiu à luz como nas décadas anteriores, isso se deu em especial pelos efeitos devastadores da ocupação militar japonesa e da Segunda Guerra Mundial, do ponto de vista objetivo. Quanto ao aspecto subjetivo, essa marginalização se deu especialmente produto da derrota revolucionária que a havia desmoralizado e desorganizado, e do papel da burocracia do Partido Comunista Chinês em privar-lhe de direção, e mesmo de um partido. Entretanto, apesar disso, *a resistência defensiva da classe trabalhadora chinesa preparou as condições para a derrota dos nacionalistas na guerra civil e o triunfo da Revolução em 1949*.

Essa equação em que a classe trabalhadora chinesa esteve inserida determinou o curso de sua situação no pós-revolução de 1949. Privada de organização revolucionária, teve de se submeter ao autoritarismo do então poder dirigente no país. O Partido Comunista Chinês impôs, não a primazia da democracia operária do tipo dos conselhos, mas uma ditadura sobre os trabalhadores. Junto ao campesinato pobre, os trabalhadores urbanos foram sujeitados a um ciclo de superexploração selvagem para a elevação e concentração das forças produtivas de um país economicamente atrasado, que desde o nascedouro da República Popular cortava seus laços com a revolução internacional.

O maoísmo não representou a continuidade, e sim a ruptura, com as fundações do marxismo na China, da mesma maneira que o stalinismo representou a negação contrarrevolucionária do bolchevismo. A partir da década de 1960 a China e a União Soviética atuaram como polos rivais na Ásia em meio à Guerra Fria. Mas a rivalidade se circunscrevia aos interesses nacionalistas particulares de cada burocracia. A animosidade entre Moscou e Pequim não anulava a estratégia compartilhada da conciliação de classes, por essas versões díspares de um mesmo fenômeno social: o autoritarismo burocrático que expropria politicamente aos trabalhadores o triunfo revolucionário em um país economicamente atrasado e isolado. Em ambos os casos, por caminhos distintos e com resultados políticos diferentes, a experiência autocrática terminou na restauração social das formas de propriedade capitalistas. No caso da Rússia, a queda do stalinismo se refletiu no desaparecimento do Partido Comunista da União Soviética. No caso da China, o Partido Comunista Chinês foi o ordenador e beneficiário político direto da restauração capitalista.

A concepção estratégica de Mao, a da "guerra popular prolongada", tinha como pressuposto que a revolução que se apresentava no horizonte chinês estava dirigida contra o imperialismo e o feudalismo, e *não contra o capitalismo*. Durante a luta contra o imperialismo japonês, Mao deixa claro que, em sua concepção, esse caráter da revolução –

antifeudal e antiimperialista, mas não anticapitalista – permaneceria por longo tempo[97]. Esse era o prognóstico da Internacional Comunista dirigida por Stálin, que logo depois da derrota de 1927 fez grandes esforços para mostrar que a "terceira revolução" na China não poderia abrir caminho para a classe trabalhadora conquistar o poder. Deveria, pelo contrário, entronizar o poder político da burguesia chinesa, para cuja consecução era evocada a colaboração direta do proletariado chinês. Mao estava em sintonia com as diretrizes de Moscou. Daí que, para Mao, as forças motrizes da revolução na China, em meio à guerra de libertação nacional, incluíssem não apenas a classe operária e o campesinato, mas também os segmentos da burguesia nacional, e mesmo os latifundiários classificados como "sensatos". Era uma estratégia de colaboração de classes com a burguesia nativa, em que os esforços revolucionários deveriam ser levados adiante por uma coalizão entre a burguesia chinesa, a pequena burguesia urbana, os camponeses e o proletariado (o bloco das quatro classes), que teria seu papel no cenário dos acontecimentos determinado por essa aliança política.

Ignorando as lições das décadas anteriores, essa política se concretizava na busca constante de uma aliança com o Kuomintang de Chiang Kai-shek. Como dizem Emílio Albamonte e Matías Maiello (2017), o caráter prolongado da guerra popular preconizada por Mao era indissociável desta frente política estratégica com a burguesia:

> Assim, qualquer política que superasse os marcos programáticos aceitáveis pela burguesia era para Mao um ataque criminoso, "oportunista de esquerda", uma política "trotskista". Esta negativa se aplicava não apenas ao programa anticapitalista, mas também à revolução agrária que implicava expropriar os latifundiários, apoio fundamental de Chiang Kai-shek […] Ou seja, para Mao, a frente com o Kuomintang é a peça político-estratégica para o triunfo da estratégia militar de resistência em profundidade contra o imperialismo japonês. Dessa forma, Mao defendia em grande medida a política que havia levado ao fracasso a revolução de 1925-27, com a diferença de que ele nunca aceitou dissolver o Partido Comunista Chinês no Kuomintang – o que era um requisito mínimo para conseguir a sobrevivência física do PCCh, frente a uma realidade em que os principais esforços de Chiang Kai-shek estiveram postos historicamente em eliminar os comunistas (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017, p. 369).

Para garantir essa aliança, o Partido Comunista deveria colocar limites ao movimento de massas. Era responsabilidade do PCCh, em nome do triunfo da frente única política antijaponesa, proteger os capitalistas nacionais das massas e assim estabelecer limites na luta de classes[98]. Em 1938, Mao assegura a veracidade dessa concepção e enfatiza a hierarquia

97 Ver *Sobre a tática na luta contra o imperialismo japonês*, dezembro de 1935. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mao/1935/12/27.htm.

98 No mesmo escrito de Mao sobre a tática da luta antijaponesa, de 1935, escreve que: "No período da revolução democrático-burguesa a república popular não abolirá a propriedade privada que não seja imperialista ou feudal e, em lugar de confiscar as empresas industriais e comerciais da burguesia nacional, estimulará seu desenvolvimento. Protegeremos todo capitalista nacional que não respalde os imperialistas e

que, na estratégia da guerra popular prolongada, a burguesia teria junto aos trabalhadores para a libertação nacional:

> Em todo nosso trabalho, devemos perseverar na política de frente única nacional antijaponesa. Porque apenas com essa política podemos persistir na Resistência e na guerra prolongada; conquistar uma melhoria geral e profunda das relações entre oficiais e soldados, entre exército e povo; despertar ao máximo o entusiasmo do exército e do povo inteiros na luta pela defesa de todo o território que se mantém ainda em nosso poder e pela recuperação do território perdido, logrando assim a vitória final (MAO, 1972, p. 90).

Fundiam-se nesse cadinho o aspecto militar e o político da estratégia de "guerra popular prolongada". Diferentemente da orientação de dissolução partidária levada adiante pelo PCCh na década de 1920, Mao foi obrigado pelas circunstâncias a preservar a estrutura organizativa dos comunistas. Entretanto, a conservação organizativa dos comunistas não eliminava o fundamental, a saber, a subordinação política ao Kuomintang. Uma dimensão "filosófica" desse pensamento de Mao pode ser detectada em suas reflexões *Sobre a Contradição*, de 1937, em que argumenta que, quando imperialismo desata uma guerra de agressão, a contradição entre o imperialismo e o país atacado ganha primazia sobre todas as demais, incluindo aquelas divisões entre as classes internamente à nação agredida[99].

Sob esta ótica, inspirada na concepção de que o êxito da frente única antijaponesa exigia frear a luta de classes contra os capitalistas, era inevitável o abandono da estratégia da revolução socialista como força motriz para a libertação nacional. Fica cumprida a separação entre os objetivos militares contra o Japão e a preparação política para a atuação independente da classe trabalhadora, a divisão entre a luta antijaponesa e a revolução socialista. O desenlace da guerra civil de 1946-49 foi um momento revelador sobre o veredito da história acerca da estratégia maoísta. Apenas quando se começou a superar a limitação do programa

---

os entreguistas da pátria chinesa. Na etapa da revolução democrática, a luta entre trabalhadores e capitalistas deve ter seus limites". Ver *Sobre a tática na luta contra o imperialismo japonês*, disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mao/1935/12/27.htm.

99 "Quando o imperialismo desata uma guerra de agressão contra um país [semicolonial], […] a contradição entre o imperialismo e o país em questão passa a ser a contradição principal, enquanto todas as contradições entre as diferentes classes dentro do país (incluída a contradição, que era a principal, entre o sistema feudal e as grandes massas populares) ficam relegadas temporariamente a uma posição secundária e subordinada". Ver em *Sobre a Contradição*, disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/08/contra.htm.

revolucionário, e se renunciou aos limites à luta de classes[100], tornou-se possível a derrota definitiva do imperialismo através da derrota do Kuomintang.

3.9 A República Popular da China (1949-78)

Da Revolução de 1949 até o início das reformas de abertura, em 1978, a China passou por um processo de industrialização considerável, com a edificação dos pilares da industrialização urbana, em base à extração do excedente rural. Em *The China Boom: Why China Will Not Rule the World* (2015), Ho-fung Hung reflete sobre o principal mecanismo de modernização produtiva urbana adotado pelo regime maoísta, que se configurava na condensação e centralização do excedente produtivo agrícola, historicamente disperso pelas províncias durante a China imperial, e seu direcionamento para a industrialização urbana. Segundo o autor, o soerguimento das primeiras grandes empresas estatais chinesas (focadas na indústria pesada), e a infraestrutura motriz para o aumento da produtividade industrial nas cidades, foi realizado através de um processo de não equivalência entre os preços dos produtos urbanos e agrícolas, em que os produtos industriais eram trocados vantajosamente diante da produção agrária (HUNG, 2015). No mesmo sentido, Nicholas Lardy (2014), em *Markets Over Mao: the Rise of Private Business in China*, trata a política econômica das primeiras décadas após a ascensão do Partido Comunista Chinês ao poder como uma tentativa sistemática de concentrar recursos rurais para o impulso da industrialização urbana, algo que conseguiu com duas políticas complementares: a de baixos salários aos trabalhadores urbanos, e a de imposição de preços artificialmente reduzidos para os produtos rurais em detrimento dos produtos urbanos (LARDY, 2014).

John King Fairbank (2006) também discorre sobre o produto rural como impulsor da industrialização urbana, enfatizando a medida suplementar do controle da inflação, o que incrementou substancialmente o prestígio do Partido Comunista diante da catastrófica situação econômica da China. Tratava-se de um objetivo de primeira ordem, na medida em que a inflação custara o enfraquecimento da hegemonia do Kuomintang, depois da expulsão japonesa. Assim, segundo Fairbank, apossando-se do sistema bancário, a direção maoísta conseguiu controlar todo o crédito nacional. Partindo dessa primeira conquista, a composição

100"A estratégia de uma 'frente nacional' com subordinação do movimento revolucionário à aliança com o camponês rico, segmentos da burguesia e com os latifundiários, não apenas foi crucial na derrota da segunda revolução chinesa, mas também na terceira revolução foi necessário abandoná-la para conquistar o objetivo político da libertação da China frente ao imperialismo. O que mostra a história da segunda e da terceira revoluções na China é a grande força moral dos trabalhadores e camponeses na luta por sua emancipação, e não a produtividade de generalizar a estratégia da guerra popular prolongada" (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017, p. 381).

de associações comerciais nacionais colocou nas mãos do Partido Comunista o controle sobre o intercâmbio de bens, prioritariamente a produção agrária, segmento econômico donde se extrairia o trabalho excedente, que serviria para o desenvolvimento da indústria. Finalmente, a instituição de um sistema de remuneração não baseado em dinheiro, mas em bens diretos de consumo (grãos, óleo, vestimenta, etc.) tornou o salário dos trabalhadores independente da inflação, estabilizando o fluxo de dinheiro e de bens. Essas medidas combinadas, sem resolver os problemas estruturais herdados da devastação militar do país, conseguiu reduzir a inflação (FAIRBANK, 2006).

A relação entre campo e cidade foi, portanto, fundamental. Nos primeiros anos da República Popular da China, o regime de Mao Zedong havia concentrado forças na reforma agrária, com o fracionamento das grandes propriedades de terra e sua entrega às famílias camponesas. O campesinato havia sido por muitos anos a base de apoio do PCCh, e o problema da terra era um aspecto incontornável da revolução. Com o final da guerra civil, e certa estabilização mínima da economia com a integração nacional, houve sensível melhoria das condições de infraestrutura rural. Isso se dava dentro dos limites impostos pela conformação autoritária da política nacional, em que o Partido Comunista Chinês tornava-se o novo latifundiário por excelência, fixando a distribuição regular de grãos e os camponeses em suas terras de origem com o *hukou*, guardando-se vigilante de possíveis insurreições camponesas na hipótese de suas demandas básicas não serem satisfeitas.

> A estrutura da coletivização agrária foi culminada em 1958 através do estabelecimento de comunas. O tamanho singular da operação, muito maior do que imagina a maioria dos estrangeiros, mostra uma especial capacidade chinesa. Na medida em que a coletivização foi concluída em 1958, o agricultor individual encontrou-se sob seis níveis de administração – no topo, estava o nível provincial, seguido pelo distrital, o municipal, as comunas, as brigadas e as equipes de produção. Sob os 2.000 municípios da China se encontravam 70.000 comunas. Cada comuna era geralmente comparável, quanto a seu tamanho, a uma antiga comunidade mercantil. Sob essas 70.000 comunas se encontravam 750.000 brigadas, cada uma das quais tinha aproximadamente o tamanho de um vilarejo, contendo ao redor de 220 domicílios, ou estimadamente 1.000 pessoas. Sob as brigadas havia 5 milhões de equipes de produção, cada uma das quais com aproximadamente 33 domicílios ou 145 pessoas (FAIRBANK, 2006, p. 354).

Com essa complexa estrutura, o Estado chinês estabelecia um monopólio de grãos, e ao mesmo tempo colocava nas mãos do Partido Comunista as chaves do direcionamento do excedente produtivo extraído do campo. A atenção à produção agrícola como fonte central do mais-produto nacional foi tremenda, e as relações do PCCh com o campo foram relativamente facilitadas pelo fato de ter se constituído como partido rural, fundado no campesinato, a partir

de 1927. De uma perspectiva histórica, a sensação escorchante do campesinato frente ao domínio nacionalista foi atenuado diante dos administradores do PCCh, frente aos quais emergia o sentimento de que o camponês se tornara um provedor do Estado, e não um servo. A penetração prévia do PCCh no campo[101] teve o efeito contraditório de conferir maior estabilidade sobre a proporção majoritária da população chinesa, que passou a ser a força de trabalho migrante para atender a demanda da industrialização urbana.

Os planos de transferência do excedente rural para o âmbito urbano encontrava um obstáculo na tradicional produção em pequena escala. Os incentivos para a maior produção não se sustentavam por muito tempo, e o agricultor individual não tinha interesse em maiores esforços que o obrigassem a entregar a preços rebaixados os frutos de seu trabalho (FAIRBANK, 2006). O PCCh tinha a necessidade de extrair um excedente de trabalho capaz de impulsionar o desenvolvimento urbano, o que se apresentava árduo nessas condições da produção rural descentralizada, pouco produtiva e dispersa. Ademais, do ponto de vista da mobilidade populacional, a recuperação e a estabilização da economia urbana foi um fator de atratividade ao contingente laboral do campo. O êxodo rural afetava a produtividade agrícola, uma vez que absorvia as melhores forças dos jovens camponeses que saíam em direção às cidades (SELDEN, 1993; FAIRBANK, 2006). A combinação desses fatores, inesperadamente para o governo central, teve como resultante um decréscimo sensível do crescimento econômico na década de 1950.

> Enfrentando a desaceleração econômica, o governo comunista não conseguiu encontrar qualquer solução criativa que não fosse a da coletivização rural de estilo stalinista […] Em poucos anos, as famílias camponesas em toda a China entregaram suas terras e meios de produção (como o arado e o gado) às fazendas coletivas de larga escala conhecidas como Comunas Populares. Toda a produção agrícola fora transferida para as comunas rurais, dotadas de um regime fabril, controladas e administradas pelo partido com uma rígida estrutura militar de comando. O Estado aniquilou os mercados rurais, absorveu toda a produção agrária, vendeu a preços elevados fertilizantes e maquinário agrícola oriundos do setor industrial. A extração de recursos do campo em benefício das cidades era maior que os investimentos realizados nele […] Esse regime de transferência do excedente rural para o âmbito urbano resultou numa disparidade crescente entre o padrão de vida nas cidades e no campo (HUNG, 2015, p. 44).

Cumpre assinalar que o tratamento da questão agrária nos Estados operários de transição nunca envolveu, para os marxistas que representavam a tradição bolchevique, a utilização da violência estatal para a apropriação forçada de terras do campesinato pobre. Nos

101 Em verdade, o fortalecimento do PCCh nas cidades se deu mediante a enorme massa migratória dos vilarejos para os principais centros urbanos, em função dos planos de industrialização estatal. A população urbana na China cresceu de 57 milhões em 1949 para 100 milhões em 1957; em 1960, a população urbana já contava com 131 milhões de pessoas (FAIRBANK, 2006, p. 357).

primeiros anos da União Soviética, Lênin e Trótski desenvolveram uma política adequada aos ritmos de compreensão do campesinato, no que diz respeito ao regime de propriedade fundiário. Os bolcheviques chegaram a adotar no momento da Revolução de Outubro o programa agrário do partido socialista revolucionário (partilha das terras aos camponeses), para assegurar o apoio do campesinato pobre na aliança com os trabalhadores[102], e no processo de restauração econômica do campo, proporcionar o tempo requerido à experiência com as vantagens da propriedade coletiva da terra. Essa compreensão estava pautada na necessidade de remover da política agrária todos os elementos de violência extra-econômica que implicassem a apropriação por decreto do excedente camponês. A violência do regime maoísta nada tinha a ver com isso.

Não é apenas na relação de extração do excedente econômico que podemos verificar um afastamento sensível quanto à tradição marxista. A relação da burocracia de Pequim com as massas operárias e camponesas chinesas era de estrito disciplinamento e submissão. A centralização e condensação dos recursos rurais se dava no locus das Comunas Populares, às quais os camponeses eram obrigados a ceder seus meios de produção. Se o aprisionamento do camponês às Comunas Populares servia de mecanismo de transferência do excedente rural às cidades, mantendo a população rural nas aldeias e diminuindo os riscos de distúrbios da luta de classes[103] que aliassem nas cidades trabalhadores e camponeses, essas Comunas Populares também eram utilizadas para absorver os choques sociais que poderiam abalar o governo central quando advinham crises econômicas nas zonas urbanas[104].

Observando todo o quadro, a centralidade do Estado na acumulação capitalista chinesa não pode ser subestimada (CHU; SO, 2010). O relativo êxito do direcionamento do excedente

102Em maio de 1932, Trótski elaborou teoricamente em "*Os fundamentos do socialismo*" a forma de tratamento da questão agrária que animava a Nova Política Econômica, de 1921: "A formulação teórica do nexo era muito simples: a indústria nacionalizada deveria proporcionar ao campesinato os produtos que lhe fossem indispensáveis, de modo que por sua quantidade, qualidade e preço se eliminasse totalmente, ou se reduzisse ao mínimo, nas relações entre o estado e as massas camponesas, o fator da força extra-econômica, ou seja, a apropriação por decreto do trabalho camponês – naturalmente, isso não se refere ao kulak [camponês rico], a respeito do qual se coloca um objetivo especial: limitar sua atividade exploradora, e impedir que se torne a força dominante na aldeia" (TRÓTSKI, 1977, p. 134).

103"A economia chinesa sob Mao, como todas as economias impulsionadas pelo processo de acumulação capitalista, não escapava às crises periódicas de superprodução que derrubavam os lucros auferidos pela industrialização, deteriorando as condições fiscais do governo, e aumentando o desemprego urbano. Em cada crise periódica, entretanto, o Estado aliviava o problema do desemprego nas cidades mobilizando a juventude para juntar-se às Comunas Populares. Essa abordagem resultou em três campanhas de 'ida ao campo' entre 1960 e meados de 1970. Sem um universo rural estritamente controlado como mecanismo de absorção de choque, os distúrbios urbanos na China de Mao seriam muito mais severos durante os ciclos de recesso econômico" (HUNG, 2015, p. 47).

104Apesar de tais medidas de amortecimento dos choques sociais, não houve escassez de conflitos operários. Aproveitando a oportunidade aberta pela Campanha das Cem Flores, quando Mao incentivou a dissidência por baixo a fim de prevenir revoltas de larga escala, similares àquelas ocorridas durante a revolução política na Hungria em 1956, os trabalhadores exerceram a atividade grevista em ampla escala em cidades industriais. As greves operárias exigiam maiores salários, melhores benefícios sociais e o status de emprego permanente.

produtivo rural à industrialização urbana, antes do Grande Salto Adiante, elevou o peso da indústria na geração global de riquezas: entre 1952 e 1978, a participação industrial no PIB chinês passou de 20.9% para 47.9%, enquanto a produtividade do trabalho industrial cresceu 236.7% (HUNG, 2015, p. 45). Esses resultados históricos, entre a fundação da República Popular da China em 1949 e o início da era de reformas pró-capitalistas por Deng Xiaoping, em 1978, são indicativos de que o Estado operário burocraticamente deformado chinês teve papel preponderante no processo de concentração e centralização do excedente produtivo, realizado em base a uma política de disciplinamento militar e campanhas repressivas contra os camponeses. Entre 1958 e 1976 o resultado bruto do crescimento da indústria se veria contrastado com um processo de pauperização e sofrimento populares elevados ao paroxismo. A aceleração do curso restauracionista do capitalismo na China, em meados da década de 1990 com as leis neoliberais contra as empresas estatais e os benefícios trabalhistas, foi garantida também pelos mecanismos coercitivos, políticos e de propaganda do Estado, capitaneados pelo Partido Comunista Chinês.

3.9.1 A Revolução Cultural: debates com Perry Anderson e Alain Badiou

A Revolução Cultural (1966-1976) é um dos períodos de maior relevância nas discussões sobre a estratégia maoísta. Teve muita influência sobre o desenvolvimento dos debates políticos na década de 1960, por exemplo dentro dos círculos filosóficos e militantes da esquerda francesa que participaram do levante do Maio de 1968, ou em experiências políticas guerrilheiras na América Latina. De particular interesse neste trabalho é a relação de Mao com as alas rivais na burocracia do PCCh, sua relação com auto-organização das massas trabalhadoras e a representação da Revolução Cultural sobre a hipótese da expansão internacional da revolução.

Perry Anderson (2018) afirma que a Revolução Cultural foi uma tentativa radical de sacudir as estruturas burocráticas. Contrastando os expurgos orquestrados por Mao com as atrocidades dos Processos de Moscou organizados pela burocracia de Stálin na URSS durante o final da década de 1930, Anderson encontra diferenças que vão além da brutalidade compartilhada em cada evento. De seu argumento, advém que, enquanto na URSS as perseguições e expurgos sobreviriam como meio de reprodução do ecossistema de uma burocracia incontrolável, no caso da República Popular, quase trinta anos depois, tratava-se de uma maneira de obviar a degeneração burocrática da direção do PCCh.

> O contraste entre motivos iniciais e resultados finais seria ainda mais marcante na Revolução Cultural. Na segunda metade da década de 1930, Stálin espalhou o terror de alto a baixo no Partido e no Estado soviéticos, visando muitos dos próprios dirigentes que lhe tinham delegado poder supremo no PCUS, sumariamente fuzilados como espiões, traidores ou contrarrevolucionários […] Ao lançar a Revolução Cultural, Mao também visou seus pares, em parte porque fora obrigado a admitir o fracasso do Grande Salto Adiante, quando não se podia mais negá-lo, e aceitar a mudança da política agrária que lhe impuseram. Contudo, sua principal motivação foi impedir que se reproduzisse na China a casta de burocratas empedernidos que, a seu ver, estava levando a URSS pós-stalinista para uma sociedade de classes indistinguível da capitalista […] Ao contrário do Grande Terror, a Revolução Cultural não foi tão somente uma colossal campanha repressiva. Tratou-se, antes, de uma tentativa radical de sacudir as estruturas burocráticas mobilizando contra ela a revolta de uma geração mais jovem. (ANDERSON, 2018, p. 33-34).

Anderson reconhece corretamente as inúmeras atrocidades cometidas pelo regime maoísta, as humilhações, violências e fuzilamentos durante a Revolução Cultural. Do quadro conjunto, entretanto, prefere enfatizar a meta autoproclamada pelo PCCh ao lançá-la, ou melhor, pela facção maoísta. A saber, o objetivo proclamado seria enfraquecer o processo de burocratização alarmante no Estado, a degeneração capitalista que fermentava a crise do regime soviético, e buscar uma "transformação igualitária de perspectivas" na sociedade. Seriam de fato estes os objetivos da burocracia de Pequim, ou uma batalha fratricida entre frações pela preeminência partidária e estatal?

Em verdade, a "Grande Revolução Cultural Proletária", lançada em maio de 1966, tinha menos a função de enfraquecer o processo de burocratização do Partido Comunista Chinês do que de assegurar o controle deste pela facção burocrática encabeçada por Mao. O processo tem de fato uma dimensão contraditória, despertando a energia de jovens estudantes e em menor medida de trabalhadores, que tomaram para si o apelo à auto-atividade das massas contra setores da burocracia, algo que chegou a ameaçar desenvolver como uma revolução política contra a burocracia. Isso não elimina o fato de que se tratou de uma luta de facções para definir quem comandaria o aparato estatal surgido da Revolução de 1949, facções essas sobre as quais poderíamos dizer, como Gogol em *Almas Mortas*, que "mais depressa os cargos vergariam e rangeriam debaixo delas, do que elas sairiam do lugar" (GOGOL, 1979, p. 17).

Mao estava perdendo prestígio pela catástrofe do Grande Salto Adiante (1958-62), em que implementou um regime militarizado de produção agrícola nas Comunas Populares a fim de incrementar a extração de excedentes rurais para a industrialização das cidades, política que gerou uma fome devastadora que cobrou a vida de dezenas de milhões de pessoas. Ao se

ver ameaçado, Mao incentivou uma atmosfera de disputas internas para preservar poder, argumentando que a revolução chinesa estava perdendo ímpeto devido ao conservadorismo partidário e à letargia de uma burocracia que estava "tomando um caminho capitalista". Durante o período preparatório dos acontecimentos de 1966, Mao havia instruído Lin Biao, chefe do Exército de Libertação Popular, a avançar uma campanha de doutrinamento maoísta entre as tropas para garantir a fidelidade dos militares. O Exército desempenharia um papel chave na Revolução Cultural, não apenas repressivo, mas também na dimensão ideológica do processo.

O componente cultural propriamente dito não era alheio à campanha, pois buscava resguardar as posições ideológicas de Mao. A ideia de combater os elementos ideológicos do passado chinês era um aspecto central, identificada nos "quatro velhos" componentes culturais chineses: "os velhos hábitos, os velhos costumes, os velhos pensamentos, a velha cultura". Para efeitos de efervescência da juventude universitária, foi proclamado que tudo aquilo que não fosse "arte proletária" seria condenado. Nas universidades e escolas secundaristas, cheios de jovens que não tinham acesso às escolas de elite reservadas à burocracia e mergulhados nas perspectivas de desemprego, a campanha de Mao entrou fundo como o combate aos burocratas. Surgiram os "guardas vermelhos", as tropas de assalto maoístas na Revolução Cultural, que violentavam pais de família, professores, quadros partidários, em nome da destruição de tudo o que consideravam conservador e organizado hierarquicamente (o confucianismo, filosofia cujo centro está na propaganda dos benefícios de uma sociedade rigidamente hierárquica e patriarcal, era um alvo privilegiado). O Exército participava arregimentando as guardas vermelhas e definindo o que era permitido culturalmente e o que não era na China.

Os alvos se encontravam na cúpula partidária e em altos cargos estatais. Desafetos de Mao na direção do PCCh, como Liu Shaoqi (então presidente da República Popular), Deng Xiaoping (secretário-geral do PCCh), Luo Ruiqing (um dos máximos generais do Exército de Libertação Popular), e Peng Zhen (prefeito de Pequim e futuro chefe da Assembleia Popular Nacional), foram removidos dos cargos. Nas violentas lutas que se seguiram em todo o país, tendo a juventude estudantil como ponta de lança, milhões de pessoas foram perseguidas e sofreram uma ampla gama de abusos, humilhação pública, encarceramento arbitrário, tortura, trabalhos forçados e execuções. Eram sessões de tortura psicológica para que o condenado "revelasse seus crimes", confessasse sua "história criminal" sem o qual era impossível a redenção. As coisas começaram a sair do controle com a violência da juventude, que atingia

todos os escalões sociais e esgarçava o tecido da estabilidade social. O sinal de alerta, entretanto, soou quando a classe operária entrou em ação.

Em janeiro de 1967, surgiu a chamada Comuna de Xangai, que foi a tomada da cidade pela Guarda Vermelha Escarlate, uma organização de 500 mil trabalhadores, que no espírito da revolta contra o "velho e o capitalismo" começou a exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, e poder deixar o trabalho para participar das experiências revolucionárias sem perder o salário (SPENCE, 1996). Os operários com contratos de curto prazo e trabalhadores temporários eram os que mais protestavam, por contratos fixos e pagamentos de atrasados. Milhões de trabalhadores foram influenciados pelo que acontecia em Xangai: os trabalhadores tinham paralisado o embarque de mercadorias no porto, o serviço de trens havia sido interrompido, a cidade estava cheia de operários armados. Caso esse princípio de auto-organização se desenvolvesse, processos de revolução política contra as burocracias de matriz stalinista, como na Alemanha Oriental em 1953 ou na Hungria em 1956 (um processo similar ocorreria na Tchecoslováquia em 1968), poderiam acontecer na China. Mao Zedong, que havia impedido que a China servisse de alavanca para a expansão internacional da revolução socialista, naturalmente não tinha nenhum interesse em ser destituído por uma revolução política em seu próprio território. Situação era incerta e apelava a soluções de choque dramáticas. No contexto internacional, havia revoluções de descolonização na Argélia e em muitos países da África, a Revolução Cubana não havia acontecido há tanto tempo e as primícias da Guerra do Vietnã estavam dadas. Havia espaço para contágio desses processos internacionais.

Assim, o que havia começado como uma campanha para eliminação da facção rival a Mao Zedong foi adquirindo um caráter mais inquietante para o conjunto da burocracia do PCCh. A possibilidade do desenvolvimento de organismos democráticos de autodeterminação dos trabalhadores lançava a temerária perspectiva de um processo de revolução política que questionasse o partido-Estado. Os atritos com a ala rival na direção do PCCh se tornaram secundários diante dos riscos apresentados pela atividade operária em Xangai. A experiência da Revolução Cultural havia ido longe demais para a burocracia do PCCh. Os líderes da Revolução Cultural atacaram imediatamente a Comuna de Xangai como "economicista" e conservadora. Lin Biao enviou o Exército para reprimir a Comuna e desarmar os trabalhadores, obrigando todos eles a voltarem ao trabalho. Depois desse alerta o Mao lançou diretrizes bem mais cautelosas e foi controlando o movimento até a dissolução das guardas vermelhas em abril de 1969.

Do ponto de vista econômico, a catástrofe da Revolução Cultural, que mantivera o domínio de Mao sobre o PCCh, representou para a China outro processo ruinoso. Do ponto de vista político, representou um longo traumático para o conjunto da burocracia stalinista chinesa, que fez em pedaços o monolitismo do Estado e do PCCh. Seu fim coincidiu com a derrota dos processos revolucionários no Ocidente na década de 1970, culminando com a morte de Mao em 1976. Até então, as medidas pró-capitalistas avançaram lentamente nos bastidores, embora o próprio Mao tenha tido parte nesse processo, especialmente com a reaproximação com o governo estadunidense de Richard Nixon em 1972. A partir de 1978, entretanto, um novo equilíbrio contraditório na direção do PCCh é alcançado com Deng Xiaoping, que eleva o crescimento econômico a critério máximo para a estabilidade política e preservação do domínio burocrático, lançando as bases das reformas pró-capitalistas que pavimentariam o curso restauracionista.

Dentro das divergências existentes entre a Revolução Cultural na China e os Processos de Moscou na URSS, não parece convincente sugerir que os expurgos de Mao se destacavam, diante do stalinismo russo, pelo fim de impedir a reprodução do processo de burocratização estatal. Processo, ademais, que havia adquirido ampla força propulsora muitas décadas antes do início da campanha de 1966. Desse ponto de vista, apesar de despontar como adversário do Kremlin no Segundo pós-guerra, Mao Zedong espelhou o *modus operandi* do stalinismo na década de 1930. Não apenas eliminar rivais para melhor assegurar seus privilégios fracionais, mas principalmente asfixiar qualquer possibilidade de desenvolvimento dos organismos democráticos de autodeterminação dos trabalhadores, que poderiam levar a uma revolução política que certamente teria consequências sobre a luta de classes global.

O filósofo francês Alain Badiou aborda em outros termos uma temática semelhante, em sua obra *Petrogrado, Xangai: as Duas Revoluções do Século XX*[105]. Ali, desenvolve a tese da Revolução Cultural como uma reação tempestiva contra a inércia conservadora do PCCh. Na China "se atacava o burocratismo do partido, o que se chamava 'lutar contra o revisionismo'" (BADIOU, 2019, p. 60). Tratava-se, para o autor, de um processo que buscava destruir o formalismo burocrático, próprio da experiência stalinista, mas que se insere no contexto chinês pelo modelo do partido-Estado. Badiou é obrigado a reconhecer que a tessitura factual da disputa pelo poder entre alas rivais do PCCh (Mao Zedong e Lin Biao, de um lado, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, de outro) não é inexata. Não obstante, inscreve essa mesma contenda no interior do cânone interpretativo tradicional, segundo o qual Mao tentava

105Como explica o próprio autor, os textos que tratam das revoluções, na Rússia e na China, provêm de intervenções realizadas no Museu do Quai-Branly, enquanto os comentários desses textos são extraídos de trabalhos filosóficos preliminares, compilados em *L'Immanence des vérités*. Ver BADIOU, 2019, p. 31.

implantar uma novidade política no seio do Partido Comunista – a mobilização de massas, admitindo o incentivo de formas não controladas de revolta na medida em que não colocassem em risco a estrutura do partido-Estado – a fim de reformar o alto escalão com a derrubada dos representantes da tendência ocidentalizante no interior da burocracia. Os transbordamentos sucessivos da autoridade partidária se dariam, nessa leitura, apenas contra a fração antimaoista do PCCh, mesmo que na política de Mao a admissão das ações de massas tivesse como limite claro a manutenção da segurança do Estado. Como consequência, Alain Badiou vai além de Perry Anderson nas conclusões. Considera, ainda de maneira sugestiva, que a Revolução Cultural, como símbolo de uma divisão estrutural no interior do Partido Comunista Chinês, teria posto fim à articulação revolucionária tradicional entre política e Estado[106], por ser um "exemplo tipo de uma experiência política que satura a forma do partido-Estado" (BADIOU, 2019, p. 60).

À parte a isenção extemporânea da estratégia nacional-reformista de Mao das consequências sobre a política restauracionista posterior, o que confere à visão de Badiou um tom homogeneizante simplista sobre as diferentes alas da cúpula do PCCh, o autor coloca em questão pontos importantes. Algumas delas se superpõem com determinadas opiniões de Anderson, com quem já debatemos (a tese da luta contra a burocratização no interior do PCCh). Como dito, tal concepção parte do pressuposto equivocado de evitar a discussão estratégica com a tradição maoista, que deu origem à burocratização do PCCh e à fundação de um Estado operário burocraticamente deformado à saída da Segunda Guerra, reduzindo a deformação burocrática a uma disputa interpessoal de camarilhas. Dessa maneira, a narrativa da luta antiburocrática como princípio ativo da Revolução Cultural não se sustenta, no interior de um processo originalmente planejado como de reforma das hierarquias subordinada à preservação da burocracia do PCCh. Isso posto, no caso de Badiou é importante discutir a pertinência ou não da associação entre as formas incipientes de auto-organização surgidas entre 1966-67 com a estratégia maoísta, e a questão da articulação entre política e Estado na teoria da revolução.

Efetivamente, como afirma Badiou, houve no período de meados de 1966 e o início de 1967 um período turbulento de criatividade de ação de massas, com ensaios políticos

106"A Revolução Cultural é o exemplo tipo (mais uma noção do maoismo, o exemplo tipo: um achado revolucionário que deve ser generalizado) de uma experiência política que satura o partido-Estado. Emprego aqui a categoria de 'saturação' no sentido dado na época por Sylvain Lazarus: a Revolução Cultural é a última sequência política significativa ainda interna ao partido-Estado (no caso, o Partido Comunista Chinês) e que nele fracassa […] O verdadeiro problema, bastante complexo, seria saber se a Revolução Cultural não põe fim, precisamente, à concepção revolucionária da articulação entre política e Estado" (BADIOU, 2019, p. 60-3).

perigosos para a estabilidade do PCCh. Entretanto, a inventividade de massas ganhava contornos proporcionalmente revolucionários à mesma medida em que os transbordamentos ultrapassavam o objetivo original da direção maoista. A possibilidade do desenvolvimento de organismos democráticos de autodeterminação dos trabalhadores, que dentro das tradições políticas particulares da China poderiam se associar à função do organismo dos conselhos na Revolução Russa, não pôde ser assimilada por nenhuma das frações conflitantes do PCCh, cuja ascensão ao poder teve como razão de origem a expropriação política dos trabalhadores e a negação da possibilidade da autodeterminação democrática do tipo da Comuna de Paris ou dos sovietes.

A Comuna de Xangai, por isso, é de difícil tratamento para Badiou. O autor interpreta a experiência histórica dos operários de Xangai, um símbolo da iniciativa criadora das massas que diz enaltecer, como uma atividade conservadora dirigida pelos elementos antimaoistas na direção do PCCh[107]. Sustentando-se na pelo menos questionável definição da "minoria maoista" – quando em verdade Mao tinha nas mãos o controle do poderoso braço armado do partido-Estado, o Exército de Libertação Popular, mediante a aliança com Lin Biao – Badiou transforma os termos da equação. A inventividade inovadora dos trabalhadores que se expressou na Comuna de Xangai, que continha elementos que começavam a desafiar as bases da expropriação política dos trabalhadores pela burocracia, se convertia em um movimento burocratizado e economicista (BADIOU, 2019, p. 72) diante do qual os maoistas se viram na obrigação de sufocar *manu militari*. Badiou se exime de explicar concretamente como foi derrotada a experiência de Xangai, aceitando como pressuposto que esse contramodelo não tinha possibilidade de desenvolvimento a nível nacional, já que a única entidade governamental admitida seria o PCCh. Trata-se de um argumento factualmente equivocado – as "tomadas de poder" se seguiram em muitas partes do país a partir de fevereiro de 1967[108], e as lutas entre facções foram generalizadas (WALDER, 2023). Entretanto, para além disso, o mais destacável é o desaparecimento em Badiou do caráter progressista da "novidade política

107 "O final de 1966 e o início de 1967 representam um ponto alto da Revolução Cultural: a entrada em cena, maciça, decisiva, dos operários das fábricas. Xangai desempenha um papel piloto nesse ponto alto. É preciso entender bem o paradoxo dessa entrada em cena daquela que, oficialmente, é a 'classe dirigente' do Estado chinês. Ela se faz, por assim dizer, pela direita. Em dezembro de 1966, são os burocratas locais, a direção conservadora do partido e da municipalidade, que fazem uso de uma clientela operária – sobretudo os sindicalistas – contra o movimento maoista das Guardas Vermelhas. […] Aproveitando-se de uma situação instável, as autoridades do partido e da municipalidade de Xangai lançam os operários em reivindicações setoriais de caráter puramente econômico e, ao mesmo tempo, os incentivam a enfrentar qualquer intervenção dos jovens revolucionários nas fábricas e nas administrações" (BADIOU, 2019, p. 72).

108 Andrew Walder (2023) trata das ondas de choque da Revolução Cultural, emanadas do centro econômico do país, como Pequim e Xangai, para regiões rurais de todo o país, como a província sulista de Guangxi, cujas facções rivais estabeleciam conflitos com suas contrapartes em outras províncias, como Hunan e Guangdong. Ver Walder, Andrew. *Civil War in Guangxi*.

no âmbito do partido-Estado", justamente onde deveria estar mais presente. Ou seja, na análise das possibilidades inscritas nas tendências que impulsionaram a Comuna de Xangai, tendências de autodeterminação e auto-organização dos trabalhadores que definitivamente poderia questionar o "formalismo burocrático" na medida em que consolidassem uma oposição ao conjunto da política do Partido Comunista. Isso poderia se constituir nos termos de um processo de revolução política, como na Hungria em 1956 ou como ocorreria na Tchecoslováquia em 1968, cuja eventualidade histórica foi violentamente coartada pela raiz.

O processo de "tomadas de poder" que se inaugura em Xangai deixa de ser "paradoxal" quando se desembrulha a falsa antinomia entre a política maoista e a impossibilidade de "implantar a novidade política no âmbito do partido-Estado" (BADIOU, 2019, p. 62). As incipientes experiências de coordenação e unificação de instituições criadoras das massas se deram por fora dos planos originais de Mao, e não coincidiam com o itinerário estabelecido pela direção maoista em sua disputa pelo poder. Em outras palavras, esse processo se dava em dissonância com os objetivos limitados que o líder da Revolução de 1949 possuía ao mobilizar as massas, porque reuniam elementos que corriam o risco de converter um processo de remodelação interna ao partido-Estado num questionamento global da burocracia estatal. Não se tratava de um "esboço sem futuro entre a iniciativa política popular e o poder de Estado" (BADIOU, 2019, p. 74), e sim do esboço de um futuro pouco aceitável para os poderes constituídos. Observamos nele o incontornável antagonismo entre o desenvolvimento das incipientes tendências inovadoras de autodeterminação, extirpadas militarmente, e a manutenção do poder do conjunto da burocracia do PCCh. Mao se opunha à atividade que representasse ameaça à arquitetura do poder hegemonizado pelo partido-Estado. Não é um acidente que o agravamento da militarização da sociedade e o retorno do controle estatal, com a dissolução das Guardas Vermelhas, sobreviesse simultaneamente ao processo de revolução política da Primavera de Praga, que desafiava a burocracia stalinista, e ao Maio Francês. Efetivamente, é impossível encontrar o valor específico dessa inovação política dentro do quadro do respeito à política de Mao.

Desse ponto de vista, daríamos um valor diferente ao que Badiou confere ao processo, quando diz que "os gigantescos movimentos de massas estudantis e operários, os confrontos e as reviravoltas que, entre 1965 e a morte de Mao em 1976, marcaram a sequência conhecida como a Grande Revolução Cultural Proletária, têm todos os atributos clássicos das revoluções" (BADIOU, 2019, p. 31). Em verdade, se tratamos em termos marxistas, não se pode rastrear nos acontecimentos chineses de 1966 os atributos de uma "revolução clássica" (especialmente quando Badiou conecta o "clássico" à Revolução Francesa de 1789 e à

Revolução Russa de 1917), que diz respeito à transformação das formas sociais de propriedade mediante a transferência de poder das mãos de uma classe para outra. Com mais direito, *poder-se-ia dizer que os elementos de uma revolução política estiveram presentes no auge do desafio à autoridade global do PCCh*, *sendo, não obstante, coibidos militarmente*. Os atributos de uma revolução política na China teriam sido originais na história política: preservando as bases sociais da propriedade nacionalizada, teria como objetivo a eliminação revolucionária da burocracia do PCCh, a constituição de organismos de democracia do tipo dos conselhos que articulassem a hegemonia dos trabalhadores em aliança com os distintos segmentos oprimidos, e a determinação do Estado de transição chinês como um ponto de apoio para a expansão internacional da revolução. Dessa maneira, ao contrário do que propõe Badiou – que não considera adequado designar os acontecimentos de 1949 como uma revolução[109] – a tomada do poder pelo Partido Comunista ao final da Guerra Civil apresenta alguns daqueles importantes atributos clássicos, como a expropriação da propriedade privada dos capitalistas, embora tenha sido executada por uma burocracia nacional-reformista.

A incapacidade de identificar nos germens de autodeterminação dos trabalhadores, descortinados durante a Revolução Cultural, os esboços iniciais que poderiam eventualmente incentivar a conformação de um poder alternativo ao da burocracia do PCCh – para cujo desenvolvimento seria imprescindível a existência de um partido revolucionário que impulsionasse a auto-organização – ordena uma visão inçada de pessimismo em Badiou. "A Revolução Cultural atesta a impossibilidade de libertar a política, realmente e de modo global, do quadro do partido-Estado, quando está inserida nele" (BADIOU, 2019, p. 85). Efetivamente, o modelo político do partido-Estado, de matriz stalinista, nos Estados operários burocratizados, teve como característica o asfixiamento da política democrática de massas, e na República Popular a variante do autoritarismo maoista desempenhou um papel semelhante. Não obstante, daí não se deriva a impossibilidade de libertar a política, entendida como criação potencial de novas relações sociais por parte da classe produtora, do âmbito saturado dos aparatos burocratizados no século XX. Para isso, era fundamental a dimensão existencial de um programa e uma estratégia materializada em funções organizacionais que se opusessem à política de reforma do PCCh impulsionada por Mao. O fato de haver inexistido durante a Revolução Cultural um partido revolucionário que apresentasse um projeto contraposto não

109 "Não tratarei aqui da tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na realidade, essa tomada do poder foi o resultado de um processo político e militar bastante longo – cerca de trinta anos –, com a formação de um exército popular essencialmente camponês e a ocupação de uma zona liberada. Esse processo não é adequadamente designado pela palavra 'revolução'" (BADIOU, 2019, p. 31).

significa que essa ausência fosse parte de uma contingência inexorável, ou da inquestionabilidade da própria burocracia.

Assim, desembaraçar a falsa antinomia entre a estratégia maoista e a política termidoriana do Partido Comunista Chinês sobre a auto-organização de massas é um exercício necessário para a compreensão da experiência da Revolução Cultural, e para expor a problemática do partido-Estado em uma nova etapa, já sobre as bases econômicas de uma China capitalista. A crítica da "saturação da forma do partido-Estado" não atesta a quebra da "concepção revolucionária da articulação entre política e Estado"; torna mais importante apresentar essa relação em seus termos estratégicos concretos. Sem aquela "concentração de todas as forças de destruição", como dizia Marx n'*O Dezoito brumário de Luís Bonaparte*, contra o Estado capitalista chinês, seria impensável uma revolução na República Popular de Xi Jinping, na medida em que, "o Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, é o capitalista global" (ENGELS, 2015, p. 314). Um Estado de transição socialista seria imprescindível para desempenhar o papel reorganizador da sociedade e de sua planificação geral sobre novas bases econômicas, sendo um irradiador da revolução a nível internacional, questões que, precisamente, a burocratização de origem da República Popular impediu. Do êxito das tarefas de transição, que inclui a dimensão internacional, adviria a possibilidade de que esse mesmo Estado caminhe para sua extinção e dissolução no seio da nova sociedade[110].

Dessa maneira, a crítica do partido-Estado sem crítica concreta das burocracias que o constituíram (não apenas Deng Xiaoping, Jiang Zemin e aqueles que completaram a obra restauracionista, mas a estratégia maoista que permitiu sua existência) conduz a um extemporâneo registro de ceticismo sobre as possibilidades revolucionárias. Complementarmente, se da Revolução Cultural podemos depreender o necessário "fim do partido-Estado como produção central da atividade política revolucionária"[111], como assevera Badiou, é inadequada derivar da negação do partido-Estado a negação das formas organizacionais como veículos de expressão da atividade revolucionária (BADIOU, 2019, p.

110 "O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado. {De esfera em esfera, a intervenção do poder estatal nas relações sociais vai se tornando supérflua e acaba por desativar-se}. O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção. […] {O Estado não é 'abolido', mas definha e morre.}" (ENGELS, 2015, p. 316).

111 Ademais, a frase é inconsistente. A atividade revolucionária de massas não tem como objetivo originar formações burocratizadas como o Partido Comunista Chinês, em sua forma e conteúdo às vésperas da tomada do poder em 1949. A burocratização dos partidos operários no século XX, fenômeno que possui bases materiais claras no isolamento, na pobreza econômica e nas derrotas revolucionárias externas, foram meios de bloquear a atividade revolucionária no interior dos países e a nível internacional.

67). A Revolução Cultural foi uma exímia expressão de que as burocracias de matriz stalinista (como o maoismo na China) foram operativas rejeições contrarrevolucionárias da combinação entre partidos de tipo bolchevique e os organismos de auto-organização de tipo soviético das camadas exploradas e oprimidas. Tais conexões constituem o estado da arte em matéria de pensamento transicional por meio das revoluções. Abandoná-las seria a melhor homenagem ao serviço prestado pelas mesmas burocracias que se diz, muitas vezes, criticar.

3.10 As reformas de abertura de Deng e as lutas fracionais do PCCh (1978-92)

O período político dos últimos vinte e cinco anos do século XX chinês não foi marcado por uma espécie de homogeneidade especial no interior da cúpula do Partido Comunista Chinês. A posição de Deng Xiaoping, principal líder da China depois da morte de Mao, não esteve sempre segura, nem sua influência esteve destituída de oscilações, de acordo com os fluxos e refluxos da situação internacional, e também doméstica. Ademais, muitas das posturas defendidas polemicamente no interior do PCCh, uma vez iniciadas as reformas em 1978, tinham clara relação com as disputas vistas nas décadas de 1950 e 1960.

> Se a "reforma e abertura" havia recebido luz verde em 1984 e 1987, os assim chamados conservadores, defensores da economia planificada, foram os mais influentes em 1980 e no período 1981-2. De fato, disputas entre as reformas de mercado e um Estado formalmente socialista não eram novas. A história da China, depois de 1949, esteve repleta de tais competições de ideias e interesses. Deng Xiaoping, por exemplo, falava sobre o valor do aprendizado com as experiências da União Soviética e outras sociedades avançadas já em 1957. Mesmo políticas propostas por aqueles supostamente conservadores, como Chen Yun e Xue Muqiao, em 1979 e 1980, não eram tão diferentes das que haviam defendido em meados da década de 1950. Aparentemente, as reformas de mercado e as tensões que inevitavelmente invocam no interior de um sistema socialista tem uma longa história, e estiveram novamente em jogo na década de 1980. (CHU; SO, 2010, p. 54).

Os planejadores do Partido Comunista Chinês foram obrigados a observar queda nas taxas de importação e exportação devido à crise do petróleo que atravessava a economia mundial no início da década de 1970, combinando recessão e inflação dos preços em diversos países, e uma forte contração no comércio internacional (SPENCE, 1996; GEWIRTZ, 2018). Deng Xiaoping, de um lado, e Hua Guofeng, como continuador da política maoísta, de outro, travariam a disputa pelo novo rumo das chamadas "Quatro Modernizações" do país: os campos da indústria, da defesa nacional, da ciência e da tecnologia seriam privilegiados, para dar solução ao lento caráter da urbanização e da industrialização, depois da Revolução Cultural. As alas em disputa buscavam antecipar-se umas às outras no desenho de um plano

de desenvolvimento que diminuísse a distância da economia da China diante da média de industrialização internacional. O fim dos tempos de exílio para Deng significavam para a China a entrada num curso de maior aproximação com o Ocidente e a economia capitalista internacional, que nesse momento ainda era incipiente mas indicava o curso dos acontecimentos do que viria a ser a "modernização socialista".

Com o fim da turbulenta década asiática de 1970, e diante do acelerado declínio econômico na União Soviética[112], exacerbavam-se as tensões no interior do Partido Comunista Chinês. A preocupação com a contenção da luta de classes no interior do país durante os processos de introdução de elementos de mercado na economia, paralelo ao desenvolvimento industrial que tinha na China bases muito mais atrasadas que na União Soviética, ocupou as mentes dos principais líderes políticos. O núcleo político e social dessas preocupações não dizia respeito a uma suposta "vontade criativa" (ANDERSON, 2018) para desenvolver o talento das mentes mais capacitadas na China[113], e sim como elaborar uma fórmula que pudesse, a um tempo, abrir caminho aos elementos capitalistas no país e preservar o controle político do Partido Comunista, que se vinha arruinando na União Soviética.

Essa abertura gradual aos elementos privados do capital em grande escala se daria com o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais. Como parte das "Quatro Modernizações", em 1979 Deng Xiaoping sugeriu a construção de quatro zonas de exportação, na faixa costeira da China, que facilitassem o intercâmbio comercial estrangeiro e constituíssem uma das principais alavancas para o crescimento econômico mais acelerado da China. As quatro áreas foram cuidadosamente escolhidas por estarem próximas de fontes de capital estrangeiro, e por seu fácil acesso marítimo (SPENCE, 1996; GEWIRTZ, 2018). As áreas costeiras incluíam Zhuhai, Shenzhen (próxima a Hong Kong), Shantou e Xiamen (próximas de Taiwan). Estas quatro zonas forneciam enormes facilidades aos investidores estrangeiros e chineses de ultramar (SPENCE, 1996). O governo chinês se oferecia para

112A União Soviética era caracterizada pelo marxismo como "Estado operário degenerado". Trata-se de uma categoria política utilizada por Leon Trótski para determinar as transformações ocorridas no interior da União Soviética desde a Revolução de Outubro de 1917: enquanto esta deu origem a um Estado operário que buscava "extinguir-se a si mesmo" na medida em que abolia as diferenciações de classe no interior do país – para cuja consecução era fundamental a extensão da revolução socialista a nível internacional – o fenômeno de burocratização stalinista levou ao seu contrário. A partir de 1924, como consequencia da derrota da Revolução Alemã de 1923, as tendências associadas à "teoria" do "socialismo num só país" começavam a obter força preponderante no interior do Partido Comunista da União Soviética, esvaziar até a asfixia os conselhos operários e camponeses (sovietes), chegando ao ponto de usurpar o poder político por parte dos trabalhadores e alterar o caráter da planificação econômica interna de maneira burocrática, enquanto a nível internacional o stalinismo atuava como auxiliar dos Estados capitalistas na derrota dos processos revolucionários europeus na década de 1930 e 1940. A degeneração burocrática do Estado operário da União Soviética levou à restauração capitalista na Rússia.

113 Ver Perry Anderson (2018), "Duas Revoluções". Trataremos adiante de um debate em pormenor com as posições de Anderson.

construir unidades industriais segundo as especificações dos investidores estrangeiros e fornecer força de trabalho bem treinada, com salários baixíssimos. Também oferecia aos estrangeiros taxas de impostos preferenciais e diversos outros incentivos financeiros, como uma rede própria de transporte nas zonas. As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram um pilar para o processo de entrada de capitais na China.

A produtividade do trabalho, assim como a qualidade da produção, eram baixas. Esse fator foi mais um impulso ao desenvolvimento das Zonas Econômicas Especiais. A atração do capital estrangeiro, em tese, deveria contribuir com a evolução econômica, a entrada de fundos e tecnologia para que o desenvolvimento das forças produtivas, induzido externamente, possibilitasse a diminuição da desigualdade no comércio internacional da República Popular. Para isso, milhões de trabalhadores do campo foram absorvidos na empreitada, submetendo-os às mais brutais condições de trabalho sob a batuta dos monopólios estrangeiros, auxiliados pela disciplina conferida pelo PCCh.

As Quatro Modernizações estiveram ligadas à entrada de capital privado estrangeiro na China. Essa modalidade eleita para o impulso da industrialização chinesa acarretava consequências econômicas e políticas. Economicamente, a instalação das ZEEs foi um passo indispensável no caminho da estratégia restauracionista do capitalismo, em que a ordenação burocrática dos recursos na República Popular mostrava não poder superar as dificuldades impostas pela situação internacional. O baixo desempenho econômico dos Estados operários burocratizados, na URSS e no Leste Europeu, haviam gerado instabilidades internas graves na luta de classes, como a Primavera de Praga em 1968 e a Revolução Polonesa de 1981, e revelaram os perigos que a dominação do Partido Comunista Chinês poderia encarar, diante de uma nova etapa do capitalismo, o neoliberalismo. As chagas abertas pela Revolução Cultural ainda estavam presentes. O PCCh buscava desesperadamente pelo elixir do desenvolvimento econômico, e o encontrou no aprofundamento das reformas pró-capitalistas. Politicamente, esse caminho significava a reabilitação de Deng Xiaoping, expoente da linha das reformas de abertura que pavimentariam o curso restauracionista, e a liquidação de Hua Guofeng e a "Gangue dos Quatro", continuadores da linha do isolacionismo chinês. Como dizem Michel Aglietta e Guo Bai, o instinto de autopreservação política constituiu uma preocupação central para o PCCh:

> A racionalidade política que guiou a reforma chinesa não foi a convergência na liberalização dos mercados, mas a sustentação do regime político unitário na China. Como resultado, as medidas pró-reformas não tinham como objetivo trazer transformações revolucionárias nos ideais estabelecidos, mas melhorias incrementais baseadas nas condições existentes […] Com essa lógica pragmática, a primeira fase das reformas (1978-1993) não eliminou

> abruptamente as instituições socialistas. Pelo contrário, herdou distintas características socialistas, tirando o máximo proveito dos fundamentos estabelecidos no período de estruturação do regime socialista (AGLIETTA; BAI, 2013, p. 99).

Essa descrição diz respeito ao processo de lenta apropriação por parte da restauração capitalista das conquistas da Revolução de 1949. Faremos um breve percurso pelas fases desse processo heterogêneo de reformas pró-capitalistas, que foi atravessado por conflitos políticos internos à China, e também grandes convulsões política internacionais.

3.11 As reformas de abertura e as bases para a restauração com "características chinesas"

Para a preservação do regime de partido único e o poder inconteste do PCCh, a burocracia encabeçada por Deng Xiaoping abriu as portas ao capital privado, no momento de ascensão internacional da etapa neoliberal. Deng defendeu que o desenvolvimento econômico e a modernização eram a base para o futuro da China, que estaria na dependência da combinação mais eficaz entre a planificação econômica e mecanismos de mercado. Outrossim, Deng buscava assegurar, na mesma medida em que incrementava a presença dos mecanismos capitalistas na China, que a crítica à maneira específica em que se veio construindo o socialismo – a sua divergência com a orientação isolacionista de Mao – não significava que o sistema socialista estivesse sendo substituído. É distintiva nessa argumentação a preocupação em evitar caminhos abruptos que prejudicassem o prestígio da burocracia do PCCh, ou que pusessem em risco seus privilégios de casta, como resultado da planificação burocrática da economia que se desenvolveu desde 1949. Assim também, Deng retomou uma distinção feita por Mao durante a Revolução Cultural, entre os "vermelhos" e os "especialistas" (GEWIRTZ, 2018). Isso implicava que esforços seriam feitos para que os principais quadros do PCCh multiplicassem a produção de especialistas nas mais distintas áreas do conhecimento. A corrida por assimilar a técnica e o acúmulo de conhecimento na produção do Ocidente se convertia em outro denominador para a reaproximação com os métodos de produção do mundo capitalista, dotado da lei do valor e dos mercados de trabalho.

Preparava-se o terreno para a aplicação das reformas pró-mercado que levariam o modo de produção capitalista a ser restaurado na China. Entretanto, o ritmo das transformações não foi linear, muito menos feita de um só golpe. Os privilégios de casta, que

se preservaram da etapa anterior, não podiam ser postos em risco por movimentos precipitados. A restauração tinha seus agentes, ainda que não possuísse um itinerário fixado previamente em todas as suas linhas. Seu processo foi cadenciado pela estrutura de poder de Pequim, para que a transformação nas bases econômicas não significasse o colapso do sistema político instalado.

As propostas de reformadores tais como Xue Muqiao e Liu Guoguang, ligados a Deng, seguiam os ritmos cuidadosos estabelecidos pela direção central (GEWIRTZ, 2018). A orientação que surgia tratava de traçar uma linha de desenvolvimento da República Popular que divergia das coordenadas de Mao; entretanto, para a preservação do poder unitário do PCCh, o ritmo era lento e as discussões se faziam em termos de continuidades[114]. Em todo momento, as divergências internas no PCCh estavam pontuadas pelo princípio de que o sistema socialista chinês estava acima de qualquer crítica, independentemente dos reparos a serem feitos em sua mecânica interna.

A dialética do processo se deu, portanto, em duas dimensões que operavam paralelamente: embora aparentemente contraditórias, eram a condição de continuidade do processo de restauração. O processo de "abertura e reforma" avançava com a pauta marcada pelos limites impostos pela burocracia chinesa. Isso não significa que houvesse um bloco de poder hegemônico no interior do PCCh. Havia intelectuais consagrados no Partido que propunham rumo e ritmos distintos para o objetivo da alavancar a reforma. De fato, a meados da década de 1980 Deng Xiaoping se postulava como mediador entre duas alas com orientações distintas sobre a velocidade das reformas pró-capitalistas na China, embora convergissem na definição sobre o caráter imprescindível do crescimento econômico chinês vinculado à abertura aos elementos capitalistas na economia.

> De 1977 ao início de 1982, Deng concentrava suas energias em evitar que o país caísse sob o jugo de um maoísmo residual, e se preparasse para participar da arena internacional nos setores complexos do comércio, da diplomacia e da tecnologia. Em 1983 e 1984, sua tarefa foi mais delicada, consequência em parte dos êxitos dos cinco anos anteriores. Deng tinha de agora tentar manter uma posição de mediação entre os que defendiam reformas aceleradas e os que advogavam mudanças mais cautelosas que conservariam a autoridade central do partido […] Uma vez que os defensores de ambas as posições tinham forte representação nos altos escalões do Partido Comunista Chinês, o resultado foi uma série de guinadas, recuos e saltos súbitos na política, em vez de uma simples

114 Em suas alocuções no início da década de 1980, já com seu poder assegurado, Deng tomava cuidados consideráveis em não caminhar tão longe dos limites permitidos pela ideologia maoísta, da qual buscava se afastar. Em seu discurso de janeiro de 1980, destacou que "Ao estudarmos […] a sociedade capitalista, não podemos nunca nos permitir reverenciar os países capitalistas, sucumbir às corrosivas influências capitalistas ou perder nosso orgulho nacional e confiança na China socialista" (GEWIRTZ, 2018, p. 71).

> progressão linear em direção a uma China "modernizada" (SPENCE, 1996, p. 648)

Esta série de guinadas, recuos e saltos súbitos caracteriza melhor, porque com menos simplicidade, os desvãos rítmicos no processo de restauração capitalista na China, que passou por múltiplas determinações econômicas, políticas e sociais na década de 1980. Buscar uma linearidade sem contradições, mesmo no interior da cúpula do PCCh, seria tão errôneo quanto absolutizar estas diferenças relativas, e perder de vista o marco estratégico comum que guiava as coordenadas restauracionistas dos herdeiros de Mao em Pequim.

Esta espécie de bloco "conservador" encontrou um líder nacional na figura de Chen Yun, economista e membro do Comitê Central do PCCh, para quem o modelo socialista chinês poderia abranger, em pequena escala, algumas práticas descentralizadas de mercado, mas sem abrir mão de um plano socialista altamente centralizado (GEWIRTZ, 2018). Chen Yun, ademais, era firme defensor da aliança entre China e União Soviética, o que desagradava Deng, Hu Yaobang, Zhao Ziyang e demais "homens fortes" da nova safra de líderes do Partido Comunista Chinês, mais próximos das relações com os Estados Unidos (SPENCE, 1996) e dedicados a uma versão mais agressiva do projeto de introdução de reformas pró-capitalistas. Simpáticos à visão de Chen Yun eram antigas sumidades teóricas do PCCh, como Hu Qiaomu e Deng Liqun (GEWIRTZ, 2018).

Como referimos acima, apesar das divergências no ritmo das reformas pró-capitalistas, na forma de conduzi-la e os meios a serem utilizados, Deng Xiaoping e Chen Yun acomodavam um acordo estratégico: a manutenção da férrea liderança da burocracia do PCCh sobre a política nacional e sobre as transformações restauracionistas na China[115]. E o panorama internacional preocupava a burocracia chinesa. Hu Qiaomu e Chen Yun alertaram o grupo de Deng Xiaoping sobre as perigosas consequências caso uma rebelião similar à polonesa eclodisse na China. Não foi senão pelo receio causado pelos acontecimentos no Leste europeu que Hu Yaobang e Zhao Ziyang reduziram temporariamente os cortes de gastos sociais e a liberalização de empresas estatais nos centros urbanos, estabelecendo um ritmo mais moderado na introdução dos elementos de mercado na economia chinesa. Uma vez derrotada revolução polonesa e tendo em seu território restaurado o capitalismo, a ala Deng incrementou seus poderes bonapartistas sobre as disputas no interior da direção do PCCh.

115 "A questão que definiu a década de 1980 não foi a necessidade ou não de realizar a reforma – como enfatiza o esquema binário comumente invocado de conservadores versus reformadores. A questão era *como* fazer a reforma: destruindo o sistema antigo ou desenvolvendo o novo sistema a partir do antigo" (WEBER, 2021, p. 9).

Outro fator internacional que deu força aos restauracionistas da ala liderada por Deng foi a derrota da greve dos controladores de vôo dos Estados Unidos, em 1982, por Ronald Reagan.

Com o movimento operário internacional em refluxo em meados da década de 1980 – que ainda veria o governo ultraliberal de Margareth Thatcher derrotar a greve dos mineiros britânicos em 1986 – o curso da política chinesa ganhou contornos mais abrasivos, ainda que seguisse seu desenvolvimento cauteloso através do leme do PCCh[116]. No final de 1984, Zhao Ziyang e Hu Yaobang conseguiram uma conquista relevante para o curso da política restauracionista, extraindo da direção do PCCh a decisão sobre a Reforma da Estrutura Econômica, que respaldava a dita "economia socialista de mercado" (GEWIRTZ, 2018), baseada na visão de economistas liberais nos Estados operários burocráticos do Leste europeu, como o polonês Włodzimierz Brus, o húngaro János Kornai e o tchecoslovaco Ota Šik, relacionados com economistas chineses eminentes, como Wu Jinglian, Guo Shuqing e Xue Muqiao (WEBER, 2021).

Outro tema debatido em 1984 foi a reforma da política de preços. A pressão vinha de instituições imperialistas como o Banco Mundial, transmitidas oficialmente na famosa Conferência de Bashan em 1985 junto às autoridades monetárias do PCCh, segundo o qual o índice de preços do consumidor urbano era artificialmente baixo devido aos subsídios estatais. Uma narrativa clássica do neoliberalismo. Diante disso, a direção do PCCh debateu que rumo tomar. De acordo com Isabella Weber (2021), em seu *How China Escaped Shock Therapy*, o embate entre as alas adversas na cúpula do governo não se dava em termos de se a reforma dos preços deveria proceder à alteração do arcabouço econômico ou não, e sim de que modo se deveria alterá-lo[117]. O que os economistas e os dirigentes do PCCh consensuaram, diante

116 Essa conjuntura internacional fortaleceu Deng em sua orientação, e as reformas passavam pela primeira vez a afetar as empresas estatais urbanas. "Deng Xiaoping reafirmou seu apoio às zonas econômicas especiais (ZEEs) visitando Shenzhen, Zhuhai e Xiamen no final de janeiro e início de fevereiro de 1984, e abrindo mais cidades litorâneas. 'Ao estabelecer zonas econômicas especiais e implementar uma política aberta, nossa ideologia orientadora é clara: não restringir, mas libertar,' disse Deng. Em 27 de março, em um discurso no Conselho de Estado, Zhao Ziyang elogiou os resultados do experimento de Chongqing em 'reforma urbana compreensiva' (incluindo a reforma dos canais de distribuição comercial, criando o primeiro 'centro comercial' da China) e exortou a expansão da reforma das empresas estatais e do sistema de trabalho. Sob a liderança de Zhao, dez Regulamentos Provisórios sobre a Expansão dos Poderes Decisórios de Empresas Estatais foram redigidos e aprovados pelo Conselho de Estado, em 10 de maio de 1984. Estes regulamentos aumentaram substancialmente a autonomia das empresas: as empresas estatais agora poderiam produzir livremente sobre cotas, venderem essas mercadorias a preços dentro de 20% do estabelecido pelo Estado e reterem 70% dos recursos destinados à compra de novos ativos fixos (GEWIRTZ, 2018, p. 117).

117 Segundo a leitura de Weber (2021) o verdadeiro componente da proposta neoliberal convencionada como "terapia de choque" para as economias burocraticamente planificadas era a liberalização dos preços. Esta reforma subordinava todas as demais, incluindo a privatização das empresas estatais e a liberalização do comércio, que em geral eram vistas por ambas as principais alas restauracionistas como de ritmo mais gradual. "Nesse momento, a questão não era se se deveria ou não fazer a reforma, mas como fazê-la – se 'sentindo o caminho a seguir' por meio da mercantilização nas margens [do sistema econômico], ou se impondo conscientemente um trauma imediato esperando obter ganhos de longo prazo, ao se chocar o núcleo do sistema com a mercantilização. Em 1986, o plano para um *big bang* foi bloqueado como resultado da luta

dessa pressão, era o "sistema de preços dual" (WEBER, 2021). Este exigia um sistema diferenciado de preços, segundo o controle do Estado, por um lado, e segundo os preços estabelecidos pelo mercado, de outro. Assim, uma economia paralela, alheia à supervisão da planificação estatal, agia como catalisador dos lucros de um segmento incipiente de capitalistas. Apesar da aparência de equilíbrio, o sistema dual de preços empurrava o curso da economia para o sentido do domínio cada vez mais amplo dos mecanismos de mercado, com a prevalência dos preços não controlados atingindo os bens de consumo básicos e os segmentos estratégicos da indústria[118]. Além disso, essa dualidade de preços abriu caminho para múltiplos processos de especulação, e nas distintas localidades, auxiliou a acumulação por parte de empresários privados.

A Conferência de Bashan de 1985 e os sucessivos encontros com economistas pró-reformas do Leste europeu desenharam as bases para a tentativa de liberalização radical dos preços. A tese da coexistência pacífica de dois sistemas de preços antagônicos ruía[119], e a direção do Partido Comunista ensaiava o que seria o destino manifesto do sistema dual de preços sob a estratégia restauracionista.

3.12 A reforma dos preços e o revés econômico de Deng em 1988

Nas discussões entre as alas moderada e agressiva dos restauracionistas chineses, as contradições da luta de classes e sua influência, ao menos em grau mais acentuado, intervinham ainda majoritariamente de fora para dentro, sem encontrar um ponto de apoio endógeno. A atenção do Partido Comunista Chinês, no período, se dirigia à possibilidade de implementação da reforma dos preços, eliminando o sistema dual, o que havia sido apoiado

entre os economistas. Em 1988, um novo impulso para uma reforma radical dos preços veio da mais alta liderança política, desesperada por resultados rápidos. Na segunda vez, a China escapou do *big bang*, mas com custos sociais e políticos históricos" (WEBER, 2021, p. 184).

118 "A decisão de 1984 instituiu o sistema dual de preços como política nacional. A lógica da precificação em vários níveis, que mantinha o núcleo do sistema funcionando enquanto introduzia mecanismos de mercado nas margens, tornou-se a abordagem dominante para a reforma […] Isso pode parecer um detalhe técnico, mas significava que o coração da economia industrial estava agora oficialmente sob o sistema dual de preços, e a caminho da prevalência dos mecanismos de mercado. Isso aumentou rapidamente a participação geral dos bens com preços de mercado, mas também elevou o nível geral de preços, uma vez que os preços de mercado estavam acima dos preços planejados para bens industriais escassos" (WEBER, 2021, p. 182).

119 "Em março de 1986, Zhao Ziyang havia cristalizado sua visão para a próxima etapa: 'A reforma completa é superior à reforma através de medidas individuais', disse Zhao aos seus secretários pessoais Bao Tong e Bai Meiqing. [...] Zhao advertiu, bem ao estilo de Kornai, que o problema básico era a coexistência dos sistemas antigo e novo. Se a China continuasse a avançar gradualmente, advertiu Zhao, as contradições entre os dois sistemas se tornariam muito graves. Em particular, Zhao sugeriu, assim como Brus havia feito na Conferência de Bashan, que a situação de coexistência de dois preços muito diferentes para a mesma mercadoria não poderia durar muito tempo. Se as condições fossem consideradas adequadas, a China deveria 'dar um passo decisivo nos próximos dois anos e basicamente fazer a transição para a primazia do novo sistema' (WEBER, 2021, p. 201).

por Deng e Zhao Ziyang no início de 1986 (WEBER, 2021), e do plano traçado por Zhao Ziyang em 1987, de implementação da estratégia de desenvolvimento costeiro[120], inaugurando oficialmente a era da explosão da indústria leve orientada à exportação. Com efeito, no 13º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1987, os mecanismos de mercado haviam se tornado o principal motor de desenvolvimento econômico para a burocracia, ao menos para a ala restauracionista agressiva de Deng e Zhao. Enquanto a ala do PCCh encabeçada por Chen Yun buscava enquadrar as reformas pró-mercado que advogavam no interior do esquema tradicional da planificação burocrática, Zhao Ziyang elaborava a tese segundo a qual a República Popular deveria ingressar no período de desenvolvimento econômico sério, tendo como parâmetro a diminuição da estatura de vantagem de que o Ocidente gozava sobre as forças produtivas chinesas. Segundo Zhao, tudo aquilo que auxiliar o crescimento e modernização das forças produtivas chinesas deveria ser admitido como identificável com os métodos do socialismo (GEWIRTZ, 2018; WEBER, 2021). Algo que, dito em outras palavras, significava que a criação de espaços de acumulação de capital – que não pode ser valorizado sem a exploração de trabalho alheio excedente sem retribuição (MARX, 2014) – no interior da economia era a nova regra. O mercado deveria ser controlado pelo Estado, mas suas atribuições se expandiam para os domínios mais estratégicos da economia, desde os meios de produção até as finanças.

Para 1987 e 1988, a decisão da direção do PCCh era, assim, encontrar um ponto de intersecção entre distintas políticas mais duras de recrudescimento dos mecanismos de mercado na economia, começando pela tentativa de liberalização completa dos preços. Caso houvesse êxito na combinação entre a destruição do sistema dual de preços e a estabilização social, as reformas de cunho neoliberal que se encenaram na década de 1990 com Jiang Zemin e Zhu Rongji poderiam ter sido antecipadas na administração Zhao Ziyang, como a privatização de segmentos da economia estatal, e mesmo a liberalização do sistema financeiro. Economistas pró-reformas do Leste europeu, como Ota Šik, sugeriam o desmantelamento da rede industrial estatal urbana como condição prévia para o êxito da liberalização dos preços (WEBER, 2021), o que estava em discussão no PCCh.

É importante considerar que o plano de introdução de mecanismos de mercado e a liberalização dos preços (de início, dos bens básicos de consumo existentes em abundância, e

120 Tratava-se da continuidade da política das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), ultrapassando seu marco inicial de testes, já que a política de 1987 se referia à abertura mais integral à entrada de empresas privadas estrangeiras destinadas à produção de manufaturas com baixo valor agregado para exportação. Essa estratégia era vista como aceleradora da industrialização da China – baseado na experiência então recente dos quatro "tigres asiáticos", Cingapura, Taiwan, Coreia do Sul e Hong Kong – trazendo ao país a tecnologia estrangeira mediante exportação de capitais dos grandes centros imperialistas.

posteriormente dos demais) não pode ser identificado com as necessidades que a NEP russa buscava atender em suas origens, em 1921. Na União Soviética, a reconstituição controlada de nichos de mercado era uma política temporária e emergencial para responder à estagnação econômica forçada por fatores exógenos, advindos da destruição na infraestrutura industrial e agrária operada pela I Guerra Mundial e pela guerra civil – esta, que movera as forças dos principais Estados imperialistas do mundo a obliterar a infraestrutura da Revolução Russa. A República Popular no auge das reformas de Deng Xiaoping e Zhao Ziyang não vivia os efeitos devastadores de guerras interestatais ou civis, e a economia chinesa tampouco se encontrava paralisada. A discussão sobre a introdução do cânone das políticas econômicas liberais em território chinês, ao mesmo tempo que tinham efetivamente o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico do país, atendia aos pressupostos da constituição estável de uma economia de mercado, em sintonia com as circunstâncias de avanço do neoliberalismo no ocaso da Guerra Fria.

Os termos do debate se dava, portanto, em como alcançar a meta, em perspectiva restauracionista, da conversão da estrutura econômica chinesa em um sistema de mercado. O aríete para essa fase das reformas seria a abolição do controle estatal sobre os preços, um projeto que não avançara em 1986 mas que permanecera no horizonte da direção Deng-Zhao. Entretanto, a preocupação sobre as pressões inflacionárias da economia, redundantes da aventada proposta de maior relaxamento do controle estatal sobre os preços, reinava no PCCh[121]. Segundo Marcelo José Braga Nonnenberg (2010), os ciclos inflacionários desde 1980 na China são associados a dois fatores básicos. De um lado, o intenso processo de liberalização de preços; de outro, períodos de afrouxamento da política monetária, que permitiram expansão dos investimentos das empresas estatais:

> Com relação ao primeiro fator, o processo de liberalização de preços foi bastante intenso entre 1978 e 1992. Em 1978, 97,5% dos preços de bens vendidos no varejo eram administrados ou "guiados". Esse percentual cai para 55% em 1988 e 7% em 1992, caindo lentamente a partir daí. Na verdade, pelo menos até o início da década de 1980, os preços na China eram divididos em quatro categorias: preços planejados, preços flutuantes, preços negociados e preços de mercado. Os primeiros cobriam a maioria dos preços controlados, sobretudo bens industriais. A segunda categoria foi aplicada durante alguns anos especialmente em bens de consumo, enquanto a terceira

121 "Para entender melhor a substância das divergências sobre a inflação, dois fatores históricos são importantes para se considerar. Em primeiro lugar, a liderança do PCCh nunca esqueceu que a inflação ajudou a facilitar o colapso do Partido Nacionalista (Kuomintang) em 1948 e 1949, e o sucesso da Revolução Chinesa, uma lição sobre os sérios riscos que a inflação representava para a estabilidade política. Os economistas chineses viveram décadas com os preços estabelecidos pelo Estado, e tinham pouca experiência em mercados nos quais a inflação não era sistematicamente reprimida por decreto governamental. […] O superaquecimento econômico era uma coisa, mas os economistas chineses estavam divididos sobre se a economia do país havia passado por um grande período de inflação desde que a política de reforma e abertura começara" (GEWIRTZ, 2018, p. 214).

> categoria permitia alguma flexibilização de preços agrícolas (NONNENBERG, 2010, s/p).

Nesse momento, não estavam claras as implicações políticas da tentativa de reforma dos preços. Deng Xiaoping sustentava a posição de Zhao Ziyang, e se opunha à cautela de Chen Yun e Wang Xiangqiao, que advogavam uma orientação de ritmo gradual, em que a expansão da economia de mercado não frustrasse a planificação burocrática. Nesse quesito, dentro da convergência estratégica podia-se entrever as divergências táticas[122]. Wang Xiangqiao, chefe do Instituto de Reforma do Sistema Econômico do PCCh, considerava perigoso o caminho proposto por Zhao Ziyang, e parecia aderir a uma estratégia de compromisso em que a mercantilização do intercâmbio através do desenvolvimento das tendências liberalizantes do sistema dual de preços, por ser paulatina e gradual, era melhor do que o desmanche repentino da planificação estatal, que adviria sem o surgimento de um mercado propriamente dito caso a economia entrasse em curto-circuito (WEBER, 2021). O setor encabeçado por Wang e Chen Yizi (grupo que em certa medida coincidia com o gradualismo de Chen Yun) advogava um relaxamento gradual do controle dos preços de acordo com a situação específica de cada mercadoria. No todo, as diferenças táticas não causavam rupturas estratégicas, e o Estado operário burocratizado se encaminhava à abertura capitalista da economia chinesa.

Esse debate prorrogou as decisões. A estabilidade social na República Popular passava a ser uma interrogação no interior da linha liberalizante do governo, na medida em que as experiência de reforma pró-capitalista no Leste europeu, como argumentava János Kornai, levaram em países como a Hungria e a Iugoslávia a vivenciar processos de luta de classes. Os trabalhadores respondiam ao aumento dos preços com exigências correspondentes de aumento salarial; a correlação entre a espiral inflacionária e de aumento salarial levava a choques sociais internos, inevitáveis nos processos de restauração capitalista. Em sintonia com essa experiência, restauradores moderados como Wang Xiangqiao propunham ajustar o ritmo da reforma de preços aos das reformas pró-capitalistas na indústria estatal. Com efeito, a próxima tentativa de relaxamento dos controles estatais viria com uma abordagem agressiva contra a propriedade estatal urbana e os direitos trabalhistas vestigiais do *danwei*[123]. Zhao Ziyang e a

122 “A principal discordância, conforme Wang apontou para o primeiro-ministro [Zhao Ziyang], era sobre como alcançar a criação de uma economia de mercado: se os preços dos insumos essenciais escassos deveriam ser liberalizados de uma só vez, apesar dos grandes riscos e custos, ou se o sistema dual de preços deveria continuar funcionando até que as relações de mercado tivessem se desenvolvido em um grau suficiente, as empresas tivessem se tornado entidades mais independentes e a oferta tivesse aumentado o suficiente para abrir os gargalos” (WEBER, 2021, p. 210).

123 “A orientação básica da proposta de 1988 permaneceu a mesma do plano de 1986. Mas o tom havia se radicalizado, e o escopo da reforma havia superado a mera combinação de reforma de preços, impostos,

direção do PCCh previam instabilidade social, e a onda de greves na Polônia contra a desvalorização salarial em 1988 (num país que viveu uma revolução política, derrotada, em 1981) foi interpretada pela burocracia chinesa como sinal de que as reformas pró-capitalistas encapsuladas na liberalização dos preços não passariam sem repressão. A repressão militar que se abateria sobre Pequim em maio de 1989 estava sendo incubada.

Apesar das advertências latentes na sociedade, em agosto de 1988 o Politburo decidiu apoiar um plano para a adoção imediata e abrangente da liberalização de preços que constava na proposta de reforma de Zhao Ziyang (GEWIRTZ, 2018; WEBER, 2021). Esse teste de uma política monetária mais dura deveria se dar concomitantemente ao aumento das tensões na população, que via seu poder aquisitivo ser carcomido pelas reformas pró-mercado. Os preços dispararam, e o acesso da população urbana a bens básicos de consumo foi afetado em suas raízes. Com a perspectiva de crescimento do valor de reprodução dos meios de subsistência, já não mais abrangidos pelo Estado, os trabalhadores passaram a agir com o que podiam para preservar seu poder de compra. Diante da desvalorização artificial do poder aquisitivo, uma crise quase instantânea surgiu na forma de forte corrida bancária, em que os trabalhadores retiravam depósitos para aproveitar algo de seu anterior poder de compra, agora em risco pelos aumentos de preços; segundo Fairbank (2006), greves operárias emergiram na cena política[124].

> No início do verão de 1988, a reforma radical dos preços tornou-se repentinamente a pauta do dia. Mais uma vez, a China ficou à beira de um *big bang*. Dessa vez, o custo foi dramático. Pela primeira vez desde a década de 1940, a inflação saiu do controle. As pessoas de todo o país reagiram aos anúncios de um grande impulso na reforma dos preços executando compras em pânico, corridas bancárias e protestos locais, em uma reação popular sem precedentes contra as reformas de mercado. A liderança chinesa não teve outra escolha a não ser interromper os planos de liberalização dos preços no outono de 1988. Em vez de levar adiante a reforma dos preços, a austeridade e a contenção se tornaram a ordem do dia (WEBER, 2021, p. 225).

A desconfiança da população trabalhadora chinesa diante das experimentações com medidas pró-capitalistas é um atestado de que esse curso político não estava pré-determinado, e que

salários e finanças, passando a incluir a reforma da propriedade e do sistema governamental para ser compatível com uma economia de mercado, com a liberalização financeira e a mercantilização da terra e da força de trabalho" (WEBER, 2021, p. 232).

124 "Cenas como o frenesi do ouro em Wuhan foram reproduzidas em todo o país, deixando a China à beira do abismo […] As corridas bancárias e os gastos com eletrônicos na cidade de Harbin levaram, segundo as autoridades locais, às maiores retiradas bancárias desde a fundação da República Popular da China trinta e nova anos antes. Em vez de demonstrar confiança no regime, os consumidores chineses responderam à notícia da reforma de preços com extrema ansiedade sobre as perspectivas da economia" (GEWIRTZ, 2018, p. 220). Greves de proporções consideráveis ocorreram em 1988, previamente aos acontecimentos de Tiananmen: "1500 operários de uma indústria têxtil de Zhejiang paralisaram os serviços, enquanto 1100 trabalhadores de uma fábrica de instrumentos médicos cruzaram os braços por três meses" (FAIRBANK, 2006, p. 642).

conflitos poderiam estourar em detrimento da orientação do PCCh. No interior da China, a luta de classes voltou a ganhar relevo, especialmente em função do descontentamento de amplos segmentos da classe camponesa com os baixos preços dos grãos, que se comparavam desvantajosamente quando vistos à luz do mercado.

> A inquietação operária devia-se, em parte, à inflação e, por outro lado, às péssimas condições de trabalho impostas por um novo tipo de gerente empresarial. Esses administradores, na verdade, trabalhavam em proximidade com a burocracia partidária em muitos casos, e continuavam a contar com os dirigentes políticos locais para contratos lucrativos, acesso a matérias-primas, transporte de mercadorias e porcentagens de tributação favoráveis que aumentavam os lucros. À medida que os salários ficavam para trás e numerosos trabalhadores eram demitidos, muitos começaram a fazer greve (SPENCE, 1996, p. 682).

O governo chinês, através do Conselho de Estado, foi obrigado a interromper a experiência do reajuste de preços segundo o sistema dual, em função do descontentamento social com os efeitos desvalorizadores da inflação. O mecanismo dos controles de preços foi reconduzido em suas prerrogativas. A tentativa fracassada de liberalização resultou numa completa reversão de política, e fragilizou a imagem de Zhao Ziyang, e também de Deng Xiaoping, ainda que em outra medida (CHU; SO, 2010; GEWIRTZ, 2018). O barril de pólvora estava montado, e crescia a insatisfação das famílias trabalhadoras com a desvalorização salarial, a dualidade de preços e a crescente inflação. Os trabalhadores faziam greves por recomposição salarial e contra as demissões.

3.13 Massacre da Praça da Paz Celestial: o fator Tiananmen

A morte de Hu Yaobang a 15 de abril de 1989 reavivou as mobilizações estudantis, dos trabalhadores e em menor medida dos intelectuais chineses, que se manifestavam por liberdades democráticas contra o autoritarismo do PCCh. Ademais, os protestos se opunham às reformas pró-capitalistas, que aumentavam as desigualdades sociais, o desemprego e a inflação. Pequim emergiria como o centro de gravidade do movimento, que eclipsou a visita de Mikhail Gorbachev à China, no que deveria ser uma iniciativa dedicada a superar as tensões do passado com a URSS.

No dia 4 de maio de 1989, aproximadamente 100.000 estudantes e operários marcharam sobre Pequim, pedindo reformas para a liberdade de expressão e um diálogo formal entre as autoridades e os representantes estudantis. A 13 de maio, grandes grupos estudantis ocuparam a Praça Tiananmen, e empreenderam uma greve de fome, para que o governo aceitasse iniciar conversas com os representantes eleitos pelos estudantes

(FAIRBANK, 2006). Os estudantes em greve de fome entoavam *A Internacional* nas manifestações, mostrando que as reformas que exigiam iam na contramão da ideologia do "socialismo com características chinesas". Como diz Simone Pieranni (2019):

> Havia uma aceitação muito escassa por parte dos trabalhadores da ideia de Deng Xiaoping segundo a qual tudo iria bem "se alguns se tornassem ricos primeiro"; consideravam este pensamento simplesmente como uma injustiça distributiva […] Muitos trabalhadores se sentiam profundamente agravados até por diferenças salariais que não se considerariam muito grandes de acordo com critérios ocidentais, enquanto na China se percebiam como injustiças […] Um ressentimento especialmente agudo foi o que provocou uma brecha cada vez maior entre as gratificações pagas aos trabalhadores e as bonificações concedidas aos gerentes superiores das empresas, que em alguns casos chegavam a ser de 20 a 30 vezes maiores que o pagamento equivalente aos trabalhadores (PIERANNI, 2019, s/p).

Assim, a 20 de maio o governo central declarou a lei marcial em Pequim, e na madrugada de 3 a 4 de junho foi autorizada a utilização do Exército Popular de Libertação contra os trabalhadores e estudantes. Com o desenvolvimento da situação e da repressão militar, os manifestantes foram obtendo o apoio da população, inclusive dos trabalhadores, que se deslocaram para a Praça Tiananmen e passaram a acompanhar os estudantes. O discurso em represália ao movimento, proferido por Deng Xiaoping, seria incluído na gama de textos obrigatórios para o ingresso no PCCh (GEWIRTZ, 2018). O massacre de Tiananmen levou a que Deng Xiaoping moderasse a retórica das reformas, sem que isso levasse a uma transformação no rumo da economia. As reformas seguiram sendo uma prioridade, e no mesmo discurso em que condenava o movimento, Deng reafirmava a necessidade de construção da infraestrutura, abertura econômica ao capital estrangeiro, e o objetivo de dobrar a riqueza produzida pelo país, de modo a tornar a China uma "nação modernamente desenvolvida" (SPENCE, 1996; CHU; SO, 2010). As reformas neoliberais, encabeçadas por Jiang Zemin e Zhu Rongji seguiram a passo firme, da mesma forma que o controle cuidadoso para a preservação do Partido Comunista Chinês.

> Ao fim e ao cabo, a repressão de 1989 não apenas colocou termo ao caminho da liberalização política, como também acelerou os ataques neoliberais aos direitos dos trabalhadores urbanos. Para interromper o isolamento internacional da China resultante do banho de sangue de Tiananmen, Jiang Zemin e Zhu Rongji, líderes pós-1989 do Partido Comunista Chinês originados em Xangai e selecionados por Deng, perseguiram uma agressiva agenda econômica neoliberal durante a década de 1990, seguindo conscientemente o consenso de Washington e o conselho do capital financeiro dos Estados Unidos. Essa abordagem forneceu a cobertura e o incentivo para que a administração Clinton deixasse de lado suas reservas sobre o regime do PCCh à saída de Tiananmen, e adotasse uma política de aproximação com a China (HUNG, 2015, p. 59).

Com a derrota do movimento de Tiananmen, as condições para a manutenção do Partido Comunista no poder ficaram asseguradas. Também foi decisiva para que as diferentes alas da burocracia chinesa seguissem calculando os distintos ritmos do processo de restauração. Conjunturalmente, a ala moderada ganhou preeminência. A pressão da luta de classes, que colocara em risco as cabeças de ambas as alas restauracionistas em Pequim, obrigou a liderança partidária a fortalecer provisoriamente a posição das empresas estatais, retirar temporariamente as ameaças de desregulamentação de preços e conter a onda de demissões que viria com a liberalização da economia (SPENCE, 1996; GEWIRTZ, 2018). Politicamente, o PCCh sacrificou Zhao Ziyang, e Jiang Zemin foi promovido de secretário do Partido em Xangai para secretário-geral do PCCh.

O colapso dos Estados operários burocraticamente deformados no Leste europeu, como na Polônia, na Hungria e na Tchecoslováquia, e especialmente a queda do Muro de Berlim que prenunciou a restauração capitalista na URSS, entretanto, modificaram novamente a relação de forças no interior da China. Se a preocupação com a estabilidade interna aumentou exponencialmente pelo instinto de sobrevivência de ambas as alas da burocracia partidária, as contrarrevoluções que restauraram o modo de produção capitalista nestes países voltaram a fortalecer a facção de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e os mais convictos de que as reformas pró-capitalistas deveriam ser avançadas num ritmo maior.

3.14 O fortalecimento da facção Deng-Jiang fruto da restauração na URSS e no Leste europeu

Grandes transformações se operavam no terreno internacional. Os regimes stalinistas sucumbiam, a URSS era dissolvida em 1991, e os Estados Unidos se tornava o líder hegemônico global de uma nova ordem inaugurada com a Guerra do Golfo. A década neoliberal estava em pleno florescimento e a agressividade capitalista contra todas as conquistas dos trabalhadores grassava com a propaganda do “fim da história e da luta de classes” à la Francis Fukuyama. Diante disso, Deng Xiaoping deu a munição necessária a seu novo entorno imediato, Jiang Zemin e Zhu Rongji, em sua viagem ao Sul da China, em janeiro de 1992. Proferiu uma série de discursos informais que exigiam a retomada das reformas de maneira acelerada.

> Deng visitou Xangai e fez dois discursos, na virada de 1991. Ele também fez sua famosa “viagem de inspeção” pelo Sul entre 18 de janeiro e 21 de fevereiro de 1992. Ao visitar as cidades e as Zonas Econômicas Especiais, em que o processo de reforma e abertura havia mais avançado, Deng estava

> de certo modo solicitando apoio das províncias para pressionar o centro do país. Em verdade, os discursos de Deng de 1991 levantaram apoio entre os líderes partidários de Guangdong, Tianjin, Hebei, Jiangxi, e mesmo de Pequim. Ao mesmo tempo, sua viagem sulista de 1992 foi acolhida imediatamente pela imprensa em Hong Kong, Xangai e Shenzhen. […] Já em 1992, ele pareceu determinado a reinstalar sua ideia de reformas, usando todos os métodos à mão. Com Yang Baibing, vice-presidente da Comissão Militar Central, declarando que o Exército de Libertação Popular estava pronto para proteger e escoltar (*baojia huhang*) as reformas, o ponto de vista de Deng ganhou preeminência (CHU; SO, 2010, p. 56).

Ideologicamente, Deng revestiu a introdução das medidas pró-mercado com a tese da coexistência pacífica entre sistemas produtivos antagônicos. Para ele, uma economia planificada não seria equivalente ao socialismo, porque também há planejamento sob o capitalismo, ao passo que uma economia de mercado não seria o capitalismo, porque também existem mercados sob o socialismo. Os dois sistemas, segundo Deng, poderiam conviver harmonicamente (CHU; SO, 2010). Essa aproximação sobre a hipotética coexistência pacífica entre capitalismo e socialismo não foi incomum entre as burocracias comunistas que no Oriente e no Leste europeu conduziram os Estados operários burocratizados que haviam expropriado as burguesias nacionais de volta ao capitalismo. Com a fórmula ganhando espaço nos comunicados e nas discussões da direção, Deng denunciou seus oponentes em Pequim, expressando a confiança de que sua turnê sulista (*nanxun*) pudesse influenciar o Politburo a que marginalizasse a facção de Chen Yun.

A essa altura, as diferenças entre as alas restauracionistas no interior do Partido Comunista Chinês diminuíram a um nível residual. O impacto real dos processos de restauração capitalista na União Soviética e no Leste europeu havia colocado ambas as alas (em sua heterogeneidade interna) em sintonia sobre a preponderância de defender, nesses tempos incertos de transição, os privilégios políticos e econômicos da burocracia chinesa. O 14º Congresso do PCCh, em 1992, adotaria definitivamente a diretriz econômica mais favorável aos mercados. Em março de 1993, tendo o 14º Congresso selado a primazia da linha política agressiva de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Zhu Rongji, o conceito de "economia socialista de mercado" foi inscrito na constituição chinesa, substituindo o termo "economia planificada sobre as bases da propriedade pública socialista" (SPENCE, 1996; GEWIRTZ, 2018). Chen Yun e Deng Liqun foram derrotados, e aderiram à linha central de Deng, Jiang, e Zhu.

Com os moderados agora migrando a uma sintonia maior com a facção Deng, a burocracia passou a alvejar, nos centros urbanos, as já fragilizadas bases da economia burocraticamente planificada com reformas neoliberais que aproximariam a China dos favores

de Washington. Em seu discurso oficial durante o 15º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1997, o secretário-geral Jiang Zemin encorajou a aceleração da liberalização econômica, mirando a estrutura estatal e os benefícios dos trabalhadores urbanos. Urgia as empresas estatais a se tornarem economicamente viáveis, fosse pela renda, fusão, ou bancarrota (HUDSON, 2010, p. 103). O governo central utilizou as ambições dos governos provinciais e municipais para acelerar o ritmo das reformas, permitindo retenção de receitas a nível regional e a descentralização fiscal, mediante as quais muitos burocratas partidários fizeram fortuna, especialmente no processo de privatização das pequenas e médias empresas estatais na década de 1990 (o que vamos abordar em seguida).

Algumas conclusões se depreendem dessa síntese dos acontecimentos nos anos que preenchem o hiato de 1978 a 1997. A força de empuxo das reformas pró-capitalistas na China, encabeçadas pelo Partido Comunista Chinês como forma de preservar seu próprio domínio num cenário internacional adverso, foi fruto de inúmeros debates internos. A complexidade da situação doméstica, unida às transformações epocais na situação internacional, com a derrota do ascenso revolucionário de 1968-81, a dissolução da URSS e a queda dos Estados operários burocratizados no Leste europeu, causaram divergência dentro da direção do PCCh. Essas divergências prolongaram o caminho das reformas liberalizantes, e enfrentaram resistência de massas entre 1987 e 1990. Uma vez derrotado o movimento de massas, as reformas se aceleraram, aproveitando o novo momento do auge neoliberal internacional. A implementação das reformas pró-capitalistas repercutiu sensivelmente sobre todos os níveis de vida das massas trabalhadoras, transformando o universo antes fundado nas unidades produtivas fabris (*danwei*). Nesse sistema do *danwei*, a rede de serviços sociais era composta por um tecido de garantias estatais nos âmbitos salarial, previdenciário, empregatício, educativo e de saúde. As empresas estatais forneciam todos os elementos básicos de subsistência, assim como distribuíam a cada trabalhador um conjunto amplo do que chamaríamos “cobertura social”, garantindo emprego vitalício e a transmissibilidade dos postos de trabalho no curso das gerações de cada família trabalhadora. Em troca desses benefícios, o regime chinês exigia completa aquiescência da população, e uma lealdade política inabalável, cuja violação acarretava regularmente uma rígida perseguição.

Esse sistema foi o alvo central da política deletéria do PCCh na década de 1990. Com a destruição em série dos benefícios estatais do sistema do *danwei*, a classe trabalhadora urbana, cujas gerações mais recentes haviam vivido integralmente sob os efeitos das conquistas de 1949, passava a sentir pela primeira vez o flagelo do desemprego, da precariedade do trabalho e do declinante acesso à rede de proteção social. No 16º Congresso

partidário em 2002, de transição entre a administração de Jiang Zemin para Hu Jintao, a burocracia do PCCh buscou um discurso que aplacasse as feridas abertas pela restauração capitalista, enquanto garantia o assentamento estrutural dos resultados de décadas de liberalização e abertura. Observando-se o fenômeno desse ângulo de análise, a conquista estratégica da burocracia do Partido Comunista Chinês foi ter combinado *a destruição da rede social de benefícios estatais à classe trabalhadora*, abrindo a economia chinesa para as vicissitudes dos mercados (demissões, privatizações, instabilidade e precariedade laboral), *sem perder o controle político do país*. Em outras palavras, restaurar o capitalismo, preservando a posição inconteste no regime de partido único.

Não há dúvida que o alvo central dos ataques liberalizantes, de 1978 a 1997, foi constituído pelas empresas estatais e as condições de trabalho de milhões de operários urbanos. Justamente por isso, as consequências se deram no terreno da luta de classes. Focos de resistência e luta de classes na China, entre as décadas de 1990 e 2000, surgiram heterogeneamente em muitas províncias, especialmente no antigo "cinturão da ferrugem", na região Nordeste.

> O número de "incidentes de massas" aumentou de 8.700 casos em 1993 para 60.000 em 2003, com o número de participantes crescendo de 730.000 para 3.07 milhões. O Ministério de Segurança Pública notou que em 2004 houve 74.000 casos de "distúrbios de massas" (*quntixing tefa shijian*) com mais de 3.8 milhões de pessoas envolvidas. Além do mais, foram registrados 87.000 casos de "distúrbios de ordem pública" em 2005. Em função de distintas taxonomias utilizadas, é difícil determinar se esses números de referem ao mesmo fenômeno. Sem dúvida, entretanto, mostram decisivamente que o protesto social tem marcado crescentemente a China no curso dos anos [...] As políticas deveriam ser implementadas pelas agências governamentais, e medidas foram tomadas para prevenir organizações operárias e camponesas autônomas. Lado a lado com esforços contínuos para desorganizar operários e camponeses caminhava o discurso da concessão de direitos e benefícios (CHU; SO, 2010, p. 62-4).

As estatísticas policiais compreendem apenas uma porção, e de forma distorcida, do fenômeno de resistência pós-Tiananmen contra os efeitos sentidos da restauração capitalista. Ching Kwan Lee (2007) registrou, em *Against the Law: Labor Protest in China's Rustbelt and Sunbelt*, como as lutas operárias de dois segmentos distintos – os trabalhadores do Nordeste industrializado ("cinturão da ferrugem"), e os trabalhadores migrantes no Sudeste exportador ("cinturão do sol") – se combinaram no aumento exponencial das greves e questionamentos aos governos locais. Por motivos distintos em cada caso, seja contra a deterioração das condições laborais diante do pacto social maoísta, seja contra a discriminação dos migrantes rurais como trabalhadores de "segunda classe" (LEE, 2007), a passagem da década de 1990 para a década de 2000 obrigou as administrações Jiang Zemin e

Hu Jintao a enfrentar explosões de conflitos operários de magnitude[125], confirmando os dados de Chu e So (2010).

As pesquisas que versam sobre conflitos operários na passagem do século XX ao século XXI mostram essa tendência crescente de conflitividade operária. Não deixa de ser importante notar esse traço marcante na história dos distintos segmentos do proletariado chinês: mesmo à luz da derrota sofrida, politicamente em Tiananmen e economicamente na devastação da rede de benefícios sociais vinculada ao sistema das empresas estatais, houve inúmeras batalhas defensivas de retaguarda. Muitos conflitos que envolviam os dois segmentos do proletariado chinês – aquele enraizado no antigo sistema estatal no Nordeste, e aquele oriundo do interior rural trabalhando na indústria de exportação do Sul – foram abafados e reprimidos pelas forças armadas do Partido Comunista Chinês:

> Há muitas reportagens na imprensa internacional sobre protestos operários na China que foram reprimidos pela polícia ou mesmo pelos militares. Numa cidade mineira da província de Liaoning, 20.000 mineiros e suas famílias quebraram janelas, incendiaram veículos e bloquearam o trânsito em março de 2000 depois que seu local de trabalho na mineração declarou falência, e ofereceu pacotes mínimos de compensação em troca da ruptura das relações com os trabalhadores. Várias centenas de soldados do Exército de Libertação Popular foram trazidos de distintas cidades circundantes […] Em outro incidente, em julho de 1997, trabalhadores de três fábricas estatais da cidade de Mianyang, na província de Sichuan, tomaram as ruas para denunciar a corrupção e exigir auxílio desemprego depois que suas fábricas foram declaradas em bancarrota. […] O sequestro e o assassinato de gerentes de fábrica, responsáveis pela demissões massivas, e as explosões de fábrica acintosamente realizadas por ex-funcionários foram registradas em distintas cidades (LEE, 2007, p. 101).

Assim, no conjunto da década de 1990, o ritmo das reformas pró-capitalistas encabeçadas pela facção Deng (Jiang Zemin e Zhu Rongji) se distinguiu pela agressividade e contundência, diante das medidas tomadas na década de 1980. Os recursos objetivos da economia estatal, e as forças produtivas a eles conectadas, estiveram a serviço da atração de injeções pujantes de capital estrangeiro. Esse processo teve importância seminal na *forma particular em que o modo de produção capitalista foi restaurado na China*, diferentemente de outros Estados vinculados ao "socialismo real" stalinista. A massa de capital estrangeiro serviu-se da estrutura preexistente da produção chinesa para avançar o curso da reversão das

125 "Só na província de Liaoning, entre 2000 e 2002, mais de 830.000 pessoas estiveram envolvidas em 9.559 'incidentes de massa', ou uma média de 10 incidentes por dia, cada um envolvendo noventa pessoas, por quase três anos consecutivos. A nível nacional, o Ministério de Segurança Pública registrou 8.700 incidentes dessa natureza em 1993, aumentando para 11.000, 15.000 e 32.000 em 1995, 1997 e 1999, respectivamente. Em 2003, 58.000 incidentes abrangeram três milhões de pessoas, entre agricultores, operários industriais, professores e estudantes. O maior grupo esteve composto de 1.66 milhão demitidos, aposentados, e trabalhadores ativos, contabilizando 46.9% do número total de participantes naquele ano. O incremento dos distúrbios sociais continuou em 2004 e 2005, quando o Ministério da Segurança Pública anunciou a alta de 74.000 para 87.000 casos de rebeliões e manifestações operárias nestes anos" (LEE, 2007, p. 5).

bases nacionalizadas da economia, sem que isso significasse a extinção do poder do Estado, e do Partido Comunista Chinês, no controle de nichos estratégicos da economia. A privatização das empresas estatais nos anos 90 abriu a possibilidade para o surgimento de novos oligarcas (e posteriormente, magnatas capitalistas) em todos os escalões da administração pública, absorvendo com usufruto privado os benefícios do aniquilamento dos bens públicos legados pela Revolução de 1949.

Capítulo 4 – O caráter histórico do processo de restauração capitalista na China

4.1 Muito além da antinomia "terapia de choque" e "transformação gradual": debate com Isabella Weber

O conteúdo social do estado chinês viu grandes transformações na passagem da segunda metade do século XX para o início do século XXI. Das reformas pró-mercado em 1978, encabeçadas por Deng Xiaoping, passando pelas fases Jiang Zemin-Zhu Rongji, Hu Jintao-Wen Jiabao, até o governo de Xi Jinping, a China deixou para trás as características de um estado operário burocraticamente deformado. Mediante a restauração da propriedade privada sob os auspícios da cúpula estatal, o país viu transformados elementos centrais de seu conteúdo social. A propriedade nacionalizada e a economia planificada foram abolidos. Ainda que o partido-Estado permanecesse no controle de setores estratégicos da economia, já o fazia sobre a base do modo de produção capitalista. A República Popular concluíra a contrarrevolução econômica que a transformou num Estado capitalista.

A economista alemã Isabella Weber (2021), em seu livro *How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate*, apresenta uma leitura sobre os debates das reformas pró-mercado que atravessaram a China a partir de 1978. O foco da discussão de Weber está na disputa no interior da direção do PCCh sobre os rumos da economia na década de 1980. A contenda sobre a direção em que se transformava a economia chinesa na década que abrigaria o auge impulso inicial do neoliberalismo se dava entre duas correntes principais. De um lado, os que aderiam à tese neoliberal de Friedrich Hayek e Milton Friedman sobre a terapia de choque nas economias de transição socialista; de outro, os que advogavam as transformações graduais na estrutura em nome da edificação de uma economia de mercado. O estudo de caso realizado por Weber se baseia na contenciosa reforma dos preços, que estaria no centro dos proponentes da terapia de choque na República Popular, e que foi debatida vigorosamente a partir de 1985 e que culminou nos acontecimentos de 1989. Esta reforma nos preços deveria desencadear um processo de liberalização dos custos dos bens básicos de consumo, relaxando o controle do Estado e permitindo a emergência de um sistema de mercado. Vimos no capítulo anterior as consequências dessa política econômica com os graves eventos da Praça Tiananmen e a revolta popular contra as reformas pró-mercado.

Weber apresenta uma trajetória abrangente das discussões que opunham as visões de Deng Xiaoping, de um lado, e Chen Yun, de outro, tendo Zhao Ziyang, secretário-geral do PCCh até 1989, como suporte da política agressiva de Deng, aderente da extinção do sistema

dual de preços em prol da liberalização global dos custos. Como conclusão do processo, Weber aponta o que na sua opinião se constituiu como uma liberalização mais gradual e controlada do que desejava a ala Deng, e a não adesão à "terapia de choque" neoliberal, caminho traçado pelos países da antiga União Soviética. A autora conclui daí que "a mercantilização gradual facilitou o crescimento econômico da China sem que isso a levasse à assimilação generalizada" (WEBER, 2021, p. 1) ao modo específico em que o neoliberalismo reorganizou o tabuleiro econômico ocidental na década de 1990[126].

Apesar de superdimensionar o problema dos preços na definição da política, divorciando-o em certa medida do complexo caminho pela disputa de programas e estratégias na Segunda Guerra e nos capítulos dramáticos da luta de classes que se seguiram na China, Isabella Weber tem o mérito de iluminar uma questão chave, que é o das reformas que alterariam a estrutura econômica da China. A autora aponta o interessante paralelo na operacionalização experimental da reforma de preços a partir da década de 1980 com a política do PCCh durante a Segunda Guerra Mundial, dentro das zonas liberadas da ocupação japonesa e da administração do Kuomintang. Ali, Mao Zedong e os comunistas chineses foram obrigados a criar novas formas para a estabilização de sua moeda local num cenário de inflação e escassez de produtos básicos. O êxito no controle da inflação foi fundamental para o assentamento do novo poder em 1949[127], informando a experiência que a direção do PCCh considerava necessária para, na concepção oficial, equilibrar a planificação com o mercado no início da era Deng. Weber também proporciona uma compreensão sofisticada sobre os debates internos à burocracia em meio ao tortuoso curso das reformas, desconstruindo a noção de homogeneidade pura entre as frações, assim como a de uma oposição taxativa entre as diferentes alas da direção do PCCh. Efetivamente, a questão central para a burocracia de Pequim, na década de 1980, não era reformar ou não, "mas como fazer a reforma: destruindo

126 "A China contemporânea está profundamente integrada ao capitalismo global. No entanto, o estonteante crescimento chinês não levou o país à completa convergência institucional com o neoliberalismo. Isso desafia o triunfalismo do pós-Guerra Fria, que previa a 'vitória incondicional do liberalismo econômico e político' em todo o mundo. A era da revolução terminou em 1989. No entanto, isso não resultou na aguardada universalização do modelo econômico 'ocidental'" (WEBER, 2021, p. 1).

127 Durante a Segunda Guerra, o caos econômico privou o Kuomintang de qualquer margem temporal para estabelecer um plano de controle de preços. A inflação incontrolável durante a Guerra Civil que se seguiu à desocupação japonesa foi fatal para a permanência de Chiang Kai-shek no poder. "Na mesma medida em que a inflação tenha contribuído para a queda dos nacionalistas, o sucesso dos comunistas em impor a estabilidade de preços em questão de meses após a posse do novo governo foi uma importante fonte de sua legitimidade. O rápido sucesso dos comunistas na superação da hiperinflação derrotou as previsões pessimistas das principais potências capitalistas, que, como mostrado no último capítulo, estavam lutando para estabilizar seus próprios níveis gerais de preços após a Segunda Guerra Mundial" (WEBER, 2021, p. 70).

o antigo sistema ou desenvolvendo o novo sistema a partir do antigo" (WEBER, 2021, p. 9), algo que autora reafirma utilizando os próprios argumentos dos oponentes[128].

O ponto chave, entretanto, é o que se depreende da condução das reformas pró-mercado, e dos seus efeitos sobre a China. Desafortunadamente, o problema não se reduz a aceitar ou não a terapia de choque dos reformadores neoliberais, escolhendo um caminho distinto ao que adotaram os países do Leste europeu pertencentes à União Soviética. Essa aproximação teórica de Isabella Weber desloca o eixo central da problemática, a *regressão restauradora do capitalismo nos países em que a burguesia havia sido expropriada,* como na China, para a questão das condições de crescimento econômico após a reconversão ao modo de produção capitalista, e da presença ou ausência de certo *quantum* de controle estatal sobre a economia. Se o critério de sucesso econômico deve ser medido pela fortaleza econômica pós-restauração, não existe ponto de contato entre a China e países como a Hungria, a Polônia, ou as nações que se desprenderam da extinta Iugoslávia. O Leste europeu entrou em profunda decadência pela adesão à terapia de choque neoliberal. As diferenças com a Rússia são não menos patentes. Ainda que apresente certos traços de "imperialismo militar", como se evidenciou na Guerra da Ucrânia, o debilitamento econômico da Rússia e sua desindustrialização, tornando-se um país dependente das exportações de matéria-prima energética, foram as trágicas marcas da sua reconversão ao capitalismo, e a separam do destino da China. Desse ponto de vista, a forma que adquiriu o processo de reintegração da China ao capitalismo global lhe conferiu um caminho distinto, aproveitando a baixíssima taxa de industrialização comparada àquela existente na URSS e nos países do Leste na década de 1980. Não obstante, se tomamos como critério a estrutura global de uma formação econômico-social, a regressão da China ao capitalismo teve um efeito devastador sobre a condição da classe trabalhadora chinesa e mundial. Os trabalhadores e camponeses chineses, além de verem perdida sua conquista política de 1949, viram erguer-se diante de si um poderoso aparato contrarrevolucionário, à cabeça de um Estado burguês.

Este problema nem sequer está identificado enquanto tal no livro de Weber (2021). A encruzilhada histórica dos anos 80 e 90 estaria resolvida com a negativa chinesa em adotar a

128 "A liderança chinesa reconheceu, nos primeiros dias da reforma, que a reestruturação do sistema de preços era fundamental. A questão era como essa tarefa assustadora poderia ser realizada" (WEBER, 2021, p. 111). Em outra passagem, citando a opinião de um dos expoentes do sistema dual de preços, Weber afirma que "Wang Xiaoqiang percebeu que a diferença decisiva era se o núcleo da economia planejada deveria ser reformado em um único pacote, com a reforma de preços como a primeira 'grande etapa', ou se a economia deveria crescer gradual e experimentalmente em um mercado socialista, deixando prevalecer o sistema de preços de duas vias" (idem, p. 211). Na opinião de outro reformador, Xue Muqiao, da ala mais adepta a mudanças drásticas na política de preços, "não era necessária nenhuma mudança nos princípios abstratos, pois a questão principal era como fazer a reforma na prática" (idem, p. 140).

receita neoliberal, em um processo de restauração distinto em que a gradualidade moldou as características que adotariam as reformas pró-mercado. Em exame atento, poderíamos inverter a equação, e interrogar: a gradualidade não teria permitido melhor adequar a capacidade das reformas pró-mercado em atingir os objetivos do PCCh, de preservação do poder inconteste no seio do regime de partido único mesmo depois da destruição do arcabouço econômico-social oriundo da Revolução de 1949? Essa devastação sobre a malha dos direitos sociais vestigiais num Estado operário burocraticamente deformado como o da China teve impacto sobre o cenário global. Aqui, importa conectar a parte ao todo. Embora a China tenha sua própria particularidade como complexo analítico, não é uma ilha desconectada da totalidade superior da economia mundial; está, pelo contrário, subordinada a esta. A recomposição parcial da taxa de lucro dos grandes monopólios ocidentais a partir da década de 1990 teve como substrato a sucção dos trabalhadores e camponeses chineses para dentro do campo de acumulação capitalista. Assim, as décadas neoliberais no Ocidente seriam impensáveis sem *a restauração capitalista por meios graduais*, formalmente antonímicos à terapia de choque, na China. Indo além, há uma conexão intrínseca entre o resultado das reformas graduais na China e a agressiva política encabeçada pelos Estados Unidos como administrador unipolar dos assuntos capitalistas no mundo após a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria.

Mas também dentro da China o neoliberalismo demonstrou sua força de reorganização global da economia capitalista. Isabella Weber o reconhece mais de uma vez: “Os reformadores neoliberais fizeram incursões profundas na arena das formas de propriedade, no mercado de trabalho e no sistema de saúde, entre outras” (WEBER, 2021, p. 268). As empresas multinacionais que operavam segundo os preceitos do triunfalismo neoliberal atuavam dentro da China, explorando sua força de trabalho. A presença do controle estatal sobre os segmentos estratégicos da economia chinesa coexistia com a orquestração magna do desmanche dos direitos trabalhistas; ou melhor, da ausência organizada de direitos de que o neoliberalismo necessitava para prosperar. A partir do desmonte do *danwei* e da complexa rede das unidades de produção estatal nas grandes cidades, de 1993 em diante, é difícil separar o conteúdo das reformas de preceitos clássicos do neoliberalismo, para a consecução da atração imediata de capital estrangeiro. Poderíamos afirmar que a não adoção da terapia de choque dos reformadores na China foi um produto imposto pelas batalhas de retaguarda da classe trabalhadora chinesa de 1985 a 1989, cuja derrota permitiu outro tipo de política, muito mais agressiva, e que facilitou o caminho para o triunfalismo neoliberal em todo o mundo. Mais uma vez, a visão da totalidade importa.

Especificamente, o tratamento que a autora confere ao recurso do sistema dual de preços padece da mesma insuficiência. Em outras palavras, não se podem separar os efeitos deletérios das reformas em sua modalidade gradual dos resultados globais finais promovidos pelos defensores da terapia de choque neoliberal. Segundo Weber, analisando-se a primeira fase das reformas pró-mercado dos anos 80, a "manifestação mais proeminente da abordagem [gradual] da reforma da China é o sistema dual de preços, que é o oposto da terapia de choque". Esta oposição estaria fundada nos termos práticos da temporalidade da política econômica. O ritmo naturalmente importa, e a quebra instantânea, repentina e simultânea de toda a arquitetura legada pela expropriação da propriedade privada teria lançado a China no caos da turbulência econômica e social. Muitos membros da burocracia de Pequim temiam esse caminho de instabilidade. Wang Xiaoqiang, um dos oponentes da linha da terapia de choque proposta por Friedman, Brus e Kornai, explicava a virtude do sistema dual de preços na operação da transformação paulatina da estrutura, "para tornar a reforma mais segura, deve-se evitar que a reforma de preços seja sentida universalmente" (*apud* WEBER, 2021, p. 168). Entretanto, Isabella Weber é obrigada a reconhecer que a opção pela permanência de duas regras de precificação, uma dominada pelo Estado e outra dominada pelas leis de mercado, não tinha uma resultante neutra.

> O sistema dual de preços não aboliu diretamente as instituições de planejamento existentes. No entanto, à medida em que se apoderou do núcleo da economia chinesa, ele desencadeou uma poderosa dinâmica de mercado que serviu tanto para transformar quanto para corroer as instituições socialistas estatais existentes (WEBER, 2021, p. 231).

Em outra passagem, atesta que, referindo-se às empresas estatais urbanas, o sistema dual de preços buscava transformar as unidades de produção socialista em empresas orientadas ao lucro, criando um espaço para as relações de mercado (WEBER, 2021, p. 7-8). Forçoso é constatar que, mesmo numa aproximação teórica que simpatiza com a opção do sistema dual, sua qualidade como instrumento operativo em favor da restauração capitalista é dificilmente contornável. O processo de privatização e liberalização interna da rede de empresas estatais, a entrega das unidades urbanas de produção socialista do qual dependiam os benefícios sociais dos trabalhadores, era defendido por expoentes do sistema dual de preços, como Wang Xiaoqiang, que advogavam a necessidade de reformá-las antes de qualquer medida mais decisiva em relação aos preços[129]. Ora, a reforma das empresas estatais, sua reconversão às leis capitalistas de mercado, com a inevitável criação de um mercado de

129 Um estudo sobre os efeitos da combinação entre distintos registros de preços sobre a atitude das administrações empresariais demonstrou que, "sob o sistema dual de preços, as empresas começaram a adaptar suas atividades às condições do mercado" (WEBER, 2021, p. 211).

trabalho que conferia a possibilidade de livre contratação e demissão, foi um dos atributos indeclináveis da política neoliberal no curso da degradação dos Estados burocratizados no Leste europeu[130]. Dessa maneira, nesse âmbito como nos demais, importa a totalidade. O sistema dual de preços não oficiava como alternativa, ou oposição, à terapia de choque, ao menos quanto aos resultados finais. Seu emprego funcional serviu de antessala preparatória para a aceleração das reformas, muito mais que um antídoto para estabilizar uma ilusória coexistência pacífica entre planificação e mercado capitalista.

Se organizarmos essas coordenadas em um diálogo com a abordagem de Weber, poderíamos encontrar a unidade dos resultados na diversidades da forma. 1) Liberalização gradual? Sim, do início das reformas até o final de década de 1980, com as consequências do Massacre de Tiananmen. Entretanto, na década de 1990, especialmente de 1993 em diante, o argumento da gradualidade perde seu poder de convencimento. 2) Caminho distinto do neoliberalismo ocidental? Sim, pelas características particulares da restauração capitalista na China. Entretanto, a diferença com a "terapia de choque" neoliberal ocidental não tornou o capitalismo chinês menos agressivo. Pelo contrário, a reintegração à esfera de acumulação capitalista modelou a estrutura econômica chinesa como uma espécie de "selva virgem" para experiências de exploração do trabalho e extração de mais-valor que não puderam ser concluídas no ocidente.

Tudo isso deveria ser o suficiente para não desvalorizar a questão da integração completa da China no capitalismo global, superdimensionando a constatação – real mas subordinada – de seu crescimento diferencial comparado com a performance de outros ex-Estados operários. Entretanto, na aproximação da autora, a reintegração ao capitalismo não é um problema, que se reduz à maneira como a China se teria reincorporado. Admitindo que os neoliberais conseguiram "incursões profundas na arena da forma da propriedade e do mercado de trabalho" (WEBER, 2021, p. 268), Isabella Weber tenta atenuar essas consequências dizendo que "o núcleo do sistema econômico chinês nunca foi destruído em uma grande explosão. Em vez disso, ele foi fundamentalmente transformado por meio de uma dinâmica de crescimento e globalização sob a orientação ativa do Estado" (idem). A autora conclui que:

> Na encruzilhada da década de 1980, a China escapou da terapia de choque. Em vez de sofrer um grave declínio econômico e desindustrialização, como aconteceu com a Rússia e várias outras economias em transição, as reformas

130 Weber reconhece esse período como o das reformas de tonalidade neoliberal na China. "Wu (2016) destacou que esse foi o início de uma estreita cooperação entre esse grupo que se concretizou sob a presidência de Jiang Zemin e o governo de Zhu Rongji na década de 1990 e no início dos anos 2000, o período das reformas de mercado mais neoliberais da China. Zhou Xiaochuan resumiu apropriadamente as principais características desse grupo como 'economistas da reforma radical que aplicam a teoria básica do mercado'" (WEBER, 2021, p. 203).

> duais da China estabeleceram as bases institucionais e estruturais para sua ascensão econômica sob rígido controle político do partido e do Estado […] As liberalizações de preços de 1992 e 1993 deram origem ao único episódio no período de reforma da China em que a inflação superou o crescimento econômico. Mas não foi o tipo de hiperinflação que assolou a Rússia. A combinação de uma profunda e gradual mercantilização que precedeu a liberalização, bem como a afirmação do poder do Estado em 1989, garantiu que o "small bang" de 1992[131] fosse limitado o suficiente para preservar as principais instituições econômicas. O Estado manteve seu controle sobre as "estruturas de comando" da economia chinesa ao passar do planejamento direto para a regulamentação indireta por meio da participação do Estado no mercado. A China cresceu no capitalismo global sem perder o controle sobre sua economia doméstica (WEBER, 2021, p. 268-69).

A mercantilização, a liberalização, o Massacre de Tiananmen[132], são fatores que serviriam a um propósito fulcral, a saber, a reintegração não traumática da China ao capitalismo global e a preservação do papel do Estado como comandante de uma economia capitalista completamente distinta daquela herdada da planificação. Termina-se assim por encontrar, como o Pangloss de Voltaire, o melhor mundo dentro dos mundos possíveis, através da diminuição da importância das significativas políticas econômicas adotadas pelo PCCh, numa operação que desmerece o relevo dos resultados finais, desluzidos diante do paradigma nodal, que é ter escapado da vertente adotada na URSS. A síntese dessa narrativa seria que, apesar das recomendações e esforços dos reformadores neoliberais do Leste europeu e dos órgãos internacionais hegemonizados pelos Estados Unidos, a China não viveu a terapia de choque que traumatizou outros Estados burocratizados, e preservou a intervenção do Partido Comunista e seu Estado no mercado. Nada teria mudado essencialmente, numa interpretação que secundariza as formas de propriedade diante das formas políticas de regulação de um novo modo de produção.

Essa narrativa informa uma vasta corrente de opinião que simpatiza com o modelo capitalista chinês como suposto agente multilateral antitético à ordem mundial, benéfico aos demais países oprimidos pela decadente hegemonia do imperialismo estadunidense. Ora, mais uma vez, separando-se a parte do todo, o que se perde é uma visão holística sobre a função da economia chinesa no mundo, a ascensão de seus traços imperialistas e a exportação das duras condições endógenas de seu capitalismo selvagem aos países integrados à sua busca por nichos de acumulação de capitais (o que veremos no capítulo 8).

Como dizíamos no início, o problema não se esgota com a opção de uma vertente econômica diferente daquela assumida pela URSS e os países do Leste europeu. Adotamos

131 A reforma que liberalizou os preços dos grãos, do petróleo, do ferro e do aço, recursos centrais da economia.

132 Os acontecimentos de junho de 1989 em Pequim não recebem maior atenção pela autora, sendo, como discutimos, uma derrota do movimento de massas representativa do ponto de inflexão que permitiu a aceleração das reformas neoliberais dos anos 90.

um caminho distinto da abordagem de Isabella Weber sobre as reformas pró-mercado. Nesse capítulo, mostraremos a responsabilidade do PCCh em "orientar ativamente" a regressão da economia chinesa ao retrógrado modo de produção capitalista, e as consequências que disso advieram à vida de milhões de trabalhadores. Nada estava prescrito na história econômica chinesa; o desenlace foi fruto de uma determinada política consciente por parte da burocracia, impediu que as conquistas de 1949 passassem a ser uma alavanca para a revolução socialista internacional, rumando da conduta termidoriana para a restauracionista.

A restauração do modo de produção capitalista exacerbou a diferenciação das classes na cidade e no campo, e alargou a contradição entre as zonas urbanas e rurais. O enriquecimento do Estado foi uma função do enriquecimento da burguesia chinesa, que viu o setor privado ganhar peso em detrimento do setor público. Acumulando capital e projetando esse poder econômico internacionalmente, a República Popular se tornou uma grande potência, a segunda maior economia do mundo capitalista, e chegou ao ponto de ser capaz de exportar capitais para distintas regiões (mesmo que ainda com um baixo estoque de investimento estrangeiro direto), um aspecto central de seus novos traços imperialistas. Apresentando as características de um país capitalista avançado em rápida ascensão, sob a administração de Xi Jinping a China projeta força a nível mundial, e se encontra em franca competição estratégica com os Estados Unidos e outras potências imperialistas por nichos de acumulação e investimento internacional.

Assim, a China completou seu ciclo de transição pós-socialista, restaurando o modo de produção capitalista e revertendo as conquistas mais importantes da Revolução Chinesa de 1949. As marcas da Revolução, entretanto, não desapareceram da conformação histórica específica do capitalismo chinês. Os contornos atuais desse Estado capitalista, justamente pela trajetória original do país no século XX, são consideravelmente distintos dos tradicionais Estados capitalistas ocidentais. Isso porque foi *moldado em seu conjunto, durante todo o processo de restauração, pela continuidade do domínio totalitário do Partido Comunista Chinês*, que confere uma peculiaridade ímpar à morfologia do capitalismo chinês não vista em nenhum outro país do mundo nessa magnitude.

4.1 O avanço do setor privado na economia chinesa

Podemos dizer que o efeito econômico ascensional que tiveram as reformas pró-capitalistas só logrou ser animado porque *se apoiou, deteriorando-as, nas conquistas materiais da Revolução de 1949*: as forças produtivas erguidas e desenvolvidas sobre a

propriedade estatal, tanto a infraestrutura industrial quanto a força de trabalho urbana e rural. Houve um movimento de apropriação por parte da restauração capitalista das conquistas da revolução, usufruídas em favor da rápida ascensão da economia chinesa nas últimas quatro décadas. O sacrifício dessas bases materiais no altar do tortuoso processo da restauração capitalista foi a marca registrada do tipo específico de crescimento econômico da China.

Assim, a restauração capitalista e seus efeitos *estavam dirigidos de maneira centralizada pelo Partido Comunista na chefia do Estado*, outorgando ao capitalismo chinês características próprias que o singularizam em sua reintegração na economia global dominada pelo Ocidente. Tomando a definição clássica de Marx, na República Popular, o Estado é um órgão de dominação de classe da burguesia sobre os trabalhadores e camponeses. Esse Estado burguês, que representa os interesses dos capitalistas, tem características particulares devido à maneira como o longo século XX chinês o moldou. O aparato estatal não foi capturado diretamente pela classe capitalista: segue nas mãos do Partido Comunista, que sob a pena de reger seu destino, alterou seu próprio caráter de classe. À testa do Estado chinês, o PCCh se converteu num partido capitalista *sui generis*, que atua como *intermediário* da classe de proprietários burgueses, mas com interesses próprios sobre a manutenção do regime bonapartista de partido único. Os interesses materiais dessa burocracia se mesclam com os interesses históricos da nova burguesia chinesa – converter o país numa superpotência global – sem necessariamente coincidir com determinados objetivos parciais de determinadas frações desse capital organizado como classe dominante.

Alvin Y. So (2013), em *Class and Class Conflict in Post-Socialist China*, toma essa primeira importante diferença entre a sociedade capitalista que emergiu a partir do processo de reforma e abertura de 1978 e a sociedade capitalista chinesa pré-1949. A sociedade dividida em classes que reapareceu foi diferente de sua antecessora durante a primeira metade do século XX: antes de 1949, a China era uma sociedade dividida em classes inserida no contexto de um Estado fraco (SO, 2013). Isso ficou evidenciado pela subordinação do Estado chinês às interferências políticas e militares de potências estrangeiras, que ademais ocupavam porções de seu território até o final da Segunda Guerra Mundial. Já China pós-1978 ressurge como uma sociedade dividida em classes, mas inserida no contexto de um Estado forte, capitaneado pelo Partido Comunista (SO, 2013), que fruto dos acontecimentos de 1949 avançou em sua unificação nacional, na centralização fiscal e administrativa, e conquistou o poder econômico-militar para defender-se da tutela estrangeira. Esse Estado forte se tornou o motor para a impulsão da acumulação capitalista, regulando e facultando a mobilidade do capital. Dialeticamente, ao depender da acumulação capitalista para seus projetos de

desenvolvimento nacional, é também influenciado pelas disputas entre as frações capitalistas , atendendo aos interesses do capital concentrado mais poderoso. Por isso, ainda que seja justo dizer que na nova sociedade capitalista, fruto da restauração, a força do Estado exerce sua pressão modeladora sobre as classes sociais, incluindo a classe capitalista, é incorreta a abordagem (SO, 2013) que exagera a fragilidade da burguesia chinesa para além de determinado limite relativo. O Estado chinês não é um ente autônomo livre das determinações sociais e das relações prevalentes de produção que o sustentam, do qual não escapa de servir como instrumento político organizador.

Do ponto de vista da natureza social da burguesia chinesa nessa nova etapa, há diferenças importantes em relação à burguesia anterior à Guerra Civil chinesa. Como afirma So (2013), os capitalistas chineses da era da guerra civil pré-1949 não existem mais. Foram eliminados nas primeiras fases dos expurgos que se seguiram à intervenção militar estadunidense na península coreana (1950-53) e posteriormente durante a Revolução Cultural (SO, 2013). A nova burguesia chinesa, surgida nas décadas de 1980 e 1990 e que se fortaleceu e enriqueceu na esteira do crescimento econômico do Estado durante as décadas de reformas liberalizantes, tem outra origem. Emerge do seio da própria burocracia do Partido Comunista, que tinha seus quadros de elite lotados nas posições de gerência e administração das empresas estatais responsáveis pelo sistema do *danwei*. Essa primeira camada nascente de burgueses, na década de 1980 e 1990, era membro do Partido antes de se tornar proprietária privada. Deve seus privilégios materiais ao PCCh. Essa burguesia, portanto, esteve condicionada à permanência do Partido Comunista no cume do poder político na China. Desenvolver-se nesse ambiente, na qualidade de classe economicamente dominante mas sem plena autonomia política, subordinada a um partido-Estado que detém o aparato repressivo e as válvulas da política bancária e financeira, levou a um processo de formação do setor privado com características peculiares.

Essa formação da nova burguesia chinesa se deu no contexto internacional da ascensão do neoliberalismo. É evidente que o modo de produção capitalista na China se constituiu historicamente com características distintas daquelas do capitalismo Ocidental. Isso, entretanto, não elimina a participação direta que o modelo neoliberal do capitalismo teve na moldura da restauração na China. Ao explicar o neoliberalismo como projeto de classe do imperialismo, David Harvey (2005) situa alguns de seus termos centrais. De um lado, o traço mais enfatizado se refere à redução do papel do Estado na economia, e a liberação da iniciativa privada como reguladora da anarquia da produção capitalista (HARVEY, 2005). Desse ponto de vista, são marcadas as diferenças com o capitalismo chinês dependente do

Estado, sendo este um regulador e impulsionador da acumulação capitalista. Entretanto, Harvey aponta também que parte seminal da política econômica neoliberal é a liberalização dos mercados (de capital, de trabalho, das finanças) para que a classe capitalista tenha liberdade para contratar e demitir trabalhadores a bel-prazer, acompanhada pela privatização, desregulamentação e precarização dos serviços públicos e das condições de trabalho (HARVEY, 2005). Nesse quesito, as reformas de Deng Xiaoping a partir da década de 1980 encontraram múltiplos ponto de contato com a agressiva alteração do padrão de acumulação no Ocidente, e em determinada medida a excedeu no interior do território da República Popular.

Como afirma So (2013), a política econômica centrada na liberalização dos mercados e na reintegração da China na economia capitalista global teve de atender a determinados pressupostos que representaram perdas ingentes à classe trabalhadora em escala internacional (SO, 2013). O governo do Partido Comunista passou a implementar, na década de 1980, a primeira onda de políticas voltadas à abertura aos investimentos e mercados estrangeiros com o intuito de gerar um novo setor privado. A descoletivização das antigas comunas rurais, desmanteladas a partir de 1982 em nome de um novo sistema de responsabilidade individual, ajudou o surgimento de uma classe de camponeses ricos. As Empresas de Vila e Município (TVEs, *Township and Village Enterprises*), atuaram como catalisadores dessa transformação: surgindo dos ativos das antigas comunas rurais, eram centros de experimentação da flexibilização do trabalho e da competição de mercado. Ato seguido à perda dos direitos sociais no campo fruto da descoletivização e do surgimento das TVEs, o processo de proletarização dos camponeses resultou em uma massa de trabalhadores rurais migrantes, tornada vulnerável à superexploração capitalista na alavancagem da indústria exportadora na faixa costeira oriental. Nas cidades, as reformas de abertura levaram a uma das características marcantes do neoliberalismo para Harvey: a criação de um mercado de trabalho flexível que impugnava a oferta de empregos vitalícios e seguridade trabalhista aos operários. Empresas ganharam autonomia para contratar e demitir em nome da eficiência e da produtividade, preceitos neoliberais por excelência. A descentralização fiscal – em que as províncias e localidades passavam a atuar como entidades fiscais independentes – permitia uma disputa concorrencial entre os governos pelo maior volume de capitais investidos, o que se dava em detrimento dos direitos dos trabalhadores e camponeses (HARVEY, 2005; SO, 2013).

Na década de 1990, essas políticas econômicas de cunho neoliberal foram agravadas. Se na década de 1980 as reformas buscaram animar o setor privado sem fazer demasiadas incursões sobre o setor público, este foi o seu alvo central a partir de 1992. Inúmeras

pequenas e médias empresas estatais, que detinham a porção majoritária dos empregos, foram liberalizadas e também privatizadas, passando a atuar, por injunção governamental, como empresas privadas independentes orientadas ao lucro. Estavam autorizadas a demitir trabalhadores, cortar benefícios sociais e aumentar o ritmo e intensidade da exploração laboral de acordo com as condições de competitividade nos mercados (SO, 2013; HUNG, 2015). O destino das empresas estatais menores foi fundir-se, declarar falência, vender participações acionárias a seus funcionários ou, como se tornou comum para a formação da nova burguesia chinesa ligada ao Estado, ser compradas pelos quadros do Partido Comunista que as administravam (NAUGHTON, 2007; LARDY, 2014). Entretanto, para as maiores empresas estatais, situadas em indústrias estratégicas como petróleo, aço, mineração, assim como nos setores financeiro, de telecomunicações e navegação, o PCCh preservou seu poder de administração e regulamentação.

Com a abolição do sistema do *danwei*, os serviços públicos passaram a ser distribuídos de acordo com as leis do mercado, ou seja, de acordo com a capacidade de pagamento pelos serviços privados (SO, 2013).

> Uma sociedade dividida em classes rapidamente surgiu na China pós-socialista. Primeiro, há uma rápida diferenciação de classes tanto no campo quanto na cidade. No campo, um estrato camponês relativamente homogêneo na era maoísta era agora dividido entre uma classe camponesa rica e uma classe camponesa pobre. Não mais capazes de ganhar a vida em suas minúsculas fazendas familiares, muitos camponeses pobres são obrigados a trabalhar para os camponeses ricos como assalariados em suas fazendas, ou como assalariados em seus empreendimentos de aldeia. Nas cidades, uma população urbana relativamente homogênea estava agora dividida em uma classe capitalista, uma antiga classe média de autônomos e pequenos empregadores, e uma classe trabalhadora subdividida em trabalhadores urbanos permanentes e trabalhadores migrantes temporários. Nas empresas privadas e coletivas, os migrantes temporários trabalham em uma situação capitalista não muito diferente de suas contrapartes nos estágios iniciais da Revolução Industrial. Eles têm que trabalhar horas muito longas, recebem salários baixíssimos, obedecem a disciplinas rígidas de trabalho, garantem seu trabalho no dia a dia, e são incapazes de formar sindicatos de trabalhadores para proteger seus interesses (SO, 2013, p. 42).

Não se pode dizer que o conteúdo dessas reformas se afasta da natureza social das reformas mercadológicas levadas adiante no contexto internacional do neoliberalismo. Isso possui duas implicações centrais. Ao adotar as políticas agressivas de natureza similar aos preceitos neoliberais, a República Popular não replicou *à la lettre* a política econômica inspirada nos governos Reagan e Thatcher. Pelo contrário, a significativa originalidade dialética da situação das reformas de abertura, que facultaram a reintegração da China no mercado capitalista global, foram realizadas pelo Partido Comunista concomitantemente à

preservação da prevalência do Estado nos setores estratégicos da economia. Ao mesmo tempo, nenhuma dessas reformas pró-capitalistas teve um efeito de redução da desigualdade interna e internacional, como aduzem determinados autores (LOSURDO, 2016). No início da década de 1980, a China possuía baixos índices de desigualdade social, mesmo com a planificação burocrática da economia e o isolamento nacional. Em meados da década de 1990, a desigualdade na China superava não apenas aquela encontrada nas economias em transição da Europa Oriental e nos países de alta renda da Europa Ocidental e da América do Norte, mas também excedia a desigualdade na riqueza e na distribuição encontrada em vizinhos asiáticos como Índia, Paquistão e Indonésia (WANG; HU, 1999; SO, 2013). Os salários no mundo inteiro foram rebaixados com a reintegração da China ao escopo das leis da valorização do capital.

Quanto às condições internas que permitiram o desenvolvimento rápido dessas políticas de cunho neoliberal, entra em questão o legado das conquistas revolucionárias, apropriadas pela iniciativa privada, particularmente com a massiva incursão de investimento estrangeiro direto orientado à manufatura para a exportação. Os termos da equação restauracionista dirigida pelo Partido Comunista Chinês seriam inconcebíveis, assim como a rápida evolução capitalista do país, sem que se apoiassem sobre as conquistas da Revolução Chinesa de 1949. Tomando o elenco dos fatores realizado por Perry Anderson (2018) e Alvin So (2013), essas conquistas foram marcos monumentais à saída da Guerra Civil de 1946-49: a construção de um Estado soberano forte, que pôs fim à servidão semicolonial e unificou o país; a implementação de medidas nacionalizantes mediante uma planificação (embora burocrática) da economia, os mecanismos de controle da economia e das finanças que subsistiram depois da eliminação do monopólio do comércio exterior; o esforço pela instituição do ensino obrigatório que alfabetizou uma classe de trabalhadores e camponeses aptos para as tarefas industriais (SO, 2013; ANDERSON, 2018). Em poucas palavras, um crescimento voraz como o que a China testemunhou não poderiam ter ocorrido num país que não tivesse passado por uma revolução.

Uma das condições necessárias para essa atratividade ao capital estrangeiro era a crescente industrialização e urbanização na China. Sem essa infraestrutura urbana, conectada por redes de comunicação, comércio e transporte suficientemente eficientes, a irrigação do território chinês com um imenso e constante volume de capitais seria inaplicável. Em toda a primeira metade do século XX vimos o afluxo de capitais britânicos, norte-americanos e japoneses para a construção de ferrovias e o desenvolvimento da infraestrutura portuária. Esse desenvolvimento foi interrompido pela destruição da Segunda Guerra e da Guerra Civil, mas

retornou lentamente com a fundação da República Popular. Às vésperas do início das reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping, em 1978, a população urbana aumentara, sendo ainda muito baixa, 25% da população total. Mesmo com apenas ¼ da população concentrada nas cidades, a participação da indústria no PIB chinês aumentara dramaticamente, dobrando proporcionalmente durante a era Mao (SO, 2013; HUNG, 2015). A essa condição estrutural, combinavam-se outros dois fatores de atração: a colossal força de trabalho rural – dotada de maior mobilidade após o relaxamento do *hukou* – e as forças produtivas estatais, representadas pelas empresas industriais públicas.

> Esse resultado do desenvolvimento na era Mao legara à China um imenso exército industrial de reserva, com boa saúde e considerável nível de letramento (em comparação com a força de trabalho da maioria dos outros países em desenvolvimento). Esse exército laboral, quando liberto através do relaxamento do sistema de segregação urbano-rural nas décadas de 1980 e 1990, converteu-se num importante recurso que contava como fator de atratividade da China ao capital industrial estrangeiro. Combinado a essa ampla força de trabalho, o núcleo do capital estatal, que incluía empresas estatais industriais (*industrial State-owned enterprises, SOEs*) administradas pelos vários níveis governamentais, junto a uma extensa rede de infraestrutura, contribuía para a atratividade do país ao capital estrangeiro. Muitas empresas estatais preexistentes se tornaram a fundação de projetos de *joint-ventures* através dos quais os industriais estrangeiros estabeleceram sua presença na China. Infraestrutura pública – portos, redes de telecomunicação, sistemas de transporte – edificada sobre as bases lançadas no período de Mao se converteu num facilitador indispensável para o movimento de capital, de trabalho e de bens, dentro da China e através de suas fronteiras (HUNG, 2015, p. 48).

Ocorreu então na China, tardiamente e em escala ampliada, o que havia ocorrido em menor escala no Japão e nos chamados Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong) durante as décadas de 1970 e 1980: a transferência de capitais oriundos dos centros imperialistas ocidentais para realização de trabalho intensivo, com menor custo de produção e vantagens comerciais no sistema de intercâmbio global. Os Tigres Asiáticos atingiram notório crescimento econômico como plataformas exportadoras de produtos manufaturados com baixo valor agregado, sendo recipientes de constantes porções de investimento estrangeiro direto, em função do baixo custo da mão de obra na Ásia oriental (POCH, 2009; HARVEY, 2005). Assim, economicamente, foram dotados de uma indústria orientada à exportação por incentivo estrangeiro. Do ponto de vista geopolítico, tanto o Japão como os Tigres Asiáticos tiveram seu êxito industrial cultivado conscientemente pelos Estados Unidos em meio à Guerra Fria, como parte de seu esforço para criar bastiões subordinados e prósperos contra o avanço da União Soviética e dos Estados operários burocraticamente deformados do pós-Segunda Guerra Mundial. Quando a China reatou suas

relações diplomáticas e comerciais com o Ocidente em 1972, com o encontro entre Richard Nixon e Mao Zedong, passou a ser parte do esquema de crescimento asiático, como forma de incrementar o isolamento da já debilitada União Soviética, e de ampliar os espaços de acumulação capitalista para as potências ocidentais (HUI, 1995; HAMILTON, 1999; KATZENSTEIN, 2005).

Mas não é suficiente encontrar a diferença do crescimento capitalista chinês no legado de Mao, com o massivo trabalho barato oriundo do campo, e a infraestrutura produtiva estatal surgida a partir da concentração do excedente na indústria urbana. Mediando este processo estava a subversão das relações de propriedade, um processo delicado que não pode ser deixado de lado. Nenhum dos Tigres Asiáticos havia passado por uma revolução. A China, por ter passado pela transformação revolucionária de 1949, apresentava condições objetivas completamente distintas para o processamento de uma experiência industrial como a que havia acometido anteriormente Japão, Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong. A restauração capitalista se aproveitou, degradando-as, das vantagens do avanço dado pelas décadas de planificação da economia, ainda que burocrática, por fora dos circuitos de valorização do capital; planificação responsável pelo avanço de suas forças produtivas desde patamares muito baixos, níveis em que o capitalismo havia deixado o país. Ao contrário do que postulam autores como Ho-fung Hung, o legado maoísta continuado pelo PCCh foi capaz de impulsionar um ritmo de desenvolvimento econômico *inferior ao que as forças produtivas nacionalizadas na China permitiam*, mais ainda levando-se em conta que não havia uma planificação democrática dos recursos econômicos, nem a conexão dessa socialização a nível internacional. Em outras palavras, as possibilidades criadoras da planificação estatal da economia estavam longe de ter atingido uma espécie de limite histórico. O limite real que explica a estagnação econômica se encontrava no próprio padrão de crescimento adotado pela planificação burocrática do Partido Comunista Chinês, restrito nacionalmente, que organizava a economia de acordo com suas necessidades de casta, expropriando o excedente não em função da satisfação das necessidades dos trabalhadores e camponeses, mas da consumação de um curso restauracionista que preservasse sua posição dirigente.

Nenhuma comparação, portanto, com os Tigres Asiáticos (todos eles já capitalistas) tem validade por fora da discussão sobre os efeitos da instalação do capital privado no complexo industrial exportador de um Estado operário deformado. As reformas de mercado se iniciaram com uma série de modificações no padrão de crescimento anterior, em que se podem vislumbrar as incursões contra a própria planificação burocrática do PCCh. As modificações liberalizantes, como veremos adiante, tiveram como alvo central os empregos e

benefícios sociais da classe trabalhadora que ocupava os postos de trabalho na indústria pesada durante as primeiras décadas da República Popular. A atuação da burocracia partidária levava a concluir que o caminho para a aceleração do desenvolvimento econômico chinês passava indiscutivelmente pela desarticulação objetiva do tecido social que estruturava as relações da classe trabalhadora com os meios de produção nacionalizados, e consequentemente com muitas das garantias que advinham com as empresas estatais (salários, moradia, previdência, e outros benefícios). A liberalização das empresas estatais nos centros urbanos foi um símbolo do período.

4.2 A dinâmica das empresas estatais na economia chinesa

Seria um equívoco separar no tempo, como em etapas distintas, a desestruturação das empresas estatais na China (*State-owned enterprises*, ou empresas de propriedade estatal, EPEs) e o avanço do setor privado na economia, no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Cynthia Estlund (2017), em seu *A New Deal for China's Workers?*, nota que durante a primeira década após o início das reformas de abertura de Deng Xiaoping, a dita "economia socialista de mercado" da China cindia-se em duas economias gritantemente divergentes: uma economia socialista e uma economia de mercado. A economia socialista ainda era planejada e administrada pelo partido-Estado, e seus trabalhadores ainda eram membros, e não meros funcionários, da empresa. Mas a abertura ao capital privado e à concorrência de mercado ajudou a abrir caminho para a erosão da planificação, mesmo no setor estatal (ESTLUND, 2017). A força de trabalho – que segundo Marx só se torna produtiva no sistema capitalista quando se incorpora ao capital e o reproduz – se transformou em mercadoria, ao passo em que o sistema de contratos de trabalho e as relações de emprego baseadas no mercado passaram a dominar o mercado de trabalho chinês, não menos nas empresas estatais. Veremos abaixo em mais detalhe que a "tigela de arroz de ferro" e os benefícios da força de trabalho industrial urbana foram obliterados no decurso do processo liberalizante, cobrando o preço de milhões de trabalhadores urbanos demitidos de suas posições outrora permanentes no sistema *danwei*[133].

133 Segundo o pesquisador australiano Nicholas Lardy (2014), a alteração na paisagem empregatícia dos setores público e privado apareceu com força no final da década de 1990, e especialmente na primeira década do século XXI. "Usando dados de uma variada gama de fontes, pode-se compor uma série temporal de classificação dos empregos nos setores público e privado. Estima-se que o emprego [da força de trabalho] em empresas privadas, nas áreas urbanas, expandiu-se de 150 mil pessoas em 1978 (cerca de 0.2% do emprego urbano total) para 253 milhões de pessoas em 2011 (66% da força de trabalho urbana na China). Mais impressionante é constatar que o crescimento do emprego urbano em empresas privadas contabiliza estimadamente 95% do crescimento da força de trabalho urbana entre 1978 e 2011. No outro extremo, o

A reforma no comércio exterior caminhou simultaneamente à reforma geral na economia, e também debilitou as empresas estatais que outrora funcionavam como pilar das transações comerciais estrangeiras. O comércio exterior era conduzido estritamente de acordo com a planificação central, que envolvia áreas de aquisição comercial, importação, exportação e equilíbrio de câmbio. Tanto as importações como as exportações eram conduzidas exclusivamente pelas empresas comerciais estatais, sendo o Banco da China designado a partir de 1985 para supervisão, administração e monitoramento das transações internacionais. Com a atribuição de banco central, controlava a taxa de câmbio do renminbi como ferramenta da planificação (SONG, 2012, p. 71-2). Entre 1979-84, tentativas experimentais foram feitas a fim de descentralizar a autoridade comercial para as transações estrangeiras, o que implicava flexibilizar o monopólio do comércio exterior: de acordo com Nicholas Lardy (1992), o direito de conduzir transações comerciais estrangeiras passou a ser concedido, de forma controlada, a províncias, municípios e setores industriais selecionados (LARDY, 1992, p. 39). No marco da erosão das bases estruturais das empresas estatais, os primeiros passos foram dados para remover das mãos do Ministério do Comércio Exterior as atribuições centrais das atividades de intercâmbio com potências estrangeiras (LI, 1996, p. 81). Entre 1987-90, o governo central disseminou as responsabilidades de administração para os governos provinciais e locais, que obtiveram maior autonomia para definir a quantidade, os preços e os tipos de matérias-primas que seriam comercializadas com o exterior, responsáveis pelos resultados na balança comercial. Tal movimento foi expandido para as empresas estatais, que no período de agressivas reformas pró-capitalistas a meados dos anos 90 foram obrigadas a responsabilizar-se pelas receitas e despesas de importação e exportação, sem garantia estatal fixa de investimento (SONG, 2012, p. 74-9). As condições estavam colocadas para a abolição do monopólio do comércio exterior e a crescente margem de atuação das empresas privadas e instituições financeiras para administrar e operacionalizar as importações e exportações, consequência inevitável da deterioração da planificação burocrática da economia em sentido restauracionista.

Nas relações comerciais estrangeiras, tanto quanto na economia interna, a planificação burocrática da economia, administrada pelo Partido Comunista Chinês, fragilizava as

---

emprego [da força de trabalho] em empresas estatais diminuiu de 59.8 milhões de pessoas em 1999 (cerca de 25% da força de trabalho urbana) para 45.1 milhões (12.5% da força de trabalho urbana) em 2011. Essa análise, sumariamente, indica duas conclusões a respeito da questão do emprego desde a era das reformas. Primeiro, o crescimento do setor privado contabiliza virtualmente todo o crescimento do emprego urbano entre 1978 e 2011. Em segundo lugar, o emprego nas empresas estatais diminuiu significativamente desde finais dos anos 1990, não apenas como porção da força de trabalho ocupada mas também em termos absolutos" (LARDY, 2014, p. 34).

empresas estatais, especialmente as de menor porte e menos estratégicas, que tinham cada vez mais dificuldade em encontrar caminho às matérias-primas necessárias para a produção. Da mesma forma, vendo as empresas estatais de menor porte como a melhor via de entrada dos elementos capitalistas de mercado, essas empresas foram conscientemente desabastecidas. Como os trabalhadores chineses não controlavam a administração dos recursos produtivos nem o funcionamento dos estabelecimentos fabris, tinham pouca ascendência sobre o destino delas. A sorte desses estabelecimentos estava nas mãos das administrações locais, uma camada secundária de burocratas locais e provinciais que, subordinada ora mais ora menos ao governo central, via no processo de abandono das empresas estatais o meio mais seguro de se apoderar de enormes recursos anteriormente controlados pelo Estado.

Barry Naughton, em *The Chinese Economy, Transitions and Growth* (2007), faz notar os distintos períodos característicos das transformações na indústria chinesa, no decurso do processo de restauração, o que acrescenta dados ilustrativos sobre os esforços do governo chinês para converter a indústria estatal num terreno favorável ao desenvolvimento capitalista. Segundo Naughton, durante o período inicial da reforma na indústria, a forma organizativa das empresas foi apenas ligeiramente alterada, tendo permanecido largamente atada à burocracia estatal. A transformação passava pelos incentivos financeiros à maior lucratividade e à construção de uma nova camada de administradores. Parte das medidas de enfraquecimento do setor estatal, a burocracia do Partido Comunista Chinês experimentou uma variedade de incentivos ligados ao acréscimo dos benefícios financeiros, incluindo recompensas na forma de privilégios, às administrações de empresa que maiores resultados lucrativos conseguissem (NAUGHTON, 2007).

Esse sistema de recompensa por lucratividade foi danoso a um rol de empresas que não possuíam porte para competir nos mercados. Mas a competitividade, para além da salvação individual de cada empresa, gerava enriquecimento dos administradores. No início da década de 1980, os incentivos para a obtenção do máximo lucro disponível se reduziam à concessão de pequenos bônus aos responsáveis administrativos das empresas estatais. A diferenciação interna no sistema de hierarquias do setor público, ao acentuar-se diante da já existente escala vertical definida pela burocracia, fazia vislumbrar aos beneficiados a possibilidade de maiores réditos futuros. A meados da década de 1980, passou-se a um padrão mais "generoso" de bonificação, de partilha progressiva de lucros, em que adicionalmente à base fixa de retenção, o corpo administrativo da empresa retinha uma porcentagem específica do aumento do lucro conquistado (NAUGHTON, 2007; SO, 2013). A gerência das empresas

estatais e a burocracia do PCCh trabalhavam em comum[134]. Nesse estágio, a lucratividade da empresa passava a incidir diretamente nos proventos individuais dos gerentes e administradores, que encontravam no controle dos ativos uma fonte de enriquecimento privado. Posteriormente, chegou-se a novas formas de incentivo, em que qualquer valor alcançado acima do lucro contratado com o Estado era retido quase inteiramente pela administração da empresa (NAUGHTON, 2007).

Ganhava contornos nesse sistema aquela que seria a nova camada de capitalistas na China, egressos das fileiras dos administradores das empresas estatais. Por outro lado, os termos básicos dessa apropriação de ativos, enquanto benéficos para a administração, voltavam-se contra a maioria dos trabalhadores, cujos direitos sociais estavam associados à persistência dos ativos públicos nas mãos do Estado, e não à sua competitividade pelo lucro. Esse caminho político é revelador de caráter *sui generis* da restauração capitalista na China[135]. Os administradores fabris eram nomeados pela burocracia de Pequim. Com o beneplácito do governo central, o corpo administrativo ganhava mais relevância no interior das unidades produtivas, e acelerava sua diferenciação com os trabalhadores comuns. Outras modalidades de participação burocrática na reforma pró-capitalista das empresas estatais envolviam o poder de arbítrio que os governos locais utilizavam para privilegiar certos setores em detrimento de outros. Certos governos locais promoviam o desenvolvimento através de

134 "Inaugurada com o slogan 'agarre o grande e deixe o pequeno ir' (*zhuada fangxiao*), a privatização envolveu uma ampla e diversa reorganização da estrutura de propriedade do setor empresarial, levando ao surgimento de uma classe capitalista nacional e ao posicionamento estratégico de grandes empresas estatais. Firmas recém-privatizadas alcançaram rápido crescimento tirando proveito de ativos e tecnologias anteriormente públicos, enquanto reduziram sua força de trabalho e disciplinaram seus trabalhadores com ameaças de desemprego. Para esses novos capitalistas, a privatização ocorreu por meio de um processo que muitas vezes se assemelhava a uma transferência de ativos em vez de uma venda. Os beneficiários eram pessoas de dentro com conexões profundas, geralmente ex-gerentes de fábrica e autoridades locais. Em geral, estes *insiders* foram capazes de afetar o preço dos ativos por causa de informações privilegiadas ou em função de suas conexões pessoais com funcionários do governo local […] Ocorreram muitos casos de ex-gerentes estatais ou funcionários locais que não pagaram nada do próprio bolso, mas se tornaram proprietários de empresas privatizadas por meio de empréstimos a serem pagos com lucros futuros" (NOGUEIRA; QI, 2022, p. 240).

135 Fazendo uma comparação entre os processos de desindustrialização que degradaram as condições de vida operárias nos "cinturões da ferrugem" dos Estados Unidos e da China, Estlund (2017) explica que: "A privatização e a reestruturação das empresas de propriedade estatal na China foram diretamente orquestradas pelo Estado a partir de cima, com lucros enormes fluindo visivelmente para um grupo seleto – tipicamente as elites locais do Partido Comunista Chinês, frequentemente os antigos chefes dos trabalhadores nas fábricas. O fluxo contínuo de riqueza para uma casta politicamente bem conectada se tornou uma das questões sociais mais divisivas na China. Mas a primeira onda de enriquecimento das elites partidárias nas décadas de 1980 e 1990 teve uma reviravolta desagradável: os líderes partidários e os próprios chefes dos trabalhadores – previamente parte do relativamente igualitário sistema do *danwei* – dedicaram-se a puxar o tapete econômico debaixo dos pés dos trabalhadores, apropriando-se dos ativos produtivos que supostamente deveriam prover, a eles e suas famílias, com as permanentemente boas condições de vida que lhes eram prometidas" (ESTLUND, 2017, p. 32). Outros pesquisadores desse período das reformas anotam as consequências da apropriação privada dos ativos estatais por parte da burocracia do PCCh como constituintes do processo de degradação das vidas operárias na transição do *danwei* para o sistema de contratos de trabalho fundados na competição de mercado. Ver NOGUEIRA; QI, 2022; NAUGHTON, 2007; MAJEROWICZ, 2022.

medidas discriminatórias, removendo o financiamento daqueles setores estatais com menor capacidade rentável (HUNG, 2015). Determinadas administrações chegavam à predação aberta da riqueza preexistente nas empresas estatais através da venda de recursos estatais para ganhos privados próprios (SARGESON; ZHANG, 1999; GUO; HU, 2004). Tudo se fazia em benefício dos interesses privados de uma ampla e heterogênea camada de burocratas provinciais e municipais, que enxergava na entrega dos recursos públicos meios de inserção na nova estrutura social de mercado que nascia com as reformas de Deng Xiaoping.

O sistema dual de preços também facilitou práticas de enriquecimento ilícito por parte de gerentes de empresas estatais e funcionários públicos, de distintos estratos do Partido Comunista Chinês, durante a década de 1980. Os administradores das empresas estatais responsáveis por gerenciar a produção podiam negociar com os burocratas do PCCh a redução da cota de produção planificada a fim de aumentar os bens vendidos no mercado, sob preços não controlados e mais altos, com réditos pessoais mais vultosos.

> O sistema dual de preços, que foi estabelecido em 1984, visava fornecer às empresas estatais mais incentivos para a produção de materiais industriais. Este sistema permitia que as empresas estatais produtoras de materiais industriais vendessem produtos fora do plano e a preços mais altos, de mercado, desde que cumprissem suas cotas dentro do plano. A diferença resultante entre os preços de mercado e os preços de planejamento criou não apenas incentivos à produção para as empresas estatais, mas também oportunidades de busca de renda para os indivíduos, uma vez que as empresas foram capazes de desviar bens do setor planificado da economia para o setor de mercado. […] Esse tipo de corrupção, conhecida como *guandao* (lucro oficial) foi uma forma de converter o poder político em riqueza privada (NOGUEIRA; QI, 2022, p. 235-36).

A ambição de enriquecimento dos governos provinciais e municipais, se passava pela exploração dos ativos estatais com intenções privadas, não deixava também de incidir na negligência diante dos direitos dos trabalhadores. Atrasos salariais, de benefícios previdenciários e de direitos, como o auxílio-desemprego foram, e ainda são, regulares nas províncias. Tais abusos constituem formas constantes de relação das lideranças locais com os trabalhadores urbanos, afetados pela deterioração das empresas estatais. Em boa medida, os benefícios constantes em lei, para serem cumpridos, ficavam à discrição desses mesmos governos. Tendo suas regalias pendentes de uma maior taxa de lucro, com a conivência dos governos locais as administrações do setor público desprestigiaram qualquer incentivo ao cumprimento da legislação trabalhista (LEE, 2007), incluindo o pagamento de direitos básicos

devidos[136]. Parte da diferenciação social, portanto, estava aprofundada: a escala hierárquica definia o respeito aos direitos sociais e trabalhistas.

Uma segunda fase de transformação da indústria se iniciou em meados de 1990, apoiado nas "conquistas" anteriores. A principal característica dessa nova fase de transição foi o endurecimento das condições de crédito e as restrições orçamentárias às empresas estatais (NAUGHTON, 2007; LEE, 2007). Aquelas que não tinham um peso decisivo para a economia eram voluntariamente desabastecidas e forçadas à bancarrota. A criação de uma camada privilegiada de gerentes e administradores era um processo simultâneo ao abandono das empresas estatais e sua preparação para a entrega à iniciativa privada[137].

A partir do 14º Congresso do Partido Comunista, em 1992, com a adoção das medidas de expansão das Zonas Econômicas Especiais, as empresas estatais consideradas não estratégicas pelo governo central, aquelas que não diziam respeito à segurança nacional, que não providenciavam bens e serviços públicos cruciais, ou que não pertenciam ao ramo de alta tecnologia, começaram a passar por crises financeiras de maior monta. Um grande número de empresas estatais, a meados de 1990, já havia suspendido suas atividades produtivas, permanecendo apenas como elo de transmissão de salários e benefícios sociais básicos aos seus trabalhadores, que constituíam a maioria da população urbana ocupada economicamente. Com as recorrentes crises fiscais do governo central, o planejamento passou a incorporar a ideia de ceder as empresas estatais não estratégicas ao setor privado, um procedimento que ficou conhecido como "fique com as grandes, e deixe as pequenas", ou *zhuada fangxiao*.

> Para levar adiante o processo de "cessão do pequeno" e de diminuição do tamanho das empresas estatais, três tipos de decisão administrativa tiveram de se tornar legais. Eram tais: privatização, declaração de bancarrota e demissão de trabalhadores. Foram tornadas legais sob a batuta de duas leis aprovadas sucessivamente em 1993 e 1994: uma Lei Empresarial e uma Lei Trabalhista. Com o decreto e vigência da Lei Empresarial, a reforma das empresas estatais entrou numa nova era. A ênfase da reforma já não era mais

136 Oficiais governamentais e líderes partidários nas províncias eram recompensados com avanços na carreira sobre a base do sucesso no desenvolvimento econômico local, dependente da atração do capital estrangeiro, cujo critério basilar é o mais amplo *quantum* de trabalho precário e barato. Da mesma maneira, muitos quadros partidários, ao tornarem-se donos de empresas apropriando-se de forma privada dos ativos estatais, não tinham interesse em prejudicar sua própria acumulação de capital com a implementação de leis trabalhistas. O legado da devastação trabalhista na China tem raízes, portanto, no próprio curso da restauração capitalista, condicionando mesmo determinadas (e parciais) melhorias salariais e nas condições de trabalho que o Estado é obrigado a orientar em função do novo papel da China como partícipe da disputa por novos nichos de acumulação de capital.

137 A conversão das empresas estatais em sociedades por ações, por exemplo, permitia não apenas que suas ações fossem comercializadas entre a população, mas privilegiava a detenção de estoques de ações por parte do corpo gerencial. Em Zhucheng, na província de Shandong, 85% das empresas públicas foram privatizadas dessa maneira, e as administrações podiam reter um volume de ações 20 vezes maior do que um trabalhador comum, como mostra o estudo feito por Huang Sha'an e Huang Lijun (1988), "*A Further Analysis of the Zhucheng Phenomenon*". A resultante não poderia deixar de ser o surgimento de uma nova camada de proprietários fruto dos processos de privatização.

> a assinatura de contratos para a partilha da receita empresarial, e sim a transformação das empresas estatais em corporações "modernas". Essa lei permitiu o fortalecimento de diretores de empresa, mas também providenciou o marco legal para a diversificação da propriedade e a forma como lidar com a falência das mesmas. A Lei Trabalhista foi aprovada em 1994, e entrou em vigência em 1 de janeiro de 1995. A seguridade trabalhista total gozada pelos funcionários das empresas estatais foi oficialmente abolida. Ao invés disso, os contratos trabalhistas passaram a ser estruturados entre os funcionários e seus empregadores. Significativamente, a nova lei permitia a demissão sem justa causa dos trabalhadores, de acordo com as mutáveis condições econômicas. Equivalia, de fato, a promover a base legal para a demissão em massa dos trabalhadores das empresas estatais (AGLIETTA; BAI, 2013, p. 107).

Assim, a partir de 1995, com a Lei Empresarial e a Lei Trabalhista em vigor, o processo de privatização das empresas estatais chinesas, que corria em paralelo com o processo de demissão em massa dos funcionários estatais, ganhava terreno. O peso do setor estatal na produção industrial decaiu dramaticamente[138]. Do ponto de vista da força de trabalho, a onda de demissões, que se acelerou entre 1995 e 2003, ergueu os conflitos trabalhistas (incluindo greves violentas) num monumento incontornável da China moderna em seu período de ascensão como potência econômica global[139]. A oposição defensiva dos trabalhadores refletia o impacto social das medidas liberalizantes que erodiam a estrutura do *danwei* nas empresas estatais. Giles, Park e Cai (2006) mostram que:

> De acordo com as estatísticas governamentais, de 1995 a 2001, o número de trabalhadores empregados no setor estatal caiu de 113 milhões para 67 milhões, um declínio de 46 milhões, ou 40%. Durante o mesmo período, o emprego no setor urbano coletivizado perdeu 18.6 milhões de postos de trabalho, ou 60%. Ainda nesse mesmo período, 43 milhões de trabalhadores foram oficialmente registrados como dispensados, ou *xiagang*, incluindo 34 milhões oriundos do setor público (GILES et al., 2006, p. 61-2).

Essa diminuição drástica dos trabalhadores do setor público ganhou tração a partir de 1994, com a Lei Trabalhista e a política de privatização das pequenas e médias empresas estatais[140]. Em 1997, esse processo de entrega das empresas públicas passou por um agressivo

138 Em 1978, às vésperas de inauguradas as reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping, as empresas estatais eram responsáveis por 80% da produção industrial, e 70% dos empregos urbanos na China. Em 2011, as empresas estatais foram responsáveis por apenas 26% da produção industrial (LARDY, 2014), com o restante sendo produzido virtualmente pelas empresas privadas, dentro das quais ganham destaque as empresas de capital estrangeiro.

139 "A reestruturação das empresas foi um processo doloroso socialmente. Entre 1995 e 2001, o número de empresas de propriedade estatal e de empresas controladas pelo Estado na China caiu de 118 mil para 47 mil, e o emprego total nas empresas estatais perdeu 36 milhões de postos. […] O número de conflitos trabalhistas de toda natureza cresceu 12.5% em 2000, e outro 14.4% em 2001, atingindo 155 mil ocorrências. Só na primeira metade de 2004, os comitês de arbitragem de conflitos trabalhistas, em diversos níveis, lidaram com 135 mil casos de conflitos trabalhistas, envolvendo 184 mil pessoas" (GARNAUT et. al, 2008, p. 56).

140 "As demissões em massa que se seguiram à quebra da tigela de ferro representaram uma queda de 43.3 milhões de pessoas no emprego em unidades urbanas entre o pico do emprego pré-demissões, em 1995, e 2003. O emprego nas unidades urbanas do setor público (estatais/coletivas) caiu em 64.8 milhões de pessoas no período […] Em 1990, as unidades estatais representavam em torno de 72% do emprego em unidades

salto, em meio aos abalos da crise asiática que fragilizou as economias do sudeste continental. A expulsão do setor público de dezenas de milhões de trabalhadores como política de Estado tinha em mira dois objetivos: a desoneração estatal dos benefícios conferidos pelo sistema *danwei*, e a alimentação do novo setor privado urbano com força de trabalho barata. Por um lado, as políticas econômicas de natureza neoliberal na China exigiam a dissociação dos benefícios sociais dos trabalhadores dos seus respectivos locais de trabalho. Esses benefícios sociais deixariam de sê-lo, para se tornarem bens de mercado: essas modificações atendiam à necessidade de eliminar a gratuidade do acesso à moradia, plano de saúde, aposentadoria – e, naturalmente, emprego vitalício – que dependiam das empresas estatais. Por outro lado, facilitava-se a entrega desse contingente de trabalhadores ao setor privado, que se beneficiou com a força de trabalho obrigada a negociar em termos desvantajosos, ao ver reduzido seu poder de barganha. Eliminar a concepção tradicional da indústria socialista de que os benefícios sociais eram garantidos pelo local de trabalho era um pré-requisito para desonerar o setor privado nascente de custos trabalhistas avultados. Para essa diminuição ainda maior dos custos de reprodução da força de trabalho, apenas uma porção pequena dos desempregados foi novamente absorvida nos distintos setores do mercado de trabalho, em função da edificação de um exército industrial de reserva que deprimisse a capacidade de negociação da classe trabalhadora transformada pelo curso da restauração capitalista.

O descontentamento operário, por menor que tenha sido a divulgação de sua magnitude, foi substancialmente grande. Traduziu-se em conflitos importantes que obrigaram o governo chinês a fazer concessões amortecedoras frente ao impacto da reforma urbana das empresas estatais. Estlund (2017) afirma que na aurora do desmantelamento da economia planificada, fruto da política do Partido Comunista Chinês, os trabalhadores chineses protestaram furiosamente contra o enriquecimento das elites partidárias e a destruição dos seus benefícios sociais pela entrega dos ativos estatais ou sua absorção a título privado pelos antigos chefes e administradores[141]. É possível dizer que a resistência operária à reforma urbana que destruiria seus direitos sociais básicos constituiu em seu conjunto uma batalha de

urbanas, enquanto as coletivas, 25%, e outras unidades, 2%. […] Em 2012, as outras unidades representavam 51% do emprego em unidades urbanas, enquanto as unidades estatais, 45%. Com a inclusão das grandes TVEs [Township and Village Enterprises, ou Empresas de Vila e Município], as unidades estatais foram reduzidas a aproximadamente um terço do emprego em unidades urbanas em 2018" (MAJEROWICZ, 2022, p. 194-95).

141 "A onda de descontentamento ativada pela 'reforma' do setor público alcançou seu apogeu em 2002, e foi profundamente ameaçadora para o regime político. Seu impacto potencial sobre a estabilidade e legitimidade políticas foi engrandecido tanto geográfica quanto ideologicamente, na medida em que esses protestos emanaram do coração industrial da China, na região Nordeste, próxima a Pequim, e dos trabalhadores urbanos que eram a base fundamental de apoio do Partido Comunista Chinês, que os considerava nominalmente até então como os 'mestres das fábricas'" (ESTLUND, 2017, p. 33).

retaguarda para preservar algumas posições do movimento operário diante da ofensiva restauracionista.

> O ataque aos direitos sociais preexistentes dos trabalhadores das empresas estatais disparou uma onda de resistência operária amplamente documentada na década de 1990. Tal resistência se acentuou e culminou num massivo protesto que reuniu trabalhadores demitidos e aposentados no antigo bastião industrial das empresas estatais, o Nordeste da China, em 2002. Essa resistência, embora incapaz de frear o processo de privatização *de facto* das empresas estatais, forçou o governo a incrementar os gastos nessa região industrial para estimular seu crescimento econômico e compensar a perda de postos de trabalho causada pela reforma das empresas estatais. A resistência operária também obrigou o governo a redobrar esforços para introduzir planos de seguridade social e de assistência médica, independentemente de quão desigual tenha sido essa distribuição, para compensar a destruição do regime de bem-estar social oriundo das empresas estatais (HUNG, 2015, p. 68).

Com o processo de restauração capitalista na China em curso, portanto, uma camada considerável do alto escalão administrativo das províncias e do governo central adquiriram a posse de antigos bens públicos estatais. Esse processo era simultâneo à deterioração e eventual destruição dos direitos sociais atribuídos aos trabalhadores urbanos no evanescente sistema *danwei*. Há intérpretes que relativizam esses efeitos. Walter e Rowe (2011) notam que a reforma neoliberal sobre a estrutura das empresas estatais, que havia avançado aceleradamente na década de 1990, perdeu tração a partir de 2003, quando a administração Jiang Zemin e Zhu Rongji foi substituída pelo novo governo de Hu Jintao e Wen Jiabao. Nicholas Lardy (2019) afirma que, em um grau ainda maior, após a entrada de Xi Jinping perdeu-se em boa medida o elo de ligação das anteriores políticas fomentadas pela ala de Deng Xiaoping, e que estaríamos diante de um retorno do Estado por sobre o avanço das empresas privadas. Essas hipóteses se baseiam na força que a China ganhou no cenário internacional, utilizando suas empresas estatais de grande porte, como vetor para a expansão do padrão econômico tecnológico e cultural da China para todo o globo, disputando espaços de acumulação de capital através da intervenção estatal fora das fronteiras chinesas.

Embora seja verdade que algumas gigantes estatais chinesas tenham fortalecido sua presença nacional e internacional, levando em conta a modificação abrupta da posição geoeconômica da China, cumpre encontrar as determinações concretas do período. Hu Jintao e Wen Jiabao não fizeram as reformas retrocederem. Pelo contrário, distribuíram entre os membros do Politburo um rol de ativos estatais, incentivando o fortalecimento da burguesia continental chinesa e a conformação da "burocracia capitalista", em meio ao discurso de diminuição das desigualdades. Xi Jinping, por sua vez, elevou a tal ponto o agraciamento de

empresas privadas que já conta com a presença de capitais chineses cumprindo um papel análogo às empresas estatais. Já evidenciamos os dados que mostram que corporações privadas passaram a compor, no governo Xi Jinping, uma porcentagem mais relevante das maiores empresas na China em termos de capitalização e valor de mercado, segundo Tianlei e Verón (2022). Assim também, como explica o economista Michael Roberts, indagando sobre o problema econômico da China e o desempenho do setor privado:

> O setor capitalista vem aumentando seu tamanho e influência na China, juntamente com a desaceleração do crescimento real do PIB, dos investimentos e do emprego, mesmo sob Xi Jinping. Um estudo recente constatou que o setor privado chinês cresceu não apenas em termos absolutos, mas também como proporção das maiores empresas do país, medida em termos de magnitude de receita ou (para as listadas nas bolsas) pelo valor de mercado, de um nível muito baixo quando Xi foi confirmado como o próximo líder em 2010, para uma participação significativa hoje. As empresas estatais ainda dominam entre as maiores empresas por receita, mas sua preeminência está em erosão (ROBERTS, 2022, s/p).

O crescimento da força do setor privado desautoriza a leitura de que o partido-Estado estaria revertendo o curso concluído pelas reformas de abertura. Pelo contrário, vivemos uma nova fase, completamente distinta, de fortalecimento e projeção do capital privado na China, inseparável da concepção governamental acerca do "grande rejuvenescimento da nação chinesa". Em essência, a concentração do excedente produtivo por parte do Estado nas mãos de algumas corporações gigantescas que possuem participação transnacional não exclui o avanço simultâneo, em termos absolutos e relativos, de grandes corporações capitalistas, especialmente sob a gestão de Xi Jinping. Através do beneplácito estatal, começam a competir vantajosamente no mercado de capitais mundiais e por espaços de investimento.

4.3 A expulsão dos trabalhadores das empresas estatais: "acumulação primitiva" de força de trabalho no setor privado

Segundo Nogueira e Qi (2022), o processo de privatização das empresas estatais e apropriação privada dos ativos públicos favoreceu uma nova configuração das relações de trabalho, destituída das garantias empregatícias e de seguridade social (NOGUEIRA; QI, 2022)[142]. Como mostramos, a dupla função desse desmanche da estrutura industrial urbana foi desonerar o Estado dos custos dos benefícios sociais conferidos no sistema do *danwei*, e

142"Semelhante ao *guandao*, a privatização e a expropriação das terras converteram o poder político em riqueza privada, mas, nessa segunda fase, levaram ao surgimento dos novos capitalistas – ex-gerentes de empresas estatais e coletivas, funcionários locais e empresários do ramo imobiliário que capturaram rendas da transferência de ativos estatais e da expropriação de terras fazendo uso de relações simbióticas com funcionários do governo local" (NOGUEIRA; QI, 2022, p. 239).

facultar ao setor privado a absorção em condições precarizantes da força de trabalho expulsa do setor estatal. Para a exploração completa dessas novas condições, era necessário reconfigurar a totalidade das relações de trabalho herdadas do período anterior, sintetizadas na "tigela de ferro de arroz", em que os trabalhadores tinham garantidos direitos empregatícios e seguridade social vitalícios. Surgiu assim um mercado de trabalho urbano fundado na lei da concorrência, e na existência de uma massa de trabalhadores redundantes (o exército industrial de reserva, os desempregados crônicos) que pudesse baixar os custos da força de trabalho empregada. Essa transformação global pressupunha a eliminação de direitos empregatícios vitalícios, e a prerrogativa ao empregador, público ou privado, de dispor livremente das condições de contratar e demitir trabalhadores a qualquer momento (MAJEROWICZ, 2022, p. 193).

Essa massa de trabalhadores desempregados, removidos do setor estatal e perdendo os benefícios sociais anteriores, ficou à mercê do crescente setor privado, que a absorveu na medida de suas necessidades. Junto aos trabalhadores defraudados dos direitos sociais adquiridos com a Revolução de 1949 no antigo sistema do *danwei*, os trabalhadores migrantes rurais, que chegavam às cidades na qualidade de camponeses egressos das atividades agrícolas, tornaram-se o reservatório de extração de mais-valor mais importante das décadas restauracionistas. A pobreza do campo e a redução da renda familiar agrícola foram princípios ativos para o êxodo rural (LI, 2016; MAJEROWICZ, 2022) e a formação de uma nova camada do proletariado urbano chinês[143], pressionando para baixo os salários na indústria exportadora.

> Depois da privatização do setor agrário, um enorme contingente de trabalho rural barato foi colocado à disposição da exploração capitalista. Empresas capitalistas nacionais e estrangeiras prosperaram. O setor econômico capitalista ultrapassou o setor público em termos de empregabilidade e valor de produção na década de 1990. Quando as elites do Partido Comunista decidiram enveredar pelo caminho das massivas privatizações da década de 1990, a classe operária urbana encontrou-se politicamente isolada. Devido à presença de um grande, e rapidamente crescente, setor econômico capitalista, a classe operária do setor estatal foi deixada com um pequeno poder de barganha econômico. A guerra de classes da década de 1990 foi vencida pela nova classe capitalista da China (LI, 2016, p. 23).

143 "Portanto, entre 1985 e 2004, o partido-Estado promoveu a descampesinação fundamentalmente pela extração extraeconômica do crescente produto excedente campesino (por exemplo, por meio de impostos, taxas, tesoura de preços), resultando na estagnação da baixa renda real agrícola dos domicílios rurais, e desencadeando o processo de proletarização de uma significativa e crescente parcela dos domicílios rurais. Ao determinar o nível dos rendimentos reais dos domicílios rurais derivados da agricultura, o partido-Estado foi capaz de propulsionar a proletarização, controlar seu ritmo e estabelecer o nível de base para a escala de salários do país" (MAJEROWICZ, 2022, p. 163-64).

O processo de privatização das empresas estatais teve como efeito, portanto, a provisão da massa crítica de capital para o desenvolvimento de uma burguesia doméstica na China. Assim, o crescimento dos negócios privados na China, desde 1978, é o resultado do deslocamento das empresas de controle estatal. Deslocou-se, de fato, essas empresas para os nichos econômicos mais estratégicos, ou simplesmente foram desabastecidas pelas administrações locais e central, como mencionamos acima. Uma parte dos trabalhadores demitidos do setor público era absorvida pelo setor privado, mas em termos qualitativos esses novos postos de trabalho surgiam em outras regiões que não aquelas afetadas pelas demissões e pelo desemprego, e com muito menos direitos e benefícios sociais. Isso foi feito para diminuir os atritos com uma classe trabalhadora que sabia o que era viver sob o regime do *danwei* e da tigela de ferro de arroz, que teria muito mais dificuldade em aceitar um regime de trabalho sem os mesmos direitos e com a superexploração do trabalho. Essa nova configuração do trabalho foi reservada aos trabalhadores migrantes rurais, cuja existência passara por fora do *danwei*, sem poder gozar no campo os privilégios de uma camada reduzida dos trabalhadores urbanos na era maoísta. Com esse deslocamento, o governo central abria caminho para que o setor privado se instalasse, inicialmente nas zonas costeiras, e posteriormente em direção ao oeste do país.

Como vimos, na primeira década das reformas (1978-1988) a política central do governo permitiu uma abertura apenas modesta à atividade econômica privada. A meados da década de 1990, a implementação da Lei Empresarial estimulou ainda mais o surgimento quantitativo das empresas privadas. Essa lei permitia que as empresas privadas se registrassem como sociedades anônimas, fazendo com que a riqueza pessoal do empresário ficasse separada dos ativos da empresa. A Lei Trabalhista, promulgada pela direção central do governo, teve o condão de facilitar a contratação e demissão de trabalhadores antes empregados em empresas estatais deixadas à míngua, criando um mercado de trabalho que era a base para a reconversão ao sistema capitalista de produção e circulação. Em 1997, o primeiro-ministro Zhu Rongji havia promovido uma reestruturação substancial no setor público, empunhando ambas as leis de mercado para capitalização das empresas estatais. Em 1999, uma emenda constitucional estatuía que o setor privado constituía “um componente fundamental da economia mista” chinesa (LARDY, 2014). No 80º aniversário do Partido Comunista Chinês, em 2001, empresários privados participariam da celebração junto ao então secretário-geral Jiang Zemin, um símbolo da permissão oficial a que capitalistas multimilionários integrassem as fileiras partidárias (MCGREGOR, 2010), após a concessão constitucional ao empresariado do direito de filiar-se ao PCCh na qualidade de força

produtiva motriz da economia, nos termos da burocracia. As benesses do Partido Comunista Chinês ao setor privado se aprofundaram no decorrer dos anos, especialmente ao capital estrangeiro, sedento para, nas palavras de Marx, dar livre expressão a seu impulso vital de absorver a maior quantidade possível de mais-trabalho. Em 2008, o governo de Hu Jintao passou a lançar incentivos fiscais especiais às empresas privadas (algo semelhante ao que Deng Xiaoping havia feito com as empresas privadas nas Zonas Econômicas Especiais, décadas antes) – notadamente, reduzir o imposto de renda corporativo, e isentar do imposto de valor agregado aqueles negócios particulares com rendas abaixo de certos limites (LARDY, 2014).

A disponibilidade vultosa de trabalho não podia ser absorvida pela indústria privada emergente na mesma rapidez com que adentrava as cidades costeiras[144]. Assim, avolumava-se simultaneamente um exército industrial de reserva no curso da restauração capitalista, na medida em que o modo de produção capitalista ganhava espaço e necessitava, como de uso, de uma massa de trabalhadores disponíveis como alavanca do processo de acumulação ampliada de capital. O proletariado chinês, portanto, se não por "açoites, ferros em brasa e torturas" (MARX, 2014), chegaria também a ser submetido à nova disciplina necessária ao sistema de trabalho capitalista, conduzido pela cúpula do Partido Comunista Chinês. Como diz Marx:

> O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo em que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora a uma ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo em que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2014, p. 711-12).

144 Em pesquisa realizada por John Giles, Albert Park e Fang Cai (2006), publicada no periódico *The China Quarterly*, podemos encontrar as marcas dos efeitos devastadores das reformas sobre as empresas estatais sobre a vida dos trabalhadores. Entrevistando trabalhadores das cidades de Xangai, Shenyang, Wuhan, Xi'an e Fuzhou, os autores concluem, do ponto de vista da população economicamente sobrante, que: "Durante o final da década de 1990, os responsáveis políticos na China esperavam que a demanda por força de trabalho no setor não-estatal absorvesse os trabalhadores dispensados do setor estatal. […] Dos 944 trabalhadores [pesquisados], que saíram de postos de trabalho no setor estatal, 64.5% estavam ainda desempregados em novembro de 2001. Dos 35.5% que puderam encontrar um novo emprego, 8.5%, ou menos de ¼ dos trabalhadores que obtiveram novo emprego foram absorvidos por empresas estatais, 7% por empresas coletivizadas, e 14.2% (ou 40% dos trabalhadores que encontraram novo emprego) pelo setor privado" (GILES et al., 2006, p. 82). Do ponto de vista dos direitos básicos do danwei, a regressão foi marcante. Levando-se em conta a cobertura gratuita dos planos de saúde do Estado, os autores dizem que: "Dos 1120 trabalhadores no *China Urban Labour Survey* que encontraram um novo emprego depois do período de dispensa, 80% não receberam benefícios relacionados ao plano de saúde nos novos trabalhos. Para aqueles indivíduos que tinham plano de saúde garantido pelo empregador, 73% não receberam plano de saúde nos novos empregos. Assim, mesmo quando um novo emprego é capaz de restaurar a receita salarial, frequentemente não reverte os benefícios sociais perdidos, associados à saída do setor público" (GILES et al., 2006, p. 82).

Mediante a “pressão aumentada exercida” pelo exército industrial de reserva, como refere Marx, os postos de trabalho emergentes estiveram caracterizados pela grande precarização. O emprego precário, como tipo de relação trabalhista, inclui aqueles trabalhadores que se veem forçados a assumir trabalhos sazonais, temporários, terceirizados, ou mesmo ocupações de diaristas e autônomas. Os setores manufatureiro exportador e o de serviços na China foram robustecidos, em medida considerável, com os órfãos da indústria estatal. Segundo Ching Kwan Lee, trabalhadores expulsos do setor público viram-se na contingência de assumir empregos em todos os nichos mais precarizados de trabalho, na área da limpeza municipal, em caixas de supermercado, em oficinas mecânicas e borracharias, em pequenos salões de beleza e cabeleireiros (LEE, 2007). Combinam-se dois processos: a transição da força de trabalho do setor público para o setor privado, com a simultânea perda dos direitos sociais vinculados ao sistema fabril estatal, e o limite dessa absorção privada em nome da construção de um exército industrial de reserva que diminua o poder de negociação dos trabalhadores ocupados. Ambos os processos convergem no enfraquecimento subjetivo da classe trabalhadora chinesa, e no incremento de sua divisão.

Tanto observando o prisma das relações de trabalho, quanto do ângulo do destino assumido pela desintegração da planificação burocrática da economia, com a entrega dos ativos estatais e sua subordinação à primazia do setor privado, estamos diante de uma economia fundada na propriedade privada capitalista, e que informa o conteúdo de classe do Estado chinês. Seu funcionamento possui o caráter *sui generis* do direcionamento político do aparelho estatal pelo Partido Comunista. Esse caráter especial está no fundamento dos choques e disputas entre a orientação individual, ou particular de determinado grupo de capitalistas, com a orientação global da nova classe capitalista chinesa organizada no Estado enquanto classe dominante. Como apontam Nogueira e Qi (2022), é inadequada a leitura segundo a qual o Estado chinês seria uma entidade autônoma capaz de manejar livremente o conjunto da classe dos empresários capitalistas para objetivos que não se relacionam com essa classe.

> Por um lado, o Estado fornece a estrutura reguladora, legal e repressiva para a propriedade privada, contratos e concorrência; ele também tenta conter crises, reduzir a incerteza sobre o retorno do capital e orientar a acumulação de capital de formas variadas. Ademais, o Estado também garante a proteção dos seus capitalistas nos enfrentamentos externos de formas variadas. Por outro lado, o Estado depende da acumulação de capital para o seu funcionamento, tanto por meio da cobrança de impostos quanto da relação mais abstrata entre a acumulação de riqueza, segurança nacional e o aumento de sua capacidade. De um modo geral, os conflitos capital-trabalho, a competição capitalista (doméstica e internacional) e as contradições geradas

> pela acumulação não são apenas moldadas pelo Estado, mas também moldam o próprio Estado (NOGUEIRA; QI, 2022, p. 225).

Essa influência mútua diz respeito ao próprio caráter de classe, capitalista, do Estado moderno chinês. Em outras palavras, não poderia significar que o Estado goza da capacidade seletiva para livrar-se momentaneamente desse registro social definidor. Atritos eventuais com determinada fração da burguesia – como ocorreu sob a condução de Xi Jinping contra monopólios do comércio virtual como Alibaba, Tencent, Pinduoduo, JD.com, Xiaomi, entre outros – se inscrevem na defesa global dos interesses do conjunto dos empresários privados, e da evolução de um modo de acumulação voltado ao desenvolvimento de tecnologia de ponta (inteligência artificial, computação quântica, robótica, semicondutores) em sintonia com as ambições de superpotência do PCCh. Tais perturbações são parte integrante da constituição do Estado como a organização política do capitalismo chinês em rápida ascensão, e não alteram o seu caráter de classe burguês.

Na era Xi Jinping, o duplo movimento que rege essa dinâmica – de um lado, o deslocamento das empresas estatais para nichos estratégicos, e a busca por transformar as principais em "*global players*" chinesas; de outro lado, a abertura de uma quantidade extensa de segmentos econômicos ao capital privado, como substrato para o desenvolvimento de alta tecnologia e redução da dependência inovativa ao capital estrangeiro – constitui a linha política central do Partido Comunista Chinês, como síntese constitutiva da China como Estado capitalista em rápido estágio de evolução e desenvolvimento.

4.4 O controle financeiro pelo Estado chinês e a letargia do renminbi

A questão do sistema financeiro chinês é uma das mais complexas dimensões do estudo sobre a China. Embora este segmento seja um dos poucos preservados sob a supervisão metódica do Estado chinês, as leis de mercado atuam sobre os bancos e entidades financeiras públicas, desde a flexibilização das regras de concessão de recursos a empresas privadas, o sufocamento dos pequenos correntistas e mesmo expropriação de suas contas bancárias (caso do escândalo dos quatro bancos rurais na província de Henan, em 2022[145]), a participação acionária de capitalistas nos lucros e rendimentos das operações comerciais, assim como na projeção internacional dos empréstimos bancários chineses a atores estrangeiros, como na Rota da Seda.

145 "Protesting bank depositors in China beaten by mob as police stand by". Washington Post, 11/07/2022. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/2022/07/11/china-bank-protests-henan/.

Esse itinerário de liberalização, lento e gradual, mas já dentro das regras de valorização do capital, separa o Estado capitalista chinês da experiência dos Estados de transição socialista. Não se pode enfatizar suficientemente a importância, em um Estado transicional surgido de uma revolução operária, da unificação do sistema financeiro através de um banco estatal único, que assuma a responsabilidade pelo registro, classificação, contabilidade e controle de todos os recursos nacionais de maneira organizada e planificada. Isso se faz em contraste com a anarquia e o caráter privado voltado ao lucro das instituições bancárias capitalistas, que atravessam a lógica das operações comerciais das instituições bancárias na China. N'*O Capital*, essa era justamente a importância central que Marx designava aos bancos: os bancos criam, à escala social, a forma, mas nada mais que a forma, de uma contabilidade geral e de uma distribuição geral dos meios de produção (MARX, 2017).

Nessa mesma dimensão, Lênin assinalava um papel destacado às instituições bancárias, que ao contrário da máquina estatal da burguesia – que deveria ser quebrada, por meio de métodos revolucionários, e substituída por um Estado de novo tipo, inspirado na Comuna de Paris de 1871 ou nos sovietes russos – seriam simplesmente arrancadas das mãos da classe dominante e colocadas sob a administração da classe trabalhadora, para os mesmos fins de contabilidade e registro da riqueza social total. Na Rússia, após Outubro de 1917, o controle das instituições bancárias pelos trabalhadores organizados em sovietes possibilitou a criação do Banco Nacional, iniciando a unificação das atividades financeiras de "contabilidade e distribuição das forças produtivas", nos dizeres de Marx[146]. Em contraste, na sociedade capitalista, o papel dos bancos era servir de instrumentos para "manter e exercer a onipotência da riqueza" de um punhado de magnatas contra a imensa massa de trabalhadores; magnatas esses que controlam os caminhos da política inclusive nas democracias burguesas mais avançadas, cujo parlamentarismo é mais solidamente submetido aos bancos e à Bolsa quanto mais desenvolvido é o regime democrático (LÊNIN, 2019). *Em seu Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1916, o revolucionário russo estabelece não apenas a nova escala em que trabalham os bancos na virada do século XIX para o século XX, mas seu novo

146 Lênin se deteve inúmeras vezes na importância desse tema, sem o qual era impossível desenvolver e consolidar os primeiros passos de um governo de transição. Em seu artigo "*A Situação Internacional da República Soviética da Rússia e as Tarefas Fundamentais da Revolução Socialista*", de 26 de abril de 1918, assinalava a mudança do centro de gravidade da luta contra a burguesia, antes do início da guerra civil, para esse trabalho de registro e controle planificado. Ao mesmo tempo, reconhecia que este trabalho se encontrava "extremamente atrasado", sendo uma das "tarefas mais difíceis" dada a insuficiente organização, fruto das devastações militares, e das atividades de sabotagem da burguesia, que minavam o monopólio dos cereais e destruíam os excedentes de grãos. "A Situação Internacional da República Soviética da Rússia e as Tarefas Fundamentais da Revolução Socialista", disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm, consultado em 16/01/2020.

papel global de criação e controle de enormes monopólios que dominam os distintos ramos da produção social[147]:

> A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista. À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista […] Esses dados mostram-nos concretamente essa "contabilidade geral" de toda a classe capitalista, e não só capitalista, pois os bancos recolhem, ainda que apenas temporariamente, os rendimentos em dinheiro de todo o gênero, tanto dos pequenos patrões como dos empregados, e de uma reduzida camada superior dos operários (LÊNIN, 1982, p. 601).

Tais concepções são alheias ao *modus operandi* do Estado capitalista chinês. Por um lado, de todos os aspectos econômicos que sofreram profundas modificações no curso da política restauracionista do Partido Comunista Chinês – em especial a privatização das empresas estatais, a abolição da estabilidade trabalhista de dezenas de milhões de operários, a precarização brutal do trabalho nas "fábricas de suor" chinesas, em benefício do capital estrangeiro – o sistema financeiro é talvez aquela porção da economia que menos esteve submetida a tais alterações. Por outro lado, a lógica de atuação das entidades financeiras chinesas submetidas ao controle do Estado atende aos requisitos fundamentais da valorização do capital.

Às vésperas das reformas de 1978, a China possuía, nominalmente, três bancos: o Banco Popular da China, o Banco da China, e o Banco de Construção (LARDY, 1998). O Banco da China não era uma instituição independente e estava subordinado ao Banco Popular da China, encarregado das transações comerciais estrangeiras. Já o Banco de Construção era "banco" apenas no nome, operando como subsidiário do Ministério das Finanças. Dentro desse arcabouço financeiro, o banco Popular da China controlava 80% de todos os depósitos bancários. Com as reformas de Deng Xiaoping, o sistema começou a ser lentamente liberalizado. Fruto da orientação desestatizante do governo, não era obrigatório que as novas

147 A diferença com o período assinalado por Lênin, com dados referentes à primeira década do século XX, é que no mundo "globalizado" (controlado pelo capital financeiro a nível mundial) do século XXI, os bancos recolhem as poupanças da esmagadora maioria dos trabalhadores, transformando seus depósitos em fontes de recursos para os investidores capitalistas.

instituições financeiras, separadas dos bancos estatais, fizessem empréstimos às empresas estatais deficitárias, nos termos do *zhuada fangxiao*.

> No início da década de 1980, o governo chinês começou a liberalizar as restrições de acesso aos seus mercados para atender à necessidade de fundos e serviços financeiros para um rápido desenvolvimento econômico. Muitas novas cooperativas de crédito e bancos comerciais foram restaurados e restabelecidos em grandes regiões e cidades. Em julho de 1986, o Banco de Comunicações (BOCOM) – o primeiro banco comercial por sociedade de ações na China – foi estabelecido. Subsequentemente, diversos outros bancos comerciais por sociedade de ações foram criados, incluindo o China Merchants Bank, o Shenzhen Development Bank e o CITIC Bank. […] A partir de 1994, a China estabeleceu três bancos de apoio – o China Development Bank (CDB), o Export-Import Bank of China (EIBC) e o Agricultural Development Bank of China (ADBC) – para separar os serviços orientados de apoio financeiro, de um lado, e os bancos comerciais, de outro. Em 1999, para aumentar a confiança pública em sua indústria financeira, reformar os bancos estatais e tratar do problema dos empréstimos vencidos (*non-performing loans*), a China criou quatro empresas de administração de ativos financeiros: a China Great Wall Asset Management Co. Ltd; a China Cinda Asset Management Co. Ltd.; a China Huarong Asset Management Co. Ltd; e a China Orient Asset Management Co. Ltd. (ZHU, 2020, p. 53).

Os contornos do sistema financeiro em formação da China acompanhavam cada movimento da política restauracionista da burocracia chinesa, que incluía essas reformas dentro da concepção da introdução de elementos de mercado na economia socialista. Especificamente nesse ramo, entretanto, a burocracia do PCCh sabia medir os riscos desestabilizadores embutidos numa eventual abertura desordenada. Tudo foi feito gradualmente e com firme controle do Estado.

Nisso, uma característica marcante do sistema financeiro chinês era a especialização de cada um dos principais bancos estatais no atendimento creditício a áreas bem delimitadas da economia. Um banco não atuava na área de intervenção de outro. Um exemplo importante foi o do Banco Agrícola da China. O Banco Agrícola, restabelecido em 1979, concentrava sua atividade de depósito e crédito na área rural. O crescimento do setor primário da economia chinesa se refletiu no incremento do poder do Banco Agrícola, que se converteu no quarto maior banco nacional em termos de ativos, a meados da década de 1990 (LARDY, 1998). Deng Xiaoping operou outros movimentos para desarticular os bancos estatais entre si e dedicar suas atividades a nichos específicos da economia. O Banco da China se separou do Banco Popular, enquanto o Banco de Construção foi separado do Ministério das Finanças (LARDY, 1998). Em 1983 o Conselho de Estado decidiu oficialmente pela criação de um banco central, designando assim o Banco Popular da China, momento em que surge o chamado Banco Industrial e Comercial da China, que ficou encarregado das operações de

depósito e empréstimo do Banco Popular, convertendo-se no banco com maior volume de ativos na China em 1985, quando o Banco Popular da China passa a ter atribuições de impressão de moeda e fixação das taxas de juros.

> Entre 1986 e 1995, a porção total de ativos financeiros controlados pelos quatro principais bancos estatais decresceu em modestos 10.2%, de 71.2% para 61%. Muito desse declínio se deveu ao incremento no papel dos novos bancos estatais, e não do crescimento na capacidade creditícia de bancos de orientação mais comercial, criados a meados de 1980. Em algumas regiões, entretanto, a transformação foi mais rápida […] Em 1994, a cota de mercado dos quatro grandes bancos estatais na Zona Econômica Especial de Shenzhen e na província de Guangdong havia caído mais de 50%. Isso refletia a rápida expansão de novos bancos regionais, como o Banco de Desenvolvimento de Shenzhen, o Banco de Desenvolvimento de Guangdong, e o Banco Comercial (LARDY, 1998, p. 80).

Assim, a preeminência dos bancos estatais como centro das atividades financeiras de crédito não excluía o desenvolvimento de bancos comerciais nas regiões mais importantes da indústria exportadora. Mesmo assim, ao final do século XX, vinte anos após o início das reformas de Deng Xiaoping, a disposição interna não havia mudado de forma considerável o caráter do controle estatal do sistema financeiro, com abertura pequena para bancos privados, cujo número aumentou exponencialmente desde a morte de Mao. Não há, portanto, um caminho linear entre o conjunto das reformas pró-capitalistas e a forma de manifestação dessas reformas globais no sistema financeiro. Tão errôneo quanto isolar o fator financeiro das reformas de 1978, para depreender dele a preservação de uma suposta "orientação socialista", seria ignorar a importância que esse fator tem para a diferenciação do regime capitalista chinês frente aos modelos ocidentais.

Do ponto de vista do capitalismo ocidental, as baixas taxas de juros tradicionalmente mantidas pelo Banco Popular da China constituem incentivos para que as empresas estatais sigam anexando seu endividamento preferencialmente aos bancos públicos, o que retira a "competitividade" almejada pelos bancos estrangeiros que buscam atuar no mercado de capitais chineses. Em 1996, Hassanali Mehran e Marc Quintyn, ambos agentes do FMI, publicavam um material louvando a energia das reformas pró-capitalistas adotadas pelo Partido Comunista, já sob a batuta de Jiang Zemin, sem deixar de planger a lentidão das reformas aplicadas ao sistema financeiro[148].

148 "A inexistência de mercados monetários organizados nacionalmente – uma das características marcantes do setor financeiro chinês no início dos anos 90 – está relacionada com a lentidão do processo de liberalização das taxas de juros, com a falta de uma moderna infraestrutura de pagamentos e liquidação, e com a ineficiência da organização administrativa bancária. Por sua vez, a inexistência de mercados interbancários e monetários nacionalmente integrados prejudica a transição para os instrumentos indiretos de política monetária" (HASSANALI; QUINTYN, 1996, s/p).

Para apaziguar os aliados estrangeiros, como os Estados Unidos de então, e as próprias tendências reinantes no interior do Partido Comunista, que trilhavam o caminho mais seguro encontrado para subverter os pontos nodais da forma social de propriedade conquistada em 1949, Jiang Zemin e Zhu Rongji operaram reformas que beneficiavam os credores e dificultavam a manutenção das empresas estatais. No coração do processo de liberalização das empresas estatais, o asfixiamento do crédito teve papel fundamental: foi imposto uma dura restrição orçamentária às empresas estatais com problemas de solvência, movimento responsável por aumentar substancialmente o número de falências e a magnitude dos processos de demissão dos trabalhadores do setor público[149]. Com a estabilidade social em jogo, o Estado ainda era obrigado a estender linhas de crédito às mesmas empresas que buscava abolir a fim de deter a luta de classes.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, significou um grande salto nas "incompletudes" da abertura financeira. Compromissos foram feitos pelo Politburo para incrementar a liberalização do setor em troca de seu pertencimento à OMC. As políticas correspondentes mostram que seria um erro descartar a possibilidade de um aumento na magnitude da liberalização financeira por parte da burocracia de Pequim, uma vez eliminados os riscos de revoltas sociais e os riscos a seu próprio domínio político.

Liqing Zhang, Yan Zhang e Zhixiao Dong (2019) avaliam os saldos da penetração crescente dos bancos estrangeiros na China, oapontando duas etapas de desenvolvimento da liberalização depois do acesso da República Popular à OMC.

> O governo central publicou as "Regulamentações da República Popular da China sobre a Administração de Instituições Financeiras Estrangeiras" em dezembro de 2001. As restrições geográficas e de clientela sobre a capacidade dos bancos financiados externamente de operar negócios em moeda estrangeira foram abolidos. Bancos estrangeiros foram autorizados a operar negociações de câmbio para empresas e residentes chineses (além de negócios em moeda local) em quatro cidades: Xangai, Shenzhen, Tianjin e Dalian. Em janeiro de 2002, as "Regras de Implementação das Regulamentações da República Popular da China sobre a Administração de Instituições Financeiras Estrangeiras" foram publicadas, e em dezembro as negociações denominadas em renminbi foram autorizadas aos bancos estrangeiros em cinco cidades: Guangzhou, Qingdao, Zhuhai, Nanjing e Wuhan. Em dezembro de 2003 essa autorização foi estendida a mais quatro cidades – Jinan, Fuzhou, Chengdu e Chongqing […] Em 2004 e 2005, os

149 "A despeito desses desenvolvimentos, muitas empresas puderam evitar reduções permanentes de plantel, e o desaparecimento de firmas através de processos de falência era relativamente infrequente. Em muitas cidades, os trabalhadores que estavam sem receber salários há meses protagonizavam paralisações sobre as linhas de trem para interromper o fluxo ferroviário, com o objetivo de atrair a atenção das autoridades mais altas do país. Em outros lugares, as ações operárias na China eram ainda mais vigorosas. O resultado era desapontador – bancos locais eram obrigados a estender linhas de crédito adicionais para que as empresas em falência pagassem os salários atrasados, a fim de minimizar o que as autoridades consideravam ser uma ameaça potencial à estabilidade social" (LARDY, 1998, p. 142).

> bancos estrangeiros ganharam autorização para operar com moeda local em Kunming, Pequim, Xiamen, Shenyang, Xi'an, Shantou, Ningbo, Harbin, Changchun, Lanzhou, Yinchuan e Nanning (ZHANG et al., 2019, p. 98).

Liqing, Yan e Zhixiao apontam a "segunda etapa" de liberalização financeira como a aceleração da primeira. Em setembro de 2014, no início da administração Xi Jinping, a "Implementação de Medidas para o Licenciamento Administrativo dos Bancos Estrangeiros" foi promulgada pelo Partido Comunista Chinês, eliminando as requisições prévias para o estabelecimento de sucursais bancárias estrangeiras em seu território[150]. Em julho de 2017, o governo Xi decretou o relaxamento dos limites para investimento estrangeiro em bancos chineses. Em fevereiro de 2018, a revisão das "Medidas para o Licenciamento Administrativo dos Bancos Estrangeiros" estipulava que bancos estrangeiros e *joint-ventures* estrangeiras na China poderiam investir em instituições financeiras chinesas (LIQING, *et al*. 2019).

Os mesmos estudos, entretanto, apontam contraditoriamente o aumento, e não diminuição, das dificuldades de acesso dos monopólios financeiros internacionais na China. As dificuldades oriundas da crise econômica mundial de 2008 fizeram com que distintos bancos internacionais vendessem seus ativos. Assim, embora o número de bancos estrangeiros operando na China fosse crescente, a massa de ativos era muito reduzida quando comparada com a massa global: em 2017, os ativos totais possuídos por bancos estrangeiros na China era de pouco mais de 32 bilhões de yuanes (LIQING et al., 2019).

Fica claro que a preservação do controle do sistema financeiro por parte dos organismos do Estado chinês – algo que não pode ser confundido com uma política socialista tendente à unificação do sistema financeiro – foi desde o início considerado um dos marcos centrais para a preservação da estabilidade social e a conservação do poder pela burocracia de Pequim.

Em 2020 o presidente do Instituto Nacional de Pesquisa Financeira da Universidade de Tsinghua, Zhu Min, apresenta concisamente os componentes mais importantes do desenvolvimento histórico do sistema financeiro chinês, no documento "*China's Financial Development: a Global Perspective*", feito em equipe com Chen Weidong, Zhou Jingtong, Gai Xinzhe e Xiong Qiyue. Na transição do século XX para o século XXI, o sistema financeiro chinês fez progressos notáveis. Os bancos chineses, anteriormente restritos ao

150 Segundo estudo publicado em 2015 pelos pesquisadores Ran Li, Xiang Li, Wen Lei e Yiping Huang, no período de 2003 a 2013 o número de bancos estrangeiros operando na China passou de 192 a 419. Seis desses bancos – Bank of Tokyo-Mitsubishi, Mizuho Corporate Bank, Bank of East Asia, Development Bank of Singapore, Standard Chartered Bank e HSBC – ganharam permissão para emitir títulos denominados em yuan, e as instituições Bank of East Asia, Citibank, Nanyang Commercial Bank e Standard Chartered Bank puderam entrar no negócio de cartões de crédito (RAN et al., 2015, p. 74).

Reino do Meio, ultrapassaram as fronteiras nacionais e se converteram em gigantes indispensáveis para o arcabouço sistêmico capitalista global.

Em 1996, em termos da massa de ativos, apenas um banco chinês – o Banco Industrial e Comercial da China – aparecia entre os 10 principais do mundo, com ativos de US$373.6 bilhões, 74% do total de ativos do Deutsche Bank (o maior naquele então nessa categoria). Em 2016, todos os quatro principais bancos estatais chineses passaram a se encontrar entre os cinco principais do mundo em termos de ativos. O Banco Industrial e Comercial da China se tornou o maior do mundo nessa rubrica, tendo atingido em 2016 um controle total de ativos de US$3.4 trilhões (em 2022, US$5.5 trilhões), seguido pelo Banco de Construção da China, com US$2.8 trilhões em 2016 (em 2022, US$4.7 trilhões), o Banco Agrícola da China com US$2.7 trilhões em 2016 (em 2022, US$4.5 trilhões), e com o Banco da China figurando em quinto lugar em 2016 com US$2.5 trilhões (em 2022, ocupava o quarto lugar com US$4.2 trilhões)[151]. Apenas um banco dos Estados Unidos, o JP Morgan Chase (US$3.7 trilhões em ativos), se encontra entre os cinco principais, segundo dados de 2022; junto ao Bank of America (US$3.1 trilhões em ativos), são os únicos bancos estadunidenses entre os 10 principais. O número total de bancos na lista dos 100 maiores em termos de ativos também dá vantagem para a China: segundo dados de dezembro de 2019 da agência ADV Ratings, os Estados Unidos possuía 12 bancos entre os 100 maiores do mundo, enquanto a China possui 21 bancos nessa lista[152].

Do ponto de vista da rentabilidade, os gigantes chineses também superaram seus rivais. Os quatro maiores bancos chineses são mais rentáveis que os quatro mais lucrativos bancos dos Estados Unidos. Em 1996, apenas um banco – o Banco da China – estava listado entre os vinte bancos mais rentáveis do mundo, em 17º lugar, com lucratividade de US$1.87 bilhões, o equivalente a 1/3 do lucro do britânico HSBC (em primeiro lugar, naquele então). A partir de 2016, a China contabilizava nove bancos entre os vinte mais rentáveis do mundo. Em 2021, os quatro gigantes chineses encabeçavam a lista dos bancos mais rentáveis do

151 Dados de 2022 obtidos em análise da Standard&Poors, realizada por Yuzo Yamaguchi, Harry Terris e Rehan Ahmad. Disponível em: https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/latest-news-headlines/the-world-s-100-largest-banks-2022-69651785.

152 Os 21 bancos da China na lista, em ordem de importância, são: Industrial & Commercial Bank of China, China Construction Bank Corp., Agricultural Bank of China, Bank of China, China Development Bank, Postal Savings Bank of China, Bank of Communications (BOCOM), China Merchants Bank, Industrial Bank Co. Ltd, Shanghai Pudong Development Bank, Agricultural Development Bank of China, China CITIC Bank Corp., China Minsheng Banking Corp., China Everbright Bank, Export-Import Bank of China (Eximbank), Ping An Bank, Huaxia Bank, Bank of Beijing, China Guangfa Bank, Bank of Shanghai, Bank of Jiangsu. Os 12 bancos dos Estados Unidos, em ordem de importância, são: JP Morgan Chase, Bank of America, Citigroup Inc., Wells Fargo, Goldman Sachs Group, Morgan Stanley, US Bancorp,Truist Financial Corp.,PNC Financial Services Group,Capital One Financial Corp.,Bank of New York Mellon Corp.,Charles Schwab Corp. Dados disponíveis em: https://www.advratings.com/banking/top-banks-in-the-world (acessado em 14/05/2020).

mundo: o Banco Industrial e Comercial da China, seguido pelo Banco de Construção da China, o Banco Agrícola da China e o Banco da China. Tais entidades superavam os bancos mais lucrativos dos Estados Unidos: o JP Morgan Chase, o Wells Fargo e o Bank of America[153].

Um crescimento de tal magnitude colocou os gigantes chineses na lista dos bancos globais sistemicamente importantes. Ser vital para o equilíbrio financeiro capitalista global é um atributo que coexiste com a restrição da entrada de capitais estrangeiros nos mercados privados de títulos da dívida e de ações. Como apontam Ernani e Pose (2017) sobre o modelo de crescimento chinês vigorado nos últimos 30 anos:

> A manutenção desse modelo requer a sustentação de condicionantes domésticos importantes, entre os quais a provisão de recursos financeiros em moeda local em condições favoráveis para atender aos objetivos de direcionamento de crédito do Estado. Essa estratégia inclui principalmente a manutenção de taxas de juros comerciais baixas, formadas independentemente do mercado internacional, e a continuidade das políticas de direcionamento de crédito e do investimento (MCCAULEY, 2011). Ainda, tais condições implicam em uma coordenação fina das variáveis macroeconômicas mais importantes, além de um mecanismo forte e atuante de controle das movimentações financeiras internacionais. Para tanto, o Estado chinês criou um ambiente de repressão financeira interna (BURLAMAQUI, 2015; HE, 2015) e participa intensamente do mercado financeiro. Na China, o setor bancário, e mais especificamente os grandes bancos públicos, são os principais atores do sistema financeiro doméstico. Tornaram-se tão grandes que estão elencados entre os maiores do mundo nos últimos anos (MENDONÇA, 2015). A maior parte dos ativos financeiros chineses e a maior parte do crédito são bancários. O mercado privado de títulos de dívida e de ações permanece restrito (ALLEN et al., 2011; CINTRA; MARTINS, 2013). Assim, apesar de o sistema financeiro doméstico chinês ser um dos maiores do mundo, é pouco diversificado, concentrado no setor bancário (ERNANI; POSE, 2017, p. 10-11).

Esse forte controle estatal sobre o sistema financeiro e a repressão financeira interna foram componentes inerentes ao sistema econômico chinês para a conquista de resultados vultosos quanto à magnitude de seus bancos estatais. Sendo parte do que os analistas consideram como um atraso relativo do arcabouço financeiro chinês, o movimento dinâmico, entretanto, não deixa de surpreender, e lança nova luz sobre o destino próximo da evolução do sistema financeiro da China, que usa essa capacidade como pressão diplomática e geopolítica contra os Estados Unidos, com um sistema creditício que se tornou também, nas palavras de Marx, um gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais[154].

---

153 Dados de 2021 colhidos no portal GlobalData, disponível em: https://www.globaldata.com/companies/top-companies-by-sector/financial-services/global-banks-by-revenue/.

154 "Com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos dos capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela

A China mantém fortes controles sobre o fluxo de capitais em seu sistema financeiro, e a dificuldade de acesso verificada no setor bancário também se verifica nos mercados de capitais. Apesar disso, o volume de intercâmbio nos mercados de ações e intercâmbio de produtos financeiros cresceu exponencialmente[155]. O grau da capitalização dos mercados chineses está entre os maiores do mundo. Em 1995, a capitalização total de mercado das empresas chinesas[156] era de US$42.1 bilhões, o equivalente a apenas 0.2% da capitalização total de mercados no mundo. Em 2016, essa capitalização passou a ser de US$7.3 trilhões, equivalente a 11.3% da capitalização total dos mercados globais (ZHU, 2020). Nessa rubrica, entretanto, a China se encontra bastante atrás dos Estados Unidos, maior mercado de ações do mundo. De acordo com Zhu (2020), em 1993 a capitalização de mercado das empresas estadunidenses era de US$5.3 trilhões (35.7% da taxa de capitalização global), passando a US$25.1 trilhões em 2016, 40.6% da capitalização global (ZHU, 2020). A China também é largamente avantajada pelos Estados Unidos no mercado de títulos, perdendo também para o Japão. Apesar do mercado de títulos da China ter crescido de US$202.3 bilhões em 2000 para US$9.1 trilhões em 2016 – um incremento significativo – no mesmo período o mercado de títulos dos Estados Unidos passou de US$14.6 trilhões para US$35.8 trilhões (ZHU, 2020). O ritmo mais rápido de crescimento da China não pode obscurecer a enorme diferença em termos absolutos que ainda a separa da principal potência imperialista do mundo.

Em meio aos atritos geopolíticos originados da guerra da Ucrânia, a China de Xi Jinping busca diminuir essa brecha e alavancar a utilização internacional do renminbi, especialmente com países próximos de sua esfera de influência, como Rússia, Brasil, África do Sul e Índia (países fundadores dos BRICS), nações da Ásia Central e da África. Possuindo os bancos mais rentáveis do mundo e aqueles com maior volume de ativos, a China utiliza essa força financeira para exercitar em escala ampliada a exportação de capitais,

---

superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais. Na mesma medida em que se desenvolvem a produção e a acumulação capitalistas, desenvolvem-se também a concorrência e o crédito, as duas alavancas mais poderosas da centralização" (MARX, 2014, p. 702).

155 "Em 1993, a Bolsa de Valores de Xangai lançou um programa piloto de emissão de títulos governamentais futuros. Em 1994, a Bolsa de Valores de Shenzhen começou a fazer o mesmo. Consequentemente, o mercado de títulos passou a se concentrar em ambas […] A partir do ano 2000, o mercado de títulos da China atravessou um desenvolvimento importante em três aspectos. Em primeiro lugar, o volume de negociação de títulos aumentou significativamente e a estrutura de mercado mudou. A emissão de títulos pelo governo chinês aumentou para 185 trilhões de yuanes em 2016, 574 vezes aquela registrada em 1990 (32 bilhões de yuanes). Desde então, o rápido crescimento dos participantes de mercado e os diversificados produtos financeiros aumentou a atividade dos mercados de títulos interbancários, vindo a se tornar gradualmente a principal via para essas transações" (ZHU, 2020, p. 73).

156 A capitalização de mercado se refere ao valor total de mercado da companhia. Ele é obtido através da multiplicação entre a quantidade de ações pelo valor de cada ação. A capitalização total de um país equivale à soma do valor global de todas as empresas de um país.

desenvolvendo seus traços imperialistas. Assim, encontramos o elo de ligação entre a força crescente do sistema financeiro chinês e a dinâmica expansiva da influência da República Popular no tabuleiro econômico, passando de um país apoiado na exportação de manufaturas com baixo valor agregado (incorporando capitais dos monopólios ocidentais), para uma potência que começa a batalhar por espaços de acumulação mundial e de produção tecnológica.

Entretanto, o controle estatal sobre a intervenção estrangeira em seu sistema financeiro, embora assegure maior segurança relativa ao regime do PCCh, atrasa o processo de internacionalização do renminbi e a capacidade de atração externa de sua moeda. Com efeito, se examinamos os fatores mais importantes que distinguem a China desfavoravelmente diante da maior potência imperialista do globo, os Estados Unidos, sem dúvida teríamos de mencionar – além da distância substantiva entre as forças armadas estadunidenses e a força militar chinesa – a grande brecha que separa a importância do dólar diante do renminbi, especialmente quando se tem em vista a tese de pesquisadores que ligam a permanência da superioridade econômica e militar dos Estados Unidos à primazia de sua moeda nas transações internacionais e nas reservas governamentais por todo o globo (EICHENGREEN, 2011; BAI, 2012).

Alguns dados evidenciam como o renminbi ainda engatinha para conquistar um espaço de relevo na cesta de moedas com Direitos Especiais de Saque do FMI, quando o dólar domina as transações internacionais e é a principal moeda de reserva dos governos mundiais, incluindo a China.

> O uso internacional do renminbi ainda é muito restrito. A participação no giro diário dos mercados cambiais é de 4%: em 15 anos, subiu da posição de 35ª para 8ª moeda mais transacionada nesse mercado, mas ainda assim permanece bem abaixo da participação do dólar, que é de 87% (BIS, 2016). No comércio mundial, a participação, medida pelo valor das transações, é ao redor de 0,5%, enquanto o dólar respondia por cerca de 50% (SWIFT, 2015). Em termos de participação nas reservas oficiais, o RMB soma 1%, enquanto o dólar responde por 67% das reservas declaradas junto ao Fundo Monetário Internacional (IMF, 2017). Desse modo, a China parece estar bem colocada para promover sua moeda a níveis superiores da hierarquia monetária (ERNANI; POSE, 2017, p. 10).

A debilidade do renminbi não se encontra apenas na baixa utilização internacional e na falta de confiança que gera, diante das constantes ameaças dos Estados Unidos contra a desvalorização forçada operada por Pequim. A baixa produtividade do trabalho chinês é um dos principais fatores, senão o principal, para a fragilidade do atual estágio do renminbi. Usando estimativas ajustadas ao crescimento econômico pujante da China, dados da

Conference Board de 2015 mostram que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho chinês havia caído para 3.7%, comparado à taxa de 8.1% registrado entre 2013 (ERNANI; POSE, 2017). Ainda possuindo uma taxa de crescimento de produtividade maior que a dos Estados Unidos, a China parte de um atraso abissal, que reduz drasticamente os efeitos do incremento produtivo (fator em que, à luz das teses de Marx, podemos identificar a redução relativa do valor da força de trabalho). Nesse mesmo ano de 2015, cada trabalhador empregado na China gerava somente 19% do PIB gerado por um trabalhador estadunidense (não muito acima da produtividade indiana, em que cada trabalhador gerava 13% desse montante)[157]. Segundo a metragem da CEIC Data[158], em 2015 a China havia registrado uma produtividade do trabalho de 6.6%, caindo para 6.2% em 2019. Com uma produtividade do trabalho absoluta em declínio, e uma produtividade relativa muito abaixo daquela registrada nos Estados Unidos, o renminbi terá obstáculos de Sísifo para alcançar maior importância.

A restrição das transações financeiras internacionais agrava a debilidade da moeda chinesa. Essa fragilidade incomoda a burocracia do Partido Comunista Chinês, em rota de colisão tecnológica com os Estados Unidos, sem deter uma moeda de peso e confiança nas praças estrangeiras. À luz disso, uma das ambições da China é poder sair da armadilha da dívida e das reservas dolarizadas em que Washington lhe pode colocar, mas especialmente ter controle sobre a flutuação das dívidas dos seus países devedores na periferia do capitalismo. Isso só poderia ser feito com a presença marcante do renminbi nas transações cambiais e como importante moeda de reserva dos países; um processo ainda inicial que não deu protagonismo aos chineses[159]. Da mesma maneira, ao mesmo tempo em que busca reduzir a vantagem do dólar, o governo chinês preserva a obsessão pela estabilidade social, o que influencia sua política monetária e o curso tortuoso da internacionalização do renminbi. A estabilidade interna é ainda mais importante para a burocracia de Xi Jinping do que a internacionalização da moeda chinesa, e deve modular o ritmo dessa expansão da abrangência da moeda chinesa nos circuitos financeiros internacionais.

> O processo de internacionalização do renminbi convive com a preocupação de manter o ritmo de crescimento econômico e a estabilidade interna, não contando com mercados financeiros desenvolvidos e conservando sua conta

157 Michael Schuman, "Maior problema de produtividade está na China", UOL. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2017/05/11/maior-problema-de-produtividade-esta-na-china-bloomberg-view.htm (acessado em 16/05/2020).

158 https://www.ceicdata.com/en/indicator/china/labour-productivity-growth (acessado em 16/05/2020).

159 "O renminbi não parece ter atingido ainda um patamar destacado, nem desempenhar de forma relevante as funções internacionais. Seu maior uso pode seguir uma estratégia de diversificação de risco: quando as expectativas de ganhos diminuíram, os agentes correram para ativos considerados seguros. Os determinantes, mesmo que tenham se movido favoravelmente para a China nos últimos anos, ainda não parecem suficientes – ao menos na visão dos mercados mundiais – para fixar o RMB como uma moeda de primeira linha na hierarquia internacional" (ERNANI; POSE, 2017, p. 14).

> de capital relativamente fechada. […] Como a preocupação com a estabilidade macroeconômica tem premência, o projeto tem sido extremamente cauteloso e gradual, sujeito a testagens, paralisações e retrocessos. Assim, as metas almejadas parecem estar ainda num horizonte mais dilatado de tempo. A maior conversibilidade do renminbi e sua utilização global mais efetiva ainda podem levar anos ou mesmo décadas, e mesmo que as autoridades chinesas assim o desejassem, sua moeda dificilmente poderia ser uma alternativa ao dólar (ERNANI; POSE, 2017, p. 17).

Sem uma moeda com peso no sistema internacional, a própria influência geopolítica e econômica da China encontra limitações, e torna a República Popular muito mais dependente das turbulências financeiras e comerciais. Dessa maneira, não é difícil concluir que a disparidade de poderes monetários entre a China e as principais potências do mundo, como Alemanha, Japão e especialmente os Estados Unidos, é um fator que a distancia sideralmente das condições e atribuições de uma potência imperialista. Mesmo a caminho de se tornar a principal economia do mundo em termos de PIB, não será possível à China competir seriamente com os Estados Unidos (ainda que seu objetivo não seja desbancar o dólar, e sim estabilizar o sistema monetário internacional) com uma moeda relativamente secundária no mercado capitalista mundial.

Em dinâmica, o desenvolvimento econômico da China, associado a sua influência política, implica a adoção crescente do renminbi como moeda de transação comercial e de reserva, no marco de um cenário geoestratégico complexo, em que a divisão política dos Estados se organiza em função da disputa entre Estados Unidos e China. Com efeito, a guerra da Ucrânia atuou como catalisadora de uma ofensiva na política de internacionalização do renminbi por parte de Xi Jinping. Com as sanções comerciais à Rússia impostas pelas principais potências da OTAN e o congelamento de ativos estrangeiros do país no valor de US$300 bilhões, Moscou se viu na circunstância de incrementar suas relações comerciais com Pequim. O renminbi passou a ser usado como moeda especial de transação financeira e comercial nas exportações russas de gás e petróleo, o que robusteceu o peso da moeda chinesa na cesta de reserva de Moscou, que se tornou a quarta maior utilizadora de renminbi em fevereiro de 2023[160]. Em sua primeira visita a Xi Jinping após confirmação do terceiro mandato presidencial, Lula descreveu seu desejo de que as transações comerciais entre os

160 "O aumento do comércio de renminbi refletiu o pivô econômico da Rússia para a China, com o comércio bilateral atingindo um recorde de US$185 bilhões em 2022. As empresas russas pagam a maior parte das compras de produtos chineses em renminbi – compras que aumentaram acentuadamente após a invasão. O presidente russo, Vladimir Putin, endossou o uso mais amplo do renminbi em nível internacional. Ao se reunir com o presidente chinês Xi Jinping, ele disse que apoiava 'o uso do yuan nos pagamentos entre a Rússia e os países da Ásia, África e América Latina'". Anastasia Stognei, "Russia embraces China's renminbi in face of western sanctions". Financial Times, 26/03/2023. Disponível em: https://www.ft.com/content/65681143-c6af-4b64-827d-a7ca6171937a.

BRICS pudessem ser realizadas com as moedas nacionais dos países participantes, independentemente do dólar – acenando à utilização do renminbi, que se tornou a segunda maior moeda de reserva do Brasil, superando o euro. Tais movimentações não são ainda transformações tectônicas no panorama financeiro global, mas prenunciam modificações favoráveis ao renminbi diante da letargia da primeira década de Xi Jinping.

Portanto, há continuidades e descontinuidades na estrutura financeira chinesa, diante do lento desenvolvimento a partir da década de 1980. Parte de um enorme atraso frente a seus competidores ocidentais, sendo uma estrutura relativamente recente. O receio de permitir a entrada sem restrições de instituições financeiras estrangeiras é revelador da preeminência do capital financeiro internacional sobre a ainda frágil estrutura chinesa. A moeda chinesa é incomparavelmente menos importante para as transações internacionais que o dólar, que preserva sua figura de moeda de reserva e de intercâmbio mundial. São elementos fundamentais para entender a fragilidade chinesa na competição pela preeminência global com as potências propriamente imperialistas.

Entretanto, é evidente que não vemos mais a mesma estrutura financeira da China de Deng. Xi Jinping quer aproveitar a nova situação internacional originada na guerra da Ucrânia para avançar a influência do renminbi e dos grandes bancos estatais como atores mundiais, uma dimensão adicional na disputa sino-estadunidense. Tanto em sua figura atual quanto em sua dinâmica, assistimos a uma emergência crescente do capital chinês, que pela primeira vez em 30 anos assume importância global. Assim, seria temerário exagerar o peso das finanças chinesas, tanto quanto ignorar sua força dinâmica. Mais importante, esse fator da economia chinesa não pode ser dissociado da entrada da China na disputa por espaços mundiais de acumulação de capital e desenvolvimento de tecnologia de ponta.

4.5 A questão da tecnologia: avanços sobre a base do atraso

4.5.1 Conquista da primazia industrial às custas do desenvolvimento de tecnologia

"Tudo está pronto, exceto o vento do Oriente". A frase, do *Romance dos Três Reinos*, de Luo Guanzhong, significa que tudo está preparado, exceto o crucial. O crucial para a China de Xi Jinping é a autonomia tecnológica diante do Ocidente, entendida não como "desacoplamento" ou ruptura das relações econômico-tecnológicas com o eixo Washington-União Europeia, mas a aquisição da capacidade de desenvolvimento endógeno de tecnologia sensível. Nas "Duas Sessões" parlamentares de março de 2023, que confirmaram os

resultados do 20º Congresso do PCCh, esse "crucial ausente" foi assinalado como desafio do terceiro mandato de Xi. Ali, um novo equilíbrio entre segurança e desenvolvimento foi apresentado por Xi Jinping. Crescimento econômico deve estar ligado ao robustecimento das capacidades de inovação tecnológica[161]. Em outras palavras, a economia deve orientar-se ao robustecimento da segurança do Estado. Assim o define Xi Jinping como nova orientação estatal, na medida em que "a segurança é a base do desenvolvimento, e a estabilidade é o pré-requisito para a prosperidade". O setor privado chinês, nesse plano, está convocado a seguir enriquecendo-se e acumular capital, mas em colaboração com o desenvolvimento da tecnologia de ponta necessária para que a República Popular dependa menos do estrangeiro e possa solucionar seus próprios problemas de segurança interna e externa.

A partir da fundação da República Popular, a China habituou-se a caminhar a passos lentos no terreno das inovações, mediante absorção de tecnologia estrangeira (o sistema do "*catching-up*") para comprimir a brecha que a separava dos países que haviam passado anteriormente pelas transformações da Revolução Industrial do século XVIII. Com as perseguições à intelectualidade chinesa que se desencantara com o regime do PCCh – um assédio praticamente permanente, a partir da Campanha Anti-Direitista de 1957-58 – Mao desenvolveu a noção de que a veneração pela tecnologia constituía um fetiche pueril, e que grande parte dos avanços intelectuais haviam sido realizados por jovens iletrados (FAIRBANK, 2006). Se o capitalismo enquanto sistema produtivo opõe um obstáculo permanente à generalização dos avanços científicos, as condições da asfixia burocrática provaram contaminar sobremaneira o ambiente do florescimento da ciência e da técnica. O período da Revolução Cultural representou um grande empecimento na trilha da pesquisa e inovação endógena chinesa quando, em meio à campanha de Mao Zedong para livrar-se de uma ala adversária no aparato do Partido Comunista Chinês, universidades foram fechadas, pesquisadores e cientistas presos e enviados aos campos de trabalho nas zonas rurais. A combinação de inúmeros fatores históricos fez com que a retomada do interesse na inovação técnica ressurgisse apenas com o processo de abertura econômica com Deng Xiaoping em 1978, quando as pesquisas científicas e a incorporação de tecnologia estrangeira se faziam já subordinadas às reformas pró-capitalistas que abriam caminho à restauração. Durante as décadas de reformas, entretanto, a aquisição de tecnologia teve um vetor rigorosamente exógeno. A República Popular, atormentada pelas turbulências dos anos 50 e 60, era demasiado pobre e partia de um nível tecnológico muito baixo – com exceção parcial no ramo

161 "Five Facts to Know: China's Two Sessions 2023". Edelman Global Advisory. 21/03/2023. Disponível em: https://www.edelmanglobaladvisory.com/insights/five-facts-chinas-two-sessions.

militar – para entrar em competição com as potências. Agravando essa desigualdade, a orientação da indústria exportadora que hegemonizou um longo período do crescimento econômico chinês ocorreu sob os auspícios da baixa concentração de valor agregado. O enriquecimento pela exportação de bens manufaturados simples, como brinquedos, derivados têxteis e instrumentos de aplicação eletrônica, obnubilou o atraso no direcionamento de investimentos em pesquisa e investigação.

Essa mesma trajetória, de dependência estrangeira e concentração na manufatura exportadora de baixo valor agregado, legou a China a um grau de defasagem substancial em termos tecnológicos, entre as tesouras da chantagem estadunidense. A título de exemplo, a área sensivelmente estratégica dos semicondutores é um campo significativamente problemático para Pequim, dependente de tecnologia estrangeira para a consecução de variados projetos que tocam a segurança nacional. Sob os novos controles de exportação anunciados em outubro de 2022 pela administração Biden, semicondutores fabricados com tecnologia estadunidense para uso em inteligência artificial, computação de alto desempenho e supercomputadores só podem ser vendidos à China com uma licença de exportação[162]. O objetivo é aumentar a dificuldade para as empresas chinesas obterem ou fabricarem *microchips* de computação avançada, desenvolver supercomputadores com aplicações militares (desde a modelagem de armas nucleares até o desenvolvimento de armas hipersônicas), além de retardar seu progresso no ramo da inteligência artificial. Os controles atingem as empresas chinesas de várias maneiras, impedindo o acesso a ferramentas críticas a grupos como o Semiconductor Manufacturing International Corp. (SMIC), o Yangtze Memory Technologies Co. (YMTC) e o ChangXin Memory.

O sufocamento nas cadeias de fornecimento de semicondutores se estendem, com características próprias, a múltiplos ramos tecnológicos, obrigando a administração Xi Jinping a resolver gargalos de pesquisa e produção em condições adversas de tempo e espaço. Essa situação, como assinalado, é o rebento de longas décadas de crescimento da economia fundado na indústria de exportação com reduzido coeficiente tecnológico. Ademais, o componente com mais alto valor agregado era de responsabilidade primordial das empresas de capital estrangeiro, que operavam nas Zonas Econômicas Especiais reservadas às multinacionais que penetraram na China a partir da década de 1980. Esforços contratendenciais foram apresentados nos últimos anos para cobrir esta lacuna. Scott

162 Sublinhando o escopo dos controles de exportação, a administração Biden lançou mão de um mecanismo usado pelo governo Trump contra a companhia chinesa Huawei, a "regra do produto direto estrangeiro", proibindo qualquer empresa de dentro ou fora dos Estados Unidos de fornecer hardware ou software a entidades chinesas visadas cuja cadeia de fornecimento contenha tecnologia estadunidense.

Kennedy, do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) afirma que na era Xi Jinping a maior fonte de exportações de alta tecnologia passou a ser realizada por empresas privadas domésticas (crescendo em valores absolutos de US$23.8 bilhões em 2011 para US$161.4 bilhões em 2020) indo de 14.9% para 41.3% das exportações chinesas de alta tecnologia, entre 2011 e 2020[163]. Trata-se de um avanço notável, mas aquém dos índices de uma grande potência. As vendas chinesas de alta tecnologia ao estrangeiro compõem ainda 30% das exportações totais do país. Empresas de Hong Kong, Macau e Taiwan ainda representam 33.7% dessas exportações, e multinacionais ocidentais ainda figuram com um papel não negligenciável. Ademais, as exportações domésticas chinesas são altamente dependentes de componentes estrangeiros, o que torna esse problema estratégico uma deficiência ainda por se resolver[164].

Até o estouro da crise econômica mundial em 2008, essa fragilidade tecnológica da China era abordada com uma espécie de negligência otimista, sob o governo Hu Jintao-Wen Jiabao. A fratura da economia mundial a partir das ondas de choque emitidas pela quebra do Lehman Brothers foi um ponto de inflexão. A contração do comércio mundial e a redução das exportações, especialmente a partir de 2013-14, obrigaram a China a recolocar em novos termos o problema do desenvolvimento endógeno de tecnologia. É patente como Xi Jinping representa um ponto de ruptura diante dos governos anteriores. A administração Xi Jinping quer reduzir drasticamente sua dependência sobre a tecnologia estrangeira, como condição *sine qua non* para emergir como grande potência. Isso era verdade antes de 2017, quando Donald Trump assumiu a presidência dos Estados Unidos, e é mais verdadeiro ainda no governo Biden, quando a categoria de "competidor estratégico" colocou a China em uma era de permanente guerra tecnológica com Washington. Como diz Alanna Krolikowski, "a instabilidade social pode ser aquilo que mantém o governo chinês de pé durante a noite, mas o que o faz saltar da cama pela manhã é converter-se numa superpotência em ciência e tecnologia"[165].

Em primeiro lugar, precisa reverter o quadro de dependência porque a tecnologia estrangeira domina áreas estratégicas do desenvolvimento chinês. O exemplo paradigmático é

163 "*Data Dive: The Private Sector Drives Growth in China's High-Tech Exports*", CSIS, 28/04/2022. Disponível em: https://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/data-dive-private-sector-drives-growth-chinas-high-tech-exports.

164 "Um objetivo claro da China é ser um líder em alta tecnologia, e um indicador é ser um dos principais exportadores de produtos de alta tecnologia. Historicamente, a maioria das exportações de alta tecnologia vieram de empresas com investimento estrangeiro, tanto subsidiárias de multinacionais quanto de *joint ventures* chinesas com empresas estrangeiras. Nos anos 2000, tais empresas representaram bem mais de 80% das exportações de alta tecnologia da China. Em 2011, de fato, elas responderam por 84,2% das exportações de alta tecnologia" (KENNEDY, 2022, s/p).

165 "*China's ambitions in space: national pride or taking on the Americans?*", Financial Times, 09/05/2021.

a tecnologia de comunicação de 5G. Por meio da Huawei, a China tem primazia sobre seus adversários, mas esse desenvolvimento técnico está submetido à possibilidade de receber semicondutores produzidos especialmente por multinacionais estadunidenses, e que a China não produz. Quase como um "sinal dos tempos", para marcar a ruptura com o passado, o 13º Plano Quinquenal continha o projeto *Made in China 2025*. O mesmo título do projeto adiantava a natureza da ambição chinesa. Aprovado em março de 2016 pelo Congresso Nacional do Povo, e inspirado na arquitetura do *Made in China 2025* lançado em julho de 2015, o 13º Plano Quinquenal apresentava o objetivo de desenvolver de maneira endógena dez setores de tecnologia de ponta, que colocariam a China junto às grandes potências: tecnologia da informação e semicondutores (*microchips*); robótica; equipamento aeronáutico e aeroespacial; equipamento marítimo e de navegação de alta tecnologia; trens de alta velocidade; veículos elétricos; biotecnologia; equipamentos médicos; equipamento agrícola (DEUTCH, 2018). O objetivo de Pequim é aumentar o conteúdo doméstico dos componentes e materiais essenciais na indústria de alta tecnologia, a fim de colocar à China à cabeça desses setores de importância vital para o complexo industrial-militar global.

Esse complexo substrato contraditório da história chinesa faz com que sua economia caminhe à maneira de um composto, em que a parte de trás se choca e empurra adiante a porção da frente. A construção de um padrão de crescimento precário, altamente dependente da demanda externa e das exportações dirigidas por empresas privadas estrangeiras, foi resultado de um processo "benéfico", em realidade, do ponto de vista do avanço chinês. Até 1995, a economia asiática, exímia na produção para a exportação, tinha seu centro de gravidade no Japão, acompanhado pelos países que conformaram os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura), além da China[166]. A ascensão da China a finais da década de 1990 fomentou uma nova ordem industrial, sinocêntrica e orientada à exportação. Nessa nova ordem produtiva, a China se tornou o *locus* em que os componentes tecnológicos (Coréia do Sul e Taiwan) e bens de capital (Japão) eram reunidos e utilizados para a montagem de produtos acabados para a exportação ao Ocidente (HUNG, 2015).

Esse foi o sentido contraditório do *status* regional alcançado pela China, na conformação de uma nova ordem industrial asiática. Por um lado, a centralidade da produção manufatureira na China sobrepujou as demais economias, que passaram a transferir seus

166 Tratava-se do que os analistas chamavam de "*flying-geese formation*" (ou "formação de vôo dos gansos"). De acordo com Ho-fung Hung (2015), nessa hierarquia da velha ordem industrial do Leste asiático, liderada pelo Japão, cada economia exportava grupos específicos de bens de consumo para o mercado ocidental, com o Japão exportando produtos com maior valor tecnológico, Coreia do Sul e Taiwan exportando produtos de sofisticação mediana, e os países do Sudeste asiático exportando produtos com baixo valor agregado (HUNG, 2015).

capitais para explorar a força de trabalho, abundante e demasiado barata, em território chinês. Por outro lado, esse processo, que alavancou a economia chinesa*, representou um bloqueio relativo ao desenvolvimento de tecnologia endógena*. Um triunfo tático se convertia num atraso estratégico. Isso se deu no marco da degradação mais geral da potência produtiva chinesa durante as décadas de restauração capitalista, que implicaram a subordinação do país às multinacionais de capital estrangeiro – que puderam aperfeiçoar procedimentos técnicos, enquanto utilizavam a infraestrutura produtiva chinesa como aparelho executor de suas anteriores atribuições industriais[167]. Para completar o processo de restauração capitalista e assentar uma nova configuração das relações de classe, a China foi integrada às cadeias globais de valor em termos de subordinação a outras potências com um desenvolvimento econômico-tecnológico superior, que frearam esse desenvolvimento endógeno na China.

A despeito desse atraso, o desenvolvimento desigual e combinado da China também se apresenta em termos tecnológicos. Partindo de um padrão geral inferior ao estágio tecnológico estabilizado nas principais potências imperialistas, a China demonstra que a vantagem do atraso lhe permite proezas científicas ímpares no mundo. Em outubro de 2020, o jornal oficial Xinhua noticiou que uma equipe médica chinesa, da província de Shandong, foi capaz de realizar uma cirurgia em um paciente a 3.000 quilômetros de distância, por meio da tecnologia de 5G[168]. Em outro ramo, uma equipe de cientistas chineses conseguiu criar um sistema de comunicação quântica, com a primeira transmissão simultânea de uma mensagem criptografada com tecnologia quântica. A mensagem foi enviada de um satélite espacial para dois telescópios terrestres separados por 1.120 quilômetros, uma distância cerca de dez vezes maior do que a alcançada até então[169]. No terreno militar, a China testou em agosto de 2021 um míssil hipersônico com capacidade nuclear que circulou o globo terrestre antes de acelerar

167 Um microcosmo dessas dificuldades chinesas é o complexo de alta tecnologia de Zhangjiang. Localizado no distrito de Pudong, na cidade de Xangai, o complexo de Zhangjiang é um dos mais importantes centros de produção de semicondutores e equipamentos de circuitos integrados na China, mais um dos "Vales do Silício" que a China ostenta no Sudeste do país. Em 2007, Zhangjiang foi responsável por 48% do valor produzido na indústria de circuitos integrados de toda a China. Nessa zona manufatureira, o capital estrangeiro domina os passos essenciais da cadeia de valor na produção de semicondutores, com preponderância dos Estados Unidos nas dimensões mais sofisticadas do processo de desenho e produção. A gigante taiwanesa de semicondutores, TSMC, alinhada com Washington mas com importante presença na China, é uma das empresas preponderantes em Zhangjiang, que conta ainda com empresas estadunidenses e sul-coreanas. Assim, o complexo de circuitos integrados de Zhangjiang não é um eixo de inovação tecnológica, propriamente dito, como gostaria o governo chinês, já que abriga os estágios que concentram processos de baixo valor agregado (ZENG et al., 2011).

168 "*Chinese robot performs long-distance bladder surgery using 5G*", Xinhua. 6 de outubro de 2020, http://www.xinhuanet.com/english/2020-10/06/c_139422030.htm.

169 "*China cria um sistema de comunicação quântica desde o espaço, impossível de ser espionado", El País. 15 de junho de 2020, https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-06-16/china-cria-um-sistema-de-comunicacao-quantica-desde-o-espaco-impossivel-de-ser-espionado.html.*

finalmente em direção a seu alvo, demonstrando uma capacidade espacial avançada num terreno de tecnologia bélica de ponta[170].

Todos esses avanços ainda não compõem um quadro conjunto de um sistema integrado de produção de alta tecnologia endógena, revelando antes um padrão de desenvolvimento simultâneo em muitas áreas. Essa forte contradição nas condições de estruturação produtiva, industrial e tecnológica da China no mapa asiático implica grandes desafios para Xi Jinping. A acumulação de riqueza econômica que lhe possibilitou iniciar a projeção de poder internacional foi consumada com baixa qualidade indutora de capacidade tecnológica. Em outras palavras, a estrutura de um sistema tecnológico coerente, flexível e controlável pelo governo apenas se inicia em setores estratégicos.

O corpo econômico chinês balança trepidante ao som dessa melodia do atraso relativo. As importantes conquistas recentes da administração Xi nessa rubrica são passos iniciais em nome da *complexa internalização atrasada desses nexos tecnológicos fundamentais*, que se deparam com a atividade excludente dos Estados Unidos para avançar.

4.5.2 Industrialização orientada à alta tecnologia para superar a dependência exógena

Diante da realidade dos fatos, cumpre assinalar que o atraso geral da tecnologia chinesa, com uma base endógena relativamente frágil, se combina com o mais moderno da técnica capitalista mundial. A possibilidade de que a China desenvolva sua capacidade técnica está aberta pela história, depende do curso da economia mundial, dos enfrentamentos geopolíticos e da luta de classes. Em base a isso se pode proceder a um exame sobre os alcances e limites do avanço técnico chinês e sua dinâmica.

---

170 "*China tests new space capability with hypersonic missile*", Financial Times, 16/10/2021. Disponível em: https://www.ft.com/content/ba0a3cde-719b-4040-93cb-a486e1f843fb. Armas hipersônicas são aquelas que ultrapassam a velocidade do som em seu voo, ou seja, 1.237 quilômetros por hora (a uma temperatura de 20º C). Dentre as principais versões do armamento, se encontram os veículos planadores hipersônicos (HGV, na sigla em inglês), que são enviados ao espaço, alcançam altas altitudes e, em seguida, retornam com trajetórias sem curso definido em direção ao alvo. Já os mísseis de cruzeiro hipersônicos (HCM, na sigla em inglês) são um tipo de projétil que conta com um sistema de propulsão que quebra a barreira do som várias vezes. São mais lentos do que um míssil balístico, mas têm a vantagem de não seguirem a trajetória em parábola fixa de um míssil balístico e são manobráveis, tornando-os mais difíceis de rastrear. O Xingkong-2, planador utilizado pelo exército chinês, foi uma aeronave hipersônica não tripulada que viajou, a 7.344 km/h, seis vezes mais rápido que a velocidade do som. Os EUA, Rússia e China estão todos desenvolvendo armas hipersônicas. Um veículo hipersônico armado com uma ogiva nuclear poderia ajudar a China a neutralizar os sistemas de defesa antimísseis norte-americanos que são projetados para destruir os mísseis balísticos. Desde junho, especialistas descobriram mais de 200 silos de mísseis em construção nos remotos desertos ocidentais da China, nas províncias de Xinjiang e Gansu. O campo de construção de silo de mísseis de 800 km² em Xinjiang, é a expansão mais significativa do arsenal nuclear chinês de todos os tempos.

No início do século XX, a disparidade entre os sonhos de industrialização de alta tecnologia e a realidade da indústria *low-tech* chinesa era muito mais marcante que hoje, mas serve de indício do patamar excessivamente baixo a partir do qual a China iniciava sua batalha pela preeminência tecnológica. Segundo Daniel H. Rosen (2004), em artigo da *China Economic Quarterly*:

> Desde que as reformas começaram em 1978, a sofisticação tecnológica da China aumentou. Isto se deve a que o ponto de partida era demasiado baixo. Hoje o grosso da produção chinesa continua sendo de baixa tecnologia e intensiva força de trabalho. Dos US$325 bilhões de exportações chinesas em 2002, US$68 bilhões, ou 21%, estavam listadas nas estatísticas chinesas como *high-tech* […]. Uma inspeção mais detida das exportações *high-tech* descobre que não são muito *high-tech* – e tampouco muito chinesas. O topo da lista das exportações *high-tech* está dominado por peças e acessórios de produtos de tecnologia informática, e por produtos maduros como aparelhos de DVD e impressoras laser. […] Até agosto de 2003, a China havia importado US$71,6 bilhões em produtos de alta tecnologia. Deixando de lado este déficit comercial tecnológico chinês de US$9,5 bilhões, notamos que US$52 bilhões de importações e US$53 bilhões de exportações foram realizadas por empresas estrangeiras (ao redor de 70% e 85% das importações e exportações, respectivamente). 50% das importações chinesas de tecnologia e 60% das exportações de tecnologia foram realizadas por empresas inteiramente estrangeiras. Esses números mostram a posição dominante dos estrangeiros, e especialmente das empresas de completo controle externo, no comércio tecnológico chinês (HOSEN, 2004, s/p).

Por mais que as exportações fossem chinesas, eram realizadas por empresas estrangeiras que operavam na China. Isso num momento em que os gastos do governo central em investigações científicas era decididamente insignificante diante dos custos análogos para os países capitalistas centrais: as cinco primeiras companhias farmacêuticas norte-americanas gastaram mais em Pesquisa e Desenvolvimento que o conjunto da economia da China, em 2001[171].

Desde então a China se tornou um dos países que mais investe em Pesquisa e Desenvolvimento, entrando na hierarquia de nações que não apenas domina a economia mundial, mas das que mais gastam com investigação científica em proporção ao PIB. Os gastos para investigação científica se expandiram rapidamente a partir da entrada do país na OMC. Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (*Research & Development*, R&D) passaram de US$100 bilhões em 2005 para US$200 bilhões em 2010. O corpo de cientistas e pesquisadores dedicados à investigação tecnológica passou de 173 mil para 399 mil no mesmo período (ZHAO; YANG, 2012). Em 2017, a China havia fechado a brecha em relação aos Estados Unidos, se tomamos os dados em números absolutos: enquanto Washington

171 "R&D - but mostly D", China Economic Quarterly, 2003.

investiu US$549 bilhões, Pequim ascendeu ao segundo posto mundial com um investimento de US$496 bilhões (superou o Japão em 2008, e a União Europeia em 2014).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os gastos da China em Pesquisa e Desenvolvimento, em relação ao PIB, cresceram de 0.7% (US$2.8 bilhões) em 1991 para 2.2% do PIB (US$263 bilhões) em 2017. No mesmo período, como parâmetro, os gastos dos Estados Unidos em Pesquisa e Desenvolvimento, frente ao PIB, cresceram de 2.6% (US$161 bilhões) para 2.8% (US$542 bilhões). Os Estados Unidos ainda mantém a primazia na pesquisa básica para aquisição de novos conhecimentos, área em que os gastos estatais foram de 0.5% do PIB em 2017, enquanto que na China foram de 0.1% do PIB (SEGAL; GERSTEL, 2019). Outros autores ressaltam que, apesar das bases do atraso, a China vem ultrapassando rapidamente adversários em termos de ritmo de crescimento de investimentos científicos:

> O gasto total nacional dos Estados Unidos em Pesquisa e Desenvolvimento (público e privado), em relação ao PIB, está estagnado desde 1996. Já a China quadruplicou seus dispêndios com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como proporção do PIB […] Como resultado, a porção norte-americana de Pesquisa e Desenvolvimento no mundo declinou nas últimas décadas, passando de 69% em 1960 para 28% em 2016. De 2000 a 2015, os Estados Unidos foram responsáveis por 19% do crescimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), enquanto a China contabilizou 31% (RASSER et al., 2019, p. 10).

Mas isso se deu em termos absolutos. Examinado de perto, em termos relativos, o que parecia um triunfo de Sísifo, em verdade não chega a tanto. Embora a rocha seja carregada escarpa acima, a China segue muito mais perto do sopé da montanha que do pico. A intensidade dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento da China empalidece quando comparada à mesma intensidade de países como Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra. Dentre as 20 empresas com maior montante de gastos em Pesquisa e Desenvolvimento no mundo em 2018, não figurava nenhuma empresa chinesa[172]. Não é o mesmo uma determinada quantidade de investimento bruto numa economia com estoque de Pesquisa e Desenvolvimento, e em uma que apenas começa seu processo de "acumulação primitiva" de investigação científica. Isso tem consequências na capacidade de inovação tecnológica da indústria chinesa[173].

---

172 Em ordem de importância de gastos, as 20 empresas são: Amazon, Alphabet, Volkswagen, Samsung, Intel Co., Microsoft, Apple, Roche, Johnson&Johnson, Merck, Toyota, Novartis, Ford, Facebook, Pfizer, General Motors, Honda, Daimler, Sanofi, Siemens. Dados da Statista, disponível em: https://www.statista.com/statistics/265645/ranking-of-the-20-companies-with-the-highest-spending-on-research-and-development/ (acessado em 21/05/2020).

173 Segundo Zhao e Yang (2012), "Paradoxalmente, 'baixa tecnologia' é uma descrição mais apropriada para as empresas de alta tecnologia da China. Embora os produtos que essas empresas chinesas fabricam sejam

O ramo da robótica industrial é um símbolo das dificuldades chinesas. Em seu estudo *Rise of Robots in China*, Hong Cheng, Ruixue Jia, Dandan Li, e Hongbin Li, abordam as perspectivas da produção robótica na China de acordo com os números fornecidos pelo governo. De acordo com os autores, a China se tornou a maior utilizadora de robôs industriais do mundo em 2013; entre 2005 e 2016, o estoque operacional de robôs industriais na China cresceu a uma taxa anual média de 38%, a mais alta no mundo (CHENG et al., 2019, p. 71). Com isso, a China se tornou em 2016 o país com o maior estoque operacional de robôs, com 339.970 unidades operacionais naquele então (CHENG et al., 2019), contabilizando 19% do estoque mundial e superando Estados Unidos, Japão, Alemanha e Coreia do Sul[174].

Um exame mais próximo, entretanto, permite constatar que não são empresas propriamente chinesas que produzem os robôs utilizados em território nacional, ao menos em sua maioria. Enquanto o crescimento na produção de robôs no interior da China foi notório – 131.000 unidades produzidas em 2017, diante das 5.800 unidades produzidas em 2012 – apenas 29% do montante de 2017 (37.800) foram feitos por empresas chinesas (CHENG et al., 2019). Isso implica que a China depende das empresas de capital estrangeiro, dos mesmos países que já superou em estoques robóticos em operação, para a manufatura de mais de 70% das máquinas e robôs que utiliza. O mercado robótico da China é dominado por gigantes como a ABB Robotics da Suíça, a FANUC e a YASKAWA do Japão, e a alemã KUKA, comprada pela empresa chinesa Midea em 2016[175]. Nos últimos anos a China conseguiu modificar apenas parcialmente essa paisagem técnica de sua dependência das empresas internacionais de robótica.

---

considerados de alta tecnologia (*high-tech products*), elas antes operam a montagem desses produtos, e não os constroem desde o design inicial à produção final. O aumento da produtividade total do trabalho na indústria manufatureira da China foi de 100% em 2010, comparado com 2005; enquanto isso, a produtividade do trabalho na indústria de alta tecnologia chinesa foi de apenas 32% no período. Em 2010, a produtividade do trabalho na indústria high-tech da China foi ainda menor que o nível geral registrado na indústria manufatureira" (ZHAO; YANG, 2012, p. 294).

174 "A China está se movendo para uma nova era de crescimento de mercado e avanços tecnológicos. Estima-se que o mercado robótico do país alcançará US$8.68 bilhões, contabilizando 30% do mercado global de robôs e apresentando uma taxa de crescimento anual de 20.9% nos últimos cinco anos, de acordo com dados da Chinese Institute of Electronics" (Xinhua, 2019, s/p). De acordo com a pesquisa *Rise of Robots in China*, "A maior taxa de adoção de robôs nas indústrias automotriz e eletrônica tem implicações para o futuro dos robôs na China. A China vem sendo a maior produtora nacional de unidades automotivas desde 2008: de fato, a partir de 2009, a produção anual de carros na China excedeu a dos Estados Unidos e do Japão juntas. Outrossim, a China domina claramente a indústria global de eletrônicos: mais de 70% dos computadores e produtos eletrônicos no mundo são produzidos pela China. Essas indústrias na China tendem a seguir se expandindo, o que implica que o país se tornará um utilizador ainda maior de robôs" (CHENG et al., 2019, p. 75).

175 Eurobiz, "Rise of the Machines: Robot industry leads China Manufacturing 2025 strategy", 2016. Disponível em: https://www.eurobiz.com.cn/rise-of-the-machines-robot-industry-leads-china-manufacturing-2025-strategy/ (acessado 26/05/2020).

A densidade robótica diante da massa total da força de trabalho é um medidor significativo em que a China apenas aspira conseguir bons resultados. Tomando as 87 mil unidades de robôs que entraram na China em 2016, em comparação com a mão de obra disponível, temos um resultado de 68 robôs por cada 10 mil trabalhadores empregados na manufatura, um número pequeno se comparado com os 282 milhões de trabalhadores migrantes na China, nem falar do total da força de trabalho ativa de quase 800 milhões de assalariados (HUANG, 2018). Esse número é muito baixo se comparado com as taxas mostradas pelos líderes mundiais. Dados de 2018 da revista Forbes, coletados dos próprios registros fornecidos pelos governos, mostram que a Coreia do Sul é o primeiro país do mundo na relação de robôs por trabalhador empregado: 631 robôs a cada 10 mil funcionários, um montante quase 10 vezes maior que o da China. Logo em seguida vem Singapura, com 488 robôs a cada 10 mil funcionários; a Alemanha a segue, com 309 robôs a cada 10 mil funcionários; seguida pelo Japão, com 303 robôs a cada 10 mil funcionários; em seguida, a Suécia, com 223 robôs a cada 10 mil funcionários. Os Estados Unidos se encontra na sétima posição, com 189 robôs a cada 10 mil funcionários. Ainda em retração, os Estados Unidos quase triplica a proporção chinesa[176]. Na China, as proporções se distorcem pela massa global de trabalhadores. Não obstante, o volume geral da economia ainda deve corresponder à utilização de maquinário, e a China registra desvantagem diante dos competidores mundiais.

Para o desenvolvimento da robótica, os semicondutores são fundamentais. Efetivamente, a tecnologia de semicondutores é a espinha dorsal da indústria de ponta do século XXI. Dela depende o futuro da tecnologia de telecomunicações de quinta geração (5G), a Internet das Coisas e o desenvolvimento de inteligência artificial. Taiwan e Coréia do Sul (seguidos pelo Japão) são os mais importantes centros da produção de *microchips* de talhe avançado, com processos produtivos de circuitos integrados com transistores de 7 a 5 nanômetros. Com o atraso habitual nesse terreno, a China busca ser parte de uma rede interdependente de produção de semicondutores centrada na região da Ásia-Pacífico, mas com um padrão distinto daquele eixo sinocêntrico no processamento de manufaturas para exportação na década de 1990. Em outras palavras, o objetivo do Partido Comunista é não apenas oferecer o território chinês para montagem e consumo produtivo de semicondutores, mas de engenharia avançada para o *design* de circuitos integrados na fronteira tecnológica, e de produção dos equipamentos necessários para a manufatura de semicondutores.

176 Bakertilly, "Conheça os 5 países com maior índice de robôs por trabalhador", 2018. Disponível em: https://bakertillybr.com.br/conheca-os-5-paises-com-maior-indice-de-robos-por-trabalhador/ (acessado em 03/06/2020).

Nas últimas décadas, o padrão de crescimento chinês privou a República Popular da preocupação com o *design*, manufatura e testagem de semicondutores, porque podia adquirir livremente os produtos acabados de *microchips* e demais projetos de circuitos integrados mediante intervenção econômica do Estado no mercado mundial. A crise mundial em 2008 começou a alterar esse padrão, e as administrações sucessivas de Donald Trump e Joe Biden, nos Estados Unidos, puseram fim à dinâmica de dependência virtuosa. Inúmeras empresas nacionais, privadas ou estatais, se deparam agora com um cerceamento rígido no acesso de equipamento de produção de semicondutores e dos semicondutores acabados, depois das restrições que os Estados Unidos impuseram à venda de componentes e materiais produzidos em seu território para a China. Joe Biden manteve e refinou o regime de controle de exportação de Donald Trump para tentar frear a velocidade no avanço da tecnologia de semicondutores da China. Como diz Juan Chingo, "Washington proibiu a venda da maioria dos dispositivos que podem criar *microchips* de 10 nanômetros ou menos sem uma licença" (CHINGO, 2022, s/p)[177]. O Departamento de Comércio dos EUA estendeu essa barreira a equipamentos que podem produzir circuitos integrados menores e mais complexos do que 14 nanômetros. Em setembro de 2022, o governo Biden introduziu rígidas exigências de licenciamento que limitam, ou mesmo bloqueiam, as vendas de processadores de ponta dos fabricantes de *microchips* norte-americanos Nvidia e AMD, que são usados em sistemas de inteligência artificial, medida tomada depois que os EUA já haviam proibido a venda para a China de software de automação de *design* eletrônico (*eletronic design automation*, EDA, nas siglas em inglês), necessário para projetar *microchips* de alta capacidade[178]. Tais medidas afetam centenas de empresas chinesas, em primeiro lugar a Semiconductor Manufacturing International Corporation (SMIC) e a Yangtze Memory Technologies Corp. (YMTC). Biden, ademais, tenta articular uma postura internamente ofensiva que não dependa apenas das medidas defensivas de travamento da capacidade produtiva chinesa. Isso ficou expresso na Lei de Chips e Ciência, aprovada em agosto de 2022 com apoio bipartidário no Congresso, incentivando as empresas a construção de fábricas domésticas. Dos US$52,7 bilhões em incentivos para o setor, US$39 bilhões estão destinados ao apoio financeiro direto para a construção e expansão das fábricas. Trata-se uma porção do plano de investimento que tem estatuto de política de Estado. Através do Departamento do Comércio, a administração Biden lançou em maio de 2023 o projeto *Regional Technology and Innovation Hubs*, que busca criar

177 "*El plan de "autosuficiencia" tecnológica chino tambalea frente a la redoblada presión norteamericana*". Juan Chingo, Ideas de Izquierda, 04/09/2022.

178 Washington já havia conseguido dobrar a empresa holandesa ASML, que produz as máquinas de fotolitografia de Ultravioleta extrema, necessária para a impressão rápida e precisa de circuitos integrados de alta performance em placas de silício.

centros tecnológicos em regiões de todo o país, reunindo instituições de ensino superior, governos estaduais e locais, para impulsionar ecossistemas de inovação para tecnologias essenciais[179].

Essa mudança de postura de Biden se assenta na privilegiada posição a que o imperialismo estadunidense não deseja renunciar. Os Estados Unidos possui o controle quase inconteste sobre os nexos fundamentais na cadeia de produção desse segmento estratégico, que inclui a indústria de equipamentos para a fabricação de semicondutores, e a própria manufatura de semicondutores. A ascendência política e econômica sobre aliados transatlânticos tradicionais (como Holanda e Reino Unido, que fornecem máquinas de litografia de alta performance), e sobre aliados estratégicos na Ásia-Pacífico (como Japão e Coreia do Sul, que produzem semicondutores avançados), permitem que Washington cerceie os caminhos comerciais da China, causando múltiplas dificuldades para que Pequim encontre acesso aos nódulos do processo manufatureiro mais avançado. Isso confere aos Estados Unidos um poder estrutural sobre o destino da produção e utilização dos semicondutores de última geração, podendo escolher a quem atribuirá as responsabilidades produtivas das cadeias de valor e a quem vetará essas oportunidades, de acordo com seus próprios interesses de domínio. Majerowicz (2022) mostra como isso se tornou um problema estratégico para a China.

> A produção de circuitos integrados, ou *chips*, na China representava 15.9% de seu mercado de circuitos integrados de US$143.3 bilhões em 2020, saltando de 10.2% dez anos antes em 2010 […] Dos US$22.7 bilhões do valor dos circuitos integrados manufaturados na China ano passado, as empresas de sede na China produziam apenas US$8.3 bilhões (36.5%), representando somente 5.9% do mesmo mercado de circuitos integrados do país de US$143.3 bilhões. […] A taxa de localização dos equipamentos [para a produção] de semicondutores na China continental é meramente de 11.5%, e os equipamentos [para a produção], de semicondutores feitos pela China perfazem aproximadamente 2% do mercado global (MAJEROWICZ, 2022, p. 336).

A parte tecnológica e produtiva mais sofisticada desse sistema industrial está sob controle dos adversários estratégicos da China. Por isso, o Partido Comunista está despejando recursos sem precedentes na promoção do que Pequim qualifica como as condições para a autossuficiência tecnológica. Como vimos, Xi Jinping imprimiu ao Partido Comunista uma nova orientação política, que ganhou *status* de diretriz governamental central, para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de semicondutores, marcando uma nova era também nesse

179 "Biden-Harris Administration Launches First Tech Hubs Funding Opportunity". US Department of Commerce, 12/05/2023. Disponível em: https://www.commerce.gov/news/press-releases/2023/05/biden-harris-administration-launches-first-tech-hubs-funding.

âmbito (algo que está incluso no projeto "Made in China 2025"). Diante da postura mais assertiva de Biden na corrida tecnológica, a China se viu obrigada a mimetizar no setor tecnológico um determinado padrão de estímulo estatal que previamente se fez sentir no ramo imobiliário e de infraestrutura física do país, que alavancou a construção civil e a era de crescimento baseado na expansão imobiliária. Como resultado, essa concentração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de semicondutores, imposto pela política de restrição de acesso por parte dos Estados Unidos, pode acelerar o caminho para o domínio endógeno de nichos tecnológicos não dominados previamente pela China. A administração Xi embutiu no orçamento, fruto da nova orientação tecno-expansiva do 20º Congresso do PCCh, mais de US$150 bilhões para estimular o progresso da fabricação de semicondutores de última geração, uma ausência no seu ecossistema produtivo atual[180]. Em comparação, o plano de investimento estatal dos EUA parece mais modesto. A imprensa e *think-tanks* ocidentais não deixaram de registrar alguns primeiros efeitos benéficos a Pequim da nova onda de investimentos, como o alcance de microchips de 7 nanômetros[181]. Mas livrar-se da dependência partindo de um ponto tão atrasado não é uma tarefa fácil. A China se vê como um corredor retardatário diante dessa tecnologia, e mesmo o objetivo de entrar no ramo de *design* e de fabricação de equipamentos para a manufatura de semicondutores de última geração, parte da estratégia de "grande rejuvenescimento da nação chinesa" de Xi Jinping, é um desafio hercúleo para o qual a China ainda não apresentou uma saída viável.

Segundo o trabalho *China's Pursuit of Semiconductor Independence* (2019), de James Lewis, a China enfrenta o dilema da ausência de autossuficiência no fornecimento de equipamentos de manufatura de semicondutores (na linguagem utilizada internacionalmente, *Semiconductor manufacturing equipment*, SME). Esses equipamentos, que são máquinas para a construção de semicondutores, estão entre os mais avançados aparatos industriais de produção tecnológica em uso na atualidade, e estão intimamente vinculadas às novas descobertas da física (que envolvem operações em nível molecular e atômico). Empresas

180 As categorias básicas de semicondutores atendem às funções de lógica, memória, sensores, energia, sinal e dispositivo analógico. Os microchips que atendem funções de lógica são o cérebro dos mecanismos modernos de computação, e estão entre os mais complexos para se elaborar e manufaturar. A China não produz esse tipo de microchip, e sim os menos avançados, do tipo de memória.

181 "Os semicondutores são geralmente considerados o calcanhar de Aquiles da indústria da China. Em 2020, a China importou impressionantes US$378 bilhões de semicondutores, uma vulnerabilidade na cadeia de fornecimento perpetuada pelo fato de que 95% da capacidade instalada na China é dedicada à fabricação de tecnologia de menor alcance. […] No entanto, alguns avanços notáveis ocorreram. Neste verão, tornou-se público que a SMIC, um dos principais fabricantes de chips da China, fez com sucesso um chip de 7 nanômetros, colocando-o apenas uma ou duas 'gerações' atrás dos líderes da indústria, como a TSMC em Taiwan e a Samsung na Coreia do Sul". James Kynge, "Fortress China: Xi Jinping's plan for economic independence", Financial Times, 15/09/2022. Disponível em: https://www.ft.com/content/0496b125-7760-41ba-8895-8358a7f24685.

localizadas nos Estados Unidos, no Japão, na Holanda e na Alemanha são as principais fornecedores desse tipo de equipamento. A China continua sendo totalmente dependente do fornecimento estrangeiro de equipamentos de manufatura de semicondutores, o que dificilmente mudará por fora de grandes alterações nas cadeias de produção e fornecimento, quer por motivos econômicos, quer por motivos militares. Lewis dá conta das dificuldades inscritas na separação dos elos de desenho e produção dos semicondutores:

> Os produtores de microchips sem fabricação própria ("*fabless chipmakers*") fazem o desenho dos semicondutores, mas não os produzem. As empresas que desenham as modalidades de semicondutores terceirizam a fabricação para outras empresas que operam a manufatura. Muitas dessas empresas estão localizadas em Taiwan e na China, onde o trabalho qualificado é vasto. O modelo de produção sem fabricação própria é atrativo [para as empresas de alta tecnologia], dado o alto custo da construção de instalações apropriadas, e permite às empresas investir mais em P&D enquanto gozam das capacidades produtivas em alto volume por parte de terceiros. Duas empresas chinesas, HiSilicon (que pertence à Huawei) e a UniGroup (51% de pertencimento à Universidade de Tsinghua, que atua como braço do governo no desenvolvimento de semicondutores) estão entre as líderes de manufatura para empresas sem fabricação própria (a estadunidense Qualcomm é ainda a maior), mas as "fundições" das empresas chinesas preservam um atraso de muitas gerações em volume de produção dos microchips de ponta (LEWIS, 2019, p. 11).

A dificuldade da China, portanto, reside na impossibilidade de utilizar a abordagem do *design* sem fabricação própria com os mesmos resultados das grandes potências estrangeiras. Isso se deve ao atraso endógeno no desenvolvimento dessa tecnologia vital. Outro estudo, realizado no final de 2020 por Matt Sheehan, prevê que a China terá grande evolução em seu ecossistema tecnológico nos próximos anos, transitando de uma internet de consumo para uma internet industrial, em grande medida pela pressão exercida pelos Estados Unidos. Entretanto, dificuldades são perceptíveis quanto à desvantagem do atraso tecnológico na área de semicondutores.

> Até 2025, a China será provavelmente líder de aplicativos tecnológicos industriais, mas essa liderança continuará dependendo do acesso a semicondutores de última geração, fabricados fora da China […] A China enfrenta dois desafios externos: 1) restrições de exportação de microchips avançados para certas empresas chinesas como a Huawei; 2) restrição de exportação de equipamentos de manufatura de semicondutores – ferramentas cruciais para a fabricação de microchips de ponta dentro do território chinês. Gerações sucessivas de semicondutores são classificados segundo seus "nódulos" (também chamado "processos"), em que um número menor de nódulos representa uma tecnologia de microchips mais avançada. Nos últimos 20 anos, as plantas de fabricação de semicondutores na China tiveram de 2 a 3 nódulos de defasagem frente às plantas de fabricação que lideram o mercado mundial. Em 2020, a planta de fabricação de semicondutores mais avançada do mundo (a Taiwan Semiconductor Manufacturing Company) começou a produzir microchips com nódulos de 5

> nanômetros. A fabricante líder de semicondutores na China (Semiconductor Manufacturing International Corporation) está atualmente três nódulos atrás, fabricando com nódulos de 14 nanômetros, com baixo volume e altas taxas de erros de fabricação. A SMIC pretendia iniciar em 2021 a fabricação limitada de microchips com nódulos de 7 nanômetros. Progredir para o próximo nódulo é um imenso desafio que requer a obtenção de novos equipamentos de manufatura de semicondutores. As cadeias de fornecimento desses equipamentos são globais, e a grande maioria dos fabricantes utiliza materiais e componentes de empresas dos Estados Unidos em seu processo produtivo. Limitar o acesso da China aos equipamentos de manufatura de semicondutores dá uma vantagem aos Estados Unidos, que ele pode exercer seja restringindo estreitamente as exportações diretas dos Estados Unidos para fábricas chinesas, seja utilizando um controle internacional mais expansivo que freie as empresas de fabricação de máquinas de semicondutores que utilizam componentes norte-americanos de venderem seus produtos à China (SHEEHAN, 2020, s/p).

Esta debilidade do aparato produtivo chinês esteve ligado durante décadas na dependência das importações de produtos tecnológicos. Como vimos, a industrialização orientada para as exportações, chave da alavancagem econômica chinesa nos últimos 30 anos, foi um obstáculo de monta para a concentração da indústria chinesa em desenvolvimento de alta tecnologia. As políticas de limitação de importações para diminuição da dependência estrangeira eram freadas, por sua vez, pela própria necessidade de equipar-se de maquinário, de maneira suficientemente rápida, para dar conta da colossal tarefa de servir como fábrica do mundo, dentro do complexo industrial sinocêntrico na Ásia. Dessa maneira, a dependência tecnológica chinesa foi uma construção paciente interligada ao auge neoliberal internacional. Romper esse padrão exige um esforço de remodelação industrial ímpar e ainda não alcançado.

Algumas conquistas prenunciam os passos dados na desconstrução da dependência no ramo dos semicondutores. Além do alcance do processo produtivo de 7 nanômetros pela SMIC, o setor de *design* de circuitos integrados é o que mais cresce na indústria de semicondutores na China: representa 25% do crescimento do ramo em todo o mundo, e a partir de 2017 o governo chinês registrava 1.380 empresas de design de circuitos integrados (LEWIS, 2019). Mas os semicondutores ainda são a principal importação chinesa. Para contornar essas dificuldades, a China começou a encarar novos caminhos alternativos para superar em pouco tempo sua defasagem: a aquisição dos melhores engenheiros de semicondutores do mundo. Em dezembro de 2020, o Financial Times revelou que o governo chinês – através de três empresas *start-ups* de tecnologia (X-Epic, Shanghai Hejian Industrial Software, e Amedac) – contratou executivos e engenheiros das duas maiores fabricantes de projetos de circuitos integrados do mundo, a Synopsys e a Cadence. Ambas as empresas estão sediadas nos Estados Unidos. Essas empresas, junto com as também estadunidenses Mentor

Graphics e Ansys, controlam 90% do mercado mundial de ferramentas de projetos de circuitos integrados. São fundamentais para a produção de equipamentos de manufatura de semicondutores, e atendem gigantes da tecnologia como Apple, Samsung, Qualcomm, Nvidia, Micron e Huawei[182]. Empresas chinesas de *design* de circuitos integrados, como Empyrean Software, Cellixsoft e Primarius Technologies, não se podem comparar em termos de capacidade de oferta de produtos de última geração como a Synopsys e a Cadence. Ambas as empresas possuem interesse em cooperar com a China, uma vez que o acesso limitado ao inesgotável mercado chinês oferece oportunidades de lucratividade elevadas, com as novas restrições que Washington vem impondo a inúmeras multinacionais de entrarem na China.

As manobras tecnológicas da China, como as que envolvem a Cadence e a Synopsys, são parte do jogo por tratar de superar o enorme atraso em flancos estratégicos da produção industrial-militar. É duvidoso que as restrições estadunidenses produzam efeitos retardatários permanentes, e por isso não convém exagerar analiticamente o fator da defasagem chinesa. A política de investimentos do governo Biden dá conta dessa preocupação. A desvantagem diferencial da China é grande, e a rigor a China está apenas começando a centralizar recursos massivos no desenvolvimento de semicondutores. Concomitantemente, a participação dos Estados Unidos na fabricação global de semicondutores é menor que a da China. Caiu de 37% na década de 1990 para cerca de 12% em 2021, de acordo com a Associação da Indústria de Semicondutores (SIA). Enquanto isso, a participação da China na capacidade global de fabricação de semicondutores poderia chegar a 24% até 2030, acima dos 15% atuais, embora a fabricação seja de qualidade relativamente menos avançada. Obstáculos estruturais nesse ramo só poderiam emergir mediante eventos de destruição robusta de forças produtivas, como conflagrações militares de grande monta. Trata-se de um dos principais nichos da disputa sino-estadunidense, e a China de Xi Jinping está apenas começando a sair de um modelo de abastecimento por dependência que exige colocar a inovação em primeiro plano.

4.5.3 Fim do modelo da "Rainha Vermelha" na China?

As tendências de avanço e atraso se combinam para dar forma a uma dinâmica sumamente nova. Contra toda visão caricatural de que a China seria hoje uma mera montadora de componentes e que replica os produtos estrangeiros, é cada vez mais chamativo como a China vem fazendo incursões profundas em segmentos industriais de maior valor

182 "China aims to shake US grip on chip design tools", Financial Times, 3/12/2020. Disponível em: https://www.ft.com/content/8ed73acb-1aa4-4a98-875a-a372ba960cda .

agregado, aumentando a densidade tecnológica e o conteúdo nacional de suas exportações. Os progressos, entretanto, são graduais, e a produção chinesa de maior valor agregado segue dependendo de tecnologia estrangeira importada dos grandes centros (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Coreia do Sul, e Taiwan). Os avanços até aqui não tornam a conclusão menos categórica: a China ainda precisa superar barreiras para pertencer às grandes ligas tecnológicas do mundo, e apesar de seus avanços não poderá ser parte da confraria de potências até que supra esse gargalo tecnológico na área dos semicondutores.

A vantagem que a China demonstrou desde o início das reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping foi reorganizar sua economia para assimilar a tecnologia estrangeira em seu processo produtivo e difundir a aplicação técnica em vários ramos da indústria. A inesgotável oferta de força de trabalho do proletariado chinês foi uma das condições que permitiram o funcionamento desse mecanismo. A estrutura despótica da produção imposta pelo Partido Comunista Chinês com os instrumentos do Estado foi outra condição para esse mecanismo, já que sem o regime bonapartista de partido único, a capacidade produtiva do capitalismo chinês não seria a mesma. Podemos sintetizar essa habilidade na maneira como a China empregou e modificou a tecnologia existente, sem fazer grandes descobertas de inovação. Alvin So e Yin-Wah Chu (2015), em *The Global Rise of China*, enfatizam os benefícios que a China extrai da inovação de segunda geração, que se mantém em sintonia com a última palavra da fronteira tecnológica, sem ultrapassá-la. Tomam inspiração no interessante trabalho de Dan Breznitz e Michael Murphree (2011), *Run of the Red Queen: Government, Innovation, Globalization, and Economic Growth in China*, em que os autores desenvolvem essa dinâmica produtiva chinesa. Tal dinâmica proporcionou avanços na economia e na empregabilidade do mais avançado da tecnologia, sem que a China mesma levasse a inovação técnica adiante[183].

> Na medida em que a China se tornou um centro global para muitos diferentes estágios de produção, ela também desenvolveu uma capacidade competitiva formidável para inovar em distintos segmentos da cadeia de pesquisa, desenvolvimento e produção, tão críticos para o crescimento econômico quanto produtos inovadores. A proeza da China foi dominar a arte de ter êxito em inovações de segunda geração – incluindo a combinação de tecnologias estabelecidas e outros produtos a fim de sustentar novas soluções – e a ciência da inovação organizacional, incremental e processual. Assim, as capacidades de inovação da China não estão apenas em processo

183 "Essas capacidades a habilitam a mover-se rapidamente em direção a novos nichos, na medida em que foram provados lucrativos pelo inovador original. Hoje, num mundo de produção fragmentada, as empresas chinesas de tecnologia da informação (TI) ganharam proeminência mundial especializando-se em estágios específicos da produção, com foco industrial mais rígido, não precisando a China dominar inovação de produtos de primeira geração para sustentar seu crescimento econômico e industrial. Um exemplo dessa inovação de segunda geração é a Baidu, a ferramenta de busca dominante na China, fundada em 2000. A página virtual da Baidu tem uma semelhança inegável com a da Google, e a semelhança não termina com a aparência visual: o modelo de negócios da Baidu espelha aquele da Google, tirando vantagem do espaço de mercado definido" (BREZNITZ; MURPHREE, 2011, p. 4).

> (ou inovação incremental) mas também na organização da produção, técnicas de fabricação e tecnologias, logística, design, e inovação de segunda geração (BREZNITZ; MURPHREE, 2011, p. 4).

Essa dinâmica, o passado que ainda vive na evolução industrial chinesa, em que o nacional e o local competem para o desenvolvimento de capacidades únicas, permite à China dominar vários estágios produtivos sem possuir um sistema de florescimento endógeno de novas descobertas tecnológicas. Breznitz e Murphree argumentam que:

> A China brilha mantendo sua produção industrial e sua indústria de serviços em estreita sintonia com a fronteira tecnológica. Como a Rainha Vermelha [referência à personagem de Lewis Carroll, "Alice do país do espelho"], a China faz tanto quanto possível para manter-se na cúspide da fronteira tecnológica global, sem avançar para além da própria fronteira […] O milagre econômico da China não é uma história de um Estado desenvolvimentista que orquestra cuidadosamente sua evolução industrial. Ao invés disso, é a história da experimentação econômica – de tentativa e erro – conduzida por entidades sub-nacionais, mas contestada politicamente por conservadores e reformadores, por grupos de interesse e pelo Partido Comunista Chinês, e entre o centro e as províncias. O modelo da "corrida da Rainha Vermelha" da China é, em essência, a história de como um novo modo fragmentado de produção global no século XXI, um sistema dual de inovação (nacional e local) e a incerteza estrutural interagem entre si para induzir inovação de segunda geração (incluindo inovação processual e de organização) sem inovações produtivas de primeira categoria ou importantes descobertas tecnológicas (BREZNITZ; MURPHREE, 2011, p. 3).

Até agora, as vantagens que a China extraía da espreita constante das fronteiras tecnológicas, sem ultrapassá-las – ou melhor, aguardando que outras potências as franqueassem – foram evidentes. Mas como fica claro nesse trabalho, essa abordagem prejudicou o avanço tecnológico da China, essencial para suas ambições imperialistas no século XXI. A China viu crescer sua importância como localidade crítica para a experimentação e aplicação industrial da tecnologia de ponta cunhada em outras latitudes, como sustentam Breznitz e Murphree. É curioso ver como as condições mudaram tão rapidamente em dez anos, entre o início e o fim da segunda década do século XXI. No tempo em que foi publicado, o trabalho de Breznitz e Murphree se deparavam com um mundo apenas saído da crise econômica global de 2008, no qual as cadeias globais de valor estavam praticamente intocadas após os abalos da queda do Lehman Brothers. A China não encontrava dificuldades, durante a administração Obama nos Estados Unidos, para a obtenção dos insumos e tecnologias que precisava para perseguir padrões de crescimento similares aos das últimas décadas. Mas o que fazer, quando essa tecnologia de ponta, como a dos semicondutores de última geração, encontra obstáculos políticos para chegar à China? Como

seguir progredindo junto ao acme da ciência produzida em outros países quando a política dos rivais é impedir que a China tenha acesso a ela?

Se não havia urgência em conquistar capacidades tecnológicas que rivalizassem com Estados Unidos, Japão e Alemanha – para mencionar as três principais potências imperialistas – nessa nova etapa histórica os tempos se comprimem. Tomando o caso dos semicondutores, as disputas geopolíticas entre rivais internacionais colocam em equilíbrio instável o acesso dos componentes com alto valor agregado para que as fábricas chinesas operem em sintonia com o mais avançado da técnica industrial. A forte interdependência econômica entre os Estados, estruturada nas cadeias globais de valor que evoluíram como cerne da produção fragmentariamente integrada durante o neoliberalismo, opõe substanciais obstáculos a qualquer tipo de desacoplamento entre economias. Isso se torna ainda mais real em relação aos principais centros produtivos na atual divisão internacional do trabalho. Entretanto, em meio à crise da globalização neoliberal e do desenvolvimento relativamente harmônico das interações econômicas internacionais pós-2008, agravado com a pandemia e a Guerra da Ucrânia, medidas de coerção tecnológica e vetos estatais à transferência de determinada tecnologia já se tornaram cenários mais que plausíveis.

Considerar que a China pode preservar intocado esse modelo de crescimento – simples incorporação de tecnologia estrangeira em seu processo produtivo – seria crer que Pequim se sentirá satisfeito encarcerado na armadilha de Tântalo que, castigado por Zeus, foi sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, vendo a água escoar-se ao aproximar-se do leito, e vendo os ramos mover-se para longe de seu alcance ao tentar colher os frutos das árvores. A abordagem da Rainha Vermelha para a China certamente retém certos benefícios na inovação de processos organizacionais e produtivos, mas alcançou um indeclinável esgotamento histórico. A disputa pela preeminência tecnológica entre Estados Unidos e China, a punição de diversas empresas chinesas (Huawei, ZTE, Tencent) por parte de Washington, a restrição no acesso de tecnologias cruciais como os equipamentos de manufatura de semicondutores: todos esses fatores impedem a continuidade do modelo de assimilação tecnológica das últimas décadas.

Nesse cenário, dependências estratégicas podem submeter um contendente a problemas sérios. Com efeito, Xi Jinping e o Partido Comunista Chinês serão obrigados a superar a benéfica mas insuficiente abordagem da manutenção instável na cúspide da fronteira tecnológica, que avança em função dos esforços de outras potências. A China parece sentir a necessidade de combinar as proezas de difusão da tecnologia estabelecida aos processos produtivos, algo em que se especializou, com sistemáticas rupturas tecnológicas que a

libertem da dependência estrangeira no campo da inovação de última geração. E isso é um terreno novo e incerto para a China.

Capítulo 5 – As Forças Armadas da China

O estrategista militar clássico da China, Sun Tzu, autor d'*A arte da guerra*, dizia que um grande general não pode se deixar arrastar ao combate, e sim deve saber impô-lo ao inimigo em condições de sua escolha. Dessa maneira, o maior perito nas batalhas deve mover o oponente, e não ser movido por ele. Esse pensamento exerce uma incontornável sedução porque coloca o centro de gravidade nos trabalhos da inteligência, mais do que nos da força, para vencer. Para um exército frágil e que exibe muitos pontos fracos devido ao atraso, a habilidade da sutileza e do sigilo, o aprendizado que o torna invisível e inaudível, são fundamentais para evitar ser arrastado para um conflito nas condições mais favoráveis para o inimigo, uma doutrina que é muito importante para o cânone militar ocidental que encontra em Carl von Clausewitz sua figura eminente. Podemos reconhecer, entretanto, que as manobras não podem resolver os grandes problemas para os quais a força é necessária, numa sociedade de classes. Essa verdade, embora amarga, lança luz sobre as condições atuais da capacidade militar chinesa, suas potencialidades e limites.

Xi Jinping assumiu a presidência do Comitê Militar Central, em 2013, com a desagradável convicção de que as Forças Armadas da China não a habilitam ainda a "mover o oponente" em virtude de suas escolhas. É compreensível que as deficiências da China em termos econômicos e tecnológicos, herdados do atraso nacional, tenham tido influência direta sobre o desenvolvimento de suas capacidades militares. O caráter social das Forças Armadas de um país depende da estrutura social de seu Estado, de seu caráter de classe. Nesse sentido, essas Forças Armadas são um espelho das contradições sociais internas e externas: o Exército de Libertação Popular é um dos maiores exércitos capitalistas do mundo. Já sua potência destrutiva, por sua vez, depende dos avanços econômicos e tecnológicos acumulados. Esse acúmulo prévio, faltante à China, colocou seu poderio militar em situação de grande desvantagem diante das potências imperialistas ocidentais.

O olhar sobre o patamar atrasado do qual parte a China no domínio militar foi tratado por inúmeros estudiosos. David Shambaugh (2002), em seu *Modernizing China's Military: Progress, Problems and Prospects*, e Robert Samuel Ross (1999) em seu *The Geography of Peace: East Asia in the Twenty-First Century*, trataram de observar a eficiência do desafio chinês à entrada do século XXI, em base aos resultados conquistados pelo Exército de Libertação Popular (ELP) até então. Estudos sobre armas particulares do ELP foram realizados por analistas como Peter Howarth (2006), que examinou a Marinha chinesa em *China's Rising Sea Power*, quer sobre a Força Aérea, como o trabalho *The Chinese Air*

Force: Evolving Concepts, Roles, and Capabilities, de Richard Hallion, Robert Cliff e Phillip Saunders (2011). Roger Cliff (2015) e Tilman Pradt (2016), trabalhando já entrada a era de Xi Jinping, buscaram observar não apenas o conquistado, mas a dinâmica de crescimento do aparato militar chinês, em base ao avanço da potência econômico-tecnológica do país, sem perder de vista os objetivos comparativos do país frente a seus rivais. Todos esses autores abordaram as relações militares entre China e Estados Unidos.

Escusado é dizer que, diante das pesquisas registradas, mesmo as névoas que envolvem o verdadeiro destino do investimento estatal chinês em sua modernização militar não podem esconder que Pequim dista algumas décadas de possuir armamento capaz de disputar a hegemonia mundial. Nem mesmo o governo chinês oculta isso. Mas essa é uma parte da verdade; detida aí, a dinâmica da realidade resseca, e a visão perde o colorido. Tudo na China se acelera e muda depois dos impacto mundial da crise econômica de 2008, e do ponto de inflexão chinês em 2013. Bem vistas as coisas, o ritmo de modificações da China depende objetivamente dos fatores combinados da economia mundial, das relações interestatais e da luta de classes, que possui importância seminal em seu próprio país. É difícil prever o ritmo de crescimento chinês que adotará o Exército de Libertação Popular, justamente porque o capitalismo mundial que o nutre se encontra em crise. Mas se projetamos as capacidades militares atuais para o próximo período, é evidente que a questão *não é se, mas quando, a China conquistará o estado da arte da potência bélica das principais potências*. Seria um erro ignorar este aspecto do problema, à força de exagerar o caráter atrasado do seu ponto de partida.

Segundo os plano de Xi Jinping, isso se dará no ano do centenário da República Popular da China. A modernização das Forças Armadas – algo destituído de importância durante a era de Deng Xiaoping, que se concentrara no desenvolvimento econômico o país – é um elemento indispensável da estratégia nacional do Partido Comunista Chinês pós-2013, inseparável dos objetivos de desenvolvimento econômico do gigante asiático. O objetivo dessa modernização militar é garantir a defesa dos interesses internos e externos da China, antes que o da disputa pela primazia capitalista global. Como afirma o documento de Defesa do PCCh, de 2019, "construir uma robusta capacidade de defesa nacional e forças armadas fortes o suficiente para garantir a posição nacional no sistema internacional, sua segurança e interesses de desenvolvimento, é uma tarefa estratégica para a modernização socialista da China". O relatório do Pentágono "*China Military Power Report*", de 2020, afirma que durante 2019 o ELP continuou a perseguir objetivos de modernização ambiciosos, fundados no incremento anual do orçamento militar chinês, que atingiu a marca de segundo do mundo

em volume total, apenas atrás dos Estados Unidos. Esse mesmo documento de Defesa de 2019 reassegurava o encaminhamento das reformas organizacionais (ajustes de tamanho e orçamento de cada uma das armas) e da prontidão de combate do exército de acordo com o cronograma estabelecido por Xi Jinping no 19º Congresso do Partido Comunista, em 2017. Sobre isso, Meia Nowens[184] explica que os objetivos de Xi Jinping estariam inscritos em etapas temporais. Tendo avançado na mecanização das forças do exército do ELP e progresso na "informatização" – a integração da tecnologia da informação e comunicação (TIC) – em 2027, se passaria pela construção e profissionalização do exército. Até 2035, a modernização incluiria a incorporação de vetores de "inteligência" – integração da inteligência artificial (IA) e autonomia no comando e controle do ELP, com a reforma total da doutrina e da estrutura organizacional das Forças Armadas; até meados do século XXI, a capacidade de lutar e vencer guerras (NOWENS, 2022). Sobre isso, José de Santayana (2021) afirma que:

> Na virada do século, quando a economia chinesa começava a situar-se entre as mais poderosas do mundo, suas Forças Armadas não demonstravam qualquer capacidade de desafiar a força militar hegemônica. De acordo com o relatório do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em 2000 – o primeiro em uma série de relatórios anuais – o Exército de Libertação Popular era grande, mas arcaico em suas capacidades, sendo estas incompatíveis com os objetivos e ambições de longo prazo do Partido Comunista Chinês. Entretanto, os desenvolvimentos econômicos e particularmente militares da República Popular excederam as previsões, e no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, em outubro de 2017, Xi Jinping anunciou que o objetivo do ELP é se tornar um exército de primeira ordem em 2049 (SANTAYANA, 2021, p. 3).

Naturalmente, uma projeção não implica a segurança da realidade, e previsões como tais, que se multiplicam pelas tendências da própria evolução do *corpus* estatal chinês, podem não vingar. Mas são sinais de tempos distintos. A possibilidade do gigante asiático se tornar uma potência militar de primeira ordem está inscrita no horizonte de eventos, ao menos quando se considera o panorama da região da Ásia-Pacífico. Militarmente superior em todos os teatros de operações, é nessa região asiática que os Estados Unidos poderia deixar de ter a liberdade de movimento de que gozou desde 1945. Supondo que a China consiga continuar a dinâmica de crescimento econômico que a caracterizou até agora – uma suposição que, mais uma vez, deve levar em conta todas as contratendências da enorme crise econômica capitalista e suas consequências sociais – o ritmo de modernização do Exército de Libertação Popular se incrementaria como prioridade de Xi Jinping. Esse processo é facilitado pelo fato de a China ter experimentado (e ainda estar experimentando) um ambiente destituído de ameaças

184 "China's Military Modernisation: Will the People's Liberation Army complete its reforms?". International Institute for Strategic Studies, 07/12/2022. Disponível em: https://www.iiss.org/en/online-analysis/online-analysis/2022/12/strategic-survey-2022-chinas-military-modernisation/.

militares diretas por um período relativamente extraordinário de tempo. Nada que ocorre hoje pode ser comparado com o século das humilhações (1840-1945), a invasão militar permanente do território chinês, sua ocupação e fragmentação, além dos solavancos da revolução e da contrarrevolução que afloravam com o desabrochar das guerras que dilaceravam suas fronteiras, ou mesmo sua participação na Guerra da Coreia (1950-53), passando pelo conflito sino-soviético (1962-69) e o breve conflito com o Vietnã (1979). A República Popular não luta uma guerra há quatro décadas. Esse período de relativa pacificação permitiu que a China pudesse se concentrar em projetos de longo prazo, inclusive militares, sem precisar se preocupar com envolvimento em conflitos. De fato, o ambiente relativamente pacífico e a melhoria das relações com seus vizinhos no sudeste asiático (especialmente agrupados na ASEAN, a Associação das Nações do Sudeste Asiático), foram premissas cruciais para o desenvolvimento econômico da China, e do impulso a sua capacitação militar. Por outro lado, a falta de experiência em conflitos militares torna uma incógnita a eficácia das transformações no ELP no terreno concreto da guerra.

Xi Jinping mudou a orientação prévia de Jiang Zemin e Hu Jintao, capturados pela dinâmica inercial da dependência militar histórica que a China teve diante da Rússia e sua avançada tecnologia bélica. No 19º Congresso do PCCh, Xi enfatizou a relação entre modernização militar e hierarquia da inovação. Em seu discurso sobre as Forças Armadas, no Congresso partidário de 2017, Xi sublinhou que “devemos manter firmemente em nosso pensamento a verdade de que a tecnologia é a principal capacidade de combate, devemos encorajar a inovação de tecnologia de ponta, e conduzir essa inovação independentemente” (SANTAYANA, 2021). O desenvolvimento tecnológico é uma das chaves para o incremento da capacidade de efetivar o exercício conjunto das forças – a capacidade dos diferentes serviços (exército, marinha e força aérea) de cooperar no campo de batalha de forma rápida e contínua. Trata-se de uma inovação organizacional promovida por Xi Jinping, que modificou a estrutura do ELP, tanto em sua cadeia conjunta de comando quanto na proporção das forças. Em fevereiro de 2016 Xi Jinping substituiu as antigas sete regiões militares por cinco teatros de operações, cada um deles possuindo um comando comum para as forças terrestre, naval e aérea (superando a virtual ausência de coordenação anterior). Quanto às forças, o exército terrestre foi drasticamente diminuído em prol do fortalecimento da Marinha e da Aeronáutica – indicando a mudança do centro de gravidade das atividades militares chinesas, em direção à Ásia-Pacífico, as águas e os céus orientais.

A Guerra da Ucrânia confirmou a orientação da modernização do ELP. A defesa do território e das zonas costeiras ganhou preeminência na doutrina militar, afastada da

predileção pela guerra em profundidade e mais próxima da noção de projeção de força defensiva nas zonas adjacentes, integração às condição de conflitos militares com envolvimento de alta tecnologia, e estratégias de dissuasão e negação de acesso em áreas de interesse[185]. Entretanto, ao mesmo tempo, o conflito na Ucrânia aumentou a preocupação da República Popular sobre as substanciais capacidades defensivas de nações menores, apoiadas pelos Estados Unidos e a OTAN, diante de potências maiores, como a Rússia. O objetivo da China de concluir uma reunificação capitalista com Taiwan, sem excluir a utilização de tropas, e reverter a crescente proximidade militar da ilha com o imperialismo norte-americano, deve levar em conta os efeitos da nova configuração de segurança construída pelos Estados Unidos na Ásia-Pacífico. Ademais, os reveses de Putin na Ucrânia obrigam a China a repensar problemas, dentro de Forças Armadas que por décadas trabalharam sua modernização subordinada ao aparato militar da Rússia.

A opinião de órgãos autorizados das Forças Armadas da China sobre as deficiências da invasão russa na Ucrânia dão uma dimensão de como o governo repensa seus esquemas à luz dessa experiência militar. Os meios oficiais da República Popular refrearam críticas ao exército russo durante a Guerra da Ucrânia, uma vez que politicamente Xi Jinping apostou no estreitamento das relações estratégicas com Putin. Mas em janeiro de 2023 um artigo no periódico militar mais proeminente da China, o *PLA Daily*[186], desenhou duas críticas centrais à performance militar russa. Em primeiro lugar, o exército chinês considerou que as Forças Armadas russas, especialmente as forças terrestres, eram demasiado frágeis e suas capacidades substancialmente limitadas diante do objetivo estratégico dado. O alvo principal dessa crítica reside na alegada insuficiência de contingente militar terrestre. Uma das conclusões do documento é que as forças terrestres são ainda decisivas para o resultado das guerras, um alerta à orientação tomada por Xi Jinping na última década de fortalecer a Marinha e a Aeronáutica em detrimento do Exército (de 1997 a 2018 o Exército foi diminuído em 55% de seu contingente). A segunda crítica diz respeito à incapacidade russa de utilizar eficazmente operações conjuntas de combate entre suas armas, com baixa coordenação entre a Força Aérea e as tropas no território ucraniano. Trata-se de uma avaliação crítica sobre a insuficiente incorporação da informatização na guerra por parte do Alto Comando russo. Equipar e treinar os soldados, e atuar militarmente com a conjunção das armas, em operações

185 "What the Chinese Army Is Learning From Russia's Ukraine War". Carnegie Endowment for International Peace, 21/07/2022. Disponível em: https://carnegieendowment.org/2022/07/21/what-chinese-army-is-learning-from-russia-s-ukraine-war-pub-87552.

186 "As Russia's Military Stumbles in Ukraine, Chinese Strategists Are Taking Notes", The Diplomat, 24/02/2023. Disponível em: https://thediplomat.com/2023/02/as-russias-military-stumbles-in-ukraine-chinese-strategists-are-taking-notes/.

combinadas sob comando unificado, com ataques de precisão: as lições que o ELP tira da Guerra da Ucrânia exercem mais pressão sobre a contínua modernização militar do país.

Simultaneamente, nessa leitura dos problemas reais que um conflito como o da Ucrânia impõe a uma potência nuclear há um elemento de sobriedade sobre a necessidade de ultrapassar deficiências na organização do sistema militar chinês. O Partido Comunista sabe que não acumula forças suficientes, por ora, capazes de desafiar as principais potências capitalistas no terreno militar. Seu avanço em base ao extremo atraso não a situa, portanto, em condições práticas para a disputa da hegemonia global com a superpotência estadunidense, que comanda a maior força militar do mundo. Mas, com a acumulação realizada na última década, a China já se torna um ator regional incontornável, capaz de ameaçar o *status quo* da estrutura de segurança na Ásia-Pacífico, dominada pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Essa novidade histórica tem importância global, uma vez que indica alteração de forças no tabuleiro geoestratégico asiático, que concentra um dos principais centros de gravidade econômicos globais e uma porção bastante substantiva da classe operária mundial.

5.1 A evolução do Exército de Libertação Popular (ELP)

O Exército de Libertação Popular foi fundado em 1927, como braço armado do Partido Comunista Chinês. O ano de fundação é emblemático, sendo o da derrota da segunda Revolução Chinesa (ver capítulo 3). Com o esmagamento do proletariado chinês em Xangai, Wuhan e Cantão, o PCCh é exorcizado dos principais centros urbanos pelas forças militares triunfantes de Chiang Kai-shek e do Kuomintang, que submete os comunistas a virulentas perseguições por todo o interior rural da China. Tendo o seu trabalho político dizimado no proletariado urbano, vítima da estratégia derrotista da Internacional Comunista de Stálin (e Mao Zedong), o PCCh é obrigado a refugiar-se no oceano do campesinato, que compunha numericamente a enorme maioria da população. As duras perseguições militares orquestradas pelos nacionalistas, verdadeiras campanhas de extermínio, impuseram a necessidade do armamento do PCCh nos redutos rurais itinerantes em que se abrigava, e que não se concentravam apenas em um ponto da China: uma miríade de pequenas milícias, atribuídas a distintos responsáveis partidários que passaram a fazer as vezes de oficiais de destacamento, tenentes e generais, esparziam-se do oriente ao centro do país.

As condições da resistência defensiva, abordadas pela estratégia da guerra popular prolongada de Mao, também definiam o *modus operandi* do ELP. Surgido *de uma derrota, e*

não de um triunfo revolucionário (como na Rússia), a própria concepção do ELP, portanto, foi histórica e estrategicamente muito distinta daquela do Exército Vermelho soviético. Este, fundado após a Revolução Russa, estava enraizado em seus primeiros anos à estratégica revolucionária de Lênin e Trótski, e primeiramente organizado para fazer frente à guerra civil imposta pelas potências ocidentais ao final da I Guerra Mundial. Com a burocratização stalinista, o Exército Vermelho passou por um processo similar de degradação. O processo de burocratização do PCCh, de certo modo, teve como protagonista a direção do ELP, ramo armado do partido, que deixou de estar fundado no operariado urbano para se converter num partido-exército de base camponesa.

Inicialmente um exército guerrilheiro durante a etapa de 1927 a 1945, o ELP se beneficiou da proteção concedida pela União Soviética, que ocupava militarmente o norte da China após a Segunda Guerra Mundial. Esses benefícios se traduziram na modernização do equipamento militar do ELP mesmo durante a guerra civil (1946-49) com os nacionalistas de Chiang Kai-shek, um auxílio valioso na derrota do Kuomintang, realizada mediante operações convencionais de larga escala. É de relevo destacar que essa ajuda militar soviética, transformada em dependência militar da China diante de Moscou depois da conquista do poder em 1949 e em toda a década de 1950 a partir da Guerra da Coreia, representou um grande salto na capacidade militar chinesa, na forma de treinamento, fornecimento de armas e da construção de fábricas capazes de produzir aeronaves e tanques inspirados nos modelos soviéticos (como veremos adiante). Mesmo após a ruptura de relações sino-soviéticas em 1969 com a disputa fronteiriça na região do rio Ussuri (chamada *Zhenbao* pelos chineses e *Damansky* pelos soviéticos), a China guardou grande dependência militar de Moscou – dependência militar que já não tem a mesma configuração na era Xi Jinping, que com a Guerra da Ucrânia passou a ser uma fonte potencial de armamento para Moscou.

Na década de 1960, o conflito sino-soviético representou uma ruptura na tendência relativamente harmônica entre Pequim e Moscou, e a maior parte da assistência militar-industrial soviética foi removida. Nos anos seguintes, a China teve muitas dificuldades em adequar seu parque produtivo ao desenho dos sistemas bélicos soviéticos que havia adquirido. A tarefa foi ainda mais difícil tendo em vista as turbulências internas durante a Revolução Cultural, que apesar de concentrar seus efeitos entre 1966-69, de fato atravessou a vida interna do país até a morte de Mao em 1976. Para cúmulo, durante a década de 1970 o Partido Comunista tratou de implementar – fruto da disputa sino-soviética – o programa "Grande Terceira Linha", que estipulava a relocalização das indústrias de defesa da China, situadas na fronteira com a União Soviética e na costa oriental, para o interior rural (CLIFF, 2015), em

que a pobreza e o enorme atraso de infraestrutura opunham obstáculos substanciais ao desenvolvimento.

Apesar da assistência soviética prévia, o Exército de Libertação Popular, à época da ascensão de Deng Xiaoping, era ainda precariamente equipado, composto por recrutas com baixo nível cultural e de alfabetização. A permanência do atraso militar chinês ficou evidente na guerra contra o Vietnã, em 1979, em que o ELP revelou incontáveis problemas logísticos, táticos e operacionais (CLIFF, 2015). Em consequência, a China começou a estudar as modernas operações militares contemporâneas, como a Guerra das Malvinas em 1982 e os bombardeios imperialistas na Líbia em 1986. Enquanto isso, Deng incluiu no início da década de 1980 o ELP como um dos fatores nas "Quatro Modernizações" da China (as demais sendo a indústria, ciência e tecnologia, e a agricultura).

A performance militar dos Estados Unidos na Primeira Guerra do Golfo (1990-91) deu à China uma lição ainda mais urgente sobre a eficácia letal das modernas armas controladas via satélite, obrigando o governo chinês a alterar sua doutrina militar no início da década de 1990. Já não se podiam conceber conflitos circunscritos aos cenários conhecidos na Segunda Guerra Mundial, que constituía o parâmetro geral do Estado-Maior chinês. A conclusão era que o tipo de conflito mais provável a ser enfrentado seria uma guerra local sob as condições de alta tecnologia[187]. Disso se derivava uma mudança da estratégia paradigmática herdada de Mao na primeira metade do século XX. Deixando de lado a concepção da guerra popular prolongada, o Exército de Libertação Popular adotou novos paradigmas para abordar sua noção estratégica histórica de "defesa ativa": tirar vantagem de munições de longo alcance e guiadas com precisão (mísseis balísticos e de cruzeiro) a fim de manter um potencial inimigo tão longe quanto possível da costa chinesa (ao contrário de permitir-lhe o contato com as áreas costeiras e atraí-lo para o vasto interior). O objetivo seria participar de conflitos curtos, rápidos e letais como ocorrera durante a Guerra do Golfo.

Apesar das reformas, nada substancial foi modificado, e a estrutura do ELP arrastou-se até o final do século XX sem grandes conquistas. Em 1996, os gastos oficiais em defesa haviam crescido apenas 25% em relação ao ano de 1978, enquanto no mesmo período a economia chinesa havia crescido 400% (CLIFF, 2015; PRADT, 2016).

Um ponto de inflexão se deu em 1996, com a crise do Estreito de Taiwan. Entre julho e agosto de 1995, e novamente em março de 1996, em resposta a uma aproximação dos Estados Unidos com o então presidente taiwanês, Lee Teng-hui, o governo chinês instruiu o

187 "Xi Jinping wants China's armed forces to be "world-class" by 2050". The Economist, 27/06/2019. Disponível em: https://www.economist.com/china/2019/06/27/xi-jinping-wants-chinas-armed-forces-to-be-world-class-by-2050.

ELP a lançar um míssil balístico de curto alcance nas águas que orbitam a ilha. A administração Democrata de Bill Clinton, em resposta aos testes de mísseis chineses às vésperas das eleições em Taiwan, enviou dois porta-aviões para o Mar do Sul da China. Washington sinalizava que atenderia imediatamente a qualquer pedido de ajuda de Taipei contra uma eventual agressão de Pequim. A experiência foi humilhante para a China: ficava clara a completa incapacidade do ELP para ameaçar Taiwan com a utilização de força caso os Estados Unidos interviessem com sua capacidade militar. A inabilidade para sequer captar o avanço do porta-aviões *USS Nimitz* no Estreito de Taiwan foi uma epifania ao governo de Jiang Zemin e a toda a cúpula do Partido Comunista. O ataque da OTAN na embaixada chinesa na Sérvia, em 1999, acrescentou força ao sentimento de deslumbramento de Pequim. Afinal de contas, o que se podia fazer com um arsenal incompatível com as urgências militares modernas? A questão estratégica da reincorporação de Taiwan ao território central havia se afastado como nunca antes dos objetivos do governo chinês, por motivos materiais.

Como resultado desses acontecimentos, a burocracia chinesa decidiu lançar de fato um programa de modernização que alavancasse as Forças Armadas para fora de seu estado de inércia. O orçamento de defesa oficial em 1997 havia sido 11% maior que o do ano anterior (CLIFF, 2015), e de 2000 a 2016 essa porcentagem média de crescimento no orçamento militar permaneceu maior que 10% (China Military Power, 2019). Especialistas como Richard Bitzinger sustentam que, entre 1997 e 2008, a média de incremento no orçamento de defesa foi de mais de 16% em termos anuais (BITZINGER, 2018). Já em 2008 a China tinha o segundo maior orçamento de defesa em termos nominais, atrás apenas dos Estados Unidos, crescendo entre 2010 e 2019 de US$143 bilhões para US$267 bilhões[188].

Essa primeira ofensiva séria em direção ao fortalecimento e modernização do aparato militar do Exército de Libertação Popular gerou dividendos notáveis para a China. Segundo Bitzinger (2018):

> A partir do final da década de 1990, o Exército de Libertação Popular fez avanços extraordinários no caminho de transformar-se numa força de combate moderna. Em muitos aspectos, é praticamente irreconhecível se comparado com as forças que existiam em 1997. O impacto dessas transformações foi particularmente notório nos últimos anos, em que a China adotou uma política substancialmente mais agressiva e assertiva, com uma

188 "*What Does China Really Spend on its Military?".* Center for Strategic and International Studies, disponível em: https://chinapower.csis.org/military-spending/ (Acessado em 14/05/2021). De acordo com Timothy Heath, do *think-tank* RAND Corporation, o orçamento de defesa da China foi de US$230 bilhões em 2022, perdendo apenas para os Estados Unidos. Trata-se de um leve recuo nas margens de gastos militares anunciadas publicamente, o que implica que verbas destinadas a outros quesitos da modernização das Forças Armadas podem não estar contabilizados. "Why Is China Strengthening Its Military? It's Not All About War", RAND Corporation, disponível em: https://www.rand.org/blog/2023/03/why-is-china-strengthening-its-military-its-not-all.html.

> disposição política crescente de utilizar seu poder de fogo (*hard power*) para proteger e avançar seus interesses nacionais (BITZINGER, 2018, p. 194).

Ainda assim, a China ainda não se apresentava ao mundo como uma potência militar, em função de incapacidades encrustadas em seu complexo de produção bélico, que a fazia vítima de uma crônica dependência tecnológica e armamentista de potências estrangeiras (em especial da Rússia). Bitzinger argumenta que:

> Apesar dessas conquistas, o complexo industrial-militar da China seguia sofrendo de inúmeras deficiências que, por sua vez, inibiram a faculdade de traduzir descobertas tecnológicas em sistemas de armas comparativamente avançados. Tão recentemente quanto o final da década de 1990, a China ainda possuía uma das indústrias de defesa mais atrasadas do mundo; a maioria dos sistemas de armas produzida endogenamente se encontrava com um nível de defasagem de pelo menos 15 ou 20 anos em relação ao Ocidente – comparando-se basicamente com a tecnologia dos anos 1970-80 – e o controle de qualidade na produção era consistentemente baixo. A base de P&D de defesa da China era qualificada como deficiente em áreas críticas, como tecnologia aeronáutica, propulsores (motores de jatos), aviônica (eletrônica aplicada à aviação), microeletrônica, computação, sensores e rastreadores, materiais avançados. Ademais, o complexo industrial-militar chinês foi tradicionalmente frágil na área de integração de sistemas. Consequentemente, para além de alguns "bolsões de excelência", tais como os mísseis balísticos e anti-navios, para o final da década de 1990 o complexo industrial-militar chinês parecia apresentar pouca capacidade para produzir armamento avançado (BITZINGER, 2018; p. 195-6).

A despeito de anos de esforços, a incapacidade da indústria de defesa doméstica da China em gerar as necessárias descobertas tecnológicas para a produção de armamento avançado implicou a continuidade da dependência crônica da China da tecnologia militar estrangeira. As pontas mais afiadas da lança chinesa eram oriundas da Rússia. De acordo com Tilman Pradt (2016), no início dos anos 90, apesar do fato de que a China já tivesse posto em movimento quatro programas de aeronaves de caça, seja em produção ou desenvolvimento – os *J-7*, *J-8II*, *JH-7*, e *J-10* – o ELP decidiu, no entanto, comprar caças russos *Su-27* e caças-bombardeiros *Su-30* mais avançados (PRADT, 2016). A Marinha também adquiriu 12 submarinos classe *Kilo* e quatro destróieres classe *Sovremenny*, mesmo que estaleiros navais chineses estivessem construindo o submarino da classe Song e vários novos tipos de contratorpedeiros. Outros sistemas de armas fornecidos pela Rússia incluíram os sistemas de mísseis superfície-ar S-300 e SA-15, aviões de transporte Il-76, aeronaves e mísseis de precisão (BITZINGER, 2018), de que a China precisava para tarefas de dissuasão. Com poucas exceções (tais como mísseis balísticos táticos ou submarinos nucleares), os sistemas de armas estrangeiras continuaram a ser o coração da articulação militar chinesa (BITZINGER, 2018).

A partir de 2003, com o governo Hu Jintao-Wen Jiabao, inúmeras mudanças prepararam o terreno para os avanços militares orquestrados por Xi Jinping. Em 2004, foram lançadas as diretrizes das "Missões Históricas das Forças Armadas no Novo Período do Novo Século", que incluíam assegurar a soberania nacional chinesa, sua integridade territorial e segurança doméstica (como havia ficado claro com a repressão sangrenta na Praça Tiananmen); salvaguardar a expansão dos interesses nacionais da China (uma alusão fidedigna ao desafio de reincorporar Taiwan); e preservar as oportunidades estratégicas para o desenvolvimento da China. Como veremos abaixo, trata-se de uma modificação importante na conduta estratégica chinesa. O crescimento de sua potência econômica na primeira década do século XXI significou um ponto de inflexão na adesão da China da defesa exclusiva de seus interesses territoriais imediatos, para uma postura mais aberta de adoção de um papel global.

Boa parte do armamento do ELP começou a ser modernizado também. De acordo com Roger Cliff (2015), em 1996 o mais avançado tanque de batalha chinês era o clássico *T-85*, um modelo aparentado com o soviético *T-54*, usado na década de 1950; o mais avançado submarino em serviço, além dos dois exemplares da classe Kilo comprados da Rússia, era o da classe Ming, uma atualização do modelo soviético; e o mais avançado avião de combate era o *J-8*, baseado no soviético *MiG-21* (CLIFF, 2015). As últimas duas décadas de investimentos trouxeram à China o moderno tanque *T-98A*, (o equivalente do estadunidense *M1A1 Abrams*), o submarino da classe Shang (equivalente ao submarino da classe Los Angeles), e os aviões de combate *J-10* e *J-11B*, equivalentes aos caças *F-15* e *F-16* em operações nos Estados Unidos (CLIFF, 2015). Além dos novos sistemas de defesa, o ELP melhorou os requisitos de qualidade para o recrutamento de tropas e a promoção de novos oficiais, que em boa medida precisam ter diplomas universitários.

As atividades subsequentes do ELP, como as operações de treinamento conjunto com a Rússia, as operações contra a pirataria no Golfo de Aden desde 2009, a participação em operações de evacuamento na Líbia e no Iêmen durante os eventos da Primavera Árabe pós-2011, a participação nas autodenominadas "missões de paz" da ONU na África: todos esses exercícios ou treinamentos conjuntos foram testemunhos da ambição expansiva da China em possuir maior relevância no panorama geopolítico. O estabelecimento da primeira base militar fora de seu território, no Djibuti em 2017, revertia a decisão de 1998 que dizia respeito a não estacionar tropas ou edificar bases militares no estrangeiro.

O processo de modernização das Forças Armadas chinesas segue um curso acelerado, mas ainda possui um longo caminho adiante, inclusive na visão oficial do Partido Comunista, que só prevê um exército de primeira linha em 2049. Embora os sistemas de defesa mais

modernos tenham adquirido “carta de cidadania” no ELP, apenas começam a ser introduzidos, em meio ao padrão de armamentos oriundos dos modelos soviéticos. As insuficiências do exército da Rússia na Guerra da Ucrânia, em suas formas intangíveis de comando e organização militar – treinamento, corpo de oficiais, doutrina, etc. – operam como um espelho das potenciais insuficiências do exército chinês, pela semelhança constitutiva entre as duas Forças. Os avanços chineses são notáveis, mas ainda não está claro quando a China poderá alcançar seus principais rivais.

5.2 A capacidade militar da China: modernização e corrida armamentista

A princípio, são destacáveis os avanços no armamento e na concepção de guerra de alta tecnologia por parte da República Popular. Vale a pena comparar a evolução do arsenal disponível no inventário do ELP, tendo como base os anos de 2000 a 2010, nas capacidades combativas das três armas: o exército, a marinha e a aeronáutica. Em seguida, observar o estágio das armas chinesas no início do terceiro mandato de Xi Jinping em 2023.

No ano 2000, o exército chinês estava equipado com armamento globalmente obsoleto. As forças terrestres do Exército de Libertação Popular possuíam aproximadamente 7600 tanques de batalha, praticamente o mesmo número do exército norte-americano, mas com inúmeras desvantagens tecnológicas (CLIFF, 2015). Mais de 70% dos tanques chineses eram constituídos pelo antiquado modelo T-59, baseados na tecnologia soviética da década de 1950. Outros 20% dos tanques eram os T-79 e T-88, versões melhoradas ainda do antigo modelo soviético. Menos de 10% do total eram os modernos T-96, e ainda menos de 1% dos tanques (60 veículos) eram os de última geração T-98/99, comparáveis em capacidade aos tanques estadunidenses M1A1 Abrams (CLIFF, 2015; PRADT, 2016).

Já em 2010, os ganhos em melhoria tecnológica foram sensíveis. A proporção dos modernos tanques T-96 e T-98/99 passou de menos de 10% do arsenal das forças terrestres do ELP para 28% (CLIFF, 2015). O Exército chinês apresentou em 2010 dois novos modelos de canhão de auto-propulsão, PLZ-07 e PLZ-05, uma melhoria significativa no inventário de artilharia (foram 700 novas peças de artilharia que elevaram a porcentagem de canhões de auto-propulsão de 10% para 22% do total). Em termos de veículos blindados de infantaria, a China apresentou três modelos que modernizaram o caráter antiquado do arsenal adquirido: os ZBD-03, ZBD-04 e ZBD-05, com capacidade anfíbia de assalto e comportando até 7 soldados de infantaria – os 900 veículos blindados construídos endogenamente, entre 2000 e 2010, são

comparáveis aos possuídos pelos fuzileiros estadunidenses, embora os Estados Unidos operem quatro vezes mais veículos blindados que a China. De acordo com Roger Cliff, junto aos novos tanques e veículos blindados, as forças terrestres do ELP também apresentaram o novo modelo do helicóptero de combate WZ-10, mas em número demasiado modesto (os Estados Unidos operam dez vezes mais helicópteros de combate que a China). Ainda assim, a acumulação de aparato militar terrestre da China empalidece diante dos Estados Unidos:

> Ao todo, as forças terrestres do Exército de Libertação Popular permaneceram, em larga medida, uma força não-mecanizada. Apesar de ser quase o dobro do tamanho do exército estadunidense em 2010 (1.2 milhão de soldados contra 640.000), o exército chinês operava apenas 20% a mais de tanques de batalha (7.000 contra 5.500), obtinha uma pequena vantagem em canhões de artilharia com auto-propulsão (1.700 contra 1.600), enquanto operava, notavelmente, apenas 1/5 do total de veículos blindados dos EUA (5.100 contra 26.000) e 1/6 do total de helicópteros de combate (370 contra 2.300). O exército chinês, assim, consistia primordialmente de infantaria leve, com pouca mobilidade no campo de batalha (CLIFF, 2015, p. 75).

Em 2010, portanto, houve sensível avanço na tecnologia militar das forças terrestres chinesas, mas aquém da capacidade de diminuir a brecha de superioridade que possuem as principais potências imperialistas, em especial os Estados Unidos.

A Marinha chinesa também padecia dos males do atraso na virada do século. A tradicional subestimação da importância da influência marítima, herança da dinastia Ming depois da destruição da frota de Zheng He a meados do século XV, mostraram-se à luz do dia depois das catástrofes do século XX.

> O foco da estratégia de defesa atual da China, em termos de ameaças externas, está em suas fronteiras marítimas, a costa oriental e as ilhas adjacentes. Para assegurar as reivindicações territoriais no Mar do Sul da China, especialmente em meio ao conflito latente com Taiwan, além das linhas de comunicação marítimas, a Marinha do ELP veio modernizando intensivamente seu aparato bélico nas últimas duas décadas, começando de bases bastante frágeis (PRADT, 2016, p. 31).

Uma breve revista sobre os principais navios de guerra de superfície das marinhas mundiais (os destróieres e as fragatas) dão uma boa visão sobre o problema herdado. É difícil conceber operações militares no sudeste asiático sem a presença de destróieres (contratorpedeiros, usados como escolta para grandes embarcações, para defesa contra aeronaves, submarinos, torpedeiros), cruzadores (navios de exploração) e de fragatas (navios para defesa antiaérea). Se Xi Jinping pretende reincorporar Taiwan ao território chinês, não poderia dispensar o auxílio desses instrumentos da frota. No ano 2000, dos 60 navios de guerra de superfície (destróieres e fragatas) da China, nenhum estava equipado com mísseis de defesa superfície-ar de longo alcance (CLIFF, 2015). Em comparação, dos 116 destróieres,

fragatas e cruzadores da Marinha dos Estados Unidos, ao menos a metade estava equipada com mísseis de defesa de longo alcance, no ano 2000. Ademais, os mísseis de cruzeiro anti-navios dessas mesmas embarcações de superfície, por parte da Armada chinesa, eram baseados na tecnologia soviética da década de 1950 (P15 "Styx"), sendo apenas 1/3 equipados com os mísseis de cruzeiro YJ-8, comparáveis aos mísseis "Harpoon" dos EUA e aos "Exocet" franceses. Similarmente, dos 67 submarinos de combate no inventário chinês em 2000, apenas 5 eram modernos e relativamente silenciosos. A maioria desses submarinos antiquados era equipada apenas com torpedos e possuíam motor a diesel, o que dificultava qualquer operação de interceptação de navios em oceano aberto. Apenas os três exemplares da classe *Song* possuíam mísseis de cruzeiro anti-navios. O restante da então frota submarina chinesa era composto por cinco exemplares, domesticamente produzidos, da classe *Han*, únicos movidos a força nuclear. O retrato revelava a fragilidade da Armada do Exército de Libertação Popular. Já no ano 2000, todos os 55 submarinos dos Estados Unidos eram movidos a força nuclear, e equipados com mísseis de cruzeiro anti-navios (SHAMBAUGH, 2002; CLIFF, 2015).

Em 2010, a Marinha do ELP também apresentava passos significativos na modernização de seu arsenal, em função da cada vez maior importância das disputas territoriais no Mar do Sul da China, e da questão de Taiwan. A título de exemplo, três novos modelos de destróieres e duas novas classes de fragatas foram construídos entre 2000 e 2010. Na categoria de destróieres, o primeiro a ser completado foi a classe *Luyang-I*, o primeiro navio construído pela própria China equipado com mísseis superfície-ar de alcance médio (com baterias anti-aéreas de tecnologia russa). Pouco depois dos dois destróieres *Luyang-I*, outros dois destróieres da classe *Luyang-II* foram concluídos nesse período, também construídos pela China, e equipados com mísseis superfície-ar de longo alcance. Assim, as capacidades de defesa aérea desses navios de superfície eram comparáveis aos dos destróieres e fragatas estadunidenses equipados com o sistema Aegis, e seus mísseis de cruzeiro anti-navios YJ-62 eram inclusive mais eficazes que os dos Estados Unidos (CLIFF, 2015). A terceira nova classe de destróieres foi o *Luzhou*, também com tecnologia russa. Já as duas classes de fragatas surgidas no período foram dois exemplares do *Jiangkai-I* (equipados com sonares e torpedos antisubmarino), seguidas por dois exemplares da classe *Jiangkai-II*, que se converteram nas primeiras fragatas construídas na China equipadas com mísseis de defesa superfície-ar de longo alcance.

Apesar dessas aquisições, um exame detido revela que as capacidades navais de superfície da China ainda eram modestas em 2010. Dos quase 80 navios de guerra chineses,

entre destróieres e fragatas, mais da metade não possuía qualquer defesa anti-aérea (CLIFF, 2015). O armamento ofensivo de boa parte desses navios consistia em mísseis de cruzeiro baseados em tecnologia soviética da década de 1950, e apenas nove navios (*Jiangkai-I* e *Jiangkai-II*) eram dotados de sonares para detecção de submarinos. A vantagem chinesa vinha, mais uma vez, da Rússia (HOWARTH, 2006). Os quatro destróieres russos da classe *Sovremenny*, equipados com mísseis de cruzeiro supersônicos, superiores aos mísseis de cruzeiro disponíveis no inventário estadunidense. A despeito desse modelo russo, especialistas advertiam sobre as dificuldades que a China teria mesmo num conflito com potências regionais asiáticas, escusando mencionar qualquer paralelo com a Marinha dos Estados Unidos (ROSS, 2002; HOWARTH, 2006).

Quanto aos submarinos, a Marinha chinesa adquiriu três novos modelos no período de 2000 a 2010. O primeiro consistiu de oito exemplares do submarino classe *Kilo*, russo, equipados com mísseis de cruzeiro supersônicos; o segundo modelo foi o submarino classe *Yuan*, equipados com mísseis de cruzeiro subsônicos YJ-82, de fabricação chinesa, sendo o terceiro modelo o submarino classe *Shang*, propelido por força nuclear, semelhante aos submarinos classe *Han* já possuídos pela Armada. Entretanto, a maior parte do arsenal submarino chinês seguia sendo baseado em tecnologia soviética da era Mao (submarinos das classes *Romeo* e *Ming*), mais de 40% dos quais se movia em base a motores a diesel e armados apenas com torpedos. Apenas 16 dos 67 submarinos chineses, em 2010, possuíam mísseis de cruzeiro anti-navios, ou eram movidos a força nuclear (CLIFF, 2015). Tanto na superfície como embaixo da água (e em águas rasas, não em oceano aberto), durante a década de Hu Jintao e Wen Jiabao, a China não era capaz de fazer frente a grandes desafios, mesmo circunscritos ao sudeste asiático.

A aviação naval chinesa era também obsoleta em 2000. A Marinha não possuía nenhum porta-aviões à época. Porta-aviões servem de base aérea móvel, multiplicando a capacidade operativa de todas as armas de um exército, e são considerados pelas principais potências como a belonave central da frota. Tratava-se do tendão de Aquiles da Marinha chinesa, que não poderia se converter numa potência sem desenvolver tecnologia endógena necessária para a construção desses colossos navais, sem os quais se limita o alcance de operações a espaços próximos às bases terrestres. Ademais, as aeronaves de bombardeio naval da China se restringiam a bombardeiros leves, baseados em tecnologia soviética da década de 1950 (*Il-28, MiG-19 e MiG-21*) capazes apenas de disparar torpedos e bombas de gravidade sem precisão. Os 330 aviões de combate operados então pela Marinha do ELP ainda eram tributários da mesma arcaica tecnologia soviética de meados do século XX, especialmente os

modelos MiG-19 e MiG-21. Em comparação, a Marinha dos Estados Unidos operava em 2000 nada menos que 12 porta-aviões, e possuía em seu inventário 200 caças F-14, 900 caças F/A-18, mais de 100 caças A/V-8 de pouso vertical, 70 aviões de alerta E-2C, 120 aviões de combate EA-6B, entre outros (ROSS, 2002; SHAMBAUGH, 2002; CLIFF, 2015). Em 2010, as capacidades chinesas em termos de aviação naval não se haviam modificado substancialmente. Ainda sem porta-aviões, a China seguia sem poder competir sequer nas águas do sudeste asiático.

Esse estágio da Marinha chinesa até a segunda década do século XXI apenas começava a diferenciar-se de seu estágio na alvorada da Revolução Chinesa de 1949. Como vimos, uma das principais razões para isso é que a China historicamente atuou como uma entidade terrestre, não marítima. As principais ameaças a sua soberania provinham das vastas estepes e dos desertos continentais, não das águas oceânicas. Como atesta Brown (2017):

> De conjunto, as dinastias imperiais chinesas operavam como estruturas terrestres, criando sistemas de segurança contra os enormes baluartes dos planaltos do Tibete, e as intermináveis estepes do centro e do nordeste da Ásia. Na era dos Grandes Khans, durantes os séculos XIII e XIV, as dinastias imperiais dos Song e dos Ming experimentaram suas maiores ameaças oriundas da terra, não dos mares. Isso criou uma perspectiva focada nas questões terrestres, uma visão que nunca se detinha profundamente nos vastos mares e oceanos em torno das regiões costeiras ao sul e ao leste. Apenas a partir do século XX essas ameaças marítimas realmente se fizeram sentir aos governantes chineses, e somente depois da era Mao a China começou a desenvolver algo que se assemelhasse a uma estratégia naval (BROWN, 2017, p. 17).

Há um outro motivo político, relacionado à razão histórica, para a demora na evolução da Armada. A China programara até então seus cenários militares navais de acordo com uma estratégia defensiva, contra invasões estrangeiras. A ausência de porta-aviões até 2010 diz respeito, em não menor medida, ao déficit tecnológico necessário para a construção dessas ilhas marciais flutuantes. Mas, em especial, denotavam a limitação da concentração de Pequim em possíveis conflitos costeiros, em águas rasas e próximas ao seu litoral, especialmente no Mar do Sul e no Mar Oriental da China. A noção da reincorporação de Taiwan, nunca ausente do pensamento do Partido Comunista, estava longe da ordem do dia. Da mesma maneira, podemos observar que a deficiência dos sistemas de defesa anti-aéreo por parte dos navios de guerra chineses – assim como da inadequação dos submarinos para navegação em oceano aberto – são razoáveis se examinadas à luz de uma orientação política que não estava dirigida à expansão da influência chinesa para além de sua faixa costeira. De fato, Howarth (2006) afirma que o modelo soviético de estratégia naval defensiva, adotado desde os tempos de Mao Zedong, era tributária da expectativa de uma possível intervenção

estadunidense no cenário de uma nova crise no Estreito de Taiwan, como a que houve em 1995-96. Na tradição política chinesa posterior à fundação da República Popular, o papel das forças terrestres do Exército de Libertação Popular, severamente influenciado por décadas com o conceito da "guerra popular prolongada" e a utilização dos amplos espaços interiores da China, sempre se sobrepunha às demais forças, e não era diferente com a Marinha. Assim, a mudança de postura internacional da China pós-crise de 2008 significou uma revitalização de emergência, e relativamente recente, da própria Marinha chinesa, para objetivos não exclusivamente defensivos.

A Força Aérea do ELP talvez tenha sido a arma mais beneficiada no quesito da modernização, dentro do período 2000-2010. De fato, padecia dos males tradicionais que faziam as demais armas sucumbirem ao atraso. Dos aproximadamente 2.400 aviões de combate disponíveis à Força Aérea chinesa em 2000, a esmagadora maioria era representada pelos já mencionados modelos soviéticos MiG-19 e MiG-21. Menos de 4% do inventário era composto pelos modernos caças Su-27 e Su-30, importados da Rússia (CLIFF, 2015). De acordo com Cliff (2015) e Pradt (2016), a capacidade de ataque em alvos terrestres estava resumida então em 300 aviões de combate Q-5 (fabricados na China a partir do modelo do MiG-19), 40 caças bombardeiros leves H-5 (inspirados no modelo soviético Il-28) e 110 bombardeiros Xian H-6, também de inspiração soviética (PRADT, 2016; CLIFF, 2015). A aviação chinesa não possuía nenhuma das aeronaves equipadas com munição de alta precisão, de que dispunha a aviação estadunidense nos bombardeios imperialistas contra o Iraque em 1991, durante a Guerra do Golfo. Também estava destituída de bombardeiros pesados e caças furtivos, essenciais no inventário militar aéreo das principais potências. Em comparação, a Força Aérea estadunidense operava no ano 2000 aproximadamente 2.150 aeronaves, um número que, apesar de menor que o da Força Aérea chinesa, era composto inteiramente de caças de última geração F-15 e F-16, que participavam da frota aérea junto com 50 caças furtivos F-117, 90 bombardeiros pesados B-52, 90 bombardeiros pesados supersônicos B-1, 20 bombardeiros furtivos B-2, e centenas de aviões de suporte aéreo (CLIFF, 2015). Uma disparidade que não permitia praticamente à China o acesso aos céus.

As defesas anti-aéreas de solo não surpreendiam pela potência. A Força Aérea do ELP possuía em 2000 mais de 500 lançadores de mísseis superfície-ar de médio e longo alcance, mas a maior parte desses sistema de defesa era tributário da tecnologia soviética (CLIFF, 2015). Parte renovada da artilharia eram 64 lançadores do sistema de defesa antiaérea *S-300* e *S-400*, importados da Rússia, além de 24 lançadores do sistema *Tor M1*, também russo. Esses novos armamentos diminuíam o caráter do atraso, sem eliminá-lo: em combate, a China não

poderia fazer mais do que proteger seu próprio território de potências intermediárias, ou de segunda ordem.

Já em 2010 a Força Aérea do ELP ganhou novas capacidades com a modernização de sua frota. Em 2006 o governo chinês revelou o esperado avião de combate *J-10*, construído na China, modelo comparável ao *F-16* estadunidense. Mais de 140 aeronaves do modelo *J-10* foram colocadas em serviço em 2010. Em adição a elas, a China começou a atualizar o modelo russo *Su-27* para dar origem ao doméstico *J-11B*, feito inteiramente com componentes chineses. Escusado dizer que a Força Aérea chinesa, assim como todas as armas do ELP, tem interesse vital em controlar os componentes de fabricação de seus equipamentos militares, e diminuir a dependência histórica da tecnologia russa e internacional (especialmente à luz da Guerra da Ucrânia, em que os aviões de combate russos não demonstraram a superioridade esperada). Aproximadamente 130 aeronaves modelo *Su-27* foram adquiridas da Rússia no período 2000-2010, junto com 70 aeronaves modelo *Su-30* e um esquadrão de *J-11B*, todos postos em serviço (CLIFF, 2015). O sistema avançado *S-300PMU2*, nova bateria anti-aérea de solo desenvolvida pelo exército russo, entrou no inventário do Exército de Libertação Popular, junto com 200 lançadores de mísseis superfície-ar de longo alcance, e 400 de médio alcance (sistema *KS-1A*), e 300 de curto alcance (sistema russo *Tor M1*). Esses dados são chamativos, porque colocam a China mais próxima da capacidade instalada nos EUA, que opera 480 mísseis *Patriot* de longo alcance.

Esse avanço no inventário da Força Aérea dizia respeito às necessidades de controle territorial do governo. No curso da década de 2000 a China concentrava sua atenção não na *expansão oriental* de sua influência (embora Taiwan sempre tenha estado no radar), e sim na contenção de movimentos internos de insurgência no vasto *território ocidental*. O problema da unificação nacional chinesa, que recebeu uma resposta revolucionária em 1949, não terminou de se resolver no oeste do país. As regiões de Xinjiang (no noroeste) e do Tibete (no sudoeste) clamavam a atenção de Pequim, que temia a influência das chamadas "Revoluções Coloridas", protestos pró-Ocidentais ocorridos na Geórgia em 2003, na Ucrânia em 2004 e no Quirguistão em 2005. Preocupada com os efeitos desses eventos sobre as longínquas regiões separatistas de seu território, afastadas dos centros militares mais importantes, o governo incentivou o fortalecimento da Força Aérea como arma capaz de alcançar em pouco tempo as fronteiras ocidentais chinesas e dar cabo de quaisquer eventuais protestos contrários ao autoritarismo permanente da burocracia do Partido Comunista Chinês. As disputas de fronteira com a Índia ou com o Afeganistão exigem, também, rápida capacidade de aproximação e contenção, tarefas essenciais de uma força aérea. Para um país como a China,

com um vasto território e mais de 20.000 quilômetros de fronteiras, uma força aérea com rápida capacidade de reação a ameaças de segurança, e da própria luta de classes, à estabilidade da burocracia de Pequim, é vital. Naturalmente, não se trata do único motivo, tendo em vista a holística abordagem de modernização do Exército de Libertação Popular diante dos desafios que elencamos acima (disciplinamento de Taiwan, hegemonia sobre os arquipélagos Spratly e Pratas, domínio sobre o Mar do Sul da China, tarefas todas que exigem uma poderosa aviação). Não é menor a capacidade de projeção de poder nas disputas das ilhas do Mar do Sul da China, precondição para qualquer eventual conflagração militar futura.

As forças especiais de mísseis estratégicos da China estão organizadas na chamada Divisão de Foguetes (antiga Segunda Artilharia, cuja nomenclatura foi substituída por Xi Jinping). Consiste numa força sob controle direto da Comissão Militar Central (CMC), dirigida sempre pelo secretário-geral do Partido Comunista Chinês. Inicialmente, o programa de mísseis nucleares da China era apoiado totalmente no auxílio externo da União Soviética, que cessou sua assistência na década de 1950. A China desenvolveu sistematicamente seus mísseis balísticos durante a Guerra Fria, com os testes exitosos dos mísseis de terra *Dongfeng-2* (DF-2) em 1966, e os testes subsequentes, nas décadas de 1970 e 1980, dos projéteis *Dongfeng-3* (DF-3), *Dongfeng-4* (DF-4) e *Dongfeng-5* (DF-5), todos mísseis balísticos.

A capacidade e eficácia destrutiva dos mísseis balísticos[189] da China ganharam notoriedade não apenas na imprensa dedicada a assuntos militares. Em especial os mísseis balísticos intercontinentais (*Intercontinental Ballistic Missiles*, ICBM) são joias da coroa destrutiva dos principais estados imperialistas do mundo, e armas de ameaça e dissuasão. Segundo Cliff (2015), no ano 2000, o arsenal chinês estava composto essencialmente de mísseis balísticos de curto alcance (*Short Range Ballistic Missiles,* SRBM), com 175 mísseis *Dongfeng-11* (DF-11), e outros 160 mísseis *Dongfeng-15* (DF-15) (CLIFF, 2015). O arsenal chinês possuía ainda 20 mísseis balísticos intercontinentais *Dongfeng-4* (DF-4) e *Dongfeng-5* (DF-5) capazes de atingir qualquer lugar nos Estados Unidos e na Eurásia. Essa capacidade conquistada tornou o ELP um ator de relevo. Ao contrário da mensagem transmitida pelo atraso no equipamento militar das três forças, os mísseis balísticos foram, talvez, a primeira indicação de que Pequim tencionava dirigir uma postura mais assertiva sobre os assuntos

189 Um míssil balístico é um projétil que segue uma trajetória pré-determinada, carregando uma ou mais ogivas, e que não pode ser significativamente alterada após queimar todo o seu combustível. Quando chegam ao espaço, os mísseis não recebem mais nenhum "impulso" e seguem uma trajetória balística até o seu destino. São, no aspecto do controle de sua trajetória, completamente diferentes dos novos mísseis hipersônicos (que podem ser controlados remotamente em seu percurso), e portanto mais simples de serem detectados, não deixando de serem componentes importantes do exército.

internacionais, particularmente diante de seus vizinhos (Índia, Vietnã, Taiwan, Japão, Malásia, Filipinas). Mas não havia comparação com o arsenal acumulado pelos Estados Unidos: no ano 2000, o Pentágono dispunha de 550 bases operacionais de lançamento de mísseis balísticos intercontinentais, 18 submarinos nucleares com mísseis balísticos e 200 bombardeiros pesados com capacidade de ataques nucleares (CLIFF, 2015; PRADT, 2016).

Em 2010 a China apresentou avanços. O número disponível de mísseis balísticos de curto alcance passou de 300 para mais de 1000 em 2010, todas com capacidade de alta precisão. A Segunda Artilharia (posteriormente, Divisão de Foguetes) também iniciou a operação mísseis de cruzeiro lançados do solo, e de mísseis balísticos de médio alcance (*Medium Range Ballistic Missiles*, MRBM), o *Dongfeng-21C* (DF-21C) e o *Dongfeng-21D* (DF-21D). Esses projéteis poderiam ser utilizados, dentro dos cenários militares disponíveis nos planos do Estado-Maior chinês, para destruir estradas e bases de lançamento do exército estadunidense em Taiwan ou no Japão, por exemplo, com baixa possibilidade de interceptação. À parte os já mencionados DF-4 e DF-5, a China adquiriu os modelos *Dongfeng-31* (DF-31) e *Dongfeng-31A* (DF-31A): respectivamente, esses mísseis balísticos intercontinentais são capazes de atingir toda a Eurásia até boa parte do Canadá, e em qualquer lugar dos Estados Unidos, da Austrália e da África (PRADT, 2016).

Para um país com tamanhos problemas herdados de atraso tecnológico, a evolução das capacidades no campo dos satélites espaciais constitui a mais notável conquista da China no terreno da técnica militar. A operabilidade dos satélites de reconhecimento ficou também a cargo da Divisão de Foguetes. Em verdade, a China começou a alavancar as pesquisas em termos de desenvolvimento de satélites espaciais na década de 1990, ao final da era Deng, ao constatar o caráter crucial do espaço como terreno de disputa militar do futuro. A lição foi dada pelos Estados Unidos, na Guerra do Golfo de 1991. Tilman Pradt (2016) escreve que:

> O programa espacial da China foi acelerado com o lançamento do foguete Changzheng-2 (baseado no DF-5) em 1990 […] Um ponto de inflexão na avaliação chinesa da importância de um sistema de comunicação espacial foi provavelmente a observação da performance do exército dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra do Golfo, de 1990-91. Essa foi a primeira vez que o exército estadunidense mostrou sua capacidade de ataques de precisão apoiados em um sistema de comunicação e reconhecimento espacial. Essa percepção foi acentuada durante a Crise do Estreito de Taiwan em 1995-96, quando a China tomou nota de que não era capaz de rastrear e monitorar o porta-aviões *USS Nimitz*, na medida em que este se aproximava da área do conflito desde sua posição inicial no Golfo Pérsico. O resultado dessa experiência foi um impulso ao programa espacial chinês em geral, e em particular para o desenvolvimento de um sistema de reconhecimento via satélite (PRADT, 2016, p. 24).

No ano 2000, os avanços ainda eram escassos, apesar do alerta recebido pelas intervenções imperialistas no Oriente Médio. A capacidade militar chinesa nesse domínio se resumia em a um satélite de reconhecimento ótico de relativa baixa resolução em órbita, além de um satélite de comunicação. Em 2010, entretanto, a China já tinha em órbita 7 satélites de reconhecimento ótico, três satélites de reconhecimento SAR (radar de abertura sintética), e pelo menos 8 satélites de inteligência eletrônica (CLIFF, 2015). Neste ano, o Exército de Libertação Popular havia lançado 12 satélites Yaoban, mostrando a hierarquia desse sistema para o governo (PRADT, 2016). Na era Xi, a China está desenvolvendo sua própria rede de satélites para um Sistema de Navegação Global, chamado Beidou (comparável ao GPS estadunidense, ou ao Glonass russo), que será composto de 35 satélites de reconhecimento de alta resolução[190].

O avanço chinês em termos de mísseis balísticos e satélites espaciais são uma espécie de contracara dos sinais emitidos na maioria dos ramos do Exército de Libertação Popular. Havia nesse caso palpitações sensíveis de uma política que não se restringia à mera defesa de objetivos limitados circunscritos na região do sudeste asiático. A República Popular, que tem sua atenção voltada à resolução da questão de Taiwan e à conquista de preponderância no Mar do Sul da China por sobre seus vizinhos, quer utilizar uma nova posição regional para alavancar seus interesses no mundo, diante dos abalos trazidos pela Guerra da Ucrânia. Incapaz ainda de impor-se pela força, a capacidade de dissuasão chinesa se incrementou substancialmente na largada da segunda década do século XXI. A lógica do desenvolvimento desigual e combinado exacerbado, que opera em todos os aspectos da evolução política chinesa, dá um substrato concreto a essa aproximação dos contrários. Sem poder disputar hegemonia militar mundial, constrangia grandes potências, em especial os Estados Unidos, a lidar com uma necessária limitação de objetivos na Ásia-Pacífico, em nome de evitar incidentes militares.

Assim, portanto, as características da modernização militar chinesa foram essencialmente duas: o volume de aquisição de sistemas de armas (especialmente da Rússia) e o investimento governamental para incrementar a capacidade de desenvolvimento tecnológico militar endógeno. Mas, independentemente do ritmo acelerado de desenvolvimento e aquisição de capacidades militares, o poder global acumulado ainda é baixo se comparado com as principais potências imperialistas, em primeiro lugar com os Estados Unidos. A

190 Além de ter colocado em órbita um número substancial de seus próprios satélites, a China desenvolveu a capacidade de atacar satélites de outros países. Isso ficou demonstrado em janeiro de 2007, quando o governo chinês testou um míssil de solo DF-21 que destruiu um de seus próprios satélites climáticos, colidindo diretamente com ele. Os Estados Unidos são o único outro país capaz de destruir satélites em órbita a partir de mísseis lançados da superfície terrestre.

modernização do aparelho técnico-militar está em curso, e mesmo as novas armas adquiridas são em número exíguo, diante das necessidades reais de combate. Assim também, a China adquiriu e desenvolveu sistemas bélicos avançados nas últimas décadas, mas ainda são de conjunto insuficientes para propor, nesse momento, uma nova hegemonia mundial alternativa, por sobre aquela determinada pelos Estados Unidos. Como afirmava Trótski, a relação de forças aqui também está determinada, não pela dinâmica do crescimento, mas pela oposição da potência total dos adversários. A vantagem chinesa é que essa mesma dinâmica de crescimento, por sua vez, influenciará no curso do desenvolvimento a mudança nos valores potenciais totais entre suas capacidades e as dos adversários.

Isso não pode ser examinado por fora das contingências da política, e das mudanças a partir da reorientação política de 2013 com a chegada de Xi Jinping à liderança do Partido Comunista. O papel da China mudou drasticamente a partir dos impactos da crise mundial em seu antigo padrão de crescimento, baseado na industrialização orientada às exportações. Seria ingênuo acreditar que essa alteração da conduta internacional da China, baseada na potência de seu crescimento econômico, deixasse de reverberar no domínio militar. Xi Jinping, à entrada de seu terceiro mandato em 2023, estabeleceu aquela que seria a fórmula de 24 caracteres substitutiva da antiga formulação de Deng Xiaoping: “atreva-se a lutar”.

5.3 Xi Jinping e a força militar de primeira classe

A evolução do Exército de Libertação Popular desde a ascensão de Xi Jinping ao poder em 2013 esteve sustentada nos avanços da era Hu Jintao, mas também representou um claro ponto de diferenciação, que divide águas na maneira como o Partido Comunista concebe o papel de suas Forças Armadas. Xi tomou a direção, simultaneamente, do PCCh, do Estado chinês e das Forças Armadas, no momento de sua ascensão, assim como Hu. Como secretário-geral do partido, assumiu o leme da estratégica Comissão Militar Central, responsável pelo Alto Comando do ELP. Isso o habilitou a interferir nas coordenadas das Forças Armadas desde cedo.

Tomemos dois exemplos vinculados com a exposição sobre o arsenal chinês. Na primeira década da era Xi Jinping, a China passou da prática inexistência no patrulhamento estratégico ofensivo das suas costas a possuir três porta-aviões (mais que a França, a Índia e a Rússia): o *Liaoning* (construído a partir do *Varyag*, adquirido da Ucrânia) e o *Shandong*, mais moderno, e o *Fujian*, lançado em 2022, o primeiro porta-aviões chinês com catapultas eletromagnéticas e adaptado para aeronaves de asa fixa. Com resultados ainda mais notáveis,

a China avançou em termos de tecnologia espacial. Não só teve êxito em colocar em órbita uma rede própria de satélites, completando em junho de 2020 a já mencionada constelação de satélites Beidou (que dá à China a faculdade de controlar um sistema próprio de posicionamento global), mas conseguiu três grandes feitos tecnológicos nesse terreno estratégico. Em janeiro de 2019, fez pousar a sonda espacial *Chang'e 4* no lado oculto da lua, pela primeira vez na história; em seguida, lançou o foguete *Long-March 5B* em órbita, em maio de 2020, componente inicial da primeira estação espacial permanente da China; por fim, um ano depois, em maio de 2021, aterrissou em Marte com seu *rover Xhurong*, num módulo equipado com retropropulsores e movido a energia solar, sendo o único país a conseguir a façanha, depois dos Estados Unidos e da União Soviética[191]. Do ponto de vista da inovação missilística, o ELP testou com sucesso em 2021 um míssil hipersônico que atravessou a terra pelo polo Sul, onde os Estados Unidos não possuía radares de identificação e sistema de defesa.

Quanto à ferramentaria de combate, segundo Meia Nouwens (2022), entre 2014 e 2018, o ELP lançou embarcações navais com uma tonelagem total maior do que as tonelagens navai de países como França, Alemanha, Índia, Itália, Coreia do Sul, Espanha ou Taiwan. Em 2021, a Marinha chinesa encomendou cruzadores e contratorpedeiros de mísseis guiados, um navio de assalto anfíbio e um submarino de mísseis balísticos com propulsão nuclear. Em julho de 2022, eles haviam encomendado mais dois destróieres Tipo-052D, mais três cruzadores Tipo-055 e um segundo navio de assalto anfíbio Tipo-075. A Força Aérea remodelou o inventário de combate herdado da Guerra Fria, em sua corrida por apresentar instrumentos eficazes para cobertura da zona de identificação aérea do Estreito de Taiwan e do Mar do Sul da China, padronizando os modernos J-10C e J-16. Em abril de 2022, todos os cinco teatros de comando criados por Xi Jinping dispunham de brigadas equipadas com a aeronave de combate J-20. Embora as forças terrestres do ELP não tenham sido destinatárias prioritárias da modernização das plataformas militares, suas frotas de veículos blindados foram padronizadas com equipamentos modernos. Em 2022, cerca de 70% dos 5.400 tanques de batalha principais do ELP listados em serviço são modelos modernos, e mais de 60% das brigadas do Exército do PLA também haviam sido equipadas com modernos veículos de combate de infantaria (NOUWENS, 2022).

Essas conquistas, navais e aeroespaciais, implicam claros interesses de projeção de poder por parte de Pequim para além de suas fronteiras nacionais. São testemunhos da ênfase,

191 Para Xi Jinping, conquistar uma estação espacial está no centro de sua visão da China como "potência espacial global", que chega ao ponto de colher informações sobre vida extraterrestre com o maior telescópio do mundo, o *Tianyan* (ou, "Olho do Paraíso", com 500 metros de largura).

ademais, que o desenvolvimento tecnológico tem para Xi e seu empreendimento militar. A postura pública do governo central diante do problema da guerra mudou drasticamente. Em 2021 completaram-se quatro anos consecutivos em que Xi Jinping, a partir de 2018, emite uma ordem de treinamento militar ao exército como primeira medida executiva anual da Comissão Militar Central. Em janeiro de 2021, de fato, Xi exigiu que o Exército de Libertação Popular estivesse preparado de imediato para a eventualidade de uma guerra. No início desse mesmo ano, Xi Jinping apresentou revisões na Lei de Defesa Nacional – atualizadas pela primeira vez desde 2009 – assegurando a sujeição do Exército de Libertação Popular às ordens do Partido Comunista Chinês[192]. Conectado ao plano do "Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa", a Lei de Defesa Nacional – aprovada no 20º Congresso do PCCh de 2022 – reitera o controle das Forças Armadas chinesas pela Comissão Militar Central, que assumirá as atribuições de mobilização de defesa anteriormente estipuladas sob a alçada do Conselho de Estado. Em temas militares, como nos demais, Xi é o novo timoneiro na China.

Esses são sinais de que o ajuste de perspectiva não foi pequeno, e diz respeito à clivagem mundial, nascida das entranhas da crise econômica de 2008, e que com a Guerra da Ucrânia passaram a empurrar definitivamente a China a uma nova postura internacional. Talvez a maneira mais sutil do ajuste de perspectiva com Xi Jinping tenha se mostrado na relação com os tradicionais princípios da política externa. Também obedece à situação do estado de ânimo interno da burguesia chinesa, da elite partidária que a representa e de setores relevantes do Alto Comando do ELP, que desejam uma postura mais agressiva da China a nível internacional, mas também são crescentemente simpáticos à ideia de que a China deve usar suas Forças Armadas para garantir seus interesses regionais e globais. Alexander Lukin (2018), em seu "*China and Russia: A New Rapprochement*", descreve esses humores:

> Em um livro altamente popular, O Sonho Chinês, publicado em 2010 pelo Coronel Liu Mingfu, professor da Universidade de Defesa Nacional do Exército de Libertação Popular, relata-se que a China deve se esforçar para ter o exército mais poderoso do mundo. Se isso não acontecer, então os esforços dos Estados Unidos (através uma luta inevitável, e talvez uma guerra) iriam relegar a China à marginalidade da arena internacional. No prefácio de outra publicação, o general Liu Yuan – comissário político da Academia de Ciência Militar e filho do ex-líder chinês Liu Shaoqi – também aconselha que se abandonem as restrições, proclamando que a guerra era inseparável da história da civilização e da cultura. Em seu livro, Dai Xü apresenta argumentos semelhantes. De acordo com ele, a estratégia norte-americana é cercar a China por um anel de ferro de estados aliados – Japão,

192 "China's Updated National Defense Law: Going for Broke", The Jamestown Foundation, 26/02/2021. Disponível em: https://jamestown.org/program/chinas-updated-national-defense-law-going-for-broke/ (Acessado em: 27/05/2021).

> Vietnã, Índia e as tropas estadunidenses no Afeganistão. Aos olhos de Dai Xü, a história recente da China é constituída por uma série de batalhas contra um conquistador atrás do outro: Grã-Bretanha no século XIX, primeiro o Japão e depois a União Soviética no século XX, e agora os Estados Unidos no século XXI. "Acredito que a China não pode escapar da calamidade da guerra, e esta calamidade pode vir em um futuro não muito distante, no máximo em 10 ou 20 anos", escreve Dai Xü. "Se os Estados Unidos podem acender uma fogueira no quintal da China, também podemos acender uma fogueira no quintal deles" (LUKIN, 2018, p. 20-1).

Estando tão afastados da tradição oriental de pensamento, e particularmente da escola filosófica chinesa, é preciso sempre levar em consideração que a tradição da política externa da China esteve envolta nas brumas de um secretismo tonificante. Em outras palavras, uma *introspecção orientada ao autofortalecimento*, que regeu a longa história milenar imperial, em que a China ocultava suas intenções como meio de construir sua força interna sem solavancos de origem exógena. Esse comportamento trazia consigo grande discrição em assuntos estrangeiros, especialmente pela ocupação das distintas regiões da China em disputas militares intestinas durante séculos, como durante as guerras de unificação (o *Período dos Estados Combatentes*, do século V ao século III antes da nossa era).

O grande filósofo legalista Han Feizi, estadista nesse mesmo período de acerbas lutas que dilaceravam a China, granjeou influência em toda a tradição do pensamento imperial, ao defender que o autocrata ilustrado era aquele que fortalecia permanentemente seu controle sobre o estado pelo aperfeiçoamento das leis e das técnicas administrativas, agindo nas sombras. A melhor atitude do estadista seria atuar na escuridão, ser inalcançável, observar ser sem visto, e nunca permitir ao adversário o privilégio de saber o que se pretende fazer. Segundo Han Feizi, empreendimentos logram êxito através do secretismo, e fracassam ao serem revelados (HAN, 2003, p. 80). A opacidade, dentro e fora dos círculos de poder, era a tarefa central de um estadista. "*Não permita que seu poder seja visto*", dizia Han Feizi, "*seja inexpressivo e de aparente imobilidade; o governo alcança os quatro cantos, mas a sua fonte está no centro*" (HAN, 2003, p. 35)[193]. Tal concepção, advinda de sua interpretação do taoísmo, conserva intimidade com o *modus operandi* de Xi Jinping.

193 Segundo Han Feizi, o princípio do *Wuwei*, ou seja, a observação passiva e a aparência de imobilidade, estava sublinhado pelo seu contrário nos bastidores, pela atividade irredimível do governante ou do imperador. Em seu contexto histórico, a filosofia legalista – que se opunha ao domínio político que prescinde de leis, advogado pela tradição confuciana – tinha um pendor centralizador, numa China esquartejada por infindas guerras civis. A dinastia Qin, que unificou toda a China pondo fim às lutas fratricidas do período, enalteceu o pensamento de Han Feizi a título de filosofia oficial de Estado. Não apenas a opacidade, mas também a ideia de que "a fonte de poder está no centro" implicava a secundarização de veleidades estrangeiras, já que a instituição do Reino do Meio necessitava em primeiro lugar de uma sólida fundação interna para expandir sua influência.

A combinação de opacidade e introspecção, em termos militares, recebia fundamento filosófico no pensamento clássico chinês, encarnado, entre outros, por Sun Tzu, autor de *A arte da guerra*. Sun Tzu, general e estratega militar do Período Zhou Oriental, alguns séculos antes de Han Feizi, enfatizava em seus axiomas as alternativas possíveis a uma batalha como métodos para vencer: estratagemas, engodos, espiões, atrasos, o usufruto de alianças. A suprema arte da guerra consistiria em vencer sem a necessidade de lutar – daí o famoso aforismo "*derrotar o inimigo em cem batalhas não é a excelência suprema; a excelência suprema consiste em vencer o inimigo sem ser preciso lutar*". A habilidade de alcançar a vitória mudando e adaptando-se de acordo com o inimigo é o que Sun Tzu considerava como genialidade. Essa verdadeira concepção de mundo diz muito sobre a obliquidade no tratamento diplomático, muitas vezes atribuída aos chineses[194]. O segredo sigiloso e as manobras de ocultamento da própria força, presentes n'*A arte da guerra*, ecoam nos escritos de Han Feizi e sua escola legalista, que tinha muito apreço pelo seu predecessor militar.

Estas tradições de pensamento que tiveram tamanha importância para o conjunto da filosofia oriental, ganharam aplicação complementar não apenas durante a época imperial chinesa, mas também após a fundação da República Popular em 1949. Han Feizi era um dos filósofos favoritos de Mao, um autocrata que à testa de seu partido-exército concebia seu papel como o de um educador do povo, um instrumento para ensiná-lo a obedecer certas regras como máximas morais de conduta, e para puni-lo caso as contraviesse. Em oposição a Confúcio, o poder absoluto seria o melhor remédio para deter possíveis exercícios populares de descontentamento social (dentro e fora do Partido Comunista). Deng Xiaoping, que de um modo distinto operava também através da obsessão pela estabilidade social sob o poder inconteste do PCCh, dialogava com as ideias de Sun Tzu e Han Feizi ao desenhar a estratégia de crescimento econômico chinês pós-1978: a já debatida estratégia dos 24 caracteres[195]. Segundo essa estratégia, a chave era observar calmamente e assegurar sua posição, e esconder

194 A essência da inteligência estratégica estaria fundada, para o clássico estrategista chinês, em ser mais astuto que o inimigo, vencer pela inteligência, ser extremamente sutil e sigiloso (ao ponto da amorfia), ser extremamente misterioso (ao ponto da quietude), como a melhor maneira de comandar o destino do oponente (SUN, 2007).

195 Chas Freeman Jr. recomenda uma tradução mais precisa dos preceitos já mencionados na estratégia dos 24 caracteres de Deng, em especial naquele preceito comumente traduzido nos idiomas ocidentais como "esconder nossas capacidades e esperar o momento certo". Segundo o autor, os preceitos estraiam sintetizados em: "observar [tendências e eventos] desapaixonadamente; permanecer firme; enfrentar [desafios] com calma e deliberadamente; evitar os holofotes, cultivar a obscuridade; concentrar-se em permanecer humilde; e de forma alguma assumir a liderança" (SHAMBAUGH, 2021, p. 46). Chas Freeman Jr. complementa o argumento afirmando, "Alguns interpretaram muitas coisas do sinistro ardil que vêem implícito na quarta frase de Deng, *taoguang yanghui*, que normalmente tem sido traduzida para o inglês como 'esconder nossas capacidades e esperar o momento certo'. Mas em chinês, esta frase não implica de maneira alguma 'aguardar até que se possa agir'; muito pelo contrário. É traduzido com maior precisão como acima ('evitar os holofotes, cultivar a obscuridade') ou como 'esconder a própria luz e viver em reclusão'".

suas verdadeiras capacidades para ganhar tempo; evoluir de maneira estável mantendo um perfil baixo, nunca buscando liderança em assuntos internacionais.

Essa concepção se traduziu nos chamados *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, o cânone das relações estrangeiras da China desde meados da década de 1950. De acordo com os *Cinco Princípios*, a República Popular da China se comprometia a defender o respeito mútuo pela integridade territorial e soberania nacional (a Conferência asiático-africana de 1953); mútua não-agressão; mútua não-interferência nos assuntos internos dos distintos países; igualdade e cooperação para benefício mútuo; e, finalmente, a coexistência pacífica (BROWN, 2017). Esses princípios caros à China de Mao refletiam a ansiedade do novo governo em assegurar a autonomia nacional duramente conquistada diante da opressão colonial, e preservar a própria soberania diante da tradicional interferência das potências estrangeiras, em especial dos Estados Unidos mas também da União Soviética, no contexto da Guerra Fria. Todos esses objetivos se davam em detrimento da expansão internacional da revolução, cuja forma máxima de expressão era a desconfiança da burocracia do PCCh diante da possível fonte de instabilidade que apresentaria qualquer revolução socialista triunfante em outras regiões do globo. Os *Cinco Princípios*, assim, se tornaram sinônimo da maneira como a China propagandeava sua conduta discreta e introspectiva no tratamento com outros países – mesmo quando nem sempre assim fosse, como durante as disputas fronteiriças com a Índia em 1962, com a União Soviética em 1969 e a invasão no Vietnã em 1979, ou as constantes refregas com os países da Ásia Central pelos territórios do Tibete e de Xinjiang, ou mesmo em relação a Taiwan. A estratégia dos 24 caracteres de Deng era a tradução filosófica desses princípios, a partir de meados da década de 1980.

A conduta militar que se deriva dos *Cinco Princípios* e da estratégia dos 24 caracteres, que presidiram eras inteiras da política chinesa (com Deng Xiapoing, Jiang Zemin e Hu Jintao), seria capaz de nos levar, ficando na Ásia, à figura do general tzarista Mikhail Kutuzov, imortalizado mais na literatura do que na história, graças à beleza das páginas do *Guerra e Paz* de Tolstói. Substituindo Barclay de Tolly na direção da guerra de resistência da Rússia contra a invasão da *Grande Armée* napoleônica em 1812, da Batalha de Borodino até as batalhas de Krasnoie e de Berezina, o general Kutuzov aderiu às manobras diversionistas para ganhar tempo, sempre buscando evitar um combate decisivo contra a França bonapartista. Kutuzov, "o contemporizador", era inimigo de toda batalha decisiva, e adotara a estratégia de desgaste para enfraquecer e debilitar o exército francês que penetrara profundamente em território russo, sendo vítima das inclemências climáticas e da destruição dos campos e forragens pelos próprios russos, a fim de barrar-lhes o abastecimento. Por

inúmeras circunstâncias, ímpares na história da arte da guerra, as vitórias napoleônicas na campanha de 1812 resultaram na desintegração do exército e finalmente na fuga dos franceses, e as derrotas russas redundaram no triunfo sobre o maior império vivo então e na salvação da autocracia.

O "contemporizador" de Tolstói, com sua inevitável transfiguração embelezadora, lembra o "contemporizador" da Antiguidade, Fábio Máximo ("*Cunctator*", o demorador). Escrutinado nas páginas imortais de Theodor Mommsen e Hans Delbrück, a conduta do "contemporizador" romano foi paradigmática. Em meio ao assédio do poderoso exército cartaginês de Aníbal, que havia destruído guarnições romanas em Trébia, Lago Trasímeno e especialmente na Batalha de Cannas, Fábio Máximo buscava evitar a qualquer custo uma batalha decisiva, que poderia significar a destruição de Roma. Ganhando tempo com a estratégia de desgaste, com manobras diversionistas tratava de fugir ao combate e debilitar as forças inimigas do exército republicano, que contava com aliados e povos submetidos no interior que dificultavam a conquista da Itália por Cartago. No Oriente como no Ocidente, experiências tais deixaram marcas indeléveis no pensamento filosófico chinês, e inspiram sutilmente a abordagem militar até então inscrita na tradição.

Nos casos de Fábio Máximo e de Kutuzov, sua conduta político-militar obedecia à inferioridade de forças em que se encontravam diante de Aníbal e Napoleão. Quando as condições objetivas se alteraram, e possibilitaram que Roma e a Rússia passassem da defesa para o ataque, nenhum de seus generais logrou representar a liderança militar no momento de transição em que a defensiva se converte em ofensiva – o que Clausewitz considerava o momento mais brilhante da guerra. Para derrotar Aníbal, o "Cunctator" romano foi substituído por Públio Cornélio Cipião, líder militar na Espanha; enquanto Kutuzov teve de ser retirado em nome do próprio imperador Alexandre I, a fim de que a Rússia perseguisse a reconstrução de suas fronteiras e a restauração do equilíbrio monárquico na Europa com o Congresso de Viena.

No contexto desse estudo sobre a China e suas transformações, a burocracia de Pequim também se viu forçada a consagrar o poder a uma nova figura, nas condições modificadas posteriormente a 2008. Não estamos falando de uma guerra, motivo pelo qual a analogia é meramente reflexiva, e de interesse político ilustrativo. Poderíamos dizer que a transição de Hu Jintao (um continuador à sua maneira de Jiang Zemin) ao ponto de inflexão de Xi Jinping significa que neste último as características assertivas encontradas em seu momento (em casos distintos) em Cipião e Alexandre I são as atualmente necessárias às aspirações "imperiais" da China.

Refinando o argumento, seria exagerado dizer que a ascensão de Xi Jinping representou a superação *tout court* dessa longa trajetória da política externa chinesa. Xi é também um apreciador da filosofia de Han Feizi, fazendo-a coexistir, contraditoriamente, com a de Confúcio (segundo a mesma tendência de aproveitar o melhor de todas as épocas sem as opor umas às outras). O autoritarismo sob os rigores da lei, com o objetivo da máxima centralização de poder político num território unificado e sem disputas, é uma das sínteses do "Sonho Chinês" de Xi, e não deixa a desejar em nada às exigências de Han Feizi aos autocratas da Antiguidade para por fim ao Período dos Estados Combatentes e unificar a China, sob o imperador Qin Shihuang. Sendo um tributário de Deng Xiaoping, Xi adere também a aspectos de sua estratégia de 24 caracteres, na medida em que está ciente da inadequação do desenvolvimento da China em vários terrenos, o que exige muitos cuidados nas relações internacionais. Sigilo e sutileza são heranças comuns que fazem parte do inventário ideológico de Xi. Ademais, apesar da Guerra da Ucrânia, não chegamos ainda aos momentos históricos que concentram batalhas decisivas. Xi parece compreender que o momento preparatório exige da burocracia chinesa certa dose de circunspecção.

Mas a preservação e o uso que Xi Jinping faz dessa tradição político-filosófica é muito distinta da que fizeram Jiang Zemin e Hu Jintao. Tudo reside na assertiva preparação da China para a utilização de suas forças armadas em defesa de seus interesses políticos expansivos. Xi não está em guerra, mas se prepara como alguém decidido a ser capaz de conduzir conflitos militares para impor seus objetivos – nem Jiang Zemin, nem Hu Jintao teriam sonhado em declarar que o ELP deveria prontificar-se para a guerra. A história importa demasiado para Xi, e é provável que saiba bem que os imperadores da Roma antiga que não possuíam estreitas relações com o exército tinham pouca chance de sobreviver no cargo. O contexto histórico que traçamos até aqui ajuda a compreender o peso que a memória da humilhação nas mãos dos colonizadores durante um século tem para a psicologia política do povo chinês. Isso repercute na política externa do Partido Comunista, em que se misturam componentes distintos. Em especial, o ressentimento com as amargas lembranças das derrotas passadas e o desejo de retomar uma posição internacional de Estado forte. Xi Jinping alimenta na população chinesa esse componente vingativo do nacionalismo, em boa medida porque pode justificar seu bonapartismo por trás da noção de unidade nacional pelo rejuvenescimento da China. Em uma proclamação pública após passar em revista as tropas durante uma parada

militar, comemorativa do 70º aniversário do final da guerra sino-japonesa e da Segunda Guerra Mundial na Ásia, em 2015, Xi disse[196] que:

> A vitória do povo chinês na Guerra de Resistência contra a Agressão Japonesa foi a primeira vitória completa da China em sua resistência contra a agressão estrangeira em tempos modernos. Esse grande triunfo esmagou o plano dos militaristas japoneses, que buscavam colonizar e escravizar a China, e colocou fim à humilhação nacional chinesa em função das sucessivas derrotas que sofreu nas mãos dos agressores estrangeiros. Esse grande triunfo restabeleceu a China como uma grande nação mundial, e conquistou ao povo chinês o amor de todos os povos amantes da paz. Esse grande triunfo abriu perspectivas amplas para o grande rejuvenescimento da nação chinesa, e colocou nosso país ancestral numa nova jornada após seu renascimento (XI, 2015, s/p).

Quando se expressa sobre as disputas territoriais no Mar do Sul da China, Xi Jinping recorre também à reparação contra as humilhações nacionais como razão do reconhecimento dos arquipélagos Spratly e Pratas como possessões chinesas, e do próprio pertencimento de Taiwan ao território chinês (BROWN, 2017; PRADT, 2016). Dentro dessa esfera de racionalização histórica, todos os componentes de opressão colonial, experimentados pela nação chinesa, são utilizadas pela nova administração do PCCh em nova escala, para diminuir as tensões diante de sua modernização militar.

A narrativa política fundada na restauração da grandeza chinesa contra as humilhações do passado serve para gerar a justificativa necessária à campanha de modernização militar diante dos novos desafios postos no período de inflexão 2008-13. E quais seriam as características primordiais da China aos olhos de Xi Jinping? Em primeiro lugar, na medida em que a China de Xi busca se tornar uma potência de envergadura global, está procurando sintonizar seu poder de fogo (suas faculdades militares) com sua crescente força econômica, diplomática e cultural. Em segundo lugar, a China se apresenta ao mundo muito mais inclinada a usar sua força militar (ou ameaçar usá-la) para defender e promover seus interesses regionais, tais como suas reivindicações territoriais no Mar do Sul da China, para os quais o controle de meios militares correspondentes é fundamental. Em terceiro lugar, a China aspira incrementar seu poder de fogo a fim de manter forte pressão para que Taiwan não faça qualquer movimento em direção a sua independência, e para que eventualmente se submeta à vontade de Pequim, reintegrando-se pacificamente ao território continental. Ao mesmo tempo, a China quer reduzir ou eliminar qualquer possibilidade de que os Estados Unidos intervenha em favor de Taiwan no caso de conflitos no Estreito. Finalmente, Xi Jinping deseja poder

196 China Daily. Xi Jinping, "*Full text of speech at commemoration of 70th anniversary of war victory*". Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/world/2015victoryanniv/2015-09/03/content_21783362.htm.

militar suficiente para mitigar a presença de Washington na região da Ásia-Pacífico, postulando-se como um rival crível nessa área.

Nessa enumeração sintética dos objetivos e desafios da China, um aspecto fica inevitavelmente ressaltado: *o âmbito central dos interesses estratégicos da China se concentra no sudeste asiático, e mais amplamente na região da Ásia-Pacífico*. A China de Xi Jinping, na aurora de seu terceiro mandato, tem como objetivo central *desafiar seriamente a hegemonia inconteste dos Estados Unidos na Ásia desde 1945*.

Se perguntássemos a um diplomata chinês quais as ambições atuais de Xi, provavelmente receberíamos a resposta de que Pequim não visualiza, nesse momento, qualquer embate transcendental com o governo estadunidense, que tenha mira na disputa pela preeminência capitalista global. A China, em sua ascensão a uma superpotência, não possui o poderio militar necessário para um desafio dessa magnitude. Mas já possui faculdades militares aptas o suficiente para constranger a presença estadunidense num raio geográfico consideravelmente mais expandido do que regem suas fronteiras territoriais. Na região da Ásia-Pacífico, a China deseja marginalizar a influência dos Estados Unidos e rejeitar sua posição estratégica, estabelecendo um reduto de força, a partir do qual se fortalecer (SUISHENG, 2021; SAUNDERS, 2021). O realismo materialista da política chinesa, herdada por Xi, tem a conquista da Ásia como seu primeiro passo necessário[197], concentrando aí os aspectos particularmente militares da relação atual com os Estados Unidos.

Diante dos novos desafios, como Xi Jinping construiu seu caminho para não fracassar onde Jiang Zemin e Hu Jintao não obtiveram êxito? O controle férreo das Forças Armadas foi tido por Xi como prioridade. Um componente é a supervisão pessoal. Antes mesmo das lições advindas da Guerra da Ucrânia, Xi teve em mira reformas que assemelhassem o funcionamento e a organização do ELP àquele dos exércitos mais modernos. O objetivo consiste em integrar as capacidades para operações conjuntas de todas as armas do exército, com a distinção particular em relação ao Ocidente, que é a subordinação do ELP cada vez mais ao próprio Partido Comunista, sustentando-se como braço armado do partido-Estado. Para isso, Xi Jinping se envolveu pessoalmente nas reformas militares para evitar qualquer oposição dentro do ELP, recorrendo às "campanhas anti-corrupção" no interior das Forças Armadas para eliminar oponentes, função da nova Comissão de Inspeção de Disciplina da

197 "Sob o governo de Xi Jinping há uma ênfase maior em perseguir as reivindicações territoriais chinesas e em fazer esforços para diminuir gradualmente o papel regional dos Estados Unidos na Ásia; também, há menor preocupação com o impacto negativo nas relações da China com seus vizinhos. Nos últimos anos, esses esforços incluíram patrulhas frequentes, navais e aéreas, em águas que a China reivindica como suas, além da construção de campos de pouso e portos em ilhas ocupadas por Pequim no Mar do Sul da China, a fim de apoiar o destacamento de forças militares chinesas" (SAUNDERS; BOWIE, 2018, p. 93).

Comissão Militar Central (CMC). O objetivo principal da nova administração foi subordinar a caserna aos poderes civis, expurgando os militares que haviam se oposto às diretrizes civis de Hu Jintao – que não possuía autoridade nas Forças Armadas. Assim, condenações de membros que ocupavam, sob o beneplácito de Jiang Zemin, a vice-presidência da CMC, como Guo Boxiong e Xu Caihou (e membros da CMC como Zhang Yang e Fang Fenghui), por casos de corrupção que se alastram em todas as esferas do ELP, respondem a essa orientação[198]. Com essa ferramenta, Xi restringe movimentos opositores e assegura a concordância das altas patentes com sua política estrangeira ambiciosa. Bitzinger e Char (2018), no trabalho *Reshaping the Chinese Military: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era*, consideram, entretanto, que antes de lograr assentar mecanismos de coerção e controle internos ao ELP, Xi Jinping foi obrigado a consolidar primeiramente sua posição política interna no país, após a ascensão em 2013 aos postos centrais de chefe de partido, militar e de Estado. Sua capacidade de controle sobre os poderosos interesses de casta dos militares depende de sua habilidade para preservar a estabilidade social (BITZINGER; CHAR, 2018). James Char resume as razões políticas e econômicas na nova orientação de Xi para tomar posse do exército:

> Depois de quase uma década de expansão econômica anual de mais de 10%, as condições legadas aos novos líderes nacionais da China se tornaram menos favoráveis na medida em que a economia passou a entrar no "novo normal". Inflação crescente e a mudança continuada da atividade industrial para os países vizinhos com baixos custos de produção também resultaram em menores resultados de crescimento econômico. Sincronicamente, os interesses econômicos crescentes da China em todo o mundo significam que o Exército de Libertação Popular passou a assumir novas obrigações globais. Com crescentes custos operacionais e afrouxamento econômico, a China também colocou limites no ritmo de crescimento dos gastos militares indiscriminados. Como revela um documento do Terceiro Pleno do 18º Congresso em 2013, esperava-se do ELP "ajustar a composição de pessoal do exército e reduzir os membros departamentais" assim como "melhorar a administração dos gastos militares" (CHAR, 2018, p. 13).

198O alcance dos expurgos de Xi Jinping nas Forças Armadas vão muito mais longe, com mais de 75 oficiais de destaque punidos ou demitidos, vários dos quais ligados a cargos de responsabilidade na Comissão Militar Central. Para se ter uma ideia, James Char aduz que, "Além de transformar Guo Boxiong e Xu Caihou em exemplos paradigmáticos, para enfatizar o suposto controle absoluto das Forças Armadas por parte do PCCh, Xi Jinping tem procurado restringir os abusos de poder de oficiais superiores. Para desmantelar as redes de Guo e Xu, inúmeros seus associados foram indiciados, ou em alguns casos, sumariamente demitidos. Os 'tigres' militares que se enquadram nesta categoria incluem os protegidos Xu - oficiais políticos Yu Daqing, Zhang Dongshui, Ye Wanyong, e Wei Jin; os responsáveis pela logística, Liu Zheng e Fu Linguo; assim como os comandantes Yang Jinshan, Fang Wenping e Zhang Daixin. Na mesma linha, oficiais superiores ligados a Guo Boxiong que foram removidos consistem no ex-chefe do Departamento de Pessoal Conjunto da CMC, Fang Fenghui; os comandantes Fu Yi e Zhan Jun; comissários como Tian Xiusi, Fan Changmi, Deng Ruihua e o próprio filho de Guo, Guo Zhenggang; assim como os oficiais de logística, Dong Mingxiang e Zhan Guoqiao" (CHAR, 2018, p. 28).

Com a diminuição das taxas de crescimento econômico, a nova administração foi obrigada a modificar o tratamento dos interesses venais das altas patentes do exército. Sem o luxo de dispêndios ineficazes, Xi apertou o cinto do orçamento e buscou vias de controle mais coercitivas, o que abriu o caminho para a implementação de mecanismos de expurgos. Isso não significa que a política ao exército fosse apenas de caráter coercitivo. Ao mesmo tempo, para assegurar a lealdade da massa das forças armadas, Xi levou adiante uma política de incentivos, corporativos e salariais, às patentes de todos os escalões, em proporção diferenciada segundo seus próprios planos de cooptação. Arthur Ding (2018) afirma que:

> Complementando a poderosa liderança de Xi conquistada através da campanha anticorrupção no interior do exército, o presidente chinês lançou mão de "cenouras" (incentivos) para ganhar o coração das tropas. O caso exemplar foi o aumento salarial de todo o pessoal militar em grande escala: no início de 2015, Xi elevou os salários de todos os soldados entre 25% e 40%, dentro de cuja proporção os salários das patentes inferiores (dos sargentos para baixo) tiveram maior aumento, de 40%, enquanto as patentes mais altas obtiveram paga inferior. A imprensa também notificou que os aumentos salariais entre os distintos serviços e ramos do exército foram diferenciados, sendo o maior incremento salarial concedido para a anterior Força de Segunda Artilharia (que foi renomeada como Divisão de Foguetes em janeiro de 2016), seguido pela Marinha, e pela Força Aérea, tendo as forças terrestres o menor aumento salarial. Foi o terceiro incremento salarial das tropas em seis anos (DING, 2018, p. 48).

As promoções de oficiais e a redistribuição de cargos nas distintas patentes do Exército de Libertação Popular são também mecanismos de cooptação e "conversão" de lealdades no interior da caserna. O objetivo central dessas reformas é diminuir a importância das patentes superiores, a antiga elite militar do ELP, e subordiná-la ao aumento dos poderes pessoais de Xi Jinping sobre as Forças Armadas. O incentivo aos soldados é uma política sutil para conquistar o domínio político das baixas patentes para o governo central, acima das lideranças propriamente militares. A substituição de funcionários, comandantes e generais em nome de aliados próximos de Xi Jinping foi uma política permanente desde 2013[199], sacramentada no 20º Congresso do PCCh com a nomeação de Zhang Youxia como vice-

199 "Em acréscimo à abordagem da cenoura e do porrete, Xi rapidamente promoveu seus funcionários de confiança no exército, simultaneamente se livrando daqueles que considerava problemáticos. Um caso típico de promoção foi a do tenente-general Zhang Shuguo. Zhang era um major em 2010, como comissário político do 39º Grupo Militar da Região Militar de Shenyang, mas em seis anos foi promovido à categoria de líder do teatro militar, como comissário político do Departamento de Apoio Logístico da Comissão Militar Central. De fato, houve um realocamento de grande escala no oficialato do exército, nos últimos cinco anos, sob os auspícios de Xi. Análises indicam que quase todos os comandantes e comissários do Grupo Militar foram modificados […] Esse movimento indica que, colocando seus homens de confiança em todos os cargos importantes do exército, Xi trata de consolidar seu controle sobre as Forças Armadas" (DING, 2018, p. 48).

presidente da Comissão Militar Central, seguido na hierarquia por He Weidong, tendo Li Shangfu como Ministro da Defesa[200].

Isso demonstra o cuidado meticuloso de Xi Jinping com suas armas. Ao concentrar esforços em instalar-se como comandante-em-chefe da Comissão Militar Central, Xi reuniu amplas condições para deter o comando máximo do Exército de Libertação Popular, como prerrogativa incontornável de sua liderança política nacional. A atenção e devoção diretas do presidente chinês às Forças Armadas são maiores do que as dedicadas por seus predecessores Jiang Zemin e Hu Jintao. Xi, que não ganhou de início o controle absoluto do exército de que gozavam Mao e Deng, teve de compensar essa debilidade de origem com uma veemente campanha de enaltecimento de sua imagem como comandante-em-chefe, afastando-se da incúria de Hu sobre as questões militares. O traço marcante de sua postura pessoal é a exibição da figura marcial do "homem forte" que deseja controle hegemônico sobre o exército chinês. E assim o fez, segundo Suisheng Zhao (2021), ao concentrar em si mesmo todos os trabalhos do órgão de supervisão partidário do Exército[201].

O controle dos militares pela administração civil passou a ganhar contornos particulares depois de anos de certa autonomia relativa, em que os generais do ELP tinham margem própria de atuação. Wuthnow e Saunders (2017), em seu relatório *Chinese military reforms in the Age of Xi Jinping*, apontam que, em seus anos iniciais como presidente da Comissão Militar Central Xi fez dezenas de aparições públicas em eventos militares (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017). Hu Jintao, que não era respeitado na caserna, praticamente não aparecia em eventos semelhantes, e se encontrava demasiado afastado do ELP para ali ter uma influência qualificada. Xi, pelo contrário, despacha regularmente de seu escritório na Comissão Militar Central, e granjeia mais prestígio nas Forças Armadas visitando as sedes militares em cada viagem de inspeção[202], transmitindo simultaneamente a

200 "Analysis: Xi's new generals offer cohesion over possible Taiwan plans". Reuters, 27/10/2022. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/need-speed-china-xis-new-generals-offer-cohesion-over-possible-taiwan-plans-2022-10-27/.

201 "A reforma militar de Xi também restabeleceu o sistema de responsabilidade do presidente da Comissão Militar Central, o que enfatiza o papel dominante do presidente. Um editorial no PLA Daily, o porta-voz dos militares chineses, exigia que 'As forças armadas da China devem estar sob a liderança e o comando unificado do presidente da CMC. Todas as questões significativas relativas à defesa nacional e ao desenvolvimento militar serão decididas e finalizadas pelo presidente da CMC e o trabalho geral da CMC será presidido e assumido pelo presidente da CMC'. Xi, portanto, assumiu um controle maior dos militares do que quase qualquer um de seus predecessores" (SUISHENG, 2021, p. 103).

202 De acordo com Arthur Ding, "Xi Jinping devotou muita atenção ao Exército de Libertação Popular desde que assumiu a presidência da Comissão Militar Central. Visita frequentemente as instalações militares e passa as tropas em revista, e as estatísticas mostram uma frequência mais alta de visitas aos militares que as realizadas por seu predecessor, Hu Jintao. Entre dezembro de 2012 e agosto de 2014, Xi visitou todas as anteriores sete Regiões Militares do ELP, a Marinha, a Força Aérea, a Divisão de Foguetes (Segunda Artilharia), a Polícia Armada do Povo (PAP), o centro de lançamento de Jiuquan, e a Universidade de Defesa Nacional para Ciência e Tecnologia, totalizando um número de 16 visitas às instalações do exército […] Um

mensagem de que ele é a autoridade máxima em assuntos militares. Em janeiro de 2016, definiu os contornos principais da reforma integral do ELP, instalando uma nova divisão completa entre os departamentos, oficinas e comissões da Comissão Militar Central[203], e introduziu a otimização do sistema de direção do ELP, além da modernização da estrutura de comando e controle, em base à hierarquia do desenvolvimento de ciência e tecnologia na era dos conflitos informatizados (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017).

O plano de reforma foi adotado em novembro de 2015, dois meses depois da marcante parada militar chefiada por Xi Jinping, celebrativa do 70º aniversário do final da guerra sino-japonesa e da Segunda Guerra Mundial. Em 2016, o programa foi batizado de "*Opiniões sobre o Aprofundamento das Reformas na Defesa Nacional e nas Forças Armadas*", que estabeleceu os marcos que prepariam a apresentação das novas diretrizes militares no 19º Congresso do PCCh em 2017. Nesse Congresso, as reestruturações estratégicas figuravam no proscênio. Em primeiro lugar, a reforma na Comissão Militar Central, desmembrando os 4 departamentos gerais em novos 15 departamentos, comissões e oficinas específicas, a fim de enfraquecer as atribuições individuais dos responsáveis e elevar a figura centralizadora de Xi Jinping como comandante máximo. Em seguida, decidiu-se, como parte dos esforços de modernização, o estabelecimento de um quartel-general separado para as forças terrestres, equiparadas às demais, e o incremento do investimento na Marinha, na Aeronáutica e na Divisão de Foguetes, assim como a elevação desta ao *status* de serviço independente. Também na ocasião foi criada a Força de Apoio Estratégico, que lidaria com os aspectos mais modernos das guerras informatizadas – sistemas de comunicação por satélites e tecnologia aeroespacial –, a Força de Apoio Logístico Conjunto, para unificar os esforços das distintas armas; e a transformação das anteriores 7 regiões militares em 5 novos teatros de comando: Leste-Nanjing, Sul-Guangzhou, Oeste-Chengdu, Norte-Shenyang, Centro-Pequim (SAUNDERS, 2021). Em 2019, essas reformas tiveram sua tradução nos novos sistemas de armas apresentados com pompa pelo próprio Xi durante a parada militar comemorativa do 70º

outro aspecto que diferencia Xi de Hu é que o primeiro realiza visitas às unidades militares antes de visitar as localidades civis, enquanto o segundo fazia o oposto: visitava as unidades militares depois de ter inspecionado as localidades civis. Isso implica que para Hu visitar as unidades militares era secundário em relação às localidades civis, enquanto para Xi as visitas às unidades militares são pelo menos tão importantes quanto as inspeções às localidades. Isso também implica que Hu não encontrava muito interesse em assuntos militares, enquanto Xi é bastante consciente da importância do ELP para seus cálculos políticos" (DING, 2018, p. 49).

203 Li Xuanliang, "*Xi Jinping Meets with Responsible Comrades at Various Departments of the CMC Organ, Emphasizing the Requirements of Stressing Politics, Striving for Winning, Rendering Services, Playing an Exemplary Role, Endeavoring to Build the CMC Organ With 'Four Iron Qualities,*'" Xinhua, 11/01/2016.

aniversário de fundação da República Popular da China[204]. A manutenção do "baixo perfil" da filosofia de Deng ficava no passado. Segundo Phillip Saunders (2021):

> As reformas militares na China em 2016, lançadas por Xi Jinping, envolveram uma reorganização extensa e sem precedentes do ELP com o objetivo de aumentar sua fiabilidade política e melhorar sua capacidade de conduzir operações conjuntas integradas. As reformas eliminaram o velho modelo de organização militar soviético – que havia guiado o ELP por sete décadas – em favor de um sistema de comando e controle conjunto ao estilo norte-americano. As reformas aboliram os poderosos departamentos gerais em favor de uma Comissão Militar Central (CMC) ampliada sob a supervisão direta de Xi Jinping, e passaram de sete regiões militares dominadas pelo exército para cinco teatros de comando conjuntos, exercendo controle sobre todas as forças terrestres, navais, aéreas e de mísseis convencionais dentro de sua área de responsabilidade. Cada teatro tem responsabilidade por um conjunto específico de contingências transfronteiriças ou marítimas. O papel dos serviços militares, após a reforma, mudou do comando operacional para as funções de "construção de força" (por exemplo, funções de "planejar, treinar e equipar"). Cada quartel-general de serviço é agora responsável por desenvolver equipamentos militares, recrutar e treinar pessoal, estabelecer requisitos de treinamento e fornecer forças treinadas e equipadas para as operações dos teatros de comando conjuntos (SAUNDERS, 2021, p. 188).

Em síntese, as reformas objetivaram centralizar o poder militar nas mãos do bonapartismo de Xi Jinping (com um grau de controle não distinto do de Stálin e Mao), e modernizar a cadeia de comando e controle em moldes ocidentais. Examinando esse quadro global, Xi Jinping trabalha no vetor oposto ao sugerido pela estratégia dos 24 caracteres de Deng, assim como aos *Cinco Princípios*, ao mesmo tempo em que assina embaixo de suas noções principais. Com a nova estratégia de 24 caracteres ("atreva-se a lutar"), Xi modifica o panorama de atuação da China. Não deseja forçar conflitos arbitrariamente; não obstante, já não pode conter determinadas medidas agressivas e o desenvolvimento militar da China, e orquestra a preparação dos conflitos que necessita abordar, fruto da inflexão de 2008, como a questão taiwanesa. É forçoso reconhecer que, nesse aspecto, a conduta de Xi Jinping anda na contramão da advertência sobre nunca buscar o posto de "liderança internacional", tornando muito mais complexa a operação de "esconder suas verdadeiras capacidades", especialmente no campo tecnológico-militar.

Mais uma vez, a dialética histórica faz os contrários se tocarem, agora na estratégia política internacional da China. Isso é assim porque o cenário histórico é muito distinto

204 Dentre os novos aparatos militares, foram anunciados o Dongfeng-41, um míssil balístico intercontinental com alcance entre 13 e 15 mil quilômetros (deixando, portanto, os Estados Unidos dentro do seu alcance de fogo), e o Dongfeng-17; o Dongfeng-100 (míssil de cruzeiro hipersônico) e o Dongfeng-31, outro míssil balístico, atrelado a um veículo de tração que dificulta ser destruído por ataques inimigos, além do caça bombardeiro H6, e os drones não tripulados Li Jian ("Espada Afiada"), o WZ-8, aeronaves de reconhecimento hipersônico, os caças Shenyang J-16, Shenyang F-31 e Chengdu J-20 (aeronave de combate de quinta geração, superior ao F-22 estadunidense).

daquele da segunda metade do século XX. Deng buscava evitar que a China, como a União Soviética, fosse arrastada a uma corrida armamentista com os Estados Unidos, o que debilitaria a orientação do crescimento econômico como centro de gravidade do regime. Essa abordagem obrigava Deng a enfatizar o caráter de cooperação da política externa chinesa, pragmático nas relações bilaterais. Mas a mesma estratégia da era Deng tinha como fim o fortalecimento da China para o alcance de grandes objetivos. Esses objetivos de grandeza inevitavelmente implicam o retorno da China a uma posição de destaque mundial, alcançável apenas com uma postura mais assertiva e incisiva. Para a burocracia do PCCh, Xi entendeu o momento. A tática sem a estratégia, dizia Sun Tzu, é o barulho antes da derrota.

Às transformações na organização interna do ELP, Xi Jinping procura operar transformações nas capacidades instaladas de seu complexo industrial-militar. Acima ficou referida a incapacidade tradicional da indústria de defesa doméstica da China, a partir de década de 1990, em gerar as necessárias descobertas tecnológicas para a produção de armamento avançado, e os consequentes problemas de dependência crônica da tecnologia estrangeira. Como expressa Kenneth Boutin (2018):

> Embora a China tenha dado passos impressionantes no desenvolvimento de suas capacidades industriais de defesa nas últimas décadas, num esforço para implementar uma "revolução nos assuntos militares com características chinesas", continua a depender de outros Estados para obter itens de referência tecnológica crucial, assim como componentes e sub-componentes chave. A contribuição dos Estados varia: a China depende da Rússia e da Ucrânia para componentes e sub-componentes, enquanto os Estados Unidos é a fonte de muitos padrões tecnológicos que dirigem os esforços chineses (BOUTIN, 2018, p. 229).

A ênfase de Xi no desenvolvimento científico-tecnológico tem uma vertente eminentemente militar, porque precisa superar essa brecha na qualidade bélica com as grandes potências. A importância da autonomia de seu complexo industrial de defesa deriva das constantes tensões internacionais em que se envolve na disputa com os Estados Unidos, em primeiro lugar, e com a União Europeia. Choques geopolíticos colocam a China em uma situação vulnerável, de insegurança na disponibilidade do equipamento que vinha obtendo por meio de relações comerciais relativamente estáveis.

Este é o grande desafio da administração Xi: conquistar a autonomia do seu complexo industrial de defesa sem prescindir da importação tecnológica estrangeira. A República Popular precisa dar ao Exército de Libertação Popular a segurança necessária para depender dos esforços nacionais chineses para a obtenção do armamento avançado de que necessita. Isso exige a conexão entre a indústria civil e a indústria de defesa.

Nesse sentido, Xi Jinping fez os esforços necessários para imbricar organicamente a indústria civil com a indústria de defesa. Essa conexão fica estatuída na nova Lei de Defesa Nacional, atualizada em 2021. Em um de seus dispositivos, a Lei de Defesa Nacional elabora especificamente sobre a necessidade de construir mecanismos nacionais de coordenação entre empresas estatais e empresas privadas na pesquisa de novas tecnologias de defesa, abrangendo armas convencionais, aeroespaciais e eletromagnéticas, assim como os campos de semicondutores e de tecnologia hipersônica. Tal combinação de esforços das indústrias civis e militares foi instituída teoricamente por Xi Jinping em 2015, sob a alcunha de "Fusão Civil-Militar" (FCM). Tai Ming Cheung (2018) afirma, sobre isso, que:

> Xi veio promovendo ativamente a filosofia da integração industrial civil e militar, que renomeou com a fórmula "Fusão Civil-Militar", de maneira a distinguir a abordagem que adotou frente às anteriores. Diferentemente da estratégia de integração civil e militar dos predecessores, que era *ad hoc*, estruturalmente desalinhada com os objetivos do governo e de baixa importância política, Xi designou a estratégia de Fusão Civil-Militar como prioridade nacional em 2015, e a definiu como uma estratégia de desenvolvimento. Um objetivo central da estratégia de Fusão Civil-Militar é, de acordo com Xi Jinping, construir um sistema integrado de capacidades estratégicas que permitirá à China implementar projetos cruciais de ciência e tecnologia, participando ativamente na corrida pela inovação científica e tecnológica [de defesa]. Elementos centrais desse sistema estratégico nacional […] incluem o 13º Plano Quinquenal de Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento da Fusão Civil-Militar, anunciado em 2017 pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que detalhou o estabelecimento de um sistema integrado para conduzir pesquisa e desenvolvimento (P&D) de ponta, nas áreas de inteligência artificial, biotecnologia, eletrônica avançada, computação quântica, energia avançada, indústria avançada, redes futuras, novos materiais, a fim de capturar posições de comando na competição internacional (CHEUNG, 2018, p. 186).

A atividade da empresa chinesa Phytium Technology é um exemplo do *Pensamento de Xi Jinping para o Fortalecimento Militar*. Utilizando supercomputadores, a Phytium, que produz microchips, realiza testes de veículos hipersônicos[205]. A empresa apresenta-se como de natureza civil-comercial, embora esteja vinculada a centros de pesquisa dirigidos por militares (os testes hipersônicos são realizados no Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Aerodinâmica da China). Em janeiro de 2019, a Phytium recebeu uma visita oficial de Xi Jinping, que elogiou a empresa como parte integrante dos esforços de inovação doméstica da China. Correndo contra o tempo para adquirir as capacidades endógenas para a produção de

205 O ramo da hipersônica se refere a um leque de tecnologias emergentes capazes de propelir mísseis (balísticos ou de cruzeiro) em velocidades superiores a cinco vezes a velocidade do som, e potencialmente aptas a evadir os escudos de defesa anti-mísseis. O ramo da hipersônica é crítica para a arte militar do século XXI, e não menos para a China, que estaria habilitada a uma melhor defesa de suas reivindicações territoriais no Mar do Sul da China, e sobre Taiwan, tornando os porta-aviões estadunidenses mais vulneráveis, assim como bases aéreas ou navios tripulados de potências adversárias.

semicondutores, os atuais fornecedores da Phytium são as estadunidenses Cadence e Synopsis, que como dissemos acima são alvos da cobiça chinesa, atraindo veteranos para abrir *start-ups* e *joint ventures* na China utilizando o conhecimento adquirido. Experimentos hipersônicos, sem o auxílio de semicondutores e da computação quântica, levariam décadas para serem realizados, e sua compressão no tempo é de importância vital para a modernização das Forças Armadas na China. Aqui, fica mais claro o sistema de estratégia integrada (Fusão Civil-Militar) de Xi Jinping.

Examinadas essas variantes, podemos chegar a uma síntese da situação marcial chinesa na era de Xi Jinping. Trata-se de um ponto de inflexão substancial em relação a seus predecessores imediatos. Ao ser obrigado a utilizar mecanismos rígidos de controle (campanha anticorrupção, realocamento e remoção de cargos, incentivos financeiros e burocráticos), Xi Jinping não conta exatamente com a mesma fidelidade das Forças Armadas com a qual contavam Mao Zedong e Deng Xiaoping, representantes diretos da Revolução Chinesa de 1949 e, portanto, do maior triunfo do Exército de Libertação Popular. Mas, ao mesmo tempo, sua conduta é a insígnia de uma abordagem muito mais afinada com as Forças Armadas. Xi Jinping supera amplamente a popularidade conquistada por Jiang Zemin e Hu Jintao entre os militares, e é visto pela caserna como parte orgânica do exército. Estamos diante de um *petit bonaparte* autoritário que é reconhecidamente o comandante-em-chefe do ELP, como há décadas não surgia na China. Isso amplia seu leque de possibilidades, cujas novas formas de manifestações obedecem à nova situação mundial aberta com a crise econômica de 2008 e sua inflexão asiático-chinesa a partir de 2013.

A China adotou uma postura assertiva, e por momentos agressiva, demonstrando disposição política para utilizar a força armada para a defesa de seus objetivos, que na disputa estratégica com os Estados Unidos se concentra na região da Ásia-Pacífico, em três arenas: Taiwan, Mar do Sul da China, e o continente asiático. Podemos considerar essa *disputa pela hegemonia asiática* como o primeiro capítulo da abordagem assertiva de Xi Jinping, em sua disputa estratégica com Washington, agravada com Donald Trump e Joe Biden.

Quanto a suas capacidades marciais, equipamentos e arsenal militares, a China também se encontra dentro da contradição que observamos nos campos da economia e da tecnologia. Partindo de uma situação de atraso e dependência, o acúmulo de avanços na área militar já coloca a China com capacidades semelhantes a distintas potências imperialistas, em ritmo crescente de capacidade de projeção de poder. Como dizem Richard Bitzinger e Tai Ming Cheung, a China segue sendo mais hábil na adaptação criadora de tecnologia estrangeira para seus propósitos, com nichos de inovação na área de pesquisa e

desenvolvimento militar. O problema dos "bolsões de excelência" no inventário marcial, dentro da relativa permanência no atraso do Exército de Libertação Popular, não deixou de existir. Mas os "bolsões de excelência" já não são mais apenas setoriais: a China expandiu sua categoria de excelência para nichos de última geração – mísseis balísticos e de cruzeiro, caças furtivos, hipersônica, tecnologia ciberespacial, entre outras (BITZINGER, 2018; CHEUNG, 2018). A China não precisa de uma revolução em assuntos militares para atingir um ponto de contato com o mais avançado da arte militar: sua abordagem concentrada e seletiva em nichos de desenvolvimento e produção de armamento avançado pode abrir caminho à consecução de novos objetivos antes vetados pela realidade.

> Existem ainda deficiências críticas na indústria de defesa chinesa. Em particular, segue sendo amargamente deficiente na área de sistemas de propulsão, incluindo motores de turbina a gás para seus destróieres, tecnologia de combustíveis para seus submarinos elétricos, e especialmente turbo-motores de fluxo duplo para suas aeronaves de combate […] Apesar disso, o complexo industrial de defesa da China é muito mais capacitado do que era na década de 1990. Os sistemas de armas que saem de suas fábricas e estaleiros são vastamente superiores aos que eram feitos há 15 anos. O progresso em seu arsenal bélico, assim como na produção de armamento avançado, é inegável, e suas instalações industriais estão a todo vapor. Em suma, o complexo industrial de defesa chinês fez avanços inegáveis na última década e meia em termos de manufatura de novos e relativamente modernos sistemas militares (BITZINGER, 2018, p. 218).

Acresça-se a isso o fato de que a China aderiu, com as garras das aves do Estínfalo, à ambição de conquistar autarquia na produção armamentista. A China é hoje mais autossuficiente do que jamais fora em termos de aquisições de mecanismos de defesa, combinando a importação de armamento avançado com a produção doméstica do inventário de que necessita o ELP. Exercendo o controle sobre as armas do ELP, Xi Jinping garante a lealdade dessas armas a si mesmo e a seu projeto de domínio – que não possui impacto apenas em suas disputas com as potências, mas também no exercício autoritário contra os direitos da classe trabalhadora chinesa e asiática[206].

A modificação dos tempos é um componente muito importante na teoria política, e não menos para uma sociedade milenar. Retomando nossa analogia com os generais do passado, é tentador traçar um paralelo com um agudo comentário do florentino Nicolau Maquiavel, em seus *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, acerca da necessária correspondência, na conduta de um bom líder político, entre suas ações e a constante variação dos tempos. Tomando figuras históricas romanas já conhecidas por nós nesse trabalho, Maquiavel parece

206 Mostra disso é o caso de Mianmar, em que a China apoiou o golpe militar de 2021, encabeçado pelo general Min Aung Hlaing, para sufocar as greves operárias e os protestos da minoria muçulmana oprimida, os rohingyas.

ser uma das chaves para compreender a mudança de atitude de Xi Jinping num tema de importância decisiva para a China:

> Vem a errar menos e ter a sorte próspera aquele que faz coincidir o seu modo de proceder com o tempo, e sempre segundo sua inclinação natural. Todos sabem que Fábio Máximo procedia respeitosamente e cautelosamente com seu exército, distante do ímpeto e da audácia tipicamente romanas; e a boa sorte fez com que esse seu modo de proceder correspondesse bem aos tempos […] Querendo Cipião, entretanto, passar na África com aqueles exércitos para finalizar a guerra, Fábio contradisse muitas vezes essa decisão, como algo que não se podia separar dos seus modos de ser e de agir. De forma que, se dependesse dele, Aníbal estaria ainda na Itália, pois Fábio não se dera conta de que os tempos haviam mudado, e era preciso mudar o modo de fazer a guerra. E se Fábio se tivesse tornado rei de Roma, poderia facilmente perder aquela guerra, porque não teria sabido variar o seu proceder segundo a variação dos tempos. Mas, tendo nascido em uma república, onde havia diversos tipos de cidadãos e diversos temperamentos, como o de Fábio, o que foi ótimo nos tempos devidos para protelar a guerra, assim ela teve depois com Cipião, nos tempos para agir, condições para vencê-la (MAQUIAVEL, 2007, p. 351-52).

Talvez Maquiavel expresse com mais exatidão a transformação dos tempos na política da República Popular, na transição das eras Jiang e Hu para a era Xi Jinping. Em tempos da Guerra na Ucrânia, Xi busca construir Forças Armadas capazes de combater e vencer guerras. Para isso conectou em sua figura os objetivos do Partido Comunista, do Estado chinês e do Exército. A orientação assertiva da política chinesa agrada o alto escalão do ELP, historicamente edificado na filosofia da unificação a todo custo do território chinês, em água, terra e ar. O símbolo mais destacado dessa assertividade é a decisão de Xi Jinping em quebrar mais de 30 anos de *equilibrium* nas relações entre a República Popular da China e Taiwan, e a ambição de açambarcar para si o domínio inconteste dos arquipélagos do Mar do Sul da China.

5.4 A questão de Taiwan

Falando no Grande Salão do Povo, no primeiro pronunciamento público presidencial no ano de 2019, Xi Jinping escolheu palavras sem parcimônia ao tratar de Taiwan. Ao povo taiwanês, advertiu que se deveria reconhecer claramente que a independência de Taiwan traria a catástrofe para a ilha. “Queremos criar amplo espaço para uma reunificação pacífica, mas não daremos qualquer margem para atividades separatistas”, disse Xi, “e não prometemos renunciar ao uso da força, reservando-nos a opção de tomar todas as medidas necessárias”. Tratava-se do 40º aniversário da mensagem enviada a Taiwan pelo governo de Deng Xiaoping, em 1979, em que a China advogava a unificação e o término do confronto militar

entre Pequim e Taipei. O ano de 1979 foi o do reconhecimento da República Popular pelo governo Jimmy Carter nos Estados Unidos. Nesse momento, o Tratado de Defesa Mútua entre Estados Unidos e Taiwan, assinado em 1954 ao término da Guerra da Coreia, foi revogado, em nome de um acordo mais fluido, em que fica subentendida (mais do que selada oficialmente) a assistência militar estadunidense em caso de agressão chinesa.

O teor da mensagem de Xi Jinping se diferencia substancialmente não apenas daquela de Deng, mas de seu próprio testemunho em 2013, durante o fórum da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, na Indonésia. Na ocasião, Xi afirmara que "o aumento da confiança política através do Estreito de Taiwan é crucial para o desenvolvimento de relações pacíficas", continuidade da política de relações amistosas por parte de Hu Jintao (JING, 2017). Agora, de fato, os consecutivos chamados de emergência por parte de Xi Jinping ao Exército de Libertação Popular, a fim de que esteja preparado para a guerra, são sinais de que o governo central parece ter se convencido a contemplar a unificação armada. Tem em mira um objetivo central: soldar Taiwan, política e economicamente, ao corpo territorial chinês. Isso torna Taiwan, segundo os termos do britânico *The Economist*, o lugar mais perigoso do mundo[207].

Essa zona de mais alta voltagem na geopolítica teve sua confirmação em agosto de 2022, jogando certa sombra até mesmo sobre a Guerra da Ucrânia que ocorria em simultâneo. Como represália à visita a Taiwan por parte de Nancy Pelosi, então presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, a República Popular realizou exercícios militares sem precedentes sobre as águas territoriais da ilha. Em meados da década de 1990, a frágil represália militar de uma China ainda extremamente dependente das exportações ao Ocidente não conseguiu ir além de poucos mísseis mal direcionados. A 4 de agosto de 2022, o ELP disparou 16 mísseis, além de inúmeros foguetes de artilharia de longo alcance; quatro deles passaram por cima de Taiwan, um dos quais atravessou o espaço aéreo da capital Taipei, caindo na zona econômica exclusiva do Japão. Tratou-se apenas do início dos maiores exercícios militares conjuntos já realizados em águas taiwanesas, cujo centro insular se encontrou encapsulado por seis zonas de testes de bombardeios, incluindo a parte leste, mais afastada, de Taiwan, num verdadeiro ensaio para um eventual bloqueio aéreo e naval. Na ocasião, em apenas um dia, 66 aeronaves de combate operaram no Estreito de Taiwan, 22 delas do lado taiwanês da linha de separação entre as águas continentais da China e a ilha.

207 "Taiwan: the most dangerous place on Earth", The Economist, 01/05/2021. Disponível em: https://www.economist.com/leaders/2021/05/01/the-most-dangerous-place-on-earth (Acessado em: 04/06/2021).

Intelectuais chineses ligados às Forças Armadas difundiram o experimento como o término *de facto* da "linha mediana" estabelecida pelos Estados Unidos.

A escala dos exercícios, que incluíram treinamento para bombardeios navais e antisubmarinos com destróieres e múltiplos navios de guerra, foi um símbolo do avanço da articulação de operações conjuntas de comando e controle entre as três armas, acrescida a Divisão de Foguetes, por parte do ELP. O governo chinês louvou a empreitada como um treinamento conjunto para "invasões insulares sob condições de guerra real". Desde a década de 1950, nunca o aparato militar de Pequim esteve tão próximo do território de Taiwan.

O simbolismo militar dessa grande operação de represália à provocação estadunidense ganhou relevo maior ao ser realizada poucos meses antes do 20º Congresso do Partido Comunista Chinês. A demonstração de forças vinculou aos olhos do mundo o avanço militar chinês com o terceiro mandato de Xi Jinping, no comando de uma China que examinava suas crescentes capacidades técnicas para impor a reunificação forçada com Taiwan. O ponto de inflexão da era Xi ficara evidente. Longe haviam ficado os dias de 1996, durante a Crise do Estreito de Taiwan, em que a China recuou diante da demonstração de forças da marinha estadunidense. Xi Jinping já não tem os mesmos escrúpulos para evitar a escalada de tensões com Washington, agora que as Forças Armadas da China possuem poder de fogo suficiente para intimidar a presença dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico. Os quase 30 anos que nos separam daquele passeio dos porta-aviões norte-americanos pelo Estreito foram utilizados para a intensa modernização do ELP, que discutimos acima, tendo como primeiro objetivo a reabsorção de Taiwan. Apenas em 2020, foram 380 incursões aéreas pela Zona de Identificação de Defesa Aérea de Taiwan (ZIDA). Em abril de 2021, antes dos exercícios sem precedentes de agosto de 2022, nada menos que 25 aeronaves de combate do Exército de Libertação Popular, incluindo bombardeiros com capacidade nuclear, invadiram a Zona de Defesa Aérea de Taiwan, a maior incursão aérea até então desde a demarcação dos limites do espaço aéreo taiwanês[208]. No mesmo mês, o porta-aviões *Liaoning* realizou exercícios militares em águas próximas a costa de Taiwan[209]. São realizados centenas de vôos anuais da aeronáutica chinesa pelo espaço aéreo da ilha. Nada mais sutil para traduzir, em linguagem

208 "Taiwan reports largest incursion yet by Chinese air force", Reuters, 12/04/2021. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/taiwan-reports-largest-incursion-yet-by-chinese-air-force-2021-04-12/ (Acessado em: 31/05/2021).

209 "China's Liaoning aircraft carrier leads naval exercise off Taiwan", Al Jazeera, 06/04/2021. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2021/4/6/chinas-liaoning-aircraft-carrier-leads-naval-exercise-off-taiwan (Acessado em: 31/05/2021).

marcial, a advertência de Wu Qian, que em 2021 oficiava de portavoz do Ministério da Defesa da China, segundo o qual "a independência de Taiwan significa guerra"[210].

A República Popular está cada vez mais próxima de exibir, no Estreito de Taiwan, a capacidade de dificultar a interferência dos Estados Unidos. Diante dos agressivos exercícios militares chineses em 2022, não houve a resposta estadunidense da década de 1990. Mesmo diante da superioridade global dos EUA, as margens são menores. Uma modificação dessa magnitude, ainda em curso, lança luz sobre o estado específico da relação sino-estadunidense. Enquanto as relações entre Washington e Pequim, no final da década de 1990, encontravam-se inscritas na relação de claro domínio norte-americano sobre os destinos de Taiwan, na segunda década do século XXI a disputa estratégica entre as duas potências na questão taiwanesa revela uma perda de capacidade relativa dos Estados Unidos de controlar por dissuasão os movimentos de Pequim. Isso aumenta os valores em jogo, na medida em que a previsibilidade de um resultado ficou mais vaga. Estamos diante de um dos fatores mais importantes para entender a preocupação dos respectivos governos em calcular cada movimento, que poderia adquirir traços decisivos.

Outros dois fatores são importantes. Em primeiro lugar, a China, parte fundamental da economia mundial, enfrenta as consequências da crise econômica mundial de 2008, sentidas a partir de 2013. Em segundo lugar, a vitória eleitoral de Tsai Ing-wen, do Partido Democrático Popular (DPP), em 2016 (reeleita em 2020), abriu uma grande fissura dificilmente erradicável em Taiwan, em que a maior parte da população passa a não se reconhecer como parte da China.

O retorno do Partido Democrático Popular ao poder, com Tsai Ing-wen, merece atenção, porque trouxe à memória o período de grandes tensões no Estreito de Taiwan, que perdurou durante 13 anos, de 1995 com o presidente Lee Teng-hui até o final do governo de Chen Shui-bian, em 2008. A crise foi contida apenas com a eleição, nesse ano, do presidente Ma Ying-jeou, do Kuomintang. Em 1995, Lee Teng-hui surpreendeu os chineses ao receber permissão da administração Democrata de Bill Clinton para dar uma palestra na Universidade de Cornell, antes das eleições taiwanesas. Esse foi o estopim da retaliação chinesa, que repelia a campanha pela soberania de Taiwan feita por Lee Teng-hui, que era percebida como mais uma interferência de Washington em seus assuntos internos. A China respondeu realizando nove meses de exercícios militares nos arredores de Taiwan, até as eleições de março de 1996, que dariam a reeleição a Lee Teng-hui. À época, os Estados Unidos não tiveram dificuldade

210 ""Taiwan independence" means war: Chinese military spokesperson", Xinhua, 28/01/2021. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2021-01/28/c_139704798.htm (Acessado em: 31/05/2021).

em desbaratar a bravata chinesa, mas as tensões continuaram. Posteriormente, em 1999, Lee Teng-hui reacendeu a polêmica com Pequim, quando asseverou em entrevista que considerava a relação entre os dois lados do Estreito de Taiwan uma relação entre países separados e independentes, um desafio explícito ao princípio de Uma-só-China. A situação piorou consideravelmente, embora sem chegar ao patamar da Crise do Estreito de Taiwan de meados da década de 90, com a eleição em 2000 de Chen Shui-bian. Membro do Partido Democrático Popular, Chen disseminava as mesmas concepções anti-China que Lee, e recebeu oposição permanente do Kuomintang, que trabalhava muito próximo de Pequim e controlava o parlamento taiwanês. A reeleição de Chen Shui-bian em 2004 viu um agravamento das disputas, já que a burocracia do Partido Comunista utilizava as acusações de corrupção de Chen para desgastá-lo. Em troca, Chen Shui-bian elevava os decibéis do sentimento nacionalista separatista de Taiwan.

A tal ponto eram provocativas as posições de Chen, que a administração Republicana de George W. Bush – que como todo o *establishment* imperialista estadunidense, apoiava Taiwan diante das ameaças chinesas – passou a opor-se à conduta do DPP. Enlameado nas ofensivas militares no Iraque e no Afeganistão, a última coisa desejada pelos Estados Unidos era presenciar a instabilidade no Estreito de Taiwan. Bush reduziu drasticamente as relações com o presidente taiwanês, algo que implicou inclusive a diminuição da venda de armas para a ilha. Essa postura de Washington agradou Pequim, que aproveitou a oportunidade para estender o arco de alianças contra Chen Shui-bian, incorporando boa parte da classe capitalista taiwanesa numa frente única contra o presidente. Isso levou a que em 2008 o DPP perdesse fragorosamente as eleições para Ma Ying-jeou, do Kuomintang, mesmo ano do triunfo eleitoral de Barack Obama nos Estados Unidos.

A administração Obama celebrou o triunfo de Ma como uma forma de desacerbar as tensões, enquanto buscava diminuir sua presença militar no Oriente Médio depois dos fracassos militares do Pentágono, e incrementá-la na região da Ásia-Pacífico. A China também aprovou entusiasticamente a vitória de Ma Ying-jeou, enquanto não perdia tempo em acelerar o fortalecimento de sua presença militar no Mar do Sul da China, mirando Taiwan. O relaxamento das tensões levou ao estabelecimento, em 2010, de um acordo de livre comércio (Acordo de Cooperação Econômica) entre China e Taiwan, um instrumento utilizado inteligentemente por Pequim para exacerbar a dependência dos capitalistas taiwaneses frente aos mercados chineses, não apenas para escoamento da produção, mas para exploração da força de trabalho camponesa da China, algo com que o Partido Comunista se habituou a compactuar. Essa aproximação econômica com Pequim não agradou a nova geração de

jovens, que se sentia ameaçada pela crescente influência do Partido Comunista na ilha. Em 2014, o estouro do Movimento dos Girassóis – uma rebelião dos jovens taiwaneses contra os acordos com a China, que levou à ocupação do parlamento por meses – preparou a dura derrota do Kuomintang de Ma Ying-jeou em 2016, entronizando novamente o DPP, agora com Tsai Ing-wen, na presidência, o que restituiu todas as tensões prévias desaparecidas com a derrota de Chen Shui-bian.

A variação nos tempos explica a variação da conduta de Xi Jinping sobre Taiwan a partir de 2013. Nos encontros que teve com Jimmy Carter, entre dezembro de 2007 e janeiro de 2009, Xi orientava seu discurso pela política de Hu Jintao sobre Taiwan, expressando o interesse da China em colaborar com os Estados Unidos em evitar a independência da ilha. Tal atividade comum serviria não apenas ao interesse mútuo dos países, mas também asseguraria o caráter pacífico do desenvolvimento regional. Esse discurso passa a ser cada vez mais irreconhecível quanto mais próximo Xi vai chegando ao topo da cadeia de poder no Partido Comunista, em cujos postos de secretário partidário provincial em Fujian, Zhejiang e Xangai tornou-se um experimentado funcionário nos contatos com Taipei. Em junho de 2013, ao encontrar-se com Wu Po-hsiung, presidente honorário do Kuomintang, Xi estabelecia quatro princípios políticos para a relação China-Taiwan. O governo de Taipei deveria levar em consideração os interesses globais da nação chinesa; reconhecer as tendências de desenvolvimento histórico nas relações no Estreito de Taiwan, antes mesmo de 1949; promover o desenvolvimento pacífico das relações China-Taiwan; favorecer interações de mútua confiança (HUANG, 2017). Xi não deixava de lembrar que, embora Taiwan não estivesse ainda reunificada à China, pertencia a uma China unificada, sendo uma parte inseparável do país e da integridade territorial de uma China única ("Um país, dois sistemas"). A preocupação do governo chinês era enfatizar a necessidade de nutrir relações positivas e de mútua confiança entre a ilha e a China, uma política orientada a conquistar uma opinião pública favorável dos taiwaneses ao regime da burocracia do PCCh, algo fundamental para diminuir os atritos de uma eventual reunificação. Mas era possível sentir, nas entrelinhas, certas tonalidades de ameaça na postura de Xi, para quem não se poderia continuar passando o problema da reunificação "de geração a geração".

A posição de Xi Jinping sobre as relações entre China e Taiwan foram mais diretas e assertivas entre 2014 e 2015. Em fevereiro de 2014, ao encontrar uma delegação taiwanesa chefiada por um dos líderes mais eminentes do Kuomintang, Xi definiu que a reunificação era um aspecto essencial do "Sonho Chinês", um desejo dos verdadeiros patriotas de ambos os lados do Estreito (HUANG, 2017). Era a resposta da burocracia de Pequim ao chamado

Movimento dos Girassóis que explodiu em Taipei. Em setembro de 2014, Xi foi mais agressivo com uma nova visita de delegados governamentais do Kuomintang, exibindo sua crença de que a única diretriz para a solução da questão taiwanesa era a reunificação pacífica sob os termos da noção "um país, dois sistemas", e que nenhum movimento secessionista seria tolerado. A retórica das interações mútuas de confiança seguia a mesma toada da política de Hu Jintao, a fim de granjear melhores termos com a opinião pública interna de Taiwan; mas já se anunciava na política de Xi um afastamento das perspectivas pacíficas de solução do dilema territorial. Em 2016, o triunfo de Tsai Ing-wen e seu Partido Democrático Popular azedou peremptoriamente a disposição de Xi Jinping. Reeleita em 2020, Tsai Ing-wen converteu em um símbolo de sua política uma retórica agressiva contra as ameaças chinesas.

As ameaças foram se exacerbando *in crescendo*. Em 2017, Xi deu uma visão detalhada sobre a relação de Taiwan com o "Sonho Chinês". Afirmou que resolver a questão de Taiwan, para realizar a completa reunificação da China, "é a aspiração compartilhada por todo o povo chinês, e está no interesse fundamental da nação chinesa". Sobre a soberania nacional, Xi asseverou que o governo central permanecia firme na salvaguarda da soberania e da integridade territorial, evitando a repetição das trágicas divisões do século das humilhações. Advertiu os movimentos separatistas taiwaneses que "encontrariam oposição resoluta do povo chinês", e que o governo confiava na "derrota de todo e qualquer movimento separatista que deseje a independência de Taiwan"[211]. Segundo o presidente da Comissão Militar Central, a China faria os esforços necessários para uma reunificação pacífica, mas que não se renunciaria ao uso da força, num momento em que submetia Hong Kong à tutela de Pequim[212]. Reservar-se o direito de utilizar todas as opções foi um elemento político que se repetiu em todos os últimos anos nas declarações de Xi[213], de modo que a proposta da reunificação pacífica vinha com o dedo no gatilho.

A ameaça de Xi Jinping ao governo do Partido Democrático Popular, a partir de 2017, é indissociável da dinâmica crescente das tensões com os Estados Unidos agravados com

211 "Why there's talk about China starting a war with Taiwan", Vox, 05/05/2021. Disponível em: https://www.vox.com/22405553/taiwan-china-war-joe-biden-strategic-ambiguity (Acessado em: 07/06/2021).

212 O salto das ameaças a Taiwan ocorreu meio aos protestos em Hong Kong contra a Lei de Extradição proposta por Pequim, através de sua governante títere Carrie Lam, para que os manifestantes presos pudessem ser extraditados e julgados segundo o código penal chinês – medida que, embora tenha sido derrotada nos protestos, em junho de 2020 se converteu na imposição policial da Lei de Segurança Nacional sobre Hong Kong.

213 Em 2019 Xi Jinping assegurou os antagonistas chineses em Taiwan que "a vasta maioria dos compatriotas taiwaneses, a despeito do partido político, classe social ou religião a que pertença, seja soldado ou civil, deve ser consciente de que a independência levaria Taiwan a um grande desastre". "Xi Jinping says Taiwan and China 'will be unified'", Financial Times, 02/01/2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9iBJK-doMM4 (Acessado em: 10/06/2021).

Trump e Biden. Mas a batalha política por Taiwan engloba um objetivo mais amplo. Pequim busca gerar as condições materiais e políticas necessárias para afastar os Estados Unidos da Ásia-Pacífico em geral, e separar Washington de Taipei em particular. Em suma, a China trabalha a todo vapor para criar as condições que impeçam que os Estados Unidos intervenha em favor de Taiwan num eventual conflito de reunificação. A importância de conquistar essa capacidade de dissuasão, para a China, não pode ser menosprezada: é a chave para sua hegemonia na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos. Isso torna Taiwan o ponto focal mais crítico da disputa geopolítica entre Estados Unidos e China.

A administração Biden se apresentou de forma muito mais assertiva na defesa de Taiwan contra qualquer medida anexionista da China. Antony Blinken, secretário de estado do governo Biden, em variadas oportunidades advogou a garantia das condições de defesa de Taiwan contra a tentativa de Xi Jinping de alterar o *status quo* das relações no Estreito. Essa postura do imperialismo estadunidense, interessado na manutenção de sua hegemonia na Ásia, tem como primeiro objetivo impedir a absorção de Taiwan pela burocracia do Partido Comunista Chinês, algo que alavancaria as capacidades tecnológico-militares da China, além de permitir a Xi o controle inconteste do sudeste asiático, fundamental para quebrantar a hegemonia dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico, em vigor desde 1945. Pelo que transparece da política de Washington, tanto através do Partido Republicano quanto do Partido Democrata, os EUA orienta sua política imperialista na Ásia em base ao fortalecimento de seu sistema de alianças (com Japão, Austrália, Índia, Filipinas, Malásia, Vietnã, dentre outros países da Associação das Nações do Sudeste Asiático) para sustentar a política de contenção da China, o que envolve a prontidão no rechaço à política de reunificação de Xi. Se o Comunicado de Xangai, assinado por Mao e Nixon em 1972, mostrava os Estados Unidos dispostos a não negar a crença de que os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan fazem parte de uma só nação, a situação mundial pós-crise de 2008, em especial depois da administração Trump e a largada da disputa geopolítica com a China, revela um país crescentemente inclinado a usar todos os meios necessários para evitar a reunião, pacífica ou forçada, dos dois territórios.

Assim, não mais parece ser suficiente a política da ambiguidade subscrita na Lei de Relações com Taiwan, de 1979[214]. A política estadunidense, simbolizada pelo governo Biden, é evitar a qualquer custo a reunificação, apesar de não adotar a defesa de uma política separatista clara, o que geraria atritos perigosos no Mar do Sul da China. Não tendo nunca

214 Segundo a Taiwan Relations Act, de 1979, qualquer esforço em determinar o futuro de Taiwan por outros meios que não os pacíficos causaria grave preocupação nos Estados Unidos, e a ambiguidade da reação norte-americana ficava como fator dissuasivo para uma China militarmente mais fraca.

estipulado que viria em auxílio de Taiwan em caso de conflito militar ou invasão chinesa, em nome das relações com Pequim, a lógica da situação compele os Estados Unidos a deixar mais clara a conduta retaliatória que esse imperialismo tomaria. Glosando a questão geopolítica em termos poéticos, a dissuasão que os Estados Unidos busca aplicar é travar os braços do gigante Efialte, que na Titanomaquia desafiara Júpiter no Olimpo. Cantado por Dante na *Divina Comédia*, o mote para nós poderia ser interpretado, à luz da disputa sino-estadunidense, em que Washington quer uma Ásia ainda só sua, punindo o atrevimento alheio, dando ao gigante chinês o destino experimentado pelo gigante grego, impedido de usar seus braços para reverter a relação de forças: *Provar quis ele com soberba imensa,/ a sua potência contra o sumo Jove",/ disse o Mestre, "e aqui tem sua recompensa./ Efialte é ele, que mais não promove/ reptos que os deuses tornem a temer:/ os braços que agitou já mais não move"* (ALIGHIERI, 2004, p. 208).

A disputa geopolítica com os Estados Unidos é, portanto, uma das razões principais da nova postura da China frente a Taiwan. Assim, Pequim condiciona a atitude de Washington, assim como a conduta de Washington sugere os contornos da política de Pequim. As novas condições tornam recíprocos os efeitos da política de cada parte da disputa.

Além disso, a China tem um problema não resolvido em termos de sua unificação nacional. Para seguir agitando seus braços de gigante e chacoalhar o *status quo* regional, a China precisar estar unificada. Parte do território chinês durante os últimos anos da dinastia Qing, após a derrota imperial na guerra sino-japonesa de 1894 a ilha de Taiwan passou a possessão de Tóquio. Posteriormente, com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial e o abandono dos territórios ocupados pelo Mikado, Taiwan retornou brevemente ao território chinês, antes de afastar-se novamente ao tornar-se refúgio do Kuomintang de Chiang Kai-shek, derrotado na guerra civil em 1949. Taiwan, que era reconhecida na Organização das Nações Unidas como sede do governo legítimo da China, era parte fundamental da reconstrução da integridade nacional aos olhos de Mao e do Partido Comunista. A ofensiva militar do Exército de Libertação Popular para a reintegração da soberania chinesa sobre Taiwan só foi freada pelo início da Guerra da Coreia, em 1950. Fruto das necessidades do imperialismo estadunidense de enfraquecer a burocracia soviética no marco da Guerra Fria, os atritos entre Pequim e Moscou foram utilizados por Washington em nome da reaproximação dos Estados Unidos com a China, a fim de isolar a União Soviética. Isso fez com que Taiwan perdesse o reconhecimento da ONU, e a República Popular da China fosse reconhecida como governo legítimo, em 1979. Essa modificação no *status* da legitimidade governamental não foi suficiente, entretanto, para avançar a resolução do problema nacional da China. Taiwan,

apesar de não ser reconhecida pela comunidade internacional como nação independente, não foi reintegrada ao território chinês. Mais ainda, a já mencionada Lei de Relações com Taiwan, de 1979, rezava que os Estados Unidos disponibilizaria todo o equipamento de defesa necessário para que Taipei mantivesse capacidade de autodefesa. Os Estados Unidos se tornara protetor *de facto* da soberania taiwanesa, ou seja, obstáculo ativo no caminho da reintegração territorial e unificação nacional da China.

As décadas de separação trouxeram consequências amargas para Pequim. Em 1992, os representantes oficiais da República Popular da China e de Taiwan se encontraram pela primeira vez desde 1949 – gerando o "Consenso de 1992", e o acordo mútuo com a política de Uma Só China. Nesse momento, 25% dos taiwaneses se reconheciam como exclusivamente "chineses", e 17.6% como exclusivamente "taiwaneses". Em 2014, apenas 3% dos habitantes da ilha se consideravam "chineses", e mais de 60% se consideravam exclusivamente taiwaneses[215]. A política de conquistar a opinião pública taiwanesa, levada adiante por Hu Jintao e por Xi Jinping, fracassou. Trata-se de uma preocupação política concreta para Pequim, porque essa maneira de autoidentificação dos habitantes de Taiwan levou Tsai Ing-wen ao poder em 2016, desconhecendo a política de Uma-Só-China, e levando adiante uma política de reaproximação com os Estados Unidos. Apesar disso, a agressividade com que o governo de Xi Jinping submeteu a cidade de Hong Kong, lançando a Lei de Segurança Nacional em 2020 como retaliação às manifestações da juventude, é um sinal da sua intenção de avançar no problema não resolvido da unidade nacional. Mais ainda, a implacável repressão do governo Xi à comunidade muçulmana na região Xinjiang, no noroeste da China, encarcerando milhares de pessoas em campos de concentração contra ativistas independentistas, revela uma decisão inflexível de colocar fim ao que a burocracia do PCCh considera como fragmentação político-territorial.

Militarmente, a livre utilização de Taiwan como base das forças do ELP permitiria que a China ultrapasse a barreira da primeira cadeia de ilhas, antes do Oceano Pacífico, que se estende desde a península de Kamchatka, ao norte, até a península da Malásia, ao sul, englobando as Ilhas Curilas, o arquipélago japonês, as ilhas Ryukyu, Taiwan, o norte das Filipinas e Bornéu. Tendo Taiwan como centro de organização, o Exército de Libertação

215 Segundo dados de 2021, entre os mais jovens, com menos de 29 anos e que nasceram depois do fim da lei marcial em 1987, quase 80% se reconhece exclusivamente como taiwanês (essa proporção chega a 70% entre os menores de 40 anos). Entre os menores de 40 anos, o apoio à independência alcança 84%, e 43% sustenta a separação autônoma da ilha mesmo que isso signifique uma guerra com a China. Os dados podem ser conhecidos na pesquisa publicada pelo periódico estadunidense *The Washington Post*, por,Fang-Yu Chen, Wei-ting Yen, Austin Horng-en Wang e Brian Hioe, no artigo "*The Taiwanese see themselves as Taiwanese, not as Chinese*", disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/01/02/yes-taiwan-wants-one-china-but-which-china-does-it-want/ (Acessado em: 03/06/2021).

Popular teria finalmente acesso desimpedido às águas profundas do Oceano Pacífico, essenciais para o exercício militar com submarinos e porta-aviões, já que as águas rasas do Mar do Sul da China reservam limitações para a atividade dos submarinos chineses. Ademais, dariam à China controle sobre a entrada marítima na região da Ásia Pacífico, na direção dos Estados Unidos.

A terceira razão, de importância estratégica, é econômico-tecnológica. Com aproximadamente 25 milhões de habitantes, Taiwan é um dínamo da produção industrial de alta tecnologia invejado. Tendo antecedido a China na explosão de industrialização orientada à exportação durante a década de 1970, Taiwan incrementou suas capacidades produtivas e enriqueceu em base ao autoritarismo capitalista em suas fábricas nativas e naquelas que comandava em território da República Popular. Os capitalistas chineses exilados em Taiwan puderam colher vultosas taxas de lucro, a partir do período de reforma e abertura de Deng Xiaoping, ao ter autorização para explorar a inesgotável força de trabalho chinesa, e utilizar as Zonas Econômicas Especiais para a exportação de seus produtos. Junto aos demais Tigres Asiáticos (Cingapura, Coreia do Sul e Hong Kong), a partir da década de 1980 passou a acumular ativos suficientes para participar da inovação das fronteiras tecnológicas com o Ocidente, mesmo que de maneira subordinada. No século XXI, Taiwan se posicionou no estado da arte da industrialização moderna. É uma fonte produtiva de primeira ordem em termos de sensores de última geração, dispositivos de segurança e controladores inteligentes – importantes nos modernos processos produtivos. Empresas taiwanesas como Asustek, Techman Robot, TSMC estão entre as mais valiosas no mundo. Desesperada por saltos tecnológicos que a emparentem com as potências ocidentais, a China deseja absorver a infraestrutura de alta tecnologia alojada nesse pequeno recanto insular de 36 mil km².

Em particular, Taiwan é a casa da maior empresa de semicondutores de última geração em todo o mundo, a tecnologia de que mais necessita a burocracia do PCCh. Trata-se da *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (TSMC), de que tratamos acima. Fundada em 1987, passou décadas sem maior lustre na produção de modestos microprocessadores, até assumir em 2012 a responsabilidade máxima no fornecimento de semicondutores e sistemas de circuitos integrados para abastecer os celulares da empresa Apple, e se tornar a maior empresa do ramo. Superou a gigante estadunidense Intel, e também a sul-coreana Samsung. Segundo a revista The Economist, em 2021 a TSMC controlava 84% da produção de semicondutores com nódulos de última geração, os de 5 nanômetros (quanto menor o tamanho dos discos de silício no semicondutor, menor o consumo de energia e mais avançado é o processo integrado) e 39% do mercado global, com capacidade única de melhorar o poder

de processamento em ciclos de dois anos. A TSMC se encontra, portanto, no coração dessa indústria estratégica[216].

A concentração da produção estratégica de semicondutores avançados nas mãos de uma empresa como a TSMC representa um tal risco de segurança nacional que a administração Biden lançou diretrizes para a abertura de empresas de semicondutores, financiados pelo governo dos Estados Unidos. A China tem outros planos. A reunificação, pacífica ou armada, com Taiwan colocaria nas mãos de Xi Jinping a jóia da coroa da indústria de semicondutores, permitindo a aceleração da aquisição de capacidades similares em outras empresas nativas (como a *Semiconductor Manufacturing International Company*, SMIC) pelo controle da técnica acumulada na multinacional taiwanesa. Seria uma espécie curiosa de inversão de riscos. Com as medidas proibitivas da administração Trump, os Estados Unidos haviam vetado que empresas internacionais utilizassem componentes estadunidenses para a manufatura de microchips comercializados com a China. Biden manteve de pé essa legislação. Com isso, iniciativas estratégicas da China, como o desenvolvimento da tecnologia de comunicação 5G pela Huawei, dependente dos semicondutores da TSMC, ficavam em risco, e no mínimo tiveram de ser desaceleradas.

Xi Jinping anseia colocar fim a essa vulnerabilidade humilhante[217]. Em suas próprias palavras, a ciência e a tecnologia se transformaram no principal campo de batalha entre as nações[218]. O novo Plano Quinquenal aprovado em março de 2021 estabelece a prioridade máxima para o incremento de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de semicondutores, inteligência artificial, robótica, computação quântica, e biotecnologia, com o objetivo da autossuficiência. Dentro disso, a posse da TSMC, e demais empresas de circuitos integrados de Taiwan, é uma meta demasiado atraente para ser marginalizada. Necessitando desesperadamente dessa pérola da industrialização inteligente do século XXI, a um só tempo colocaria os Estados Unidos, a Alemanha, a França e outras potências numa corrida inusitada pela equiparação tecnológica. Mudaria o panorama tecnológico mundial. Mais do que a empresa em si, a reunificação com Taiwan ampliaria exponencialmente a capacidade de

---

216 "*How TSMC has mastered the geopolitics of chipmaking*", The Economist, 01/05/2021. Disponível em: https://www.economist.com/business/2021/04/29/how-tsmc-has-mastered-the-geopolitics-of-chipmaking (Acessado em: 10/06/2021).

217 Todo o desenvolvimento da Indústria 4.0, das pesquisas em inteligência artificial e da Internet das Coisas, a descoberta da tecnologia 6G, depende do acesso desimpedido aos semicondutores. Para um presidente tão ligado à corrida tecnológica com os Estados Unidos, nada mais humilhante que ver manobras comerciais deterem os ritmos da busca pela preeminência tecnológica global.

218 "Chinese President Xi Jinping seeks to rally country's scientists for 'unprecedented' contest", South China Morning Post, 29/05/2021. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3135328/chinese-president-xi-jinping-seeks-rally-countrys-scientists (Acessado em 13/08/2021).

produção tecnológica da China em inúmeros ramos industriais, com impacto direto no complexo industrial de defesa e sua produção de armamentos, impensáveis sem o estado da arte dos semicondutores.

A esses três fatores objetivos poder-se-ia acrescentar um quarto, de índole subjetiva. Xi Jinping deseja que a reintegração territorial de Taiwan seja parte de seu legado político. Colocar fim à desunião nacional alavancada pela guerra civil, após a Segunda Guerra Mundial, elevaria Xi Jinping no panteão do bonapartismo chinês. Por razões etárias, Xi dificilmente poderá alcançar o centenário da Revolução Chinesa como imperador vitalício do PCCh. Busca uma marca indelével que seja compreendida como um divisor de águas para o objetivo do rejuvenescimento nacional. A reunificação com Taiwan concederia essa credencial histórica desejada àquele que se postula como o maior líder chinês desde Mao e Deng.

Por todas estas razões, cumpre concluir que a eventual reunificação com Taiwan é um processo extraordinariamente mais complexo que a subordinação policial de Hong Kong à constituição chinesa. O desafio é ingente, e qualquer movimento real para a reabsorção de Taiwan encontraria imediata retaliação internacional, em primeiro lugar dos Estados Unidos. Biden e todo o *establishment* político estadunidense sabem que Taiwan não é Hong Kong. O capital financeiro, que fez vistas grossas à subordinação de Hong Kong a Pequim, não adotaria a mesma postura diante de uma ameaça a Taipei. O diferencial é a postura da China, que já sente menos amarras políticas e militares que a impeçam de agir. As injunções históricas promovidas pela crise econômica mundial, a aceleração da rivalidade estratégica com os Estados Unidos e a busca pela preeminência econômico-tecnológico-industrial mobilizam os cálculos mais assertivos de Pequim. Mas nada disso seria possível sem um substrato material que permitisse aventar o desafio, e absorver seus riscos inerentes. Como dissemos, a modernização militar chinesa foi pensada para esse grande teste. Nada assegura, entretanto, que tudo ocorrerá de acordo com os planos. Quais cenários poderiam acelerar a ousadia chinesa?

Alex Ward (2021) estabelece três cenários que precipitariam a agressão chinesa. O primeiro seria se Taiwan decidisse proclamar-se como nação independente da China e se tornasse um Estado soberano. O segundo cenário ocorreria caso Taiwan decidisse adquirir meios materiais com capacidade para impedir que a China operasse uma invasão, como a aquisição de armamento nuclear. O terceiro cenário se daria caso Taiwan tomasse passos

decididos para ligar-se aos Estados Unidos[219]. Qualquer um desses três cenários encurralariam Xi Jinping a agir com contundência sob pena de desprestigiar-se decisivamente diante do Partido Comunista e da população chinesa açulada pelas chamas da propaganda nacionalista governamental. Há riscos imediatos em todos os cenários que envolvem a tentativa de recapturar Taiwan. Um provável conflito com os Estados Unidos por Taiwan poderia redundar em um descarrilhamento dos planos estratégicos de Xi. Um desastre militar ficaria marcado como um fracasso para seu legado, e deixaria marcas indeléveis no ritmo da evolução econômica da China. A perseguição do "Sonho Chinês" e do rejuvenescimento nacional depende da manutenção do crescimento econômico e do avanço da posição internacional da China. O isolamento internacional afetaria as ambições hegemônicas chinesas, especialmente com seus vizinhos asiáticos. Mais importante, uma guerra no sudeste asiático tenderia a colocar em ação a classe trabalhadora mais concentrada do mundo. O componente da luta de classes, que poderia adquirir contornos descontrolados sob os golpes de uma conflagração militar, indubitavelmente são os mais terríveis para a burocracia capitalista chinesa e para o imperialismo internacional.

Esses riscos, entretanto, não parecem ter o mesmo efeito sobre os cálculos de Pequim. O interesse da China por reunificar-se com Taiwan é maior que o interesse dos Estados Unidos em defendê-la a qualquer custo. Se tomamos a útil observação teórica de Clausewitz, a China pareceria deter a vantagem das forças morais, que são maiores quanto mais poderosos forem os objetivos políticos que movem as forças. Um conflito militar teria desvantagens importantes para a China, mas teriam custos altos também para os Estados Unidos, que não desejam repetir outro fiasco como as guerras no Iraque e no Afeganistão. Diante dos fracassos no Oriente Médio, que precipitaram a aceleração da decadência hegemônica do imperialismo norte-americano, a perspectiva de um conflito militar com a China, incomensuravelmente mais poderosa que seus adversários árabes, não traz bons agouros. A proximidade de Taiwan, de que goza a China, exigiria uma rápida reação preventiva dos Estados Unidos. A disposição da população estadunidense em sustentar um conflito armado na Ásia é menor que a da população chinesa, que enxerga a reintegração de Taiwan como uma necessidade premente. Ademais, as capacidades militares da China estão totalmente concentradas no Estreito de Taiwan, o que torna insuficiente uma resposta de Washington baseada apenas em suas bases militares em Guam, no Japão e nas Filipinas. Diante disso, a questão das potências regionais se torna chave, e não é certo que os aliados estadunidenses na Ásia estejam dispostos a

219 "Why there's talk about China starting a war with Taiwan", Vox, 05/05/2021. Disponível em: https://www.vox.com/22405553/taiwan-china-war-joe-biden-strategic-ambiguity (Acessado em: 07/06/2021).

aventurar-se numa conflagração bélica com a China para salvar Taiwan das mandíbulas de Pequim. Segundo Saunders e Bowie (2018):

> O investimento chinês num grande leque de sistemas militares convencionais está desafiando a dominação militar estadunidense no Indo-Pacífico. Os investimentos chineses em submarinos convencionais russos e domésticos, navios de guerra equipados com mísseis de cruzeiro anti-navios, aeronaves de combate melhoradas, e uma variedade de mísseis balísticos extraordinariamente precisos tornará mais difícil e mais custoso para as Forças Armadas dos Estados Unidos projetar poder na região próxima do território chinês (SAUNDERS; BOWIE, 2018, p. 102).

Não há dúvida que esse panorama de forças se faz sentir especialmente na questão taiwanesa. As possibilidades estão abertas, e as incógnitas persistem[220]. Qualquer cenário de reincorporação de Taiwan levaria as contradições mundiais a novos picos, e alteraria o panorama na Ásia-Pacífico. A novidade é que, como sintetizamos, Xi e seus generais próximos consideram que seria possível tentar a reconquista de Taiwan sem colocar em risco o "Sonho Chinês"; mais ainda, a reconquista de Taiwan seria parte integrante fundamental desse objetivo nacional. Como ficará destacado no próximo item, a voracidade da burocracia de Pequim em reivindicar posse de todo o universo marítimo ao redor do Mar do Sul da China, e do Mar da China Oriental, está a serviço de encurtar a brecha com Taiwan e conectar os territórios a ponto de não deixar linhas de intervenção aos Estados Unidos.

O que falta aos cálculos de governos e analistas é a luta de classes. É difícil supor que a classe trabalhadora taiwanesa queira substituir a escravização capitalista que sofre na ilha com uma das patronais mais selvagens do mundo, por uma ditadura autocrática comandada por Xi Jinping e o Partido Comunista Chinês. Quase metade da população de Taiwan pertence à classe trabalhadora, com 12 milhões de pessoas. O setor de serviços é pujante, em metrópoles como Taipei, Kaohsiung, Taichung, Tainan, Keelung. Xi Jinping, em qualquer cenário de ocupação ou intervenção militar, desencadearia forças insuspeitas, não apenas

220 Assim também, segundo Oriana Skylar Mastro, do *Foreign Affairs*: "Naquilo em que todos concordam é que a China deu passos significativos em sua habilidade para conduzir operações conjuntas nos últimos anos, e os Estados Unidos precisaria captar os sinais de advertência para compor uma defesa de sucesso. Enquanto a China vai afiando suas tecnologias de engano e interferência, poderia chegar a ser capaz de confundir os sistemas de alerta antecipados dos Estados Unidos, mergulhando-o na incerteza durante as primeiras horas de um ataque. As reformas militares de Xi melhoraram as habilidades da China em conduzir batalhas cibernéticas e eletrônicas, que poderiam ser utilizadas em alvos civis e militares. […] As armas ofensivas da China, incluindo os mísseis balísticos e de cruzeiro, poderiam destruir as bases estadunidenses no Pacífico em questão de dias. À luz dessas capacidades melhoradas, especialistas norte-americanos estão preocupados de que a China possa controlar Taiwan antes que os Estados Unidos sequer tenha chance de reagir. Simulações de guerra recentemente realizadas pela RAND Corporation, em aliança com o Pentágono, mostraram que, num conflito militar que opusesse a China aos EUA no tema de Taiwan resultaria provavelmente numa derrota estadunidense, com a China sendo capaz de completar uma invasão à ilha em dias ou poucas semanas […] Embora os estrategistas chineses reconheçam a superioridade militar dos EUA, muitos vieram a crer que, por estar mais próxima de Taiwan, e importar-se mais com o desenlace da questão, a balança se inclina em favor da China" (MASTRO, 2021, s/p).

contra Pequim, mas contra Taipei e em não menor medida contra os Estados Unidos. O poder de contágio de uma irrupção operária em Taiwan teria efeitos imediatos sobre os trabalhadores chineses, ainda que o sentimento nacionalista chinês tenha de entrar na balança e torne o desenlace imprevisível. Indubitavelmente, entretanto, um conflito militar dessa natureza traria rachaduras no tecido da classe operária em todo o sudeste asiático.

Como que assumindo para si o princípio de Maquiavel, Xi Jinping apercebe-se de que erra menos aquele que faz corresponder o seu modo de proceder com a variação dos tempos, e que, se não tivesse havido um Cipião em Roma, Fábio Máximo teria posto tudo a perder, sendo incapaz de variar suas ações de acordo com a variação dos tempos. Como definição, a agressividade chinesa sobre Taiwan – espelhada pela atividade de contenção do imperialismo norte-americano – é expressão do fortalecimento de seus traços imperialistas. É importante diferenciar entre o atual fortalecimento desses traços imperialistas e a constituição de uma hegemonia mundial alternativa pela China, o que implicaria um nível muito maior de confronto[221]. De todo modo, é a continuidade internacional da política restauracionista do PCCh, que sente a necessidade de projetar seu capitalismo para além de suas fronteiras, rompendo o cerco para amplificar esses traços imperialistas, traduzindo influência econômica em poder político-militar. Não haveria bandos progressistas em uma guerra reacionária entre Washington e Pequim por Taiwan, e o destino dos trabalhadores na Ásia e em todo mundo estaria ligado à derrota desses contendentes, uma perspectiva realista vislumbrando a possibilidade de intervenção da classe trabalhadora nos acontecimentos.

5.5 Mar do Sul da China: águas turbulentas na era Xi

Os mares e oceanos passaram a seduzir a alma da burocracia chinesa. Essa intoxicação marítima do Partido Comunista obedece a determinadas conclusões extraídas da história, e não versam apenas sobre as virtudes das rotas náuticas que enriqueceram economicamente o país. A unificação nacional chinesa se fará caminhando sobre as águas, ou não se fará.

O 18º Congresso do Partido Comunista Chinês adotou como resolução militar que a China deveria se tornar uma potência marítima. Desde então, os gastos de defesa dirigidos à obtenção de um inventário moderno para a Marinha do Exército de Libertação Popular (submarinos, fragatas, destróieres, aviões de combate da Marinha, mísseis balísticos e de cruzeiro, sonares, radares, torpedeiros) se incrementou exponencialmente. Terminava *de facto*

221 A possibilidade de qualquer tipo de "sucessão" à hegemonia dos EUA não será, em hipótese alguma, pacífica e evolutiva, ou seja, não acontecerá sem guerras em grande escala. Isso também envolve pensar sobre o lugar das grandes potências, como a Alemanha e o Japão, nessa disputa.

a herança da dinastia Ming em termos militares, óbice há séculos de uma orientação assertiva para a estratégia náutica chinesa: Xi encarnou o espírito do velho almirante Ming, Zheng He. O poder marítimo possibilitaria que a China detivesse a prerrogativa de responsabilizar-se pela segurança regional, tradicionalmente realizada pela Marinha dos Estados Unidos na Ásia. Examinando o quadro, pode-se sentir o aroma da reivindicação de todo o território marítimo constante no Mar do Sul da China como uma ponte aquática para Taiwan. Assim também, a reunificação com Taiwan permitiria à China uma situação substancialmente mais confortável para pleitear sua hegemonia sobre o Mar do Sul da China, que estaria enclausurado entre as muralhas de uma China unificada. Com efeito, a potência militar marítima é cobiçada pela China em termos do controle sobre essa estratégica região do Indo-Pacífico.

O Mar do Sul da China separa a massa continental do território chinês e a ilha de Taiwan. É um reduto marítimo cercado pela primeira cadeia de ilhas do Oceano Pacífico, cujos estados litorâneos abrangem China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Malásia, Indonésia, Cingapura e Brunei. Possui 3.5 milhões de km², quase duas vezes maior que o Mar Mediterrâneo. Está conectado ao Oceano Índico através do Estreito de Málaca, tendo entre si e o Pacífico as Filipinas, Taiwan e Bornéu. Existem dois arquipélagos centrais no Mar do Sul da China: as Ilhas Spratly, ao sul, e as Ilhas Paracel, ao noroeste. O Banco de areia de Scarborough, ao leste, próximo das Filipinas, é outro importante pedaço de terra emerso no Mar do Sul da China, além de porções submersas, como o Banco de Macclesfield. As estimativas do número total de porções emersas de terra no Mar do Sul da China variam grandemente segundo a fonte, e vão de 150 a 500 unidades (TURCSÁNYI, 2018; SHOFIELD, 2009). A soberania chinesa sobre o Banco de Macclesfield e sobre as Ilhas Pratas não é contestada. As Ilhas Spratly[222] e Paracel, de especial importância por seu tamanho e recursos naturais, estão no centro da disputa internacional nessas águas (PRADT, 2016).

Economicamente, o Mar do Sul da China é um centro estratégico de comunicação e transporte, através do qual bens são exportados do nordeste da Ásia, e importados por ela. Enquanto 90% do comércio global intercontinental é realizado por via marítima, 50% desses bens, em termos de tonelagem, e mais de 30% em termos de valor passam através do Mar do Sul da China (SHOFIELD, 2009). Isso o torna a rota de embarque mais congestionada do

222 As Ilhas Spratly, que estão centralmente localizadas no Mar do Sul da China, são a principal presa na disputa. Perfaz a maioria das porções de terra emersas nas águas da região, embora conte com apenas 48 das unidades habitáveis no Mar do Sul da China que permanecem constantemente acima da maré alta. A maior ilha no arquipélago Spratly é a Ilha Itu Aba, cobrindo aproximadamente 50 hectares e a mais de dois metros acima da maré; o Vietnã detém sua posse. A área total do arquipélago Spratly é de menos de 8 km², espalhados numa vasta área de 240.000 km² (SHOFIELD, 2009).

mundo; em particular, o traslado de recursos energéticos, oriundos do Golfo Pérsico e outras fontes, converte essa via marítima num artefato crucial para as economias asiáticas como um todo. De acordo com a Administração de Informação de Energia, nos Estados Unidos, em 2011 ao redor de 15 milhões de barris de petróleo por dia – ou 33% do tráfego petrolífero marítimo global – passaram pelo Estreito de Málaca, colocando-o em segundo lugar apenas atrás do Estreito de Ormuz (entre Omã e o Irã), e muito à frente do Canal de Suez, no Egito, que transporta por sua via três vezes menos petróleo (TURCSÁNYI, 2018). Similarmente, o Mar do Sul da China é uma rota importante de transporte de gás natural liquefeito, com ao redor de 6 trilhões de metros cúbicos de gás transportados por dia na região, em 2011 – mais da metade do comércio mundial de gás natural. Outras fontes indicam que quase 75% do comércio mundial de gás e petróleo atravessam o Mar do Sul da China, sendo o Estreito de Málaca responsável pela entrega de 80% do petróleo importado pela China, importações de petróleo que, embora configurem 10% da energia consumida pela China, são indispensáveis para a sobrevivência de ramos inteiros da produção (PRADT, 2016).

Dada a virtude comercial da China, e sua potência exportadora durante as últimas quatro décadas, não espanta a imensa importância que a região possui para seu projeto nacional. Retraçar as rotas do comércio internacional para fora do Mar do Sul da China seria extraordinariamente custoso, se não impossível. Mesmo as rotas que contornam o Estreito de Málaca, através dos estreitos de Lombok, Makassar e Sunda (na Indonésia), eventualmente são obrigadas a atravessar o Mar do Sul da China, próximas ao arquipélago Spratly. Todas as forças envolvidas na disputa (talvez com a exclusão de Taiwan, e da China que ocupa outro *status* econômico) constituem economias emergentes altamente dependentes de recursos energéticos e do comércio mundial, o que torna essas águas turbulentas ainda mais importantes com o passar do tempo.

O Mar do Sul da China não é um eixo do transporte comercial, tão somente. Acredita-se que suas águas abriguem reservas de petróleo e gás. Sem confirmação exata, permanece em aberto a quantificação do volume de recursos disponíveis em sua bacia, e quanto desse volume seria comercialmente explorável. Embora os números divulgados por Pequim sejam provavelmente exagerados, as projeções mais modestas atenderiam em boa medida as necessidades energéticas para a produção doméstica da China[223], e isso é suficiente para que a

223 Estimativas variam substancialmente; segundo fontes chinesas, as reservas montam entre 105 e 213 bilhões de barris de petróleo (o que tornaria a região um "segundo Golfo Pérsico"), dos quais até 21 bilhões de barris seriam recuperáveis, enquanto estudos de fontes norte-americanas projetam um volume menor, de reservas totais de 15.6 bilhões de barris, dos quais apenas 1.6 bilhão seriam resgatáveis – de acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos, até 21 bilhões de barris estariam disponíveis nas reservas do Mar do Sul da China (PRADT, 2016; TURCSÁNYI, 2018).

região seja sofregamente ambicionada pela burocracia do Partido Comunista. Outra matéria-prima oferecida em abundância pelo Mar do Sul da China é o estoque de peixes. Trata-se de uma das regiões mais ricas do mundo em vida marinha, representando entre 10-12% do que é pescado globalmente. Os Estados litorâneos dependem dos recursos marinhos em proporção maior do que em outros lugares do mundo.

A importância estratégica do Mar do Sul da China, por fim, vai além das rotas comerciais e dos recursos naturais que abriga. Militarmente, representa uma arena de controle chave do sudeste asiático, e representa uma barreira natural para os navios e embarcações oriundas de outras partes do mundo. Assim também, essa barreira natural é um obstáculo para o alcance das águas profundas do Oceano Pacífico, um problema cada vez maior para o governo central chinês.

Tais atributos compõem as razões centrais da disputa, e em primeiro lugar da cobiça de Xi Jinping pelo domínio dessas águas meridionais. A disputa pode ser dividida em dois termos combinados: quem possui o domínio das porções emersas de terra, e quem possui quais direitos em relação às águas circundantes. A jurisdição contemplada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ou CNUDM (UNCLOS, no acrônimo em inglês) afirma que as ilhas possuem os mesmos direitos internacionais que as faixas territoriais continentais, ou seja, geram a partir de seus limites 12 milhas náuticas de águas territoriais (de posse do detentor) e 200 milhas náuticas de Zona Econômica Exclusiva, dentro da qual toda riqueza economicamente explorável pertence ao detentor territorial[224]. Essas prerrogativas dos territórios insulares explicam o interesse da China em tomar posse dos arquipélagos Spratly e Paracel. Na eventualidade de serem consideradas ilhas, essas porções territoriais emersas gerariam as 200 milhas náuticas de Zona Econômica Exclusiva conferidas por direito ao detentor. Isso permitiria à China explorar unilateralmente suas reservas naturais, mas também controlar em boa medida o tráfego comercial pelo Mar do Sul da China, tornando países como Japão, Coreia do Sul, Austrália – aliados dos Estados Unidos – dependentes de suas diretrizes.

Nessa arena, as Ilhas Spratly são disputadas pela China, Vietnã, Taiwan, Filipinas, Malásia e Brunei. As Ilhas Paracel são disputadas essencialmente, por sua proximidade geográfica, por China, Taiwan e Vietnã. O Banco de areia de Scarborough é disputado pela China, Taiwan e Filipinas. As Ilhas Pratas não são parte da disputa do Mar do Sul da China, já que se referem à questão nacional que embrulha China e Taiwan. Cada país tem suas razões, históricas e políticas, para reivindicar cada pedaço dessas águas. Pequim reivindica 90% de

224 Segundo as diretrizes da mesma CNUDM, rochas, arrecifes, bancos de areia submersos e outros tipos de porções territoriais, incapazes de sustentar vida humana ou atividade econômica, não geram Zonas Econômicas Exclusivas.

todo o Mar do Sul da China, contemplado na chamada "linha de nove traços", uma marcação ambígua que constituía parte dos mapas da China na década de 1930, ratificado após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Foi confirmada pelo Partido Comunista em 1951, em meio à Guerra da Coreia. De acordo com Tilman Pradt (2016), a China reivindica conhecer essas porções territoriais emersas desde o século II antes da nossa era, e ter mantido jurisdição sobre ela por mais de 1000 anos, sendo os arquipélagos Spratly e Paracel uma zona de explorações marítimas da dinastia Ming com o almirante Zheng He, no século XV (PRADT, 2016). Devido à fragilidade da Marinha chinesa na segunda metade do século XX, e as tempestades políticas internas que fraturaram as classes sociais e as distintas alas no interior do PCCh, os arquipélagos foram deixados de lado até a década de 1990, quando a ascensão comercial exportadora da China a obrigou a reafirmar o exercício da soberania sobre elas. Isso fez com a que a China chegasse atrasada na reivindicação territorial das águas meridionais. O Vietnã havia já tomado posse do maior atol do arquipélago Spratly em 1956 (TURCSÁNYI, 2018). Vinte anos depois, Hanoi passou a reivindicar a posse de todo o domínio territorial do Mar do Sul da China[225]. Já a reivindicação das Filipinas, que engloba ilhas, bancos de areia e arrecifes, baseia-se na proximidade territorial dessas porções emersas com seu próprio Estado insular. A Malásia entrou na disputa em 1978, baseando sua reivindicação na proximidade geográfica: 12 ilhas e arrecifes do arquipélago Spratly pertencentes a sua plataforma continental (PRADT, 2016; TURCSÁNYI, 2018). No caso de Brunei, assim como o da Malásia, a reivindicação de tão somente um arrecife se dá em função do pertencimento a sua plataforma continental.

Quanto à China, que nos ocupa, conhecemos já as razões histórico-políticas do seu atraso na competição marítima. Tendo ocupado partes do arquipélago Paracel em 1955, muito próximos à província de Hainan (onde estão concentrados os artefatos nucleares do ELP), a China só alcançou o arquipélago Spratly em 1988. Naquele então, a região já se encontrava subdividida entre Vientã, Filipinas, Malásia e Brunei, e as estratégicas 48 porções emersas de terra no arquipélago Spratly, coração do Mar do Sul da China, estavam divididas desfavoravelmente para a República Popular (PRADT, 2016; TURCSÁNYI, 2018), concedendo a maior parte dela ao Vietnã e outras nações circundantes.

A chegada de Xi Jinping, em 2013, à cúpula do poder estatal transformou a postura da China, que passou da administração relativamente inercial das conquistas prévias a uma postura mais assertiva. O incidente no banco de areia de Scarborough, em 2012, em que a

225 Segundo essa versão, as ilhas Spratly teriam sido dominadas no século XV pelo rei vietnamita Than Tong; quanto às ilhas Paracel, haviam sido incorporadas no território do Vietnã em seu processo de unificação nacional de 1802 (TURCSÁNYI, 2018).

China aplicou sanções econômicas às Filipinas, foi uma antessala do que viria anos depois, a partir de 2014. Desde então, fez-se sentir a estreia do carimbo de Xi Jinping na política para o Mar do Sul da China.

A China passou a acirrar sua reivindicação da esmagadora maioria do território marinho meridional em disputa, em base à "linha dos nove traços", mas acrescentou o elemento militar a essas reivindicações, construindo ilhas artificiais a partir de bancos de areia e atóis em pelo menos sete localidades do arquipélago Spratly (recifes *Cuarteron*, *Fiery Cross*, *Hughes*, *Johnson South*, *Mischief* e *Subi*) e em pelo menos três localidades no arquipélago Paracel. Neste último, a Ilha *Woody* se tornou o quartel general do ELP, e no arquipélago Spratly, o recife *Fiery Cross* assumiu essa posição (PRADT, 2016). Em ambos os arquipélagos, Xi Jinping arquitetou a ampliação das áreas secas, em atóis e recifes, com obras de alargamento dos bancos de areia. Dezenas de plataformas marinhas de dragagem são postas a trabalhar em torno das ilhas, puxando para cima toneladas de areia do fundo do mar e despejando em cima dos recifes rochosos e de coral existentes. Sobre essas estruturas artificiais, a China edificou nos últimos anos pistas de pouso, prédios de múltiplos andares, portos e hangares, torres para radares, nichos para armas e heliportos (PRADT, 2016). Alguns desses recifes, tornados ilhas artificiais, converteram-se em bases capazes de abrigar os maiores navios e aeronaves de combate da China.

O recife de *Fiery Cross*, por exemplo, com sua base de pouso e porto, oferece melhor acesso às águas profundas do que a Ilha de Hainan, na China, facilitando exercícios com submarinos nucleares; estando no coração do arquipélago Spratly, equidistante entre a China e o Estreito de Málaca, é uma localização estratégica. Vários recifes são, de maneira semelhante, transformados em bases militares com instalações avançadas de comunicação, de produção e de circulação[226]. Segundo Tilman Pradt (2016):

> As recentes atividades de alargamento de ilhas artificiais pela China parecem estar guiadas por propósitos claros. Atualmente, a maioria das pequenas ilhas ocupadas são simplesmente alargadas e instalações de suprimento, erguidas. Mas os trabalhos realizados nos recifes *Subi*, *Mischief* e *Johnson South* indicam outra função. A China de Xi Jinping está implementando um plano para criar quartéis-generais para a Força Aérea e a Marinha do ELP, com ilhotas adicionais para suprimento, supervisão e vigilância (PRADT, 2016, p. 151).

226 O recife *Johnson South* é um dos mais militarizados, equipado com instalações de monitoramento por radar (como o recife *Hughes*), mecanismos de dessalinização, estação petrolífera, heliportos e portos. O recife *Mischief*, arrebatado às Filipinas, possui diversas instalações militares, fábricas de cimento, antenas de comunicação via satélite, além dos campos de pouso e portos, o que a torna candidata a ser uma base naval do ELP (TURCSÁNYI, 2018). Já o recife *Subi* é candidato a base aérea do ELP, com a construção finalizada de uma pista de pouso de 3 mil metros, instalações militares e fábricas.

Talvez ainda mais que isso, as ilhas artificiais edificadas pela China fazem as vezes de porta-aviões fixos, porque estendem a capacidade de projeção de força da China evitando que o ELP precise utilizar suas bases aéreas e navais continentais para intervir no Mar do Sul da China. Apesar de sésseis, essa espécie de porta-aviões insular incrementa a habilidade de interferência econômica e militar no Mar do Sul da China. Como não poderia deixar de ocorrer, aos movimentos agressivos da burocracia capitaneada por Xi, o imperialismo estadunidense exerceu pressão para que os trabalhos de dragagem terminassem, o que adveio temporariamente em 2018, no auge da crise pela disputa comercial com Trump. O Pentágono envia desde então frequentes "patrulhas para liberdade de navegação" às águas próximas das ilhas artificiais, buscando assegurar a continuidade de sua preeminência como guardião marítimo regional, sendo o Mar do Sul da China um corredor estratégico para os Estados Unidos, pois conecta o país ao Oceano Índico e ao Oriente Médio. Apesar da interrupção de novas obras, as cabeceiras de praia conquistadas por Xi continuam a ser utilizadas e incrementadas.

> No período de poucos anos, a China conseguiu melhorar sua posição no Mar do Sul da China, passando de ser um país geograficamente longínquo e em desvantagem relativa, sem postos permanentes diante de seus competidores, para se tornar o país com a infraestrutura mais avançada capaz de apoiar a projeção militar de suas forças bem no coração da região disputada, com vários postos permanentes significativamente fortalecidos. A rápida modificação geoestratégica, oriunda dos trabalhos de dragagem e da pressão política chinesa, dificilmente pode ser exagerada (TURCSÁNYI, 2018, p. 52).

As razões da política mais assertiva de Xi Jinping obedecem, também, às modificações no panorama mundial e nas relações entre as classes a partir da crise econômica de 2008 e seu impacto na China em 2013. Xi necessita, em primeiro lugar, da mesma assertividade relacionada a Taiwan para assegurar suas posições políticas no país, e especialmente no Exército de Libertação Popular. Nada mais adequado que o controle dos mares limítrofes para alargar a liberdade de manobras das Forças Armadas. Em segundo lugar, enaltecer os assim chamados direitos e interesses marítimos da China é fundamental para melhorar a posição do gigante asiático nas disputas territoriais que não dizem respeito, exatamente, ao Mar do Sul da China. Em terceiro lugar, e quiçá o principal, é que Xi Jinping deseja adentrar uma era em que a China dite as regras de conduta aos países da Ásia-Pacífico, em detrimento dos Estados Unidos. O controle do Mar do Sul da China é vital para isso.

Assim, junto com a reunificação com Taiwan, a conquista do Mar do Sul da China é peça nodal do projeto nacional de Xi Jinping. O aprimoramento dos meios materiais, econômicos e militares por parte da China é um fator crucial que explica a capacidade de Xi

de, ao contrário de seus predecessores, mover mais agressivamente a burocracia bonapartista do Partido Comunista Chinês em direção a esses objetivos de engolfamento da região da Ásia-Pacífico sob a tutela de Pequim. Com efeito, a conquista da Ásia pelos chineses é um ponto de apoio para a projeção de poder internacional da China, e restam poucas dúvidas que os desafios estadunidenses na Ásia-Pacífico superarão substancialmente as preocupações anteriores com o Oriente Médio.

Capítulo 6 – O tabuleiro geopolítico de Xi Jinping

Tanto no aspecto da produção de tecnologia avançada, quanto no terreno do complexo industrial de defesa, a China parte de um patamar inicial muito inferior ao das grandes potências. Isso a coloca numa posição de atraso relativo – mas com um ritmo de crescimento de características vertiginosas. Em ambos os domínios, não consegue alcançar a primazia diante dos Estados Unidos; a principal potência imperialista do mundo leva vantagem com seu acúmulo real de ativos tecnológicos e militares, o que ainda blinda sua preeminência a nível global. Por outro lado, a China conquistou, tanto no terreno tecnológico quanto no terreno militar, certo parâmetro de equivalência com muitas potências centrais. Mesmo o imperialismo japonês, que dentre os países asiáticos se encontra em maiores condições de colocar limites nas ambições chinesas por sua acumulação prévia, não pode vencer sozinho um enfrentamento militar direto com Pequim. A razão disso é que a China avança em disputar preponderância tecnológico-militar no âmbito dos países da região da Ásia-Pacífico.

Isso confere à China novas condições de atuação no sistema mundial de Estados, e abre as portas para uma projeção externa que de nenhuma maneira se afigurava nas décadas anteriores com as características que ora adquire. Dão conta dessas novas condições os traços imperialistas que vem adquirindo a base econômico-social particular da República Popular. Esses traços se podem ver nos acordos financeiros e comerciais realizados pela China em troca de acesso privilegiado à pilhagem de matérias-primas; nas exportações de capitais chineses para explorar força de trabalho estrangeira (e enviar sua própria classe trabalhadora a ser explorada no estrangeiro); nas trocas de créditos por direitos de exploração de recursos, por exemplo, na África e na América Latina; na sua incipiente iniciativa política de buscar ser um fator de decisão interna em alguns países da periferia capitalista; na própria Iniciativa do Cinturão e Rota da Seda, entre muitos outros aspectos. Esses traços imperialistas, como dissemos, se desenvolvem nas condições reais do esgotamento do ciclo neoliberal. Nenhuma transição dessas características que despontam para uma formação imperialista fundamentalmente nova se dará, entretanto, pacificamente. A constituição de uma alternativa hegemônica global à principal potência incumbente, em todo o século XX, se deu com turbulências e comoções de magnitude histórica, como as duas Guerras Mundiais. Um processo semelhante em relação à disputa da China com os Estados Unidos se daria com catástrofes, inclusive militares, em grande escala. No último capítulo voltaremos ao tema a partir da perspectiva de uma estratégia socialista que no século XXI impeça catástrofes dessa natureza.

Por ora, é importante notar que, mais do que nunca, o papel do Partido Comunista Chinês foi reforçado por Xi Jinping como norteador bonapartista da elaboração e decisão efetiva da política externa da República Popular da China, e sua ascensão gera crescentes tensões geopolíticas[227]. Tanto quanto no aspecto das Forças Armadas (cruciais para a projeção de poder internacional), o PCCh torna-se o próprio Estado. Do ponto de vista da posição privilegiada de Xi, Bates Gill (2022) afirma que:

> A trajetória futura do país não se desenrolará de forma previsível, e muitos desafios e incertezas aguardam a China e o mundo. Mas apesar desses riscos e incertezas – ou talvez por causa deles – Xi Jinping parece inclinado a buscar "uma diplomacia entre grandes potências com características chinesas", "lutando por conquistas", assumindo um maior papel de liderança nos assuntos mundiais, para "se aproximar do centro do palco mundial". Essas buscas visam alcançar o Sonho Chinês e o rejuvenescimento do país para se tornar um ator muito mais respeitado, poderoso e influente no palco mundial entre agora e meados do século. Mesmo que a China fique aquém desta ambição, os assuntos globais serão profundamente moldados por sua determinação para alcançá-la (GILL, 2022, p. 30).

Posteriormente à revolução de 1949, o século XX chinês, do ponto de vista de suas relações com o exterior, esteve baseado em servir-se da posição de líder dos países capitalistas atrasados para defender-se da ameaça imperialista. Era o início da prática política de tentativa de estabelecer relações com o chamado Sul Global, dentro da hierarquização das três zonas mundiais na ideologia maoísta. Entre 1946 e 1974, Mao Zedong desenvolveu sua visão de como a luta contra as potências imperialistas deveria se desdobrar, concentrando-se no Sul Global. Sua teoria dos "três mundos" estava baseada em uma sorte de esforço conjunto dos países atrasados contra a liderança ocidental norte-americana. Em sua imagem do "Terceiro Mundo", encapsulava múltiplos países com trajetórias políticas distintas, da África, da Ásia e da América Latina. O objetivo era enfrentar os desmandos dos Estados Unidos, de um lado, e da União Soviética, de outro. Enquanto isso, a China neutralizaria o Segundo Mundo, composto por potências médias como Japão, Canadá, Austrália, e os países da Europa Ocidental[228].

---

227 Xi Jinping coordena e preside pessoalmente uma série de organismos partidários (as Comissões Centrais, dedicadas, por exemplo, a assuntos financeiros e econômicos, ao aprofundamento das reformas, às relações exteriores, entre outros) a formular a política que será implementada pelos respectivos ministérios estatais, reduzidos a uma função executiva. "Uma vez instalado como líder supremo, Xi supervisionou uma série de importantes medidas conceituais, constitucionais e organizacionais para expandir o papel do partido nos assuntos estrangeiros da RPC, enquanto centralizava o controle sobre os procedimentos da política externa, consigo mesmo na posição de chefe do partido. Em comparação com todos os seus antecessores, de Mao Zedong a Hu Jintao, Xi deu à política externa uma prioridade muito maior, tendo dedicado mais de seu tempo e energia nas relações estrangeiras, viajando mais para o exterior, proferindo mais discursos importantes sobre problemas externos, e conduzindo mais 'diplomacia doméstica' (主场外交) ao sediar numerosos eventos internacionais de alto perfil na China" (GILL, 2022, p. 41).

228 Mao acreditava que uma frente única de países em desenvolvimento liderada pela China poderia cercar e isolar as potências hegemônicas, assim como o Partido Comunista Chinês havia cercado as cidades a partir

A própria turbulência interna da China e os limitados meios econômicos acabaram por incapacitar o Partido Comunista de consolidar uma coalizão anti-hegemônica eficaz. Deng Xiaoping, à ocasião da morte de Mao, alterou a configuração dos "três mundos". No contexto do restabelecimento das relações com os Estados Unidos e o amortecimento das tensões com a URSS, a República Popular passou a exibir uma nova postura, caracterizada pelo interesse em cooperar internacionalmente para melhor posicionar seu objetivo de enriquecimento nacional. A ausência de conflitos era fundamental para esse objetivo, assim como a promessa de que relações com a China trariam benefícios para os interessados. O pragmatismo substituiu a retórica belicista, e o pacifismo evolutivo da economia chinesa se converteu em pendor atrativo para os sócios internacionais. A abertura ao exterior deveria ter como objetivo melhorar a competitividade econômica da China e dar-lhe uma posição mais ativa no tabuleiro mundial. Jiang Zemin, após o 14º Congresso do PCCh em 1992, centrava a política externa chinesa dentro do paradigma do desenvolvimento através da colaboração pacífica: o desenvolvimento necessitava de paz, e a paz necessitava de desenvolvimento. Externamente, a República Popular condenava o hegemonismo e a política de força (DICK, 2006), bem como o monopólio dos assuntos internacionais por um pequeno número de potências imperialistas, e em primeiro lugar pelo vencedor da Guerra Fria, os Estados Unidos. Enquanto isso, a China se enriquecia mediante a exploração de seu próprio proletariado pelo capital estrangeiro, sem ainda ser capaz de projetar força e capital a nível internacional. A multipolaridade foi o *leitmotiv* de Jiang Zemin, e Hu Jintao permaneceu essencialmente dentro desses marcos.

A era Xi Jinping é marcada por um ponto de inflexão notável diante desse passado. O enriquecimento acelerado durante as últimas décadas deu à China determinadas alavancas capazes de encetar um exercício mais assertivo de projeção de forças e de capital no terreno internacional. A visão dos "três mundos", abandonada havia muito no seio da burocracia do PCCh, não foi restaurada; mas algo dela serviu à visão de Xi. O objetivo da China passava a ser a de manter relações de potência em ascensão com todos os países do globo, não apenas aqueles do Sul Global. A multipolaridade ganhou novos valores na álgebra estratégica da República Popular. Dentro da política de Jiang Zemin e Hu Jintao, tratava-se de uma multipolaridade baseada na convivência mutuamente benéfica com o *hegemon* imperialista incumbente, os Estados Unidos, saído da Guerra Fria como guardião dos assuntos capitalistas

---

do campo durante o período entre a invasão japonesa e o final da guerra civil. Para este fim, a partir de meados da década de 1950, Pequim forneceu assistência técnica e financeira aos movimentos revolucionários e anticoloniais de libertação nacional no Terceiro Mundo, ao passo que estimulava sua subordinação às suas respectivas burguesias nacionais.

no mundo, e colaborador de primeira ordem para a política restauracionista do PCCh. Agora, com Xi Jinping, o multilateralismo chinês não está fundado na busca por uma interação harmoniosa com Washington, nem por uma aquiescente submissão à ordem global estabelecida; e sim *pelo desafio, com tendências beligerantes e agressivas, à velha ordem unipolar em que o imperialismo dos Estados Unidos subordinava o capital chinês, que ajudou a criar e fortalecer*. É uma mudança seminal de conteúdo quanto ao tipo de multilateralismo, no marco do fortalecimento dos traços imperialistas da China, que exploraremos adiante.

Assim, a China não busca mais a mera defesa expectante diante das ameaças ocidentais. Passa a ter uma postura de assertividade, o que implica escolher a natureza da relação a perseguir com distintos parceiros em todas as regiões do mundo, a despeito da contrariedade dos rivais. Naturalmente, essa postura assertiva torna menos convincente a propaganda em nome do caráter pacífico da evolução internacional da China, embora não menos importante para a oficialidade em Pequim. Apesar dos riscos à imagem, o capitalismo *sui generis* da China já não pode simplesmente desenvolver-se dentro das paredes de suas fronteiras. Para assegurar a eficácia de sua expansão internacional, precisa encontrar uma forma – ainda que distinta da dos Estados Unidos – de interferir nos assuntos do mundo. Ora, as interferências no plano geopolítico, e na vida interna dos países, não se destacaram por qualquer reluzente pacifismo na época imperialista. Longe da ideologia que apresenta a China capitalista como uma potência mais benigna e não hegemônica, a atual disputa com as demais potências – cujas tendências belicistas possuem em Taiwan um ponto persuasivo – prevê uma emergência mais agressiva no século XXI.

Kishore Mahbubani (2020) ensaia sua espécie de contraponto à ideia de que a China seria uma potência expansionista – noção que associa à mera propaganda do imperialismo norte-americano – argumentando que tal visão não atenta às características históricas do gigante asiático. Segundo o autor, os chineses (referindo-se à etnia Han) nunca buscaram conquistar territórios, seja ultramar ou a distâncias maiores, devido a uma espécie de essência antimilitar, verificável nos últimos dois mil anos de história. A relação com os vizinhos se daria no sentido da consolidação dos termos políticos de convivência e não-agressão, para fins defensivos, o que para os chineses seria fundamental dado o histórico de invasões através dos territórios limítrofes. Ainda que se tornasse poderosa e que as forças materiais da China a impelissem a ser mais assertiva, a China se diferenciaria dos EUA ao não estipular a utilização da força militar como primeiro recurso (MAHBUBANI, 2020).

Mahbubani está correto em enunciar as políticas de provocação dos governos Republicanos e Democratas, e em especial com a administração Trump e Biden na questão de Taiwan. Assim também ao assinalar a diferença entre a conduta da China e a conduta da superpotência imperialista dos EUA, em base ao pressuposto que se verificou a partir da queda da URSS no papel dos EUA como polícia capitalista global, algo que a China, por ora, não poderia desempenhar. Entretanto, nada disso revoga a realidade da nova política expansionista chinesa. Não é necessário adotar a visão de Washington para entender que a República Popular na era Xi Jinping dista substancialmente das eras anteriores, escusado dizer que mais ainda da história milenar de suas dinastias. Os Estados Unidos levou muitas décadas desde sua fundação como Estado unificado até poder utilizar sua força militar como fator de pressão ou dissuasão em primeira instância, inclusive quando já havia se tornado a potência capitalista mais rica do mundo. Retrospectivamente, as potências ibéricas, a Holanda, a Inglaterra, também passaram por processos híbridos. A história, por sua vez, não passa em vão. Dificilmente seria possível sustentar credibilidade na associação simétrica de tempos sociais e econômicos tão distintos como os que separam o antigo sistema do despotismo asiático e sua evolução feudal – em que os imperadores chineses se contentavam em dominar o comércio regional e reinar através de tributos mais do que por invasões militares – e o atual sistema de Estados na época da decadência imperialista. Xi Jinping militariza ilhas artificiais no Mar do Sul da China, assedia Taiwan, constrói bases militares na África e realiza testes com mísseis hipersônicos sabendo não apenas edificar métodos dissuasivos contra a potência mais poderosa, mas também remodelar sua relação com nações mais frágeis. Dessa raiz se originam os traços imperialistas do gigante asiático, *estrategicamente expansionistas embora taticamente defensivos*, na nova morfologia da interação estatal chinesa com países da África, da Ásia e da América Latina. Nessa nova morfologia, que obedece a uma maior capacidade de opressão sobre países com menor poder econômico, a multilateralidade de Xi Jinping encontra seu outro fundamento: a submissão das nações mais pobres ao seu projeto.

Como discutido no capítulo anterior, Xi Jinping se encontra à testa de uma superpotência, uma China muito longe daquela época marcada pela enorme pobreza oriunda dos resultados das guerras mundiais e da opressão estrangeira, e pelo isolamento internacional. Não pode, portanto, manter-se nos restritos limites da estratégia de 24 caracteres de Deng Xiaoping. A prudência é uma marca da tradição política chinesa que não poderia deixar de influenciar a prática de Xi. Mas o momento de atuar como potência real chegou, como reafirmou o 20º Congresso do PCCh. Assim, como desenvolvemos, a China de Xi Jinping tem um objetivo estratégico: *conquistar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico*,

um terreno em que já tem condições de desafiar (ora de maneira aberta, ora velada, mas sistematicamente) a preeminência de que goza os Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial. Pequim não busca (nem poderia buscar) suplantar os Estados Unidos e assumir o seu papel como administradora dos assuntos capitalistas a nível global. Não obstante, procura construir as condições materiais e políticas para deslocar os Estados Unidos de seu papel de guardião dos assuntos capitalistas na Ásia, assumindo para si este papel. Isso é realizado com a consciência de que se trata de um primeiro passo, de gravidade, para avançar na perspectiva de um questionamento mais global da preponderância estadunidense. Para isso, concentra energia no seu desenvolvimento tecnológico-militar a fim de passar de uma posição de vulnerabilidade na Ásia-Pacífico para uma posição de força que manuseia suficientes artifícios dissuasivos para evitar a intervenção dos EUA na região. A reunificação com Taiwan, a absorção territorial do Mar do Sul da China, a conquista de ilhas disputadas com o Japão no Mar da China Oriental, servem a esse propósito basilar. Seu projeto nacional nesta etapa da evolução da crise capitalista mundial pode-se resumir em: a Ásia para os chineses. Contraditoriamente, uma política dessa natureza dificilmente poderia ser levada a cabo sem convulsões militares de monta, envolvendo justamente os Estados Unidos.

A China possui vantagens relativas para a perseguição de tal objetivo. A esmagadora maioria das nações asiáticas, especialmente no Sul e Sudeste continentais, tem a China como principal parceiro comercial. Suas economias dependem substancialmente de relações estáveis com Pequim. A alteração do centro de gravidade industrial da Ásia, durante as décadas de 1980 e 1990, posicionaram a China no coração da cadeia regional de produção e montagem de componentes e recepção de bens de capital de outras potências. Mesmo a elevação relativa da taxa média salarial na China, embora tenha obrigado a reavaliação das estratégias empresariais na localização dos nichos produtivos, preserva a China como um nódulo central nas cadeias globais de valor. Ademais, a China passou a ser responsável pela construção de inúmeras obras de infraestrutura em países mais pobres da Ásia, o que os coloca em uma relação de subordinação político-econômica com Pequim. Este segundo componente informa aspectos de dependência que dizem respeito à infraestrutura do país, não apenas acordos comerciais. Nenhuma das três principais potências asiáticas – nomeadamente, a Rússia, o Japão e a Índia – possui relações historicamente cordiais com Pequim, embora se dividam atualmente na maneira como expressar sua contrariedade à hegemonia asiática da China. A Rússia se aproxima da China para utilizá-la a seu favor contra os Estados Unidos; enquanto o Japão e a Índia se aproximam dos Estados Unidos para conter a China. A China possui disputas territoriais com praticamente todos os países que com ela compartilham

fronteiras, da Índia à Rússia, do Cazaquistão ao Vietnã, e a agressividade de Xi Jinping na conquista das águas do Mar do Sul da China e na reincorporação com Taiwan coloca a China em rota de colisão com os interesses de dezenas de nações da Ásia-Pacífico, que precisam balancear suas boas relações com Pequim com acenos à proteção por parte do imperialismo estadunidense.

Dessa forma, a interação estratégica de competição geopolítica entre Estados Unidos e China, apesar de suas múltiplas formas, tem seu ponto decisivo na possessão da Ásia, e o controle de toda a região do Indo-Pacífico. O programa de projeção de poder internacional da China possui uma divisão hierárquica de importância entre diversos pontos do globo. Entretanto, a rivalidade estratégica com Washington na disputa por quem controlará no século XXI essa enorme massa de mais-valor, esse contingente populacional esmagadoramente composto por trabalhadores e camponeses, e o terreno geoestratégico asiático, está em primeiro lugar na escala de importância. Richard Sutter (2018), em seu trabalho *US-China Relations: Perilous Past, Uncertain Present*, afirma que[229]:

> Os avanços chineses implicam que nenhuma potência asiática pode chegar perto de equiparar-se ao poder militar da China, no âmbito da Ásia continental. Com a possível exceção do Japão, nenhum país asiático é capaz de desafiar o poderio naval e aéreo da China na Ásia oriental. Se Pequim optar por empregar suas forças navais e aéreas para patrulhar as linhas de comunicação marítimas no Oceano Índico, possivelmente apenas a Índia pudesse opor algum tipo de obstáculo ao poderio chinês. Observando o futuro, é possível discernir o escopo de ação para o qual se prepara o fortalecimento militar da China: esse escopo está focado na Ásia (SUTTER, 2018, p. 177-78).

Mesmo nesse terreno, a capacidade da Índia, no que concerne à China, reduz-se ao poder de dissuasão de qualquer potência nuclear. Militarmente, a China já supera inteiramente as capacidades de Nova Délhi. Ainda que Tóquio possua armamento avançado e um complexo tecnológico extraordinário, seu escasso território insular e sua parca população diminuem substancialmente as capacidades de contenção da ameaça chinesa. Não é acidental que os Estados Unidos seja forçado a estabelecer uma rede de aliados asiáticos, em primeiro lugar o chamado *Quad* (que envolve o Japão, a Índia e a Austrália), para opor certos limites à ambição chinesa no continente. Sem a proteção dos Estados Unidos, exigida por acordos de

229 O autor segue com a definição de que "Diferentemente da doutrina da guerra popular prolongada contra um mais poderoso inimigo invasor, que prevaleceu da Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria, a atual doutrina militar chinesa provavelmente seguirá desenvolvendo sua ênfase na necessidade de demonstrar a habilidade de atacar primeiro, a fim de dissuadir potenciais adversários, assim como conquistar a iniciativa no campo de batalha" (SUTTER, 2018, p. 178).

defesa com todas as principais potências, a começar pelo Japão, é difícil vislumbrar outro panorama que não a hegemonia chinesa no continente.

Assim, como estabelecemos no capítulo anterior, as prioridades estratégicas da China poderiam ser enumeradas da seguinte maneira, sempre obedecendo à primazia da Ásia no programa de projeção de poder internacional: 1) *a reunificação com Taiwan, como última peça não resolvida da guerra civil de 1946-49;* 2) *a conquista territorial do Mar do Sul da China, contra os demais contendentes dentro da Associação das Nações do Sudeste Asiático;* 3) *a resolução dos 14 conflitos fronteiriços da China com os países do continente asiático, a favor de Pequim e em prol de sua hegemonia regional*. Vale sempre lembrar que esses objetivos não esgotam a ambição de projeção internacional da China, que se situa além das fronteiras, em terra e mar, do continente asiático. Mas podemos afirmar que o restante dessa estratégia depende de seu êxito no tabuleiro da Ásia-Pacífico.

Esse é o ponto de partida da projeção internacional de Pequim na era Xi. Em base a ele, na medida em que a República Popular da China prossegue seu caminho ao *status* de grande potência, Xi Jinping vai articulando o novo lugar da China como potência expansiva que aspira ao controle de porções estratégicas do globo. Com efeito, Xi mapeou, desde 2013, um mundo dividido em zonas de importância, de acordo com os interesses que, de cada rincão ou país da terra, a China almeje extrair benefícios a si (BROWN, 2017). Há níveis de intensidade nas relações que a China estabelece com cada uma dessas partes do mundo, que tem como substrato histórico a extraordinária disparidade no grau de desenvolvimento de distintas partes dos continentes, sua relação de mútua dependência e oposição. Em uma palavra, as relações internacionais da China obedecem as disposições da lei do desenvolvimento desigual e combinado. A interação chinesa com essas "zonas mundiais" de interesse depende da profundidade e diversidade dos seus elos econômicos e políticos, da extensão dos seus interesses de segurança ou de potenciais conflitos, ou das formas em que aliados e adversários podem fornecer à China os recursos de que necessita (BROWN, 2017; SUTTER, 2018) – de matérias-primas a tecnologias, de insumos a recursos energéticos, ou mesmo apoio diplomático em seus interesses nos Mares Meridional e Oriental da China. Finalmente, há a questão geográfica: para os países mais próximos à China, a atenção de Pequim inevitavelmente incidirá mais, especialmente por sua fixação estratégica pela hegemonia na Ásia-Pacífico.

Podemos dividir essas regiões em cinco grandes zonas de interesse, ou de hierarquia de interação para Pequim. Na primeira zona, o ocupante exclusivo é os Estados Unidos. Os Estados Unidos são, de longe, o principal alvo de atenção geopolítica da China e a prioridade

de sua política externa, algo que ocorre desde a década de 1970. Como herança política do período de reforma e abertura, em que a China se concentrava em enriquecer economicamente, o conselho de Deng Xiaoping em 1978 era manter a potência mais poderosa do mundo ao lado da China, que deveria com ela evitar de toda maneira entrar em confronto direto. Há décadas os Estados Unidos é o principal mercado para as exportações chinesas, mas também o principal rival na segurança asiática. Washington entretém acordos de segurança com muitos países que circundam a China, do Japão às Filipinas, da Indonésia à Austrália, da Índia à Coreia do Sul; ademais, submete Taiwan a uma espécie de protetorado seu contra a agressão de Pequim. Como Xi Jinping deixou claro em sua visita a Obama na Califórnia, em 2014, os Estados Unidos são os vizinhos da região do Pacífico, e tem primazia na política de Pequim.

A segunda zona está ocupada pelas nações da Ásia-Pacífico, estendendo-se, de fato, aos países da Ásia continental. Já discorremos sobre a importância primaz dessa região para Pequim. Os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático – com quem disputa territorialmente o Mar do Sul da China – junto com os países da Organização de Cooperação de Xangai (Rússia, Índia, Paquistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, tendo como membros observadores Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia), entram nessa categoria. Todos os países dessa zona de interesse estratégico possuem a China como principal, ou segundo maior, parceiro comercial, e atuam como mercados importantes para as exportações chinesas. São, ademais, importantes fornecedores de recursos energéticos e minerais, além de recursos militares essenciais e auxílio diplomático internacional em sua rivalidade com os Estados Unidos – como é o caso da Rússia. Para muitos países dessa zona, como Indonésia, Malásia e Cingapura, as relações com a China envolvem laços étnicos, com a diáspora de séculos por parte de mercadores que viajavam da China e se estabeleciam nas ilhas do sudeste asiático. Muitas nações incluídas nessa zona pertencem ao arco de abrangência de projetos chineses como a Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*, BRI, no acrônimo em inglês).

Na terceira zona de interesse entram os países da União Europeia (UE). Essa combinação de 28 estados-membros, com uma população de quase 500 milhões de habitantes, importa para a China como mercado e seu principal parceiro comercial global, sendo o segundo maior destino de suas exportações, depois dos Estados Unidos (O'BRIEN, 2020). Muito mais que o elemento econômico, interessa à China outro aspecto de sua relação com a União Europeia: trata-se do principal parceiro de transferências tecnológicas. Inglaterra, Alemanha, Itália e França, mas também os países do Leste Europeu como Hungria, Polônia,

República Tcheca, Eslovênia, entre outros, providenciam inúmeras fontes de tecnologia de última geração com suas multinacionais, em vastas áreas da produção, e são lugares para cujas universidades a China envia milhares de estudantes anualmente. Na quarta zona de interesse se encontra o continente africano, um verdadeiro laboratório para a expansão da acumulação do capital chinês, extração de recursos naturais e exportação do seu modelo predatório de relações laborais e ambientais. Na quinta zona de interação entram as regiões do Oriente Médio e da América Latina. Países como Brasil, Arábia Saudita e Irã são fornecedores cruciais de matérias-primas de que a China necessita: minério de ferro, petróleo, metais preciosos, grãos de soja. Mais em geral, nessas regiões a China busca extrair itens que beneficiam sua ascensão econômica e militar, mas especialmente arrancar posições de influência definitiva, enfraquecendo a influência dos Estados Unidos e demais potências imperialistas. A enorme difusão da influência política da China na África é bem conhecida. Como versejava Gregório de Matos, "*quem dinheiro tiver, pode ser papa*". "Presentes" econômicos, como projetos de infraestrutura, vão gradualmente atando os países africanos às injunções chinesas. Assim também, na América Latina o avanço da China sobre ativos de infraestrutura e seu controle de nichos da mineração, como no Peru e no Chile, dão vantagem a Pequim em disputas que ultrapassam as relações econômicas. Na África especialmente, mas também em alguma medida na América Latina, a China se comporta com uma verdadeira potência colonialista, não deixando nada a desejar à selvageria das potências coloniais europeias nos séculos XIX e XX.

Neste capítulo, vamos passar em revista algumas relações geopolíticas mais importantes que tomam a atenção da China de Xi Jinping, e a hierarquia que estabelece com as distintas regiões do mundo. No curso desse exame, que passa necessariamente pelos interesses pragmáticos que a China deseja satisfazer em cada região, tentaremos perscrutar que tipo de política se avizinha pelo lado chinês, e se é viável encontrar na expansão chinesa um ator questionador da ordem global imperialista.

6.1 Primeira zona de interação: Estados Unidos e a disputa estratégica com a China

Não é a aliança com a Inglaterra, nem a rivalidade com a Rússia, o que caracteriza a chave das relações de cooperação-competição do *establishment* imperialista estadunidense no século XXI. A principal preocupação geoestratégica dos Estados Unidos é a China, especialmente com a ascensão de Xi Jinping ao cume do Partido Comunista Chinês. Apesar de parecer uma conclusão rafada, fruto dos desenvolvimentos mundiais pós-crise econômica

de 2008, a rivalidade entre Washington e Pequim vinha sendo desenhada há décadas e se tornou uma prioridade para os Estados Unidos a partir da restauração capitalista na União Soviética, de um lado, e do massacre da Praça Tiananmen em 1989, de outro. Tanto a Rússia quanto a China passaram por revoluções que expropriaram a burguesia e nacionalizaram os meios de produção. Mas, enquanto a restauração capitalista na Rússia, produto da atuação fragilizante da burocracia stalinista, significou um vertiginoso enfraquecimento das forças produtivas e da economia russas, com o desaparecimento do Partido Comunista, na China as coisas se deram de maneira distinta. Aproveitando as conquistas da Revolução Chinesa de 1949, e servindo-se de maneira parasitária dessas conquistas, a burocracia restauracionista em Pequim logrou alavancar um poderoso processo de acumulação primitiva sobre as bases do atraso econômico chinês, e restituiu a propriedade privada dos meios de produção sobre os pilares erguidos (e expropriados politicamente) da Revolução. O Partido Comunista Chinês, que assim como o Partido Comunista da União Soviética foi o encabeçador de todas as reformas restauracionistas na era Deng, ao contrário do seu análogo russo conseguiu se manter de pé, mediante a brutalidade da repressão nos turbulentos anos que encerravam a década de 1980. A propriedade privada dos meios de produção na China, sobre as bases das conquistas revolucionárias e com a política centralizadora da burocracia de Pequim, resultou em décadas de crescimento monumental, realizadas às expensas das condições de vida da classe trabalhadora chinesa.

Os Estados Unidos teve papel fundamental nesse desenlace, e concebia o enriquecimento da China como a melhor maneira de neutralizá-la e mantê-la sob sua supervisão. Entretanto, o cálculo saiu pela culatra. Se a restauração foi um processo aclamado pelos Estados Unidos, o soerguimento da China de uma posição subalterna para o *status* de potência capitalista em rápida ascensão alterou completamente o panorama projetado. Esta é a base da rivalidade que ora se nos depara a olhos vistos: as décadas de exorbitante crescimento econômico em colaboração simbiótica com os Estados Unidos se converteram, não em um "capitalismo ordinário ocidental" subordinado aos ditames de Washington, mas em uma potência capitalista agressiva e hostil ao ocidente, revisionista do *status quo* mundial e buscando desafiar a preeminência política, tecnológica e militar dos Estados Unidos.

A Revolução Chinesa foi a razão do caráter gélido das relações entre Washington e Pequim a partir de 1949, a despeito das modificações na conduta dos dois países durante as vicissitudes da Guerra Fria. É importante levar em conta que a frieza da conduta de Washington responde hoje a razões diversas; se na década de 1950 fundamentava-se no caráter operário do Estado, ainda que burocraticamente deformado, nascida da Revolução

Chinesa, agora se fundamenta no *poder do capitalismo chinês de desafiar sua primazia em determinadas áreas econômico-tecnológicas e geopolíticas*.

Na década de 1950, Estados Unidos e China estiveram em guerra, ou em atritos diplomáticos, de forma praticamente permanente. A Guerra da Coreia, entre 1950-53, opôs diretamente os dois exércitos na península conectada territorialmente com a China continental, e foi a maneira encontrada pelos Estados Unidos de impedir que o Exército de Libertação Popular fizesse uma ofensiva decisiva contra Taiwan para reincorporá-la em seu território. Esse auxílio direto ao Kuomintang foi a continuidade do suporte conferido por Washington às forças de Chiang Kai-shek durante a guerra civil, de 1946-49. Taiwan passou a ser então uma espécie de protetorado dos Estados Unidos, gerando rusgas intermitentes. A intervenção imperialista no Vietnã, uma guerra de procuração que passou por várias fases desde 1955 até 1975, foi também uma maneira dos Estados Unidos bloquear a expansão, não apenas soviética, mas também da China maoísta pelo sudeste asiático. A acrimônia nas relações bilaterais dos dois países ficou sacralizada no encontro, com relatos disputáveis, entre o primeiro-ministro Zhou Enlai e o secretário de Estado John Forster Dulles, em 1954 na Conferência de Genebra, na qual Dulles se negou a cumprimentar Zhou Enlai (SUTTER, 2018). A década de 1960 representou uma fase de transição nas relações. A crescente dissociação entre a União Soviética e a China, iniciada em 1962 com o apoio soviético à Índia durante a disputa territorial com a China, e alcançando o ápice em 1969 com o grave conflito sino-soviético na fronteira, na Ilha Zhenbao sobre o Rio Ussuri, foi interpretada pelos Estados Unidos como uma oportunidade dourada para fragmentar o chamado "bloco comunista" durante a Guerra Fria (SAUNDERS; BOWIE, 2018). Esses fatos, por si mesmos, lançam luz sobre o nacionalismo reacionário das burocracias stalinista e maoísta, que operavam suas relações internacionais com o critério dos interesses de seus respectivos Estados nacionais, e não da expansão da luta de classes. Washington soube tirar proveito da situação, preparando em 1971, com a viagem secreta de Henry Kissinger à China através do Paquistão, a chegada de Richard Nixon a Pequim e seu encontro com Mao, em 1972. A reaproximação dos dois países, em detrimento da URSS (vista pela China como uma ameaça mais próxima do que o longínquo Estados Unidos) descongelou a relação mútua, e resultou na inclusão da China como membro pleno da ONU em detrimento de Taiwan (que permaneceu com relações extra-oficiais, não por isso menos firmes, com os Estados Unidos).

Durantes as décadas de 1970 e 1980, a China tinha importância estratégica para os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, na medida em que debilitava a posição da União Soviética. Ademais, com a morte de Mao e a ascensão de Deng Xiaoping, iniciador do

período das reformas de abertura pró-capitalista na China, Republicanos, Democratas e o Partido Comunista serviram-se em comunhão da exploração da força de trabalho chinesa, embora com objetivos específicos. Entretanto, sob o governo de Mikhail Gorbatchov na URSS, um estadista com quem Margareth Thatcher afirmara "ser possível fazer negócios", a Rússia tornou-se menos problemática para Washington. O curso restauracionista na URSS estava caminhando a todo vapor, e culminaria entre 1989 e 1991. Portanto, para os propósitos de contenção soviética no contexto da Guerra Fria, a China tornava-se menos vital. O eixo dos interesses dos Estados Unidos em relação à China passaram a ser de ordem sócio-econômica: era preciso acelerar o processo restauracionista, que ora culminara na URSS, na China. Pouco importavam para os Estados Unidos, como de uso em sua história de bestialidades imperialistas, a repressão da burocracia de Deng contra os protestos operários e populares que sacudiram a China no pré-Tiananmen, em que repercutiram os processos de luta contra os regimes stalinistas no Leste europeu, esmagadoramente desviados pelas grandes potências no sentido da reinstituição da propriedade privada dos meios de produção. O *modus operandi* de Washington se inscrevia no plano da reintrodução da China em seu estilo habitual de sociedade. Para o capitalismo mundial, tratava-se de um período de esperanças, com as décadas neoliberais e de restauração da propriedade privada em muitas partes do globo, que traziam de volta para a órbita da exploração capitalista centenas de milhões de trabalhadores. A China não escaparia a esse destino. Mas a forma em que reingressou nas condições mundiais do mercado capitalista não foram aquelas esperadas por Washington, embriagado com o triunfo sobre a União Soviética.

> No período pós-Mao, os dirigentes do Partido Comunista Chinês enfatizaram as reformas e o desenvolvimento econômicos como a base de sua continuada sobrevivência no domínio da China. O apoio às reformas liberalizantes aumentavam e diminuíam, mas a tendência geral enfatizava uma maior orientação pró-mercado, e o intercâmbio econômico estrangeiro como vital na promoção do desenvolvimento e, por extensão, da sustentação do monopólio do PCCh no poder político. Os líderes chineses eram menos claros em sua conduta diante da liberalização política […] Desde a repressão aos protestos de Tiananmen em 1989, havia um consenso na elite partidária de controlar as dissenções e outros desafios políticos a seu domínio, permitindo apenas lentas e graduais modificações, sempre supervisionadas de perto pelas autoridades (SUTTER, 2018, p. 137-38).

A sobrevivência do Partido Comunista Chinês, como dominante supremo da política chinesa, era uma característica da reinserção da China no mercado mundial. A própria reintrodução do capitalismo como modo de produção seria impensável sem o PCCh. Essa combinação, ainda que desagradasse os Estados Unidos, mantinha a benevolência norte-

americana ao lado do governo chinês, tendo como primeiro objetivo não estremecer o curso da restauração capitalista com choques de ordem política. A elegia cantada por Washington, nas décadas posteriores, contra o alegado regime comunista chinês e sua agressividade mundial, não nos pode fazer escapar ao fato de que os Estados Unidos colaborou grandemente com o fortalecimento não só do capitalismo chinês, mas também da autocracia do Partido Comunista Chinês. Assim, vimos um processo de prorrogação letárgica da concentração das atenções dos Estados Unidos sobre a rivalidade com a China, depois da queda da União Soviética, que deu tempo para que Pequim robustecesse suas forças e diminuísse suas graves deficiências relativas. Os motivos combinaram múltiplos fatores internacionais, desde a cooperação econômica com a China até o envolvimento dos Estados Unidos em conflitos internacionais durante toda a década de 1990 e 2000.

A administração de George H. W. Bush (1989-93) acolheu as relações com a China como estratégicas para os Estados Unidos, diante da possibilidade de um ressurgimento da "ameaça soviética", mas também para fins de estabilização do panorama internacional, enquanto os Estados Unidos intervinham militarmente na Guerra do Golfo, assaltando o Oriente Médio e bombardeando o Iraque entre 1990-91, pela questão do Kuwait. Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos de 1994 a 2000, também adotou a conduta de suavização das relações com a China, apesar de encontrar desafios como a Crise do Estreito de Taiwan de 1995-96, e a crise econômica asiática de 1997. Particularmente importante aos Estados Unidos era manter boas relações com a China diante da nova aventura militar de Washington, a agressão contra Kosovo em 1999, bombardeando as forças da República Federal da Iugoslávia capitaneada por Slobodan Milošević. Essas ocupações militares dos Estados Unidos na década de 1990 deram fôlego à China, que não interveio nos conflitos e permaneceu concentrada em seus esforços internos.

Com a entrada de George W. Bush na presidência dos Estados Unidos, no ano 2000, projetava-se uma modificação drástica na relação com a China, mais cética, em que os Republicanos prometiam tratar o gigante asiático como um competidor estratégico, não mais como um parceiro estratégico. Essa atitude foi reforçada em abril de 2001, com a colisão acidental de uma aeronave EP-3 de reconhecimento do Pentágono com um caça da Marinha chinesa, sobre as águas do Mar do Sul da China. Entretanto, os atentados da Al Qaeda ao World Trade Center a 9 de setembro de 2001 alteraram toda a projeção de Washington. As prioridades de segurança dos Estados Unidos foram reordenadas, substituindo a hostilidade com a China pelo combate ao terrorismo no Oriente Médio, materializadas nas catastróficas intervenções militares imperialistas no Iraque e no Afeganistão. Após 2001, a China não

apenas havia conquistado o acesso desejado à Organização Mundial do Comércio, mas também uma relação amistosa com os Estados Unidos, que mais uma vez se caracterizava pela cooperação, agora no "combate ao terror". Embora os funcionários da administração Bush fossem cautelosos na adoção da conduta de parceria com a China, a nova aventura imperialista no Oriente Médio não deixava alternativa senão prorrogar o enfrentamento direto com Pequim. A ascensão ao poder de Hu Jintao foi premiada, assim, com a classificação da China, não como uma "competidora estratégica" dos Estados Unidos, mas como "parte interessada responsável" pela estabilidade global e a garantia da segurança diante das novas ameaças.

A administração Obama se iniciou em 2008 com complicações a nível internacional. No plano político-militar, os Estados Unidos estavam enlameados no panorama geopolítico do Oriente Médio, com dezenas de milhares de soldados ocupando a região após o fracasso das ofensivas militares no Iraque e no Afeganistão, fracassos que debilitaram consideravelmente a figura internacional dos Estados Unidos e deram impulso ao curso declinante de sua hegemonia. No plano econômico, 2008 representou o início da crise econômica mundial, com a queda do quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, e o choque em cadeia para toda a economia mundial. O epicentro da crise eram os Estados Unidos. Nessas circunstâncias, a colaboração com a China seguia sendo sumamente importante para Washington, e Barack Obama sustentou uma relação amistosa com o Partido Comunista Chinês especialmente até 2014, e mais em geral até deixar a presidência em 2016. A construção de melhores relações com as potências asiáticas, como China e Índia, despontava como produto da necessária relocalização estratégica dos Estados Unidos, que ainda tendo laços relevantes no Oriente Médio, precisavam com urgência desincumbir-se desse teatro de operações, com a remoção gradual das tropas de ocupação estadunidenses. A aliança com a China foi utilizada para dar conta dos desafios colocados pelo programa nuclear de países como Coreia do Norte e Irã, e na mitigação dos efeitos da crise econômica mundial. O instrumento de diálogo bilateral entre Estados Unidos e China, chamado "Diálogo Econômico e Estratégico", foi lançado pela administração Democrata de Obama para materializar o sentido da "relação compreensiva, positiva e de cooperação" (SUTTER, 2018; SAUNDERS; BOWIE, 2018) entre essas potências.

Mais uma vez, entretanto, a leitura que Washington fazia da situação era diferente da de Pequim. As dificuldades dos Estados Unidos em lidar com os problemas no Oriente Médio e na economia global foram lidos pela cúpula do PCCh como manifestações de fragilidade da principal potência imperialista do mundo. A ninguém era segredo a decadência hegemônica

de um país que era desafiado até mesmo por uma ditadura sanguinária como a de Bashar el-Assad, que utilizou gases tóxicos para eliminar rivais na Síria mesmo após a divulgação das "linhas vermelhas" de Obama. Diante dessa constatação, a China passou a agir segundo cálculos preparatórios mais assertivos. A partir de 2011, Pequim assumiu uma postura mais impositiva dentro das disputas territoriais no Mar do Sul da China, num momento em que a ascensão de Xi Jinping já estava assegurada, como vice-presidente da Comissão Militar Central no governo Hu Jintao.

> A massiva crise financeira internacional iniciada nos Estados Unidos foi percebida como um fator adicional de fraqueza, junto ao declinante poderio estadunidense evidenciado nas longas guerras do Iraque e do Afeganistão. Por outro lado, a China emergiu da crise econômica com um crescimento pujante, fluxo de capitais e com maior confiança no seu modelo de crescimento econômico dirigido pelo Estado, em contraposição à desacreditada abordagem do livre-mercado patrocinada pelos Estados Unidos. Sob essas circunstâncias, a classe dominante chinesa e a opinião pública começaram a olhar com crescente desaprovação a conduta reativa e cautelosa de Hu Jintao. Nos assuntos externos, acomodar-se aos Estados Unidos e às potências regionais (como o Japão e a Índia) nas questões permanentes de interesse chinês, em termos de segurança, soberania, entre outros, parecia agora excessivamente equivocado e passivo. Embora a abordagem de Hu estivesse em sintonia com as instruções de Deng Xiaoping, acerca de que a China deveria manter um baixo perfil e concentrar-se no desenvolvimento doméstico, a opinião dos poderes fáticos na China favorecia uma abordagem mais robusta e proeminente nos assuntos internacionais. A resultante foi uma postura mais assertiva, com mais atividade e um uso considerável de coerção, geralmente próximo de uma atuação militar aberta, ao empregar o poder econômico, político e militar da China a fim de estabelecer os objetivos destacados naquele plano que Xi Jinping chamou de "Sonho Chinês" (SUTTER, 2018, p. 146-47).

Foi nesse contexto político que Barack Obama lança a política de reordenamento da atenção dos Estados Unidos para a Ásia, ou o "Pivô para a Ásia-Pacífico", como ficou conhecida. Esse rebalanceamento da concentração militar dos Estados Unidos para a Ásia-Pacífico não significava o abandono da conduta de cooperação com a China, nem uma intenção deliberada de desestabilizar as relações sino-estadunidenses. Mas indicava que os Estados Unidos aceleravam a solução das pendências no Oriente Médio para atuar como uma força de contenção à China com presença mais direta na Ásia. A China desaprovou amargamente a decisão dos Estados Unidos de reorientar sua atenção estratégica para a Ásia-Pacífico, e a encarou como uma ameaça[230]. Com respeito aos Estados Unidos, a China de Xi

230 De acordo com Sutter (2018), Obama herdou das administrações anteriores as quatro principais fontes de oposição da China aos Estados Unidos: 1) oposição ao apoio dos EUA a Taiwan e seu envolvimento em questões sensíveis da soberania nacional chinesa (Tibete, Xinjiang, Mar do Sul da China); a oposição aos esforços dos EUA para modificar o sistema político da China; a oposição à presença preponderante dos EUA como garantidor da segurança na Ásia-Pacífico; a oposição à conduta de liderança dos EUA em muitos aspectos internacionais (SUTTER, 2018).

Jinping buscou entabular uma nova etapa de interação global. Podemos identificar esse momento, e a entrada oficial de Xi Jinping como líder supremo em 2012, como o início do novo acirramento na disputa estratégica entre os dois países. Em sua visita oficial à Califórnia em 2013, para encontrar Obama, Xi se referiu ao "Novo Tipo de Relações entre Grandes Potências". Na definição proposta pela China, essa nova forma de relação se daria mediante três elementos: nenhum confronto entre ambas as potências, respeito mútuo pelos interesses estratégicos de cada um, e cooperação. A fórmula em si aparenta uma continuidade com o passado, mas já é expressão da nova conduta internacional impressa por Xi: tratava-se de uma contraposição ao "Pivô" de Barack Obama. A China exigia poder continuar seu desenvolvimento econômico desimpedido, sem que os Estados Unidos buscasse freá-lo.

A prorrogação da abordagem do "problema chinês" pelos Estados Unidos, envolvidos em conflitos e aventuras militares nas décadas de 1990 e 2000, cobrava seu preço em espécie. Nos bastidores da relação de cooperação bilateral, surgia uma China cada vez mais reticente em participar de forma subalterna das regras do jogo estabelecido em Washington. As questões de segurança se tornaram mais proeminentes para os Estados Unidos, com a acumulação de forças militares capazes de desafiar os interesses imperialistas em Taiwan e mais em geral na Ásia-Pacífico. Foi justamente nos anos finais da administração Obama, a partir de 2014, que Xi Jinping desencadeou uma campanha de colonização dos recifes mais importantes do Mar do Sul da China mediante a construção de ilhas artificiais, como vimos acima. Também nesse ano se incrementaram as relações da China com a Rússia, ao mesmo tempo em que o presidente Vladimir Putin anexava *manu militari* a península da Crimeia, oito anos antes da invasão militar russa em território ucraniano. A China via a Rússia como um contrapeso útil aos Estados Unidos na Ásia, assim como a Rússia encarava a China como um aliado útil contra Washington e a OTAN no Leste europeu – algo que se provou na Guerra da Ucrânia.

Os movimentos agressivos dos braços de Efialtes da China soaram um alerta ao *establishment* imperialista em Washington. Como espelhos simétricos, a opinião pública, construída pelos conglomerados midiáticos capitalistas nos Estados Unidos, era cada vez mais contrária à postura diplomática de Obama diante da agressividade chinesa. Quanto à postura internacional, o prestígio colhido pelo nacionalismo de Xi se traduzia nos Estados Unidos em percepção de fraqueza por parte de Obama. A retaliação contra os ciberataques da China, anunciada por Obama em 2015, eram apenas uma antessala do que viria já na campanha eleitoral de 2016, em que a China foi alvo de ataques virulentos por parte de Hillary Clinton e

Donald Trump, contendentes à Casa Branca. Legitimava-se assim que a hostilidade à China era parte compartilhada do arsenal discursivo de Republicanos e Democratas.

Com efeito, a política de rebalanceamento ou "Pivô" para a Ásia-Pacífico, lançada por Obama em 2011, começava a delimitar uma nova postura que se tornou muito mais agressiva e consciente na administração Trump, e em seguida no governo Biden. A prioridade dos Estados Unidos passava a ser a Ásia-Pacífico, não mais o Oriente Médio. Os Estados Unidos dirigiam a atenção de suas forças militares para o território asiático, no Oceano Índico, no sudeste da Ásia e no Pacífico ocidental. Obama autorizou o Pentágono a concentrar sua força naval nas águas do Indo-Pacífico, com constantes operações de patrulhamento pela "liberdade de navegação" no Mar do Sul da China, para deter a militarização chinesa da área – com a militarização estadunidense da mesma. Para incrementar os laços comerciais dos Estados Unidos com as nações da Ásia-Pacífico, Obama lançou a proposta do chamado Acordo TransPacífico (TPP, no acrônimo em inglês) que reunia 11 países (Japão, Austrália, Canadá, México, Peru, Chile, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Cingapura e Brunei) junto aos Estados Unidos, excluindo a China. A retórica dos Estados Unidos acalentava a nova atmosfera crítica ao avanço chinês, como evidenciaram a cúpula sino-estadunidense em setembro de 2015 e a cúpula de segurança nuclear, em março de 2016[231].

O Republicano Donald Trump representou uma mudança clara de conduta diante da administração Obama. Venceu as eleições, em uma medida não menor, pela agressividade empregada contra a China. Um demagogo de extrema direita como Trump, que emergia no bojo de um fenômeno daquilo que o marxista italiano Antonio Gramsci classificava como crise orgânica, ou crise de autoridade estatal, em inúmeros países – em que o *establishment* político dos partidos tradicionais eram repudiados por amplos setores sociais em nome de figuras sem prontuário político claro – também tinha pontos de contato que o aproximavam de Xi Jinping. Buscou tecer boas relações pessoais com Xi, em seus encontros em Mar-a-Lago em abril de 2017, e em Pequim em novembro de 2017; Trump até buscou a cooperação da China para a aprovação de sanções contra a Coreia do Norte. Essa simpatia entre figuras politicamente reacionárias, que gozavam em exibir um comportamento de "homem forte" a nível internacional, coexistia com a nova agressividade na relação sino-estadunidense. Donald Trump respondia à necessidade do bipartidarismo imperialista em frear a ascensão chinesa, acelerada no pós-crise mundial de 2008. Para assumir essa figura preponderante, Trump exibia a autoconfiança petulante que Cervantes deu a Dom Belianis da Grécia, "*Façanhas dei*

231 "China e Estados Unidos prometem impulsar cooperação em segurança nuclear". Xinhua (versão portuguesa). 01/04/2016. Disponível em: http://portuguese.people.com.cn/n3/2016/0401/c309809-9038853.html.

à Fama imperatriz/ Fui comedido e regalado amante/ Para mim foi anão todo gigante, / E ao duelo em todo ponto satisfiz". Egocêntrico, Trump se portava como insubstituível na política de contenção do gigante asiático, que com efeito, por vezes, tratava como um anão, mas que deveria ser bloqueado a qualquer custo. A divulgação de dois documentos oficiais, o de Estratégia de Segurança Nacional, em dezembro de 2017, e o de Estratégia de Defesa Nacional, em janeiro de 2018, assinalaram a nova abordagem da administração Trump.

Em ambos os documentos, a China ficara classificada como uma competidora estratégica dos Estados Unidos, o que oficializava *a posteriori* a postura que quisera adotar o governo George W. Bush, antes dos atentados de 2001. O documento de Estratégia de Segurança Nacional descrevia a China e a Rússia como "potências revisionistas" e grandes potências competidoras que desejam edificar um mundo avesso aos valores e interesses dos Estados Unidos. Advogava esforços redobrados para preservar as posições primazes dos Estados Unidos enquanto principal potência militar no mundo, assim como nos terrenos nuclear, aeroespacial, cibernético e tecnológico. O documento de Estratégia de Defesa Nacional afirmava a China e a Rússia como prioridades militares para os Estados Unidos, com a noção da era de competição entre grandes potências como eixo norteador[232]. Para além de acusar a China de roubar a tecnologia dos Estados Unidos e de trapacear nos jogos comerciais internacionais, o documento de Estratégia de Segurança Nacional descobria a intenção magna da China: deslocar os Estados Unidos de sua posição preeminente na região do Indo-Pacífico, e reordená-la de acordo com os interesses chineses.

Economicamente, Trump iniciou um conflito aduaneiro e comercial com a China, em abril de 2018, com o alegado objetivo de reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos na relação bilateral. Em junho de 2018, Trump impôs tarifas às importações de bens chineses que totalizavam US$50 bilhões; em setembro do mesmo ano, alcançavam US$200 bilhões. A "guerra tarifária" entre as potências teve implicações diretas na desaceleração do comércio mundial, mas pouco efeito sobre a solução do próprio déficit estadunidense. Com efeito, o verdadeiro objetivo não era comercial. Os Estados Unidos utilizava a "guerra tarifária" com dois fundamentos essenciais. Como afirma Paula Bach[233]:

---

232 "Estratégia de defesa dos EUA prioriza Rússia e China", Deutsche Welle, 19/01/2018. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/estrat%C3%A9gia-de-defesa-dos-eua-prioriza-r%C3%BAssia-e-china/a-42230563 (Acessado em: 15/06/2021). O almirante Harry Harris, então chefe do Comando Pacífico da Marinha dos EUA, descrevia a abordagem da Armada como de cooperação nos âmbitos possíveis, mas pronta para confrontar as eventuais provocações sino-russas quando ameaçarem a segurança regional (SAUNDERS; BOWIE, 2018). Jim Mattis, secretário de Defesa de Trump nesse momento, afirmava que a concorrência de China e Rússia ameaçavam a vantagem militar dos EUA no mundo, e evitar esse cenário era uma prioridade da estratégia de defesa.

233 "*Reflexiones sobre la 'guerra comercial', la economía mundial y sus derivaciones latinoamericanas*". Paula Bach, Ideas de Izquierda, 08/12/2019.

> Em primeiro lugar, as tarifas funcionam como um "mecanismo de pressão" com duplo objetivo. Serviam, por um lado, para frear a corrida da China no desenvolvimento de novas tecnologias e na expansão de suas próprias empresas e capitais, que a posicionam como um competidor global cada vez mais perigoso tanto em termos econômicos como geopolíticos; por outro, melhorar as condições de entrada das transnacionais estadunidenses na China. […] Em segundo lugar, as tarifas eram um "mecanismo de propaganda" de Trump para sua base eleitoral, na medida em que sugeria que tanto as empresas estadunidenses prejudicadas em sua relação comercial direcionariam seus investimentos para o território estadunidense, o que recomporia os postos de trabalho perdidos durante as últimas décadas (BACH, 2019, s/p).

O ponto mais importante desse conflito comercial era sua característica de fachada para a verdadeira pulsão política dos Estados Unidos de *preservar sua preeminência industrial-tecnológica frente ao avanço da China*. Essa preocupação em manter-se na posição suprema de potência tecnológica no mundo se traduziu na punição de inúmeras empresas de tecnologia chinesas, emblematicamente os vetos à Huawei que lhe prejudicavam o desenvolvimento do 5G, ou punições à ZTE, ao TikTok, ao aplicativo WeChat da empresa Tencent, ou mesmo a proibição da compra da Lattice Semiconductor Corporation pela chinesa Canyon Bridge Fund[234].

Mas a política ofensiva de Trump contra a China dificultava, ao mesmo tempo, isolá-la no panorama internacional. A idiossincrasia geopolítica trumpista, que assediava ao mesmo tempo os aliados transatlânticos tradicionais dos Estados Unidos, especialmente as principais potências da União Europeia, atuava contraditoriamente aos objetivos do próprio governo, isolando os EUA ao invés da China. Trump também rompia com a conduta bipartidária dos Estados Unidos de preservar suas alianças estratégicas, movendo-se num terreno de múltiplas relações bilaterais, alérgica a grandes acordos multilaterais. Trump ameaçava aplicar tarifas comerciais contra países como França e Alemanha, junto à Inglaterra os principais aliados europeus de Washington nos organismos da ONU e da OTAN. Com efeito, Trump fazia uma campanha sistemática para que a Alemanha, a Inglaterra e a França aumentassem sua contribuição orçamentária para o fundo de defesa da OTAN, afirmando que os Estados Unidos não poderiam garantir sozinhos a segurança global. O cancelamento do Acordo TransPacífico e a renúncia de Trump a participar do Acordo Nuclear com o Irã, assinado em 2015 com distintas potências mundiais, foram movimentos que indispuseram diversos parceiros tradicionais da Casa Branca. Essa orientação política obedecia a sua concepção segundo a qual os Estados Unidos deveriam afastar-se da posição de guardião dos assuntos do

234 "Trump proíbe compra de empresa americana por estatal chinesa", Associated Press, 13/09/2017. Disponível em: https://exame.com/negocios/trump-proibe-compra-de-empresa-americana-por-estatal-chinesa/ (Acessado em: 20/06/2021).

mundo, e concentrar-se em seus próprios interesses. A chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente francês Emmanuel Macron, posicionavam-se politicamente em oposição à linha disruptiva de extrema direita do presidente Republicano, mantendo-se fiéis ao rosário da globalização imperialista neoliberal, respeitoso com os acordos internacionais e organismos multilaterais herdados da Segunda Guerra Mundial. Essas divisões facilitavam a fragmentação da postura de cada potência diante do desafio chinês, e permitiam a Xi Jinping figurar como defensor da globalização e do multilateralismo, em detrimento dos Estados Unidos, em eventos internacionais como o Fórum de Davos.

A concentração da atenção de Trump sobre a Coreia do Norte era parte da sua política de causar incômodos a Xi Jinping. A Coreia do Norte, que faz fronteira com a China, é utilizada por Pequim como uma zona de amortecimento contra a presença militar dos Estados Unidos na Coreia do Sul e no Japão. A reunião histórica ocorrida entre Donald Trump e Kim Jong-un, em março de 2018 em Pyongyang, marcou um dos movimentos mais insólitos na história política recente dos Estados Unidos para tentar enfraquecer a China na Ásia, mediante o incentivo de discórdias entre os vizinhos. O temário de debate, um acordo para frear o programa nuclear norte-coreano, era apenas um pretexto, aliás com um longo histórico[235]. O programa nuclear forma parte essencial da equação de poder e dos recursos da Coreia do Norte para sobreviver, sendo ademais um aspecto inegociável para um país que sofreu ingerências imperialistas no século XX, culminando na Guerra da Coreia. A China respondeu na mesma moeda, e deixou claro que nada se faria com a Coreia do Norte, inclusive acordos de restrição nuclear, sem a estrita autorização de Xi Jinping. Depois do espetáculo de autopromoção, Trump relegou a segundo plano as tratativas com Kim Jong-un.

Embora a beligerância retórica e comercial de Trump, dirigida virtualmente contra todos os seus parceiros tradicionais, tenha mergulhado a hostilidade com a China em um oceano de intrigas, era evidente que os marcos da relação sino-estadunidenses haviam se destacado por um teor acrimoniosamente negativo. Na administração Trump, o eixo da

235 Em 1994, três anos depois de remover suas armas nucleares do território sulcoreano, o governo Clinton acertou um acordo com o governo da Coreia do Norte, o "*Agreed Framework*", em que Pyongyang aceitava congelar seu programa de enriquecimento de plutônio com fins militares, inclusive dois reatores, em troca de ajuda financeira. Esse acordo colapsa em 2002, em meio à crescente hostilidade entre Washington e Pyongyang, momento em que George W. Bush inclui a Coréia do Norte no chamado "Eixo do Mal", junto a países do Oriente Médio como Iraque e Afeganistão. Em 2005, fruto de nova rodada de negociações entre um rol de países (Estados Unidos, as duas Coréias, China, Rússia e Japão), Pyongyang anunciou abandonar seu programa nuclear; entretanto, no ano seguinte, o regime de Kim Jong-Il testa seu primeiro dispositivo nuclear, o que recrudesce a crise até o fim das relações diplomáticas em 2009, com a condenação internacional após o lançamento do míssil balístico Taepodong-2. Em 2017, já sob Kim Jong-un, a Coréia do Norte lança três mísseis balísticos intercontinentais, abrindo a pior fase da crise diplomática com Donald Trump.

disputa sino-estadunidense passou a situar-se em termos mais estratégicos nos campos da tecnologia, das telecomunicações, do ciberespaço, e da potência militar.

Foi Trump, efetivamente, quem reativou as capacidades navais dos Estados Unidos, cujo exército havia se concentrado em operações terrestres e aéreas no Oriente Médio durante muitos anos. Apesar de negar o "Pivô" para a Ásia-Pacífico, promulgado por Obama, Trump foi quem deu passos decisivos para a concentração das atenções militares no Indo-Pacífico, concedendo nova relevância para a Marinha dos Estados Unidos. Como um Ulisses na *Divina Comédia*, o Republicano com aspirações de almirante buscou aventurar-se militarmente pelas águas a fim de conhecer o mundo asiático, do Oceano Índico ao Mar do Sul da China, antes que essas águas se fechassem sobre Washington. Trump negou repetidamente as alegações da China sobre seus direitos históricos de possessão sobre o Mar do Sul da China, opôs-se vigorosamente à construção de ilhas artificiais a partir dos recifes do arquipélago Spratly, e robusteceu as patrulhas para liberdade de navegação, junto com operações militares para conter a assertividade chinesa sobre Taiwan[236]. É possível dizer que, por baixo do dilúvio retórico que assombrava a imprensa diariamente, as movimentações de Trump com a Marinha dos Estados Unidos tenham sido o principal legado do Republicano na competição com a China: fortalecer a frota naval estadunidense e colocá-la em ação de dissuasão assertiva na região do Indo-Pacífico, mediante a finalização do processo de retirada das tropas dos Estados Unidos de importantes teatros de guerra no Oriente Médio, como na Síria. Com toda a política errática e confrontativa de Trump, apesar de não colher os frutos desejados, abriu-se no *establishment* estadunidense a era da competição agressiva com a China.

Joe Biden emergiu no cenário internacional como presidente dos Estados Unidos após o primeiro ano da pandemia do coronavírus assolar o mundo e agravar os problemas herdados da crise econômica mundial de 2008. Opondo-se à reeleição de Trump, a figura conservadora de Biden, partícipe do mesmo *establishment* bipartidário imperialista em crise, fora alçada como uma válvula de "restauração da democracia" pelos poderes fáticos de Wall Street, até então encantados com Trump mas preocupados com a deslegitimação das instituições do regime estatal. A postura "benévola" de Biden estava condicionada à pressão de setores de massas dos Estados Unidos, que junto à juventude negra foram parte do fenômeno do *Black Lives Matter* de 2020, com as maiores manifestações de massas da história dos Estados Unidos, após o assassinato policial de George Floyd. A operação de contenção da luta de

236 A título de exemplo, os navios de guerra da Sétima Frota dos Estados Unidos passaram a realizar exercícios militares no Mar do Sul da China, em março de 2018, com a participação do porta-aviões *USS Carl Vinson*, junto à Marinha japonesa; nos meses seguintes, entre 2018 e 2019, Trump autorizou o envio regular de caças bombardeiros B52 para sobrevoar o Estreito de Taiwan e o Mar do Sul da China, incrementando a militarização da área.

classes na maior potência imperialista do mundo envolveu a reconstrução de um Biden aparentemente afastado do bipartidarismo tradicional em crise, oposto à extrema direita Republicana. Desejoso de resgatar as alianças internacionais tradicionais de Washington e recompor a figura dos Estados Unidos como baluarte da segurança capitalista mundial, em oposição ao isolacionismo nacionalista de Trump, Biden tomou medidas para desfazer a herança trumpista em determinados segmentos da vida política e social. Entretanto, ficou notória a linha de continuidade marcante que Biden estabeleceu com Trump em relação à China. A agressividade trumpista foi tomada pela nova administração Democrata como algo a ser aprofundado, ainda que nos marcos definidos pelo complexo equilíbrio entre cooperação e competição na relação simbiótica entre Estados Unidos e China.

No breve documento intitulado "Guia Provisório de Estratégia de Segurança Nacional" (*Interim National Security Strategic Guidance*), divulgado em março de 2021 sob os auspícios da administração Biden, a China é mencionada nada menos que 15 vezes (a Rússia é citada 5 vezes, e o Irã apenas 4). Nele, a Casa Branca afirmava taxativamente, em sua primeira formulação dessa natureza desde o documento de Segurança Nacional de 2017, que a "China é o único competidor [dos Estados Unidos] potencialmente capaz de combinar o seu poderio econômico, diplomático, militar e tecnológico a fim de opor um desafio sustentado a um sistema internacional aberto e estável"[237]. Sobre as alianças estadunidenses, o documento afirma o compromisso de fortalecer e defender a rede de aliados dos Estados Unidos, um objetivo central para enfraquecer as alianças chinesas numa região longínqua dos Estados Unidos. Assim, os vizinhos asiáticos da China não ficam de fora do relatório: Washington promete defender as nações de qualquer coerção chinesa. Nomeadamente, o documento enfatiza Taiwan como uma "importante democracia e parceira econômica e de segurança crucial" dos Estados Unidos, que será protegida "de acordo com os duradouros compromissos dos EUA", assim como os interesses da população de Hong Kong, de Xinjiang e do Tibete. Já no primeiro documento oficial de estratégia de segurança nacional da

237 Não é demasiado recuperar algumas passagens que ilustram o pensamento securitário do governo Biden sobre a China. Segundo o documento oficial, a Casa Branca assegurará que "as Forças Armadas dos Estados Unidos sigam sendo as melhor treinadas e equipadas no mundo, contra uma China crescentemente assertiva e uma Rússia desestabilizadora". A atenção à tecnologia, à defesa e às alianças estratégicas dos Estados Unidos, cuja importância é sublinhada algumas vezes – contra a linha isolacionista de Trump – forma uma agenda que "fortalecerá nossas duradouras vantagens, e nos permitirá prevalecer na competição estratégica com a China, ou qualquer outra nação". Quase como alusão direta ao Plano de Resgate aprovado no início da administração Biden, diz-se que "a forma mais eficaz para os Estados Unidos vencer uma China cada vez mais autoritária e assertiva, no longo prazo, é investir em nosso povo, nossa economia e nossa democracia" e, para deixar claro que Washington preservaria a iniciativa dos assuntos mundiais, afirmava que "restaurando a credibilidade da nossa liderança global, garantiremos que os Estados Unidos, e não a China, defina a agenda política internacional". "Interim National Security Strategic Guidance", White House, 2021. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf (Acessado em 21/06/2021)

administração Biden, divulgado simultaneamente ao 20º Congresso do PCCh em outubro de 2022, o Partido Democrata destaca a China como o principal rival estratégico dos Estados Unidos, abrigando "a intenção e, cada vez mais, a capacidade de remodelar a ordem internacional em favor de uma ordem que incline o campo de disputa global em seu benefício". Discorrendo sobre a estratégia norte-americana, argumenta que, embora a Rússia represente uma ameaça "imediata e contínua", ela "carece das capacidades multifacetadas da República Popular da China".

Diante dessa pressão, o discurso inaugural de Xi Jinping ao Congresso que entronizou seu terceiro mandato foi atravessado pela necessidade de impingir uma postura firme ao público doméstico e internacional. O mandatário chinês assegurou que estariam em curso no cenário internacional "mudanças drásticas", especialmente tentativas externas de chantagear, conter, bloquear e exercer a máxima pressão sobre a China. As incertezas e fatores imprevisíveis estariam aumentando, a China deveria estar pronta para "resistir a ventos fortes, águas agitadas e até mesmo tempestades perigosas".

Mahbubani (2020) argumenta que, pela natureza da competição entre potências nucleares da importância de EUA e China, e a previsível destruição mútua que adviria de um enfrentamento desimpedido entre ambos, poder-se-ia prever que o desenlace do conflito não seria sacramentado em termos militares. Ademais, pelos custos de manutenção do seu imenso aparato militar, o aumento do orçamento andaria na contramão de um plano racional sintonizado aos interesses do imperialismo estadunidense (MAHBUBANI, 2020). É certo que os riscos avultados que endereçam uma conflagração militar aberta entre EUA e China modulam os cálculos de ambas as potências, em primeiro lugar do imperialismo norte-americano. Entretanto, Mahbubani parece secundarizar as tendências inscritas na época de decadência capitalista, e que resultam na forma característica em que as disputas entre grandes potências por novos espaços de acumulação de capital passaram a se dar a partir do ponto de inflexão do século XX. Não é nova ou original a concepção de que as guerras entre Estados estariam obsoletas, quer pelas forças de destruição alcançadas pelo aparato militar (que determinados teóricos, como o alemão Wolfgang Streeck, interpretam como verdadeiros bloqueios à revolução), ou pelos mecanismos diplomáticos supraestatais. A guerra da Ucrânia, entretanto, recolocou no panorama histórico a possibilidade das guerras interestatais em territórios geopolíticos centrais. O desenvolvimento da indústria tecnológico-militar no século XX, inédito até então, foi um veículo para o desencadeamento das campanhas destrutivas de massas nas grandes guerras, e não um bloqueio a elas.

A possibilidade de impedir novas catástrofes militares está reservada não à potência dissuasiva das armas imperialistas, mas à dinâmica entre revolução e contrarrevolução, ou à capacidade de triunfos revolucionários que superem a ordenação capitalista e abram caminho à reorganização socialista em uma civilização historicamente superior. Esta definição se aplica consequentemente à disputa entre Estados Unidos e China, que deixados à lógica particular de sua competição, que inclui fluxos e refluxos, podem alcançar uma dimensão inesperada. Como conceito, não estamos diante da realidade de uma guerra sino-estadunidense; a guerra da Ucrânia, não obstante, confirma que com a crise de 2008, que pôs fim à prolongada hegemonia neoliberal, agravada pela pandemia e pela crise ambiental, reduzem-se as margens para um desenvolvimento evolutivo da situação de competição entre potências. As tendências profundas de guerras, crises e revoluções, próprias da época, se reatualizam na etapa. Para além dos ritmos, a disputa sino-estadunidense obedece a esta dinâmica da qual não pode escapar.

6.2 Segunda zona de interação: China na Ásia oriental e Sudeste Asiático (Ásia-Pacífico)

6.2.1 Rússia

Quando a Rússia invadiu a Ucrânia em fevereiro de 2022, os líderes da China tentaram equilibrar dois interesses fundamentalmente irreconciliáveis. Primeiro, visaram reforçar a entente da China com a Rússia para contrabalançar o poder norte-americano e aliviar a crescente pressão estratégica do Ocidente. Em segundo lugar, embora apoiassem Moscou, procuraram evitar atrair sanções coordenadas contra o governo, as empresas e as instituições financeiras da China. A China se recusou a vender armas à Rússia e a contornar as sanções em nome de Moscou porque preservar o acesso ao mercado global é mais importante para Pequim do que qualquer vínculo econômico com a Rússia. Mas Pequim também aproveitou o momento para dificultar a política de Washington, que tratou de associar permanentemente a resposta à Rússia com uma eventual ofensiva contra a China caso Pequim buscasse reintegrar Taiwan. Endossou as razões da Rússia para o conflito, coordenando-se diplomaticamente com Moscou ao acusar a OTAN e os EUA como atores mais que figurrativos na extensão do conflito. Ademais, o governo chinês aproveitou ao máximo a importação a preços reduzidos de petróleo russo e reforçou os vínculos econômicos com a Rússia. O comércio China-Rússia cresceu 34,3% em 2022, atingindo um recorde de US$ 190 bilhões.

Assim, a guerra da Ucrânia – o início de um questionamento aberto à ordenação neoliberal do sistema mundial de Estados, como dissemos – talvez mais do que as patentes ressalvas de Pequim à política de Moscou, iluminou a resiliência dos fatores de agregação, incômodos aos Estados Unidos, entre China e Rússia. A alergia chinesa a tudo o que se assemelhe a curto-circuitos com o mercado ocidental não significou a alteração de sua postura diante da pressão de Washington. O complexo equilíbrio da política de Pequim envolveu o papel de efeito moderador da política arriscada de Putin no tabuleiro geopolítico europeu, incluindo acordo com Biden na contenção das possibilidades de utilização de armas táticas nucleares. Mas as mesmas circunstâncias da guerra da Ucrânia permitiram a Pequim delinear com mais nitidez sua preponderância na entente com a Rússia, o que por sua vez alavancou Xi Jinping como líder de um bloco nascente de países que vão sendo atraídos à órbita da China. Por um lado, a aliança ocidental liderada pelos EUA através da OTAN, incluindo aliados como Japão e Austrália; por outro lado, uma informal aliança entre a China e a Rússia, com a presença de países da Ásia Central, e a ambiguidade de potências regionais importantes como a Índia, que não se alinharam com os EUA no tema da guerra, mesmo sem apoiar abertamente a Rússia na Ucrânia. A cúpula da Organização de Cooperação de Xangai de 2022 no Uzbequistão expôs a preoponderância chinesa no interior dos países marginalizados da "ordem neoliberal" norte-americana, tanto nas contradições desse bloco informal, quanto na convergência dos principais elementos (Xi Jinping e Vladimir Putin) no antagonismo a Washington.

Dentre desse bloco nascente, pelas características das nações envolvidas, é a Rússia com seu longo histórico de domínio sobre os países da massa territorial asiática que possui mais interesses e contradições diante dos planos de dominação de Xi. Uma incursão sobre os fundamentos dessa parceria improvável vem a bom termo.

A partir do momento em que a República Popular da China foi fundada, em 1949, suas relações com a União Soviética, e posteriormente com a Rússia, passaram por estágios distintos, e mesmo contrapostos: de um período de aliança a um período de confronto, culminando na era de cooperação e parceria estratégica atual (WIJK, 2016; LUKIN, 2018). O que começou com uma parceria entre duas burocracias politicamente dominantes mediante as expropriação dos triunfos revolucionários da classe trabalhadora (stalinistas e maoístas) durante a década de 1950 se transformou em interação animosa e confrontativa entre Estados operários degenerados (União Soviética) e deformados (China), entre o início da década de 1960 e o final da década de 1970. Entre 1978 e 1989 houve um período de normalização das relações e abandono da postura de mútua hostilidade por parte das burocracias; a partir da

década de 1990, com a restauração capitalista na União Soviética, a queda do Muro de Berlim e o triunfo do imperialismo estadunidense com o advento do neoliberalismo, China e Rússia passaram a aprofundar seus laços de desconfiada amizade, parceria tornada estratégica com a restauração do capitalismo na própria China (WIJK, 2016).

Como mostramos anteriormente, a União Soviética foi vital para o triunfo do Partido Comunista Chinês no período da Guerra Civil contra o Kuomintang, e na primeira década de vida da República Popular. Sua transferência de tecnologia industrial e militar mantiveram Mao e o PCCh de pé durante os terríveis anos da Guerra da Coréia, em que a República Popular estava em jogo, soerguendo da pobreza absoluta um país devastado por um século de humilhações dirigidas por potências como o Japão, a Inglaterra, a Alemanha, a França, e até mesmo a Rússia tsarista. Não menor foi o efeito das relações econômicas da China, isolada internacionalmente, com a União Soviética a partir do início da coletivização forçada da terra, em 1955, até o final da tragédia do Grande Salto Adiante, entre 1958 e 1962. A República Popular da China sobreviveu sua primeira década, indubitavelmente escorada nas capacidades adquiridas pelo "irmão mais velho" do norte. No Capítulo 3 mostramos que essa relação entre burocracias operárias incontroláveis, que no caso da União Soviética capitaneada por Stálin acumulava um rol de performances funéreas contra a luta revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo, não tinha um objetivo expansivo para as conquistas da Revolução Chinesa. Assim como a camarilha stalinista do Kremlin, Mao, Deng, Liu Shaoqi e Gao Gang compartilhavam a doutrina – por não lhe encontrar um nome mais adequado – do "socialismo em um só país". Sua relação não estava baseada no estímulo à autoatividade revolucionária dos trabalhadores asiáticos e em todo o mundo, que assistiam às conquistas da China com esperanças. Tratava-se de uma relação entre Estados nacionais com interesses nacionais próprios. Esse caráter da relação entre Moscou e Pequim, crucial para a compreensão dos antagonismos posteriores, explica a extraordinária diminuição da capacidade exponencial inerente naquela eventual junção das forças produtivas de dois colossos asiáticos na luta contra as potências ocidentais, e em primeiro lugar contra os Estados Unidos.

De posse dessa noção teórico-política, fica mais compreensível a mudança drástica da visão que a burocracia maoísta sobre o auxílio de Moscou no período formativo da República Popular da China. Na década de 1950, Mao Zedong e o primeiro-ministro Zhou Enlai eram entusiastas admiradores de Stálin e da política moscovita. Referindo-se em 1957 ao Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua, de 1950, entre a China e a Rússia soviética, Mao confessava que:

> A China recebeu assistência fraterna da União Soviética em sua construção socialista, em muitos terrenos […] Essa é uma grande aliança de duas grandes nações socialistas. Compartilhamos o mesmo destino e a mesma fonte vital que a União Soviética e todo o campo socialista. Consideramos uma obrigação sagrada de todos os países socialistas fortalecerem a solidariedade às nações socialistas encabeçadas pela União Soviética (ZEDONG, 1957, s/p).

Posteriormente à ruptura entre Moscou e Pequim, a meados da década de 1960 e que chegaria ao ápice no conflito sino-soviético de 1969, as reprimendas entre ambas as burocracias passaram a figurar em todas as alocuções públicas dos funcionários de Estado dos respectivos países. Mao passou a recriminar a União Soviética pela conduta simétrica oposta da que, anos antes, a parabenizara. Em particular, Mao criticara a União Soviética por não conferir à China a ajuda necessária contra o Kuomintang de Chiang Kai-shek, durante a Guerra Civil de 1946-49, e de adotar posturas imperialistas contra os chineses, ao insistir na permanência de tropas russas em solo chinês, recusando fazer concessões econômicas e militares (como a entrega de armas nucleares) na década de 1950. As burocracias arrastam-se habitualmente como Stiépan Arcádievich de Tolstói[238]: mudam de ideia na medida em as ideias de outros também mudam, a ponto de negar hoje o que juravam ontem, especialmente quando são materialmente ameaçados. Segundo Alexander Lukin,

> [Os chineses] desaprovavam a burocratização da União Soviética, a falta de fé na iniciativa do povo, a subestimação do papel do líder (como se evidenciava nas críticas a Stálin). Culpabilizavam a política externa de Moscou por mancomunar-se com o imperialismo às expensas da China, rejeitar o conceito da necessidade da guerra mundial, e ressuscitar o imperialismo do período tsarista. Pequim levantou acusações acerca de que, na década de 1950 e mesmo antes, Stálin perseguia uma política imperialista sob o disfarce da amizade, fracassando em apoiar os comunistas chineses durante a Guerra Civil, cooperando com o Kuomintang, ungindo ditatorialmente a si mesmo como "irmão mais velho" da China, tentando preservar bases militares soviéticas em territórios chineses como Dalian e Port Arthur, obtendo concessões como a Ferrovia Oriental da China e muitos projetos conjuntos em Xinjiang, recusando transferir armamento nuclear para a China, falhando em apoiar a "libertação" de Taiwan, e assim por diante. A China também acusava a direção soviética por sua falta de vontade em admitir que a Rússia tsarista perseguia uma política exclusivamente imperialista frente a Pequim, tentando apropriar-se de territórios chineses, e que os tratados sino-russos do século XIX, que entre outras coisas determinavam as fronteiras entre os países, eram "desiguais" (LUKIN, 2018, p. 38-9).

O viés "estatista" da relação sino-soviética fica evidente. Era verdadeira a acusação de que a URSS stalinista, depois da Segunda Guerra Mundial, partilhara o mundo com o imperialismo ocidental nas chamadas zonas de influência, marco geopolítico da Guerra Fria;

238Stiépan Arcádievich é um dos personagens do romance *Ana Karênina*, de Liev Tolstói.

assim como que, no interior desse acordo, os Partidos Comunistas em todo o mundo colaboraram com as burguesias ocidentais para desativar e derrotar os novos processos revolucionários que surgiram nas décadas seguintes, como na Grécia, na França, na Espanha e na Itália (e em não menor medida nos países coloniais e semicoloniais, em que a burocracia stalinista teve menos êxito em frear revoluções, como o caso de Cuba, Vietnã e China). Por outro lado, a burocracia maoísta apoiou a política stalinista por anos, fundada na comunhão do "socialismo em um só país". Mao e o Partido Comunista Chinês apoiavam a lôbrega burocracia stalinista de Enver Hoxha na Albânia, e respaldaram a repressão da Revolução Húngara de 1956, que questionava a burocracia stalinista, pelos tanques do Kremlin. O apoio da República Popular à repressão das revoluções políticas anti-stalinistas na Alemanha Oriental em 1953 e na Polônia, em 1956, seguiram a mesma tendência, na medida em que estimularam na própria China um período de reverdescimento das críticas ao PCCh (canalizadas por Mao na "Campanha das Mil Flores" de 1957). Os antagonismos, assim como as convergências na relação sino-soviética, davam-se sobre as conveniências de interesses dos respectivos Estados nacionais.

A normalização das relações entre os dois países começou ao final dos anos de governo de Leonid Brezhnev, e no início da era Deng Xiaoping, uma década depois do conflito sino-soviético de 1969. Após a inexitosa campanha militar da China contra o Vietnã em 1979, mesmo ano da forte reação negativa a nível internacional diante da ocupação militar soviética do Afeganistão, as burocracias sino-soviéticas aparentemente chegaram à conclusão de que o seguimento dos atritos mútuos não melhoraria a situação de nenhuma delas. Na China, Deng Xiaoping buscava concentrar o país nas reformas de abertura pró-capitalistas, para as quais era necessário reduzir ao mínimo os conflitos internacionais e assegurar um longo período de paz interna para a China. A melhoria das relações com a União Soviética, assim como o recente degelo com os Estados Unidos, estava na ordem do dia. Mikhail Gorbatchov, à testa de um país cada vez mais debilitado pela ação erosiva do próprio Kremlin, aceitou de bom grado as novas perspectivas. A crise econômica, que coexistia com as políticas da *glasnost* (transparência) e da *perestroika* (reconstrução) de Gorbatchov, em 1986, exacerbaram essa necessidade de relações pacíficas com os vizinhos soviéticos (WIJK, 2016). Moscou e Pequim amainaram suas disputas e passaram a discutir concretamente as medidas necessárias para o restabelecimento de relações bilaterais. O colapso da União Soviética em 1991, que abolia consigo o Pacto de Varsóvia (aliança militar encabeçada por Moscou durante a Guerra Fria), foi recebido com desapontamento e receio pela China.

> Num artigo publicado em Renmin Ribao, a 16 de dezembro de 1991, o ministro de Relações Exteriores da China, Qian Qichen, argumentou que "a situação política interna na União Soviética se tornou extremamente preocupante". De acordo com Evgeny Bazhanov, os líderes chineses e especialistas em relações estrangeiras enxergaram na queda da União Soviética potenciais fontes de problemas. Em primeiro lugar, viam o colapso da URSS como um grande golpe no movimento comunista internacional. Em segundo lugar, Pequim se preocupava com seu potencial impacto na situação securitária da Eurásia e do mundo em geral. Em terceiro lugar, Pequim via o risco de uma reaproximação entre a Rússia e o Ocidente que poderia alterar o equilíbrio de poder mundial. Em quarto lugar, os chineses acreditavam que o ocorrido poderia afetar negativamente a situação ideológica na China (LUKIN, 2018, p. 40).

As autoridades de Pequim trataram com cautela a nova Rússia, decadente e vítima de um processo de destruição de suas forças produtivas por meio da restauração capitalista, mas ainda um formidável vizinho a ser temido, especialmente se dirigisse sua lealdade a Washington. A China receava que, caso a Rússia buscasse melhor sorte aliando-se às potências ocidentais, ver-se-ia isolada na Ásia, com potenciais novos conflitos de fronteira, e tendo de lidar internamente com os ecos das manifestações de massas que antecederam os conflitos de 1989. Essa percepção levou a burocracia chefiada por Deng a uma postura que combinava zelo e pragmatismo, uma vez que, sem poder escolher o melhor panorama internacional, a China ainda precisava desesperadamente de um cenário pacífico para poder desenvolver-se economicamente. Vendo na Rússia um importante parceiro econômico, comercial e militar, Pequim decidiu levar adiante com a Rússia a mesma relação pragmática adotada com os demais países capitalistas, buscando fazer negócios e extrair deles o máximo benefício possível. A Rússia capitalista, agora, servia de anteparo à luta de classes na China, uma vez que o intercâmbio comercial seguisse prosperando e dando fôlego à economia chinesa. Já em março de 1990, Deng Xiaoping estipulava a conduta chinesa diante de Moscou: "Quaisquer mudanças que tenham eventualmente ocorrido com a União Soviética, devemos desenvolver calmamente relações cordiais com ela, incluindo relações políticas, baseadas nos cinco princípios de coexistência pacífica, e sem engajar-nos em polêmicas ideológicas" (LUKIN, 2018). Qian Qichen, das tribunas do Congresso Nacional do Povo, a 25 de dezembro de 1991, explicou que o governo chinês, sustentado no que chamava de princípio de não-interferência nos assuntos internos de outros países (algo sabiamente seletivo, como sabemos), respeitava a dita escolha do povo russo e seguiria buscando desenvolver uma relação amistosa e cooperativa com sua república (BOLT; CROSS, 2018). O 14º Congresso do Partido Comunista Chinês, que em outubro de 1992 selava o triunfo da linha restauracionista agressiva de Deng após a queda da União Soviética, recomendava que a

China mantivesse os esforços necessários para travar relações cooperativas com seus vizinhos, em especial a Rússia.

No início da década de 1990, os líderes chineses começaram a utilizar sua relação com a Rússia para incentivar hostilidades contra a nova ordem mundial unipolar, que orbitava ao redor dos Estados Unidos. Depois de décadas de complicações, a China via na aliança com a Rússia uma maneira crucial para opor-se ao triunfalismo estadunidense, celebrado na obra de Francis Fukuyama "*O Fim da História e o Último Homem*" (profecia inebriada que, na era da crise capitalista mundial, do retorno das disputas entre potências e da luta de classes, teve um destino cômico). Jiang Zemin delineava essa perspectiva em 1994, durante sua visita à Rússia, em que pregava um novo tipo de relação sino-russa, baseada na contraposição aos ditados unívocos de Washington. Em 1996, Jiang desenvolveu esse pensamento na relação sino-russa, cuja interação dever-se-ia dar sobre as linhas da igualdade e da confiança, da cooperação, do benefício e do desenvolvimento mútuos (McGREGOR, 2019). Com a chegada de Vladimir Putin à presidência da Rússia em 1999, a preocupação da China com o comportamento errático e instável de Boris Yeltsin foi substituído pela satisfação de um vizinho mais estável e previsível. A despeito de iniciais incertezas em relação à conduta de Moscou sob o novo governo – que apoiaria a política de George W. Bush após 2001, permitindo que os Estados Unidos concentrassem tropas próximas à Ásia Central, e portanto das fronteiras da China – Pequim rapidamente se deu conta da animosidade ao Ocidente que animava a política de Putin, um ex-funcionário da KGB soviética.

Hu Jintao teve ainda melhores relações com Putin do que Jiang Zemin, assumindo o poder na China no momento em que Moscou deixava claro que abandonava uma postura hesitante diante dos Estados Unidos. Washington utilizou a década de 1990 para avançar o limites da OTAN às fronteiras da Rússia: agrupando países como a Polônia, a República Tcheca e a Hungria a partir de 1999, e integrando países bálticos e da zona de influência da antiga União Soviética (Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Eslovênia, Romênia e Bulgária) a partir de 2004 (WIJK, 2016). Tais movimentos irritaram em grande medida o regime de Moscou. Putin, em particular, desenvolveu a noção da recuperação do prestígio da Rússia em toda a ex-União Soviética, preservando o poderio russo nessa região da Eurásia; passou a opor-se aos desígnios dos Estados Unidos na ONU, aproveitando o assento da Rússia no Conselho de Segurança, e mais em geral antagonizando qualquer movimento que figurasse como uma aproximação da OTAN ao Leste europeu e à Ásia.

> A 20 de março de 2003, os Estados Unidos lançaram uma ofensiva militar no Iraque para derrubar o regime de Saddam Hussein. Em seus estágios preparatórios, os EUA tentaram, sem êxito, dar legitimidade àquelas

> operações para obter o aval do Conselho de Segurança da ONU. Isso, por sua vez, prontificou a Rússia e a China a adotar uma posição contrária, negando o seu apoio aos Estados Unidos, que naquele momento não eram apoiados nem mesmo por seus aliados mais próximos – França e Alemanha. Dessa vez, Pequim aprovou a posição de Moscou, que estava mais equilibrada e consistente do que sua abordagem anterior diante da crise na Iugoslávia (LUKIN, 2018, p. 48).

Essa conduta selou a aproximação entre Rússia e China nos alvores do século XXI. Em especial, a aliança militar sino-russa encontrou uma nova dinâmica ascendente nas primeiras décadas do novo século, reeditando as boas relações marciais entre as duas potências na década de 1950. A China conduziu seus primeiros exercícios militares conjuntos com outro país em 1999; a Rússia foi sua parceira pioneira. Durante a visita da Frota do Pacífico, da Marinha russa, à China, conduziram-se exercícios navais comuns com a Marinha do ELP nas águas do Mar da China Oriental, disputadas com o Japão. Em 2001, os dois exércitos conduziram exercícios militares usando os bombardeiros russos, e em 2005, junto aos membros da Organização de Cooperação de Xangai, Pequim e Moscou levaram adiante na península de Shandong a chamada "Missão de Paz 2005" – uma operação conjunta que se repetiria várias vezes nos anos seguintes.

A partir de então, já se podiam divisar os contornos do objetivo chinês de projeção de poder na Ásia-Pacífico, em detrimento dos Estados Unidos, para o qual a aliança com a Rússia foi crucial. Em 2007, a "Missão de Paz" sino-russa ocorreu na região de Xinjiang, na China, e na região de Chelyabinsk, na Rússia. Pela primeira vez na história do Exército de Libertação Popular, as forças armadas chinesas deslocaram tropas e aeronaves de transporte e combate por milhares de quilômetros, a fim de conduzir exercícios de ataques aéreos combinados. Em 2009, as forças navais sino-russas conduziram exercícios conjuntos no Golfo de Áden, na costa da Somália; em 2010, os exercícios conjuntos se deram no Cazaquistão, como forma de assegurar aos membros da Organização de Cooperação de Xangai, na Ásia Central, que China e Rússia eram capazes de garantir a segurança regional. Entre 2002 e 2010, a China participou de mais de 20 operações militares conjuntas, a maioria delas com a presença da Rússia. Entre 2012 e 2015, China e Rússia concentraram suas operações em exercícios navais, algo em que já se fazia sentir a influência de Xi Jinping, que busca dar primazia ao objetivo da China conquistar a mais potente Marinha de guerra do mundo, não só quantitativa mas também qualitativamente.

> Em 2012, China e Rússia sustentaram um exercício naval conjunto chamado "Mar Conjunto 2012", que desde então se tornou um exercício militar bilateral anual. Os exercícios de 2012, na costa chinesa do Mar Amarelo, foram dominados por operações anti-submarinos e por operações marítimas

> de defesa aérea. No total, 16 navios da Marinha chinesa e 4 embarcações russas tomaram parte, demonstrando a vontade, da China e da Rússia, em perpetuar as Missões de Paz nos mares. Em julho de 2013, 19 navios de superfície sino-russos, incluindo destróieres, fragatas, submarinos e aeronaves participaram da operação "Mar Conjunto 2013", em Vladivostok […] A operação "Mar Conjunto 2014" foi dominada por simulações de combate e revelaram alto grau de interoperabilidade entre as duas forças navais. O teatro de operações foi a parte nordeste do Mar da China Oriental, uma área em que a China se embate recorrentemente em escaramuças com o Japão sobre as ilhas disputadas de Senkaku/Diaoyu. Dois exercícios navais ocorreram em 2015: Interação Naval 2015, no Mar Mediterrâneo, e "Mar Conjunto 2015", no Mar do Japão. Esta última operação, o maior exercício naval jamais realizada no Pacífico, envolveu mais de 20 navios simulando combate anti-submarinos e de defesa aérea, assim como desembarques em ilha. Exercícios militares conjuntos com a Rússia são importantes para o Exército de Libertação Popular, porque a maestria da Rússia na utilização dos sistemas de armas que a China comprou de Moscou a habilitam a experimentar seu uso tático e estratégico. Além do mais, muitos dos exercícios militares da Organização de Cooperação de Xangai ocorrem em regiões da Ásia Central, que são de crucial importância para a luta da China contra movimentos separatistas em Xinjiang e no Tibete. Finalmente, exercícios militares conjuntos com a Rússia estão melhorando as relações sino-russas, o que evita que o programa de modernização militar da China seja percebido como uma ameaça (PRADT, 2016, p. 58-9).

A crise da Ucrânia em 2014, com a incorporação da península da Criméia ao território russo por Putin, foi um momento chave da relação sino-russa. A atitude do governo autocrático de Moscou diante de uma provocação dos Estados Unidos, que gerou rupturas internas e os protestos do Euromaidan em Kiev que derrubaram o governo pró-russo de Viktor Yanukovych, levou a contra-protestos nas regiões do Donbass (em Donetsk e em Luhansk, ricas em recursos minerais), que passaram a ser uma espécie de protetorado russo na Ucrânia. Em termos gerais, apesar de Pequim não ter sustentado a anexação da Criméia (assim como silenciara sobre a movimentação russa na Geórgia, em 2008), não criticou a conduta de Putin. A psicologia política do governo chinês pode ser encontrada nesse episódio internacional: ciosa de suas reivindicações territoriais, e desconfiada das pretensões russas, Pequim não poderia apresentar sua aprovação direta a políticas anexatórias. Entretanto, a assimilação territorial dessas porções da Ucrânia pela Rússia, diante das tentativas de desestabilização do Leste europeu pelas potências ocidentais, foi considerada como algo menos relevante, senão justificável. Para a China, obcecada pela estabilidade social, a integridade territorial e a soberania nacional dos Estados independentes são mantras a serem defendidos com punho de ferro, e Putin demonstrou essa capacidade. Essa resposta agradou Moscou, que nutriu relações substancialmente cordiais com a China. Nas renovadas tensões no início de 2022 entre os Estados Unidos (encabeçando a OTAN) e a Rússia, sobre a questão

da Ucrânia, a China tomou posição de forma algo mais enfática em favor da Rússia. Diante da concentração de tropas russas na fronteira ocidental do país, como resposta à escalada retórica do governo Biden, o embaixador chinês, Wang Yi, afirmou que "as razoáveis preocupações de segurança da Rússia deviam ser levadas a sério e resolvidas", acrescentando que a segurança da Europa "não seria assegurada com o fortalecimento ou expansão de blocos militares", numa referência mais do que aparente à exigência de Putin de que a OTAN não incorporasse mais nenhum país do Leste europeu[239]. O comunicado em comum divulgado por Xi e Putin, durante encontro pessoal nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022 em Pequim, tornou evidente a postura da China contrária à expansão da OTAN, feita explícita pela primeira vez[240]. A guerra da Ucrânia operou uma transformação na forma da entente sino-russa, adaptada à necessidade da China preservar suas relações com o Ocidente. A configuração dessa aliança informal também sofreu modificações: acelerou a predominância da China por sobre a Rússia, que se converteu em sócia menor de Pequim. Mas o conteúdo da parceria se manteve em seus fundamentos: firmar o antagonismo à política de Washington na Eurásia, o que implica avançar o questionamento da velha ordem unipolar nascida do fim da Guerra Fria e da queda da URSS.

Objetivamente, China e Rússia passaram a conformar um dueto que em todas as questões centrais opunha severos obstáculos aos Estados Unidos, especialmente na Ásia. Para Xi Jinping, a Rússia é muito importante como fonte de tecnologia militar e recursos energéticos, e politicamente um apoio contra Washington em seu "Pivô" para a Ásia-Pacífico, renovado com Biden. Para a Rússia, a China cumpre o mesmo papel de oposição dos desígnios imperialistas de Washington na Ásia, e ocupando os Estados Unidos na corrida pela primazia tecnológico-militar, a China permite que a Rússia tenha mais espaço para defender seus próprios interesses no Leste europeu. A Rússia tem objetivos na Europa, enquanto a China se concentra na Ásia; as manobras diplomáticas ousadas de Moscou contrastam com a discrição de Pequim. Socialmente, China e Rússia são países capitalistas com muitas particularidades, inclusive entre si, e que possuem proletariados poderosos, que passaram por revoluções em suas gerações pregressas, e cujas atuais gerações se deparam com a campanha nacionalista de seus respectivos governos. São atributos que explicam o benefício mútuo na relação bilateral.

---

239 "Ukraine conflict shines light on deepening ties between Beijing and Moscow", Financial Times, 30/01/2022. Disponível em: https://www.ft.com/content/cb42163b-b3e3-4ace-817e-ce909fd72ad1 (Acessado em: 03/02/2022).

240 "Xi backs Putin's opposition to Nato expansion at summit that underlines closer ties", Financial Times, 04/02/2022. Disponível em: https://www.ft.com/content/8872a6ee-ebfc-4d87-aee0-5e15e4a14ff8 (Acessado em: 08/02/2022).

Tais características, que comungam do objetivo de paralisar a política dos Estados Unidos de dividir os dois países, fizeram com que Xi Jinping qualificasse Putin como seu "melhor amigo", em junho de 2019. "Nos últimos seis anos, já nos encontramos quase 30 vezes. A Rússia é o país que visitei mais vezes, e o presidente Putin é meu melhor amigo e colega", disse Xi em uma coletiva de imprensa durante sua visita de três dias à Rússia[241]. "Vamos fortalecer nosso apoio mútuo em questões-chave", disse Xi. Por sua vez, Putin disse que os laços bilaterais haviam "atingido um nível sem precedentes" e descreveu a relação entre os dois países como "uma parceria global e uma cooperação estratégica". Foi a mesma mensagem que os mandatários sino-russos transmitiram em maio de 2021, na ocasião do lançamento do projeto de energia nuclear, em que a Rússia se comprometeu na construção de quatro reatores nucleares para a China. Putin disse então que os laços entre os vizinhos haviam atingido "o melhor nível da história", reiterando comentários de Sergei Lavrov, Ministro das Relações Exteriores da Rússia, em março daquele ano. A China e a Rússia "se apoiaram firmemente" diante da pandemia, disse Xi, e falou de uma "parceria estratégica abrangente de coordenação para uma nova era"[242]. No aniversário de 20 anos da assinatura do "Tratado de Amizade e Cooperação", em junho de 2021, o ministro de Relações Exteriores, Wang Yi, disse que a relação sino-russa havia atingido novos patamares, e estava preparada para alcançar "uma nova escala, um campo mais amplo, e um nível mais profundo". Rafael Poch-de-Feliu, em seu artigo "*Rusia y China, ¿amigos para siempre?*"[243] relembra a primeira declaração conjunto sino-russa após o início da pandemia do coronavírus, em setembro de 2020, em que as duas potências reuniam motivos explicativos sobre sua cada vez relação cada vez mais semelhante a uma aliança:

> Essa declaração mencionava a campanha anti-chinesa e a politização por ocasião da pandemia (o "vírus Wuhan" de Trump), a campanha europeia e norte-americana para minimizar a contribuição decisiva da URSS na derrota do nazismo, e a revitalização de um militarismo sem complexos nas duas potências derrotadas em 1945: Alemanha e Japão. Denunciava também as sanções e pressões militares, com interferências desestabilizadoras e alianças com países hostis para apertar o cerco em torno de cada uma das duas potências; a OTAN e a GUAM – Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia, criada em 1997 – no caso da Rússia, e o Quad – Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos – no caso da China (POCH, 2021, s/p).

241 "As Relations With U.S. Sour, Xi Describes Putin As 'Best Friend' At Moscow Meeting", NPR, 06/06/2019. Disponível em: https://www.npr.org/2019/06/06/730200317/as-relations-with-u-s-sour-xi-describes-putin-as-best-friend-at-moscow-meeting (Acessado em: 28/08/2021).

242 "China's top diplomat heads to Russia as ties reach 'best level in history'", Financial Times, 23/05/2021. Disponível em: https://www.ft.com/content/b02e2fd3-c69f-4bbf-825b-eeef4e5be945 (Acessado em: 28/08/2021).

243 "Rusia y China, ¿amigos para siempre?", Contexto y Acción, 05/02/2021. Disponível em: https://ctxt.es/es/20210201/Firmas/34949/Rafael-Poch-analisis-alianza-China-Rusia-Estados-Unidos-guerra-fria-historia.htm (Acessado em: 28/08/2021).

Para o autor espanhol, o principal fundamento dessa relação especial entre China e Rússia é a hostilidade dedicada a ambos pelos Estados Unidos. Mas tratando da interação geopolítica sino-russa, Rafael Poch é um dos autores que acredita não haver demasiada confiança entre ambos. Sustenta que, pelas circunstâncias históricas de que já tratamos, a Rússia não deseja ser a "irmã menor" da China (um papel que nenhuma nação com uma identidade de poder deseja), e mais ainda nesse caso, em que foi a "irmã mais velha" da China no passado. A hipótese de se tornar algo como o "posto de gasolina" da China, com a servidão que isso implica, é descartada por especialistas russos, não correspondendo às preocupações internas levantadas em Moscou pela perspectiva de uma correlação tão desigual de forças com a China em expansão.

> Na época da crucificação da China (para usar a terminologia do grande sinólogo francês Jacques Gernet), nos tempos de pilhagem e abuso colonial nos séculos XIX e início do XX, a Rússia era para a China apenas mais um "demônio estrangeiro". Na expansão da Rússia para o leste nos séculos XVII e XVIII, os russos se depararam com os chineses. Até 1850, a região agora conhecida como o extremo oriente russo (Dalni Vostok), do leste do Lago Baikal até o Oceano Pacífico, tinha sido bem mais chinesa que russa. Deixou de ser assim graças ao Acordo de Aigun (1858), um desses tratados desiguais, que a China imperial enfraquecida foi obrigada a assinar com estrangeiros. Em sua posterior encarnação soviética, a Rússia foi a guardiã dos primórdios da República Popular da China, mas essa tutela altiva foi logo percebida por Mao como submissão estrangeira e foi um dos elementos da ruptura sino-soviética dos anos sessenta, cuja apoteose foi a guerra de Ussuri, na primavera de 1969. Até o final dos anos 80, a URSS manteve 44 divisões implantadas ao longo de sua fronteira de mais de 6.000 km com a China, treze divisões a mais do que na frente ocidental contra a OTAN. Em 1972, os chineses haviam aceitado o acordo oferecido por Nixon e Kissinger, com o qual Washington aumentou sua pressão sobre a URSS, e para os militares soviéticos a questão de quem era o "principal inimigo" da URSS não teve uma resposta simples nos anos 1970. Quanta desconfiança mútua esse passado gera hoje em dia? A resposta a essa pergunta é certamente matizada, mas não fornece uma "base muito sólida para a confiança política mútua" (POCH, 2021, s/p).

Serguei Karaganov, presidente do Conselho de Política Externa e de Defesa da Rússia, lança argumentos para mostrar que, apesar das desconfianças, a identidade eurasiática da Rússia lhe permitiria sintonizar-se com o vizinho chinês, citadas pelo próprio Rafael Poch:

> Sendo culturalmente principalmente européia, a Rússia é principalmente asiática política e socialmente. Sem uma centralização excessiva, sem um forte poder autoritário e sem a Sibéria com sua infinita riqueza, o país não seria o que é hoje, com aquilo que define seu código genético como uma grande potência. Embora existam diferenças culturais colossais, a Rússia e a China têm muitas coisas em comum na história. Até o século XV, ambas foram partes conquistadas do Império Mongol, o maior que o mundo já conheceu. A única diferença é que a China assimilou os mongóis, enquanto a Rússia os expulsou, mas absorveu muitas características asiáticas durante os

> dois séculos e meio de seu domínio. Durante os quinhentos anos de liderança européia e ocidental, o caráter asiático foi considerado um sinal de atraso. Mas agora parece estar se tornando uma vantagem competitiva, tanto em termos da capacidade de concentrar recursos para uma forte concorrência quanto em termos de combate a novos desafios (POCH, 2021, s/p).

Rafael Poch considera a própria aliança entre China e Rússia "perfeitamente evitável", caso os Estados Unidos apliquem um "1972 ao inverso": ou seja, enquanto naquele então Nixon e Kissinger se aproximavam da China para isolar a União Soviética, no século XXI Washington poderia tratar de reaproximar-se da Rússia para isolar a China. Essa hipótese, teoricamente sustentável, não está descartada pela história. Obstaculizam-na, entretanto, fatores tão históricos quanto aqueles que a aventam, uma vez que a Rússia, assim como a China, enxergam no Ocidente comandado pelos Estados Unidos uma ameaça maior do que seu próprio vizinho. Há muitas coisas mais que sustentam a renovada relação sino-russa do que a ausência de iniciativa de Washington para a desarticular. A China e a Rússia não têm intenção de formar uma aliança militar porque isso não resolveria os desafios abrangentes que ambos os países enfrentam. Mas, do ponto de vista dos interesses globais de cada Estado, desde que cooperem estrategicamente, podem gerar uma dissuasão eficaz e um esforço comum para lidar com problemas específicos, resistir à conduta internacional dos EUA, e seguir compartilhando exercícios militares que sirvam de alerta para os EUA na Ásia. A guerra da Ucrânia, para além da apreensão específica de Xi Jinping com a política por vezes errática da Rússia, exacerba o sentido estratégico dessa dinâmica. O século XXI parece apresentar benefícios evidentes para essa "entente dissuasiva" entre autocratas, e para a China, a Rússia é uma peça chave contra os Estados Unidos na Ásia.

6.2.2 Japão

O Japão toma um caminho oposto ao da Rússia em relação à China. Tendo uma relação historicamente mais conflitiva com a China do que a Rússia tivera, Tóquio busca estreitar ainda mais firmemente sua aliança de segurança com Washington contra a emergência de Pequim na Ásia.

O imperialismo japonês, como explicamos, possui um longo prontuário de atrocidades contra a população chinesa. Já no século XIX o Japão controlava determinadas porções territoriais no nordeste da China, explorando economicamente a força de trabalho do campesinato nativo. Do ponto de vista militar, sem mencionar a guerra sino-japonesa de 1895-96, a primeira metade do século XX assistiu à invasão japonesa à Manchúria, em 1931,

e posteriormente a ocupação militar do Norte e do Leste da China, a partir de 1937, o que durará até o final da Segunda Guerra Mundial. O Massacre de Nanquim é o evento de aniquilação civil mais conhecido dentre as inúmeras ofensivas militares de extermínio perpetradas pelo Mikado contra a resistência chinesa no período. A intervenção japonesa na China constitui uma recordação indelével na sua memória nacional, e influencia as relações bilaterais até hoje (Xi Jinping se serve dessa memória coletiva para açular o espírito nacionalista dos chineses). Até mesmo os resultados da Segunda Guerra oporiam os dois países: o Japão sairia derrotado e se tornaria virtualmente um protetorado do imperialismo estadunidense até 1952, enquanto a China conquistaria sua independência da intervenção imperial e a unificação nacional com a Revolução de 1949, passando à órbita da União Soviética.

No contexto da Guerra Fria, as relações seguiram instáveis, diante do pertencimento dos países a blocos distintos. Durante a Guerra da Coreia os laços se estremeceram na medida em que o Japão era utilizado pelos Estados Unidos na ofensiva contra a China, animosidade que arrefeceu relativamente após o final do conflito em 1953; durante o Grande Salto Adiante e o início da Revolução Cultural, a interação entre China e Japão novamente atingiu picos de acrimônia, suavizando-se após o restabelecimento informal das relações diplomáticas entre Washington e Pequim com a visita de Nixon-Kissinger a Mao em 1972, que tinha o objetivo de isolar a União Soviética aproveitando o conflito entre Moscou e Pequim em 1969. É possível que a década de 1970 tenha presidido o momento mais cordial das relações sino-japonesas no século XX. O Japão reconheceu oficialmente a República Popular como o verdadeiro governo da China, assim como Taiwan como parte inalienável da China continental; ademais, Tóquio assumiu, não sem certas reservas, a responsabilidade pelos crimes de guerra cometidos nos anos 30 e 40. Com a ascensão de Deng Xiaoping em 1978, China e Japão concluíram seu primeiro acordo comercial de longo prazo, tendo este último feito de maneira inédita um empréstimo em ienes ao governo do PCCh.

A meados da década de 1980, um refluxo na relação marcou um esfriamento na atitude entre os países. Com o debilitamento dos Estados operários burocratizados fruto da política conservadora dos governos stalinizados, os aliados dos Estados Unidos viram a oportunidade para serem mais assertivos, no contexto do início da ofensiva neoliberal com a derrota do ciclo revolucionário de 1968-81. Em 1985, o primeiro-ministro japonês, Nakasone Yasuhiro, fez uma visita ao Santuário Yasukuni, memorial em que uma dezena de criminosos de guerra foram enterrados. Para a China, isso constituiu (como ainda constitui) uma provocação inaceitável. Muitos acordos econômicos entre os dois países foram cancelados pela China,

que enfretava um superaquecimento econômico. O Japão foi mais incisivo na defesa das ilhas Senkaku/Diayou disputadas com a China e, ademais, foi um dos países que encabeçou junto aos Estados Unidos a série de sanções diplomáticas contra a China pelos acontecimentos em Tiananmen em 1989. A situação bilateral não chegou a atingir um ponto de hostilidade aberta. Apesar de tudo, a interação econômica entre o Japão e a China seguiu crescendo, durante esse período de transformação da economia asiática, em que Tóquio foi cedendo gradativamente o papel a Pequim como centro de gravidade industrial-manufatureiro do Leste da Ásia (HUNG, 2015). Segundo Richard Bush (2010), o comércio sino-japonês cresceu de US$ 18,2 bilhões em 1990 (logo após o incidente de Tiananmen) para US$ 57,9 bilhões em 1995, US$ 85,5 bilhões em 2000 e US$ 267 bilhões em 2005 (BUSH, 2010). Ou seja, o volume do comércio aumentou mais de dez vezes em apenas quinze anos. Esses foram os anos de abertura selvagem do mercado de trabalho chinês para o imperialismo estrangeiro, no marco do processo de restauração capitalista encabeçado por Deng Xiaoping e continuado por Jiang Zemin. O investimento estrangeiro direto acumulado japonês no interior da China cresceu de US$ 1,8 bilhões em 1990 para US$ 8,3 bilhões em 1995, US$ 15,1 bilhões em 2000, e US$ 36,3 bilhões em 2005 (BUSH, 2010). No verão de 2008, a China havia substituído os Estados Unidos como o maior mercado de exportação do Japão (em que atuavam multinacionais como Panasonic, Toyota, Honda, entre outras).

Politicamente, entretanto, a década de 1990 parece ter aberto um caminho de crescente animosidade que, com características especiais devido à crise mundial e à ascensão de Xi Jinping, se transmutou para o século XXI. Apesar da explosão de ogivas nucleares por parte de Pequim ter causado preocupações, o principal fator de atrito foi a questão de Taiwan e o Mar Oriental da China. Como dissemos no Capítulo 7, a crise política trilateral entre Washington-Pequim-Taipei com a visita do presidente taiwanês Lee Teng-hui à Universidade de Cornell, em junho de 1995, foi o estopim de uma série de exercícios militares chineses a modo de retaliação. Essa atividade militar nas águas que margeiam as costas insulares do Japão foram motivadores de uma aproximação com o governo Clinton, com o qual Tóquio divulgou declarações conjuntas de segurança. Esse movimento foi lido em Pequim como a decisão do Japão de agir em comum com o governo estadunidense na eventualidade de agressões contra Taiwan.

> A China viu-se como o alvo dos esforços de Washington e de Tóquio para fortalecer sua aliança. Em abril de 1996, o presidente Bill Clinton e o primeiro-ministro japonês Hashimoto Ryutaro emitiram uma declaração conjunta sobre segurança, e em setembro de 1997 os dois governos concluíram diretrizes para a cooperação em matéria de defesa, que o parlamento japonês promulgou em 1999. As preocupações da China

> surgiram de uma cláusula nas diretrizes que definiu seu escopo como sendo situações em áreas ao redor do Japão, bem como nas ilhas japonesas. Na verdade, foi a crise da Coreia do Norte de 1994 que estimulou os dois países a desenvolver primeiro a declaração de segurança e depois as diretrizes. Ao se preparar para defender a Coreia do Sul, o Pentágono descobriu que, sob a interpretação prevalecente da Constituição do Japão, suas suposições sobre a assistência que o Japão forneceria tinham sido excessivas. Embora a situação coreana fosse o estímulo para ampliar a aliança, o governo Hashimoto não excluiria a possibilidade de que Taiwan pudesse ser uma das situações que as diretrizes abrangeriam. A China tirou a conclusão de que Taiwan fora incluída e que no caso de agir contra Taiwan, ela agora tinha que planejar tanto a intervenção dos EUA quanto o envolvimento japonês (BUSH, 2010, p. 17).

Isso foi apenas um prelúdio para os cinco anos do período durante o qual Koizumi Junichiro passou a ser presidente do Partido Liberal Democrático (LDP) e primeiro-ministro do Japão (abril de 2001 a setembro de 2006). Suas repetidas visitas ao Santuário Yasukuni refletiram uma orientação nacionalista que buscava aparar a crescente busca da China por impor-se como potência política preponderante no Leste da Ásia. Os danos que causou para as relações exteriores do Japão com a China foram sensíveis, e recolocaram na mesa as cicatrizes que as guerras de ocupação haviam deixado na memória política chinesa. No panorama político imediato, ainda que o fortalecimento e modernização do Exército de Libertação Popular tivesse como primeiro alvo a questão de Taiwan, a nova capacidade conquistada representava um alerta também ao Japão, cujos documentos de defesa no período passam a mencionar, pela primeira vez, a expansão militar da China como motivo de preocupação nacional. A China, por sua vez, passou a desconfiar dos esforços do Japão em incrementar sua aliança com os Estados Unidos. O Japão já possuía uma robusta capacidade militar, e havia um esforço sério para revisar o artigo 9 da Constituição (que proíbe ao Japão o recurso da guerra para resolver disputas), a fim de adelgaçar as restrições sobre o uso de suas Forças Armadas para a defesa coletiva. Após o 11 de setembro de 2001, o governo Koizumi garantiu aprovação parlamentar para o envio, sem precedentes, das Forças Armadas de Autodefesa do Japão para apoiar as operações dos EUA no Afeganistão e no Iraque (BUSH, 2010). Essa maior assertividade militar do Japão estava conectada às disputas econômicas nas águas do Mar Oriental da China. Como a participação da China na produção global cresceu, sua busca por novas fontes de energia – entre elas os campos de petróleo e gás no Mar Oriental e do Sul da China – se expandiu rapidamente. Assegurar suas rotas comerciais no Oceano Índico e no Mar Oriental da China, além da posse das ilhas Ryukyu e Senkaku/Diaoyu, era um objetivo que se encontrava por trás do acercamento de Koizumi com Washington, que incluía participação em suas aventuras imperialistas.

> Um documento de defesa da República Popular da China, no final de 2004, alertou que "complicados fatores de segurança na região da Ásia-Pacífico estão aumentando… o Japão está intensificando sua revisão constitucional, ajustando suas forças armadas e de segurança e o desenvolvimento do sistema de defesa antimíssil para futura implantação. Também aumentou acentuadamente as atividades militares no exterior". Ao mesmo tempo, o Japão ia a público com suas preocupações com a China. O relatório do Conselho semi-oficial de Capacidades de Segurança e Defesa (o chamado Relatório Araki) observou "problemas de segurança exclusivos da localização [do Japão] em Ásia Oriental, incluindo uma China com armas nucleares, a possibilidade conflitos armados no Estreito de Taiwan, e o fracasso em resolver pacificamente disputas sobre o desenvolvimento de recursos naturais". O esboço do Programa Nacional de Defesa, emitido pelo Gabinete japonês dois meses mais tarde, observou especificamente que a China estava modernizando suas capacidades nucleares e de mísseis, além das forças navais e aéreas, e expandindo sua operações marítimas. "Teremos que permanecer atentos às suas ações futuras", o relatório dizia. Em fevereiro de 2005, os Estados Unidos e o Japão provocaram a ira da China ao designar como objetivo estratégico comum a resolução pacífica da questão do Estreito de Taiwan (BUSH, 2010, p. 20).

Do ponto de vista da captura de recursos energéticos regionais, estratégico tanto para a China como para o Japão, a celeuma pela divisão das jazidas de petróleo e gás no Mar Oriental da China concentra a atenção dos governos. O foco da disputa é o campo de petróleo e gás de Chunxiao, a leste e ao sul de Xangai. O Japão acredita que o campo se estende através da linha mediana que estipulou a fim de separar a zona de exploração científica e militar de Tóquio e Pequim. As empresas japonesas não pretendiam transferir os recursos energéticos do Mar Oriental da China de volta ao Japão, o que teria sido um empreendimento custoso; mas elas desejavam se beneficiar financeiramente se o petróleo e o gás fossem explorados economicamente, pela China ou qualquer outra potência (como a Rússia). Já as empresas chinesas também estavam extraindo gás natural do campo de Pinghu a oeste de Chunxiao e transmitindo-o através de um gasoduto para cidades da costa leste como Xangai, Hangzhou e Ningbo. Ainda durante a administração Koizumi no Japão (com Hu Jintao à testa do Estado chinês) a discordância sobre os direitos de posse sobre os recursos naturais deitados sob nessa plataforma continental acabou causando inúmeras refregas entre os países[244].

244 No final de maio de 2004, a imprensa japonesa revelou que as empresas de energia chinesas haviam começado a construir uma plataforma de exploração no campo de gás de Chunxiao. O governo japonês, enfrentando a pressão de membros do seu parlamento e da imprensa, procurou administrar o assunto por meios diplomáticos, mas sem sucesso. Seu estratagema, que a China rejeitou, era solicitar dados sobre a exploração com o argumento de que a futura perfuração chinesa poderia extrair gás do lado japonês da linha mediana. Por sua parte, Pequim propôs a exploração conjunta dos campos de gás, mas Tóquio rejeitou a oferta por preocupação com suas reivindicações de soberania. Essas propostas encaminhadas de ambas as partes revelam tanto que nenhum governo tem certeza sobre seus direitos sobre os recursos enterrados sob essas águas, quanto que nem a China nem o Japão gostariam de entrar em escaramuças militares por elas. Em julho de 2004, as empresas japonesas começaram a explorar o lado japonês da linha mediana. Em outubro, foram realizadas conversações bilaterais, mas elas não fizeram nenhum progresso nas questões em disputa. Houve também rumores de que o governo chinês havia concedido a suas empresas direitos de exploração do

Com a saída de Koizumi Junichiro do governo em 2006, seus sucessores buscaram emendar as pontas mais espinhosas das relações, mas sem exagerar na postura contrita de Tóquio. O objetivo era nada mais do que restabelecer relações normais com Pequim. Nas rápidas substituições entre Shinzo Abe, Fukuda Yasuo (que fez uma exitosa visita a Hu Jintao em 2008), Aso Taro e Hatoyama Yukio, no período 2006-2009, como chefes de Estado japoneses, as promessas de degelo bilateral envolveram o cessamento de provocações no Santuário Yasukuni e tentativas de pacificação no Mar da China Oriental. As tensões foram diminuídas provisoriamente. Mas a crise econômica mundial em 2008 havia mudado as coordenadas novamente, ao conferir à China a obrigação de alterar seu padrão de crescimento e sua própria postura internacional, refletida na ascensão de Xi Jinping.

A posição do Japão piorou substancialmente diante da ascensão chinesa na década de 2010. Como escreve Takashi Shiraishi em 2020, enquanto os gastos militares do Japão eram mais do que o dobro do da China no final da Guerra Fria, os gastos militares chineses são agora mais de cinco vezes maiores do que os do Japão. Pequim está derramando dinheiro em novos navios de guerra e mísseis a um ritmo que o Japão não consegue igualar. E embora o Japão tenha a terceira maior economia do mundo, a economia da China é agora duas vezes e meia maior do que a do Japão. A população do Japão está envelhecendo e diminuindo. A China também enfrenta um desafio demográfico, mas o fato é que a população chinesa é mais de 10 vezes maior do que a do Japão. A competição estratégica entre Washington e Pequim, do terreno econômico ao tecnológico, deixa nas sombras o breve período de desafio da potência japonesa ascendente à economia estadunidense na década de 1980, terminada peremptoriamente com o Acordo de Plaza de 1985. A geografia japonesa confere uma imagem realista de um país preso entre dois gigantes rivais, ainda que se trate de uma potência imperialista central, economicamente poderosa e vital para os Estados Unidos na Ásia-Pacífico.

Com base nas iniciativas políticas do governo do Partido Democrático do Japão, a segunda administração do primeiro-ministro Shinzo Abe (entre 2012 e 2020) fez esforços desde o princípio para adequar-se a esse novo panorama. Em 2013, divulgou as novas

lado japonês da linha mediana, o que Tóquio considerou como uma escalada nas provocações. No Dia de Ano Novo de 2005, um jornal japonês relatou que a exploração chinesa estava ocorrendo do lado japonês de sua linha de demarcação reivindicada, e o governo posteriormente confirmou a reportagem. Tóquio então exigiu que Pequim cessasse a exploração e fornecesse dados sobre as atividades, mas a China recusou. Outras negociações foram realizadas em 2008, no pós-crise mundial, sem acordo entre as partes. Os chineses desejavam limitar a parte japonesa dos benefícios do campo de Chunxiao a menos de um terço, e estavam se retirando da divisão do benefício em termos de 50% para cada país originalmente prevista para o campo de exploração de Longjing. Em janeiro de 2009, houve relatos de que as empresas chinesas haviam iniciado a perfuração no campo de Tianwai, que o Japão havia tentado incluir originalmente no escopo do acordo de junho de 2008. A China afirmou que tinha todo o direito de explorar esses recursos de forma independente.

diretrizes do programa de defesa (revisadas em 2018), enfatizando o robustecimento da postura de defesa no sudoeste do Japão – exatamente na região do Mar do Sul da China e do Estreito de Taiwan. O governo também revisou suas políticas para a transferência de equipamentos e tecnologia de defesa, estabelecendo uma nova agência em 2015 para aquisição e desenvolvimento de armas. Também em 2015, o parlamento aprovou um conjunto de leis de segurança nacional para permitir ao Japão exercer o direito de autodefesa coletiva sob certas circunstâncias. Todas essas modificações respondem ao processo de transformação da balança de forças na Ásia, que desfavorecem o Japão em nome de beneficiar a China, como ficou claro no encontro entre Shinzo Abe e Xi Jinping em 2014. Ademais, as ameaças de sanções econômicas aventadas por Trump contra o Japão, assim como a retirada do mandatário Republicano do Acordo Transpacífico patrocinado por Tóquio, dificultaram as medidas de coordenação com Washington, retomadas apenas com a administração Biden (que incluiu o Japão no *Quad*). O objetivo do Japão, em aliança com os Estados Unidos, é conter uma mudança unilateral da ordem regional asiática, em nome de suas posições particulares e da hegemonia estadunidense na Ásia-Pacífico. Sendo a terceira maior economia mundial e uma das principais potências imperialistas, o Japão tem certas vantagens na empreitada. Como assinala Gavan McCormack[245]:

> Com o passar do tempo, o Japão constitucionalmente pacifista tornou-se o número 8 do mundo na escala de poderio militar, gastando anualmente cerca de 50 bilhões de dólares em equipamentos militares e sistemas de armamento. Seu exército de 247.000 soldados é maior do que o do Reino Unido, da Alemanha ou da França. Também subsidia o Pentágono em quase 7 bilhões de dólares anuais (a partir de 2016), fornecendo generoso apoio financeiro para uma importante presença militar global dos EUA (mais de cem bases), a partir da qual as tropas estadunidenses puderam ser enviadas à vontade para as frentes de batalha da Coréia e do Vietnã nos anos 50 e 60, e para o Oriente Médio e Norte da África. Hoje possui aviões de caça, navios de guerra e submarinos, incluindo dois porta-aviões (timidamente descritos como "porta-helicópteros" com "apenas" 248 metros de comprimento). E coopera com os EUA não apenas em programas militares "convencionais", mas também naqueles destinados a estabelecer o controle hegemônico sobre o espaço e o ciberespaço (os orçamentos do Ministério da Defesa para uma unidade cibernética de 540 pessoas e uma unidade espacial de 70 pessoas a partir de 2021). Na última década, especialmente durante o segundo governo Shinzo Abe (2012-2020), as compras de armas nos EUA se multiplicaram, a proibição das exportações de armas e o limite de gastos auto-imposto de 1% do PIB foram flexibilizados, em março de 2017 (McCORMACK, 2020, s/p).

Esse gradual robustecimento militar busca resguardar posições no Mar Oriental da China e frustrar os interesses da China no Estreito de Taiwan, privar a China dos recursos

245 McCORMACK, Gavan. "Japan, Australia, and the Rejigging of Asia-Pacific Alliances", The Asia-Pacific Journal, 15/11/2020. Disponível em: https://apjjf.org/2020/22/McCormack.html.

energéticos da região e impedir disputas sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu (com invejadas jazidas de gás e petróleo), contendo a melhoria nas capacidades do ELP para negar acesso a exércitos adversários (BUSH, 2010). Mas essa capacidade de contenção não pode ser exagerada. Se o Japão possui um poderio militar consistente, a China vem multiplicando suas capacidades num ritmo muito maior. O mesmo McCormack reconhece que embora o Japão tenha aumentado constantemente seus gastos militares sob o governo Abe, em 2020 seus gastos atingiram apenas 5,6 trilhões de ienes, ou cerca de um quarto do equivalente a 20 trilhões de ienes da China. A marinha chinesa, como mostramos no capítulo anterior, está alargando seus tentáculos para além do perímetro imediato das costas chinesas, e já opera sistematicamente em águas ocupadas por outras forças, como o Japão. Com efeito, a Marinha do Exército de Libertação Popular está operando cada vez mais nas águas do leste da Ásia, invadindo regiões territoriais consideradas de posse japonesa. Em outubro de 2008, aviões de patrulha japoneses detectaram dois submarinos do ELP seguindo o porta-aviões estadunidense George Washington em águas entre o Japão e a Coréia do Sul. No final do mês, quatro navios chineses, incluindo um contratorpedeiro, passaram pelo Estreito de Tsugaru entre Honshu e Hokkaido. No início de novembro, quatro destróieres da classe Luzhou foram observados patrulhando no Mar Oriental da China, ao largo da costa de Okinawa, adentrando águas territoriais japonesas. Em dezembro, dois navios de inspeção chineses chegaram perto das ilhas Senkaku, também em águas territoriais japonesas. Isso ocorria ainda antes da ascensão de Xi Jinping, que se tornou muito mais assertivo na operação de normalização da presença militar, marítima e aérea, da China na Ásia-Pacífico.

Em abril de 2021, a China enviou um porta-aviões e cinco navios de escolta, incluindo um contratorpedeiro, semelhante aos navios da classe Aegis da Marinha dos EUA, através do Estreito de Miyako, próximo a Okinawa, como sinal de sua crescente capacidade de combate mais longe de suas costas. A tal ponto que o ministro da defesa japonês, Nobuo Kishi, alertou seus aliados que a China emerge cada vez mais poderosa política, econômica e militarmente e estava "tentando usar seu poder para mudar unilateralmente o *status quo* nos mares do Sul e do Leste da China"[246]. Em 2022, o parlamento japonês azedou ainda mais as relações com a China ao passar uma resolução votada por todos os partidos expressando "preocupação com a situação humanitária" em Xinjiang, em Hong Kong, na Mongólia Interior e no Tibet, o que

246 "Japan urges Europe to speak out against China's military expansion", The Guardian, 20/09/2021. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2021/sep/20/japan-urges-europe-to-speak-out-against-chinas-military-expansion.

foi considerado por Pequim como uma "provocação vil"[247]. Tal ponto sensível para o governo chinês é um dos de primeira importância para a administração Kishida no Japão.

Desde a confirmação de Xi Jinping em seu segundo mandato, no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês de 2017, o ponto de contenção estratégico, sem deixar de tocar o Mar da China Oriental, passou daí a Taiwan. Em janeiro de 2022, o primeiro ministro Fumio Kishida anunciou o fortalecimento da defesa japonesa nas ilhas Nansei (ou Ryukyu), que vão desde Kyushu até Taiwan. Palmilhava o mesmo caminho que seu predecessor Shinzo Abe, que classificou qualquer emergência em Taiwan como uma emergência automática à segurança do Japão. Já no início da crise econômica mundial, esse tema era desvelado pelo analista militar Shigeo Hiramatsu[248], que forneceu em 2008 uma interpretação japonesa da importância estratégica de Taiwan. Segundo o especialista, Taiwan serve como um componente crítico para as vias de comunicação marítimas do Japão. Se Taiwan fosse integrada à China, o Mar do Sul da China se tornaria o "Mar da China", submetendo a via marítima que conecta a Ásia Oriental ao Oriente Médio e ao Sudeste Asiático à forte influência chinesa. A China teria mais a dizer sobre as Ilhas Nansei do Japão e sobre o Mar da China Oriental. Segundo Hiramatsu, Taiwan seria a corda de salvação do Japão: caso a China se apodere de Taiwan, açambarcará da mesma maneira os mares Oriental e do Sul da China, privando Tóquio do livre acesso aos corredores de comércio marítimo de que até então gozava. Em poucas palavras, a Ásia-Pacífico cairia sob a esfera de influência chinesa, sendo que a China provavelmente usaria Taiwan como um degrau para as águas azuis do Pacífico.

Mais em geral, para além de determinadas análises de especialistas militares, há um consenso no regime político japonês de que, se Taiwan for reincorporada à China continental, por conflito ou através de negociações, seus interesses seriam prejudicados. Isso levou o primeiro-ministro Fumio Kishida a elevar os gastos em defesa (obtendo torpedos e armamento anti-submarinos, além de mísseis Patriot estadunidenses) e pedir, em outubro de 2021, que o parlamento aprovasse o aumento do orçamento de defesa para 2% em relação ao PIB, algo que seria inédito desde a década de 1950[249]. Com Washington na posição de fiador militar do robustecimento armamentista japonês, a situação da China na Ásia oriental ganha contornos incertos.

---

247 "China-Japan ties 'may rest on trade alone' after Tokyo human rights vote", South China Morning Post, 02/02/2022. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3165555/china-calls-japans-human-rights-resolution-vile-decision (Acessado em: 03/02/2022).

248 HIRAMATSU, Shigeo. "After Defeat of DPP, What Are Chinese Submarines Aim#ing At?". Sankei Shimbun, 30/01/2008.

249 "Japan approves extra defence spending amid concerns over China's rising power", Financial Times, 26/11/2021. Disponível em: https://www.ft.com/content/97394530-a1e4-4189-a78b-e888fe17425c.

6.2.3 Índia

Apesar do rápido crescimento no comércio e em áreas específicas de cooperação econômica, a normalização dos laços entre Pequim e Nova Delhi ainda não constitui uma verdadeira parceria estratégica. Jean-François Huchet (2010) considera que a Ásia Central, como novo foco de contenda para os recursos energéticos e influência geopolítica para os atores regionais, ofereceria um fator incremental de competição entre países com larga tradição conflituosa. Entre esses países limítrofes, décadas de conflito pelas regiões de fronteira de Aksai Chin e Arunachal Pradesh conduziram, em plena Crise dos Mísseis em Cuba, e em meio à catástrofe do Grande Salto Adiante de Mao, a uma guerra de fronteira em 1962 (conflito no qual se enervaram as relações sino-soviéticas, pelo apoio de Moscou à Índia contra a China). Após três décadas de "congelamento" bilateral, Índia e China retomaram o intercâmbio diplomático e comercial no início da década de 1990. Desde o início do novo século, a interação melhorou durante o governo de Hu Jintao e do primeiro-ministro Manmohan Singh (seu predecessor, Atal Bihari Vajpayee, havia visitado fraternalmente a China em 2003). Mas as tensões geopolíticas permanecem latentes entre países que fizeram parte de alianças contrapostas desde a década de 1950: a aliança da China com o Paquistão é um incômodo permanente a Nova Delhi, cujas escaramuças no Himalaia não irritam tanto Pequim quanto sua persistente política de obstaculizar o livre acesso chinês ao Oceano Índico, crucial para as importações energéticas.

Além disso, o problema fronteiriço segue sendo fonte de faíscas. Muitas escaramuças ocorreram após o cessar-fogo de 1962. Os dois exércitos se confrontaram duas vezes, em 1967 (em Sikkim) e em 1984 (no Vale Sumdorong Chu, no estado de Arunachal Pradesh, no nordeste da Índia). Em 1987, o tom subiu novamente em ambas as capitais, provocando temores de outro conflito. O governo de Xi Jinping foi parte da mais recente conflagração, no início de 2020, quando tropas chinesas e indianas se engajaram em agressivos confrontos, próximo do lago Pangong em Ladakh e da Região Autônoma do Tibete, assim como escaramuças adicionais a leste de Ladakh ao longo da Linha de Controle Real[250]. O governo Xi, muito mais cioso na defesa de suas fronteiras e na perspectiva expansionista, vocaliza protestos quando altos líderes indianos visitam Arunachal Pradesh, considerando que esta região disputada faz parte do Tibete e, portanto, parte da China. Além de possuir grandes

250 “India-China dispute: The border row explained in 400 words”, BBC, 25/01/2020. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-53062484.

recursos minerais e estar situada no estratégico Vale do Brahmaputra, Arunachal Pradesh (a região de Tawang, notadamente) é um centro do budismo tibetano. O mosteiro Galden Namgey Lhatse, onde nasceu o sexto Dalai Lama, é o segundo maior no budismo tibetano depois do mosteiro Potala, em Lhasa, e membros do governo no exílio fizeram dela uma base importante após escapar do controle chinês (HUCHET, 2010). A perseguição aos tibetanos por parte de Xi Jinping leva também a que seu apetite pelas terras fronteiriças não se detenha em cordialidades diplomáticas, sendo a escaramuça de 2020 responsável pela morte de dezenas de soldados indianos. Tais movimentos causaram revolta em setores nacionalistas da população indiana, base de apoio do primeiro-ministro Narendra Modi.

Outros três tópicos dificultam relações amistosas. A castigada região da Caxemira é um tema territorial sensível para a Índia e o Paquistão, e como aliado estratégico de Islamabad, Pequim favorece as reivindicações do governo paquistanês em detrimento da Índia[251] (que recentemente eliminou a condição especial de autonomia do estado indiano de Jammu-Caxemira, preparando o cenário para a migração em massa de hindus para a área de maioria muçulmana). Taiwan também aparece como um ponto de discórdia, já que a Índia busca envolver-se cada vez mais em relações diretas com Taipei, com evidentes conotações negativas para Pequim. Um terceiro ponto de contenção se dá em torno da aliança estratégica da Índia com Washington. Sendo parte do chamado Quadrilátero de Segurança (*Quadrilateral Security Dialogue*, ou *Quad*, em inglês), a Índia é um dos principais componentes (junto ao Japão e à Austrália) da rede de alianças que os Estados Unidos vem estabelecendo na região do Indo-Pacífico contra a ascensão da China. A partir de 2008 a Índia voltou a ter acesso à tecnologia nuclear estadunidense, depois de 34 anos de bloqueio após o primeiro teste atômico indiano em 1974; a acordo do AUKUS que confere à Austrália tecnologia de submarinos nucleares estadunidenses é parte das ambições de robustecimento de capacidades do *Quad*. Sendo um parceiro íntimo de Donald Trump, Modi também estabeleceu relações amistosas com Joe Biden, silenciando a repressão nacionalista do governo hindu à minoria muçulmana[252]. Por sua vez, a China construiu uma rede de controle sobre a esfera de influência indiana na Ásia através de seus tentáculos na ASEAN (Associação das nações do Sudeste Asiático, tratada abaixo), na Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e na Associação de Cooperação Regional do Sul da Ásia (SAARC), e também através de seu engajamento bilateral altamente ativo com os vizinhos da Índia,

251 “China's Xi Jinping is stepping very, very delicately into the Kashmir crisis”, CNN, 11/10/2019. Disponível em: https://edition.cnn.com/2019/10/10/india/china-india-xi-jinping-modi-khan-intl-hnk/index.html.

252 “Biden needs India to counter China, but it comes with a cost”, Politico, 23/09/2021. Disponível em: https://www.politico.com/news/2021/09/23/biden-modi-india-human-rights-china-514041.

incluindo Nepal, Bangladesh, Mianmar e Paquistão (HUCHET, 2010; NAIDU, 2015). Além disso, a China desenvolveu cooperação naval com muitos países asiáticos para formar o que a mídia indiana chama de "colar de pérolas" no Sul e Sudeste da Ásia, através do estabelecimento de uma série de bases militares permanentes, algumas das quais – como a de Chittagong em Bangladesh, das Ilhas Coco em Mianmar, de Hambantota no Sri Lanka, e de Gwadar no Paquistão – estão em grande parte na "zona de influência" marítima da Índia (NAIDU, 2015).

A disputa entre nacionalismos sino-indianos coloca sinais de interrogação sobre a capacidade da China de amenizar o crescente sentimento anti-chinês no velho rival sulista. Washington busca aproveitar estrategicamente do amargor fronteiriço, enquanto Xi Jinping incrementa a dependência econômica da Índia diante do mercado consumidor interno chinês. Cada vez mais, entretanto, a Índia parece participar do equilíbrio no Indo-Pacífico ao lado dos Estados Unidos e do Japão.

6.2.4 Sudeste Asiático

Os países concentrados na região do Sudeste asiático (ou Ásia-Pacífico) são de importância estratégica para a China. Apesar de suas reduzidas dimensões geográficas, os dez países reunidos no bloco econômico da ASEAN (acrônimo inglês para Associação das Nações do Sudeste Asiático) compõem em conjunto a sexta maior economia global (projetada a ser o quarto maior PIB mundial em 2030), atrás apenas de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Reino Unido. A proximidade territorial da China com a região que abriga atualmente essas dez nações (Vietnã, Tailândia, Cingapura, Laos, Camboja, Filipinas, Indonésia, Malásia, Mianmar e Brunei) conferiu-lhe ampla rede de relações comerciais e políticas durante milênios. Se isso certamente não denota interações isentas de dificuldades, o convívio foi simplificado pela abordagem adotada pelo Reino do Meio.

Através de todo o período dinástico, a China não demonstrou interesse em expansão ou colonização territorial nessa região (com exceção da colonização milenar do Vietnã). Desde os tempos do imperador Qin Shi Huang, a preocupação em trazer os impérios vizinhos sob o comando chinês foi realizado através de relações de avassalamento e subordinação, não de integração territorial. As sucessivas dinastias chinesas moldaram uma eficaz rede de vasos comunicantes comerciais no Sudeste asiático que lhes permitia absorver a produção nativa, sem estarem ocupadas com a absorção de civilizações que consideravam culturalmente inferiores. A relação de reciprocidade isenta de colonização era auxiliada pelo respeito que o

sistema imperial chinês colhia das civilizações da região, que reconheciam a superioridade da China e lhe enviavam tributos regulares. Essas relações parcialmente pacíficas estiveram entremeadas por expedições punitivas e campanhas repressivas àqueles que não se adaptavam aos desígnios dinásticos da China. No século XX, o envolvimento da República Popular em conflitos fronteiriços com a Índia (1962), com a URSS (1969) e com o Vietnã (1979), além de sua participação nas guerras da Coreia e do Vietnã, representaram um ponto de quebra com a tradição anterior, e auguravam a nova etapa histórica das relações chinesas com o Sudeste asiático, imprescindível para as preocupações estratégicas da burocracia de Pequim.

A República Popular da China transformou essa relação herdada historicamente em um complexo conjunto de interações bilaterais, tendo canais especificamente distintos com cada país, mas trazendo características comuns para toda a região. Enquanto economicamente a relação da ASEAN com a China é expansiva e em larga medida aclamada pelos governos regionais, todos os países compartilham apreensão com a agressiva expansão geopolítica de Pequim sobre o Mar do Sul da China. Dentro desse marco comum, a interatividade chinesa com as nações da ASEAN variam em escala, importância e abordagem política. Observamos relações mais conturbadas com países como Vietnã e Filipinas, mais amenas com países como Malásia e Indonésia, ou mesmo relações clientelares de "Estados-vassalos", como com Laos e Camboja.

Quando Xi Jinping se tornou secretário-geral do Partido Comunista Chinês em novembro de 2012, herdou uma excelente relação bilateral Malásia-China de seus predecessores. Desde 2008, a China se tornou o maior parceiro comercial da Malásia. Durante vários anos, a Malásia foi também o maior parceiro comercial da China dentro do bloco da ASEAN, e seu terceiro maior parceiro comercial na Ásia, depois do Japão e da Coréia do Sul. Durante o período de governo de Hu Jintao e do primeiro-ministro malaio, Abdullah Badawi, ambos os países se comprometeram com uma parceria estratégica em 2004. A principal iniciativa política e diplomática para Xi foi a de atualizar as relações Malásia-China para uma Parceria Estratégica Abrangente, significando um nível mais alto e profundo de interação interestatal. Xi Jinping fez sua única visita à Malásia no início de outubro de 2013, e durante esta visita acertou com o primeiro-ministro Najib Razak (2009-2018) um programa de cinco pontos, envolvendo a expansão da cooperação econômica e comercial; o aumento da cooperação em telecomunicações, satélite de sensoriamento remoto e tecnologia biológica; e a cooperação entre suas forças armadas (NGEOW, 2018). A construção de parques industriais e obras de infraestrutura buscou solidificar essa relação, como o Malaysia-China Kuantan Industrial Park (MCKIP). O primeiro-ministro malaio Ismail Sabri Yaakob indicou querer

robustecer essas relações nos campos da economia digital e manufatura. Para a China, boas relações com Kuala Lumpur são fundamentais para garantir a segurança do Estreito de Málaca, principal canal marítimo para o comércio entre o Oceano Índico e o Oceano Pacífico, passando pelo Mar do Sul da China.

Desde 2016, o Vietnã superou o volume comercial da Malásia com a China. O Vietnã se tornou o quinto maior mercado de exportação da China, sendo o maior absorvente de suas mercadorias no interior da ASEAN (em 2020, o volume comercial bilateral foi de US$113 bilhões, segundo a Trading Economics[253]). Já a China, desde 2004, é o maior parceiro comercial do Vietnã. Isso torna ainda mais espinhosa a relação de Hanói com Pequim, uma vez que ilustra a dualidade perigosa entre os esforços por boas relações econômicas no marco da apreensão geopolítica com a emergência chinesa no Mar do Sul da China. A China manteve uma colonização milenar do território atualmente referenciado no Vietnã, uma forma de domínio mais atritante do que a relação de distanciada vassalagem com impérios de ultra-mar. Em 1884, durante a dinastia Nguyễn do Vietnã, a dinastia Qing e a França combateram a guerra sino-francesa, que terminou em um triunfo da Terceira República, pondo fim à influência formal chinesa no Vietnã e o início do período colonial francês, que durou até o final da Segunda Guerra Mundial. Desde então, a relação sino-vietnamita foi povoada de múltiplos ciclos de deterioração e normalização, já que apesar do reconhecimento formal da República Socialista do Vietnã pela China, em janeiro de 1950, no final da década de 1970 ambas as nações (na qualidade de Estados operários burocraticamente deformados) batalharam uma guerra de fronteira (1979), e em 1988 outro conflito se abriu – já no marco da disputa pelo Mar do Sul da China – quando Pequim apreendeu o que o Vietnã chama de Recife de Gạc Ma (também conhecido como Recife Johnson South) em 1988, resultando em vítimas vietnamitas. As relações voltaram a se normalizar em 1991, largamente por motivos geopolíticos. O único aliado do Vietnã na época – a União Soviética – havia acabado de colapsar, e Hanói ainda estava muito isolada do resto da comunidade internacional (não havia ainda se tornado parte da ASEAN, nem havia normalizado seus laços com os Estados Unidos). As relações melhoraram especialmente a partir de 2004, no governo Hu Jintao, apenas para adquirirem uma viragem negativa, uma década depois, com a ascensão de Xi Jinping e sua ingressiva investida nas águas costeiras vietnamitas, em especial disputando primazia nos arquipélagos Spratly e Paracel. Símbolo disso foi o incidente em meados de 2014 envolvendo uma plataforma petrolífera chinesa chamada Haiyang Shiyou 981, enviada

253 Trading Economics, disponível em: https://tradingeconomics.com/china/exports-to-vietnam.

pela China National Offshore Oil Company (CNOOC) no interior da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) reivindicada pelo Vietnã.

O Vietnã está no centro das disputas marítimas regionais com a China, e é encarado pelos aliados do imperialismo estadunidense como o bastião de defesa contra a expansão naval chinesa. Em muitos aspectos, no interior da ASEAN, ficou sobre as costas de Hanói o peso dessas tensões. Outros demandantes de soberania no Mar do Sul da China, como Brunei, Malásia e as Filipinas, nos últimos anos tomaram a decisão de minimizar suas reivindicações em relação à China muito mais do que costumavam fazer. Isto é especialmente verdadeiro para as Filipinas sob a presidência de Rodrigo Duterte, que suavizou a posição de seu país sobre as disputas enquanto cortejava os investimentos chineses e outros ganhos diplomáticos. Como comenta Noseworthy (2018) o domínio marítimo da geomassa do Mar do Sul da China, ainda que não corresponda às capacidades militares do Vietnã, foi parte de toda a sua história imperial desde o século XV, e é utilizado pelos sucessivos governos como marcas da política nacionalista de Hanói (NOSEWORTHY, 2018). Os protestos nacionalistas contra a agressividade chinesa são, entretanto, amortecidos pela preocupação vietnamita em manter boas relações econômicas com Pequim, a despeito dos interesses de Washington. Em abril de 2021, o presidente vietnamita Nguyen Xuan Phuc assegurou que ambos os países devem buscar evitar que forças hostis contaminem a interação bilateral[254], ao mesmo tempo em que são constantes os convites de Hanói para que as marinhas estadunidense e japonesa visitem as águas próximas, num sinal claro de disputa com a China (além de alinhamentos estratégicos com os Estados Unidos, como ser um dos poucos países da ASEAN a negar que a Huawei instale sua rede de 5G).

A recente relação de Xi Jinping com as Filipinas, como dissemos, traz menos arestas soltas que aquela com o Vietnã. Diferentemente dos dias de conflito com o governo de Beniggno Aquino III, que conquistou uma vitória no Tribunal de Haia contra as demandas territoriais da China na região em 2016, seu sucessor, Rodrigo Duterte, buscou suavizar suas relações com a burocracia de Pequim, tendo ele mesmo sido formado por um antigo dirigente do Partido Comunista das Filipinas e dotado de admiração incontida pelo autoritarismo de Xi. O emprego de abordagem tão pragmática levou a certos desenvolvimentos positivos nas relações bilaterais, resultando em benefícios econômicos para as Filipinas, não sem certa diplomacia de apanágios que a China possui para conseguir aliados. Do outro lado do espectro, as explosões de hostilidade de Duterte contra os Estados Unidos estavam enraizadas

254 “Vietnam Vows to 'Firmly Resist' Schemes to Undermine Relations with China”, VOA, 21/05/21. Disponível em: https://www.voanews.com/a/east-asia-pacific_vietnam-vows-firmly-resist-schemes-undermine-relations-china/6206052.html.

em vários fatores. Os crimes cometidos pelos Estados Unidos na colonização filipina, como o massacre estadunidense de muçulmanos em 1906, deixara uma marca em sua formação. Duterte, ademais, indispôs-se com Washington com a percebida violação da soberania filipina, no início da década de 2000, quando a CIA ajudou um norte-americano que havia sido acusado de posse de explosivos a fugir do país. Sobre a China, Duterte dava declarações conflitantes, que preenchiam de receio determinados segmentos sobre a renúncia à soberania nacional em nome de melhores relações com Xi. Por um lado, acusava a China de abocanhar lentamente os mares filipinos e sua porção no Mar do Sul da China. Por outro, cedia à realidade da força militar chinesa, dizendo que nada podia fazer caso Pequim reivindicasse as águas costeiras (WONG 2018). O governo sucessivo, de Ferdinand Marcos Jr., preservou a inevitável relação de dupla dependência, mas seguiu um curso distinto daquele de Duterte, demonstrando maior proximidade com os Estados Unidos.

Com a Indonésia, Xi Jinping trabalhou para remodelar as relações negativas que se desenvolveram durante o regime de Suharto na Guerra Fria. A interação sino-indonésia atingiu seu auge no período 1963-65, especialmente durante os atritos da Indonésia com a Malásia. Isto foi seguido por uma queda abrupta nas relações após o fracasso do golpe de Estado (atribuído então ao Partido Comunista da Indonésia, PKI) em setembro de 1965, em que as autoridades de Jacarta enxergaram a intromissão chinesa em seus assuntos internos. O golpe militar de Suharto levou a um massacre de comunistas indonésios, que possuíam vínculos estreitos com o PCCh. Os novos governantes militares da Indonésia romperam laços diplomáticos com Pequim em outubro de 1967. No contexto da Guerra Fria, a China passou a ser vista com desconfiança, alvo da animosidade do regime da "Nova Ordem" de Suharto, de 1965 a 1998. Muito mais próximo de Washington, a legitimidade do governo indonésio esteve fundado em sua capacidade de neutralizar as forças pró-China no território, lideradas pelo PKI na clandestinidade, em nome de um suposto nacionalismo muçulmano. Essa política pró-estadunidense foi manifestada através da discriminação da etnia chinesa, e na inclinação externa da Indonésia em arquitetar com os vizinhos no sudeste asiático uma estratégia para construir um amortecedor contra a China (SINGH, 2018).

As relações pós-Suharto da Indonésia com a China melhoraram de forma constante. Quatro fatores facilitaram o aquecimento das relações sino-indonésias. Estes incluem a crise financeira de 1997, o colapso do governo da Nova Ordem, o surgimento de sentimentos anti-ocidentais – com o FMI sendo culpado pelos males econômicos da Indonésia – e a remoção do Timor Leste do território indonésio. Em particular, a perda do Timor Leste gerou ressentimento contra os Estados Unidos, visto como responsável pela intervenção militar

ocidental. Em função disso, um grande movimento de avanço nas relações sino-indonésias teve lugar sob a presidência de Abdurrahman Wahid. Após sua eleição em outubro de 1999, sua primeira visita ao exterior foi à China, sendo o primeiro presidente indonésio a visitar o governo do PCCh em Pequim desde o golpe de Estado de 1965, o que estava de acordo com sua visão de "Ásia Primeiro" (SUKMA, 2002). A relação entre Hu Jintao e Susilo Bambang Yudhoyono, ex-presidente da Indonésia, foi marcadamente amistosa e relevante do ponto de vista do incremento das relações comerciais, linha seguida pelo presidente Joko Widodo (ou Jokowi), que tornou a China o segundo maior parceiro comercial da Indonésia.

Cingapura fora suspicaz diante da República Popular durante as vicisstudes da Guerra Fria. Sua proximidade com os Estados Unidos era diretamente proporcional ao receio de intervenção do PCCh nos assuntos internos da pequena cidade-estado asiática, ao pé da Malásia. A Revolução Chinesa de 1949 teve impacto direto em Cingapura, que viveu turbulências nas décadas de 1950 e 1960 fruto da influência comunista do Partido malaio. Mao considerava, às vésperas da Revolução Cultural, que o histórico dirigente cingapurano, Lee Kwan Yew, atendia como um cão dócil aos interesses de Washington, sem reconhecer a existência do país até 1970 (LIM, 2018). A ruptura sino-soviética, entretanto, obrigou Mao a mudar o rumo de suas relações regionais, começando a inserir certa dose de carisma diplomático para atrair benevolência à sua política. Como os Estados Unidos se reaproximavam de Pequim com as conversas entre Nixon-Mao, Cingapura adotou o alvitre do amo e seguiu seus passos no descongelamento das relações com a China. Após a morte de Mao e a reabilitação de Deng Xiaoping em 1978, as tensões no Sudeste asiático diante do alegado apoio do PCCh a insurgências comunistas regionais foram amenizadas. Segundo as memórias de Lee Kuan Yew, a visita de Deng a Cingapura em 1978 marcou o fim das transmissões de propaganda comunista via rádio por parte do PCCh, recurso que era considerado pelos governos regionais como instrumentos de instabilização e de apoio moral aos partidos comunistas que incitavam subversão. Ainda que Cingapura passasse a ser considerada como um objeto de estudo atento pela burocracia de Pequim, para dar início ao curso restauracionista, não seria até 1990 que Cingapura e a China estabeleceriam relações diplomáticas formais.

Isso porque havia um tema espinhoso entre as nações. Uma das principais fontes de desacordo entre a China e Cingapura deriva do programa de treinamento militar de longa data que Cingapura possui em Taiwan. Este programa de treinamento, estabelecido em 1975, permite que os militares de Cingapura pratiquem operações de manobra a grandes distâncias e exercícios de tiro, o que não seria praticável em Cingapura segundo a visão chinesa, dado seu

espaço aéreo e terrestre limitado. Durante a visita de Lee Kuan Yew à China em 1976, o então primeiro-ministro Hua Guofeng advertiu que tal cooperação militar contrariava o PCCh. Em agosto de 1990, vários meses antes do estabelecimento formal das relações diplomáticas, o primeiro-ministro Li Peng declarou que a China entendia a necessidade de Singapura continuar seu programa de treinamento militar em Taiwan, mas essa posição mudou substancialmente com a ascensão de Xi Jinping (LIM, 2018). Em novembro de 2016, Pequim exigiu que Cingapura respeitasse sua política de "Uma só China" e terminasse os laços militares com Taiwan, parte de sua política para aumentar o isolamento internacional de Taiwan após a eleição de Tsai Ing-wen. As relações comerciais aumentaram durante os governos Hu Jintao e Xi Jinping, com o estabelecimento, sob o mandato deste último, da chamada Iniciativa de Conectividade de Chongqing (ICC), uma plataforma para projetos em uma série de setores-chave, incluindo serviços financeiros, aviação, transporte e logística, e tecnologia da informação e comunicação, retribuídos com ingentes investimentos financeiros de Cingapura em território chinês. A interação bilateral, entretanto, permacerá imperturbável aos olhos de Xi apenas se Cingapura deixar suas ambiguidades em relação ao Estreito de Taiwan.

Mianmar possui um histórico complexo com a China, conhecendo elementos da opressão chinesa a Estados como Laos e Camboja, sem com isso deixar de resistir a determinados intentos de Pequim de controlar sua vida interna, espremida pela vizinha Índia, que rivaliza com o gigante asiático. A política externa chinesa frente a Mianmar sob Xi Jinping indica um tendência de fortalecimento dos laços de subordinação. Mianmar é uma parte importante da Rota da Seda lançada pela Xi, oferecendo à China o valioso acesso ao Oceano Índico para suas rotas marítimas e terrestres planejadas para o Sul da Ásia e o Oriente Médio. Kunming, na província de Yunnan, é o ponto nodal para ligações externas da China com Mianmar. A importância ascende a tal ponto que a China não se detém em tentar intervir diretamente na política interna da antiga Birmânia, como ficou evidente na conivência de Xi Jinping diante do golpe militar perpetrado pela junta liderada pelo general Min Aung Hlaing, que derrubou o governo de Aung San Suu Kyi em fevereiro de 2021. Dezenas de empresas e projetos de investimentos chineses foram atingidas durante os protestos operários no parque industrial de Yangon, o que levou o governo chinês a exigir a pacificação da situação, que só poderia vir por meios militares contra a resistência popular. Ademais, as íntimas relações da China com o Tatmadaw (exército birmâne) e o governo central em Naipidau minimizam as atrocidades cometidas na limpeza étnica contra a minoria muçulmana dos rohingyas, num país majoritariamente budista.

A longa trajetória de opressão colonial estrangeira depôs em favor de uma inclusão subordinada de Mianmar no sistema internacional de Estados, que subsiste na subordinação do país à China. A Inglaterra anexou o território à Índia, sua colônia, em 1824. O domínio inglês durou mais de cem anos e Mianmar só se tornou um país independente em 1948, um ano depois da Índia. A China e os Estados Unidos batalharam pela influência na área, fazendo com que a antiga Birmânia não tivesse o controle de seu território durante a Guerra Fria. Em termos geopolíticos, Mianmar buscou tecer, na medida de suas possibilidades, relações cordiais com os três vizinhos para preservar uma autonomia sempre em risco em função das poucas forças materiais. A diplomacia das benesses foi utilizada, por exemplo do ponto de vista da infraestrutura portuária birmâne: a China recebeu o porto de Kyaukpyu, a Índia o porto de Sittwe, e a Tailândia o porto de Dawei (GANESAN, 2018). Além da parca condição de independência, Mianmar foi acometida por uma sangrenta ditadura militar por quase cinco décadas, entre 1962 e 2010. Isso conferiu ao Exército nacional um papel preponderante na política birmâne, com seus oficiais detendo nichos estratégicos da economia e definindo os rumos do país – algo que lança luz sobre o golpe militar de 2021. Pelo controle político que os militares tradicionalmente exercem sobre Mianmar, a proximidade com a burguesia birmâne significa que a China possui laços mais que regulares com o exército do Tatmadaw (não muito distinto do apoio a ditaduras pelos imperialismos ocidentais). Isso ficou evidente em abril de 2019 com uma das recorrentes visitas do general Min Aung Hlaing a Xi Jinping e uma coorte de oficiais do ELP (como Xu Qiliang e Wei Fenghe), declarando "amizade eterna" à China, e apoiando o projeto econômico da Rota da Seda no país[255]. Depois do golpe militar de 2021, Hlaing repercutiu diante da pressão de Joe Biden os mesmos elogios à amizade com Pequim[256].

Mianmar, nas últimas décadas, considerou a China como um parceiro confiável, especialmente durante o período da ditadura militar em que o país foi submetido a sanções abrangentes até 2010, revés que a China amorteceu financiando os militares vizinhos (GANESAN, 2018), consumindo suas matérias-primas e investindo em obras de infraestrutura. Uma declaração do Ministério do Comércio de Mianmar colocou o valor total do comércio bilateral em US$ 10 bilhões, em 2017. Essa fonte de conforto oriunda da China existe mediante determinadas condições, em especial a aquiescência birmâne em facultar

255 "China, Myanmar Extol 'Eternal' Friendship as Commander-in-Chief Visits Beijing", The Diplomat, 12/04/2019. Disponível em: https://thediplomat.com/2019/04/china-myanmar-extol-eternal-friendship-as-commander-in-chief-visits-beijing/.

256 "Myanmar's army chief challenges Biden, and bets big on China", Bloomberg, 01/02/2021. Disponível em: https://www.livemint.com/news/world/myanmars-army-chief-challenges-biden-and-bets-big-on-china-11612181654139.html.

acesso marítimo e controle de infraestruturas estratégicas por Pequim, além da zona de amortecimento da influência estadunidense sobre a Índia e a Tailândia. O capitalismo chinês tem muito a usufruir de boas relações. Para Xi Jinping, Mianmar oferece uma porta de entrada para o cobiçado Oceano Índico, canal comercial de suas importações energéticas e de acesso ao Oriente Médio e a África. A cidade portuária de Kyaukpyu está integrada à Rota da Seda, e serve de ponto de ligação a rotas que chegam ao Paquistão e ao Sri Lanka, preocupações para a Índia. Tendo em vista as disputas no Mar do Sul da China, o acesso ao Oceano Índico proporciona a Xi uma maior latitude e reduz as vulnerabilidades.

Com a Tailândia, a curva evolutiva da interação bilateral ocorreu com contornos similares aos descritos em relação a Cingapura. Durante a Guerra Fria, a Tailândia teve uma relação hostil com a China pela assistência prestada pelo PCCh ao Partido Comunista da Tailândia, enquanto Bangkok mantinha laços estreitos com os Estados Unidos. O degelo diplomático entre China e Estados Unidos na década de 1970, assim como com Cingapura, levou a Tailândia a seguir o amo e rever suas relações com a burocracia maoísta. Embora o governo tailandês sob o então primeiro-ministro Kukrit Pramoj tivesse normalizado relações com a China em 1975, seguiu relutante em encetar uma cooperação multilateral com Pequim, em função de suas relações com o Partido Comunista local. No início da década de 1980, já no governo Deng, as relações sino-tailandesas melhoraram depois que Pequim reduziu seu apoio material aos comunistas tailandeses, e colaborou com Bangkok para conter a intervenção do Vietnã no Camboja. Com esta mudança, as relações sino-tailandesas mudaram para uma nova fase, e na década de 1990 – após finalizado o conflito no Camboja – passaram para o engajamento econômico, incluindo o aumento do comércio bilateral e do investimento direto (AIYARA, 2018).

As relações sino-tailandesas melhoraram com a ascensão de Xi Jinping, que viu uma oportunidade dourada de estabelecer uma parceira estratégica com outro regime autoritário no Sudeste asiático a partir de 2014. Em 22 de maio de 2014, as Forças Armadas Reais tailandesas, lideradas pelo General Prayut Chan-o-cha, lançaram um golpe de Estado, o 12º desde o primeiro golpe de Estado do país desde 1932, contra o governo provisório da Tailândia, após seis meses de crise política. Os militares estabeleceram uma junta chamada Conselho Nacional de Paz e Ordem (NCPO) para governar a nação. A ditadura dessa junta militar também recebeu o apoio de Xi Jinping, que aproveitou a acrimônia gerada no Ocidente, em primeiro lugar nos Estados Unidos (que havia se servido de inúmeras ditaduras tailandesas para combater os comunistas), a fim de avançar suas posições geopolíticas. O entrosamento militar e as avenidas econômicas entre os dois países se alargaram desde então.

Em 2017, o governo militar de Prayut aprovou um pedido da Marinha Real tailandesa para comprar três submarinos chineses, assim como a criação de uma instalação em Khon Kaen, uma cidade do Nordeste, para produzir e manter equipamentos militares. A administração Prayut também formou colaborações econômicas com Pequim, alocando em 2016 a quantia de US$ 1,47 bilhão para que a Tailândia se unisse ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, liderado pela China, e especialmente abrindo negociações para a construção de linhas ferroviárias de alta velocidade com tecnologia chinesa (AIYARA, 2018). Assim, a dependência da Tailândia frente a China, econômica e militarmente, ascendeu a níveis insuspeitos, o que explica as declarações favoráveis do monarca tailandês Maha Vajiralongkorn a Xi Jinping em 2020[257], apoiando a população chinesa sob a liderança de Xi no combate ao coronavírus.

Laos, Camboja e Brunei são países menores da ASEAN, com os quais a China busca impor-se pela própria magnitude de disparidade de poderes, sem com isso indicar publicamente o estabelecimento de relações clientelares. O Laos é o único país da ASEAN sem saída para o mar. Facilitando seu isolamento, o cárcere terrestre impôs ao país um dos mais baixos níveis de desenvolvimento econômico da região. A China, que não possuía uma interação relevante com o país durante a Guerra Fria (a URSS financiava Vientiane), passou a ser o principal mercado exportador de Laos no início da década de 1990. Xi Jinping tem como projeto envolver Laos na Nova Rota da Seda: com a construção de infraestrutura e obras de barragem, aproveitando a rica região do Rio Mekong, que da nascente na província chinesa de Qinghai atravessa o Laos, passando pelo Camboja e o Vietnã antes de desaguar no Mar do Sul da China, para obter novo acesso à superfície marítima que considera sua. O maior parceiro econômico do Laos é, entretanto, o Vietnã, que como dissemos acima elenca disputas estratégicas importantes com Pequim no Mar do Sul da China. O Camboja também é alvo das obras de barragem ao longo do Rio Mekong, que compõem uma conduta ambientalmente destrutiva por parte da China, ameaçando o ecossistema do Tonlé Sap, que fornece uma das fontes de pescado mais importantes da Ásia. Palco de inúmeras atrocidades durante a Guerra Fria – primeiro pela ditadura pró-estadunidense de Lon Nol, no início dos anos 70, e depois pela ditadura do governo de Pol Pot e do Khmer Vermelho entre 1976-79, apoiado pela China – o Camboja tem uma relação íntima com o desenvolvimento chinês no século XX, recebendo financiamento do PCCh. O fluxo de capitais chineses ao Camboja, entretanto, ganhou nova escala no século XXI desde a ascensão de Xi e o projeto da Nova Rota da Seda. Este

257 “King Maha Vajiralongkorn of Thailand sent a Telegram of Sympathy to President Xi Jinping of China”, Ministry of Foreign Affairs of China, 02/01/2020. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/ce/ceth/eng/gdxw/t1738731.htm.

investimento assume uma variedade de formas – investimento direto estrangeiro, subvenções e crédito garantido pelo governo – para a construção fluvial, edificação de arranha-céus residenciais e comerciais, complexos turísticos e zonas econômicas especiais (YAMADA, 2018). A atratividade de um país extremamente dependente como o Camboja, que permite ampla margem de ação às colossais empreiteiras chinesas, não é apenas econômica, mas geopolítica. A política deferente do autoritário primeiro-ministro Hun Sen frente a Xi Jinping adorna as possibilidades de investimento, mas também robustece na ASEAN a agressividade chinesa na reivindicação da posse do Mar do Sul da China. Para o Camboja, a dependência semi-estrutural da China se fundamenta na necessidade de financiamento estrangeiro para seu orçamento estatal (mais da metade das contas públicas dependem desse fluxo externo de capitais). Além disso, com o aumento relativo da média salarial chinesa, a força de trabalho do Camboja se tornou atrativa à exploração dos monopólios imperialistas, e a tecnologia de Pequim é fundamental para o desenvolvimento dos parques industriais que emergiram pós-crise mundial de 2008. O mais importante parque industrial do Camboja, o da Zona Econômica Especial de Sihanoukville, capital da província de Preah Sihanouk e centro do projeto da Nova Rota da Seda no país, almeja tornar-se a "Shenzhen" cambojana, já o sendo do ponto de vista da superexploração do trabalho e repressão às greves operárias, em que as multinacionais chinesas desempenham papel preponderante (YAMADA, 2018). Já Brunei, pequeno país situado na ilha de Bornéu, cercado pela Malásia e banhado pelo Mar do Sul da China, mantém com Pequim relações modestas, mas crescentes, que envolvem projetos de infraestrutura da Nova Rota da Seda – como o Corredor Econômico Brunei-Guangxi – e uma parceira estratégica do sultanato para estabilização das disputas geopolíticas.

A complexidade do panorama da Ásia oriental e do Sudeste asiático foi apenas sintetizado em breves linhas, embora já possa conferir dimensão à emergência da Ásia-Pacífico como o centro de gravidade geoestratégico do século XXI. Washington concentra suas forças na região depois do desengajamento militar no Afeganistão em particular, e do Oriente Médio em geral, com o objetivo de frear a ascensão chinesa. Enquanto o Japão e a Índia fazem parte do "Quad" junto aos Estados Unidos, a Rússia faz movimentos de aproximação estratégica com Pequim contra a intromissão estadunidense no continente. Os países do Sudeste asiático, reunidos na ASEAN, desenvolveram múltiplas relações de dependência econômico-comercial com a China, e a miríade de governos autoritários apoiados por Pequim dão certa vantagem comparativa à burocracia do PCCh na disputa por influência. Entretanto, a agressividade de Xi Jinping nas reivindicações territoriais no Mar do Sul da China, e sobre a ilha de Taiwan, estremecem a atitude de potências locais e

incrementam apreensões que dificilmente as afastariam da proteção de Washington. Tudo indica que o primeiro passo para a busca pela hegemonia chinesa no século XXI, justamente na Ásia-Pacífico onde busca superar os Estados Unidos, será o mais difícil.

6.3 Terceira zona de interação: a relação entre China e União Europeia

A União Europeia tem uma importância específica para o governo chinês. Nas últimas décadas, foi a fonte de aquisição de inovações tecnológicas e conhecimento científico através da entrada de seus capitais, posteriormente à morte de Mao em 1976. Durante sua conversa com outros líderes chineses em julho de 1983, Deng Xiaoping enfatizou que a China deveria aproveitar as dificuldades econômicas dos países da Europa Ocidental para importar mais tecnologia. Zhang Zuqian (2007), em sua pesquisa sobre a história das relações sino-europeias, lança luz na angústia da burocracia chinesa em aproveitar a crise europeia para buscar sua cooperação, de modo a acelerar a transformação tecnológica chinesa, oferecendo como atrativo o enorme mercado chinês para as empresas capitalistas continentais (ZHANG, 2007). A ênfase concedida por Xi Jinping à evolução das capacidades técnicas chinesas nos âmbitos industrial, aeroespacial e militar coloca suas relações com a Europa num patamar privilegiado, em especial com a Alemanha, a Inglaterra e a França, caminhos para o avanço da influência geopolítica chinesa nas nações mediterrâneas e no Leste europeu.

As principais potências que faziam parte da Comunidade Econômica Europeia, em seus primórdios no início da década de 1970, tinham uma expectativa semelhante a dos Estados Unidos quanto ao papel do envolvimento da China nos circuitos de produção e intercâmbio capitalistas. Separando-a da União Soviética e conectando a economia isolada da China, planificada burocraticamente pelo PCCh e dessa maneira vítima da estratégia de enclausuramento nacional que impedia que a China avançasse contra a ameaça capitalista, países como Alemanha, França, Itália e Inglaterra passaram a nutrir a expectativa da restauração capitalista e da transformação do sistema político chinês. Nicola Casarini (2009) explica que o lançamento em 1975 das “Quatro Modernizações” do primeiro-ministro Zhou Enlai levou os políticos europeus a esperar que uma abertura incipiente do potencial maior mercado do mundo estivesse iminente. Além das expectativas decorrentes do novo potencial comercial da China, o interesse da Europa em desenvolver relações com a China baseava-se na esperança de que as reformas econômicas da China fossem um presságio das mudanças no domínio político (CASARINI, 2009). A linha de reformas econômicas pró-capitalistas adotada por Deng Xiaoping a partir de 1978 e a simpatia de Mao pela OTAN como

contraponto à pressão russa na fronteira sino-soviética[258] foram fatores alentadores para que o imperialismo europeu buscasse frutificar suas relações econômico-comerciais com Pequim. Para a burocracia da República Popular, a partir da década 1980, a emergência de uma Europa unificada e com fortes relações com a China era a oportunidade para escapar da polaridade EUA-URSS, o que o secretário-geral Hu Yaobang, em 1986, classificava como o desejo de Pequim de que a unificação da Europa oriental e ocidental ajudasse a conduzir um campo político independente e oposto à possibilidade de guerra entre as superpotências (CASARINI, 2009). Nessa leitura, que considerava a Europa uma "zona intermediária" de contenção, percebia-se a modificação da postura chinesa diante da polarização da Guerra Fria: não mais vislumbrando um alinhamento tão próximo com os EUA e a OTAN, enxergava na Europa um contrapeso ao mundo bipolar das tensões entre Washington e Moscou, com o horizonte em uma nova ordem multipolar no interior do sistema capitalista global.

Quando a China e a Comunidade Econômica Europeia estabeleceram suas relações diplomáticas em 1975, o investimento das empresas capitalistas da Europa na China era praticamente inexistente. Entretanto, no início dos anos 1980, as empresas europeias começaram a ingressar no território chinês, que iniciava seu processo de abertura pró-capitalista sob a administração de Deng Xiaoping. Grã-Bretanha e Alemanha foram os dois maiores investidores estrangeiros na China (excluindo Hong Kong) antes das empresas estadunidenses começarem a disputar na China espaços de acumulação para seus capitais a meados da década de 1990.

> Mudanças significativas ocorreram nas relações políticas e comerciais da China com a CEE por volta de 1978, quando a China embarcou no caminho da política de reforma e abertura para o mundo exterior. Com a reorientação de Pequim, foi dada a máxima prioridade ao crescimento econômico da China. A fim de acelerar a realização de seu programa de modernização, a China mudou sua orientação econômica para seguir uma estratégia voltada para a exportação e deu maior importância para seus laços econômicos estrangeiros, inclusive com a Europa. Ao mesmo tempo, os empresários europeus começaram a perceber o grande potencial do mercado chinês, na medida em que a economia chinesa, revigorada com a reforma econômica, foi crescendo cada vez mais rápido. Sob tais circunstâncias, o comércio sino-europeu e suas relações econômicas se expandiram drasticamente (ZHANG, 2007, p. 231).

258 "A partir de meados da década de 1970, os oficiais chineses também encorajariam os políticos europeus a gastar mais em orçamento de defesa, num movimento abertamente anti-soviético. Os líderes chineses opor-se-iam a qualquer movimento ocidental em direção à distensão com Moscou, e apoiavam fortemente a OTAN. Uma tal atitude daria à China acesso aos fornecedores militares europeus e às bases da aliança do Atlântico Norte. O ELP estava principalmente interessado no planejamento da defesa de fronteira da OTAN contra uma invasão terrestre soviética, no uso de armas nucleares táticas, e tecnologia anti-tanque. Nessa altura, Pequim comprou mísseis antiaéreos e antitanque da Itália e da Alemanha Ocidental, radares de França, e motores e tecnologias caças de combate da Grã-Bretanha" (CASARINI, 2009, p. 24).

Em 1978 e 1979 a China e a CEE chegaram a um acordo comercial e um acordo sobre o comércio têxtil, pela primeira vez na história de suas relações. Em 1980, a CEE começou a conceder o tratamento do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) para a China, e em 1985 ambos os parceiros assinaram o acordos de cooperação comercial e econômica (ZHANG, 2007). A meados da década de 1980 as principais potências imperialistas europeias traçavam suas diretrizes para disputar os nichos de mercado que até então eram majoritariamente ocupados pelos investimentos estrangeiros oriundos da diáspora chinesa nos países da Ásia. As velhas potências coloniais, como Inglaterra e França, que já possuíam um histórico de dominação na China do século XIX, assim como a Alemanha (que, derrotada na Primeira Guerra Mundial, teve de ceder suas possessões em Shandong para o Japão), vislumbraram nova oportunidade para capturar o mais-valor da produção excedente da classe trabalhadora chinesa.

A partir dos acontecimentos de 1989 em Pequim, entretanto, os dois principais países da Comunidade Econômica Europeia (precursora da União Europeia), Alemanha e França, caminharam em direções diferentes. O imperialismo francês adotou a política de isolar Pequim como resposta aos acontecimentos de 4 de junho. A decisão mais sensível foi revigorar sua relação com Taiwan, a quem vendeu 60 caças Mirage em 1992, depois de vender 16 fragatas ao país em 1991, para fúria do PCCh. As relações entre a China e a França, já frias, afundaram ainda mais quando a China ordenou o fechamento do consulado francês em Guangzhou e eliminou empresas francesas de uma série de projetos. As relações permaneceram ruins até janeiro de 1994, quando o primeiro-ministro francês Édouard Balladour comprometeu a França a se abster de futuras vendas de armas a Taipei durante uma visita de estado à China. A Alemanha tomou um rumo diferente. Já em novembro de 1991, quando visitar a China era ainda assunto controverso na Europa, o imperialismo alemão organizou uma visita à China de seu ministro de comércio e indústria, Jörgen Möllemann, acompanhado de dezenas de empresários. Em 1992, excluiu a venda de armas para Taiwan. Em outubro de 1993, Berlim publicou um documento delineando sua nova política em relação à Ásia-Pacífico. Esta política focalizou a expansão das relações econômicas com a região e enfatizou substancialmente as relações com a China. O governo alemão visaria uma relação estável e sem problemas com Pequim, o que significava reiniciar visitas de alto nível e reduzir a pressão sobre os direitos humanos. A diferença econômica entre as duas abordagens era clara: as exportações alemãs para a China quase dobraram entre 1992 e 1994, enquanto as da França cresceram apenas 22% no mesmo período. Outros estados da União Europeia,

posteriormente, começaram a imitar a política alemã da China de evitar ofensas a Pequim e, em vez disso, concentrar-se na cooperação econômica.

Com os mesmos interesses exploratórios que o governo alemão, ao assistir às oportunidades de acumulação de capital da China, a França reordenou sua abordagem, e assim como toda a Europa, "germanizou" suas relações com Pequim. Em 1995, o presidente Jacques Chirac anunciou um maior enfoque na Ásia na política externa francesa, e no ano seguinte seu Ministro das Relações Exteriores, Hervé de Charette, declarou que a China estaria no centro desta nova política externa e citou especificamente a abordagem da Alemanha em relação à China como exemplo para a França. Laurens Hemminga[259] escreve que:

> O aparente sucesso da Alemanha na construção de relações com a China também influenciou a União Europeia. A Comissão Européia, o braço executivo da UE, lançou uma estratégia para a Ásia em 1994, seguida por uma estratégia para a China em 1995. Ambos os documentos foram semelhantes à estratégia da Alemanha de 1993, na medida em que se concentraram na expansão dos laços econômicos e, no caso da estratégia da Ásia de 1994, colocaram muita ênfase na China. A estratégia da UE para a China em 1995 declarou sua relação com a China como sendo "uma pedra angular nas relações externas da Europa, tanto com a Ásia como globalmente" (HEMMINGA, 2019, s/p).

Da mesma maneira, em seu trabalho *Europe's Commercial Relations with China*, Robert Ash (2007) identifica a segunda metade da década de 1990 como um ponto de inflexão nos humores da União Europeia, encabeçada pela Alemanha, em direção à China. Aponta duas questões que balizaram a decisão das principais potência europeias: em primeiro lugar, uma espécie de preocupação com a localização securitária e estratégica da Europa diante da ascensão da China; em segundo lugar, a percepção de que o processo de restauração capitalista no gigante asiático era irreversível.

> Os anos 90 foram caracterizados pela crescente tensão entre a China e dois dos principais Estados-membro da UE – o Reino Unido e a França – e ficou a cargo da Alemanha a formulação de uma política padronizada do bloco, mais positiva e pragmática. De fato, só em 1995, com a publicação de seu documento programático, a UE, pela primeira vez, articulou uma estratégia coerente em relação à China […] Em termos da estratégia econômica da UE em relação à China, há uma coerência lógica que liga o conteúdo do documento de 1995 com as orientações políticas de declarações importantes subsequentes – mais notadamente, as de 1998, 2001 e 2003. A defesa por Bruxelas do estreitamento das relações UE-China suscitou uma resposta entusiasta na China, onde a expressão oficial mais pública do desejo de estreitamento das relações foi a publicação, em 2003, de um documento oficial sobre a política da China em relação à UE. Este documento foi inequívoco em seu apoio ao maior desenvolvimento dos laços econômicos e

259 "Will Germany Set the Tone Again for Europe's Asia Policy?", Laurens Hemminga, The Diplomat, 05/09/2020. Disponível em: https://thediplomat.com/2020/09/will-germany-set-the-tone-again-for-europes-asia-policy/.

> comerciais entre a China e a UE, e apresentou o objetivo estratégico de que a UE deveria se tornar "o maior parceiro comercial e de investimento da China" (ASH, 2007, p. 192).

A reintrodução da China no espaço mundial de acumulação capitalista foi, sem dúvida, o fator diretriz na modificação da conduta da burguesia europeia, que no final da década de 1980 era parte das sanções econômicas punitivas contra a repressão do PCCh em Tiananmen. Sem ir mais longe, a Alemanha havia atravessado um processo de unificação sob a égide da restauração das relações privadas de propriedade e a eliminação da antiga RDA, como resultado da queda do Muro de Berlim. Não apenas as multinacionais alemãs, que ganharam preeminência na Europa após a reunificação conservadora da década de 1990, mas as empresas francesas, inglesas e italianas aceleraram o direcionamento de capitais para a Ásia em geral, e para a China em particular, a fim de explorar as vantagens da reincorporação de centenas de milhões de trabalhadores ao mercado capitalista. O baixo preço para o aluguel de terras e a força de trabalho barata, o estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e outras vantagens essencialmente locais foram os incentivos instrumentais oferecidos pelos governos regionais chineses para disputar a maior fatia disponível de investidores estrangeiros. Partindo da economia, a República Popular buscou estabelecer os parâmetros de sua relação política com a Europa. Em 12 de setembro de 1994, Jiang Zemin enunciou os "Quatro Princípios para o Desenvolvimento da Relação entre a China e Europa Ocidental", que incluíam o desenvolvimento das relações com vistas ao século XX; o respeito mútuo e diminuição das divergências; o benefício mútuo; e a resolução de todos os problemas internacionais através de consultas e cooperação (CASARINI, 2009). O anúncio foi feito em Paris, para selar o reinício das relações sino-francesas no governo Balladour, depois dos incidentes com Taiwan.

Ademais, do ponto de vista qualitativo do investimento de capitais, a Europa se distingue da atividade de países asiáticos no interior da China. Investidores de Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul e Japão se habituaram a concentrar as atividades de produção na China com ênfase no reprocessamento para exportação. Já os capitalistas europeus e estadunidenses se engajaram em projetos de maior valor agregado e alta tecnologia, que tiveram um "impacto catalítico" no desenvolvimento da China (BARYSCH, 2005; ZHANG, 2007), ainda que isso não signifique que tenham deixado de aproveitar a força de trabalho barata chinesa para relocalizar suas atividades industriais (em especial os Estados Unidos). Algumas das empresas europeias com maiores investimentos na China são Alcatel, BASF, Carrefour,

Ericsson, Hoechst, Janssen, Nokia, Philips, Pharmaceutica, Siemens, Pirelli e Volkswagen (ASH, 2007).

Já o interesse chinês incidia em como aproveitar o investimento estrangeiro direto europeu para sua própria acumulação capitalista. Ao contrário dos investimentos na China originários do Japão, da Coréia do Sul e da diáspora chinesa na Ásia (Taiwan, Hong Kong e Cingapura), o investimento dos países da UE tem sido mais fortemente orientado para atividades de alta tecnologia, intensivas em conhecimento e, portanto, de maior valor agregado. As atividades econômicas que requerem alta tecnologia, cobiçadas pela burguesia chinesa surgida da restauração capitalista e das parcerias comerciais com multinacionais ocidentais, foram utilizadas para preservar esse universo técnico na posse de empresas estatais e privadas nativas.

A conquista de tecnologia estava ligada à diversificação das fontes de absorção técnica para a China, que considerava indesejável partilhar de exclusiva dependência dos Estados Unidos. Esse desejo de captura tecnológica e do processo de aproximação e nivelamento da fronteira tecnológica foi um fator fundamental da crescente relação sino-europeia. Escreve Casarini (2009) que:

> Em uma tentativa de diversificar sua crescente dependência do Japão e dos Estados Unidos em relação à tecnologia importada, a China começou a aumentar seus laços comerciais com a Europa Ocidental. Em abril de 1978, um acordo comercial havia sido assinado com a Comunidade Européia, o qual permitia o acesso da Nação Mais Favorecida (NMF) e incluía a China nas disposições do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da Comunidade a partir de 1980, em forte contraste com a exclusão de Pequim do SPG dos Estados Unidos. Em 1985, a Comunidade Européia e a China assinaram um Acordo de Comércio e Cooperação que cobria as relações econômicas e comerciais, assim como o programa de cooperação CE-China. Em 1987, o comércio sino-europeu totalizou US$ 13 bilhões. Desse montante, as importações chinesas da Europa Ocidental haviam crescido 169% de 1980 a 1987. Isto representou cerca de 15% do comércio externo total da China, mas apenas 1% do comércio total da Comunidade Européia. Entre os estados da Europa Ocidental, a Alemanha ganhou a liderança, respondendo por quase 40% do comércio europeu com a China. [...] Os líderes chineses estavam muito interessados no desenvolvimento dos laços econômicos – especialmente na transferência para a China de bens de capital europeus e de know-how tecnológico necessário para a modernização da China (CASARINI, 2009, p. 29-30).

Dentro desse âmbito, a aquisição de tecnologia foi decisivo, sendo a União Europeia a maior fonte da China para aquisição de conhecimento científico na organização da produção e inovação tecnológica nas últimas décadas.

> Em geral, as saídas de investimento estrangeiro direto (IDE) da China buscam atingir um ou mais de seis objetivos principais. Eles são: assegurar recursos; acessar mercados; obter know-how; aumentar a lucratividade;

> assegurar ativos estratégicos; e conseguir diversificação. As pesquisas indicam que o investimento em busca de recursos nos países europeus tem tido uma baixa prioridade entre os investidores chineses. Na medida em que a maior lucratividade depende de custos mais baixos, a busca por eficiência de lucratividade pelas empresas chinesas também tem relevância limitada em suas atividades na Europa, uma vez que os produtores da UE não podem igualar os custos fundiários e trabalhistas na própria China. As três motivações mais importantes para investir na Europa são assegurar novos mercados, para acessar know-how e tecnologia modernos, e ampliar imagem de marca (ASH, 2007, p. 198).

A sede da China por tecnologia a levou a procurar aquisições de empresas europeias, ou fusões que lhe permitissem franco acesso ao conhecimento técnico europeu. Em 2002, a TCL Multimedia da China adquiriu a alemã Schneider Electronics AG por cerca de €8,2 milhões, enquanto em 2004, a TCL se uniu à Thomson Co. da França para formar a TTE – maior fabricante de televisores do mundo (ASH, 2007). No interior desse universo, o apetite da China encontrou seu alvo principal no "*Made in Germany*". A maioria das empresas alemãs adquiridas pela China são empresas de ponta, inovadoras dos ramos da tecnologia de computação e engenharia, o que permite à China possuir um amplo know-how técnico. Só no primeiro semestre de 2016, fundos de investimento chineses compraram mais de 40 empresas alemãs; 17% de todos os investimentos estrangeiros oriundos da China desde 2010 se destinaram à Alemanha. Pequim investiu €72 bilhões (US$77 bilhões) na União Europeia nesse período, dentre os quais €11.3 bilhões (US$12.1 bilhões) na Alemanha, equivalente a oito vezes o nível de compras de 2015 (BARBIERI, 2017)[260]. A voracidade das empresas chinesas em comprar ativos tecnológicos alemães chegou a tal ponto que o governo em Berlim passou a soar alarmes sobre a segurança nacional. Também em 2016, a compra da empresa de robótica de alta tecnologia *KUKA* (pérola da indústria germânica, criada em 1898), pela empresa chinesa Midea (a maior produtora chinesa de bens domésticos), irritou a administração da chanceler Angela Merkel. O receio das corporações alemãs e de Berlim era que seu importante domínio técnico estava sendo entregue a um país que deixava de ser simplesmente um parceiro comercial para se tornar um competidor agressivo.

Fruto desse receio, o governo alemão bloqueou em 2017 a oferta do fundo de investimento chinês Fujian Grand Chip Investment Fund (FGC) para comprar a *Aixtron*, uma empresa alemã altamente especializada na produção de equipamentos para a indústria de semicondutores (nomeadamente o chamado *metal-organic chemical vapor deposition*, MOCVD), com plantas produtivas na Alemanha, na Grã-Bretanha, e na Califórnia. Por intervenção do governo estadunidense, Berlim foi alertada de que o conhecimento

260 André Barbieri, "China e Alemanha: a lua de mel acabou", Esquerda Diário, 08/03/2017. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/China-e-Alemanha-a-lua-de-mel-acabou? (Acessado em: 10/02/2022).

armazenado pela *Aixtron* tinha implicações de segurança, e tecnologia militar dessa natureza não deveria estar nas mãos do governo chinês, segundo Washington (BARBIERI, 2017). Já no início da era Xi Jinping, de acordo com a Câmara do Comércio Alemã[261], o comércio sino-germânico atingiu €154 bilhões (US$169 bilhões) em 2014. Mais de 5.000 companhias alemãs operam na China, e esse número cresce com a dependência da indústria alemã (em especial automotriz) do mercado chinês. Tomado a nível europeu, são dezenas de milhares de empresas ativas na China, alcançando em 2019 uma taxa de investimento estrangeiro direto de quase €200 bilhões (tendo a China uma saída de IDE de €70 bilhões para a União Europeia) segundo a Comissão Europeia[262]. Ademais, em 2021, a União Europeia, encabeçada pela Alemanha, assinou um Acordo de Investimento com a China[263], em que esta se dispôs a eliminar limites de participação acionária ou requisitos de *joint venture* em diversos setores industriais e de serviços, em troca de livre acesso aos mercados europeus. Um quadro que limita a margem argumentativa daqueles que retratam uma China não capitalista.

Essa dependência da indústria alemã frente ao mercado chinês constrange Berlim a evitar gerar antagonismos com Pequim. A abordagem da ex-chanceler Angela Merkel era de natureza pragmática, seguindo os passos de Helmut Kohl na década de 1990, orientada pelos interesses econômicos da Alemanha: sem tratar da política repressiva do governo chinês contra a minoria muçulmana em Xinjiang ou contra as liberdades democráticas formais em Hong Kong, por exemplo, buscava acalmar Pequim com uma relação que primava pelo comércio. Merkel vocalizava as alas da classe dominante alemã e continental que mais se beneficiaram com o intercâmbio com a China, chegando a censurar qualquer ideia de ruptura de relações da Europa com a China. O novo chanceler Olaf Scholz segue o modelo merkeliano nas relações sino-germânicas, assegurando a Xi Jinping que a abordagem anterior não seria alterada. Isso não significa ausência de contradições no interior da UE, e da própria Alemanha. O governo alemão passou a rastrear os acordos de compra tecnológica da China com o objetivo de limitá-los e, em alguns casos, de impedi-los (como mencionamos acima); em 2021, ademais, 55% dos alemães viam a crescente influência da China como negativa, contra 33% em 2017. Por sua vez, indo no caminho inverso ao sugerido por Merkel, o Parlamento Europeu suspendeu em maio de 2021 a aprovação do Acordo de Investimento

261 "China and Germany: A new special relationship?", CNBC, 10/06/2016. Disponível em: https://www.cnbc.com/2016/08/10/china-germany-have-close-trade-and-investment-relationship.html (Acessado em: 12/04/2021).

262 European Comission on EU-China Trade. Disponível em: https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/china/ (Acessado em: 10/02/2022).

263 "EU, China Reach Agreement on Investments in Principle: What Does it Mean for Businesses", China Briefing, 14/01/2021. Disponível em: https://www.china-briefing.com/news/eu-china-reach-agreement-on-investments-in-principle-what-does-it-mean-for-businesses/ (Acessado em: 10/02/2022).

com a China, depois que Pequim impôs sanções a entidades europeias em retaliação às sanções da UE a funcionários chineses envolvidos em trabalhos forçados e detenções em Xinjiang. Em junho de 2021, a UE rotulou a China como um rival sistêmico, identificando o histórico de direitos humanos da China como o divisor principal entre as duas entidades[264].

A guerra na Ucrânia, entretanto, operou uma transformação importante na relação China-União Europeia. Em recente conferência da Carnegie Endowment, o professor Jia Qingguo, da Universidade de Pequim, estabeleceu o panorama da visão chinesa sobre a União Europeia sob os efeitos da guerra na Ucrânia. A anterior conduta de aproximação com a China sofreu um abalo. A incursão militar russa e a ingerência material e logística dos EUA e da OTAN teve como um de seus efeitos geopolíticos a reaproximação da União Europeia de Washington, o que em Pequim foi lido como um esfriamento notável diante com o governo Xi. Essa noção tem correlato na realidade. Com efeito, o presidente francês Emmanuel Macron, que havia dito em novembro de 2019 que a OTAN padecia de "morte cerebral" (uma forma de afastar-se da instável administração Trump), alterou sua definição em 2022, segundo a qual a OTAN à luz da invasão russa na Ucrânia "recebeu um eletrochoque que pode ajudar o esclarecimento de suas funções". A multiplicidade dos objetivos políticos transatlânticos foram complexificados pela agitada ameaça russa ao status quo imperialista europeu. O exercício que nos é exigido para conceitualizar essa nova relação precisa levar em conta as contradições de um continente europeu pressionado entre duas potências capitalistas mais fortes (levando em conta a primazia do imperialismo norte-americano diante do capitalismo chinês em rápida ascensão). A política europeia exibe o caleidoscópio de divergências que obedecem aos interesses nacionais de seus monopólios imperialistas, e a afirmação de Macron não é necessariamente solidária ao argumento de um alinhamento transatlântico sem fricções. O mesmo Macron é um defensor de uma espécie de nova ordem securitária na Europa que não seja dependente dos EUA, cujo governo Biden causou inúmeros dissabores ao Eliseu com o pacto AUKUS junto ao Reino Unido e à Austrália. Entretanto, a concepção de uma nova ordem securitária inclui a exploração de determinados blocos entre parceiros tradicionais, e a proximidade da China com a Rússia passou a causar desconcerto entre as potências europeias. Podemos conceitualizar que esse ruído na orquestra europeia representa um ponto de tensionamento com o governo chinês que poderia desafiar a sinfonia do pragmatismo merkeliano. Em perspectiva, as principais potências europeias terão maior dificuldade em encontrar razões comuns para lidar de maneira politicamente harmônica com a China.

264 "Will Germany Depart from the Merkel Model on China? Beijing Will Have a Say", The Diplomat, 15/12/2021. Disponível em: https://thediplomat.com/2021/12/will-germany-depart-from-the-merkel-model-on-china-beijing-will-have-a-say/ (Acessado em: 10/02/2021).

A China navega entre duas necessidades estratégicas, que foram exacerbadas pela guerra na Ucrânia. Precisa acautelar-se para não esgarçar demasiadamente suas relações com o Ocidente, ao mesmo tempo em que arquiteta um novo arco de alianças para debilitar a hegemonia dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico. Tomando cuidado para não incorrer em punições do Ocidente, de quem depende tecnologicamente em áreas estratégicas como semicondutores e sistemas de software para operação de maquinário, a China deixou claro que, em sua parceria com Moscou, determinadas perdas econômicas conjunturais são largamente compensadas por ganhos geopolíticos. O governo bonapartista de Xi Jinping resistiu a todas as pressões do imperialismo da OTAN para exercer contenção substancial à política de Putin. Se é verdade que a China não pode prescindir das relações econômicas com o Ocidente, sabe que o Ocidente precisa manter similar prudência para não estremecer suas relações com a China, incomparavelmente mais importante para a economia mundial do que a Rússia. Ademais, a China se beneficia do desgaste entre Rússia e OTAN em dois aspectos principais: por um lado, Pequim ganha influência à medida que a Rússia se enfraquece e se isola; por outro, quanto mais os EUA se concentra na Europa, menos se dedicam ao Mar do Sul da China e à Ásia-Pacífico, onde a República Popular permanece agressiva em relação a uma possível anexação de Taiwan. A moderação de bastidores, negociada com a Rússia, foi oficiada no interior deste arranjo global.

É dentro desse quadro que a União Europeia trata de remodelar suas relações com a China, sempre e quando tenhamos a devida cautela em saber enxergar a heterogeneidade política da Europa. Examinando o problema de acordo com as afinidades assimétricas de cada país com Pequim, a guerra na Ucrânia relevou que a postura da União Europeia se tornou mais suspicaz diante de Pequim. A parceria entre China e Rússia não causa boa impressão no Velho Continente. São escassas as chances de que a russofobia ideológica que ganhou corpo na atmosfera política europeia deixe de respingar no bonapartismo chinês. A China é vista como demasiado conivente com a política de Putin. Em termos mais estratégicos, a guerra da Ucrânia permitiu ao *establishment* imperialista estadunidense depositar sobre a China o ônus da beligerância russa, mesmo sendo a OTAN um responsável material e logístico indispensável para a eclosão do conflito. A diplomacia de Xi Jinping teve pouco êxito em divorciar-se da condição de sustentadora asiática da agressão russa no Leste europeu. Aos olhos da Europa, a guerra suscitou um ponto de inflexão: a desconfiança dos objetivos de Washington passou a conviver com a busca de seu apoio para coibir o avanço do eixo sino-russo no continente. Este choque de proporções na estrutura dos nacionalismos europeus traz consigo uma tendência subjacente: quanto mais afastada a Europa se encontre da Rússia (ou,

em outros termos, quanto mais "asiatizada" se torne a política de Moscou, isolada do dito "Ocidente"), mais a China terá dificuldades de exercer influência sobre a aproximação entre União Europeia e Estados Unidos.

Assim pensam os teóricos que analisaram a guerra na Ucrânia a partir do prisma oficial dos Estados Unidos, demasiado interessado em separar a Europa do gigante asiático. Rafael Poch sintetiza essa posição na noção de que o melhor meio encontrado por Washington para enfraquecer a China é desgastar a Rússia. Os Estados Unidos aprovaram a postura da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e de Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, em implicar Pequim nas decisões beligerantes de Putin. Efeito similar teve a declaração emitida em abril de 2022 pelo "tsar" das relações exteriores na União Europeia, Josep Borrell, despachando a noção de que a ingerência material e logística da União Europeia na guerra da Ucrânia assinalava subordinação cega a Washington. Outras figuras do pensamento político discordam dessa abordagem do *establishment* estadunidense. John Mearsheimer, pensador da tradição realista das relações internacionais, a partir da mesma ótica de enfrentamento com a China, considera que os Estados Unidos deveriam fazer os esforços necessários para construir pontes com a Rússia e separar Putin de Xi Jinping. Trata-se de uma ideia com pontos de contato com Henry Kissinger, que experimentado nas artimanhas do serviço secreto estadunidense diante da China de Mao, sustentava na década de 1970 que, no futuro, os Estados Unidos deveria se preparar para coligar-se com Moscou para emparedar Pequim (um "1972 ao inverso"). A Europa se encontra no meio do turbilhão. O incremento dos nacionalismos econômico-militares, fruto das tensões da crise mundial e das sequelas da guerra na Ucrânia, modificam a postura das potências europeias diante de competidores na América e na Ásia.

Mas a política movida pela União Europeia, mesmo após o início da guerra da Ucrânia, não aparenta querer gerar demasiados atritos com o governo chinês. Se o afastamento com a Rússia representa uma opção pouco viável para a Europa, a mera noção de hostilidade contra a China implica resultados imprevisíveis. O peso da China para a taxa de lucratividade das multinacionais continentais há muito tempo ganhou status decisivo. Em 2004, o estoque de investimento estrangeiro direto oriundo da China para a União Europeia era de US$750 milhões (ZHANG, 2007); em 2020, esse estoque alcançou a marca de US$83 bilhões[265]. Só na Alemanha, o investimento total chinês, nesse mesmo período, foi de €162

265 "*Total stock of foreign direct investments from China into EU countries between 2010 and 2020*", Statista. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/865563/china-total-outward-fdi-stock-into-european-union-countries/#:~:text=Total%20FDI%20stock%20from%20China%20to%20EU%202010%2D2020&text=This%20statistic%20shows%20the%20total,around%2083%20billion%20U.S.%20dollars (Acessado em: 10/02/2022).

milhões (ZHANG, 2007) para €12.6 bilhões. O intercâmbio comercial entre China e a UE é de €2 bilhões por dia. Na Alemanha, o efeito dessa dependência comercial com a China atua como amortecedor das contradições com a União Europeia. A visita do chanceler Olaf Scholz a Xi Jinping (a primeira de um líder do G7 desde o início da pandemia da COVID-19), em novembro de 2022, exibiu uma Alemanha pronta a concertar novos negócios com Pequim. Embora Scholz tenha atuado segundo a agenda da OTAN para pressionar Xi a intervir como moderador da Rússia, enfatizou os interesses alemães em sustentar a continuidade da cooperação na área econômica. Sem poder confiar cegamente em Pequim, Berlim não pode aderir à filosofia do desacoplamento desenvolvida em Washington[266].

Os países mais poderosos do Velho Continente construíram uma relação de dependência comercial difícil de alterar sem efeitos imediatos sobre as economias. A China é o principal destino dos investimentos estrangeiros da Alemanha, e a França, que teceu relações no ramo do comércio de luxo com a potência asiática, tem atritos com os EUA na estratégia de contenção da China. Com efeito, mesmo em meio à guerra da Ucrânia, a ministra de Relações Exteriores na Alemanha, Annalena Baerbock, considerava um exercício de vulnerabilidade para a Alemanha experimentar alinhamentos unilaterais no panorama internacional, com evidente referência à China. Já na França a China considera encontrar terreno fértil para a política de separação da frente ocidental. A República Popular corteja a tradição política da "autonomia estratégica" propalada por Charles de Gaulle na década de 1950, e se fundamenta no interesse da França em erguer a UE no início dos anos 90 como um eixo geopolítico independente dos EUA para avançar sua cunha no Ocidente. Apesar das críticas compartilhadas entre Washington e Paris às violações aos direitos humanos na China (violações comuns a esses mesmos países em todo o mundo), o prejuízo da França nas negociações dos EUA com a Austrália exacerbaram as preocupações do governo francês sobre uma política securitária própria para a Europa. Aproveitando esses ruídos é que o oficialista Global Times, em nome do governo chinês, cortejava o reeleito Macron, buscando afastar França e EUA no contexto da guerra na Ucrânia, agitando a ideia de que a melhoria das relações entre a China e a França é consistente com a busca por uma autonomia estratégica "gaullista" na Europa.

A política de divisão da Europa teria alegadamente mais efeito num país como a Inglaterra, especialmente depois do Brexit de 2016 e a saída do Reino Unido da União Europeia. Entretanto, as relações sino-britânicas não perfazem um caminho sem pedras.

266 Olaf Scholz, "We don't want to decouple from China, but can't be overreliant". Politico, 03/11/2022. Disponível em: https://www.politico.eu/article/olaf-scholz-we-dont-want-to-decouple-from-china-but-cant-be-overreliant/.

Depois dos espinhos atravessados durante o início dos anos 1990, com as consequências de Tiananmen sobre a política britânica em relação a Hong Kong (entregue à China em 1997), mais de duas décadas de relações comerciais amistosas se passaram. Até o início de 2020, Londres se considerava a melhor amiga da China no Ocidente, tendo sido a primeira capital do G7 a integrar o Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático (BIIA), fundado e majoritariamente financiado pela China, e porta-voz dos avanços da Nova Rota da Seda na Europa. Entretanto, o incremento das tendências nacionalistas com a ascensão de Donald Trump e a crescente pressão de Washington para que Londres não permitisse a entrada de capitais chineses no Reino Unido passaram a cobrar seu custo. Durante a pandemia do coronavírus, o governo britânico e os serviços de espionagem do MI6 descartaram a possibilidade de integrar a multinacional Huawei em sua rede de telecomunicações 5G, algo que estremeceu o entendimento com Xi Jinping, agravado em seguida pela participação da Inglaterra no acordo AUKUS com os Estados Unidos e a Austrália, visando a construção de uma base de comando de submarinos nucleares no Oceano Pacífico. A guerra da Ucrânia não fez nada para melhorar as divergências entre Pequim e uma Londres novamente submetida à política agressiva de Washington.

O caso italiano, dentro dos considerados "quatro grandes" países europeus pela China (Alemanha, França, Inglaterra e Itália) é mais contraditório. A Itália foi o primeiro país ocidental a restabelecer contatos diplomáticos com a China após os eventos de 1989 (adotando uma postura distinta da Inglaterra, diante de Hong Kong, e da França, diante de Taiwan, após Tiananmen). O primeiro-ministro italiano Gianni De Michelis foi a mais alta autoridade europeia a visitar Pequim naquele momento de tensão das relações sino-europeias, e o governo italiano passou a exercer pressão sobre a Comunidade Econômica Europeia a fim de atenuar as sanções contra o PCCh, em nome de melhorar a posição de suas multinacionais na busca por nichos de investimento na China. O encontro de junho de 2014 entre Xi Jinping e o então primeiro-ministro Matteo Renzi foi retratado da seguinte maneira pela chancelaria chinesa: "Xi Jinping expressou que a China e a Itália ostentam uma amizade tradicional e que os dois povos se orgulham de suas antigas civilizações e se apreciam e aprendem um com o outro. Marco Polo e Matteo Ricci desempenharam um papel importante na história do intercâmbio entre as civilizações orientais e ocidentais. Desde o estabelecimento de relações diplomáticas, ambos os países, como importantes parceiros de cooperação um com o outro, sempre aderiram ao tratamento das relações bilaterais a partir de uma perspectiva estratégica e

de longo prazo"[267]. As relações comerciais sino-italianas cursaram um rumo favorável à China, que conseguiu utilizar Roma como ponte para a entrada da Nova Rota da Seda na Europa, a partir das discussões do memorando de 2019 realizadas pela coalizão de governo entre o Movimento Cinco Estrelas de Beppe Grillo, e a Liga. A aproximação com a China se dava sob o comando do primeiro-ministro Giuseppe Conte, que compartilhava com o Movimento Cinco Estrelas a noção do potencial de mercado da China para a produção italiana. O fracasso do memorando sobre a Nova Rota da Seda (impulsionado pela pressão dos Estados Unidos), e a postura do novo primeiro-ministro Mario Draghi esfriaram aquela aproximação anterior com Pequim[268], cuja ascensão passou a ser vista com suspeita maior em função de seu papel na guerra da Ucrânia. Com interesses específicos no comércio mediterrâneo com a China, a Itália, entretanto, também se vê engolfada pela atmosfera de suspicácia europeia diante dos objetivos de Pequim.

Diante do panorama modificado da conduta europeia em relação à China, a abordagem de Xi Jinping retoma a lógica da Europa como um contrapeso à ordem estabelecida, com diferenças substanciais diante do cenário da Guerra Fria. Na ausência da União Soviética, a Europa entra na estratégia chinesa de acordo com sua capacidade de separar sua política externa daquela dos Estados Unidos; ademais, muito diferente da década de 1980, em que a China era fraca e sem expressão econômico-política internacional, a ascensão da potência chinesa exerce uma pressão completamente diferente sobre a Europa. A harmonização da República Popular com a OTAN na década de 1970 – o que mostra a tragédia dos Estados operários burocratizados – não poderia estar mais longe no horizonte. O capitalismo chinês busca novos espaços de acumulação e se choca com a abrangência global do imperialismo estadunidense, que chefia todos os múltiplos organismos interestatais desde a Segunda Guerra para impedir que novas potências desafiem sua primazia. A guerra da Ucrânia, que recoloca no panorama a possibilidade de conflitos armados entre grandes potências, não é a primeira que encontra a Europa numa posição de subordinação aos Estados Unidos, mas inaugura conflitos que deparam a China numa posição de força. A campanha da China é convencer os líderes da União Europeia, calcinados na experiência da guerra da Ucrânia, de que os Estados Unidos atua estrategicamente pelos seus interesses em detrimento da Europa, subordinando e utilizando os países europeus em seus jogos de poder. Em contraponto, a China não seria uma rival da União Europeia, e sim um parceiro econômico e geoestratégico confiável diante da

267 Xi Jinping: China-Italy Relations Stand at a New Starting Point. Governo da China, 11/06/2014. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/ce/cggb//eng/xwdt/t1165369.htm.

268 Italy Has Learned a Tough Lesson on China. Foreign Policy. 24/06/2021. Disponível em https://foreignpolicy.com/2021/06/24/italy-china-policy-belt-road/.

ingerência estadunidense para estabilizar as cadeias globais de valor do capitalismo. A União Europeia – conjugação de vários imperialismos com interesses próprios, encabeçados pela Alemanha – dificilmente poderão encontrar uma saída alternativa à pressão que a condiciona a um balanço pendular.

6.4 Quarta zona de interação: o Estado chinês na África

Nos *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci estabelece alguns critérios para calcular a hierarquia de poder entre os Estados nacionais em suas relações recíprocas. Combinando a extensão territorial, a força econômica e a capacidade militar, o marxista italiano introduz um conceito para compreender a potência dinâmica dessa determinada nação: sua capacidade de imprimir à atividade estatal uma linha autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados (GRAMSCI, 2007). Na relação de Pequim com a África, a disparidade entre os sócios é de tal ordem que a capacidade da China de repercutir sua política na vida das nações africanas é o principal espelho dos elementos imperialistas de seu capitalismo selvagem. Com efeito, essa defasagem entre as forças políticas impositivas de cada parceiro não existe em tão grande medida, no rol de relações da China, quanto com os países da África.

Na década de 1950, a África se tornou central para a campanha chinesa de defesa da soberania nacional e a não-intervenção nos assuntos internos de cada país por parte das grandes potências. A experiência da intervenção dos Estados Unidos e seus aliados europeus na Guerra da Coreia, à saída da II Guerra Mundial, era uma motivação direta a Pequim para a conquista de aliados nos países coloniais que buscavam sua emancipação do imperialismo. Da lavra do primeiro-ministro Zhou Enlai, que visitou dez países africanos entre 1963-64, nasceram os documentos que viriam a estabelecer a relação da República Popular da China com a África: “Cinco Princípios Diretores para o Desenvolvimento das Relações com Países Árabes e Africanos” e “Oito Princípios de Ajuda Econômica e Assistência Técnica a Outros Países” (HANAUER; MORRIS, 2014). O maior investimento internacional da China na era maoísta foi a construção da Ferrovia Tazara, que entre 1970 e 1975 passou a conectar a Zâmbia com o porto da Tanzânia, um marco na economia da África Oriental. Da mesma forma, a política de promoção de insurgências anticoloniais respondia à disputa entre Pequim e Moscou, que na década de 1960 passavam a desenvolver atritos geopolíticos mais sérios. A África, desse ponto de vista, era uma alavanca para deter o isolamento do Partido Comunista Chinês dentro do “mundo soviético”, e não uma arena para a expansão da revolução

internacional, na medida em que Mao e o governo central entabulavam relações de segurança com as burguesias africanas.

Agora, o investimento realizado na Ferrovia Tazara empalidece diante da presença econômica da China na África. O comércio entre a China e os países africanos aumentou mais de 20 vezes entre o ano 2000 e 2021: passou de US$10 bilhões para US$254 bilhões. A China se tornou o maior parceiro comercial da África, superando os Estados Unidos em financiamento de pesquisa e desenvolvimento agrícola no continente. Até 2025, o Banco de Exportação e Importação da China terá investimentos de US$1 trilhão na África[269]. Essas modificações obedecem à linha internacional mais agressiva de Xi Jinping. Na última década de governo Xi, a China financiou projetos de construção que resultaram na expansão da malha ferroviária africana em mais de 6.000 quilômetros de trilhos – como a estratégica ferrovia que liga a capital Adis Abeba, na Etiópia, ao porto de Djibouti no Mar Vermelho, local da primeira base militar estrangeira da China – entre milhares de outros projetos de infraestrutura, como rodovias em Moçambique, hospitais na República do Congo, barragens no Sudão. A Nova Rota da Seda é a ponta de lança desses investimentos em infraestrutura, que é contrabalanceado pela exigência chinesa de livre acesso aos recursos naturais continentais, e à força de trabalho africana. Os negócios de Pequim se desdobram em múltiplos países. A China opera a mineração de cobre em larga escala na Zâmbia, está envolvida na extração de cromo e platina no Zimbábue, na extração de madeira de Camarões e da bacia do Congo, na extração de ferro em Gâmbia, e de algodão na Tanzânia. Nigéria, Sudão do Sul, África do Sul e Zâmbia são algumas das principais fontes de petróleo africano para a China. A China tem *joint-ventures* em países petrolíferos como Nigéria (com a *Nigerian National Petroleum Corporation*), Angola (com a *Sonangol*), e Sudão (com a *Sudapet*). Também tem buscado novas oportunidades de exploração na Etiópia, Quênia, Madagascar e Uganda, e se aventurou em áreas de alto risco como Chade, Mauritânia, Níger e Guiné Equatorial (JAUCH, 2011; LAHTINEN, 2018). Antes do início da era Xi, pesquisadores como Herbert Jauch (2011) apontavam para um padrão de subordinação colonial na relação econômica estabelecida pela China, na qual a África adquiria o papel de fornecedora de matérias-primas, ainda que esse papel fosse questionado por investigadores (MELBER, 2008; OBI, 2019).

Trata-se de uma mudança radical na escala e no conteúdo da intervenção chinesa na África. A China tem presença marcante em praticamente todos os países da África, apoiando-

269 *Adressing China's Rising Influence in Africa*, maio de 2019. The Chicago Council on Global Affairs. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/resrep21272.

os com empréstimos, investimentos, infraestrutura, instalações governamentais e maior cooperação em uma variedade de domínios em constante expansão. Como resultado, a China tem incentivos e alavancagem interna no continente para construir coalizões de Estados alinhados a seu favor e contra o Ocidente. Em particular, Xi Jinping, desde o início de seu governo, sublinhou sutilmente a vocação do Partido Comunista em integrar o continente africano na estratégia de segurança e defesa da China, exacerbando a influência diplomático-política nas economias centrais da África com o objetivo de obter sua aquiescência em termos geopolíticos. Poderíamos desdobrar essa primeira definição na concepção de injeção de investimento direto da China, através dos seus bancos e monopólios estatais (construção civil e energia) em troca de maior controle político. Com efeito, ainda que a China tenha muito interesse nos recursos naturais (petróleo, gás, cobre, cobalto, platina, entre outros), a maior vantagem parece advir do apoio geopolítico que as nações africanas passam a conceder à China em detrimentos dos interesses dos Estados Unidos[270].

Essa vantagem geopolítica for sublinhada por Xi Jinping. Na primeira reunião do chamado Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, pelas siglas em inglês) sob comando de Xi, em 2015, a política de investimento de Estado superou largamente o padrão anterior nas reuniões trienais: a China tinha constantemente dobrado seu financiamento para a África em reuniões anteriores da FOCAC, de US$ 5 bilhões em 2006 para US$ 10 bilhões em 2009 e US$ 20 bilhões em 2012. Em 2015, o acordo da China foi de investimentos no valor de US$ 60 bilhões (LAHTINEN, 2018). Ali, Xi declarou que a China estava pronta para tomar parte no crescimento futuro da África, desempenhando "um papel construtivo na promoção de uma solução política para os problemas da África" e ajudando a desbloquear seus gargalos em infra-estrutura, pessoal qualificado e acesso a fundos. Xi garantiu ao público da China que ajudaria o crescimento africano através de soluções africanas para os problemas da África. Em troca, o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, elogiou o presidente Xi por levar o relacionamento da China com a África ao seu mais alto nível em todos os tempos[271]. Na edição do FOCAC de 2018, Xi anunciou o cumprimento da promessa de investimentos feita três anos antes, e reafirmou a decisão chinesa de atuar na economia africana para auxiliar seu crescimento comum numa relação de benefícios mútuos.

Assim, a marca da entrada chinesa na África é substancialmente distinta com a administração Xi. A África é o grande laboratório de projeção de poder econômico e político

270 Ver a reportagem *The Myth of the Chinese Debt Trap in Africa*, realizada pela Bloomberg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_-QDEWwSkP0.

271 Open a New Era of China-Africa Win-Win Cooperation and Common Development. Disponível em: http://www.dirco.gov.za/docs/speeches/2015/xi1204.htm.

da China em terras estrangeiras. É nesse continente que podemos enxergar com mais clareza os elementos imperialistas que a República Popular e o Partido Comunista Chinês estabelece com economias mais frágeis. Lênin dizia que o caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias, enquanto o que caracteriza o capitalismo moderno imperialista, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital. Justamente, a exportação de capitais com a exploração da força de trabalho africana é inseparável da espoliação de recursos naturais e submissão política, ainda que indireta, dos países africanos. Ainda sem poder generalizar essa relação numa escala global, as relações sino-africanas se tornaram um símbolo dos efeitos deletérios do capitalismo chinês, como parte do sistema capitalista global. A resistência a isso começa a se fazer sentir, com a largamente propagada noção de que a China encarcera os países africanos em "armadilhas de dívida", utilizando os mecanismos de empréstimos e endividamento para apropriar-se de determinados recursos estratégicos ou pontos de infraestrutura de importância vital (ainda que essa armadilha seja exagerada pela campanha imperialista ocidental, que controla a maior porção da dívida africana). Como escreve Anja Lahtinen (2018) em *China's Diplomacy and Economic Activities in Africa*:

> As vozes críticas africanas aumentaram em número. A China é frequentemente acusada de falta de transparência, de apoiar regimes repressivos, e de não se comprometer com a proteção ambiental. As empresas chinesas têm sido criticadas por suas práticas comerciais controversas, acusadas de licitações de baixo custo, más condições de trabalho e até mesmo de utilizar trabalhadores pouco qualificados da China em vez de contratar trabalhadores africanos (LAHTINEN, 2018, p. 45).

Uma das marcas da política chinesa dotada de traços imperialistas na África se verifica na extração de seus recursos naturais e a conversão da África em reduto fornecedor de matérias-primas. Tomemos o caso do petróleo. Cyril Obi (2019) analisa o caso dos três maiores exportadores da África (Nigéria, Angola e Sudão-Sudão do Sul), concluindo que os respectivos governos preservam poder de decisão sobre o grau de envolvimento das empresas petrolíferas estatais da China, o que não autorizaria a noção de colonialismo chinês. As investidas chinesas para controlar determinados poços de extração na Nigéria e em Angola encontraram oposição dos governos locais, e empresas estatais como Sinopec e China National Petroleum Company encontram certos percalços em negociar sua presença, tendo de atuar em comum com petroleiras ocidentais como a francesa Total. Ao mesmo tempo, a presença das gigantes chinesas é qualitativamente superior àquela de 1993, quando a China começou a participar da extração petrolífera no Sudão, sendo a África responsável por 25%

das importações chinesas de petróleo (atrás apenas do Oriente Médio)[272]. O interesse em edificar obras de infraestrutura no continente está relacionado a facilitar a obtenção segura desses recursos energéticos vitais, e impedir que potências como os Estados Unidos dificultem esse acesso. A advertência chinesa foi clara em 2021, quando o chanceler Wang Yi se reuniu com oficiais nigerianos: "a África não é uma arena para jogos de superpotência, mas um palco importante para a cooperação internacional"[273].

A contradição estratégica da China em meio a sua ascensão como potência capitalista é que a demanda energética cresce enquanto sua capacidade de produção doméstica diminui. Ao redor de 80% do consumo energético chinês terá origem estrangeira até 2035, mesmo com incremento de esforços na exploração de fontes domésticas de petróleo e gás. Isso implica que a tessitura de segurança para garantir fornecimento contínuo dessa ordem de commodities é uma preocupação capital para Pequim. Isso tem implicações nas relações de opressão, todavia sutis, estabelecidas pela China sobre os países da África. Tomemos o exemplo da Nigéria. Sendo o maior produtor africano de petróleo, extraindo aproximadamente 3 milhões de barris por dia, a Nigéria conquistou um posto de "grande parceiro estratégico" de Pequim. O governo chinês teceu gradativamente uma grande presença para suas empresas estatais energéticas no país: a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) investiu US$2.3 bilhões, em 2006, para adquirir 45% do controle dos campos de extração de petróleo e gás de Akpo e Egina, desenvolvidos previamente pela multinacional francesa Total em parceria com a Africa Oil. A instalação de posições econômicas é coberta pela edificação de acordos de segurança dos investimentos, que muitas vezes inclui projetos de cooperação militar. Em janeiro de 2021, o Ministro de Relações Exteriores, Wang Yi, encontrou pessoalmente o Ministro de Assuntos Estrangeiros da Nigéria, Geoffrey Onyeama, para celebrar o 50º aniversário de relações diplomáticas iniciadas em 1972. Entre outras prioridades na relação com a Nigéria, como a cooperação da China com o novo plano de desenvolvimento nacional nigeriano através da Nova Rota da Seda, Wang deixou explícita a vontade de Pequim de "aprofundar a cooperação militar e de segurança com o objetivo de incrementar a capacidade da Nigéria de salvaguardar a própria segurança nacional"[274], além de coordenar e salvaguardar os interesses comuns de desenvolvimento de ambos os países. Em março de 2022, oficiais da

272 *Chinese investment in Africa's oil and gas industry*. Africa Oil Week. Disponível em: https://africa-oilweek.com/articles/understanding-chinese-investment-in-african-o.

273 *Wang Yi: Africa is Not an Arena for Superpower Games but a Major Stage for International Cooperation*. Documento oficial do Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/ce/cegv//eng/zgyw/t1844911.htm.

274 *Wang Yi: China and Nigeria Reach Seven Important Consensuses*. Documento oficial do Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/ce/cegv//eng/zgyw/t1844912.htm.

Comissão Militar Central da China e do Ministério de Defesa da Nigéria organizaram encontro para discutir as visões respectivas sobre o aprofundamento da cooperação de segurança e defesa na costa ocidental da África[275]. A preponderância da capacidade militar do Exército de Libertação Popular coloca a Nigéria em situação de sócia-menor na parceria de segurança, numa configuração em que a China habilitaria a Nigéria a salvaguardar sua autonomia submetendo-se a respeito dos desígnios de Pequim.

Outro exemplo é a Guiné Equatorial. O pequeno país da costa ocidental da África se tornou um dos maiores produtores continentais de petróleo, chegando em algumas estimativas a ficar atrás apenas da Nigéria e de Angola. O porto de Bata, na maior cidade continental da Guiné Equatorial, já possui instalações marítimas com fins comerciais construídas pela China, financiadas pelo Banco de Exportação e importação da China, e construídas pelo *China Communications Construction Company* em 2014. As instalações serviram como moeda de troca para o acesso às ricas jazidas de petróleo e gás do Golfo da Guiné, que foram exploradas até então majoritariamente pelas multinacionais estadunidenses. O governo chinês, agora, ensaia a construção de uma base naval na costa do país, o que seria a primeira base militar da República Popular no Oceano Atlântico, uma preocupação central para Washington[276].

No Zimbábue, o interesse da China de apropriar-se das maiores reservas de lítio da África é seguido, como o corpo pela sombra, dos acordos de segurança para afiançar o investimento. Em fevereiro de 2022, a empresa estatal *China Nonferrous Metal Mining Group* anunciou que iria adquirir um projeto de lítio no Zimbábue, utilizando a Sinomine Resource Group, uma subsidiária, que pagou US$180 milhões para adquirir o controle total de duas empresas privadas que em conjunto possuíam 74% da Bikita Minerals, a mais antiga produtora de lítio do país. Esse negócio foi precedido pela aquisição, em 2021, da mina de lítio Arcadia, nos arredores de Harare, capital do Zimbábue, pela empresa chinesa Zhejiang Huayou Cobalt, que a arrematou por US$422 milhões. Já o Chengxin Lithium Group, também em 2021, gastou US$77 milhões em um negócio que incluiu direitos de mineração no projeto da mina de lítio Sabi Star, em grande parte inexplorado, no leste do Zimbábue[277]. Diante da negativa dos imperialismos ocidentais de entabular negócios com o Zimbábue nos últimos anos, Xi Jinping teve caminho aberto para estabelecer um virtual monopólio na corrida pelo

275 *China, Nigeria hold meeting on security and defense cooperation*. China Military Online, 16/03/2022. Disponível em: http://eng.mod.gov.cn/news/2022-03/16/content_4906862.htm.

276 *Why Equatorial Guinea May Host China's First Atlantic Naval Base*. The Maritime Executive, 07/01/2022. Disponível em: https://www.maritime-executive.com/article/why-equatorial-guinea-may-host-china-s-first-atlantic-naval-base.

277 *What's fuelling China's lithium rush in Zimbabwe? The long game on zero carbon*. South China Morning Post, 13/06/2022. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3181432/whats-fuelling-chinas-lithium-rush-zimbabwe-long-game-zero.

lítio. Essa robusta investida chinesa pelo lítio foi facilitada, outrossim, pela amizade de longa data com o ditador Robert Mugabe, presidente entre 1987 e 2017, que entrou em atritos com o imperialismo ocidental que o manteve como aliado por décadas, incluindo os Estados Unidos que o entronizou durante a Guerra Fria[278]. A influência chinesa no país é percebida com tal força que, em 2017, Mugabe foi derrubado em um golpe militar poucos dias após a súbita visita do chefe militar zimbabuense a Pequim. O novo chefe do Zimbábue, Emmerson Mnangagwa, mantém também estreitas relações com Pequim e favorece a política de Xi Jinping, que não aprovou a tentativa de Mugabe de desestabilizar a hierarquia ditatorial no país. A participação da China nos seus esquemas de segurança e espionagem são manifestos: Pequim financiou e construiu o Colégio de Defesa Nacional do Zimbábue, e o Exército de Libertação Popular ajudou a treinar o exército do Zimbábue. Pequim também projetou suas capacidades técnicas e de vigilância para permitir ao governo zimbabuense o monitoramento interno do país, uma conduta que ata sua segurança aos desígnios da política chinesa, ao ponto de Pequim financiar a construção do parlamento do Zimbábue. Essa relação intrínseca da economia com a força armada constrói a imagem de um país sob tutela[279].

Assim, o governo chinês fortaleceu sua posição político-militar nos países africanos por meio de mecanismos econômicos, assegurando fornecimento de matérias-primas em troca de investimentos em infraestrutura ou contribuições em dinheiro para alavancar as classes dominantes continentais que estão dispostas a colaborar em termos geopolíticos com Pequim. O resultado é uma política de influência permanente sobre a segurança nacional, implementando sua tecnologia de inteligência artificial para atividades em quase todas as esferas da vida, que submerge esses países em estreitas tramas de dependência, deixando em papel molhado a noção da não-intervenção nos assuntos internos dos países. Comparativamente, a China não possui, entretanto, uma estrutura de controle militar e de segurança como os Estados Unidos na África. Os Estados Unidos possuem uma base militar em Camp Lemmonier, no mesmo Djibouti em que a China desenvolveu sua primeira base estrangeira. Washington estabeleceu já em 2007 o chamado *African Command* (AFRICOM),

278 *How the US aided Robert Mugabe's rise*. The Washington Post, 26/11/2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/made-by-history/wp/2017/11/26/how-the-u-s-aided-robert-mugabes-rise/.

279 *Zimbabwe under complete Chinese control: Is anyone noticing?*. The Economic Times, 21/08/2021. Escreve Dipanjan Roy Chaudhury que "*Ao longo do tempo, os sentimentos anti-chineses no Zimbábue têm crescido constantemente à medida que as pessoas começam a perceber que estão sendo oprimidas para servir aos interesses chineses. Um líder tradicional da Província de Mashonaland Central do Zimbábue, Chefe Chiweshe, acusou empresários chineses de saquear vastos recursos minerais como o cromo e o ouro e até destacou o papel abusivo e prejudicial desempenhado pela China na luta de libertação por um Zimbábue independente*". Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/news/international/world-news/zimbabwe-under-complete-chinese-control-is-anyone-noticing/articleshow/85552439.cms?from=mdr.

sediado na Alemanha e com atribuições militares sobre todo o continente africano, compondo um total de 29 bases militares em 15 países, como Mali, Camarões, Somália, Senegal, Uganda, Quênia, Níger, Líbia e Gana[280]. Essa rede de opressão militar possibilitou ao Pentágono coordenar e realizar bombardeios na Somália em 2007 (governo de George W. Bush) e em 2021 (governo de Joe Biden), e operações de combate em 13 países entre 2013 e 2017.

Não obstante a menor incidência relativa das forças armadas chinesas diante do colosso imperialista estadunidense, a marca de Pequim passa a se fazer sentir. Com grau heterogêneo de avanço, da Nigéria à Guiné Equatorial, da Angola ao Zimbábue, a aproximação militar e a consecução de acordos de segurança enlaçam vários os produtores de matérias-primas africanos em uma interação de subordinação, com determinados paralelos com a trama de opressão tecida pelas potências coloniais europeias do século XIX ou, com padrões morfologicamente distintos após os processos de descolonização do pós-Segunda Guerra, com a que os Estados Unidos estabelece desde 1945 na África e na Ásia, ainda que a relação com a China (empréstimos, benesses, colaborações financeiras) permita certos benefícios materiais com a instalação de redes não existentes de infraestrutura que alteram os padrões sociais da vida cotidiana.

Ao submetimento das nações africanas ao papel de fornecedoras de matérias-primas, acrescentam-se os efeitos da exportação de capitais da China. A África se converteu, nas últimas duas décadas, em um dos principais nichos de acumulação capitalista dos monopólios chineses. O custo da força de trabalho, menor na África do que na China, passou a ser um atrativo para capitais privados e estatais da China que, durante as décadas anteriores, investiram pesadamente na indústria orientada à exportação no gigante asiático. Conceitualmente, tomando o ensaio de Nadège Rolland na revista *Foreign Affairs*, a China poderia ter como horizonte a conversão da África naquilo que ela mesma fora convertida pelos Estados Unidos a partir do auge do neoliberalismo: um reservatório de força de trabalho a baixo custo e potencial de mercado.

> O investimento da China na infraestrutura africana pode ser projetado para ajudar a transformar o continente em uma plataforma de manufatura integrada de baixo custo, permitindo que os países africanos desempenhem para a China um papel semelhante ao que a China desempenhou [nas últimas três décadas] para o Ocidente. Pequim evidentemente espera que os países do Sul global possam ajudar a reduzir a dependência da China dos mercados dos EUA e da Europa, criando um subsistema econômico viável, substancialmente dissociado do Ocidente (ROLLAND, 2022, s/p).

280 *Pentagon's Own Map of US Military Bases in Africa Contradicts It's Claim of "Light" Footing*. The Intercept, 27/02/2020. Disponível em: https://theintercept.com/2020/02/27/africa-us-military-bases-africom/.

A dissociação da economia chinesa diante do Ocidente, quer em sua dependência tecnológica quer no caráter integrado de componente da economia mundial, é suficientemente imaterial para não tomar mais atenção do que o discursivo de desacoplamento oriundo das oficinas da Casa Branca. Mas a noção de um parque industrial de baixo custo com privilegiadas relações de mercado é uma necessidade para uma China que contará com um capitalismo mundial severamente instável. Qualquer traço de *mímesis* entre a figuração que a China desempenhou ao Ocidente antecipa, em primeiro lugar, um quadro atroz para o mundo do trabalho na África. Com efeito, as péssimas condições de trabalho que se verificam na indústria chinesa são identificados nas práticas do capital chinês dentro da África, que nela atua de maneira semelhante, em suas particularidades, à conduta do capital ocidental na China a partir da década de 1980.

A fim de ilustrar esse conceito, cumpre lançar vista panorâmica à atuação capitalista da China sobre os países africanos receptores de suas exportações de capitais. O investimento estrangeiro direto de empresas estatais ou empresários privados configura, como dissemos, um aspecto nodal dos traços imperialistas da China. Sobre isso, Herbert Jauch (2011) escreve em *Chinese investments in Africa: Twenty-First Century Colonialism?* Que:

> As condições de trabalho causaram danos à imagem da China nos canteiros de obras do Sudão e de Angola, nos grandes projetos de infraestrutura em Moçambique e nos depósitos de mineração da Zâmbia. A *Human Rights Watch* (2011) constatou que os zambianos que trabalham nas minas de cobre chinesas do país sofrem com condições de trabalho abusivas, que não atendem aos padrões e práticas nacionais e internacionais na indústria de mineração de cobre. Aparentemente, as empresas estatais da China na Zâmbia enfrentam problemas de segurança do trabalho semelhantes aos que prevalecem na indústria da mineração doméstica na China. As empresas chinesas estão lidando com uma onda de resistência em campos de petróleo e minas de cobre, onde os trabalhadores entraram em greve por causa de salários baixos e condições de trabalho perigosas. Embora as condições de trabalho nas empresas chinesas na África variem de acordo com o país e o ramo econômico, existem algumas tendências comuns, tais como relações de trabalho conflitivas, uma atitude hostil dos empresários chineses diante dos sindicatos, violações dos direitos dos trabalhadores, péssimas condições de trabalho, e práticas laborais injustas. Há uma virtual ausência de acordos de negociação coletiva, o que dá aos empresários chineses a liberdade para determinar de maneira unilateral salários e benefícios. Os trabalhadores africanos são frequentemente empregados como "funcionários temporários", o que os priva dos benefícios aos quais teriam direito, como seguridade social, um salário-mínimo, auxílios para transporte e moradia. Os empresários chineses se habituaram a ser os que menos pagam na África, quando comparados com outros empresários no mesmo setor. Na Zâmbia, por exemplo, as explorações chinesas no ramo da mineração pagavam inicialmente 30% a menos que outras minas de cobre no país. Isso só mudou depois que ativistas operários tomaram o caminho da ação (o que incluiu greves e manifestações). Na Namíbia, as empresas chinesas do ramo da

> construção civil tendem a pagar apenas 33% do salário-mínimo exigido por lei. Argumentando que os trabalhadores da Namíbia não são suficientemente produtivos para "merecer" o salário-mínimo, as empresas decidem unilateralmente o valor dos salários que devem pagar. […] Empresários chineses violam um grande número das convenções basilares da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Isso inclui a violação dos direitos de organização sindical, dos acordos coletivos, da igualdade de remuneração e da proteção contra discriminação. Direitos básicos como férias pagas, licença-saúde e licença-maternidade são frequentemente ignorados e os trabalhadores são forçados a fazerem horas extras, muitas vezes sem receber qualquer remuneração adicional. Os trabalhadores sob essas injunções temem que recusar-se a realizar horas extras poderia resultar em demissão sumária. Um caso particularmente grave de violação dos direitos trabalhistas é o "encarceramento" dos trabalhadores durante o horário de trabalho, o que já resultou em mortes oriundas de incêndios nos locais de trabalho da Nigéria e do Quênia (JAUCH, 2011, p. 52-3).

As atividades mineradoras da China oferecem um quadro sombrio da combinação entre a dilapidação dos recursos naturais e a superexploração do trabalho africano condenada por Jauch. No coração do cinturão do cobre na Zâmbia, a mina de Chambishi (sob controle da China Non-Ferrous Metal Corporation) foi palco de uma explosão, em abril de 2005, que tirou a vida de 51 trabalhadores, após ter sido louvada pela China como experimento exemplar de fornecimento de novos postos de trabalho através de investimento estrangeiro. Em 2006, depois que os empresários chineses da mineração procederam à proibição do direito de organização sindical e ao pagamento de um salário menor que o piso mínimo demandado na constituição (US$67), seis operários zambianos foram assassinados por um supervisor chinês em meio a uma manifestação de protesto (OSONDU-OTI, 2016). Os anos seguintes seguiram marcados pelo desrespeito pela já frágil legislação trabalhista na Zâmbia. Adaora Osondu-Oti, em seu trabalho *China and Africa: Human Rights Perspective* (2016) estende o panorama da violação chinesa dos direitos humanos na África para outros países, envolvendo não apenas a eliminação de direitos trabalhistas, mas a cooperação indireta em campanhas de limpeza étnica por parte de governos africanos, através da venda de armamento em cenários de guerra civil:

> Em abril de 2013, trabalhadores nigerianos na empresa Dura Pack, fábrica chinesa que produz bolsas de nylon, embarcaram em uma greve de protesto contra a morte de um colega de trabalho fruto de um choque elétrico, resultado do que reconheceram como um ambiente de trabalho inseguro e privado das ferramentas de segurança necessárias. Na Namíbia, na África do Sul e na Zâmbia foi descoberto que empresários chineses ignoram repetidamente as leis de salário mínimo locais e demais ações afirmativas, enquanto se recusam a pagar benefícios de seguridade social e auxílios para alimentação e transporte. A China é também censurada quanto à proteção ambiental na execução de projetos na África. […] A venda de armas por parte da China a países como o Sudão e o Zimbábue é descrita como um fator de encorajamento de genocídios em Darfur e da repressão

> governamental contra a população civil no Zimbábue. […] O investimento chinês no setor petrolífero do Sudão, e o dinheiro acumulado no extrativismo do petróleo, ajudou o governo de Omar al-Bashir durante a crise energética do país, e também a financiar a limpeza étnica através da compra de armamento, também da China. Registrou-se que a China vendeu o equivalente a US$100 milhões em aeronaves e armas leves ao presidente sudanês Omar al-Bashir entre 1996 e 2003 (OSONDU-OTI, 2016, p. 66-7).

No Zimbábue, em que como descrevemos a China opera uma verdadeira corrida pelo lítio, os casos de abusos trabalhistas são multifacetados na indústria da mineração. A cadeia de notícias Xinhua revelou em 2004 que a China vendeu o equivalente a US$200 milhões em aeronaves de combate e veículos militares ao governo Mugabe, cuja repressão à população civil levou ao desalojamento de mais de 600 mil pessoas (OSONDU-OTI, 2016). Na dimensão trabalhista, as violações não foram menores:

> O poder e a influência da China no Zimbábue pode ser reconhecido pelo fato de que, apesar dos numerosos casos de abuso desenfreado por parte dos empresários chineses sobre a força de trabalho local, nenhuma medida foi tomada pelo governo. As coisas se deterioraram a tal ponto que trabalhadores zimbabuenses foram mortos a tiros por um empresário chinês em uma mina quando exigiam seus legítimos salários pendentes. É de conhecimento geral que os proprietários de empresas chinesas não prestam atenção à lei zimbabuense, aos direitos legais dos cidadãos e os discriminam dos trabalhadores mineiros chineses no local, pagando-lhes salários baixos de apenas US$35 por mês. Também foi relatado que estes empresários agridem os trabalhadores locais forçando-os a operar em condições perigosas, desumanas, duras e ameaçadoras para a vida, equivalentes à escravidão. Nas acomodações de uma empresa chinesa, até 16 trabalhadores são amontoados juntos em um quarto (CHAUDHURY, 2021, s/p).

Esse prontuário não quer dizer que a China tenha uma espécie de monopólio da violação dos direitos humanos e trabalhistas na África. Da mesma maneira que no domínio militar, a estrutura erguida em décadas pelos Estados Unidos e as potências imperialistas na Europa fazem sombra à penetração das multinacionais chinesas. Washington tem uma relação privilegiada com o ditador da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema, responsável por atrocidades contra direitos civis da população, assim como entreteve relações amistosas e de firme aliança política – junto com Inglaterra, França, Itália, entre outros – com ditadores como Hosni Mubarak no Egito, Zine al-Abidine Ben Ali na Tunísia, e Muammar al-Gaddafi na Líbia, derrubados fruto dos protestos durante a Primavera Árabe de 2011. Também aqui, entretanto, trata-se de lançar luz a uma certa *mímesis* na maneira de conduzir-se no continente africano por parte do governo chinês, que com Xi Jinping apenas exacerbou sua proximidade com todo tipo de governo autoritário capaz de fornecer respaldo a Pequim nas Nações Unidas.

À vista desse conjunto de fatores, o conceito de Gramsci ao qual aludimos é ilustrativo sobre a relação sino-africana. Na condição de grande potência capitalista em ascensão, a

China de Xi Jinping não apenas imprime a sua conduta estatal uma orientação cada vez mais autônoma – sem desconsiderar os limites impostos pela relação de forças desfavorável com os Estados Unidos no plano global – como imprime suas digitais sobre a política estatal de inúmeros países africanos sobre os quais tem êxito em repercutir seus desígnios nacionais. A força militar e o poderio econômico inteiramente assimétricos na equação sino-africana não é um dado fixo, mas tendente a expansão. A China se torna mais forte ao granjear espaços no continente, enquanto os já dependentes (com traços semicoloniais) países africanos aprofundam seu encadeamento às potências. Também do marxista italiano podemos extrair uma verdade clara em relação à classe dominante na África: é na sua fração mais nacionalista que se desenvolve a política mais submissa aos amos estrangeiros, que sejam ocidentais, quer orientais. No caso chinês, essa marca de grande potência se dá não apenas com hegemonia, mas com um componente cada vez mais robusto de coerção.

6.5 Quinta zona de interação: a China no Oriente Médio e na América Latina

A atuação de Xi Jinping no Afeganistão após a saída desordenada das tropas estadunidenses é muito distinta dos primórdios da participação chinesa, ainda que indireta como um país empobrecido saído de décadas de devastação econômica e militar, na política do Oriente Médio, vinculada à condenação da China diante do ataque anglo-franco-israelense em 1956 que desencadeou a guerra do Canal de Suez, assim como à intervenção dos EUA em 1958 no Líbano ou às ameaças do Iraque em 1961 para frustrar a independência do Kuwait em relação à Grã-Bretanha. Naquele então, entre as décadas de 1950 e 1970, a política externa da era Mao, no mundo islâmico do Oriente Médio e no Norte da África, era a política defensiva de um frágil país buscando evitar o isolamento total. Do início dos anos 50 até os estertores da Guerra Fria, a República Popular da China teve pouca influência entre os diversos regimes políticos do mundo islâmico, que se aproximavam preferencialmente ou aos Estados Unidos ou a Moscou. Do ponto de vista das frações políticas internas, nenhuma organização explicitamente maoísta jamais foi influente a longo prazo na política do Oriente Médio: a espinha dorsal dos movimentos comunistas no Iraque, no Irã e na Turquia favoreciam Moscou (EHTESHAMI; HORESH, 2020).

Com todas as modificações na orientação política do PCCh que fomos delineando entre a era Mao e a era Deng, de 1949 a 1992, a República Popular manteve uma interação marginal, porque altamente complexa e cambiante, com o Oriente Médio. Com o Egito, a China tratou desde 1956 a estabelecer relações amistosas, buscando seu apoio mediante

contribuições financeiras. No entanto, o líder egípcio Gamal Abdel Nasser não concordava com a visão do desenvolvimento socialista baseado na guerrilha camponesa, apresentada como modelo de evolução nacional pelo PCCh. Nasser considerava os princípios de Mao fundamentalmente inadequados para a estrutura econômica do Oriente Médio, e eventualmente optou por alcançar o apoio soviético e sua colaboração militar, mais ajustada à sua política nacionalista pan-árabe contra Israel. Entre 1958 e 1962, as relações sino-egípcias quase romperam de fato. Pequim censurou com a perseguição de Nasser aos comunistas e sua oposição ao golpe de Estado encabeçado por Abd al-Karim Qasim, do partido Baath, no Iraque. Mas a aposta no Iraque se desfez quando Qasim também se tornou pró Moscou, ao mesmo tempo em que se abateu sobre o até então poderoso partido comunista iraquiano em 1959. A China se indispôs com a animosidade de Qasim, ao ponto de decidir apoiar a independência do Kuwait em 1961, tutelada por tropas britânicas. A República Popular tentou também instaurar relações com as representações políticas oficiais palestinas: foi o primeiro país não-árabe a reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) ao ser criada em 1964, mas a OLP estava muito mais alinhada com Moscou, e as relações esfriaram (com a China cada vez mais próxima do sionismo israelense, em função de acordos militares e tecnológicos). As tentativas políticas de aproximação da China no Iêmen e em Omã, entre 1967 e 1971, também terminaram frustrantes para Pequim. Depois de retomar as relações com os EUA, a partir da visita de Nixon em 1972, Pequim passou a alterar sua participação no tabuleiro regional. Em 1978 apoiou o Acordo de Camp David entre Egito e Israel, em detrimento dos palestinos, e começou a sustentar amizade com o regime repressivo no Irã, encabeçado pelo xá Mohammad Reza Pahlavi e aliado a Washington. Isso fez com que o Partido Comunista Chinês se opusesse à Revolução Iraniana de 1979, que havia começado a desenvolver organismos de autodeterminação de massas (as *shorás*), e que poderia impedir que as direções fundamentalistas islâmicas restaurassem o domínio capitalista na região. Após a derrota da revolução, e o estabelecimento do regime dos aiatolás (iniciado por Ali Khamenei), a direção do PCCh voltou a estabelecer relações com o Irã, agindo como ponte para a contenção de atritos entre Teerã e Washington (EHTESHAMI; HORESH, 2020).

Assim, as tentativas e fracassos de obter reconhecimento e alianças duradouras com Egito, Argélia, Irã, Iraque, Arábia Saudita e Israel, fazia com a China não pudesse estabelecer uma influência mais segura no Oriente Médio e Norte da África.

> Em retrospectiva, a primeira fase da política para o Oriente Médio da República Popular da China (1949-1992), na medida em que foi baseada ideologicamente e não econômica ou militarmente, parece ter sido um fracasso colossal. Nem o Egito nem a OLP haviam sido conquistados.

> Componentes mais radicais do mundo árabe, como a Frente de Libertação Nacional na Argélia, o partido governante Baath do Iraque, ou a agora extinta República Democrática Popular do Iêmen, acabaram por ficar do lado da URSS. Além disso, as desconfianças populares sobre o ateísmo iconoclástico da China persistiu em todo o mundo muçulmano, mesmo quando este começou a expandir os laços comerciais e as importações de petróleo da região (EHTESHAMI; HORESH, 2020, p. 40).

Os obstáculos políticos impunham freios econômicos: em relação ao Oriente Médio *per se*, mesmo em seus melhores momentos, as relações comerciais da China antes de 1993 (quando a China se tornou importadora líquida de petróleo) eram marginais: na década de 1950, eles representavam cerca de 7% do comércio exterior total da China; durante a Revolução Cultural, esta porcentagem caiu para 5% e, na década de 1970, caiu ainda mais, para uma média de aproximadamente 4% (CURRIER; DORRAJ, 2008).

Como segunda maior potência econômica, a China de Xi Jinping alterou esse padrão. Mesmo não sendo parte do círculo imediato de segurança chinesa, as relações comerciais com o Oriente Médio se incrementaram ao ponto em que Pequim se tornou, em 2015, o principal parceiro econômico da região. Em 2019 os investimentos chineses no Golfo – portos e infraestrutura – ultrapassaram US$177 bilhões. A Nova Rota da Seda implica um investimento global de mais de US$1 trilhão, com parte considerável destinada aos mesmos projetos na região. Crescentemente, representantes do mundo político islâmico passaram a frequentar salões comuns com dignatários do governo chinês, interessados em ampliar o leque de opções econômico-diplomáticas. Em janeiro de 2022 os ministros das Relações Exteriores do Bahrein, Kuwait, Omã e Arábia Saudita visitaram Pequim, sendo seguidos pelo Ministro das Relações Exteriores da Turquia, que foi à China numa tentativa de reforçar os laços econômicos, objetivo semelhante ao do principal diplomata do Irã, que visitou Pequim para acelerar a implementação da parceria econômica e estratégica de 25 anos, concluída em 2021[281].

Essas relações mais robustas econômica e diplomaticamente se dão especialmente em função da dependência chinesa diante das importações de petróleo do Oriente Médio. De acordo com Carrie Liu Currier e Manochehr Dorraj (2009) o investimento chinês no Oriente Médio é em grande medida um subproduto de sua dependência energética, que aumenta a despeito dos esforços paralelos para desenvolver e explorar fontes alternativas de petróleo na África, na América Latina e na Ásia Central (CURRIER; DORRAJ, 2009). Em seu relatório sobre as relações chinesas com o Oriente Médio, o especialista Jin Liangxiang afirma que

281 *China's growing economic impact on the Middle East*. GIS Report, 21/04/2022. Disponível em: https://www.gisreportsonline.com/r/china-middle-east/.

Pequim encara a região principalmente como uma fonte de recursos energéticos, um mercado para os produtos chineses e uma arena para construção de infraestrutura, numa arena em que os interesses econômicos da China excedem substancialmente seus interesses políticos (JIN, 2020). Ehteshami e Horesh (2020), em seu *How China's Rise is Changing the Middle East*, vinculam o cuidado político na voracidade econômica ao fato de que o Oriente Médio não pertence ao circuito imediato de segurança da China:

> Na maior parte das vezes, o Oriente Médio só aparece na mente dos estrategistas chineses hoje em dia quando seus problemas invadem o "Anel de Segurança" primário (leia-se: doméstico) da China. Invariavelmente, tal ocorrência poderia se dar em três dimensões: fornecimento livre de petróleo, radicalização islâmica nas imediações fronteiriças ou preocupações de inferioridade militar. Que mais da metade do abastecimento de petróleo da China precisa passar pelo Oceano Índico, e grande parte dele através do Estreito de Ormuz, significa que a conflagração entre o Irã e seus vizinhos resultando em preços de petróleo mais altos no mundo inteiro é vista como uma grande ameaça à estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo de Pequim (EHTESHAMI; HORESH, 2020, p. 25).

Esse divórcio se torna cada vez mais complexo, na medida em que Xi Jinping projeta força internacionalmente para defender seus interesses econômicos estratégicos, como mostra o exemplo afegão. Em outras palavras, a própria decadência hegemônica dos Estados Unidos, as derrotas no Oriente Médio e seu pivô para a Ásia-Pacífico obrigam a China a ser parte, em maior medida do que lhe conviria, da rede de segurança de uma região conflitiva e rica em recursos disputados pelas potências. Com efeito, segundo Mordechai Chaziza, o tempo em que a China podia colher benefícios econômicos com exposição limitada ao risco dos mercados e políticas do Oriente Médio já passou; Pequim não pode mais evitar os riscos geopolíticos (CHAZIZA, 2013).

Dificultando a não tomada de posição política nos assuntos do Oriente Médio, se encontram as marcas históricas da relação das dinastias chinesas com os territórios e a cultura muçulmana, que nas fronteiras do velho império passaram a ser parte da cobiça dos imperadores e de campanhas militares ferozes, como em Xinjiang e no Tibete. Importantes dinastias chinesas – como a dinastia Yuan, oriunda dos mongóis descendentes de Gengis Khan, e a dinastia Ming, de origem étnica Han – serviram-se dos trabalhos e talentos muçulmanos nos assuntos da administração do Estado, mas também nas ciências e nas artes. O almirante Zheng He era de origem muçulmana, e foi empregado pelo imperador Yongle para inaugurar navegações exploratórias que alcançavam os portos do Golfo Pérsico. Embora as relações com a região tenham tido certo florescimento com a Rota da Seda entre os séculos XI e XV, entre os séculos XVI e XIX a opção isolacionista do final da dinastia Ming e da

dinastia Qing debilitaram a conexão entre a China e o mundo islâmico situado no Oriente Médio, com exceção das aspirações militaristas de expansão territorial. Sob o imperador Qianlong (1735-1796), o império Qing expandiu-se muito para o oeste. Apesar de não objetivar capturas profundas de território na Ásia Central e no sudoeste, a atividade militar dos Qing deu contornos mais claros às fronteiras ocidentais da China, englobando boa parte de Xinjiang. Através de uma série de ambiciosas campanhas militares na Eurásia Central, os governantes manchus derrotaram os mongóis de Zunghar e colocaram todo o Turquestão Oriental e a Mongólia sob seu controle, enquanto alcançavam a influência dominante no Tibete. O legado dessa expansão foi, entre outras coisas, a sujeição da população Uyghur, que seguiu oprimida no século XX.

A questão afegã e as relações delicadas com o regime dos Talibã é a prova amarga de que o Partido Comunista Chinês terá de absorver determinado peso político da conflituosa região, na medida em que os Estados Unidos dali se retira e altera o padrão securitário das últimas décadas. Diante disso, o governo chinês encontra no balanceamento regional um dos aspectos centrais da sua estratégia de segurança. Como na África e na América Latina, busca utilizar sua preponderância econômica (através de projetos da Nova Rota da Seda) para assentar determinada rede de influência política e alianças, mesmo instáveis, no Oriente Médio.

A China se tornou em 2021 o segundo maior parceiro comercial da Turquia, com um volume total de comércio de US$36 bilhões, e investimentos em áreas de infraestrutura, energia, finanças, logística, telecomunicações, e como parte da Nova Rota da Seda, o investimento no Terminal de Contêineres Kumport, em Istambul. Nos Emirados Árabes Unidos, a China tem interesse em garantir pontos de acesso ao Golfo Pérsico, investindo no porto Kizad, em Abu Dhabi, e em projetos de transporte e infraestrutura. Em Israel, a China investe em tecnologia de comunicações e semicondutores, e tem interesse na biotecnologia (aquisição da empresa agroquímica Adama (Makhteshim Agan) pela ChemChina, e a aquisição do grupo alimentício Tnuva pelo grupo Bright Food Group, sediado em Xangai). A China investiu em projetos de infraestrutura israelense, incluindo o sistema ferroviário leve de Tel Aviv e os principais portos do país: a estatal Shanghai International Port Group ganhou uma licitação em 2015 para operar um novo terminal portuário na baía de Haifa por 25 anos. O Irã segue sendo um dos aliados próximos de Pequim desde seu isolamento internacional a partir de 1979, e o controle de boa parte do Golfo Pérsico por Teerã é um atrativo para a China, que precisa garantir o livre fluxo dos recursos energéticos da região. Sendo o maior exportador de petróleo para a China, a Arábia Saudita é um dos principais países para Pequim

no Oriente Médio, a despeito de sua estreita relação com Washington e sua inimizade com o Irã. Com a Jordânia, o governo chinês buscou estabelecer negócios nas áreas de transporte, tecnologia e energia, instalando a primeira planta de óleo de xisto do país. No Iraque, em duras condições econômicas pela devastação da invasão militar estadunidense, a China passou a ter significativa influência ao auxiliar indiretamente as contas estatais de Bagdá com contratos de remessa de petróleo, em que empresas chinesas como a ZhenHua (controladas pela SASAC, a Comissão de Administração e Supervisão de Ativos do Conselho Estatal) pagam bilhões de dólares em adiantamento para projetos comerciais de longa data.

No Afeganistão, com a saída do imperialismo estadunidense e a retomada do governo pelos Talibã, fundamentalistas islâmicos com uma política reacionária para as mulheres e os trabalhadores, encontrou em Pequim um aliado. O regime do Talibã, que enfrentava uma catástrofe humanitária e um colapso econômico, recebeu auxílio financeiro de emergência de Pequim, e estabeleceu acordos bilaterais sobre economia e segurança de fronteira que tocam os principais interesses da China. Segundo Claudia Chia, pesquisadora da Universidade Nacional de Cingapura, há dois aspectos do interesse de Pequim no Afeganistão – garantir a segurança em suas fronteiras ocidentais e garantir a segurança para seus projetos da Nova Rota da Seda na Ásia Central e no Paquistão[282]. Em troca de auxílio econômico e político, Xi Jinping exigiu a ruptura dos Talibãs com outros grupos fundamentalistas, particularmente o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (vinculado à resistência Uyghur em Xinjiang) e o Estado Islâmico. Em segundo lugar, a China precisa de um paradigma de segurança favorável na região para proteger seus interesses econômicos: desde 2013, a China fez investimentos substanciais na Ásia Central e no Paquistão, através do Corredor Econômico China-Paquistão. Esses investimentos em torno do Afeganistão aumentaram drasticamente a vulnerabilidade de Pequim ao conflito na região. Economicamente, a China busca assegurar para si a exploração das jazidas de ouro, cobalto, cobre e lítio no país (o Afeganistão é considerado pelo Pentágono “a Arábia Saudita do lítio”), como faz em países como Zâmbia e Zimbábue na África.

Na estratégia de segurança da região, Xi Jinping conta com a ajuda do Paquistão. Islamabad se tornou um dos principais parceiros da China no entroncamento do Oriente Médio com o Sul da Ásia. Com uma economia altamente dependente da China (que detém 27% de sua dívida), o Paquistão opera como um facilitador dos projetos de infraestrutura de Pequim, e uma ponte diplomática com Cabul, no Afeganistão. A relação diplomática entre

282 *China in Afghanistan: How Beijing Engages the Taliban*. The Diplomat. 25/12/2021. Disponível em: https://thediplomat.com/2021/12/china-in-afghanistan-how-beijing-engages-the-taliban/.

Pequim e Islamabad data de 1951, a partir do qual a aliança se solidifica entre os dois países, diante do reconhecimento de um adversário mútuo – a Índia – cujo domínio no sul da Ásia procuram conter. O primeiro acordo comercial entre o Paquistão e a China foi assinado em 1963, e os laços econômicos foram fortalecidos em 2013 com o estabelecimento do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, em inglês), um investimento crucial para Pequim, que conecta o país com o Oceano Índico, independente da Índia, através do Porto de Gwadar no Mar da Arábia. O Paquistão é também um território chave para a produção energética, onde a China aposta em construir instalações de energia hidrelétrica, nuclear e de combustíveis fósseis como o carvão[283].

O afastamento geográfico da América Latina a tornou um assunto de menor urgência para a República Popular da China até o início do século XX, embora, ao contrário do Oriente Médio, a influência do maoísmo enquanto corrente política se tenha feito sentir um pouco mais[284], em função dos ecos guerrilheiros que emanavam do triunfo da Revolução Cubana de 1959. Os laços da China com a massa terrestre latino-americana data do século XVI, quando através da rota comercial de Manila se operavam as trocas de porcelana, seda e especiarias entre o império Ming e o México. A meados do século XIX, centenas de milhares de imigrantes chineses foram enviados a países como Peru e Cuba para trabalhar como *coolies*, ou servos contratados, nas minas de prata ou nas lavouras de açúcar. Em meio às turbulências do século XX a migração chinesa seguiu seu fluxo para a América do Sul.

Tomando os primeiros laços entre a República Popular com a América Latina e o Caribe, a partir de 1949, notamos a força da influência estadunidense no isolamento da China continental. A maioria dos países da região matinha relações oficiais com Taiwan, na medida em que o imperialismo estadunidense sustentava o regime prófugo de Chiang Kai-shek e o Kuomintang contra o Partido Comunista Chinês (D'ONOFRIO, 2016). A ruptura sino-soviética agravou uma divergência temporal no estabelecimento de relações da região com a China. Com efeito, o novo regime estabelecido pela burocracia castrista em Cuba, com muitos

283 *Government Change in Islamabad Will Not Derail China-Pakistan Relations*. The Diplomat. 01/04/2022. Disponível em: https://thediplomat.com/2022/04/government-change-in-islamabad-will-not-derail-china-pakistan-relations/.

284 "*Durante a década de 1960, a disputa sino-soviética dividiu os partidos comunistas latino-americanos. Alguns grupos da esquerda consideraram que a posição soviética de promover a distensão internacional era errônea, e que a tendência paralela dos partidos comunistas latino-americanos de abandonar a luta armada era pouco convincente e perigosa. Apareceram então partidos comunistas pró-chineses no Brasil, no Peru, na Bolívia, na Colômbia, no Equador, na República Dominicana, na Argentina e no Chile. Não obstante, deve-se assinalar que não existe evidência de que o governo da República Popular da China se tenha envolvido diretamente nesse processo. Pode-se afirmar, por outra parte, que em essência a divisão dos partidos latino-americanos foi o resultado de tensões internas. Não é demasiado sublinhar, tampouco, que o conhecimento das teses ideológicas e da experiência histórica concreta da República Popular que os grupos 'maoístas' sustentavam era quase sempre superficial e limitado*" (LOZOYA, 2006, p. 288).

de seus principais dirigentes (entre eles, Fidel Castro) ingressando no Partido Comunista, situou a ilha sob influência de Moscou, quando a cosmovisão de Mao Zedong definia a União Soviética como a mais grave ameaça à China. Os governos burgueses da região, que após a Segunda Guerra Mundial passaram a adotar uma enraizada dependência diante do imperialismo estadunidense, não exerciam especial diferenciação entre o "perigo comunista" oriundo de Moscou ou de Pequim. As ditaduras militares latino-americanas, coordenadas diretamente com Washington, desconfiavam de uma China que se constituía como adversária dos Estados Unidos desde a Guerra da Coreia, e que ademais enfrentava enormes problemas econômicos para abandonar seu isolamento internacional. Até o final da década de 1960, a República Popular manteria escassos contatos com a América Latina, enclausurada que estava nas turbulências internas fabricadas pelas disputas no seio da burocracia do PCCh durante a Revolução Cultural.

A partir de meados da década de 1970, essa relação de rechaço dos governos capitalistas latino-americanos à China passou a mudar. Dois motivos essenciais explicam essa mudança, que levou ao início do estabelecimento de relações diplomáticas. O primeiro se refere à modificação da postura estadunidense, que buscando aproveitar a ruptura da China com Moscou normalizou relações com Pequim em 1972 com o encontro Nixon-Mao. Esse degelo na diplomacia sino-estadunidense foi lido como um sinal verde para a formalização de laços políticos e econômicos por parte de governos submissos aos ditames da Casa Branca. O segundo motivo, como explica Jorge Alberto Lozoya (2006), foi interno a cada país: como as guerrilhas animadas pelos partidos comunistas latino-americanos eram vistos como a extensão da influência soviética no subcontinente, os Estados latino-americanos passaram a reconhecer o rival de Moscou como uma potência emergente, e deram boas-vindas aos corpos diplomáticos chineses que necessitavam sair do isolamento. O Brasil, por exemplo, estabeleceu relações formais com a China em 15 de agosto de 1974, no governo do ditador Ernesto Geisel[285].

> No contexto de uma Guerra Fria que afetava a margem decisória na política externa de quase todos os países do mundo, é provável que a visita de Kissinger e de Nixon à China continental, junto à legitimação da República

285 "*Em comunicado conjunto divulgado então pelos dois governos, o Brasil passou a reconhecer o governo comunista instalado em Beijing como 'o único governo legal da China'. O governo chinês, por sua vez, reafirmou que Taiwan – ilha com a qual o Brasil mantinha relações até então – era 'parte inalienável' do território da República Popular da China. O primeiro a elogiar a decisão foi o senador José Sarney, que anos mais tarde, já como presidente da República, visitou a China e teve um encontro com o então líder Deng Xiaoping, principal responsável pelas reformas que levaram aquele país a tornar-se a segunda maior potência econômica do mundo. Ele classificou o estabelecimento de relações bilaterais como um 'gesto de afirmação nacional'*". Agência Senado, 16/07/2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/07/16/ha-40-anos-senadores-aplaudiram-aproximacao-entre-brasil-e-china.

> Popular na ONU, tenha influído positivamente no estabelecimento de relações diplomáticas com a China. Tal é assim que, para a década de 1970, onze países da América Latina e do Caribe decidiram reconhecer a República Popular e estabelecer vínculos diplomáticos: Chile, Peru, México, Argentina, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Brasil, Suriname e Barbados (D'ONOFRIO, 2016, p. 118).

Uma das ironias da história, portanto, é que a aproximação entre a República Popular da China e os países da América Latina e do Caribe, relação que acumulou no curso de algumas décadas os laços de dependência comercial que asseguram à China um papel de destaque na região, *foi alentada pelos próprios Estados Unidos durante a Guerra Fria com a URSS*. Na década de 1980, já sob o comando de Deng Xiaoping, a China passou a dar mais relevo a suas relações latino-americanas, sob os auspícios da corrida pelo crescimento econômico a qualquer custo. Zhao Ziyang se tornou em 1981 o primeiro chefe de governo chinês a visitar a América Latina, em sua ida ao México, que foi replicada pela viagem de uma delegação do Partido Revolucionario Institucional (PRI) a Pequim; em agosto do mesmo ano, o ministro de relações exteriores Huang Hua visitou a capital colombiana, a primeira oportunidade em que um chanceler do PCCh pisava o solo latino-americano. Rafael Caldera, dirigente do Partido Demócrata-Cristiano e ex-presidente da Venezuela, esteve na China, seguido pela presença em Pequim, em 1982, do ministro das relações exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro. O chanceler do ditador João Figueiredo disse durante a visita que o Brasil se irmanava com a República Popular, apostando no vigor e na sabedoria do povo chinês (LOZOYA, 2006). As relações econômicas também passaram a florescer.

> A finais de 1981, a República Popular da China mantinha relações diplomáticas com os principais países da América Latina, exceção feita ao Panamá […] Os laços chineses mais próximos são provavelmente com México, Venezuela, Brasil, Colômbia e Guiana. O comércio com a região ascendeu em 1980 a US$1.3 bilhões, dos quais US$804 milhões correspondiam a importações chinesas. O comércio com o México alcançou a cifra de US$100 milhões. Ainda que o volume dessas transações seja muito pequeno no contexto do comércio exterior chinês, cujo valor de exportações de mercadorias em 1979 se calcula em US$13.9 bilhões e o das importações em US$17.2 bilhões, significou uma mudança substancial em relação ao passado (LOZOYA, 2006, p. 291).

A reaproximação com os Estados Unidos não implica que a China aprovava a conduta tutelar de Washington sobre a América Latina. Ainda que de forma mais laxa que a apresentada por Mao, o PCCh sob Deng também considerava a América Latina como uma parte componente do "Terceiro Mundo", que não poderia ser considerada como retaguarda estratégica do imperialismo estadunidense. Ainda assim, a apreensão com a infiltração soviética na América Latina ocupa com mais vigor as atenções do PCCh. Mesmo encontrando

nas disputas entre Washington e Moscou a causa do desequilíbrio regional e da instabilidade na América Latina, o governo Deng saberá construir razões ideológicas que expliquem sua aproximação com os regimes militares de países como Brasil, Argentina e Chile[286], todos impostos mediante precisas coordenadas do Pentágono e do Departamento de Estado norte-americano.

Se a década de 1990 assistiu à evolução de caráter gradual das relações entre América Latina e China – que estava convulsionada pelo auge da corrida restauracionista do capitalismo em sua economia – a década de 2000 foi uma mudança qualitativa no padrão. Três fatores combinados explicam o interesse de Pequim por entramar-se nas veias abertas da América Latina. O fator econômico – a busca por recursos naturais e energéticos para abastecer uma indústria pujante e uma população continental; o fator político, com a mensagem internacional de legitimação de uma ordem multilateral, que afrouxasse o domínio de Washington sobre a geopolítica; e o fator diplomático, que para a China é crucial: conquistar apoio à política de "Uma só China" e o isolamento de qualquer política separatista por parte de Taiwan. Com a ascensão de Xi Jinping, une-se um quarto fator de monta, que é a disputa aberta de espaços de acumulação em detrimento dos Estados Unidos.

Quase uma década antes da ascensão de Xi Jinping, a China abriu suas grandes fauces para devorar as *commodities* do subcontinente, assinalada em 2004 com a icônica visita de Hu Jintao ao Brasil. Países ricos em minerais como o Chile (maior exportador de cobre do mundo) e o Brasil (um dos maiores exportadores de minério de ferro do mundo), passaram a ter uma relação privilegiada diante do salto no crescimento econômico-tecnológico da China; grandes produtores agrícolas como Brasil, Argentina e Uruguai (que concentram a produção da soja na América do Sul) e ricos em combustíveis fósseis como o petróleo e gás (Brasil, Venezuela, Argentina e Bolívia), encontraram na China um consumidor cada vez mais voraz, tornando-se o primeiro ou segundo maior destino de exportação. Entre 2000 e 2013, o comércio entre a China e a América Latina cresceu 2.400%[287], tornando o gigante asiático já em 2018 o maior parceiro comercial de praticamente todos os principais países da região, à exceção do México: Brasil, Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Paraguai, Venezuela, entre

286 "Na maior parte dos casos, a República Popular considera que a política externa dos novos regimes militares sublinhava a independência nacional e a soberania estatal, opõe-se ao controle e intervenção dos interesses estrangeiros, e proclama a necessidade de uma nova ordem econômica internacional. Alguns deles trabalham ativamente pela cooperação econômica regional. 'Entre eles e os Estados Unidos há algumas contradições; os primeiros mostrando uma tendência centrífuga em relação a este último, mas mantendo-se também alertas contra o hegemonismo soviético" (LOZOYA, 2006, p. 297).

287 "*Maior parceiro comercial e investidor, China fortalece sua influência na América Latina*". Comex, 16/04/2018. Disponível em: https://www.comexdobrasil.com/maior-parceiro-comercial-e-investidor-china-fortalece-sua-influencia-na-america-latina/.

outros. Somente entre 2000 e 2008, de acordo com Diana Roy do *Council on Foreign Relations*, o comércio cresceu a uma taxa média anual de 31%, atingindo um valor de US$ 180 bilhões em 2010. Em 2021, o comércio totalizou US$ 450 bilhões, e os economistas preveem que poderá ultrapassar US$ 700 bilhões até 2035[288]. O investimento estrangeiro direto chinês e os empréstimos também desempenham um papel importante: em 2020, o investimento chinês totalizou cerca de US$17 bilhões, principalmente na América do Sul. Bancos chineses estão entre os maiores credores dos governos regionais, como o estatal China Development Bank e o Export-Import Bank of China, que entre 2005 e 2020 emprestaram juntos cerca de US$137 bilhões a governos latino-americanos, muitas vezes em troca de petróleo e usados para financiar projetos de energia e infraestrutura. A China também é membro votante do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco de Desenvolvimento do Caribe (ROY, 2022).

Para a China de Xi Jinping, a América Latina e o Caribe são fornecedores privilegiados de recursos naturais e matérias-primas estratégicas, como vimos no caso da África e do Oriente Médio. Trata-se, entretanto, de países com uma estrutura político-estatal mais moderna e menos instável, em relação às regiões citadas, que do ponto de vista jurídico fornecem maiores garantias ao capital chinês, com mecanismos mais sofisticados do Estado Integral para conter as mobilizações de massas e a atividade da classe trabalhadora, especialmente do ponto de vista da estatização dos sindicatos e a multiplicação de burocracias sindicais. Dentro desse espectro de segurança é que se desenvolve o cardápio de investimentos chineses.

> Do ponto de vista setorial, os investimentos chineses na América Latina e no Caribe entre 2007 e 2018 foram dirigidos principalmente para o setor energético (particularmente hidroeletricidade e petróleo), que respondeu por 53% dos investimentos na região. A mineração foi responsável por 30% dos investimentos totais, seguida pela agricultura (5%), transportes (4%), finanças (3%) e produtos químicos (2%). Entretanto, dado que o Brasil recebeu quase metade de todos os investimentos chineses na região durante esse período, e considerando que o setor energético influencia fortemente os investimentos globais no país, é importante observar que a estrutura geral dos investimentos chineses na América Latina e no Caribe mudaria significativamente se ignorássemos os investimentos no Brasil. Quando ignoramos os investimentos no Brasil, vemos que o setor energético continua sendo um setor relevante, respondendo por 36% do total de investimentos. Entretanto, o segmento da mineração é claramente o setor que mais tem atraído o interesse dos investidores chineses nos últimos anos. O setor da mineração foi responsável por 51% dos investimentos (em valor total) entre 2007 e 2018. Houve investimentos particularmente grandes feitos durante

288 "*China's Growing Influence in Latin America*". Council on Foreign Relations, 12/04/2022. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/china-influence-latin-america-argentina-brazil-venezuela-security-energy-bri.

> este período, como a compra da mina de cobre Las Bambas no Peru por um consórcio que inclui a China Minmetals, a Guoxin International e a CITIC junto com a Glencore. O valor total da transação foi de aproximadamente US$10 bilhões, uma das maiores aquisições da China no exterior no setor de mineração. Os setores de mineração e energia são seguidos por investimentos na agricultura (4%), transportes (3%) e outras indústrias (6%) com pouca relevância em termos de participação individual (CASTRO NEVES, CARIELLO, 2022, s/p).

A natureza da relação comercial está fundada num número relativamente pequeno de *commodities* (soja, cobre, minério de ferro, petróleo, gás, etc.) que em 2013 contabilizavam 73% de tudo o que a região exportava para a China (FERCHEN, 2021; DOMINGUEZ, 2017).

> Em 2008, o total das exportações da América Latina para a China ficou ao redor de US$47 bilhões, comparado com US$14.7 bilhões em 2004. Em seu conjunto, as exportações da América Latina para a China aumentaram 163% entre 2000 e 2008, com a maior parte desse crescimento se dando após 2002. Enquanto o impacto da crise financeira global retirou temporariamente o ímpeto das vendas na cada vez mais expansiva relação comercial, a demanda da China por exportações latino-americanas permaneceu forte em relação à demanda dos EUA e da União Europeia, e o comércio rapidamente se recuperou às taxas de crescimento pré-crise em 2010. Por exemplo, apesar de uma queda de 2.2% no primeiro trimestre de 2009, as exportações latino-americanas para a China registraram crescimento de 44.8% no mesmo período de 2010 […] Para vários países latino-americanos, a concentração da exportação de recursos naturais específicos em geral, e para a China em particular, é pronunciada. No Chile, as *commodities* contabilizam 60% de suas exportações; as exportações do Chile para a China estão dominadas pelo cobre, que compõe 76% dessas exportações. Brasil, Venezuela, Colômbia e Peru também possuem alta concentração de exportação de *commodities* para a China, notoriamente minério de ferro e petróleo (FERCHEN, 2011, p. 61).

A voracidade chinesa por matérias-primas tem o seu capítulo latino-americano. Itens de interesse estratégico, que a China busca na África e na Ásia, são cobiçados também na América Latina. Pequim investiu cerca de US$4.5 bilhões na produção de lítio no México e nos países do chamado Triângulo do Lítio (Argentina, Bolívia e Chile), que juntos possuem mais da metade do lítio do mundo. No setor da mineração, entretanto, o país que mais atrai os chineses é o Peru, tendo recebido, entre 2007 e 2018, 54% de todos os investimentos feitos neste setor. O Chile vem em seguida com 18% dos investimentos, enquanto o Brasil recebeu 12% e o Equador 11% (CASTRO NEVES, CARIELLO, 2022). A busca crescente por matérias-primas na América Latina atende a múltiplas transformações na economia chinesa, entre elas a crescente demanda interna para construção civil devido ao crescimento demográfico, a garantia de recursos básicos para afiançar a segurança alimentar do país, e a corrida tecnológica da China para transitar a um novo padrão de crescimento menos dependente das exportações de produtos com baixo valor agregado. Os efeitos sobre cada país

se alteram de acordo com a capacidade maior ou menor de exibir margem política diante de Pequim, mas a resultante da dependência é regularmente visível (por exemplo, em 2020, quase 40% das exportações chilenas se dirigiram à China, enquanto anualmente mais de 50% da venda de grãos de soja brasileiros se encaminha para o gigante asiático).

As péssimas condições de trabalho que as empresas chinesas disseminam pelo mundo também deixam cicatrizes abertas nas veias da América Latina. Como indicou Aaron Halegua, operários chineses no subcontinente americano, como na África e na Ásia, costumam trabalhar 13 horas por dia, seis ou sete dias da semana, sem o pagamento de horas extras e com passaportes confiscados, em condições de segurança deploráveis que resultam em altas taxas de mortalidade laboral[289]. Não menos importante é o efeito dramático sobre as condições ambientais. A China capitaneia a construção de uma ferrovia de 5.300 quilômetros, que ligaria o Brasil ao Peru passando pela Bolívia, a fim de escoar pelo Oceano Pacífico a produção de soja, a extração de madeira e demais minerais, colocando em risco múltiplos focos de proteção do meio ambiente.

Para a América Latina, a demanda chinesa alentou um *boom* econômico na década de 2000. Esse largo crescimento econômico favoreceu heterogêneas formações políticas, de caráter nacionalista burguês. Estas formações, beneficiadas pelo fluxo de capitais e investimentos em um momento de bonança internacional, buscaram fazer certas concessões a setores amplos da população, enquanto passivizava o movimento de massas a fim de reduzir a resistência à preservação dos pilares do neoliberalismo dos 90. Economicamente, esse ciclo comercial da década de 2000 aprofundou os efeitos estruturais da reprimarização das economias latino-americanas, algo que as colocava em situação de dependência diante da demanda chinesa para preservar determinados níveis excepcionais de crescimento, que acabariam por evaporar drasticamente a partir de 2013.

Se o crescimento econômico do capitalismo chinês era a preocupação virtualmente exclusiva na década de 2000, em que Hu Jintao acresceu uma retórica de harmonização social à orientação neoliberal de Jiang Zemin, a ascensão de Xi Jinping alterou os elementos algébricos da equação para a China. Com efeito, a projeção de uma China fortalecida na arena internacional e o início dos choques com os Estados Unidos despertaram um componente importante para o interesse da China pela América Latina. Mantendo a preocupação pelo crescimento econômico, a segurança das matérias-primas estratégicas e uma relação controle opressivo sobre os trabalhadores, a projeção internacional de poder da China ganhou atenção

289 "*El lado oscuro de las inversiones chinas: desastre ecológico y explotación laboral*". *Infobae*, 30/10/2019. *Disponível em:* https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/10/30/el-lado-oscuro-de-las-inversiones-chinas-desastre-ecologico-y-explotacion-laboral/.

destacada, como apontado anteriormente. A América Latina, mesmo sem possuir a mesma importância que outras regiões, entrou definitivamente no mapa de Pequim. A crescente entrada de capitais chineses na região passou a ganhar a conotação de uma disputa geoestratégica para enfraquecer, em alguma medida, o controle estadunidense sobre a América do Sul e a América Central.

O instrumento de Xi para esse *rendez-vous* sino-latino-americano é a Nova Rota da Seda. A América Latina não constava no escopo de abrangência inicial do projeto insígnia de Xi Jinping. Entretanto, a partir da ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e o início da era de aberta competição estratégia entre Washington e Pequim, o Partido Comunista Chinês passou a direcionar paulatinamente a organização de seus interesses econômicos e parcerias comerciais no interior da iniciativa mais global da Rota da Seda. A primeira menção da América Latina dentro do projeto ocorreu apenas em 2017, no início da era Trump. No Fórum da Nova Rota da Seda em Pequim, Xi falou ao então presidente argentino, Mauricio Macri, assinalando que a América Latina e o Caribe eram extensões naturais da Rota da Seda Marítima no século XXI. Menos de um ano depois, no Fórum China-CELAC de 2018, o Ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, tentou novamente envolver os países latino-americanos no assunto da Nova Rota da Seda, conquistando uma declaração especial sobre o tema. Quanto mais se agravava a competição estratégica com Washington, maior interesse adquiria Pequim em operar reentrâncias no subcontinente, ainda que de maneira sutil e prudente. Para meados de 2022, 20 dos 24 países da América Latina e do Caribe haviam assinado memorandos de entendimento (forma oficial de aderir à Nova Rota da Seda) ou garantido participação na iniciativa chinesa.

Um dos principais interesses da conexão das relações comerciais tradicionais da China com uma arquitetura econômica de longo prazo como a Nova Rota da Seda é sedimentar determinadas cadeias de valor e assegurar a estabilidade de certos fluxos de matérias-primas. Brasil e Argentina são dois dos maiores fornecedores de grãos de soja e oleaginosas para a China, que precisa garantir a segurança alimentar do país, sensível a qualquer alteração nesse domínio. Tendo em vista, entretanto, que muitos desses acordos já se faziam anteriormente à Nova Rota da Seda, a iniciativa sob Xi Jinping ganha contornos claramente geopolíticos na América Latina. Os memorandos de entendimento habitualmente incluem a exigência de apoio diplomático aos objetivos de política externa da China. A título de exemplo, os países latino-americanos que colhem investimentos para obras de infraestrutura nos marcos da Rota da Seda passaram a não reconhecer Taiwan, e sim a República Popular, como aliado na ONU. Para a China isso é de fundamental importância, já

que a maioria dos poucos parceiros diplomáticos restantes de Taiwan se encontram na América Latina e no Caribe. Em 2021 a Nicarágua abandonou o apoio a Taipei em nome de Pequim, a fim de garantir recursos financeiros chineses. Como diz Matt Ferchen:

> O Panamá foi um primeiro sinal: em junho de 2017, modificou seu reconhecimento diplomático de Taiwan para a República Popular, e em novembro do mesmo ano assinou o primeiro memorando de entendimento da Nova Rota da Seda da América Latina e do Caribe com a China. Em 2018, República Dominicana e El Salvador seguiram o exemplo modificando seu reconhecimento diplomático [de Taiwan], tendo a República Dominicana assinado em seguida o memorando de entendimento da Rota da Seda. Ao todo, entre 2017 e 2019, ao menos 19 países, a maior parte dos quais na América Central e no Caribe, assinaram memorandos ou comunicados conjuntos promovendo a iniciativa chinesa (FERCHEN, 2021, p. 104).

Sob a presidência de Alberto Fernández, a Argentina aderiu em fevereiro de 2022 à Nova Rota da Seda[290], cinco anos depois do encontro entre Xi Jinping e Macri. China e Argentina firmaram um plano de ação para a cooperação agrícola no período 2022-2027 e cooperação estratégica na produção energia nuclear (visando a construção da central nuclear Atucha 3), tendo o governo de Buenos Aires assegurado investimentos no valor de US$23,7 milhões. Os problemas estruturais do Estado argentino com o FMI e a fraude da dívida externa, a cujo pagamento todas as principais frações políticas da burguesia (peronismo-kirchnerismo, e a coalizão macrista) submetem o país, tendem a empurrar a Argentina a diversificar sua cadeia de alianças e procurar outros parceiros além dos Estados Unidos. O acolhimento de investimentos chineses – um novo traço da dependência argentina – poderia servir aos objetivos de Buenos Aires, e através da ameaça de se tornar uma porta de entrada de Pequim no Atlântico Sul buscar negociar melhores condições de submissão a Washington. Com efeito, a Argentina concordou em 2017 com a construção de uma base de comunicação espacial em Neuquén operada por pessoal militar chinês, que tem interesse em construir e operar uma base logística antártica em Ushuaia, no extremo sul da Argentina (planos militares similares são embaralhados para países como Panamá e El Salvador, na América Central). Mesmo na ausência de uma base dessa natureza, os laços militares entre Argentina e China são um ponto de preocupação para os Estados Unidos, tendo o governo Fernández assegurado a compra de caças de combate FC-1/JF-17 da Chengdu Aircraft Corporation[291]. A admiração de Cristina Kirchner pelo capitalismo selvagem chinês como espécie de modelo alternativo

290 "*Argentina adere a megaprojeto de infraestrutura da China*". DW, 07/02/2022. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/argentina-adere-a-megaprojeto-de-infraestrutura-da-china/a-60684853.

291 "*Argentina allocates JF-17 funding in latest fighter recapitalisation twist*", Janes Intara, 20/09/2021. Disponível em: https://www.janes.com/defence-news/news-detail/argentina-allocates-jf-17-funding-in-latest-fighter-recapitalisation-twist.

aos monopólios imperialistas estadunidenses não deixa de ser um retrato irônico da subordinação a dois amos que se abate sobre a economia argentina.

Além da Argentina, são parte da Nova Rota da Seda na América Latina e Caribe, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Trinidad e Tobago, Dominica, Granada, Antígua e Barbuda, República Dominicana, Barbados, Jamaica, Cuba, Suriname, Bolívia, Guiana, Venezuela, Uruguai, Chile, Equador e Peru, que aderiram nessa ordem. Países como Brasil e México, as duas principais economia da América Latina, tem uma política de ambiguidade e preferiram não selar pactos formais com a Nova Rota da Seda, embora por motivos diferentes. No caso do México, a relação bilateral com a China é mais de competição que de complementaridade, uma vez que diante da elevação relativa do nível médio salarial na China os capitais monopolistas passaram a buscar novos nichos mais favoráveis de autovalorização, sendo a indústria mexicana um dos destinos, em função da precarização da força de trabalho nas maquiladoras. Sua proximidade geográfica, econômica e política com os Estados Unidos é outro empecilho. No caso do Brasil, muitos acordos comerciais e de dependência da economia chinesa se dão por fora dos marcos da Nova Rota da Seda, como as exportações agrárias e a aquisição de ativos na grade energética brasileira por parte de empresas chinesas.

Mas a ausência formal de pactos sobre a Nova Rota da Seda com Brasil e México não torna mais simples a política estadunidense de contenção da entrada chinesa na América Latina. Tanto Brasil como México, apesar de não aderirem formalmente ao projeto de infraestrutura de Xi Jinping, são terrenos de disputa em que Washington tem dificuldade de interlocução para exercer plena hegemonia geopolítica. A pompa que presidiu a visita de Lula a Xi Jinping, em abril de 2023, foi um signo da relação estratégica que o capital brasileiro tem com o capital chinês, ao qual está subordinado e do qual depende para seu equilíbrio econômico. Ademais, tanto o México quanto o Brasil reconhecem a política de "Uma Única China" em detrimento de Taiwan.

Em 1972 o México se tornou o segundo país latino-americano a reconhecer a República Popular, e manteve relações cordiais com o Partido Comunista Chinês, melhoradas nos governos de Felipe Calderón, Enrique Peña Nieto e Andrés Manuel López Obrador, já que a partir de 2003 a China se tornou o segundo parceiro comercial do México, atrás dos Estados Unidos. Desde a virada do século, o comércio com a China tem representado uma parte crescente do coeficiente comercial do México, passando de 1% do comércio nacional em 2000 para 9,8% em 2019. Durante aproximadamente o mesmo período, o comércio com os Estados Unidos caiu de 81% em 1999 para 63% do comércio mexicano em 2019. E enquanto o comércio do México com os EUA (US$619 bilhões em 2019) permanece muito

maior do que seu comércio com a China (US$90 bilhões em 2019), a relação com a China tem crescido a um ritmo mais rápido. Embora a China não invista no México uma proporção comparável de recursos ao que faz na América do Sul, tratou de assegurar o controle de determinados ativos, como a administração alguns dos principais portos mexicanos através da empresa Hutchison Ports Holdings (sediada em Hong Kong), ou mesmo o acordo com López Obrador para a construção do *Tren Maya* na Península do Yucatán. Apesar de não ter assegurado hegemonia na infraestrutura nacional à empresa de telecomunicações chinesa Huawei, que vem sendo perseguida pelos Estados Unidos desde a administração Trump em função dos alegados riscos de espionagem à segurança nacional, o México permitiu sua presença em determinados nichos da tecnologia 5G. A Huawei conseguiu assegurar o fornecimento de equipamentos para as redes de telecomunicação nas regiões centro-sul do México[292], tendo adquirido grandes fatias do mercado através da parceria com o bilionário mexicano Carlos Slim, dono da America Movil.

Comparativamente com o Brasil, o México estabelece um vínculo muito mais competitivo do que complementar com a China. Isso torna a relação interestatal sino-mexicana muito mais complexa, e dadas as assimetrias político-econômicas entre os países – sendo o México muito dependente das exportações para os Estados Unidos, e sem grande entrada produtiva na China – o pêndulo deficitário se inclinou para o lado mexicano.

> A diferença em termos de capacidade é notável: o tamanho de suas estruturas produtivas, suas indústrias, seus níveis de demanda e oferta fazem com que seja muito difícil que a relação bilateral não exiba graus de assimetria. O déficit comercial que o México sustenta com a China data de 1990. As estruturas produtivas de ambos os países se opõem de maneira competitiva à luz do comércio internacional. A isso se soma o fato de que para o México é sumamente difícil colocar seus produtos no mercado chinês, não por impossibilidade material, mas por sua orientação exportadora para o mercado estadunidense, especialmente a partir da assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte […] Quanto à composição das exportações, a China vende ao México produtos manufaturados de crescente nível tecnológico, contrastando com a tendência exportadora mexicana para a China, que tendeu a ser de menor nível tecnológico (D'ONOFRIO, 2016, p. 121).

Por esse motivo, politicamente, a relação bilateral passou por inúmeros solavancos desde que o governo de Porfírio Díaz, em 1899, estabeleceu laços formais com a dinastia Qing. O México se mostrou contrário à incorporação plena da República Popular à OMC em 2001, durante o governo de Vicente Fox (do Partido de Acción Nacional), uma vez que essa integração daria a Pequim tratamento comercial preferencial, ameaçando as exportações

292 "*U.S. campaign against Huawei hits a snag south of the border*". Reuters, 09/05/2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-mexico-huawei-tech-insight-idUSKCN1SF15Z.

competitivas mexicanas. Outro abalo na relação bilateral foi a visita do Dalai Lama ao México em 2011, no governo de Felipe Calderón (também do PAN), repetindo a acolhida dada por Fox em 2004 ao líder do Tibete, cuja questão territorial é sensível ao PCCh. Já Enrique Peña Nieto, do PRI, teve uma relação mais cordial com o governo chinês. Encontrou-se oficialmente com Xi Jinping sete vezes durante seu mandato, incluindo a China em seu Plano de Desenvolvimento Nacional. Quando Xi Jinping visitou o México em 2013, atualizou a relação sino-mexicana, classificando-a como uma "relação estratégica integral". Embora os Estados Unidos tenha conseguido impor cláusulas contrárias à China aos signatários do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, Xi Jinping teve êxito em cortejar o México com a diplomacia das vacinas em meio à COVID-19. A relação com López Obrador, entretanto, tornou-se mais complexa. Sua proximidade com Trump levou a que a China sequer fosse mencionada no Plano Nacional de Desenvolvimento de 2019-2024; seu partido, o Morena, se refere à China como portadora de grandes oportunidades, mas também de desafios estratégicos, que demandariam a unificação com Estados Unidos e Canadá na competição comercial com a China (TZILI-APANGO, LEGLER, 2020). Unificação que não significaria exatamente comunhão plena de objetivos, como mostrou a guerra na Ucrânia. Em meio às sanções econômicas dos Estados Unidos e da OTAN, em franca campanha para isolar a Rússia após a autoritária incursão militar ucraniana, López Obrador fez um pronunciamento oficial saudando Vladimir Putin e Xi Jinping, afirmando que não correspondia ao estado mexicano "insultar qualquer tipo de governo estrangeiro", tendo o líder do Morena "muito respeito pelo presidente da China, pelo presidente da Rússia e pelo presidente dos Estados Unidos"[293]. Apesar de opor-se à invasão de Putin, o México não condenou Moscou nas instâncias formais da ONU. Em fevereiro, Xi e López Obrador trocaram saudações em ocasião do 50º aniversário do restabelecimento de relações diplomáticas, e em junho de 2022, López Obrador se recusou a aceitar o convite de Biden para que o México participasse da IX Cúpula das Américas[294], em Los Angeles, em função da ausência de países como Cuba, Nicarágua e Venezuela, que mantêm boas relações com China e Rússia.

Dada sua posição geográfica, mais que econômica, o México se tornou importante como fonte de pressão na fronteira com os Estados Unidos, e ainda mais devido à influência que exerce sobre os países da América Central, com os quais a China busca aprofundar poder de barganha através da Nova Rota da Seda. A projeção do México como potência regional

293 "*AMLO declares his respect for Russia's Putin, China's Xi Jinping*". Mexico News Daily, 30/03/2022. Disponível em: https://mexiconewsdaily.com/news/amlo-declares-his-respect-for-russias-putin-chinas-xi-jinping/.

294 "*Presidente do México não participará da Cúpula das Américas*". Exame, 06/06/2022. Disponível em: https://exame.com/mundo/presidente-do-mexico-nao-participara-da-cupula-das-americas/.

sobre a América Central e o Caribe (como Nicarágua, Panamá, El Salvador e Guatemala) permite à China estabelecer pontos de contato econômicos e geopolíticos. No primeiro caso, o avanço sobre a influência no Canal do Panamá, e a tentativa de construir um novo canal na Nicarágua testemunha esse fato. No segundo caso, o abandono do apoio a Taiwan por parte de países como Nicarágua, El Salvador, República Dominicana e Panamá abrem portas para maiores investimentos chineses. Em outros termos, ainda que a Nova Rota da Seda encontre caminho mais áspero dentro do México, através dele pode chegar com mais facilidade ao dorso das Américas.

O Brasil, em medida substancialmente superior ao México, está umbilicalmente relacionado com a China. A assimetria entre as economias é tão evidente quanto no caso do México, mas ao contrário deste, tal assimetria não possui uma natureza de caráter competitivo com a China no mercado internacional. A relação sino-brasileira manifesta maior grau de complementaridade, embora haja setores (como a indústria) em que os elementos de competição também floresçam. Esse caráter majoritariamente complementar deve ser examinado à luz da anatomia anárquica do capitalismo e do mundo dos monopólios: ao integrar a cadeia produtiva chinesa, parte importante da economia brasileira foi enxertada como um ramo acessório de uma potência que passou a poder *submeter* determinadas nações mais pobres. Em outras palavras – de forma semelhante à Argentina, nesse aspecto – a economia brasileira desenvolveu uma *dependência de natureza estrutural* diante das importações de matérias-primas por parte da China, nas últimas três décadas, e em especial a partir do governo Lula em 2003.

> As primeiras modificações em termos de relacionamento bilateral se operaram com a globalização econômica e a finalização da Guerra Fria. A partir desse momento, a Ásia se mostrou como um mercado promissor para países como o Brasil. Ainda que em princípio o mais importante sócio comercial desta potência regional fosse o Japão, este não tardou em ser suplantado pela China, que se converteu no primeiro destino asiático das exportações brasileiras em 2002, e em 2004 o primeiro importador asiático na balança comercial brasileira […] As relações comerciais de ambos os países se incrementaram consideravelmente pela importação de petróleo e soja por parte da China. Em 2009, a China substituiu os Estados Unidos como primeiro parceiro comercial do Brasil (D'ONOFRIO, 2016, p. 124).

Nessa dependência econômica estrutural, a assimetria na pauta produtivo-exportadora pode ser resumida nos seguintes termos: a economia brasileira exporta bens primários e semimanufaturados, enquanto a China exporta bens manufaturados com alto valor agregado. Esse processo não deixou de ter consequências. *Quanto mais a China alcançava o primeiro posto na parceria comercial com o Brasil, mais a economia brasileira ressaltava*

relativamente seu papel de "fazenda do mundo", aprofundando a reprimarização da economia em detrimento da indústria. A relação econômica bilateral não se caracteriza apenas por essa dinâmica, na medida em que há intercâmbios que constam nos fluxos de investimento estrangeiro direto dos países (o investimento chinês se encontra presente nos setores automotivo, energético, siderúrgico, eletrônico, entre outros). Entretanto, o florescimento do vínculo econômico mútuo se inscreveu nos marcos dessa assimetria estrutural, que passou da década de 1990 até os nossos dias.

O grau de investimentos da China no Brasil, em termos quantitativos, assumiu um curso expansivo a partir do início da década de 2000, e não deteve seu ritmo desde então.

> Em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos para se tornar o principal destino de exportação do Brasil, o que se manteve até os dias de hoje. A expansão das vendas para a China foi muito significativa e atingiu US$67.7 bilhões em 2020, perfazendo um terço de todas as exportações brasileiras. O comércio total entre os dois países atingiu um recorde de US$101 bilhões, a primeira vez que o comércio exterior do Brasil atingiu um valor de três dígitos com um único país. De acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), entre 2007 e 2020, 130 empresas chinesas anunciaram 242 projetos no Brasil, o que resultou em investimentos potenciais no valor de US$110.7 bilhões […] Considerando o contexto global, os dados disponíveis indicam que o Brasil foi o quinto maior destinatário do investimento chinês para o período entre 2005 e 2020, imediatamente após os EUA, Austrália, Reino Unido e Suíça (CASTRO NEVES, CARIELLO, 2022, s/p).

Do ponto de vista qualitativo, os nichos de investimento chinês no Brasil compõem parte do quadro global de como a economia e a política nacionais evoluíram. A título de exemplo, a importância da China para o agronegócio brasileiro é tão notória que o Partido Comunista Chinês se converteu em um parceiro econômico admirado pelos mais conservadores magnatas rurais. Segundo estudo do Ipea de 2021, a balança comercial brasileira fechou 2020 com saldo positivo de US$ 50,9 bilhões – crescimento de 6% frente a 2019, com destaque para o agronegócio, que bateu mais um recorde, chegando a um saldo final de US$ 87,7 bilhões. O ano de 2020 foi o de mais peso do agronegócio em volume total exportado pelo Brasil (48% do total), quando comparado com 2019 (43%) e com 2018 (42,3%). De posse desses dados, é impossível não notar a parcela das exportações agrícolas abocanhada pela China: Pequim foi o destino de 33,7% do total das vendas internacionais de produtos agrícolas em 2020, seguida de muito longe pelo conjunto dos 28 países da União Europeia (16,2%), e sendo um destino quase seis vezes maior comparado ao volume vendido aos Estados Unidos (6,9%). Se a parcela chinesa do montante global das exportações brasileiras já se converter num símbolo da dependência brasileira, quando examinamos com cuidado as matérias-primas mais importantes da pauta exportadora do Brasil, o papel da

China é talvez ainda mais relevante. Segundo mesmo estudo de 2021, de todos os produtos do agronegócio exportados pelo Brasil, a soja continuou sendo o carro-chefe (soja em grãos e farelo de soja), que respondeu sozinha por 34,2% do total do valor exportado em 2020 (equivalente a US$34,5 bilhões). Em 2020, o montante da soja brasileira exportada para a China correspondeu a 60,2% do montante global exportado (79% da soja exportada pelo Mato Grosso do Sul foi absorvida pela China). Esse volume destinado à China, de quase dois terços da exportação da soja brasileira, atravessa uma tendência de queda desde 2018, e que continuou em anos seguintes (de janeiro a outubro de 2021 a China importou 60 milhões de toneladas de soja, 4% a menos que em 2020[295], e nos primeiros seis meses de 2022 importou 35 milhões de toneladas, 12% a menos que no mesmo período de 2021[296]). Ainda assim, a China impõe-se como a alavanca financeira da produção da soja no Brasil. Na análise dos principais mercados de destino das exportações brasileiras, a China continuou na liderança em 2022, com 21,5% de participação, seguida dos Estados Unidos, com 11,6%.

Não admira que a burguesia ligada ao agronegócio brasileiro tenha visto avultar-se sua importância econômica e política, na mesma medida em que o atraso e a dependência estatal se avolumavam. Além do capital estadunidense e europeu, o capital chinês fez incursões no setor para que seu desenvolvimento fizesse parte do gradual fortalecimento da China no país. Empresas chinesas como COFCO, Tide Group e Long Ping High Tech possuem uma trajetória de anos de investimentos substanciais no setor agrícola brasileiro. Apesar do investimento chinês ainda ser comparativamente pequeno, é feito no intuito de incrementar o caráter primário das exportações brasileiras. De acordo com dados oficiais, as exportações agrícolas para a China saltaram de 35% do total das exportações brasileiras para o gigante asiático em 2010 para 50% em 2020.

O setor financeiro chinês também passou a expandir gradualmente, ainda que lentamente, sua presença no Brasil, seguindo os passos mais gerais da integração chinesa na economia.

> O Banco da China foi o primeiro banco chinês a ser estabelecido no Brasil, começando em 1998 com um escritório de representação e finalmente se tornando um banco completo em 2009. A partir de 2012 outros bancos chineses abriram filiais no Brasil, seja diretamente ou através da aquisição de bancos locais. Vale mencionar o *Industrial and Commercial Bank of China*, a aquisição do Banco BBM pelo *Bank of Communications* e do Bicbanco pelo *China Construction Bank*. A aquisição de bancos estrangeiros com agências no Brasil também levou à presença de bancos chineses no

295 "*China compra quase 60 milhões de toneladas de soja do Brasil em 2021*". Canal Rural, 13/12/2021. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/soja-brasil-china-exportacao-toneladas/.

296 "*China compra 35,2 milhões de toneladas de soja do Brasil em 2022*". Canal Rural, 06/07/2022. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/china-compra-soja-exportacao-brasil-junho-ano-2022/.

> Brasil, como foi o caso do Banco Espírito Santo de Investimento pela Haitong (CASTRO NEVES, CARIELLO, 2022, s/p).

É instrutivo notar que a disparidade desse investimento chinês no Brasil diante do movimento inverso de capitais é significativo. Os investimentos brasileiros na China são demasiado modestos. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, entre 2007 e 2015, as empresas brasileiras investiram US$291 milhões na China, o equivalente a menos de 1% do investimento estrangeiro total na China.

Para esses resultados, uma construção diplomática prévia de anos foi arquitetada pelos governos respectivos. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) iniciou uma articulação do eixo sino-brasileiro ainda sob a batuta de Washington, que passava a ver com preocupação o crescimento chinês e a política chinesa no Estreito de Taiwan na década de 90. Com o objetivo de integrar o Brasil à ordem neoliberal do sistema de Estados, o governo FHC deu preponderância para o alinhamento com os Estados Unidos, o Japão e a União Europeia, indicados como parceiros estratégicos. Na Ásia, o Japão levava a palma nas relações com o Brasil. Entretanto, as reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping e Jiang Zemin mostravam uma China aberta a negócios, e o Brasil passou a entrar na pauta comercial chinesa. A "economia socialista de mercado", sacralizada no 14º Congresso do PCCh em outubro de 1992, trouxe a abolição do sistema de economia burocraticamente planificada e a transição para um sistema de mercado capitalista, o que atraiu distintos Estados e empresários a nível internacional. Após a visita de Jiang Zemin ao Brasil em novembro de 1993 (a primeira na qualidade de chefe de Estado), Fernando Henrique visitou a China em dezembro de 1995, encontrando-se com Jiang Zemin e o primeiro-ministro Li Peng. Embora houvesse discussões diplomáticas amistosas sobre o incentivo para a intensificação de fluxos de capitais bilaterais e cooperação tecnológica, poucos acordos materiais foram selados. Nos anos seguintes, dignitários chineses seguiram uma política de investida de aproximação com o Brasil, com a visita do vice-presidente da Comissão Militar Central, Zhang Wannian, e do vice primeiro-ministro Li Lanqing, entre abril e maio de 1997; em outubro de 1998, com a vinda do chefe do Estado-Maior do ELP, Fu Quanyou, seguido pela ida do então Ministro de Relações Exteriores do governo FHC, Luiz Felipe Lampreia, em dezembro de 1998 – ocasião em que se assinou um Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica (DICK, 2006).

O real avanço material da relação bilateral foi feito durante os governos do PT, no ciclo 2003-2015. Os governos de Lula e Dilma desenvolveram uma política pragmática e agressiva de aproximação subordinada do Brasil com a China. Com uma visão geopolítica da inserção do Brasil no panorama internacional e da necessidade da multipolaridade, a política

nacionalista burguesa de Lula adentrou os marcos das relações Sul-Sul, em que a parceria com a China (e países como Rússia, Índia e África do Sul, que dariam origem ao grupo dos BRICS) contrabalançava a pressão que os Estados Unidos seguiam mantendo na região, com o beneplácito dos governos latino-americanos. Durante a celebração do aniversário de 30 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2004, Lula viajou à China com uma grande comitiva, de empresários, ministros e parlamentares, em visita a Hu Jintao. Nessa ocasião foram criadas a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação (COSBAN) e o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), órgãos centrais para a articulação econômica entre os respectivos Estados e suas burguesias nacionais. Ao final de 2004, foi Hu Jintao que realizou visita ao Brasil, selando a aproximação definitiva entre os governos. Em 2008, o governo Lula criou a "Agenda China", destinada a reduzir desequilíbrios comerciais que passaram a se incrustar permanentemente na natureza da interação bilateral, e em 2010 o Plano de Ação Conjunta (PAC), com objetivos similares de aumentar o conteúdo tecnológico das exportações para o mercado chinês e reequilibrar a balança comercial (BERRINGUER, BELASQUES, 2020). Em 2014, Xi Jinping fez sua visita inaugural ao Brasil para encontrar a então presidente Dilma Rousseff, sendo seguido em 2015 pelo primeiro-ministro Li Keqiang, ocasião em que foram assinados 35 acordos entre instituições e empresas de ambos os países, cobrindo áreas que vão do setor agrícola à pesquisa em tecnologia espacial. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), organizações do agronegócio exportador, fortaleceram-se nos anos de governo do PT, não em menor medida em função da aproximação com a China.

O poder do capital financeiro ligado ao agronegócio (especialmente à exportação de grãos de soja, minério de ferro e carnes) cresceu em todos esses governos. Tendo sido o motor do padrão de crescimento fundado na exportação de produtos primários, fruto do alto preço das commodities na década de 2000, o agronegócio passou a converter seu peso econômico em político. Um dado gráfico foi a passagem para a base do governo de Jair Bolsonaro, depois de ter sido alimentado pelas políticas econômicas do PT. Uma analogia possível podemos encontrar na explicação que Gramsci fornece sobre o setor agrário da burguesia italiana, que na década de 1920 insuflava os segmentos de extrema direita, agrupados pelo fascismo, em nome da defesa de seus interesses econômicos. Sem lealdade ideológica qualquer, o grande capital agrário no Brasil, depois de ter enriquecido astronomicamente pela política conciliadora de Lula e Dilma, desatrelou os freios de suas tendências sociais orgânicas e aderiu à extrema direita a partir do golpe institucional de 2016. Isso, entretanto,

implicou certa modulação de seu legítimo representante social de extrema direita. Bolsonaro buscou manter atritos com a China, no início do mandato, em nome de manter acesa sua base social ideologicamente alinhavada contra a confusa e indefinida imagem do "comunismo", ao que a República Popular é associada nos meios tradicionais de imprensa. Sucessivas crises diplomáticas de menor porte emergiram fruto das provocações de Eduardo Bolsonaro[297], ou da máxima de que a China estava comprando o Brasil. Essas iniciativas foram censuradas pelas grandes associações do agronegócio, que através da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina – líder da Frente Parlamentar da Agropecuária que atuava em "diplomacia paralela"[298] contra o próprio chanceler, Ernesto Araújo – exigiam boas relações com o importador asiático. Disciplinado em cada circunstância, Bolsonaro terminou indo à China ao encontro de Xi Jinping em 2019, determinado a abrir o cardápio da entrega nacional e encontrar empresários chineses dispostos a comprar estatais em processo de privatização, como a Eletrobras, os Correios e setores da Petrobras. Em setembro de 2021 afirmou que a China era um parceiro "essencial" para o combate à pandemia e para o sucesso do agronegócio[299]. Ademais, interessado em 2018 em visitar Taiwan, Bolsonaro recuou e abandonou qualquer contato com Taipei.

Como explica Gramsci, os núcleos rurais da grande burguesia estão dispostos a utilizar os métodos mais violentos para preservar seus interesses, e o apoio aos governos mais reacionários é feito na medida em que se amolde à realização virtuosa de seus negócios (GRAMSCI, 2004). Esse desejo supremo pelos negócios encontra eco no novo governo Lula, com quem os magnatas do agronegócio buscam novo ciclo de enriquecimento, embora a predileção ideológico-política pelo bolsonarismo permaneça como marca. A realidade é que a continuidade da centralização exportadora de produtos primários básicos, sem valor agregado (soja, petróleo, minério de ferro) por parte do Brasil representa uma pérfida relação de troca, a *conquista de dólares tendo em retorno o atraso e a dependência estruturais da economia*, próprio da agenda da classe dominante nacional.

---

297 A título de exemplo, Eduardo Bolsonaro havia atribuído à China a responsabilidade pela pandemia, nos mesmos termos já patenteados por Donald Trump, em março de 2020. Em novembro do mesmo ano, celebrava o acordo Clean Network com Trump, classificando-o como uma aliança global para um 5G seguro, "sem a espionagem da China".

298 "'*Tenho respaldo do presidente e uma interlocução muito franca com os outros ministros. A Ásia é nosso maior cliente, sendo a China o mais importante', diz ela [Tereza Cristina]. 'Existem contratempos, mas temos como nossa meta proteger o agronegócio dentro do governo'." CNN, 19/07/2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/temos-que-proteger-nossos-principais-mercados-como-a-china-diz-tereza-cristina/*.

299 "*Brics: Bolsonaro diz que parceria com China é 'essencial' para gestão da pandemia". G1, 09/09/2021. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/09/em-reuniao-do-brics-bolsonaro-diz-que-parceria-com-a-china-e-essencial-para-a-gestao-adequada-da-pandemia.ghtml*.

Este setor da burguesia agrária, organizada em associações corporativas como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e a Associação Brasileira do Agronegócio, fortaleceu-se politicamente, portanto, em função da expansão de sua capacidade econômica, que se robusteceu em não menor medida pela interação econômica que a China estabeleceu no país. O projeto de fazenda do mundo foi compartilhado por distintos governos na mesma proporção em que o papel da China na economia brasileira aumentava. Morfologicamente herdeira da classe dominante escravista agrária, a burguesia urbana estabelece múltiplos laços de reciprocidade com o núcleo rural, o que não impede, entretanto, de encontrar sua especificidade. Estes setores da burguesia urbana, como a industrial e financeira, possuem uma longa tradição de subordinação aos Estados Unidos e à União Europeia. Nesse aspecto, especialmente quanto à burguesia industrial, a interação com a China teve características mais competitivas, segundo o modelo mexicano.

Em 2006, ainda no primeiro governo Lula, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) se unificaram para questionar a dita "concorrência desleal"[300] da China, acusando o país de não obedecer às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Berringuer e Belasques (2020) notam que, no primeiro mandato de Dilma, outros setores da indústria brasileira passaram a temer a concorrência manufatureira oriunda da China, mesmo numa etapa do desenvolvimento histórico das cadeias globais de valor em que a Ásia já havia concentrado a porção hegemônica dos investimentos produtivos manufatureiros em detrimento de outros continentes. A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) reivindicava medidas oficiais para diminuir a assimetria na concorrência com os preços ofertados pelos fabricantes de máquinas e equipamentos chineses, que conquistavam mercados cada vez maiores no Brasil. Já a CNI voltou a expressar sua oposição à concessão de status de economia de mercado para a China, e nos estertores do governo Dilma antes do golpe institucional de 2016 produziu um relatório sobre o impacto negativo que a concorrência chinesa havia exibido para os setores eletrônicos, de máquinas e equipamentos, calçados, vestuários e têxtil do Brasil, clamando por políticas protecionistas (BERRINGUER, BELASQUES, 2020). Tratava-se de uma postura animosa distinta daquela exibida pelos setores agrários da burguesia, beneficiados com a expansão da entrada de dólares no país fruto das exportações de *commodities*.

---

300 "*China compete de forma desigual e prejudica indústria brasileira, afirmam empresários". Senado Notícias, 11/07/2006. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/07/11/china-compete-de-forma-desigual-e-prejudica-industria-brasileira-afirmam-empresarios*.

Ainda que a relação com a China tenha tido impacto distinto sobre os distintos segmentos da burguesia interna, as íntimas relações que a burguesia urbana estabelece, através da industrialização e a financeirização do campo, a deixa também em débito com o crescimento chinês. Em novembro de 2019[301], em reunião da CNI com representantes chineses, o presidente da confederação industrial brasileira, Robson Andrade, buscou cortejar a presidente da Câmara de Comércio Internacional da China, Gao Yan, a expandir negócios com o Brasil. A mesma ABIMAQ, mesmo reconhecendo o aumento da fatia chinesa no mercado de importações de máquinas no Brasil – em 2021, a China ultrapassou os Estados Unidos (18%) como principal origem de importação de máquinas para o país, com 25,5% das compras internas – não opôs o crescimento da produção nacional à concorrência chinesa[302].

Em outras palavras, poderíamos afirmar conceitualmente que há diferenças na apreciação do valor da relação econômica com a China, quando tomamos os diferentes segmentos da burguesia brasileira. Há termos complementares que se combinam com termos competitivos, especialmente quando tratamos do núcleo agroexportador e o núcleo urbano industrial manufatureiro. Entretanto, essas disparidades, ao contrário da década de 2000, já não são suficientes para exibir algum setor significativo da burguesia brasileira disposto a relegar a segundo plano as relações com a China. O paradigma da classe dominante se encontra na oscilação incerta entre Estados Unidos *e* China, não na disjuntiva Estados Unidos *ou* China, numa América Latina em que a competição comercial-tecnológica sino-estadunidense se converte também em disputa geopolítica.

Para além do peso da China no setor exportador agrícola brasileiro e sua conveniência com as posições políticas do núcleo rural do grande capital brasileiro, Pequim tem interesse em assegurar presença na rede de infraestrutura brasileira. Nisso, transparecem certas oportunidades para a entrada da Nova Rota da Seda, como mostra o precedente argentino. Ao contrário do México, o Brasil está no topo da destinação dos investimentos da China de Xi Jinping em toda a América Latina.

> A China se consolidou como um dos maiores investidores estrangeiros no Brasil desde 2010, como mostra um estudo recentemente publicado pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Ela rivaliza com os EUA e os países europeus, que estão estabelecidos como investidores estrangeiros no

301 Na ocasião, Robson Andrade declarou que "*Na CNI, há grupo de 52 empresas transnacionais com investimentos fora do Brasil e querem ampliá-los, inclusive com a China. Entendemos ser a melhor forma de o Brasil se inserir no mercado internacional. A CNI tem defendido a abertura do Brasil a parcerias internacionais, com redução de tarifas e regras claras*". Portal da Indústria, 13/11/2019. Disponível em: https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/industria-brasileira-quer-ampliar-comercio-e-investimentos-com-a-china-diz-presidente-da-cni/.

302 "*Importações de máquinas vindas da China cresceram 60,5% em 2021". ABIMAQ Brasil, 28/10/2021. Disponível em: https://abimaq.org.br/blogmaq/626/importacoes-de-maquinas-vindas-da-china-cresceram-605-em-2021*.

> Brasil há décadas. O Brasil é o principal destino dos investimentos chineses na América do Sul, recebendo US$66.1 bilhões, equivalentes a 47% do valor total investido, na década até 2020. Entre 2007 e 2020, as empresas chinesas fizeram grandes investimentos no setor elétrico, que atraiu 48% do montante total, seguido pela extração de petróleo (28%) e mineração (7%). Se analisarmos os investimentos por número de projetos, não por valor, embora o setor elétrico ainda esteja no topo do ranking, com 31% do total, o setor manufatureiro ocupa o segundo lugar, com 28%, seguido por tecnologia da informação e agricultura, com 7% cada, e serviços financeiros, com 6% (CARIELLO, 2021, s/p).

A inversão de capitais no setor elétrico, um dos mais importantes para a busca de recursos através da Nova Rota da Seda, é um nicho notório da voracidade chinesa. A empresa pública State Grid Corporation of China (SGCC), a maior empresa energética do mundo, adquiriu em 2010 sete empresas brasileiras de distribuição de energia elétrica. Após uma série de aquisições, em 2016 já contabilizava o controle de 7.000 quilômetros de linhas de transmissão, tendo em junho daquele ano anunciado a compra da participação do grupo Camargo Corrêa na CPFL, distribuidora paulista de energia, joia da coroa do setor no Brasil. O processo de privatização e venda de ativos estratégicos no setor de energia, que já havia começado nos governos do PT, tomou curso acelerado depois do golpe institucional de 2016: houve mais de 15 operações de fusão no setor elétrico, que somaram quase R$86.2 bilhões em valor de empresa, na maior parte das quais o comprador era uma empresa estrangeira[303]. A China se beneficiou: após a compra da CPFL por R$40.6 bilhões, a China Three Gorges também adquiriu ativos da Duke Energy no Brasil, e a CPFL, sob controle chinês, adquiriu a AES Sul. Em 2020, eram mais de 16.000 quilômetros de linhas de transmissão no Brasil controladas por empresas estatais chinesas. Como afirma Luiza Rosa[304]:

> O Brasil passou a receber maior volume de investimentos chineses a partir de 2010. De 2010 a 2015, o país recebeu cerca de US$37.1 bilhões em investimentos voltados, principalmente, para o setor de commodities, que é parte da pauta dos produtos mais exportados do Brasil para a China, e voltados para o setor de energia, em sua maioria hidrelétricas. É importante destacar que boa parte dos investimentos em hidrelétricas feitos pela China no Brasil provém de duas estatais: a State Grid, maior empresa do setor energético do mundo – que opera com cerca de 1,5 milhão de funcionários e fatura US$340 bilhões por ano – e a China Three Gorges. Essas empresas venceram licitações para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, como a de Belo Monte, que une o Pará ao Rio de Janeiro, e adquiriram ativos de empresas brasileiras e estrangeiras do setor de energia elétrica nacional. Isso significa que o próprio governo chinês tem investido no setor energético brasileiro e aumentado sua influência geopolítica no país

303 "Após golpe, empresas estrangeiras compram R$ 80 bilhões em ativos do setor elétrico". Brasil de Fato, 30/08/2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/08/30/apos-golpe-empresas-estrangeiras-compram-rdollar-80-bilhoes-em-ativos-do-setor-eletrico.

304 "O investimento chinês em energia no Brasil". Ecoa, 26/02/2021. Disponível em: https://ecoa.org.br/o-investimento-chines-em-energia-eletrica-no-brasil/.

> [...] De acordo com relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China, foram 15 as empresas que investiram em energia elétrica no Brasil, desde 2014 até 2018. São elas: Shanghai Electric (distribuição de energia); China Three Gorges (energia eólica e hidrelétricas); State Grid e SPIC Pacific Energy (hidrelétricas); BYD Energy, JA Solar, Trina Solar e CED Prometheus (energia solar); China Investment Corporation (CIC) e CNOOC (Petróleo e gás natural); Shandong Electric Power Construction Corporation, Jiangsu Communication Clean Energy Technology e Jinjiang Environment (Termoelétricas) (ROSA, 2021, s/p).

Essa presença maciça da China no setor elétrico brasileiro, uma peça chave da infraestrutura nacional, condiciona o país politicamente aos desígnios de Pequim para além dos resultados no agronegócio. Trata-se de um movimento semelhante ao que a China vem fazendo na Argentina, no Chile e no Peru. A China Three Gorges possui ativos, além do Brasil, no Equador, na Bolívia e no Chile, em que participa da operação de 17 centrais hidrelétricas e 11 parques eólicos. Na Argentina, um projeto de US$4.7 milhões estima a construção de hidrelétricas no Rio Santa Cruz, província ao sul do país, com recursos do grupo chinês Gezhouba, multado e condenado por crimes ambientais em 2016. A América Latina também se tornou uma fazenda de energia para a China.

Depois do setor elétrico, o investimento em petróleo e gás, a mineração e o setor da indústria são os mais atrativos ao capital chinês.

> O setor de petróleo e gás é o segundo mais importante; Sinopec, CNPC, CNOOC e Sinochem já estão estabelecidos no Brasil. O terceiro setor mais importante é o de mineração, representado pela Wuhan Iron and Steel (WISCO) e a participação de um consórcio de empresas chinesas (CITIC Group, Anshan Iron & Steel, Shougang e Taiyuan Iron & Steel) que detém 15% da CBMM, uma empresa brasileira que explora o nióbio, entre outras atividades. Mais recentemente, a China Molybdenum Company, adquiriu os ativos de empresas anglo-estadunidenses. No setor industrial, vale mencionar também a crescente influência de empresas chinesas como BYD, Gree, Midea, Chery, Sany, XCMG e Liugong (CASTRO NEVES, CARIELLO, 2022, s/p).

Xi Jinping herdou a mesma postura pragmática de líderes anteriores do Partido Comunista Chinês diante do Brasil. Sua avaliação positiva do governo de extrema direita de Bolsonaro (apesar dos ataques recebidos pela China por parte do alto escalão bolsonarista) não é incompatível, segundo a *weltanschauung* econômica de Pequim, com o resgate das boas relações que travou com o PT na década de 2000 para animar sua relação com o novo governo Lula. A tolerância com os atritos oriundos do Brasil, como dissemos, tem fundamento tanto na necessidade dos recursos naturais do país, quanto no fato de que o Brasil é uma peça chave na disputa com os Estados Unidos. Segundo Harold Trinkunas, do Brookings Institute[305],

305 "*Testing the limits of China and Brazil's partnership*". Brookings Institute, 20/07/2020. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/testing-the-limits-of-china-and-brazils-partnership/.

durante os períodos em que buscou autonomia internacional, o Brasil encontrou na China um parceiro atraente para criticar a ordem internacional liberal promovida pelos Estados Unidos na esteira da Segunda Guerra Mundial. E Xi Jinping tenciona elevar o grau de parceria estratégica a níveis muito mais vultosos do que aquele atingido quando ambos os países formalizaram esse laço em 1993. No mês em que conseguiu seu terceiro mandato como secretário-geral do Partido Comunista, Xi parabenizou Lula por seu triunfo presidencial[306], afirmando estar disposto "a trabalhar com o presidente eleito Lula, de uma perspectiva estratégica e de longo prazo, para planejar e promover conjuntamente a um novo patamar a parceria estratégica abrangente entre a China e o Brasil, em benefício dos dois países e seus povos."

Assim, mesmo sem participar da Nova Rota da Seda, o Brasil compôs uma relação umbilicalmente dependente das importações e dos fluxos de capitais chineses. Se a Nova Rota não se fez sentir em seus memorandos oficiais, a distância da Velha Rota da Seda traça uma perspectiva deslumbrante sobre a posição do país diante da China. Longe vão os antigos navios vindos do Império do Meio, que chegavam a Salvador, capital da colônia no século XVI, carregados de porcelanas, leques e seda, muitas vezes com trabalhadores chineses que vergavam seus corpos no labor excruciante compartilhado com os negros escravizados pelos europeus. Agora, os navios cargueiros saem dos portos brasileiros levando os produtos agrícolas para a China, precedidos pelos vultosos investimentos que o Partido Comunista de Xi Jinping utiliza para afiançar as *parcerias de dependência*, com traços semelhantes aos adotados pelos colonialismos europeus.

Essa posição é uma ilustração da complexidade do cenário latino-americano, em cujo tabuleiro as burguesias nacionais subservientes encadeiam os trabalhadores e a população pobre na armadilha da dupla dependência, ou dependência cruzada. O Brasil está submetido, como grande parte da América Latina, aos ditames de dois senhores, de peso distinto mas com pegada firme: Estados Unidos e China. Washington busca frear a entrada de Pequim e cortar o caminho ao gigante asiático, em muitos setores de alta tecnologia, como se viu durante a crise da Huawei. Entretanto, a nova realidade é que a América Latina já não é apenas dos estadunidenses, como rezava a Doutrina Monroe. O imperialismo ianque encontra dificuldades em localizar interlocutores confiáveis, e se politicamente segue tendo a primazia sobre a China, economicamente vem perdendo espaço numa região geopolítica estratégica.

306 "*Xi Jinping parabeniza Lula e cita 'parceria estratégica' entre China e Brasil*", CNN Brasil, 31/10/2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/xi-jinping-parabeniza-lula-e-cita-parceria-estrategica-entre-china-e-brasil/.

6.6 Subversão chinesa do sistema imperialista?

No início do capítulo perguntamos se era possível encontrar na expansão chinesa um ato de questionamento da ordem global imperialista. Os breves elementos que dispusemos, sobre a mecânica interna das suas relações econômica e geopolíticas nas distintas regiões do mundo, iluminam esse panorama. Se abordamos a questão do ponto de vista da posição que a China ocupa na ordem capitalista mundial, resta pouca dúvida que o governo Xi Jinping busca revisar a hierarquia herdada da Guerra Fria. Mas, se tomamos a questão do ponto de vista da grande política, que busca alterar as estruturas sócio-econômicas estabelecidas, o resultado se inverte. Em outras palavras, *a China de Xi Jinping não é um fator subversivo do sistema global capitalista; quer ascender dentro dele*. O PCCh, como partido-Estado, não busca minar a ordem imperialista; luta por melhorar sua posição de exploração em seu interior, debilitando as posições dos Estados Unidos, que passa por um processo de decadência histórica de hegemonia. A multipolaridade que a China defende é a participação do seu próprio capital na exploração da classe trabalhadora mundial, enquanto o imperialismo norte-americano faz de tudo para preservar sua posição hegemônica.

A invasão da Rússia e a guerra na Ucrânia, fomentada pelo belicismo dos Estados Unidos e da OTAN, sublinharam os contornos de dois grandes blocos que, de certa forma, recriam os campos conflitantes da Guerra Fria (gerando ilusões em uma gama ampla de analistas de que estaríamos diante de uma nova versão daquele enfrentamento). Por um lado, a aliança ocidental liderada pelos Estados Unidos através da OTAN, à qual se uniram potências como Japão e Austrália; por outro lado, a aliança contraditória entre a China e a Rússia, com várias potências regionais importantes como a Índia, que não se alinharam com os Estados Unidos à ocasião da guerra na Ucrânia, e que mostram proximidades com o bloco eurasiático, sem apoiar abertamente a posição de Putin. A Organização de Cooperação de Xangai, capitaneada pela China, reúne além da Rússia países da Ásia Central, como Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tajiquistão – um bloco de nações importante na região. No final de setembro de 2022, na reunião de Samarcanda (Uzbequistão) da Organização de Cooperação de Xangai, esse bloco liderado pela China ensaiou os primeiros passos oficiais de uma nova conformação de forças na Ásia, e exibiu tanto as contradições deste bloco informal – tanto Xi Jinping como o primeiro-ministro indiano Narendra Modi fizeram Moscou conhecer suas preocupações sobre a guerra – quanto a confluência objetiva de interesses, particularmente daqueles marginalizados da "ordem neoliberal" norte-americana.

O desenvolvimento das contradições históricas de uma superpotência em decadência e de uma nova potência em ascensão não descartam eventuais choques militares entre o imperialismo norte-americano e o regime bonapartista chinês. Há muitos pontos de conflito, como a questão de Taiwan e a do Mar do Sul da China, que representam focos inflamáveis de novas tensões. Deflagrações bélicas que envolvessem Washington e Pequim significariam transformações estruturais no padrão de acumulação capitalista, e mais uma rebelião das forças produtivas contra os limites sufocantes das relações de produção capitalistas e seus Estados nacionais. O cenário concreto de uma guerra sino-estadunidense traria as coordenadas para uma posição marxista diante dos atores em pugna. Por ora, o certo é que o repúdio a qualquer agressão militar dos Estados Unidos não é identificável com a atribuição de um caráter "progressista" ou "anti-imperialista" à China. Como mostramos, a projeção de poder do capital chinês pelo mundo não busca erodir e eliminar a ordem imperialista, e sim revisar a natureza de sua participação nela. O PCCh não representa um combate consequente ao imperialismo, que só pode ser feito pela luta de classes, com a classe trabalhadora chinesa organizada de maneira independente do Estado, em aliança com os setores oprimidos e com os trabalhadores de todo o mundo.

Capítulo 7 – Revolução e socialismo na China do século XXI

7.1 Hegel e a China em que os extremos se tocam

Nosso ponto de partida foi o encontro dos extremos que se produz na China. Essa ideia poderia ser traduzida em outra, segundo a qual cada aspecto examinado no tecido social e econômico da China é e não é igual a si mesmo a um só tempo. Em sua *Lógica*, Hegel despende esforços para mostrar esse movimento dos contrários que decidimos enfatizar no estudo da China. O filósofo alemão reflete, na *Lógica*, que as categorias de identidade, diversidade e oposição deveriam ser formuladas no princípio de que todas as coisas são em si próprias contraditórias, em contraponto a um pensamento habitual que atribui à contradição um papel menos essencial que a identidade na determinação dos processos. Erguendo-se sobre a crítica da lógica aristotélica, segundo a qual algo é sempre idêntico a si mesmo, Hegel retorque que uma coisa só pode ser constantemente igual a si mesma se não existe, se está morta. Extrai do contraponto a conclusão de que a contradição é a raiz de todo movimento e de toda vitalidade, e só na medida em que algo tem em si próprio uma contradição é que se move, tem impulso e existe. Isso seria dizer pouco, ou ao menos não o suficiente, já que o tesouro da reflexão está no método dialético de encarar todos os processos e fenômenos. Em seu estudo da lógica hegeliana em 1916, Lênin escrevia nos *Cadernos Filosóficos* que a dialética é a doutrina sobre como os contrários podem ser, e são, idênticos, dando as condições em que se transformam uns nos outros. Estamos diante desse ponto na avaliação da China no século XXI.

Se examinamos o processo contínuo do movimento nas circunstâncias históricas do desenvolvimento chinês, encontramos a ligação viva e multilateral da China com o complexo movimento do desenvolvimento econômico global. É essa abordagem a que permite entender como o atraso relativo da China de Xi Jinping se converte no seu contrário, quando enxergada do ponto de vista do ritmo das transformações que engendram a grande potência capitalista da China na Ásia. Ao mesmo tempo que o ritmo de transformação não anula o atraso relativo, uma vez que o coeficiente de acumulação material de poder impossibilita, por ora, que a China entre na arena de disputa global em termos equivalentes aos dos Estados Unidos. O limite entre a identidade e a desigualdade, transitado pela formação sócio-histórica particular da China, também nos permite avaliar a existência de uma potência capitalista em rápida ascensão que, ao passo que não se conforma ainda enquanto um Estado imperialista, possui traços imperialistas em sua conduta econômica e política com países de capitalismo atrasado

na África, na América Latina e na Ásia. Da mesma maneira, um proletariado novo, reprimido pela coerção burocrática do Partido Comunista e seus capitalistas, sem demasiada tradição de organização e autodeterminação na luta de classes, é a força social que, fundindo-se com o melhor da tradição revolucionária na China e com o marxismo, pode revelar um desenlace histórico alternativo ao que aguarda o conflito deletério entre Washington e Pequim.

Levando em conta a economia mundial, as relações interestatais e a luta de classes, observamos que a China, em meio a suas contradições, vai se convertendo em um ator mais poderoso a nível global. Essa tendência pode ser atrasada, mas dificilmente revertida. E nesse ascenso, a China absorve todas as contradições latentes na estrutura capitalista global para o interior de sua tessitura social doméstica. Diante disso, há que captar o movimento das transições, em que os extremos vão se combinando para resultar em algo novo. A dialética é a ciência do limite e das transições constantes da identidade à diversidade, e vice-versa; em suma, de algo ao seu oposto. Essa definição nos afasta da percepção que Hegel tinha da China, em sua *Filosofia da História*, como uma nação politicamente estática e devedora submissa de seu déspota, percebido como um dado fixo da natureza, eterno e independente do povo. A interpretação de Hegel sobre a China, como efeito disso, retrata um país que não se altera, que seria no século XIX aquilo que fora durante toda sua história milenar. Sua interpretação estava fundada na suposta identidade entre natureza e história na China, em que o destino das dinastias dependiam dos ciclos repetitivos dos elementos naturais, rompendo o padrão da dialética histórica em que o "Espírito" se liberta da natureza e se realiza em formas superiores de cultura. Essa ausência de distinção essencial entre passado e presente na história da China, fruto da perspectiva idealista da filosofia hegeliana, que não chegou a ouvir o som dos canhões britânicos soarem o alarme da Primeira Guerra do Ópio em 1841 e o fim do isolamento chinês, não atende ao desafio interpretativo de nossa época. E isso mesmo enaltece a grande importância do método dialético que Hegel aplicava, e que foi devidamente desenvolvido, aperfeiçoado e "virado do avesso" à sua real matriz materialista por Marx.

Com esse método, podemos enfatizar as transições na formação histórico-social chinesa, em que tudo está em constante mudança. De maior importância nas transições estão o Partido Comunista, o Estado da República Popular, o capitalismo chinês e a sua classe trabalhadora.

Retomando as principais definições que demos, comecemos pelo Partido Comunista. O PCCh, que havia surgido em 1921 como organização operária inserida nos sindicatos e membro da Internacional Comunista, perdeu na trajetória do século XX esse caráter de classe original. O triunfo da Revolução de 1949 encontrou o PCCh assumindo o conteúdo de um

partido-exército de base camponesa. Aós ter encabeçado a restauração capitalista e autorizado a incorporação de empresários em seu seio no 16º Congresso, o PCCh completou o ciclo de inversão de seus fundamentos sociais. Preservando sua posse indiscutível da máquina estatal, o PCCh se tornou um avalista das posições de sua burguesia nacional no tabuleiro da acumulação capitalista global. Nenhuma fase desse longo, tortuoso e complexo processo se deu sem choques sistêmicos no terreno da luta de classes, e esteve umbilicalmente vinculado às tendências predominantes da situação mundial depois da derrota do último ascenso revolucionário entre 1968 e 1981. Hoje o Partido Comunista encabeçado por Xi Jinping, junto a seu braço armado, o Exército de Libertação Popular, passa a administrar não somente a exploração da sua classe trabalhadora doméstica, urbana e rural, e do seu campesinato, mas também de determinadas zonas globais de capitalismo atrasado sobre as quais a China desenvolve traços imperialistas.

Isso nos leva às transformações na República Popular. De um país atrasado e isolado saído da Revolução de 1949 como um Estado operário burocraticamente deformado, a República Popular passou por um ciclo completo de restauração da propriedade privada como relação de produção predominante, e do modo de produção capitalista como estrutura social produtiva definidora do caráter de Estado. Esse Estado capitalista em rápida ascensão não desenvolve forças produtivas socialistas, como aduzem Domenico Losurdo (2016) ou Elias Jabbour (2021), mas forças produtivas capitalistas, uma estrutura social de distribuição de riqueza em termos de mercado e, portanto, encontra-se numa etapa social inferior ao socialismo. Entretanto, já não tratamos de um Estado economicamente atrasado e isolado. Estamos tratando de uma potência capitalista de alcance internacional, enriquecida pela absorção das conquistas da Revolução, e que está à testa de uma coalizão mais ou menos informal de governos bonapartistas, a começar pela Rússia, que se opõe aos objetivos do imperialismo dos Estados Unidos na Ásia e na Europa. A República Popular passa a projetar o poder do seu capitalismo sobre os nichos de acumulação que disputa no mundo; não é um ator disruptivo da ordem global capitalista, e sim um ator integrado a ela, ainda que a queira remodelar a seu benefício.

O capitalismo chinês, por isso, também adquire seus novos moldes de transição. Ao disputar nichos de acumulação privada para além de suas fronteiras, esse capitalismo *sui generis* distinto do ocidental revela determinados traços imperialistas que, se não podem atingir sua culminação sem grandes comoções globais, já começam a adquirir direitos reais de existência sobre certas regiões do mundo. Na África, na Ásia e na América Latina a entrada do capital chinês, embora com muitas particularidades, é responsável pela exploração da força

de trabalho de proletariados alheios às suas fronteiras domésticas. A exportação de capitais da China na mineração da Zâmbia e do Zimbábue, no Peru e no Chile, na extração petrolífera na Nigéria, na manufatura têxtil em Bangladesh e em Mianmar, na produção de eletrônicos na Tailândia e no Afeganistão, endereça interesses estruturais na extração de mais-valor indispensáveis para o crescimento da economia nacional. Essa espoliação, ainda que não acompanhada por um poderio militar comparável ao dos EUA, conta com o respaldo de forças armadas modernas e em rápido desenvolvimento, integradas a um parque industrial que se adapta à produção de tecnologia de ponta. Tendo em seu passado recente as características de uma economia majoritariamente dependente da recepção de capital estrangeiro, a China projeta sua força econômica no ultramar, sendo obrigada a lidar com urgência sobre o atraso de sua estrutura de monopólios e multinacionais, além da deficiência no coeficiente de evolução tecnológica em áreas estrategicamente sensíveis, que se tornaram de primeira prioridade na era Xi Jinping. A China, como Estado capitalista em rápida ascensão, adquire traços imperialistas, embora siga dependendo de tecnologia estrangeira.

Sua classe operária também passou por grandes transições históricas. Como mostram Andrew Walder (1984) e Alvin So (2013), a classe trabalhadora chinesa sofreu uma enorme transformação com a Revolução Chinesa de 1949. Assumindo um caráter majoritariamente constituído por trabalhadores urbanos de pequenos ofícios e artesãos, na primeira metade do século XX, a partir da década de 1950 emergiu uma classe operária moderna na China, situada na manufatura de larga escala da grande indústria pesada, em especial na região Nordeste do país (nas províncias de Jilin, Heilongjiang e Liaoning). Cumpre lembrar que, mesmo sendo rápida a fase de surgimento do proletariado moderno chinês (1949-1957), essa transformação não se deu sem os grandes choques da luta de classes, como sugerem os mesmos Walder e So. Pelo contrário, o surgimento do moderno proletariado chinês na década de 1950 foi fruto necessário e direto das grandes convulsões revolucionárias que atravessam o ciclo que vai de 1911, passando especialmente pela segunda Revolução Chinesa de 1925-27, até a invasão japonesa que precede a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, a classe operária da era maoísta, fundada no sistema *danwei* – com direito a emprego vitalício, e com benefícios sociais garantidos pela grande unidade fabril urbana – também foi se extinguindo fruto da luta de classes que levou o Partido Comunista Chinês a avançar pela reformas liberalizantes pró-capitalistas que terminaram por eliminar o *danwei* e criar um mercado de trabalho baseado no exército industrial de reserva, na competição por baixos salários, na precarização das condições de trabalho e no fim dos benefícios sociais garantidos pelo Estado. Com a restauração capitalista, os trabalhadores urbanos chineses, que apesar da disciplina

férrea e do asfixiamento ideológico impostos pela burocracia do PCCh possuíam um papel mais avultado na vida social, passaram a ser largamente marginalizados.

A decadência da velha classe trabalhadora oriunda do sistema socialista da década de 1950 correu paralela ao surgimento de uma nova classe trabalhadora migrante, oriunda do campo, sem quaisquer direitos e atada ao calvário da superexploração do capital nativo e estrangeiro. Sem vínculos orgânicos com o Partido Comunista – que por sua vez alterou definitivamente seu caráter de classe, enquanto preserva a retórica da defesa dos trabalhadores como "representante de toda a sociedade chinesa" – essa nova classe trabalhadora migrante vinha do campo para as cidades costeiras trabalhar nas duras condições da indústria de processamento para exportação, sem experiência de organização sindical e política. Esbulhada em seus direitos mais básicos, alimentando com o espírito e o corpo físico a acumulação primitiva capitalista, tinha de enfrentar a repressão patronal e do próprio PCCh. Dentre estes segmentos diferenciados de dois proletariados, a divisão e a fragmentação dos trabalhadores foram utilizadas como mecanismo de controle da luta de classes, em que os trabalhadores da velha indústria socialista brigavam por salários e aposentadorias contra os fechamentos de fábrica, e os novos trabalhadores do Sul carregavam nas costas o fardo das longas horas e baixíssimos salários (LEE, 2007). As novas tecnologias e o avanço da economia chinesa na era Xi Jinping começa a dar volume a uma geração de jovens trabalhadores com conexões mais amplas e maior nível cultural, o que pode significar um rearranjo significativo no interior do proletariado chinês, que entre 2010 e 2020 exercitou seus músculos em importantes ondas de greves.

Temos um quadro em que os extremos se tocam na China, uma inspiração que tomamos de Hegel e que Marx aplicou magistralmente de maneira materialista ao gigante asiático. Com efeito, Marx foi muito mais longe, e entreviu a possibilidade de que as grandes transformações revolucionárias que se desenhavam na China poderiam influenciar a expansão da revolução nos grandes centros do proletariado europeu no século XIX. Embora o cálculo dos tempos do processo tenha sido diferente na realidade, a perspectiva se provou correta no curso do século XX, e magnificada pelas revoluções chinesas que abalaram a Ásia e o mundo. Trótski e o melhor da vanguarda operária analisaram as lições estratégicas deixadas pela segunda Revolução Chinesa (1925-27), e cristalizaram um legado fundamental para pensar não apenas o que houve com a Revolução de 1949 e seu desenlace, mas também para encarar o desafio do socialismo na China do século XXI. Os extremos se tocam num gigante transformado.

O terceiro mandato de Xi Jinping, o líder mais poderoso do Partido Comunista desde Mao, encontra uma China muito distinta daquela dos anos que sucederam a Revolução de 1949. Um Estado capitalista em rápida ascensão, com traços imperialistas, que coabitam com uma dependência tecnológica ao Ocidente, está atravessado por contradições que ganham escopo e profundidade em meio à crise mundial. Inspirados na tradição marxista, que se enriqueceu com a história do século XX, vamos dedicar este último capítulo ao exame reflexivo sobre as condições da revolução e do socialismo na China do século XXI. O interesse é lançar hipóteses estratégicas para pensar, nesse novo cenário, o papel subjetivo da classe trabalhadora chinesa, em aliança com a juventude, as mulheres e as minorias étnicas (como muçulmanos), para construir a perspectiva de uma alternativa distinta ao capitalismo com traços imperialistas da era Xi Jinping.

7.2 O retorno "com características chinesas" da classe operária

As transformações pelas quais passou a classe operária chinesa a partir das reformas de abertura tiveram um curso determinado pela política do Partido Comunista Chinês. O objetivo do governo central foi fragilizar o *status* econômico dos trabalhadores enquanto classe, a fim de marginalizá-los politicamente. Para o êxito da restauração capitalista, era necessário não apenas derrotar fisicamente os trabalhadores, mas debilitar sua capacidade de reorganização e resistência. Quanto mais fragmentado e atomizado politicamente, mais segura se encontrava a posição da burocracia central em Pequim, e mais estável o desenvolvimento da acumulação primitiva capitalista encetada pelo novo setor privado endogenamente criado pelo PCCh.

Como um todo, a classe trabalhadora chinesa, após a conquista da Revolução de 1949, tinha marcado uma relação de forças favorável em termos de condições objetivas de vida e trabalho, muito superiores àquelas anteriores à Segunda Guerra Mundial. Obteve grandes progressos em termos de salários, bem-estar social, segurança no emprego e *status* social. Enquadrados pela estratégia reformista nacional da burocracia do PCCh, ainda assim os trabalhadores chineses garantiram, temporariamente, uma situação em que podiam desfrutar de renda estável e segura; habitação, assistência médica e educação fornecidas pelo Estado operário (burocraticamente deformado); emprego vitalício e um ambiente de trabalho que envolvia um prestígio social e político derivado da capacidade de poder da classe produtora que havia expropriado os capitalistas e expulso o imperialismo estrangeiro do seu território. Embora esse benefício do *danwei* fosse heterogêneo nas grandes cidades, e estivesse

largamente ausente no ambiente do trabalho rural para o campesinato, a posição social da classe trabalhadora chinesa respondia às consequências de uma sociedade surgida sobre uma estrutura social superior ao modo de produção capitalista, embora fosse muito mais pobre em relação ao coeficiente acumulado das forças produtivas ocidentais. Ora, essa poderosa situação herdada da Revolução gerava forças morais capazes de colocar em risco a estabilidade social desejada pela burocracia do PCCh, nos primórdios das reformas de abertura. Por isso, a burocracia reduzia a margem de autodeterminação e auto-organização dos trabalhadores urbanos mediante o estrito controle partidário nas unidades fabris através do mesmo *danwei*, que servia de mediadora entre a burocracia estatal e a classe trabalhadora.

A imagem construída de um proletariado chinês sem consciência de classe, individualista, desorganizado e desprovido do instinto de solidariedade, empresta seu fundamento aparente dos próprios efeitos causados pela restauração capitalista sobre aquele antigo prestígio social e político. Os resultados da luta de classes atuaram em benefício do incremento do poderio de uma nova classe capitalista nascente sob a tutela do PCCh às custas da marginalização dos trabalhadores. O afastamento dos trabalhadores diante da propriedade nacionalizada foi um atributo central desse processo de progressivo debilitamento político e subjetivo. A substituição das garantias coletivas implícitas por contratos individuais de trabalho foi introduzida pela primeira vez nas Zonas Econômicas Especiais em 1984; os contratos de trabalho individuais espalharam-se então para o resto da China no final dos anos 1980, universalizados com a aprovação da nova lei de contratos de trabalho em 1994. Enquanto os trabalhadores mais velhos ainda podiam manter seus empregos vitalícios, já não poderiam legar seus postos de trabalho aos descendentes na família. Os trabalhadores mais jovens só podiam ser incorporados nas empresas estatais em termos contratuais de livre mercado. Cortava-se assim a responsabilidade do Estado pela reprodução social dos trabalhadores urbanos, e a relação direta desses como proprietários de seus postos de trabalho e dos benefícios sociais atados à unidade produtiva. A atuação das empresas estatais como unidades econômicas privadas orientadas à maximização do lucro destruiu o vínculo entre a classe operária e a unidade produtiva, em benefício da emergência de uma nova forma privada de propriedade que mais uma vez confrontava o produto do trabalho como força autônoma hostil aos trabalhadores. As demissões em massa, a criação de um mercado de trabalho liberalizado, o surgimento de um exército industrial de reserva junto ao controle repressivo por parte do Partido Comunista representaram uma completa reversão na relação de forças.

Tais fundamentos objetivos, que são parte da avaliação real do processo histórico, foram, entretanto, indevidamente utilizados por correntes de pensamento na academia como

base para a montagem de uma figura de impotência da classe trabalhadora chinesa. O discurso neoliberal sobre o desaparecimento da classe trabalhadora, na medida em que evidentemente incongruente como a situação chinesa, teve seu correlato na tradução da perda irrecuperável da consciência de classe, uma noção que preservou vigor mesmo em autores cujas investigações são desprovidas dos preconceitos de classe. Jake Lin (2020), em seu trabalho *Chinese Politics and Labor Movements*, sublinha com justeza a importância de que o trabalhador chinês reconheça seu papel estrutural na economia como fonte de sua força; não obstante, reserva ao indivíduo operário, não à classe de conjunto, a capacidade de reverter o caráter desfavorável da relação de força estabelecida.

> Enquanto os marxistas tradicionais enxergam os conflitos de classe e as lutas de classe como o principal meio de transformação social através da ação revolucionária da classe oprimida contra a classe dominante, os estudos contemporâneos do mundo do trabalho adotam diversas abordagens sobre o tema da resistência operária, alguns com ênfase particular na dimensão subjetiva. Este aspecto se concentra no conceito de agência com a capacidade de atuar com relativa autonomia. […] Seguindo esse diagnóstico, se os trabalhadores chineses não possuem o espírito coletivo para resistir como uma classe para si, a própria existência de uma classe trabalhadora chinesa continua a ser discutível (LIN, 2020, p. 164).

Lin reconhece e compreende o papel seminal que a Federação Nacional dos Sindicatos da China possui para a contenção da autoatividade de base dos trabalhadores na era Xi Jinping, algo sublinhado por segmentos de ativistas no interior do movimento operário (LIN, 2020). Não obstante, a pulverização e a dispersão da consciência coletiva da classe trabalhadora, imposta de maneira repressiva pela burocracia estatal, é tomada como resultante da crescente influência do consumismo e do individualismo capitalistas, sendo a incapacidade temporária de superá-la de forma integral uma prova suposta da existência questionável do operariado chinês enquanto classe.

> A classe operária é um tema dos estudos trabalhistas chineses. Poucos nesse campo disputam de que a "classe trabalhadora em si" voltou a ser uma proeminente na era da pós-reforma, como evidenciado no fato da China ter se tornado a fábrica de suor do mundo. No entanto, continua a ser uma questão se os trabalhadores chineses se identificam como um assunto de classe ou uma "classe para si mesma" (LIN, 2020, p. 165).

Assim, sob o pressuposto de uma crítica necessária ao PCCh e da burocracia sindical, termina-se cedendo aos resultados de sua ação repressiva, que exibe múltiplos canais.

> O PCCh tem usado métodos coercitivos para lidar com protestos reais. A coerção tomou a forma de controle fragmentado, que envolve numerosos departamentos e agências governamentais importantes, tais como o Departamento de Recursos Humanos, o Departamento do Trabalho, o Departamento de Indústria e Comércio, o Departamento de Previdência

> Social, o Departamento de Segurança do Estado, o Departamento de Segurança Pública, o Departamento de Assuntos Civis, os tribunais e os comitês de rua/comunitários. Estes atores provinciais e locais trabalham em estreita colaboração usando diversas táticas. Seu objetivo comum é assegurar que todos os incidentes de massa sejam resolvidos antes de se transformar em uma ameaça iminente à estabilidade social e à legitimidade do PCCh. Por exemplo, quando surge uma disputa trabalhista, o Departamento do Trabalho geralmente permanece observador, mas faz vista grossa ao incidente. Os tribunais fazem uma decisão "de acordo com a lei", que é desfavorável para os trabalhadores. Ou o Departamento de Segurança do Estado ou o Departamento de Segurança Pública "toma uma xícara de chá" com os manifestantes – envolvendo um modo informal de interrogatório, às vezes com intimidação ou cooptação. O Departamento de Indústria e Comércio poderia se envolver a qualquer momento com a desculpa de investigar o registro ou tributação das pessoas e organizações relevantes (geralmente a ONG trabalhista). O comitê de rua pode pressionar o locador e as famílias ou parentes dos ativistas operários. Todos estes departamentos e suas partes contratadas empregam métodos econômicos, sociais e psicológicos para deter e derrotar ativistas e manifestantes que desejam liderar ou organizar protestos ou greves (LIN, 2020, p. 120).

Ching Kwan Lee (2007), que escreve interessante trabalho sobre as diferentes características dos conflitos operários entre o antigo sistema socialista da indústria pesada no Nordeste, de um lado, e o novo "Cinturão do Sol" que abriga os trabalhadores migrantes no Sul, aponta determinadas tendências que poderiam identificar, em sua leitura, uma nova configuração da mobilização operária na China. De acordo com sua classificação, o movimento operário na China – particularmente no novo proletariado migrante sulista – combina decentralização, ativismo em pequena escala e legalismo, algo sustentado teoricamente pelo conceito do autoritarismo legal decentralizado, modo administrativo provincial que dificultaria a mobilização coletiva na China. É a tendência analisada também por Jake Lin, que apresenta uma convergência de lutas em pequena escala, não coordenadas entre os distintos setores operários, e de curta duração, e Alvin So (2013) – que aponta o problema da ausência de organização e direção nos protestos – embora Ching Kwan Lee reconheça que os trabalhadores chineses também se disponham a engajar-se em lutas selvagens capazes de quebrar a lei quando necessário.

> Todas estas lutas tendem para uma convergência ao redor da lei como terreno de remodelação das relações Estado-sociedade, da formação de classe e da cidadania, e da mobilização coletiva. A justaposição de agitação operária com instâncias de mobilização de camponeses e pequenos proprietários evidencia um caminho particularmente chinês de disputas que se baseia em uma política da lei: a insistência popular em usar a lei, trabalhar através de canais legais e burocráticos, enquanto estão igualmente prontos para violar a lei, ir para a rua, e atacar oficiais corruptos por violar a lei e a justiça (LEE, 2007, p. 130).

O sistema fabril baseado no regime de dormitório, que predominava nas últimas décadas de defensiva operária pós-restauração capitalista, beneficiava ademais o ativismo intrafabril, restrito ao local de trabalho, porque facilitava a agregação de interesses imediatos de uma comunidade de trabalhadores. Diante dos múltiplos mecanismos de supervisão e repressão estatal, que goza do aparato tecnológico para incrementar os meios de supressão de novas formas de organização, trabalhadores chineses usam como recurso a estratégia do legalismo, para tentar obter nos tribunais aquilo que a legislação trabalhista alegadamente lhes garante no papel.

> O legalismo tornou-se simultaneamente a ideologia hegemônica e a retórica da resistência popular. Isso não significa que os trabalhadores já gozem dos direitos consagrados na legislação trabalhista, ou que as instituições legais na China efetivamente garantam e protejam os direitos trabalhistas. Significa apenas que a lei se tornou um terreno viável de luta, tentadora em sua promessa e empoderadora em seu efeito quando os trabalhadores ocasionalmente ganham casos no imprevisível sistema judicial (LEE, 2007, p. 134).

A retórica do legalismo e a centralidade da lei seriam, então, a forma particular chinesa de remodelar as relações entre o mundo do trabalho e o Estado (LEE, 2007), embora Lin (2020) aponte uma tendência contrária com a experiência da década de Xi Jinping: a de que os trabalhadores enxergam com cada vez maior ceticismo as saídas pelas tradicionais vias legais, majoritariamente ineficazes e inclinadas aos interesses empresariais (LIN, 2020). Nessa abordagem, as dificuldades apresentadas pela divisão econômica, interprovincial, idiomática – todas elas reais – não são tratadas como obstáculos a vencer pela luta de classes, e sim como modalidades estruturais do ativismo operário, compatíveis com a ordenação estatal chinesa. Alvin So (2013) também discute as divisões artificialmente implantadas pela burocracia estatal no interior do movimento operário chinês.

Os méritos notáveis desses estudos de caso não opacam a sua limitação em generalizar teoricamente as condições em que subsistem os traços de heterogeneidade e fragmentação da classe operária em todo o mundo desde a ofensiva neoliberal. O cenário configurado nas últimas décadas é de tal ordem que, de um lado, a classe trabalhadora se estendeu como nunca antes na história, sendo objetivamente mais decisiva no controle dos centros nevrálgicos da economia, enquanto de outro lado se tornou ineditamente heterogênea e fragmentada fruto da ofensiva neoliberal, destinatária de todo tipo de divisão artificialmente fabricada. Esse curso se deu concomitantemente com o enfraquecimento dos sindicatos como organizações independentes, sofrendo um contínuo processo de estatização e incubando em seu interior

uma camada de burocracias que organizam ativamente a hegemonia capitalista no interior do movimento de massas.

Diante desse cenário objetivo, autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a partir dos anos 1980, passaram a abordar a questão da fragmentação como um dado empírico imutável, por fora dos resultados da luta de classes, a partir da falsa antinomia entre o determinismo absoluto e a pura contingência histórica. Em outras palavras, retomando sua obra *Hegemonia e estratégia socialista* (1985), argumentam que, ou a classe trabalhadora surge predefinida como sujeito revolucionário consciente, ou não há um fundamento sólido para uma política de classe hegemônica, restando apenas certos interstícios contingenciais de lutas passageiras, sem capacidade de continuidade (MAIELLO, 2022). Segundo esta dicotomia – algo que podemos ler como lógica em uma extensa variedade de autores que estudam a classe operária chinesa – ao ser a classe trabalhadora heterogênea e estar fragmentada, sua unidade em termos de classe é puramente contingente, o que passaria a desabilitar de maneira transcendental a capacidade de organização programática e articulação hegemônica. Laclau e Mouffe inspiraram uma vasta coorte de investigadores ligados a variantes pós-modernas, que negam abordar a relação de forças como momentos materiais da luta de classes, além de ignorar de maneira soberana o papel das diferentes burocracias nos movimentos de massas como elos ativos de intervenção do Estado capitalista nos sindicatos e movimentos sociais. Em resposta aos problemas da dispersão, incorrem no fetichismo das resistências parciais, ou no embelezamento das lutas isoladas, transformando um dos mecanismos hegemônicos da sociedade existente em um exercício de virtude. Como refere Matias Maiello:

> Durante o século XX, com a emergência da política de massas, a burguesia foi muito além da espera passiva pelo consenso e desenvolveu toda uma série de mecanismos para organizá-lo ativamente, em boa medida através da estatização das organizações de massas e o desenvolvimento de burocracias em seu interior. Antonio Gramsci dá conta disso com o conceito de 'Estado integral' – 'O Estado (em seu significado integral: ditadura + hegemonia)'. […] A derrota da classe trabalhadora e o papel das organizações operárias como agentes diretos das contrarreformas neoliberais minaram o peso do movimento operário e modificaram novamente a estrutura política da sociedade. Desenvolveram-se novas formas de burocratização e estatização dos movimentos de massas, e se reformulou o papel das burocracias operárias tradicionais, tendo como uma de suas funções essenciais a exclusão dos trabalhadores desempregados dos sindicatos, assim como dos não registrados, dos imigrantes, etc. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se novas burocracias dos chamados movimentos sociais, e se avançou em sua progressiva estatização. Ambos os tipos de burocracia interagem de modo complementar: em um caso, restringindo as organizações sindicais aos setores mais elevados da classe operária; no outro, atuando para desligar a

> luta dos movimentos pelos direitos civis ou sociais do setor sindicalizado da classe operária (MAIELLO, 2022, p. 32).

Essa reflexão é seminal para entender a complexidade do cenário chinês, e a falta de propósito de uma visão "contingencial essencialista" que termina por promover a naturalização da forma em que a ofensiva neoliberal reconfigurou a estrutura da política de massas no mundo, com efeitos inclusive na China. A China capitalista combina aspectos "orientais" e "ocidentais" em sua estrutura política, uma combinação cuja proporção obedece determinados requisitos de organização ativa da hegemonia estatal. O Partido Comunista de Xi Jinping estende seus tentáculos por todos os poros da sociedade, envelopando-a num regime bonapartista de partido único, em que o PCCh se confunde com o próprio Estado. Esse aspecto "oriental", de despotismo político autoritário, muita vez é referenciado na herança dinástica milenar da China, que obedecia à concentração máxima de poder na cúpula burocrática central. Mas a China de Xi, que admira o passado imperial, não é mais aquela do início do século XX. Certas instituições, como a Federação Nacional dos Sindicatos da China, trabalham como instituições que saturam o movimento de massas com a organização ativa do consenso burguês. Como dissemos, as burocracias sindicais na China, em suas ramificações provinciais e locais, tem como objetivo preservar a fragmentação e impedir o surgimento da auto-atividade independente dos trabalhadores chineses. Mais recentemente, o próprio Estado articula "organizações não-governamentais" para facilitar a penetração de seus escassos, mas existentes, mecanismos de Estado integral – ainda no conceito de Gramsci – a fim de coibir a articulação da auto-organização continuada dos trabalhadores, que lutam apesar da proibição constitucional das greves e que podem tirar conclusões perigosas dessas escolas de guerra de classe. A combinação oriente-ocidente na estrutura política da China deriva na formação de amplas burocracias estatais e privadas, morfologicamente conectadas com o PCCh e o Estado, que operam como organismos de polícia política, de caráter investigativo, preventivo e repressivo.

Pensar estrategicamente a classe trabalhadora chinesa sem levar em conta o dado objetivo da saturação estatal na sociedade é simplesmente ignorar a articulação do poder estatal para prevenir a desfragmentação do sujeito hegemônico. E por que tratamos da classe trabalhadora dessa maneira? Em seu contraponto a Laclau e Mouffe – que criam uma teoria do "essencialismo de classe" para alegadamente responsabilizar o marxismo por um suposto determinismo social que não corresponderia ao "dado empírico" da divisão heterogênea da identidade operária – Matias Maiello escreve que:

> O caráter necessário do papel articulador da classe trabalhadora, do ponto de vista do socialismo revolucionário, muito sumariamente, está determinado por sua situação nas "posições estratégicas" que fazem funcionar o capitalismo; esta lhe outorga – potencialmente – a capacidade de paralisá-las, e com elas, a força para paralisar toda a sociedade. Não há nenhuma outra força – de outro movimento ou classe – que tenha tal capacidade definidora e decisiva. Isso é fundamental se pensamos em termos de revolução. Por sua vez, ocupar aquelas posições estratégicas a situa em um lugar privilegiado para articular um poder independente capaz de aglutinar o povo explorado e oprimido, a partir das unidades de produção (empresa, fábrica, escola, campo, etc.) e projetado sobre o território, para desenvolver a auto-organização e a autodefesa frente ao Estado capitalista. Por último, o elemento central é que a partir do controle dessas posições chave para a produção e reprodução social pode aspirar a criar uma nova ordem socialista para substituir o capitalismo, que se proponha libertar a sociedade da exploração e da opressão (MAIELLO, 2022, p. 34).

Assim, a existência de um partido e uma liderança revolucionários não é um fato preestabelecido, pois seu surgimento e desenvolvimento devem abrir caminho no decurso da luta de classes e das fricções entre as diferentes tendências atuando dentro da própria classe. Ou seja, na China como no mundo, não surgem como um simples reflexo da classe trabalhadora – em primeiro lugar porque as classes não são homogêneas e necessariamente têm setores diversos – nem como produto de luta espontânea. A grande questão é como fundir o socialismo com o movimento operário, superando os mecanismos da estatização das organizações de massas e construindo uma força material independente do Estado (que no caso chinês obriga à mais plena independência do Partido Comunista). Isto implica romper as barreiras políticas e ideológicas que impõem a percepção da classe trabalhadora como um mero grupo de assalariados atomizados, que lutam contingencialmente e se separam com a mesma superficialidade do "essencialismo" laclausiano. Superar preconceitos tais significa dissipar obstáculos a fim de que se entenda a classe trabalhadora como produtora da sociedade, com o potencial para a luta pelo socialismo revolucionário, para reconfigurar a sociedade sobre novas bases.

A classe operária chinesa, um dos representantes mundiais de classe sob as mais constrangedoras redes de opressão, foi capaz de dar origem em novembro de 2022 aos protestos contra a política autoritária de Xi Jinping da Covid-zero, que se alastraram a nível nacional entre segmentos de classe média e os estudantes depois da greve dos trabalhadores da Foxconn em Zhengzhou. Esse exemplo emblemático ressalta não tanto os limites da ausência de um programa hegemônico, mas a configuração realista da recomposição subjetiva dos trabalhadores chineses.

No panorama chinês, vemos que, se a fotografia dos anos imediatos à restauração capitalista revela a natureza da defensiva operária (greves de curta duração, de pequena escala, sem auto-organização ou coordenação entre distintos setores), a dinâmica dessa evolução pós-crise mundial aponta características que divergem do velho padrão. Mostra um traço marcado de experiências de *enfrentamento com o bloqueio estatal* sobre a possibilidade de lutas em ampla escala, de maior duração, e coordenadas entre os trabalhadores de diferentes fábricas de um mesmo setor (ou de setores distintos). Essa experiência convive com a permanência das dificuldades em mobilizar contingentes operários de diferentes fábricas e regiões, cujos obstáculos objetivos são determinados pela política de segurança estatal e pela diversidade econômica regional. Em sua maior parte derrotada pela repressão estatal na era Hu Jintao, a busca por um ativismo independente do Estado passou a ser mais constante na era Xi Jinping, marcada pela desaceleração econômica estrutural da China e por significativos conflitos geopolíticos com os Estados Unidos. A onda de greves no setor automotriz de 2010, a longa greve dos trabalhadores do calçado em Dongguang em 2014, o severo conflito na fábrica da Jasic em 2018 – explosões de ativismo operário que estão inscritos em períodos de pico de conflituosidade operária, como o de 2015 e 2016 – todos estes estágios de desenvolvimento operário são reveladores do novo que, ainda não tendo nascido, já se faz notar. Greves que apresentam traços de desafio dos mecanismos do Estado integral chinês, como a burocracia sindical, são realizadas apenas sob a consciência de estarem sob as teias de uma poderosa repressão por parte do Partido Comunista, o que as torna mais instrutivas das tendências do mundo do trabalho na China. Atendem a uma recuperação, molecular mas segura, da confiança dos trabalhadores em sua própria força, e de um processo gradual de decomposição do mito negativo criado pelo Partido Comunista Chinês contra a identidade de classe operária, cuja exibição nos conflitos de classe é coibido pelo Estado.

> É verdade que os trabalhadores não gozam do mesmo status que na era socialista, e estamos continuamente sendo marginalizados. Mas nós conseguimos muita coisa, como aumentar os salários e pressionar o governo a fazer leis para proteger os direitos dos trabalhadores. Mesmo que recentemente tenham sido usados diferentes tipos de táticas individuais, eu acredito que os trabalhadores despertarão para uma ação coletiva em um futuro próximo. Haverá um ponto de inflexão quando todos nós vejamos que o imperador está claramente nu. Um dia, os trabalhadores mostrarão seu poder novamente (LIN, 2020, p. 123).

Estamos diante, ademais, de uma nova geração de trabalhadores. Essa geração não viveu diretamente os efeitos das grandes transformações promovidas pela restauração capitalista, e somente pela história narrada ou escrita fazem uma ideia do que foi o antigo sistema do *danwei*. Trata-se de uma juventude trabalhadora que herdou a estrutura do trabalho

precário, com baixos salários e exaustivas jornadas, não apenas no âmbito fabril (ocupado pelos jovens trabalhadores oriundos do campo) mas também em empregos ligados à alta tecnologia, ao comércio digital e ao desenvolvimento das empresas de serviços, que absorvem os segmentos da pequena burguesia menos abastada e mais próxima, por suas condições de vida e pensamento, da classe trabalhadora urbana. Associado a uma sensação de injustiça e crescente desigualdade social, está o rancor de segmentos da juventude sobre as exigências irracionais do capitalismo. Os funcionários de empresas de tecnologia reclamam do que chamam de cultura "996": a expectativa de que devem estar trabalhando das 9h às 21h, seis dias por semana. Os trabalhadores migrantes das áreas rurais passam ainda pior, tendo nervos, músculos e tendões roídos em trabalhos de fábrica, ou correndo como podem como entregadores de alimentos. Uma nova geração que possui maior nível cultural, meios de comunicação de massas e o acesso à internet (que mesmo com a censura imposta se torna um canal de discussão e generalização de frustrações e indignação), e uma ligação com as informações internacionais, inseparável do papel da China enquanto potência que passa a ser um ator importante nos assuntos mundiais. Esses mecanismos influenciam a elaboração coletiva sobre as circunstâncias enervantes na nova geração de jovens trabalhadores urbanos e rurais. Essa elaboração coletiva é uma válvula que abre a possibilidade de reflexão crítica sobre a política, a economia e a luta de classes, indispensável para a formação dos trabalhadores como classe consciente.

Como conceito, é importante notar que a antiga classe trabalhadora do *danwei* não está destinada a ser a última com consciência e organização na história da China. A derrota da Revolução de 1925-27 não impediu que o proletariado chinês se reerguesse, fruto da derrota imperialista na Segunda Guerra, e vencesse o Kuomintang na Revolução de 1949. Da mesma maneira, *a derrota do proletariado chinês no ciclo de greves que culminou em Tiananmen não confere ao Partido Comunista nenhuma espécie de invulnerabilidade diante de uma nova recuperação subjetiva dos trabalhadores*. Essa recuperação da consciência de classes à escala de massas não virá por um "reconhecimento cognitivo" individual (LIN, 2020), ou por experimentos de confiança na retórica legalista (LEE, 2007), e sim pela própria experiência de organização e combate dos trabalhadores na luta de classes.

A experiência nos desafios da luta de classes é incontornável para a recuperação da independência subjetiva, e tal recomposição de consciência de classe exerce efeito sobre a própria experiência de luta. Lênin, em 1895, tratava do tema acerca do papel das greves. Quando os operários enfrentam sozinhos os patrões, argumenta, não podem abandonar sua condição de escravos assalariados; mas, quando levantam juntos suas reivindicações e se

negam a submeter-se, deixam então de ser escravos, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer a um punhado de parasitas. Essa é a primeira base para a autopercepção como classe. Para Lênin, a greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. Então os operários veem com clareza que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmos e em sua união. As greves, como as que ocorrem à exaustão na China, não podem resolver em si mesmas os problemas da organização política independente, uma questão estratégica da qual depende a existência de um programa hegemônico sobre os aliados nas camadas mais pobres e oprimidas da população. Por isso é fundamental para Lênin o papel do partido. Mas, em base a essa necessária construção simultânea de uma política independente, e em benefício dela, as greves ajudam a enxergar que somente unificados os trabalhadores podem derrotar os capitalistas, e pensar a luta de todos a sua classe contra a sua classe inimiga. O conceito de "escolas de guerra" é a conclusão de Lênin sobre a importância transcendental das greves, que educam os trabalhadores a levarem adiante a guerra de classe contra o conjunto dos capitalistas e seu governo. Não sendo a "própria guerra", estas escolas de guerra são uma ponte indispensável para a medição das próprias forças e a constituição de uma força material que tenha como perspectiva consciente a superação da sociedade capitalista.

Um símbolo da impressão causada pelas greves sobre a consciência de classe foi a greve da Jasic Technologies. A greve da Jasic, fábrica de equipamentos de soldagem no centro industrial de Shenzhen, realizada em 2018, ficou conhecida em todo o país pelo desafio que opôs à censura em dois âmbitos: tanto na medida em que representou a aliança dos trabalhadores com estudantes universitários de esquerda que apoiavam a causa, quanto por questionar a burocracia da Federação Nacional dos Sindicatos da China, ligada ao PCCh, e buscar constituir um sindicato independente. Os trabalhadores da Jasic sofreram censura e repressão durante seus esforços para auto-organizar sua luta na unidade de produção mediante a constituição de sindicato independente, iniciativa sempre percebida pelas autoridades como uma ameaça ao organismo estatal. Os trabalhadores da Jasic sentiram tal necessidade para lutar por melhores condições de trabalho, o término das multas arbitrárias e descontos salariais, a redução da jornada laboral e do período de horas extras exigido pela empresa. Sua campanha contou com o apoio de estudantes universitários e ativistas trabalhistas de todo o país, atraindo apoiadores a Shenzhen. Depois que os trabalhadores coletaram assinaturas para

formar um sindicato, em julho de 2018 a federação sindical distrital e a empresa denunciaram seu esforço como ilegal – a empresa tratou de formar rapidamente um sindicato domesticado pela Federação Nacional Sindical para evitar que surgisse uma organização sindical independente. A administração da Jasic, com a conivência do governo chinês, procedeu à demissão dos trabalhadores grevistas, enquanto a administração municipal de Shenzhen puniu os estudantes com detenções e penas de prisão. Jake Lin aponta em seu estudo de campo que os trabalhadores ativistas de Shenzhen são cada vez mais simpáticos à consigna central da criação de sindicatos independentes:

> "A reforma da ACFTU [Federação Nacional dos Sindicatos da China] é uma farsa. O governo está despejando mais recursos na ACFTU – mais filiais, mais cobertura de filiação entre os trabalhadores e contratação dos chamados gerentes sindicais 'independentes'. Mas, no final, eles simplesmente não querem dar direitos democráticos aos trabalhadores ou deixar os trabalhadores terem seus próprios sindicatos eleitos. Fundamentalmente, eles ainda estão com os empregadores e os governos locais. É mais urgente do que nunca educar os trabalhadores que precisamos de democracia no local de trabalho e sindicatos independentes que representem genuinamente as vozes dos trabalhadores" – ativista de Shenzhen (LIN, 2020, p. 125).

Ngai Pun (2022) assinala que o movimento grevístico da Jasic revigorou a concepção de um novo ativismo operário de esquerda, simpático ao marxismo, alimentado pela aliança de estudantes e operários, ao ponto de questionar o suposto "marxismo oficial" do PCCh e expor como esse partido não representa mais os interesses da classe trabalhadora (PUN, 2022).

As escolas de guerra na luta de classes entre 2010 e 2020 foram pródigas em exemplos daquilo que Lênin concebia como os trabalhadores passam a pensar não apenas em seu patrão, mas na classe capitalista como um todo. Em maio de 2010, os trabalhadores das quatro maiores fábricas montadoras da Honda, localizadas na província de Guangdong, paralisaram a produção na esteira da crise mundial, por maiores salários e condições de trabalho, mas também pela votação de representantes sindicais independentes. A força da greve transbordou a censura da Federação Sindical, pois envolveu todas as montadoras do monopólio automobilístico japonês, enviando uma onda de choque que envolveu milhares de trabalhadores de outras fábricas na mesma cadeia grevística, algo raro na China. Foi um ponto de inflexão para o movimento operário do país – mostrando pela primeira vez que uma jovem força de trabalho migrante poderia não apenas se levantar e lutar com sucesso por seus direitos, mas também exercitar aspectos de auto-organização antiburocrática[307]. A greve

307 "O nível de auto-organização e liderança que ficou evidente na greve da Honda em Nanhai, e na conseguinte onda de greves influenciada por ela em outras fábricas, foi um desenvolvimento novo e alarmante para direção do Partido Comunista Chinês no que diz respeito ao setor privado" (ESTLUND, 2017, p. 123).

duraria 19 dias e cresceria para incluir quase todos os trabalhadores da fábrica, paralisando seu cronograma de produção e forçando a administração e os funcionários do governo a cederem às exigências dos grevistas, em rara vitória decisiva para os trabalhadores. A partir disso, uma série de greves operárias emergiu em 2010, como a greve da Merry Electronics em Shenzhen, a greve de 2000 operários na Yacheng Electronics, em Huizhou, a greve dos trabalhadores da KOK em Kunshan, e as greves nas automotrizes da Hyundai e da Toyota, em Pequim e em Tianjin, respectivamente. Esse caminho foi seguido pelos 50.000 trabalhadores que paralisaram a produção da maior fábrica de calçados do mundo, a Yue Yuen, na cidade de Dongguan, em 2014, em que as reivindicações econômicas se combinaram com exigências de organização sindical independente.

> A capacidade de mobilização da geração anterior de trabalhadores migrantes era altamente limitada, pois estava confinada a uma empresa em particular e não podia se espalhar de um local de trabalho para outro, de uma indústria para outra, ou de uma localidade para outra. No entanto, as limitações deste ativismo celular parecem ter sido quebradas em 2010, quando uma onda de greves se espalhou pelas fábricas, pelas indústrias e até mesmo entre regiões. […] A resistência coletiva explícita dos trabalhadores não parou na China após a onda de greve de 2010. Pelo contrário, outra onda de greves operárias aconteceu em 2011. Somente em outubro de 2011, pelo menos 10 greves foram relatadas em Shenzhen, incluindo uma greve na fábrica Citizen Watch, uma greve dos motoristas de ônibus, uma greve dos professores e três greves de motoristas de táxi (SO, 2013, p. 117).

Outro aspecto das conquistas subjetivas na década do auge operário diz respeito à unificação dos trabalhadores, e as greves simultâneas, que ganham ênfase com a moderna economia de plataformas digitais no capitalismo chinês. Em 2018, uma greve nacional dos motoristas de caminhão que trabalham por aplicativos sacudiu o país. Esses trabalhadores, estratégicos para a circulação capitalista e formados esmagadoramente por trabalhadores migrantes rurais, protagonizaram greves selvagens em toda a China para exigir melhor remuneração, contra a prática monopolística dos aplicativos, em que a empresa Manbang (plataforma digital que opera de maneira semelhante à Didi ou à Uber, no ramo das entregas) exerce domínio quase absoluto e regulamenta a renda real dos motoristas. A disseminação dos focos de greve foi um sintoma importante, porque raro na China: protestos foram realizados nas províncias orientais de Shandong, Anhui, Jiangxi e Zhejiang, e no sudoeste, em Sichuan, Guizhou e Chongqing, bem como nas províncias centrais de Hubei e Henan, e em Xangai. Os motoristas de caminhão da China são parte de um enorme contingente operário do país, sem direitos trabalhistas, em que os trabalhadores assumem o ônus de pagar por seus próprios veículos, pelo combustível e outros custos, enquanto as plataformas digitais capitalistas os obrigam a operar sem pausa por taxas únicas, sem segurança de emprego. O fenômeno da

pandemia do coronavírus, na China como no Ocidente, aumentou a consciência dos trabalhadores mais precários e sem direitos legais sobre a importância de suas atividades na produção e na circulação. Essa consciência mais elevada sobre seu lugar no tecido econômico, imprimindo uma dinâmica própria às experiências de auto-organização. Ainda no setor das plataformas digitais, greves recorrentes dos entregadores (de empresas como Ele.me e Meituan, que juntas registram mais de 8 milhões de trabalhadores de entrega) ocorrem em múltiplas cidades da China, organizadas pelos próprios trabalhadores de entrega por meio de seus aplicativos de relacionamento social[308].

Estamos tratando de um retorno da classe operária chinesa, em seu próprio ritmo, mas de maneira segura. Isso se dá em termos objetivos, mas também subjetivos. Um retorno que em sua heterogeneidade objetiva e subjetiva vai dando os contornos de uma nova fase da luta de classes asiática e mundial. Não obstante a lacuna que ainda separa as demandas econômicas da luta política, o ativismo crescente no movimento operário é um ponto de preocupação para o governo de Xi Jinping. As administrações locais são largamente culpadas aos olhos dos trabalhadores pelas suas mazelas e por aquilo que se critica como a conspiração entre poder e riqueza, governos locais e empresários. Alvin So nota que frequentemente os trabalhadores chineses apelam ao governo central para resolver problemas ligados a atrasos salariais, injustiças laborais, corrupção ou má administração oriundos dos governos provinciais e das empresas locais, sendo a busca por ajuda do estado central um recurso que bloqueia o desafio de sua legitimidade (SO, 2013). Esse biombo de proteção é utilizado tradicionalmente por Pequim a fim de blindar o governo central: a demissão de alguns funcionários locais ou de nível médio tem como objetivo limitar a possibilidade de surgimento de uma classe trabalhadora altamente consciente que deseje transformar o sistema econômico existente. Entretanto, os acontecimentos na Foxconn de Zhengzhou e os protestos nacionais contra a Covid-zero colocaram incertezas na sustentabilidade desse modelo de contenção do descontentamento.

Em última instância, um modelo que funcionou durante a etapa da derrota, que deu origem ao neoliberalismo sobre as ruínas do ciclo revolucionário terminado na década de 1980, que abriu o período das reformas pró-capitalistas na China, está impregnado de fissuras na etapa da crise mundial. Uma China mais assertiva no mundo introduz em seu seio as contradições sociais e econômicas mundiais. O rápido crescimento econômico durante as últimas três décadas, que auxiliou os mecanismos de contenção da luta de classes, já não está

308 Takeout couriers in China quietly strike “under the radar”. James Dean, 20/072021. Cornell Chronicle, disponível em: https://news.cornell.edu/stories/2021/07/takeout-couriers-china-quietly-strike-under-radar.

presente, sendo substituído pela desaceleração estrutural da economia. Existe uma nova geração de trabalhadores migrantes, que cresceu em ambiente urbano tendo pouca relação com o campo. Há uma transformação em curso na identidade social dessa força de trabalho: essa espécie de "segunda geração" de trabalhadores migrantes se identifica igualmente como "camponeses" (32,3%) e "trabalhadores" (32,3%), enquanto que a primeira geração se identifica mais como "camponeses" (54,8%) do que como "trabalhadores" (22%), segundo pesquisa da Federação Nacional dos Sindicatos da China (SO, 2013). Com maior nível cultural e ciente dos seus direitos, essa nova geração é mais sensível a melhores condições de vida e trabalho que a geração das décadas de 1980 e 1990. Ademais, a concentração unívoca de poderes na figura de Xi Jinping diminui a distância entre a instância central e os funcionários de médio e baixo escalão. As fronteiras provinciais não são um bálsamo invulnerável à luta de classes.

Essas características de etapa dão novo valor ao potencial das greves e da auto-organização como componentes de maturação política da consciência de classe, que pode ter o governo central como alvo. Lênin atribui às greves a capacidade de elevar a consciência dos trabalhadores, incluindo a percepção de que o governo é o seu inimigo e que é necessário lutar contra ele.

> Efetivamente, as greves ensinam gradualmente à classe operária, em todos os países, a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo. Das greves isoladas os operários podem e devem passar, e passam realmente em todos os países, à luta de toda a classe operária pela emancipação de todos os trabalhadores (LÊNIN, 2010, p. 142).

Esse é um passo fundamental para a independência política, que necessita se cristalizar em partido operário socialista, em choque com a burocracia do Partido Comunista dos capitalistas chineses. Aqui, os extremos também se tocam: aquilo que não era nada, luta para se tornar tudo, quando se apodera da necessidade da organização.

7.3 Hegemonia e "questão meridional" nas duas Chinas

Colocada a problemática do retorno da classe trabalhadora com as características da formação sócio-histórica chinesa no século XXI, e a recomposição subjetiva pela qual atravessa, cumpre abordar os desafios estruturais que se derivam da formação estatal chinesa.

As analogias históricas com formações econômico-sociais tão singulares como a China são difíceis. Um país que percorreu o ciclo histórico, de consequente envergadura, que o levou de um território colonial fragmentado pelas potências europeias e o Japão; passando

por uma revolução socialista à saída da devastadora ocupação japonesa e da Segunda Guerra Mundial; atravessando um período de restauração capitalista e reversão dos avanços na estrutura nacionalizada da propriedade e destruição de forças produtivas humanas; para se converter num país capitalista que, absorvendo as conquistas da revolução, passa por um longo período de rápida ascensão econômica, culminando na segunda potência mundial.

Os limites necessários na associação de características entre diferentes formações históricas são, entretanto, características de toda analogia, e não obstáculo à identificação de certos traços comuns que auxiliam o estudo de perspectivas, a previsão histórica e a ação. A partir da década de 1980, a poderosa desigualdade interna no desenvolvimento das diferentes regiões da China, e a variedade no nível da evolução técnica das forças produtivas entre as províncias, gerou uma espécie de "duas Chinas", que comumente se distingue entre Leste e Oeste. Em outras palavras, nos deparamos com a dualidade integrada de um oriente urbanizado e industrialmente avançado pela relação íntima com o capital estrangeiro, e um ocidente rural com baixo desenvolvimento das forças produtivas e isolamento econômico diante do cenário internacional. A recentemente iniciada migração tecnológica para as províncias do interior como forma de expansão dos nichos de produção e desenvolvimento de inteligência artificial, robótica e a internet das coisas, por importante que seja, não chega a alterar o enquadramento geral dessa divisão econômico-social. A desigualdade nesse desenvolvimento oriental-ocidental foi a forma particular com que o capitalismo restaurado se apoderou das características econômico-geográficas da China para interligar a evolução de cada parte componente do país à sua totalidade territorial.

A aceleração do crescimento do capitalismo chinês e sua incorporação na ordem global agravou o *estatuto da fratura social chinesa*, com a transição do excedente produtivo rural às zonas urbanas, e a transformação de uma ampla camada de trabalhadores rurais e camponeses em força de trabalho industrial nas grandes cidades. Tanto mais gravosa a situação quanto mais sobressalente se tornava o substrato das relações de classe sobre as quais se erguia: uma frágil burguesia dependente das diretrizes do Partido Comunista Chinês que encabeçara a restauração, de um lado, e um proletariado urbano socialmente poderoso, que absorvia fluxos intensos de camponeses para o trabalho nas grandes fábricas orientadas à exportação, mantendo um largo contingente de trabalhadores rurais como reservatório, de outro.

Na Itália que transitava do século XIX ao XX, Antonio Gramsci examinou a problemática da divisão econômico-social latente entre o Norte e o Sul do país, naquilo que denominou *a questão meridional*. Segundo Gramsci, a fragilidade intrínseca da burguesia

industrial italiana a obrigava, a partir da década de 1900-1910, a estabelecer determinados acordos de dominação com a classe latifundiária para assegurar-se um controle nacional. Esse sistema de compromissos entre os industriais e os proprietários rurais se fundava sobre as bases precárias da unificação nacional oriunda do *Risorgimento*, numa solidariedade entre as frações das classes dominantes que fatiava a nação entre "duas Itálias". Do ponto de vista da função social das classes em disputa, nenhuma fração da classe dominante tinha um programa de natureza *coordenadora* ou virtude *unificadora*, o que ameaçava desagregar o precário arranjo nacional das duas Itálias, dividida entre o moderno Norte industrial e o Sul agrário atrasado. Em julho de 1926, Gramsci escrevia nas *Teses de Lyon*,

> As relações entre indústria e agricultura, que são essenciais para a vida econômica de um país e para a determinação de suas superestruturas políticas, têm na Itália uma base territorial. No Norte, a produção e a população agrícolas estão concentradas em alguns grandes centros. Em função disso, todas as contradições inerentes à estrutura social do país contêm em si um elemento que se refere à unidade do Estado e que a põe em perigo. Os grupos dirigentes burgueses e rurais buscam solucionar este problema através de um compromisso. Nenhum desses grupos possui naturalmente um caráter unitário e uma função unitária. Por outro lado, o compromisso por meio do qual a unidade se conserva é de tal natureza que torna a situação mais grave. Tal compromisso atribui às populações trabalhadoras do Sul uma posição análoga àquela das populações coloniais. A grande indústria do Norte assume diante delas a função da metrópole capitalista; ao contrário, os latifundiários e a própria burguesia média do Sul colocam-se na situação daqueles segmentos que, nas colônias, aliam-se às metrópoles para manter subjugada a massa do povo trabalhador. A exploração econômica e a opressão política, portanto, se unem para fazer da população trabalhadora do Sul uma força continuamente mobilizada contra o Estado (GRAMSCI, 2004, p. 324-5).

A partilha nacional, portanto, legava um destino desigual para o desnivelado desenvolvimento meridional italiano. Os resultados dessa política de compromisso levavam à paralisia da evolução econômica da região mais atrasada do país, o Sul, cuja miséria crescente, moldada pelo controle repressivo do Estado, impulsionava uma corrente migratória de força de trabalho para as cidades industriais. Assim, o contínuo afluxo de força de trabalho do campo para as cidades do Norte estava assegurado pelo predomínio do capital financeiro sobre a propriedade rural, que se beneficiava do empobrecimento demográfico das províncias sulistas. Isso em primeiro lugar. Segue-se a isso o apontamento sobre o caráter subordinado das relações do Norte sobre o Sul, interação cuja função seria análoga ao de uma metrópole que espolia sua colônia. O estatuto colonial do Sul se expressava na exploração econômica das cidades do Norte sobre o campesinato sulista, mas também no *deslocamento de um*

contingente contínuo de trabalhadores rurais para a indústria, de um lado, e na *mobilização do antagonismo das massas trabalhadoras do Sul contra o Estado*, de outro.

> A instauração da ditadura industrial-agrária põe em seus termos reais o problema da revolução, determinando-lhe os fatores históricos. Surge no Norte um proletariado industrial e agrícola, enquanto no Sul a população rural – submetida a um sistema de exploração colonial – continua mantida em estado de sujeição, mediante uma repressão política cada vez mais forte. Neste período, os termos da questão meridional são colocados de modo claro (GRAMSCI, 2004, p. 328).

As corporações burocráticas, quer de origem republicana burguesa quer oriunda da aristocracia reformista do movimento operário (ligadas ao Partido Socialista Italiano) tinham como objetivo, nas cidades industriais, fragmentar, dividir e enfraquecer o elo entre os segmentos superpostos da classe trabalhadora (da mesma maneira que no Sul os mecanismos repressivos eram utilizados para sufocar as insurreições camponesas). Nas *Teses de Lyon*, a divisão e repressão das distintas camadas do movimento operário era oposto por Gramsci pela ideia da hegemonia operária sobre seus aliados oprimidos, único protagonista social com um programa de virtude coordenadora e unificadora.

> O proletariado tem na Itália uma importância superior à que tem em outros países capitalistas, até mesmo de capitalismo mais avançado, importância comparável somente àquela que tinha na Rússia antes da revolução. […] Diante desta heterogeneidade, o proletariado se apresenta como o único elemento que, por sua própria natureza, tem uma função unificadora e coordenadora de toda a sociedade. Seu programa de classe é o único programa 'unitário', ou seja, o único cuja realização não leva ao aprofundamento das contradições entre os diversos elementos da economia e da sociedade, e não leva ao rompimento da unidade do Estado. De resto, ao lado do proletariado industrial, existe uma grande massa de proletários agrícolas, concentrada sobretudo no Vale do Pó, facilmente influenciável pelos operários industriais e, portanto, também facilmente mobilizável na luta contra o capitalismo e o Estado (GRAMSCI, 2004, p. 325).

Em suas *Notas sobre o problema meridional*, recordando a posição adotada pelo periódico *L'Ordine Nuovo*, Gramsci inclui o componente programático dos trabalhadores italianos como fator de dissolução da fratura nacional, como solução integradora às premissas divisivas da dualidade econômica estatal, e de superação do estatuto de exploração colonial padecido pelos camponeses do Sul.

> A burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônias de exploração. O proletariado setentrional, emancipando-se a si mesmo da exploração capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais, subjugada aos bancos e ao industrialismo parasitário do Norte (GRAMSCI, 2004, p. 406).

Preocupado com a incorporação dos interesses progressistas dos camponeses pobres no interior do programa revolucionário transicional dos trabalhadores, e com a importância do

surgimento de uma tendência da intelectualidade que se orientasse para a classe trabalhadora – considerando que a intelectualidade, oriunda dos pequenos e médios proprietários rurais, era o elo de ligação entre o camponês meridional e o grande proprietário agrícola – a fim de quebrar o "bloco agrário" no Sul e construir a ligação desse camponês ao trabalhador urbano, Gramsci sintetiza a noção hegemônica que daria corpo a um Estado de novo tipo baseado na superação revolucionária do Estado burguês:

> Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da hegemonia do proletariado, ou seja, da base social da ditadura do proletariado e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consiga criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora. Na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, isso significa: na medida em que consiga obter o consenso das amplas massas camponesas […] O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu Partido, organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais notáveis de camponeses pobres (GRAMSCI, 2004, p. 435).

A questão meridional italiana, com todas as suas implicações territoriais e econômicas, estava propensa a declinar da grave situação das "duas Itálias" pelos trabalhos de unificação hegemônica dos trabalhadores com os camponeses.

Escusado dizer que estamos tratando de países afastados entre si não apenas por etapas históricas distintas, mas por fases de transformação social completamente diferentes. A Itália de Gramsci, que fora atirada na voragem das disputas do imperialismo europeu durante a Primeira Guerra Mundial tendo uma burguesia industrial que apenas iniciava seu domínio sobre a fração proprietária rural, nunca atravessara um período de organização socialista da economia. A revolução italiana de 1920 havia sido derrotada pela atuação conservadora do Partido Socialista, derrota que pavimentou o caminho para a marcha triunfante dos fascistas sobre Roma. Por outro lado, a burguesia chinesa começou a emergir no auge do neoliberalismo a nível global, submetida economicamente ao capital estrangeiro e subordinada politicamente por uma burocracia estatal poderosa que se havia originado na Revolução de 1949, algo que a burguesia italiana nunca viveu. Não obstante, no interior das diferenças, é interessante examinar na China a clivagem longitudinal, oriente-ocidental, a partir da fratura entre o Norte e o Sul da Itália. No problema do atraso rural na porção ocidental do território chinês, encontramos um eco da questão meridional da qual tratava Gramsci. A escala se torna muito maior, e a complexidade do tipo de Estado encarnado pela China dá contornos distintos ao problema; mas na China as relações entre indústria e agricultura também possuem através das décadas uma base territorial.

Podemos dizer que, ainda desprovida daquele sistema de compromissos entre distintas frações da classe dominante italiana que dava à armação da unidade nacional um rejunte precário e perigoso, a República Popular tem seu problema nacional na disparidade própria das "duas Chinas". De 1990 a 2020, uma das mais resistentes contradições diante do crescimento da economia chinesa ao posto de segunda potência mundial foi a disparidade nos níveis de riqueza entre as cidades industriais orientais e o interior agrário ocidental. Segundo o *National Bureau of Statistics*, a crescente taxa de urbanização na China entre 1978 e 2020 preservou a disparidade de renda média entre a cidade e o campo. A taxa de urbanização passou de 17.8% em 1978 para 60.6% em 2019, enquanto a relação de renda per capita, em benefício dos residentes urbanos, aumentou de 2.5 vezes em 1978 para 3.3 vezes em 2009, para baixar para 2.64 vezes em 2019. Em outras palavras, a renda per capita disponível para um morador urbano é ainda quase três vezes superior à de um residente rural depois de 40 anos. A relação de consumo per capita em benefício dos residentes urbanos diante dos rurais aumentou, de 1978 para 2019, é quase a mesma: de 2.54 vezes para 2.1 vezes. Com uma renda per capita quase três vezes menor e uma taxa de consumo duas vezes menor, um trabalhador rural que permanece no campo se encontra nas antípodas do avanço alcançado nas áreas urbanas. A disparidade urbano-rural é menor comparativamente em províncias mais industrializadas, sem que isso altere o quadro geral. Esse quadro se agrava, de um lado, observando os enclaves rurais que cercam as cidades em muitas províncias, e de outro lado pelas diferenças gerais que se estabelecem entre as próprias províncias em si, com um grau heterogêneo de urbanização. Scott Rozelle e Natalie Hell (2020) discutem a disparidade da pobreza das regiões rurais das zonas ocidentais da China em comparação com as grandes metrópoles orientais:

> As prósperas cidades da costa oriental da China estão cheias de membros da classe rica e da nova classe média, enquanto as vastas massas de chineses pobres ainda estão, na sua maioria, restritas a aldeias remotas no interior ocidental e ao sul do país [...]. O cidadão médio da cidade de Xangai recebe uma renda média doze vezes maior que alguém que vive na zona rural de Gansu. Nos Estados Unidos, pelo contrário, a diferença média de renda entre Manhattan e Virgínia Ocidental é menos de quatro vezes […] A força de trabalho urbana (todos de vinte e cinco a sessenta e quatro anos de idade) é muito mais instruída do que a força de trabalho rural. Na época do censo de 2010, 44% da força de trabalho nas cidades da China tinha pelo menos uma educação de segundo grau, quatro vezes a taxa entre os indivíduos em idade de trabalhar em áreas rurais (apenas 11%). Em 2020, 93% dos jovens urbanos atendem ao ensino médio (uma taxa mais alta até mesmo do que a dos Estados Unidos e da Alemanha em geral), enquanto muitas crianças rurais mal chegam ao final do ensino fundamental (ROZELLE; HELL, 2020, p. 8).

A política de Xi Jinping é diminuir em determinada medida a taxa de disparidade a fim de que o campo volte a atrair um excedente da força de trabalho migrante incapaz de ser absorvida pela indústria e os serviços urbanos, o que poderia causar choques sociais pela taxa de desemprego crescente entre a juventude nas cidades (que alcançou 18.4% no segundo semestre de 2022). Com o início da transferência de empresas tecnológicas para o interior, a melhoria das condições de transporte ferroviário e um aumento relativo dos salários nominais no campo, jovens trabalhadores que negam as longas horas dos precários trabalhos fabris adotam como alternativa o retorno aos vilarejos, ainda que o movimento chamado *fanxiang qingnian*, ou "jovens que retornam", diga respeito ao trabalho em atividade agrícola em si. Os elogios do PCCh à vida rural, a fim de criar uma válvula de escape de estabilização nas cidades contra milhões de jovens trabalhadores migrantes insatisfeitos, a divisão entre o campo e a cidade permanece. Como escrevem Gao Feng e Lin Yang, subsiste ainda na China o ditado popular da década de 1990, segundo o qual as cidades chinesas são como as europeias, enquanto o campo chinês se assemelha aos lugares mais pobres da África[309]. A fratura nacional, portanto, subsiste dialeticamente no interior do Estado unificado.

Por outro lado, a fratura na classe trabalhadora, entre operários urbanos e operários migrantes que trabalham nas cidades (sendo de origem rural), e desses com os camponeses chineses, é um exemplo profundamente social das "duas Chinas". Sendo ainda a porção mais moderna, urbanizada e industrializada do país, a região da costa oriental da República Popular segue atraindo a migração econômica de contingentes de força de trabalho originalmente presentes no trabalho rural do interior. A cisão entre as condições de vida dos residentes urbanos e rurais, fruto das "duas Chinas", produz e reproduz um mecanismo de renovação do exército industrial de reserva, que na teoria clássica de Marx é indissociável do exército produtivo ativo, com o intuito de operar a diminuição global das condições de subsistência salarial da massa trabalhadora (MAJEROWICZ, 2022). A promoção da falência no campo pela via da expropriação da produção e a mercantilização da força de trabalho rural, provocando como resultado o êxodo contínuo para as cidades, está na base do mecanismo da reprodução desse exército industrial de reserva de origem agrário que reduz as condições de vida e de salário nas cidades, ao mesmo tempo em que pela preservação dos direitos de uso na terra pode retornar ao campo caso não possa ser reabsorvido na indústria, evitando instabilidades sociais[310]. Desse ponto de vista, a acumulação capitalista alimenta a reprodução

309 China Aims to Close Urban-Rural Income Gap After Declaring Poverty Vanquished. Gao Feng e Lin Yang, 18/03/2021. Disponível em: https://www.voanews.com/a/east-asia-pacific_voa-news-china_china-aims-close-urban-rural-income-gap-after-declaring-poverty/6203483.html.

310 "Entre 1985 e 2004, o partido-Estado promoveu a descampesinação fundamentalmente pela extração extraeconômica do crescente produto excedente campesino (por exemplo, por meio de impostos, taxas,

cíclica das "duas Chinas". Por outro lado, a repetição desse mecanismo no tempo vai gerando condições novas e inesperadas nas zonas urbanas. A superexploração na indústria urbana da força de trabalho rural, cujo afluxo é assegurado pela abundância da população pobre nas vastas zonas agrárias, deu origem a uma força de trabalho migrante *com condições de vida muito próximas às daquele contingente operário oriundo das mesmas cidades*, apesar da reprodução artificial nas cidades daquela velha divisão entre os residentes urbanos e rurais. Os riscos dessa combinação são meticulosamente calculados pelo Partido Comunista, o capital nativo e estrangeiro, que compartilham do desejo de estabilidade social. A existência de uma poderosa burocracia político-sindical ligada ao PCCh, a rede de controle e repressão que envolve organismos policiais dedicados ao sufocamento sistemático das greves que saiam do rito permitido pela Federação Nacional dos Sindicatos da China, a legislação trabalhista que facilita as posições do capital contra o trabalho, todos esses instrumentos fazem parte dos mecanismos específicos do Estado Integral chinês para a sujeição do descontentamento operário dentro dos limites previstos. Outro mecanismo é o sistema de registro domiciliar, ou *hukou*, que garantiu por décadas os baixos salários dos trabalhadores urbanos ao institucionalizar a vulnerabilidade e desproteção dos trabalhadores migrantes que rumam para as cidades. Cerca de 60% da população chinesa é urbana, mas apenas 44% tem um *hukou* urbano. O dispositivo herdado da era maoísta foi incorporado ao capitalismo chinês para que os trabalhadores migrantes nunca pudessem se integrar plenamente nas cidades, colocando-os numa posição de negociação difícil quando se tratava de exigir aumentos salariais e melhores condições de trabalho[311]. Como dissemos anteriormente, esse instrumento é fundamental para acentuar artificialmente a divisão nas fileiras da classe trabalhadora, cujo enfraquecimento e fragmentação é fundamental para a estabilidade do regime do PCCh como compensação ao fato de que o deslocamento permanente de força de trabalho do campo para as cidades

tesouras de preços), resultando a estagnação da baixa renda real agrícola dos domicílios rurais e desencadeando o processo de proletarização de uma significativa e crescente parcela dos membros dos domicílios rurais. Ao determinar o nível dos rendimentos reais dos domicílios rurais derivados da agricultura, o partido-Estado foi capaz de propulsionar a proletarização, controlar seu ritmo e estabelecer o nível de base para a escala de salários no país" (MAJEROWICZ, 2022, p. 164)

311 "Durante o período maoísta, o hukou efetivamente impediu a migração de áreas rurais para urbanas e a mudança das atividades agrícolas para não agrícolas sem a permissão oficial do partido-Estado, particularmente ao estabelecer aqueles que teriam direito a subsídios estatais para grãos alimentares e aqueles que teriam de se autoprover, além de negar o acesso ao trabalho, à moradia, à saúde e à educação, para quem estivesse fora de seu local de registro. Em um contexto de privatização da economia, a instituição do hukou foi ressignificada. Sua manutenção possibilitou a emergência do 'regime de trabalho-dormitório': as empresas privadas, ansiosas para baixar seus custos com o emprego de trabalhadores legalmente desprotegidos e sem direitos à seguridade social, possibilitaram o trabalho e a moradia no local de trabalho para aqueles fora de sua localidade de registro, empregando massivamente trabalhadores migrantes rurais; até o partido-Estado começou a empregá-los em larga escala, particularmente no setor da construção. Os trabalhadores migrantes rurais tornaram-se a espinha dorsal do exército industrial ativo chinês" (MAJEROWICZ, 2022, p. 165).

incrementa a força objetiva do proletariado urbano. Todos esses artifícios, ainda que poderosos, são insuficientes para fazer desaparecer os arroubos de conflitividade periódica que dão ensejo a exercícios esparsos de "escolas de guerra" do proletariado chinês, gestas que sempre guardam em si a possibilidade de aliar os distintos segmentos da classe que são permanentemente divididos.

Essas características parecem autorizar um exercício reflexivo na analogia com a questão meridional italiana examinada por Gramsci. Isso é assim porque, à luz da experiência histórica da formação chinesa, em seu desenvolvimento desigual e combinado exacerbado pela integração à economia mundial, a burguesia e o Partido Comunista se mostram também impotentes para assegurar uma harmonia integral no território chinês, e superar o problema da "duas Chinas". Essa impotência, que vai muito além da capacidade de Pequim em reintegrar de maneira violenta a ilha de Taiwan ao continente, deriva da *virtude desunificadora* do programa da classe capitalista dominante na República Popular. A preservação da unidade nacional da massa territorial continental, nas mãos do regime bonapartista que dirige o capital chinês, é mantida a custo de exacerbar o tecido das contradições econômico-sociais entre as "duas Chinas". Assim, numa configuração distinta daquela herdada do século XX, a fratura nacional chinesa persiste. Ainda que o ocidente agrário não prime tanto pelas características de submissão econômica de tipo colonial, como atribuía Gramsci ao Sul italiano, a pobreza do campo, o reservatório de força de trabalho barato e a corrente migratória de trabalhadores rurais para as cidades sob a égide da moderna exploração capitalista sugerem preciosos pontos de contato com a reflexão do marxista sardo.

Como vimos no caso italiano, Gramsci dedicava especial atenção ao problema da *hegemonia política* dos trabalhadores sobre o camponês pobre do Sul como articulação social virtuosa para a solução da questão meridional. Como muitos outros conceitos utilizados na filosofia e na teoria política moderna, *hegemonia* é um termo que surge na Grécia antiga. De acordo com Giuseppe Cospito (2021), em sua obra *Egemonia. Da Omero ai Gender Studies*, as primícias dessa acepção – que resgatamos apenas no interesse da reflexão chinesa – o conceito se referia ao papel de comando atribuído a uma entre todas as cidades-estado da Grécia quando elas estabeleceram uma aliança entre si para combater um inimigo alheio às fronteiras do mundo helênico (COSPITO, 2021). O conceito de hegemonia (literalmente, "direção") ultrapassava a mera instituição militar, e conferia a ideia de uma liderança fundada sobretudo na legitimação política: a hegemonia de Atenas configurava sua liderança baseada na aliança de cidades livres que decidiram lutar juntas contra um poder hostil. Aristóteles inaugura a ideia da hegemonia política, também à luz da aliança político-militar entre as

cidades gregas, em oposição à dominação exercida sobre os povos não helênicos. Essa acepção foi-se modificando no curso dos séculos, em correspondência com a modernização da própria política, e no âmbito do marxismo ganhou uma trajetória particular, complexificada pela sua inserção na reflexão política da sociedade moderna dividida em classes sociais antagônicas. No nível teórico, em uma época em que a revolução socialista ainda não havia emergido enquanto possibilidade histórica, Marx estabeleceu certas coordenadas sobre a questão de uma aliança dirigida pelos trabalhadores na forma de um governo próprio, que encarnasse a fórmula finalmente encontrada para a emancipação do trabalho. Sem referência específica ao termo *hegemonia*, Marx incluía a lógica política hegemônica na noção da ditadura do proletariado (conceito que aparece em obras históricas como *A Luta de Classes na França*, de 1850, e no balanço da experiência da Comuna de Paris de 1871 n'*A Guerra Civil em França*, além dos comentários críticos sobre o Programa de Gotha em 1875), que concebia com características similares à da instituição da República romana na Antiguidade, revestida de transitoriedade, limitação no tempo e defesa dos interesses populares.

Dentro desse universo da evolução do pensamento marxista, tomada em grandes traços, é de particular importância a sua assimilação e desenvolvimento teórico no interior dos debates da socialdemocracia russa do início do século XX, origem da acepção que é tomada por Gramsci em muitos de seus escritos políticos sobre a Itália. Na Rússia, os expoentes marxistas da socialdemocracia discutiam o problema da revolução no interior de uma sociedade encimada por um regime autocrático, monárquico e imperial, com uma estrutura social fundada num desenvolvimento atrasado do capitalismo que deixava em franca minoria numérica o trabalhador urbano diante do camponês rural. A discussão da hegemonia, como aliança de sujeitos sociais diversos sob a marca da direção política de uma classe (longe estamos da discussão em termos de alianças entre cidades livres, na democracia escravista grega), deveria abrir caminho à derrubada do tsarismo, mas também à solução de graves problemas sociais. Na concepção de Lênin, sendo a questão da terra o principal problema social a ser abordado pela revolução, o papel da relação entre a classe trabalhadora e o campesinato era crucial. Não enxergando na burguesia russa um sujeito revolucionário (e sim contrarrevolucionário), Lênin tratava da questão da hegemonia na revolução russa como a possibilidade da aliança programática entre a classe trabalhadora e o campesinato, dirigida politicamente pela primeira, como forma de separar o campesinato da classe dominante, e eliminar a hegemonia da burguesia liberal sobre os estratos empobrecidos do campo. A luta pela superação da hegemonia liberal era vital para a instituição da hegemonia política dos trabalhadores. Em unidade estreita com esse entendimento sobre a hegemonia, Lênin defendia

a tese apresentada no *Que Fazer?* (1902) sobre a superação da prática sindicalista e economicista dentro da socialdemocracia russa em nome de uma atuação como tribunos do povo, em que a classe trabalhadora evocaria e ecoaria através de seu programa os interesses democráticos de todos os segmentos da sociedade contra a autocracia; também, a noção de hegemonia se vinculava indissociavelmente à construção de uma organização revolucionária centralizada, contra o aparato de repressão estatal. Sua convergência em 1917 com a teoria da revolução permanente de Trótski sublinhava a importância da confluência da concepção hegemônica do próprio com o Partido Bolchevique de Lênin.

Trótski, em oposição à estratégia reformista dos mencheviques, coincidia com a concepção leninista da hegemonia. Considerava a burguesia uma classe reacionária, incapaz de levar adiante as tarefas da revolução democrática que a burguesia francesa havia levado adiante em 1789, e determinava a batalha contra a hegemonia burguesa sobre o campesinato uma tarefa fundamental para a consumação de uma aliança programática entre o proletariado e o campesinato pobre, dirigida pelos trabalhadores. Na dinâmica da revolução, entretanto, já em 1905 Trótski concebia, diferentemente de Lênin, que a aliança entre trabalhadores e camponeses não poderia se limitar à conquista de uma república democrática. Como classe dirigente da aliança revolucionária, o proletariado seria obrigado pelas circunstâncias a dar o seu conteúdo social a um novo governo que emergisse como dirigente das tarefas democráticas de todo o país, e fazendo incursões sobre a estrutura da propriedade capitalista, seria o sujeito social apto a unificar as tarefas democráticas com as tarefas socialistas da revolução. Enquanto Lênin, antes da Primeira Guerra Mundial e especificamente antes de 1917, concebia a dinâmica hegemônica como instrumento para uma ditadura democrática de operários e camponeses, Trótski vislumbrava, doze anos antes da Revolução de Outubro, a necessidade histórica da ditadura do proletariado na Rússia (Lênin adotaria essa posição nas famosas *Teses de Abril* e na obra *O Estado e a Revolução*).

> "Em julho de 1905, num prólogo ao pleito de Lasalle perante a Corte, Trótski definiu a hegemonia como a liderança do proletariado em relação ao campesinato e, com base nessa definição, divergiu da fórmula da ditadura democrática do proletariado e do campesinato, em favor da ditadura do proletariado apoiada pelo campesinato. Ele acreditava que depois de 1848 a burguesia havia se tornado uma classe conservadora, preferindo um arranjo entre as classes proprietárias a um movimento revolucionário das massas oprimidas para realizar uma revolução democrático-burguesa. Neste contexto, a luta para acabar com a autocracia levaria inevitavelmente ao confronto da classe trabalhadora com a burguesia liberal […] Em Resultados e Perspectivas, um livro de 1906 no qual ele implicitamente debateu as posições de Lênin em Duas Táticas da Socialdemocracia, Trótski fez uma série de esclarecimentos a respeito de sua posição. Comparando as revoluções de 1789, 1848 e 1905, ele destacou o surgimento em 1848 do

> proletariado como uma classe distinta do resto da população, com interesses opostos aos da burguesia. Tirando conclusões de 1905, ele argumentou que a revolução democrático-burguesa na Rússia daria origem a uma revolução proletária, devido ao papel da classe trabalhadora na economia russa, a integração da Rússia na economia mundial e a fraqueza de sua burguesia liberal. Neste contexto, ele afirmou que o processo revolucionário assumiria, em primeiro lugar, as tarefas de democratização e, em seguida, as tarefas de transformação das relações de propriedade. Do ponto de vista da relação entre o proletariado e outros setores oprimidos, esta dinâmica implicava uma diferenciação entre dois momentos. Primeiro, o proletariado subiria ao poder como líder da insurreição nacional baseada em uma política democrática geral. Mas o proletariado no poder precisaria cada vez mais transformar sua política democrática geral em uma política de classe" (DAL MASO, 2021, p. 22-3).

A respeito da forma de organização dessa hegemonia, Trótski é explícito terminologicamente na expressão dos conselhos de trabalhadores e camponeses como a formatação clássica da aliança. Como escreve Dal Maso (2021):

> [A obra] 1905 contém repetidas referências à questão da hegemonia do proletariado no processo da revolução. Mas ao contrário de Resultados e Perspectivas, um livro no qual a questão aparece em termos de liderança ou representação de toda a nação, em 1905 Trótski se refere explicitamente à hegemonia e a associa à questão dos soviets como órgãos de poder revolucionário e à greve geral política como um método de luta que pode dar origem a uma insurreição armada. […] As conclusões de Trótski sobre a revolução de 1905, publicadas em 1909, estão em consonância com seus desenvolvimentos apresentados em Resultados e Perspectivas, em 1906. Mas em 1905, Trótski utilizou o conceito de hegemonia explicitamente e nos termos indicados acima: como direção política com respeito à classe camponesa (no caso de 1905 não foi plenamente alcançada, exceto com respeito a um pequeno setor do campesinato), mas sobretudo como o principal agente da revolução democrático-burguesa, cuja dinâmica levanta a necessidade de transcender tarefas imediatas e lutar pelo poder dos trabalhadores com o apoio do campesinato. A este respeito, a questão da hegemonia proletária em 1905 é inseparável do método de organização posto em prática pela classe trabalhadora nessa revolução: os sovietes (DAL MASO, 2021, p. 25-6).

Este breve percurso tem o objetivo de conectar a reflexão estratégica do marxismo clássico com o cenário complexo da China no século XXI. A problemática da hegemonia tem direito de cidadania no debate da China. Seu exame crítico concreto exige a compreensão da especifidade da questão da hegemonia no enquadramento chinês do século XXI. Exige também a coragem teórica de não ignorar as importantes generalizações que fizeram avançar a ciência política nos debates marxistas clássicos, contestando saídas fáceis como a de se apartar desses debates com a escusa de supostos cuidados com anacronismos. Estamos tratando de uma sociedade altamente particular e complexa, em que o ponto decisivo é encontrar uma semelhante *dialética social da unidade do diverso*. Essa unidade do diverso, se

traduzida à linguagem das forças sociais em conflito na moderna República Popular, encontra no espelho do século a imagem de uma classe trabalhadora urbana ricamente heterogênea, absorvendo em seu seio um forte componente no proletariado migrante rural, assim como a presença do novo proletariado agrícola (assalariado ao grande capital no campo) e o elemento camponês, concentrado no ocidente do país. Em particular, a entrada do grande capital no campo aumenta a gama de trabalhadores assalariados no âmbito rural, trabalhadores que para obter uma renda mínima são obrigados pelos acordos dos governos locais com o agronegócio a arrendar os direitos de uso da terra, e vender sua força de trabalho em regime de assalariamento. Os baixos salários e a superexploração no campo conduzem a importantes identidades entre essas distintas camadas de trabalhadores.

A isso se acrescenta um fator social relativamente novo na República Popular: a força da nova classe média em ascensão. Os estratos mais desfavorecidos dessa classe média urbana, a pequena burguesia que pelas condições de exploração e empobrecimento se liga à situação dos trabalhadores urbanos, tem um papel especial nessa dialética da hegemonia política. Xi Jinping elevou ao cargo de primeiro-ministro Li Qiang, chefe do PCCh em Xangai, responsável pelo impopular *lockdown* nesta megalópole diante dos efeitos da pandemia. O descontentamento das classes médias de Xangai, nos segmentos mais abastados mas também entre os mais precarizados, exerceu preocupação considerável entre as autoridades. A política da Covid-zero, que foi replicada em todo o país, significou uma onda de reclusão e repressão altamente transtornantes para esses estratos sociais em cidades economicamente pujantes como Tianjin, Shenzhen e Chongqing, para além de Pequim e Xangai. Mais do que planejar a saída do país (o termo *runxue*, famoso nas buscas pela internet, significa "deixar a China para sempre"), os segmentos mais empobrecidos da pequena burguesia chinesa urbana demonstram sinais de irritação com o governo, que pode se transformar em tendências à revolta, ainda que desorganizadas e sem objetivos claros. Os protestos de milhares de correntistas na sede do Banco Popular da China em Zhengzhou, capital da província de Henan, contra o desaparecimento de suas contas bancárias por meio de fraudes financeiras, foi mostra desse descontentamento crescente[312]. A repressão constante às minorias muçulmanas em Xinjiang e na parte ocidental do país, assim como a tutela política sobre o Tibete, eleva a responsabilidade da defesa das questões democráticas da população contra os desmandos arbitrários do regime bonapartista do PCCh. A concentração de poderes nas mãos de oficiais próximos de Xi Jinping, responsáveis por políticas que adensam o enfado

312 'My Worldview Has Been Destroyed': Chinese Banking Scandal Tests Faith in the System. The New York Times, 19/07/2022. Disponível em: https://www.nytimes.com/2022/07/19/world/asia/china-bank-scandal-protest.html.

e a indisposição desses estratos sociais, também abre a possibilidade para que as agruras populares sejam atribuídas à efígie virtualmente única do poder político. A aliança dos trabalhadores com as classes médias, mediante um programa articulador dos interesses progressistas dos segmentos mais empobrecidos, aparece no horizonte como um traço particular da luta de classes na China.

O problema das "duas Chinas" não será resolvido pela burguesia. A possibilidade da organização em frente única da classe trabalhadora chinesa através de organismos de autodeterminação, e do desenvolvimento da aliança com as classes médias urbanas e o campesinato chinês, promove uma perspectiva nova no horizonte da substituição revolucionária da sociedade capitalista por uma organização econômica superior. Se a emancipação dos trabalhadores diante da exploração capitalista, como condição da emancipação social humana, será feita pelos próprios trabalhadores, como dizia Marx, este horizonte se fortalece com a própria organização do sujeito hegemonicamente emancipador. Está nas mãos da ora fragmentada classe trabalhadora a possibilidade de dotar-se de um programa potencialmente hegemônico, "*de função unificadora e coordenadora da sociedade*", de direção sobre os camponeses e a pequena burguesia urbana, em uma aliança capaz de dar solução ao problema das "duas Chinas".

A conquista de sua própria unificação enquanto classe, a superação da sua fratura social interna, é uma condição prévia necessária ao objetivo da unificação econômico-social de cada uma das partes da China, um desafio a ser abordado no âmbito da estratégia. A unificação da classe trabalhadora chinesa, superando as artificiais linhas de ruptura provocadas em seu interior pelo próprio regime bonapartista do Partido Comunista, poderia ensejar a abordagem exitosa da tarefa de unificação econômico-social do território nacional, que implica o enfrentamento direto com o capitalismo chinês. Em outras palavras, a solução da fratura social no interior do mundo dos trabalhadores serve de antessala à preparação da solução da fratura territorial chinesa em termos *revolucionários*, em uma república socialista dos trabalhadores. Estes apontamentos gerais estão apoiados na experiência histórica das revoluções chinesas no século XX, sobre as quais discutimos na primeira parte do trabalho. Em outras palavras, a resolução integral e efetiva do problema das "duas Chinas" se integra à perspectiva da revolução internacional e não da teoria do socialismo num só país, adotada pelo maoísmo (vertente especificamente chinesa da concepção geral do stalinismo).

7.4 Trótski e Gramsci em Pequim

Dizíamos que um grande desafio para alavancar a solução de problemas estruturais nessa formação sócio-econômica desigual e combinada da China é a unificação política dos distintos segmentos da classe trabalhadora, e a hegemonia política unificadora dos trabalhadores enquanto classe sobre a pequena burguesia urbana e rural (os camponeses). A auto-organização está a serviço da luta pela hegemonia, e na China, a auto-organização é um pré-requisito para abalar o controle burocrático do Partido Comunista, conferindo status de sujeito ativo aos trabalhadores. Como a teoria não está indissoluvelmente ligada às tarefas práticas que lhe são contemporâneas, mas no curso das batalhas cotidianas se eleva acima delas, estabelecendo um vínculo com a atividade prática do futuro, podemos encontrar no marxismo clássico pistas teóricas de monta para iluminar os caminhos da auto-organização na China. Trótski e Gramsci foram teóricos marxistas que dedicaram muita atenção ao tema, e suas reflexões são chave para pensar a problemática moderna chinesa.

A forma organizativa da autoatividade criadora desse amplo arco social, dirigido politicamente pelos trabalhadores urbanos e rurais, teve seu apogeu em termos clássicos com os *sovietes*, os conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados que surgiram pela primeira vez na Revolução Russa de 1905. Tratemos da forma peculiar dos sovietes em sua atmosfera política, as situações revolucionárias, e mais em geral da questão sensível da auto-organização, como fator de autoeducação política preparatória nos momentos prévios da luta de classes. Tudo isso a fim de iluminar a problemática com o cenário da China no século XXI.

Os sovietes, embora encarnassem uma forma especificamente russa nas turbulências revolucionárias do início do século XX, são órgãos da autoatividade de massas que se originam fruto do problema da dualidade de poderes em toda situação revolucionária, ainda que seu formato se diferencie segundo a tradição nacional. Numa situação revolucionária, que implica severos aspectos de desagregação do aparelho institucional do Estado, a dualidade de poderes expressa a dinâmica sumamente instável, necessariamente de curta duração, em que o poder estatal vigente entra em crise, enquanto começam a surgir elementos de um novo poder de classe que passam a estabelecer-se para um futuro imediato, já que as circunstâncias da dualidade não podem se sustentar por muito tempo. Em nossa época, a das revoluções operárias e socialistas, a instituição sobre a qual se fundam os elementos desse novo poder de Estado são os sovietes, organismos de conselhos que formam o substrato de um tipo superior de democracia, a democracia soviética. Na Revolução de 1905 na Rússia surgiram os sovietes como organização defensiva, que articulava as dimensões fabril e territorial. No âmbito das cidades russas, onde mais de desenvolveram, funcionavam com um delegado a cada 500 trabalhadores, organizando todas as fábricas a nível urbano. Ainda que o Partido Operário

Socialdemocrata Russo (POSDR) desempenhasse um importante papel na orientação política do movimento operário, especialmente nas cidades de Moscou e Petrogrado, era insuficiente para englobar em seu seio as camadas heterogêneas de trabalhadores que despertavam para a política, muitas vezes descerrando pela primeira vez as fronteiras estreitas entre os ofícios e os ramos de produção, sem ligação subjetiva interna entre si.

Trótski, em sua obra já mencionada, *1905*, faz indicações substanciais para compreender o caráter dos sovietes, a necessidade objetiva que explica a razão de seu surgimento, e as funções que lhe são atribuídas. Presidente do mais importante soviete surgido durante a preparação da greve geral de outubro de 1905, o Soviete de Petrogrado, Trótski afirma que esse complexo organismo se formou para atender à necessidade posta pela conjuntura política. Com a excitação de diferentes categorias operárias nas zonas urbanas industrializadas, desde a repressão do governo tsarista em 9 de janeiro (conhecido como o "Domingo Sangrento") à marcha operária que carregava petições a Nicolau II no Palácio de Inverno, sentia-se a urgência de uma organização que gozasse de autoridade indiscutível entre as massas. Livre de toda tradição conservadora herdada do passado, essa organização, para que se demonstrasse útil aos anseios políticos despertos nos escalões sociais pauperizados e subalternizados por uma autocracia irrefreável, precisava agrupar desde o início as multidões trabalhadoras e populares, disseminadas e desprovidas de um enlace organizativo que desse potência a seus propósitos. Explica ainda que essa organização necessária, que até então não havia surgido, devia responder ao problema da falta positiva de confluência entre trabalhadores que não contavam com a frágil rede de sindicatos nos centros urbanos. Sua flexibilidade interna em arranjar de maneira orgânica os distintos segmentos do sujeito social operário deveria possuir suficiente capacidade de iniciativa para acomodar em suas resoluções, e registrar em sua prática dinâmica, os fluxos e refluxos na consciência política desses trabalhadores. O atributo da disciplina organizativa deveria estar em função da eficácia na ação, e a atividade criadora de cada iniciativa dos seus membros encontraria nessa organização o instrumento para concentrar a energia da ação. O soviete foi uma criação original dos próprios trabalhadores em luta. À pergunta sobre qual princípio o soviete deveria adotar, Trótski argumenta que ao ser o processo de produção o único nexo que existia entre as massas proletárias, desprovidas de organização, não havia alternativa senão atribuir o direito de representação às fábricas e oficinas, os elementos coordenadores das atividades vitais de cada indivíduo da classe produtora. Ademais, assinala que a estrutura interna do soviete era eficaz para agrupar as distintas correntes revolucionárias no interior da classe trabalhadora,

que deveriam gozar de liberdade de tendências para propor e ouvir propostas de todos os seus membros (TROTSKY, 2006).

Com efeito, é dessa maneira que surge a primeira sessão do futuro soviete de Petrogrado, na reunião do dia 13 de outubro no Instituto Tecnológico. Reunindo algumas dezenas de delegados de distintas ocupações e ofícios, com a predominância de metalúrgicos e tipógrafos, adotou-se por unanimidade a tática da greve geral como ferramenta a fim de alcançar as exigências democráticas básicas como uma Assembleia Constituinte mediante sufrágio universal, igualitário, direto e secreto, com o fim de derrubar a autocracia tsarista e instalar uma república democrática. O enlace a ser estabelecido entre as categorias operárias ficava expresso na resolução, em que se conclamava os trabalhadores de Petrogrado a eleger seus delegados em cada local de trabalho, fábrica e oficina, para que antecipassem como uma só mente os acontecimentos e agissem de maneira unificada sob a égide de um conselho comum (TROTSKY, 2006). Suas características essenciais tinham uma conexão vital com a luta política contra o regime autocrático; assim, alimentado pela atividade política das massas, o conselho de delegados operários de Petrogrado crescia em abrangência e ampliava suas atribuições à mesma medida em que se ampliava a greve na capital. Esse é um aspecto sumamente importante. A situação revolucionária em 1905 abriu caminho não apenas para os elementos de desagregação da dinastia dos Romanov, mas também para a emergência de elementos de um novo poder, gérmens de um Estado de novo tipo. Essas atribuições políticas extraordinárias não eram um dado passivo da realidade, mas um resultado da dinâmica do conflito entre as classes. Trótski recorda que nas discussões com os representantes da Duma municipal (parlamento), os delegados soviéticos exigiam medidas reais e imediatas de abastecimento dos bairros operários, a redução da jornada laboral, a disponibilização e abertura de edifícios públicos para as assembleias dos conselhos, a suspensão das provisões materiais à polícia e a disponibilização dos meios materiais para o armamento de milícias que respondessem ao soviete. Embora tivessem o caráter de exigências, na prática os delegados soviéticos debatiam a direta implementação dessas medidas, como o caso dos delegados tipográficos, que apresentaram a moção para que o estabelecimento de milícias de trabalhadores fosse conseguido a qualquer custo, inclusive mediante o assalto aos arsenais e às delegacias para o armazenamento de fuzis e munições (TROTSKY, 2006).

A ligação com a greve e o aprofundamento do conflito entre as classes também incrementava a hegemonia do soviete de delegados operários por sobre outras categorias, incluindo comitês de greve de engenheiros, advogados e funcionários do governo, que passavam a regular suas ações pelas decisões do soviete. Essa instituição de autodeterminação

dos conselhos, assim, reunia ao redor de si todos os fios da intervenção revolucionária unificada das massas. Na perspectiva de Trótski, dessa maneira, o soviete constituía um órgão de poder revolucionário que exercia a hegemonia na cidade, e a hegemonia dos trabalhadores enquanto produtores sobre seus aliados oprimidos de outras classes subalternas, no interior do processo revolucionário que lhe deu origem por meio da dualidade de poderes. Ora, desse modo se unificavam os interesses da classe trabalhadora a uma forma de organização que lhe permitia conquistar a direção da pequena burguesia urbana, e setores do campesinato, que se em 1905 foi insuficiente para garantir o triunfo (as baionetas camponesas derrotaram a insurreição urbana), na Revolução de 1917 logrou vencer a hegemonia liberal no campo e dar primazia de direção aos trabalhadores.

Essa virtude coordenadora do tipo soviético de auto-organização, que permite a hegemonia dos trabalhadores sobre outros setores oprimidos, nos permite traçar um paralelo sobre a possibilidade de que, em processos de grandes choques sociais na China, os trabalhadores urbanos possam influir decisivamente com seu programa a classe média empobrecida da cidade e do campo, como discutimos no item anterior. Principalmente porque na China os interesses dos trabalhadores migrantes coincidem plenamente com os objetivos dos trabalhadores com *hukou* (registro domiciliar) urbano, na medida em que esse setor com direitos estabelecidos nas cidades assuma como próprias as demandas das centenas de milhões trabalhadores de "segunda categoria" que migram para as cidades, que compõem com ele uma só classe. Essa unificação é fundamental, ademais, para que o camponês e o trabalhador rural enxergue na cidade uma direção política firme, organizada como agrupamento programático independente do Partido Comunista Chinês.

Isso, no que diz respeito à virtude hegemônica de tais organismos de auto-organização. Do ponto de vista da expansão e abrangência, Trótski também realiza uma observação interessante para o propósito da reflexão sobre a China. Na Rússia de 1905, o desenvolvimento capitalista, galvanizado pelo capital anglo-francês, havia criado as condições para a multiplicação dos centros revolucionários e, portanto, a disseminação da rede de conselhos operários. Trótski realiza uma chamativa comparação histórica entre a Petrogrado de 1905 e a Paris de 1789. Explica que, com as condições gerais primitivas da economia, de um lado, e o estado rudimentar das comunicações, de outro, a centralização administrativa de Paris no século XVIII encerrava objetivamente a revolução dentro de seus muros, tornando mais ineficaz a disseminação do exemplo parisiense para as províncias. Pelo contrário, na Rússia, o desenvolvimento capitalista e o caráter superior dos meios de comunicação suscitaram o surgimento de tantos focos revolucionários quantos centros industriais existiam,

o que permitia, ainda que cada centro urbano industrial preservasse a independência e espontaneidade de seus movimentos, que houvesse uma interligação orgânica entre eles. As ferrovias e o telégrafo descentralizavam a revolução, apesar do caráter centralizado do Estado. Se Petrogrado havia tido uma influência preponderante, a verdade é que não concentrava a revolução exclusivamente dentro de seus limites. Havia um sistema de vasos comunicantes, através do avanço da economia, que alimentavam as províncias com os exemplos oriundos da capital, o que dava vitalidade a um movimento de caráter nacional. Com efeito, não foi em Petrogrado que o primeiro soviete foi criado. Nikolai Nikolaievich Demochkin, historiador soviético, realizou um percurso político examinando o processo de disseminação dos sovietes na Rússia de 1905. O primeiro soviete se reuniu a 6 de março de 1905 na localidade de Alapaiev, nos Urais, numa reunião de delegados fabris e mineiros que surgiu de uma greve defensiva, resposta a uma tentativa de redução salarial por parte de empresários fabris. Uma vez tido êxito na greve, a assembleia de deputados operários continuou seus trabalhos, estendendo sua atividade aos camponeses das aldeias vizinhas, proibindo demissões e estabelecendo o controle das contratações. A 18 de abril se realizou uma assembleia comum de operários e camponeses, que estabeleceu o embrião do primeiro soviete russo. O segundo soviete registrado foi o da fábrica de Nadejdin, eleito a finais de abril. Nascido primeiramente como comitê de greve, para a conquista de aumento salarial e a jornada laboral de 8 horas, a organização fabril passou a atuar como conselho de deputados operários a partir da eleição de representantes diante da administração da empresa, cujo presidente era o bolchevique Dobrynin. O soviete não apenas regulamentou a jornada de trabalho de 8 horas, como depois da greve assumiu atribuições de poder, estabelecendo um serviço de ordem para a segurança pública da cidade, composto por uma milícia operária armada que teve de ser levada em conta pelas autoridades provinciais. O terceiro soviete foi o de Ivanovo-Vosnesensk, que segundo Demochkin assumiu funções de um poder revolucionário depois da greve geral de 12 de maio de 1905. Proíbe os comerciantes de aumentar os preços dos alimentos e obriga os depósitos das fábricas a entregar mercadorias a crédito para os trabalhadores. Impõe-se o fim da expulsão dos operários grevistas das moradias controladas pelos donos de fábrica, e a formação de uma milícia operária para estabelecer a ordem na cidade. Tão importante se fez o soviete que o governador provincial alertou o ministro do Interior, Trepov, sobre o surgimento de um novo núcleo de poder antigovernamental, enquanto os camponeses das aldeias próximas a Ivanovo-Vosnesensk se dirigiam à cidade para pedir instruções e recomendações do conselho. Dinâmica similar se encontra no soviete de Kostroma:

organizado a partir da fábrica, o conselho de delegados operários assume atribuições estatais. (TRÓTSKI, 2006).

A China na era de Xi Jinping, por sua superioridade incomparável no desenvolvimento econômico capitalista e na tecnologia das comunicações diante da Rússia dos Romanov, encontra condições infinitamente maiores para a disseminação independente da atividade criadora das massas em organismos dessa natureza. Na hipótese de uma situação revolucionária de choques mais graves entre as classes, instituições do tipo dos conselhos de operários eleitos emergiriam em grandes centros como Cantão, Hong Kong, Xangai, Tianjin, Pequim, Shenzhen, e centenas de outros centros urbanos industriais estreitamente vinculados no capitalismo moderno chinês, que arrasta as regiões rurais ao redor das cidades. Um fenômeno que foi endógeno na história social chinesa. Com efeito, na China houve formações de auto-organização de tipo soviético em toda a primeira metade do século XX. Estas experiências políticas se deram nas regiões Sul e Sudeste da China, exatamente onde se encontram os grandes bolsões de força de trabalho migrante nas zonas de processamento de exportações, que agora transitam para a produção de alta tecnologia.

Durante a segunda Revolução Chinesa, cujo movimento, evolução e desenlace tratamos com vagar na primeira parte, houve múltiplos momentos em que experiências operárias e camponesas de organização soviética emergiram (ou forcejavam por emergir, diante da contrariedade da política nacionalista do Kuomintang e da Internacional Comunista de Stálin e Bukhárin) no cenário dramático dos acontecimentos, tanto na cidade quanto no campo. Durante a grande greve de Hong Kong e Cantão de 1924 a autoatividade das massas trabalhadoras do Sul da China avançou ao ponto de começar a instituir um novo núcleo irradiador de poder com atribuições de Estado. Pierre Broué relata como nessa greve na província de Guangdong teria surgido o primeiro soviete chinês: um comitê de delegados grevistas eleito pelos próprios operários, que dispunha de estrutura de poder próprio com 2.000 piquetes armados, tribunais operários, ditando e executando leis com responsabilidade sobre o sistema de transporte, abastecimento, pela edificação de escolas, entre outros (BROUÉ, 2007). Outro exemplo de importância histórica foi o soviete de Cantão, em dezembro de 1927, depois de esmagados os episódios revolucionários insurrecionais em Xangai e Wuhan. Neste caso, também passavam a existir elementos profundos de um novo poder com atribuições estatais. Trótski, em correspondência com o então oposicionista de esquerda Ievguêni Preobrajenski, explica que o programa aplicado pelo soviete de Cantão, posto ter existido apenas por alguns dias, incluía não apenas o confisco de qualquer propriedade feudal ainda existente na China; não apenas o controle da produção pelos

trabalhadores, mas também a nacionalização da grande indústria, dos bancos e dos transportes, sob administração operária, bem como o confisco de habitações burguesas e todos os seus bens para o uso dos trabalhadores. Isso, quando tratamos de um soviete "criado pelo alto", não a partir das próprias bases operárias de Cantão, a modo de ordenação de Moscou para ocultar sua orientação conservadora anterior. No curso de 1926 e 1927, mesmo com a negativa de Moscou diante do surgimento dos sovietes rurais, e os esforços comandados pela Internacional Comunista de Stálin e Bukhárin para que os conselhos rurais fossem desmontados a fim de que não se amedrontassem os latifundiários ligados ao Kuomintang nas províncias agrárias, os sovietes deixaram a marca de sua existência, sendo pontos de apoio para a posterior Longa Marcha do Partido Comunista. Sem ter os atributos mencionados pelos conselhos de delegados criados pelos próprios trabalhadores, Mao adotou a nomenclatura para os núcleos de resistência do Partido Comunista diante da perseguição de Chiang e do imperialismo japonês, como o famoso Soviete de Jiangxi, uma das bases militares camponesas que reunia suas operações. Ainda poderíamos mencionar, no contexto da Revolução Cultural, a experiência soviética da Comuna de Xangai em janeiro de 1967, que atribulou os planos da burocracia do PCCh e que levou Mao a por fim ao experimento da guerra civil.

Trótski dá uma definição da importância do soviete como organismo hegemônico dos trabalhadores tomando o próprio exemplo chinês. Distando 23 anos do que escrevera na obra *1905*, redige em julho de 1928 o artigo *Balanço e Perspectivas da Revolução Chinesa, seus Ensinamentos aos Países do Oriente e a toda a Internacional Comunista*, parte de sua crítica ao Projeto de Programa para o VI Congresso da IC. Nesse texto, desenvolve a crítica à orientação de Stálin de asfixiar o surgimento dos sovietes, nas cidades e no campo (como os que surgiram nas províncias de Henan e Hubei, em que Mao Zedong aplicava a orientação moscovita), uma vez que em sua perspectiva a tarefa dos sovietes não consiste apenas em exortar as camadas oprimidas e subalternas à insurreição, ou mesmo realizá-las, mas consiste em conduzir a própria autoatividade das massas à sublevação através de todas as etapas necessárias do conflito que se acentua entre as classes. Tomando o exemplo russo, em que os organismos do tipo dos conselhos surgiram, como vimos, como comitês de greve ou assembleias para deliberação fabril em lutas econômicas, Trótski argumenta que os conselhos ganham vitalidade no curso de demandas parciais. O mais frequente é que o soviete se constitua sobre a base da luta grevista, que tem diante de si, como na China, a perspectiva de um desenvolvimento revolucionário (contra os senhores da guerra e os imperialistas, mas também contra o nacionalismo burguês) mas que, em determinados momentos, limita-se às

reivindicações econômicas. Ao tratar da paciente experiência de auto-organização em múltiplos eventos, que na realidade dos fatos serve de exercício de familiarização da ação de massas com a necessidade organizativa dos conselhos, é que Trótski considera possível que os mais amplos segmentos da população se acerquem da noção orgânica de sua estrutura, unificando a vanguarda com a classe como um todo.

> Em meio à ação, as massas devem sentir e compreender que o soviete é a sua organização, que agrupa suas forças para a luta, para a resistência, para a autodefesa e para a ofensiva. Não é na ação de um dia, nem em geral em uma ação completada em uma só vez, que elas podem sentir e compreender isso, mas graças à experiência adquirida durante várias semanas, meses ou mesmo anos, com ou sem descontinuidade. […] Eis a concepção que sempre tivemos em relação aos sovietes. Nós os avaliamos como uma forma de organização ampla, flexível e acessível às massas que despertam, desde os primeiros passos de sua escalada revolucionária, e que é capaz de unir a classe operária como um todo, independentemente de que a amplitude de sua fração seja suficientemente desenvolvida para compreender os problemas da conquista do poder (TRÓTSKI, 2020, p. 220).

A virtude unificadora e coordenadora dos sovietes como organismos congregadores das forças sociais produtoras, portadoras potenciais de novas relações sociais, está ligada à capacidade de desenvolver um programa de características hegemônicas. No mesmo sentido, contra a compartimentalização das demandas democráticas destituídas de suas determinações de classe – recomendada com otimismo por Ernesto Laclau, naturalizando a segmentação debilitadora dos distintos movimentos – Trótski indaga no *Programa de Transição* (1938) sobre as condições de possibilidade para harmonizar as distintas reivindicações democráticas com os objetivos socialistas da época, e encontra na experiência dos conselhos um método de auto-organização eficaz para tal. Os sovietes reúnem os representantes de todos os grupos em luta, uma organização que se estende com o movimento e se renova constantemente e profundamente, permitindo a todas as tendências políticas da classe trabalhadora lutar por sua direção sobre a base da mais ampla democracia. Este aspecto do programa está indissoluvelmente ligado à possibilidade da frente única operária, coligando os segmentos da classe trabalhadora, potencialmente capazes de superar as divisões internas, com os distintos setores subalternos, minorias étnicas, camponeses, povos oprimidos em seus direitos de nacionalidade, entre outros.

A auto-organização é tratada como experiência de educação paciente no combate, com vistas a prazos históricos não imediatos. A questão da hegemonia é inseparável dessa temática, já que na concepção de Trótski, para a China, os sovietes durante a revolução de 1925-27 tinha como sentido principal opor os operários e camponeses à burguesia do Kuomintang, e garantir aos trabalhadores urbanos a hegemonia programática sobre os

camponeses, contra a hegemonia da burguesia liberal. A organização dos conselhos, portanto, tinha um papel fundamental para a ruptura com a tese do "bloco das quatro classes" de Stálin e Bukhárin, que levou o Partido Comunista à submissão à burguesia nacional e à preservação de sua hegemonia no campo. Isso teria podido operar uma fratura irreparável na disciplina militar imposta por Chiang Kai-shek e Wang Ching-wei sobre os camponeses armados no Exército nacionalista durante a Expedição ao Norte, e tornado muito mais complexa a atuação repressiva dos nacionalistas em 1927. Retomando elaborações de Lênin sobre o processo russo de 1905, Trótski ainda argumenta a favor dos benefícios que a organização dos conselhos possui para alavancar a influência da tendência revolucionária organizada em partido independente sobre as massas sem partido, o oposto do que foi orientado pela linha moscovita, de dissolução do PCCh no interior do partido nacionalista burguês (TRÓTSKI, 2020). Não se tratava de uma forma árida de organização, mas o veículo de uma determinada conduta de classe. Essa experiência soviética na China não sobreviveu à instituição do Estado operário burocraticamente deformado em 1949, e esteve concentrada antes do estabelecimento da República Popular, mais precisamente entre o final da década de 20 e o início da década de 30. Mas seu caráter de experiência histórica endógena informa possibilidades futuras.

Podemos divisar no horizonte histórico da China a possibilidade, e até a probabilidade, do surgimento de organismos de tipo dos conselhos, a fim de atender à necessária unidade e coordenação das distintas camadas da classe trabalhadora urbana e rural, junto à pequena burguesia empobrecida nas cidades e o campesinato das regiões internas. O novo panorama político informa, entretanto, uma diferença importante. Se na primeira metade do século XX a organização de tipo soviética buscava opor os interesses dos trabalhadores e camponeses à burguesia liberal na forma da oposição ao Kuomintang, agora, no século XXI, essa *oposição toma forma política no antagonismo ao Partido Comunista Chinês, abrigo e agente protetor da nova burguesia nacional chinesa*. Somente superando a hegemonia do PCCh (uma hegemonia encouraçada que combina repressão e controle burocrático sobre os principais poros sociais) sobre os estratos mais baixos da cidade e do campo é que os trabalhadores podem exercer sua própria hegemonia enquanto produtores sobre seus aliados oprimidos de outras classes subalternas, o que exige a consolidação de um novo núcleo partidário anticapitalista e socialista independente.

Como as situações revolucionárias são momentos culminantes de um processo conflituoso entre as classes sociais, não estão na ordem do dia com frequência. Assim, tampouco os conselhos de delegados eleitos da classe trabalhadora, organismos de tipo

soviético produto dos auges da luta de classes, são instituições presentes a qualquer momento. O longo e paciente curso de experiência que poderia resultar na adoção da forma organizativa da autoatividade independente das massas passa por outros canais em situações não revolucionárias. Na China, como em qualquer moderna economia capitalista no mundo, os choques dos trabalhadores contra os empresários, os governos e as burocracias se sucedem em ritmo cotidiano, na grande batalha pela porção decisiva do mais valor e do tempo de trabalho excedente. Assim, a potencial unificação e coordenação das massas subalternas encontra uma alternativa na auto-organização cotidiana dos processos de luta defensiva e por demandas reivindicatórias parciais.

Assim como Trótski, Gramsci concedeu especial atenção reflexiva ao fenômeno da auto-organização como exercício contínuo de autoeducação dos trabalhadores na luta de classes para os momentos decisivos em que a questão do poder se coloca na realidade. Os experimentos associativos que se conformam em base às reivindicações parciais, às lutas econômicas e também em defesa dos direitos democráticos contra a opressão capitalista (contra a população negra, ou imigrante, poderíamos mencionar no caso chinês aquela opressão estatal contra a minoria muçulmana em Xinjiang) são considerados pelo marxista sardo a base constitutiva dos elementos de democracia proletária que em seu devir tornam-se os pilares do novo Estado. Em seus próprios termos e inspirado em sua interpretação marxista sobre Maquiavel (que nos *Cadernos do Cárcere* teriam destaque na noção do moderno Príncipe), Gramsci diz que a conquista do Estado deve ser entendida como *fundação de um novo tipo de Estado gerado pela experiência associativa da classe proletária*. Esse processo de criação não seria um ato taumatúrgico, de geração instantânea mediante a vontade determinada de um demiurgo. Exigiria preparação e autoeducação das massas no curso da própria luta de classes, acumulando volumes de força material, que para Gramsci implicavam o exercício da auto-organização das massas trabalhadoras em seus organismos de combate. Falando da Itália do pós-Primeira Guerra, Gramsci tencionava investir de maior poder as instituições operárias fabris já existentes, que concentram em si o caráter produtivo da classe trabalhadora. Em seus escritos políticos de 1918 a 1921, Gramsci dedica especial atenção aos comitês de fábrica (ou conselhos de fábrica) situados nos principais centros industriais italianos, em particular Turim e Milão.

> A vida social da classe trabalhadora é rica em instituições, articula-se em múltiplas atividades. É necessário que precisamente essas instituições e atividades sejam desenvolvidas, organizadas de modo global, vinculadas num sistema amplo e agilmente articulado, que absorva e discipline toda a classe trabalhadora. A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas, são os centros de vida proletária

> nos quais é preciso trabalhar diretamente. As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e para as quais ocorre infundir nova vida e energia. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e administração. Desde já, os proletários deveriam proceder à eleição de amplas assembleias de delegados, escolhidos entre os melhores e mais conscientes companheiros, com base na palavra de ordem "Todo o poder da fábrica aos comitês de fábrica" coordenada com: "Todo o poder de Estado aos conselhos operários e camponeses" (GRAMSCI, 2004, p. 85-6).

Está inscrita a noção leninista de dualidade de poderes nas palavras de Gramsci, que Trótski também abordara em relação à auto-organização dos conselhos em 1905. É natural que, na utilização de uma terminologia inspirada na arte militar, Gramsci se refira não a uma disciplina mecânica imposta por uma classe opressora, e sim a uma disciplina voluntária, autônoma e livre, vigiada pela própria classe subalterna, que sabe pelo que luta. A relação dos comitês de fábrica com as organizações de bairro, englobando outros segmentos da classe trabalhadora e da pequena burguesia urbana, é estabelecida por Gramsci em termos de uma rede expansiva de autoeducação da democracia operária em antítese à democracia industrial dos capitalistas, incluindo os camponeses, envolvidos diretamente na questão meridional italiana.

> Um vasto campo de propaganda revolucionária concreta se abriria para os comunistas organizados no partido e nos círculos de bairro. Os círculos, em acordo com as seções urbanas, deveriam fazer um recenseamento das forças operárias da zona e tornar-se a sede do conselho de bairro dos delegados de fábrica, o gânglio que articula e centraliza todas as energias proletárias do bairro. […] No comitê de bairro, o objetivo deveria ser a incorporação de delegados também de outras categorias, de trabalhadores que habitam o bairro: garçons, cocheiros, motorneiros, cobradores, ferroviários, lixeiros, empregados domésticos, comerciários, etc. O comitê de bairro deveria ser a emanação de toda a classe trabalhadora que habita o bairro, emanação legítima e dotada de autoridade […] Tal sistema de democracia operária (integrado a organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma magnífica escola de experimentação política e administrativa, englobaria as massas até o último homem, habituando-as à tenacidade e à perseverança (GRAMSCI, 2004, p. 87).

Assim, a atenção às experiências de auto-organização como forma de *exercitar e preparar a hegemonia dos trabalhadores sobre seus aliados* tinha, na perspectiva de Gramsci, a intenção de que os conselhos de fábrica na Itália – modo particular da auto-organização de milhões de trabalhadores durante a experiência das greves gerais em Turim em 1920 – fossem escolas de poder, organismos para a autoeducação operária para o comando do Estado.

Em outras palavras, para o marxista sardo a classe operária deve se preparar no interior de suas instituições e por meio delas, aperfeiçoando-as para exibir a flexibilidade do desenvolvimento da consciência das classes subalternas em ação, e se educar para a administração de toda a sociedade mediante a fundação revolucionária de um Estado de novo tipo baseado nesses organismos de autodeterminação. Por meio dessa autoeducação na luta, a classe trabalhadora deveria "*adquirir a cultura e a psicologia de uma classe dominante*". Os conselhos de fábrica eram para Gramsci os principais exemplos de auto-organização, e a forma que precedia o surgimento dos sovietes: tratava-se de um aparelho representativo originário que em sua evolução dinâmica – mediante a luta de classes em suas várias fases objetivas – deveria dar lugar em determinadas situações revolucionárias a organismos com funções estatais. Por isso, a discussão sobre a vitalidade da auto-organização para a classe trabalhadora, em Gramsci, está frequentemente ligada à ideia da fundação de um novo Estado. Aos comissários da seção das fábricas da FIAT Centro e Brevetti, em Turim, em setembro de 1919, escreve Gramsci que:

> Se é verdade que a nova sociedade será baseada no trabalho e na coordenação das energias dos produtores, então os locais onde se trabalha, onde os produtores vivem e atuam em comum, serão amanhã os centros do organismo social, e deverão tomar o lugar das entidades dirigentes da atual sociedade. Assim como, nos primeiros estágios da luta operária, a organização por categoria era a organização que melhor convinha aos objetivos da defesa, às necessidades das lutas pelo melhoramento econômico e disciplinar imediato, do mesmo modo hoje é necessário que surja, ao lado e em apoio da primeira, uma organização por fábrica verdadeira escola das capacidades reconstrutivas dos trabalhadores (GRAMSCI, 2004, p. 90-91).

Baseado nas experiências da Rússia, da Alemanha e da Hungria, entre 1917 e 1919, Gramsci toma as incipientes comissões de fábrica em Turim como expressão da forma organizativa mais geral que reveste a luta de classes no novo período da indústria capitalista, um novo tipo de organização fabril da classe produtora que desenvolvendo-se, articulando-se e enriquecendo-se em suas funções coordenadas com os locais de trabalho de toda a Itália, transformava uma classe economicamente produtora em classe produtora de uma nova política, na fundação de uma nova ordem superior ao capitalismo.

Nos apontamentos sobre a importância da auto-organização e suas formas novas, como os comitês de fábrica, Gramsci dá relevância à transmissão de vitalidade que esses organismos são capazes de dar às antigas organizações econômicas surgidas em uma época econômica anterior, também importantes, como os sindicatos. A oposição dos sindicatos ao surgimento de novas personalidades dirigentes da classe produtora, que nos próprios locais de produção encarnavam o impulso vital superador do capitalismo, implicava a resistência da

velha sociedade através das burocracias que sustentavam o *ancien régime* capitalista contra os núcleos de um novo Estado. Por isso Gramsci critica enfaticamente a atuação da burocracia do Partido Socialista Italiano (PSI), que através das instituições sindicais operava de maneira semelhante às direções sindicais húngaras na experiência soviética de 1919, servindo como bastião da democracia burguesa contra a atividade criadora das massas. O PSI atuou de maneira correlata ao abandonar as comissões de fábrica à repressão da Confindustria (federação industrial italiana) e do Estado burguês italiano, desestimulando o desenvolvimento da notória experiência de auto-organização fabril como base de apoio para, naquela situação revolucionária que se abriu na Itália em 1920, encaminhar a organização da insurreição e da tomada do poder do Estado contra a burguesia. Para Gramsci, os partidos operários e sindicatos deveriam ser promotores da auto-organização, agentes conscientes da libertação dos elementos de autodeterminação das massas (na forma das comissões ou comitês de fábricas, ou outra forma organizativa específica do país em questão) da tutela da burocracia estatal. Contra as burocracias partidárias e sindicais, e encontrando a relação entre os organismos de auto-organização e autodeterminação na luta cotidiana e os sovietes, Gramsci estabelece a relação do partido revolucionário nessa junção.

> Será que pode existir um Partido Comunista se não existirem, no seio das massas, o espírito de iniciativa histórica e a aspiração à autonomia industrial que deve encontrar seu reflexo no partido? […] O soviete é o instrumento de luta revolucionária que permite o desenvolvimento autônomo da organização econômica comunista, a qual, a partir do conselho de fábrica, chega até o conselho central da economia (GRAMSCI, 2004, p. 104).

Em um contexto de luta contra o fascismo na Alemanha, Trótski apresentava a questão dos conselhos de fábrica em termos similares aos de Gramsci. Assinalando que a arena fundamental da atividade dos trabalhadores é a fábrica, Trótski relacionava a auto-organização fabril com os elementos de dualidade de poder que começavam a remover o domínio inconteste dos capitalistas sobre as estruturas produtivas, um indício da instabilidade do poder burguês na estrutura do Estado. Tomando o caso específico da Constituição de Weimar, que sob uma arquitetura de conciliação permitia a existência dos conselhos fabris, Trótski buscava convencer oposicionistas de esquerda alemães a utilizar esse dispositivo legal para preparar a superação da legalidade burguesa, incentivando os socialistas – que se opunham ao stalinismo, cuja orientação na Alemanha era negar qualquer frente única entre as bases comunistas e socialdemocratas – a saber encontrar o caminho que ligava a auto-organização cotidiana nas estruturas de produção e o surgimento de organismos de tipo

conselhista, como produto do avanço dos choques entre os trabalhadores e as hostes hitleristas. Em setembro de 1931, escrevia que:

> Os conselhos de fábrica não são o que a lei faz deles, e sim o que os trabalhadores fazem deles. A partir de um momento determinado, os trabalhadores deslocam o marco da lei, derrubam-na ou simplesmente a ignoram por completo. Precisamente nisto consiste a transição a uma situação puramente revolucionária (TRÓTSKI, 2013, p. 77).

Ademais, assinalava a possibilidade de, através dos organismos de auto-organização nas estruturas produtivas, organizar de maneira unificada os segmentos empregados e os desempregados, do ponto de vista político, tanto nos episódios de conflito físico direto com a reação fascista, quanto na medida em que eliminam a divisão entre os exércitos ativo e de reserva da classe trabalhadora. Os conselhos de fábrica de que tratavam vivamente Gramsci e Trótski podiam conquistar características similares aos dos conselhos quanto ao modo de organização democrática dos combates de classe em períodos de elevada agitação e enfrentamento político, mesmo que a constituição de um Estado de novo tipo dependa da conversão daqueles organismos da auto-organização, coordenadores da capacidade dos produtores dentro dos locais de trabalho, nas bases dos conselhos que unificam os distintos segmentos da produção, da circulação e dos serviços, em todos os níveis territoriais, algo ainda mais importante na configuração atual do capitalismo.

Em termos chineses, não poderíamos olvidar que o maoísmo e as derivações posteriores da burocracia do Partido Comunista Chinês foram determinações históricas antagônicas às tendências à auto-organização soviética, ainda que não a pudessem refrear nos momentos de agitação revolucionária, servindo-se da coerção física para eliminar esses gérmens de autodeterminação dos trabalhadores unificados com as massas. Como afirma Maiello (2022):

> Aquela "tendência para a *commune*", como a descrevia Nietzsche, que espantou as classes dominantes desde a sua origem, surgiu com maior ou menor desenvolvimento na maioria dos processos revolucionários sob diferentes nomes. Desde os *räte* (conselhos) alemães, passando pelas shorás iranianas, até os Cordões Industriais chilenos, inclusive podendo-se reconhecer elementos dela nas Coordenadoras Interfabris de 1975 na Argentina. As direções comunistas do século XX às quais se refere Laclau como o começo da fusão entre uma identidade socialista e uma identidade democrática foram, justamente, os principais inimigos daquelas tendências. Desde Togliatti, mentor do pacto com o marechal Badoglio para desarmar os partisãos à saída da Segunda Guerra Mundial, até os diferentes partidos-exército que encabeçaram as revoluções na China, no Vietnã ou em Cuba (MAIELLO, 2022, p. 60).

A reconstituição de um pensamento socialista em que a criatividade política das massas seja um fator insubstituível em seu processo de emancipação passa pelo combate às burocracias que atuam como obstáculo a essas tendências. Por isso, os apontamentos de Trótski e Gramsci sobre a auto-organização são um importante reservatório reflexivo para pensar a emergência de um sujeito operário autônomo e hegemônico na China. As formas da auto-organização dos trabalhadores urbanos e rurais na China incorporarão modalidades diversas daquelas vistas na Rússia e no "Ocidente periférico" italiano. As transformações históricas do capitalismo se aliam com a forma original da construção sócio-econômica chinesa, uma estrutura econômica moderna surgida da absorção pela restauração capitalista das conquistas da Revolução de 1949. A hipertrofia dos serviços na China, que ganham terreno relativo diante da força da manufatura, o aparecimento e disseminação da economia digital e a situação de um país cuja economia se estrutura ao redor da disputa estratégica com os Estados Unidos amplificam as possibilidades de novas formas históricas da luta de classes.

Mas isso não significa que estejam superadas as características fundantes do sistema imperialista global e da divisão internacional do trabalho, sobre as quais se ergueu o sistema chinês. Como fábrica do mundo durante décadas, a China abriga em seu seio um moderno tecido industrial-produtivo, e uma sofisticada estrutura de classe, que exibe uma classe trabalhadora de quase 800 milhões de pessoas. Em outras palavras, a mesma moderna tessitura do modo de produção e reprodução ampliada do capital, que condiciona a diversidade das modalidades de organização pela base dos trabalhadores, suscita formas de auto-organização também ligadas às estruturas de produção e circulação, da logística e dos serviços.

As comissões de fábrica, os comitês de empresa e as assembleias de greve são algumas formas dentre as quais essas experiências na era Xi Jinping podem se dar, embora não as únicas, já que os elementos "ocidentais" na China se combinam com o substrato de uma formação econômico-social oriental, apoiado num regime de opressão bonapartista encabeçado pelo Partido Comunista. A repressão sistemática é um fator que dificulta a instituição e estabilização de uma tradição ordenada da autodeterminação que possa frustrar a conduta do Estado.

À luz das aproximações de Trótski e Gramsci sobre a temática da autoorganização, suas instituições de coordenação de luta e a disputa pela hegemonia operária diante dos obstáculos opostos pelo Estado, podemos recolocar o problema do movimento operário chinês na era Xi Jinping. Como Cynthia Estlund (2017) aponta em seu estudo sobre as condições do ativismo operário chinês, o PCCh se habituou a lidar com a carga repressiva do Estado diante

de qualquer vestígio de ativismo operário independente, além da cooptação financeira dos movimentos espontâneos e a assimilação de certas demandas parciais. Segundo a autora, a melhor solução ao problema se daria pela liberdade sindical e a possibilidade dos trabalhadores poderem organizar seu ativismo por fora da Federação Nacional dos Sindicatos da China, ligada não aos interesses operários mas à manutenção do regime de partido único e à contenção das greves (ESTLUND, 2017).

A abolição da tutela da Federação Nacional sobre o movimento operário chinês é, indubitavelmente, um ponto de partida incontornável para a possibilidade de emergência de um ativismo operário independente. Não obstante, a própria configuração interna do regime político bonapartista chinês torna incompatível a conquista de uma genuína liberdade sindical (que implica a combinação da democracia operária nos métodos da autoorganização e a independência das organizações de massas diante do Estado) dentro do quadro da preservação do poder do Partido Comunista. Esse conceito permite enxergar com mais acuidade o problema da estatização das organizações de massas e das burocracias, de que tratamos anteriormente. É um problema mais complexo do que o da repressão imediata do Estado, que constitui a parte mais evidente da questão. Esse processo de estatização dos sindicatos não é exclusivo de regimes bonapartistas como o da China. A absorção de toda a malha sindical pela Federação Nacional chinesa, atada organicamente ao partido-Estado, é a manifestação histórica particular de um fenômeno muito mais amplo de estatização das organizações operárias, que grassou nas últimas décadas também no Ocidente. Com a emergência das organizações políticas e sindicais de massas da classe trabalhadora nas formações socioeconômicas ocidentais mais avançadas, a partir de finais do século XIX, o Estado passou a batalhar por preencher os espaços da sociedade civil deixados vagos pelo liberalismo. Em outras palavras, passou a organizar ativamente sua hegemonia no interior do movimento de massas, servindo-se das burcracias que emergiram com os benefícios materiais oriundos da exploração imperialista – os "superlucros", segundo Lênin, extraídos da extração de mais-valor em todo o mundo por parte das principais potências, e que foram usados para constituir uma aristocracia operária desconectada dos interesses da esmagadora maioria dos trabalhadores, imigrantes, das mulheres, dos povos oprimidos, etc. Essa luta pelos espaços vagos na sociedade civil se deu, portanto, através dos agentes burocráticos que, no interior das organizações de massas, atuam como correia de transmissão da hegemonia da classe dominante organizada no Estado. O neoliberalismo aprofundou essa política a partir do final da década de 1970, combinando as burocracias operárias (socialdemocratas e stalinistas, anarquistas e "independentes") com novas burocracias ligadas aos movimentos sociais pelos

direitos dos negros, das mulheres, dos indígenas, das diversidades sexuais, entre outros. O resultado é uma sociedade civil saturada pelos tentáculos do Estado, que aponta a combater toda noção de consciência de classe e que a classe trabalhadora possa desenvolver através da autoorganização sua própria hegemonia como classe produtora e portadora potencial de novas relações sociais.

Na China este problema se concentra na manifestação particular da imbricação orgânica entre a Federação Nacional e o Partido Comunista, que se serve dessa burocracia em regime bonapartista de unicidade sindical para contenção e controle dos movimento de massas. Não há demasiados artifícios que ocultem o caráter da única central sindical da China como braço direto do Estado. A configuração da estatização das organizações de massas no cenário Ocidental é muito distinta – e deve sempre ser analisada de acordo com o grau de desenvolvimento econômico, assim como da tradição de organização operária, de cada país – mas a sua realidade não é menos marcante. A noção do Estado integral em Gramsci, fundamental na nossa abordagem, dá conta desse fenômeno, e da função do caráter difuso nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil, combinando coerção e consenso na organização estatal do bloqueio de novas hegemonias que questionem a dominação capitalista. Em um sentido convergente, a elaboração de Trótski sobre a função dos sindicatos na época imperialista denota a especificidade do processo de estatização nas condições ocidentais (distintas da Rússia, em que a revolução se deparou majoritariamente com a ausência de fortes burocracias operárias pelo caráter asiático da dominação estatal), definindo que os sindicatos já não podem ter um papel neutro na luta de classes, servindo ou como instrumentos para a subordinação das massas à hegemonia imperialista ou como instrumento auxiliar da preparação para os choques revolucionários da transição socialista. Diante desse cenário, retornando ao caso chinês, podemos concluir uma dupla realidade para a superação das travas ao ativismo operário independente, que ultrapassa a solução sugerida por Cynthia Estlund (2017). Por um lado, a mera multiplicação de organizações sindicais não pode eclipsar a capilaridade dos mecanismos do Estado integral e a função das burocracias, o que implica que a configuração do processo ocidental de estatização das organizações de massas não é uma solução ao bonapartismo sindical chinês. Por outro lado, para a resolução integral e efetiva da questão, o desenvolvimento da autoorganização vinculado aos elementos de hegemonia operária passam na China pelo enfrentamento global aos mecanismos burocráticos do partido-Estado, inconcebíveis sem uma estratégia de combate político ao Partido Comunista Chinês. O próprio surgimento de sindicatos independentes não se daria no enquadramento da pacificação dos conflitos laborais, mas do acirramento da luta de classes contra o partido-

Estado. Esta perspectiva da crescente conflituosidade se incrementa ainda mais no caso da multiplicação dos comitês de fábrica e da autoorganização na China. Um desenvolvimento dessa natureza colaboraria, a partir da experiência chinesa, ao combate às burocracias dos movimentos de massas no Ocidente. A possibilidade de unificação dos diversos estratos da classe trabalhadora chinesa, os trabalhadores urbanos com os trabalhadores migrantes, a aliança com os camponeses e os setores oprimidos (minoria muçulmana, populações das regiões de Xinjiang e do Tibete), assim como a solidariedade internacional com as classe subalternas asiáticas, depende da postulação consciente de uma perspectiva hegemônica, que se traduz na construção de uma organização política independente.

Nesse sentido, a necessidade persistente de encontrar o melhor mecanismo de defesa dos interesses dos trabalhadores nas lutas cotidianas por reivindicações parciais pode dar uma marca radicalizada à auto-organização proibida pelo bonapartismo governamental. Os exemplos dessa radicalização da auto-organização em contextos de governos repressivos povoam a experiência das massas nos Estados operários burocraticamente deformados depois da Segunda Guerra Mundial, e mesmo antes em regimes autocráticos como os da Rússia e da Alemanha durante a Primeira Guerra. Por aproximações sucessivas entre situações distintas, encontramos aqui também, na unidade do diverso, as múltiplas determinações que autorizam vislumbrar a possibilidade de fenômenos como esse na China. A *autodeterminação da atividade criadora dos trabalhadores e a unificação de suas fileiras são uma tarefa estratégica*, permitida pela evolução do modo de produção capitalista, e que deve atender à especificidade chinesa do século XXI.

7.5 Au Loong-yu *versus* Domenico Losurdo

Todos os aspectos elencados nesse capítulo dizem respeito ao trabalho da estratégia para pensar o socialismo na nossa época, e suas condições de possibilidade nas particularidades chinesas. O debate sobre o caráter de classe da China e seu Estado é uma constante, com a heterogeneidade própria a cada ambiente ideológico nos distintos países. Sua elucidação é uma prioridade para as discussões sobre as perspectivas estratégicas da China, uma vez que define o ponto de partida da estrutura social com que nos deparamos para pensar a postura diante do conflito entre Washington e Pequim, e questões candentes como as de Hong Kong e Taiwan. O escritor marxista e ativista de Hong Kong, Au Loong-yu, em recente ensaio, busca abordar em traços concisos por que a China não é uma formação socialista, e qual é a natureza específica de seu agressivo modelo capitalista. Au Loong-yu (2022) tem

como objetivo dissipar determinados mitos sobre a natureza social do Estado chinês que, fundados sobre meros registros de desempenho econômico divorciados da economia política, levam estudiosos a menosprezar as transformações operadas nas últimas décadas. A polêmica é direcionada a concepções como a do sinólogo John Ross, segundo o qual a China seria uma formação socialista, e do economista marxista Michael Roberts, que tampouco reconhece a conclusão do processo de restauração capitalista no gigante asiático, posição semelhante àquela do economista argentino, Claudio Katz. No Brasil, há certo eco dessas posições em determinados nichos acadêmicos, o que torna relevante o debate.

Au Loong-yu usa três fatores para explicar a natureza antissocialista e capitalista do Estado chinês: as relações predominantes de propriedade, o caráter do crescimento econômico chinês, e a estrutura do regime político, com o intuito expresso de desfazer a separação, de ordem despolitizadora, entre o registro do desempenho econômico chinês e a base sócio-política vigente no país. Sobre as relações de propriedade, o autor argumenta que, embora a propriedade estatal seja proeminente, de maneira alguma pode ser tomada de maneira isolada dos demais componentes. Os mesmos dados oficiais da Federação Nacional dos Sindicatos da China exibem a força do setor privado, responsável a partir de 2017 por 60% do PIB (incluindo investimento de capital fixo e investimento estrangeiro direto), por mais de 70% das empresas de alta tecnologia, e por mais de 80% do emprego urbano – o setor privado, ademais, tem uma participação de 90% nos novos empregos criados, diante do decréscimo da força de trabalho empregada no setor propriamente estatal. Assim, apesar do Estado chinês ter o comando definitivo sobre os processos nodais da economia, o setor privado é crescentemente capaz, dentro dos limites da coexistência pacífica com as diretrizes do Partido Comunista, de manter o Estado sob controle, influindo na obtenção das metas macroeconômicas, como a atual desaceleração do crescimento anual da riqueza produzida na China. O autor realiza uma diferenciação pertinente entre “propriedade estatal” e “propriedade pública”, mostrando que muitos países capitalistas exibiam, ou mesmo seguem exibindo, um relevante setor estatal, sem deixar por isso de serem capitalistas. No caso da China, com seu capitalismo *sui generis* distinto do ocidental, uma característica, entretanto, aproxima seu *modus operandi* daquele encontrado nos principais centros mundiais, que é a capitalização das empresas estatais. Estando listadas nos mercados de ação domésticos e estrangeiros, as grandes empresas estatais chinesas atendem, em primeiro lugar, aos interesses dos investidores privados e da burocracia de Pequim, algo que nada tem a ver com o socialismo.

É importante generalizar o argumento. Nas glosas ao Tratado de Economia Política de Adolphe Wagner, parte de seus últimos escritos econômicos, Marx nota que "Onde o Estado é por si mesmo produtor capitalista, como na exploração de minas, florestas, etc., o seu produto é mercadoria, e possui, por isso, o caráter específico de qualquer outra mercadoria" (MARX, 2020, p. 60). Em sintonia com a lógica de Marx, a interferência do Estado chinês em determinados setores da economia capitalista, para sincronizar a eficácia do lucro privado com os objetivos nacionalistas do PCCh, torna o capitalismo chinês *sui generis* frente ao ocidental, mas de maneira alguma o torna socialista. As grandes empresas estatais na China, como a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) ou a *China Coal Energy Corporation*, produzem mercadorias nacional e internacionalmente segundo as leis do mercado, "com o mesmo caráter específico de qualquer outra mercadoria". Geram lucros a uma massa cada vez maior de capital acionário, já que por política do próprio Xi Jinping a partir de 2014 programas de capitalização do setor estatal foram lançados em todos os ramos, como o plano administrado pelo Conselho de Estado que define que cada empresa estatal participante escolha uma unidade do negócio para dele vender entre 30% e 45% de participação ao setor privado. De fato, a *China Coal Energy Corp*., maior empresa pública de mineração, tem 58% de seu capital composto por investimento de empresas privadas. Segundo Nicholas Borst, desde o início da era Xi, as empresas estatais acumulam um valor total de ativos oriundos de investimento privado no montante de US$90 bilhões. Seus produtos são comercializados segundo a legislação regular da flutuação internacional de preços. Em 1999, Jiang Zemin incentivou as empresas chinesas a "sair" para o mundo para competir e investir. Isso reverbera na participação das empresas estatais (para além das empresas privadas) como principais fontes de investimento direto fluindo da China para o mundo. A maior parte dos desembolsos de capital realizados pela China (que segundo seu volume total, em 2019, só ficou atrás de Japão, EUA e Países Baixos) tem origem nas empresas estatais. Em 2010, 90% do investimento estrangeiro da China foi feito por empresas estatais, tendo essa proporção diminuído atualmente para 60%, em função da maior quantidade de empresas privadas chinesas exportando capitais. Como escreve jocosamente Engels no *Anti-Dühring*, se a posse pelo Estado da indústria do tabaco fosse uma atitude socialista, então Napoleão e Metternich deveriam ser contados entre os fundadores do socialismo. Em outras palavras, as empresas estatais na China não são alheias aos circuitos de valorização do capital da economia internacional. Agem segundo suas leis, incluindo a exploração de força de trabalho mediante extração de mais-valor. Sendo impulsor da projeção capitalista na China, dificilmente o setor estatal estaria orientado ao socialismo.

Em seguida, traz à baila o caráter autoritário do regime político chinês, que em meio às transformações mantém constante o seu despotismo sobre o tecido social chinês. Segundo o autor honconguês, é importante levar em conta que a China não é apenas uma economia capitalista, com suas diferenças particulares, mas é também um capitalismo com um regime político autoritário. Esse regime político autoritário foi indispensável para a condução da restauração capitalista mediante a coerção, quando necessário, além da organização das massivas demissões no setor estatal urbano em meio ao choque das privatizações das pequenas e médias empresas estatais. O totalitarismo na condução e direção dos aspectos centrais da economia capitalista retiram qualquer vestígio ilusório de orientação socialista ao Estado chinês.

Por fim, Au Loong-yu argumenta contra o mito da eliminação da pobreza na China. Essa tese é esgrimida por defensores da China como o historiador italiano Domenico Losurdo (2016), em seu *Has China Turned to Capitalism? — Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism*[313]. De acordo com essa aproximação, as reformas introduzidas por Deng Xiaoping teriam estimulado um crescimento econômico sem precedentes, tendo sido capaz de remover milhões de pessoas da pobreza, além de ter auxiliado a luta contra a desigualdade internacionalmente. Tais afirmações não passam o teste dos fatos. Internacionalmente, o processo e culminação da restauração capitalista na China, cujo motor indispensável foi a migração de força de trabalho rural para as cidades exportadoras, ajudou a rebaixar a renda média salarial em todo o mundo, incrementando os índices de desigualdade indissociáveis do avanço do neoliberalismo no Ocidente. Internamente à China, como mostra o marxista honconguês em contraponto a John Ross, a desigualdade aumentou, dentro de uma cadeia de interações em que é a pobreza em termos absolutos que decresce – fruto da velocidade da modernização e da urbanização – enquanto a pobreza em termos relativos se incrementa, na medida em que o enriquecimento da classe exploradora chinesa se dá pela exploração dos trabalhadores. Com efeito, um estudo de Thomas Piketty aponta que na China, entre 1978 e 2015, a participação dos 10% mais abastados na riqueza nacional aumentou de 27% para 41%, enquanto a participação dos 50% mais pobres decaiu de 27% para 15%.

Os termos dessa desigualdade estão desenhados sobre a base da exploração capitalista como modo de produção predominante, o que desmistifica a leitura ingênua (ou filoburocrática) da utilização harmônica da propriedade capitalista a fim de avançar um projeto socialista. Essa leitura também deriva seus traços básicos da propaganda interna do próprio PCCh, que em anos recentes foi divulgada por Domenico Losurdo.

313 Daqui por diante, nos referimos a essa publicação de Losurdo para comentar sua visão.

Losurdo também considerava que a China, nas décadas transcorridas pós-1978 (início das reformas pró-mercado de Deng Xiaoping), passara a utilizar com uma espécie de *virtù* as tendências capitalistas crescentes com o objetivo de "desenvolver as forças produtivas socialistas" do país. O abono da política de Mao Zedong, fundada numa estratégia de conciliação de classes com a burguesia chinesa em nome de uma "revolução democrática de libertação nacional", era para Losurdo uma maneira de frisar a separação em compartimentos distintos entre a expropriação política e a expropriação econômica. Apoiado na tese de Mao, no ensaio *A Nova Democracia na China*, de janeiro de 1940, segundo a qual a revolução na China deveria então "afastar os obstáculos que impedem o desenvolvimento do capitalismo", Losurdo sustenta que, numa experiência socialista, enquanto a expropriação política da burguesia deveria ser levada a efeito integralmente, a expropriação econômica deveria ser realizada "sob limites bem definidos", sob o risco de comprometer o desenvolvimento das forças produtivas. Estabelecendo um paralelo entre a NEP (Nova Política Econômica) soviética e as reformas de Deng, o historiador italiano afirmava que seria possível harmonizar a existência permanente do capital privado junto a formas de propriedade de natureza socialista. Em outras palavras, ao contrário do "capital político", o capital econômico da burguesia "não deve estar sujeito à desapropriação total, pelo menos enquanto servir para o desenvolvimento da economia nacional e, portanto, indiretamente, à causa do socialismo". Complementarmente, segundo Losurdo, as reformas pró-mercado de Deng fizeram ressurgir a propriedade privada, sem com isso restaurar o capitalismo na China, uma vez que aquela estaria subordinada politicamente pelo controle do PCCh sobre o aparato estatal. Ainda que os fundamentos sejam variados, Michael Roberts e Claudio Katz caminham numa vereda argumentativa análoga. Inspirado na máxima de Mao, em 1958 ("Ainda existem capitalistas na China, mas o Estado está sob a liderança do Partido Comunista"), e na de Deng (segundo o qual, mesmo havendo elementos burgueses na China, não poderiam se tornar uma classe, devido ao controle estatal por parte do PCCh), Losurdo conclui a superioridade da experiência chinesa sobre a NEP soviética, que pelo poder controle do PCCh havia supostamente mostrado a capacidade de abrir caminho ao socialismo.

Na concepção do italiano, portanto, em meio às semelhanças dos processos havia uma diferença importante entre a NEP e o curso econômico chinês pós-1978. Na URSS, tratava-se de um recuo temporário, que obedecia a uma situação desesperadora, sem um plano articulado sobre a noção, defendida por Losurdo, de que insistir na abolição da propriedade capitalista atrapalhava o "desenvolvimento do empreendedorismo competitivo que ajuda a economia". Na China, ao contrário da irreflexividade do movimento soviético, as reformas foram

pensadas como medida permanente, e não temporária, como forma de ajudar a economia com o empreendedorismo competitivo.

É importante lembrar que a concepção losurdiana sobre a NEP como a "via para o socialismo" é da lavra do próprio Stálin, auxiliado por Bukhárin, a partir de 1924. Mas seria essa a visão de Lênin e dos bolcheviques russos? Concebida por Lênin como uma "retirada forçada", a NEP restabeleceu parcialmente a liberdade de comércio e a economia monetária, recriando um mercado a fim de revitalizar a produção no campo e na indústria como forma de enfrentar a crise econômico-social que pressionava a URSS em 1921, isolada em um mundo capitalista. Lênin elaborava tendo em vista um Estado operário de transição ao socialismo na Rússia, que detinha os principais meios de produção, o monopólio do crédito e do comércio exterior; um fenômeno social oposto pelo vértice a um Estado capitalista erguido sobre uma contrarrevolução encabeçada por uma burocracia operária como a do PCCh. Tendo isso em vista, estabelecemos parâmetros científicos na avaliação dos termos do problema. Do ponto de vista econômico, sobre a base da propriedade socializada dos meios de produção sob controle dos trabalhadores, buscava-se obter o aumento da produção em um momento de virtual paralisia da economia, devastada pela Primeira Guerra Mundial e pela guerra civil. Do ponto de vista estratégico, esse recuo provisório controlado estava destituído de importância tomado em si mesmo: para os bolcheviques, tratava-se de dar à revolução internacional o tempo necessário para se desenvolver, baseado na concepção de que o destino da URSS estava indissociavelmente ligado ao destino da revolução mundial.

De nenhum ponto de vista figurava no programa bolchevique a noção de Stálin sobre a NEP como uma suposta "via para o socialismo", ou que a propriedade capitalista tinha como virtude auxiliar o desenvolvimento de forças produtivas socialistas, algo reconhecido por Losurdo. Isso porque a hegemonia da classe trabalhadora russa sobre os camponeses, depois da conquista do poder em Outubro, era o ponto de partida fundamental para os bolcheviques. Estava fundada na expropriação da burguesia e na manutenção da posse da propriedade através da sua organização temporária em um Estado operário de transição. Uma situação completamente distinta daquela da China atual, que não viveu recentemente uma revolução operária e sim uma contrarrevolução burguesa. Ademais, que não se ressente dos efeitos de uma guerra devastadora, e sim de décadas de construção econômica relativamente harmoniosa no bojo do sistema capitalista global.

Disso extraímos uma conclusão contraposta à de Domenico Losurdo quanto à natureza do processo das reformas de mercado pós-1978, e da própria desigualdade na China. O capitalismo na China foi restaurado pela mesma burocracia que fortaleceu suas bases

materiais no curso do processo restauracionista. A "burguesia enquanto classe", ao contrário das previsões de Deng Xiaoping sobre o controle do PCCh, não só renasceu, mas entrelaçou seu destino com a direção do Estado pelo Partido Comunista. Seu enriquecimento se dá às expensas da exploração do mais-valor dos trabalhadores e camponeses, o que exacerba a pobreza relativa na medida em que o poderio do capital chinês se expande. Se é verdade que há certa coincidência nos processos chinês e russo quanto ao aspecto do fortalecimento das tendências capitalistas, não podemos considerar as reformas de Deng na China como uma "grande NEP". Por um motivo simples: *a natureza das respectivas políticas econômicas era completamente distinta segundo os objetivos de seus formuladores*, ou seja, entre os objetivos de um governo operário surgido da revolução social, e os de uma burocracia bonapartista fortalecida pela contrarrevolução social. O grau do processo de transição e a sua direção são decisivos. Na Rússia da Revolução de Outubro, a reintrodução de mecanismos limitados de mercado foi instituída pelo governo dos trabalhadores encabeçado pelo Partido Bolchevique, que buscava assim preparar as bases para a eliminação do capitalismo mediante o avanço técnico interno e especialmente atuando em prol da dinâmica permanente da revolução internacional. Na China pós-Mao, observamos reformas de mercado estruturais, encabeçadas por uma burocracia bonapartista que expropriou politicamente os trabalhadores, reformas que alteravam as próprias bases da economia no sentido antissocialista da reintrodução da hegemonia da propriedade privada. Iniciavam não "uma retirada temporária, mas uma capitulação" ao capitalismo, concluída na passagem para nosso século XXI.

Au Loong-yu tem razão quando reconhece, em polêmica com Michael Roberts e John Ross, que o aumento da produtividade do trabalho apenas se orienta economicamente na direção de uma sociedade socialista sob a condição de que os trabalhadores tenham estabelecido o seu poder de classe contra os capitalistas, algo que não existe na China atual. Longe de orientar-se ao socialismo, o encarceramento das forças produtivas no interior das formas sociais atrasadas do capitalismo beneficia a grande burguesia chinesa. O caminho lógico da argumentação resgata tópicos importantes que coincidem com determinados pontos da crítica a Domenico Losurdo que expusemos. Menos convincente é o conceito de "capitalismo burocrático" para classificar o regime chinês. Au Loong-yu retoma essa caracterização de seu livro *China's Rise: Strenght and Fragility* (2012), que encontra o caráter específico do capitalismo chinês no domínio despótico a que a burocracia dominante em Pequim submete todas as classes da sociedade. A característica mais importante do capitalismo chinês estaria no papel central da burocracia, não apenas na transformação de cunho restaurador do capitalismo, mas no enriquecimento e aburguesamento de uma inchada

camada de burocratas que fundiu poder e dinheiro para dar os contornos do novo regime de propriedade privada. Nisto, o autor honconguês tem razão, e mesmo a expansiva projeção de poder dos novos proprietários privados chineses – que dão traços imperialistas a uma economia exploradora que em sua anatomia preserva características de acumulação dependente – não poderia ser destacada do papel do Partido Comunista Chinês. Entretanto, há nessa argumentação uma extrapolação inadequada do exercício despótico da burocracia sobre o grande capital. O PCCh busca disciplinar o grande capital aos seus próprios objetivos estratégicos, mas depende dele para atingi-lo. Comanda o Estado capitalista chinês em nome da classe dominante nacional, da qual se sente parte integrante e preponderante. Não há homogeneidade entre a opressão despótica da burocracia chinesa sobre os trabalhadores, e a relação simbiótica com o grande capital (não obstante os atritos com determinadas frações desse capital). Exagerar o domínio unívoco da burocracia sobre as classes em geral pode obscurecer os traços particulares do bonapartismo da casta burocrática encabeçada por Xi Jinping, que serve aos propósitos do fortalecimento do capitalismo chinês, e de evitar que a classe trabalhadora chinesa se eleve seu peso socialmente preponderante em peso politicamente hegemônico.

Ademais, hiperdimensionar a potência da burocracia sobre a estabilidade do tecido social chinês enfraquece a perspectiva da luta de classes como fator indispensável para o destino das disputas internas, e externas, nomeadamente com os Estados Unidos. Au Loong-yu critica duramente o regime bonapartista da burocracia chinesa, sem ceder às falácias do imperialismo ocidental. Sem fazer concessões às atrocidades do nacionalismo imperialista europeu e estadunidense, observa que seria um equívoco considerar que a ambição chinesa no tabuleiro mundial teria um verniz anti-imperialista. Argumenta que a atual disputa entre Estados Unidos e China não é uma disputa contra o imperialismo em si, e sim sobre quem teria a palavra final na divisão da cadeia global de valor, uma refrega entre as classes capitalistas de cada país. Em outras palavras, trata-se de uma competição – agora econômico-tecnológica, em perspectiva militar – que do ponto de vista da China objetiva melhorar as posições de Pequim no concerto das nações inscrito no sistema imperialista. Isso não diminui a heterogeneidade dos capitalismos do Ocidente em relação ao capitalismo chinês, mas informa uma abordagem não-campista do conflito, inscrevendo a China em seu próprio lugar: não como potência subversiva do sistema capitalista global, mas disruptivo, que busca reordená-lo em favor dos seus interesses nacionais, em detrimento dos interesses de Washington.

> Basta dar uma olhada no que as corporações chinesas estão fazendo ao redor do mundo; seus investimentos são os mesmos dos de qualquer regime imperialista ou explorador, ou seja, estão a buscar a maximização do lucro através da exploração da terra e dos trabalhadores. Essas elites não são necessariamente piores do que suas colegas ocidentais ou japonesas, mas mesmo assim exploram as pessoas e a terra. E isso deve ser interrompido, assim como também devemos deter os imperialismos estabelecidos (LOONG-YU, 2022, p. 27).

Ao mesmo tempo, o marxista honconguês diferencia o status nacional da China diante das potências ocidentais. Diante de imperialismos estabelecidos como os Estados Unidos e os poderes centrais na Europa, a China seria um "imperialismo emergente" ou "em construção". Sua preocupação, relevante para a análise e para a estratégia, é examinar os distintos aspectos em sua particularidade sem perder a visão da totalidade em curso. De um lado, Au Loong-yu enquadra o caráter criminoso do imperialismo ocidental, e a vergonhosa história colonial das potências estabelecidas sobre a China no período da grande humilhação (1840-1945). Diante disso, existe uma preocupação pela segurança nacional por parte da população trabalhadora e pobre na China que não pode ser confundida com o nacionalismo burguês ostensivo da burocracia de Xi Jinping, que busca instrumentalizá-la para seus propósitos. De outro lado, não se pode concluir dessa disparidade que a China seja mais progressista em sua disputa com os Estados Unidos, porque estamos diante de uma luta pela hegemonia nos quadros desse mesmo sistema imperialista. Como discutimos, a ambição de Pequim pela disputa hegemônica global não é correspondida pelas condições materiais necessárias a um duelo direto com a superpotência norte-americana, superior em poderio bélico, industrial e tecnológico. O conflito se dá em seus capítulos iniciais por nichos específicos de influência concentrados na Ásia-Pacífico.

Qual postura adotar em caso de conflito? Au Loong-yu não busca dar uma resposta categórica. Com efeito, as condições concretas de uma eventual conflagração militar entre Estados Unidos e China, que pelas proporções e atores envolvidos seria de natureza global, possuem um papel decisivo na determinação da política (como diz teórico militar prussiano Karl von Clausewitz, é necessário avaliar antes de mais nada com que tipo de guerra nos deparamos). Uma postura independente dos campos em conflito deve prezar pelo exame materialista dialético sobre as forças em choque, entendendo o conflito sino-estadunidense não como um antagonismo entre "democracia e autoritaritarismo", e sim como uma disputa pelo destino da divisão global da supremacia sobre as cadeias de valor do capitalismo. Isso inclui entender a diferença qualitativa entre as potências, com o imperialismo hegemônico norte-americano, de um lado, e de outro uma potência capitalista em ascensão com passado

colonial, como a China. O rechaço à campanha dos "imperialismos estabelecidos", encabeçados pelos Estados Unidos, deve ser acompanhado de uma independência orgânica diante do regime bonapartista do capital chinês. Como no Esaú e Jacó, de Machado de Assis, encontramos em um ator a política da preservação, e em outro o da inquietação disruptiva, preservando-se o sistema imperialista que subjaz a disputa, reformulado ou continuado. Dentro da problemática específica de Taiwan, em que a disputa se exacerba a suas consequências mais dramáticas, essas observações podem assinalar um caminho para alcançar uma posição independente. A crescente militarização de Taiwan, incentivada pelo bipartidarismo imperialista norte-americano, acompanhada pelas ameaças iniciadas pelo *establishment* Democrata sobre a lenta e sutil alteração de postura dos Estados Unidos quanto à possibilidade de intervenção militar, foi tomada pela burguesia taiwanesa como orientação política central. Os capitalistas taiwaneses passaram a financiar a modernização do exército, em detrimento das condições de vida da população trabalhadora. Essa política merece o *rechaço da classe trabalhadora internacional, como uma posição anti-imperialista incontornável*. Por outro lado, uma eventual agressão militar protagonizada pela China de Xi Jinping, com o objetivo de promover a unificação forçada contra os desejos da população de Taiwan, *tampouco representaria qualquer melhoria na situação dos setores mais explorados e oprimidos da ilha, que estariam sob a tutela de um regime bonapartista reacionário encabeçado pelo Partido Comunista Chinês*. Uma Taiwan operária e socialista poderia ser uma alavanca para o desenvolvimento da mobilização anticapitalista e antiimperialista em toda a Ásia, contra a política estadunidense e também em detrimento da política de Pequim.

Do ponto de vista das definições teóricas, o conceito de "imperialismo emergente" ou "em construção" que apresenta Au Loong-yu tem a desvantagem de medir de maneira unilateral um processo de desenvolvimento que pode ser sustado ou interrompido por fatores geopolíticos e especialmente pela luta de classes. Consideramos, em contraponto, que a noção de Estado capitalista em rápida ascensão com traços imperialistas respeita as particularidades do momento do conflito, sem fechar a dinâmica dos fluxos e refluxos nos objetivos da cúpula de Pequim que poderiam ocorrer fruto de inúmeras determinações internas e externas. Especialmente importante é o papel da classe trabalhadora chinesa como sujeito potencialmente hegemônico que pode apresentar um programa alternativo à disputa entre o imperialismo estadunidense e o regime bonapartista da burocracia chinesa, em aliança com os trabalhadores rurais, a pequena burguesia urbana e os povos oprimidos na China.

7.6 Elias Jabbour, um “socialismo sem revolução”?

Esse tópico se conecta com outra questão, a saber, acerca da coexistência de distintos modos de produção num mesmo país, o que se liga à perspectiva de um socialismo sem revolução no nosso século.

Em sua peça “O Retábulo das Maravilhas”, Miguel de Cervantes descreve a história de um grupo de teatro mambembe que, numa pequenina cidade do interior da Espanha medieval, tenta enganar o governador, o alcaide e alguns moradores ilustres com as mais absurdas ilusões de ótica. Nesse delicioso jogo imaginário, tributário do picaresco, os personagens avisam que irão apresentar um grande espetáculo em seu pequeno retábulo. Nessa cenificação, em que tudo é invisível e inexistente, a incapacidade de enxergar a representação era atribuída à natureza bastarda do espectador. Naturalmente, com uma ameaça assim, os espectadores inventavam as maiores mentiras para provar que enxergavam aquilo que não existia, para não serem tornados suspeitos aos olhos dos vizinhos.

Elias Jabbour (2021), em seu *China: socialismo do século XXI*, escrito com Alberto Gabriele, dá a sensação de que estamos entrando naquele retábulo das maravilhas cervantino. O espetáculo da China, apresentada como a mais exitosa experiência socialista da nossa época, é derramado copiosamente sobre o leitor. E cabe a nós enxergar aquilo que não se vê: a heresia de não compreender exatamente onde estaria o “socialismo” na China seria prova uma espécie de bastardia conceitual dos espectadores, talvez despreparados para observar, com a cabeça aberta, um fenômeno novo como o do gigante asiático. Afinal de contas, não estariam nossos olhos suficientemente embaçados pela propaganda imperialista ocidental, incapazes de saudar essa experiência revigorante para as perspectivas do socialismo no século XXI?

O livro faz um percurso por áreas diversificadas do estudo sobre a formação econômico-social chinesa, que recebem uma atenção desigual de acordo com os interesses do autor. Dividido em duas partes centrais, Jabbour elege tratar dos seguintes núcleos conceituais: capitalismo e socialismo como modos de produção, de um lado; e a China como uma primeira experiência de uma nova classe de formação econômico-social, de outro. Dentro dessas matrizes, as discussões abrangem a comparação dos distintos modos de produção, trabalho e valor, o que seriam as hipóteses de transição ao socialismo em nossa época, além de temas mais ligados à China em si, como a estratégia das reformas de mercado de Deng Xiaoping e o que se poderia derivar disso sobre o caráter do Estado chinês, o atual estágio da indústria, das finanças e da agricultura chinesas, o conceito de “economia de

projetamento" e sua apreciação da China como componente de um horizonte alternativo ao capitalismo.

Para Jabbour, não apenas a China, mas múltiplos países e regiões do mundo, inclusive no século XXI, assistem à combinação harmônica de distintos modos de produção. "Várias economias nacionais são caracterizadas, em grande parte, por sistemas socioeconômicos mistos, específicos de cada país. Nesses países, os modos de produção capitalista e socialista coexistem, seguindo uma estratégia desenvolvimentista de orientação socialista na qual o Estado exerce alto grau de controle direto e indireto sobre a economia nacional". A coexistência mais ou menos pacífica, mais ou menos dinâmica, entre formas sociais de propriedade opostas, fundamentos de modos de produção tão antagônicos como o capitalismo e o socialismo, aparentemente gozariam do condão de não se imporem uns aos outros. Além da coexistência dos modos de produção, uns estariam em condições de sobredeterminar outros a nível nacional, independentemente da preponderância do capitalismo na economia mundial. Em suas palavras, essa generalização/abstração tem a forma de uma estrutura social cujas características fundamentais são: a) um modo de produção é dominante em nível global; b) dois ou mais modos de produção coexistem em alguns países, havendo a possibilidade de um deles ser dominante; e c) a "liberdade" de ação do modo de produção dominante em cada país é restringida pela existência do metamodo de produção (JABBOUR, 2021).

Na China, Jabbour identifica uma formação econômico-social orientada ao socialismo que sobredetermina e utiliza a seu favor o capitalismo ("socialismo de mercado" de Deng Xiaoping). Sabendo ser uma tese difícil de sustentar à luz da ascensão capitalista chinesa, Jabbour constrói seus diques. Para o autor, existe um alto grau de complexidade (e mesmo impossibilidade) em identificar que modo de produção predominaria diante de outro, mesmo a nível de cada ramo econômico. Nessa microfísica dos modos de produção, não se poderia saber, portanto, quem predominaria, e sim apenas que conviveriam nessa alternância de dominação. Não estamos mais discutindo nos termos do socialismo científico, em que os modos de produção não são apenas historicamente sucessivos e amontoáveis em cada país, de acordo com seu grau de desenvolvimento, mas *crescentemente antagônicos* no curso da história. E assim, Jabbour não encontrou outro modo mais conveniente de preparar a opinião do leitor para aceitar que as maiores atrocidades do capitalismo chinês contra seus trabalhadores não seriam incompatíveis com o socialismo, e sim coexistiriam com ele. Ora, se o capitalismo e o socialismo podem coexistir de maneira harmônica e colaborativa, tanto no interior de uma formação socio-histórica quanto a nível global, a superação do capitalismo

prescindiria das revoluções, que deixariam de ser momentos históricos de inflexão criadora. A luta de classes estaria ostracizada da história.

A história do século XX não mostrou nenhum exemplo de transição ao socialismo divorciada da revolução como método. Independentemente dos acontecimentos negarem a tese central de Jabbour, vale a pena desmontar a arquitetura do raciocínio que tomou de Domenico Losurdo para justificar o "socialismo chinês" e um suposto século de transições socialistas sem revolução. Mesmo a posição atual da China seria impensável sem os processos de revolução e contrarrevolução que viveu, o que torna ainda mais abstrata a abordagem de Jabbour. A revolução na Rússia é muita vez utilizada pelo próprio autor para tirar conclusões que não estão autorizadas pela experiência do Outubro russo. Após a Revolução de Outubro de 1917, começaram a introduzir-se elementos de controle operário da produção através da administração estatal de algumas das principais fábricas, ferrovias, indústrias siderúrgicas e metalúrgicas, da mineração. Essa maior centralização da economia, com os alicerces de uma planificação racional por parte de um governo operário surgido da revolução, era, todavia, muito incipiente. Trótski é muito cuidadoso em mostrar de maneira realista o caráter paulatino dessa transformação pós-1917. Em A natureza de classe do estado soviético[314], diz que:

> Não somente até a paz de Brest-Litovsk, mas até o outono de 1918, o conteúdo social da revolução se limitava a uma transformação agrária pequeno-burguesa e ao controle operário da produção. Isso significa que na prática a revolução não havia superado os limites da sociedade burguesa. Durante essa primeira etapa, os sovietes de soldados governaram ombro a ombro com os sovietes operários, e amiúde os puseram de lado. Somente no outono de 1918, a maré elementar de soldados e camponeses retrocedeu um pouco até seus limites naturais, e os operários tomaram a dianteira com a nacionalização dos meios de produção. Somente se pode falar da instauração de uma verdadeira ditadura do proletariado a partir desse momento. No entanto, mesmo aqui, há que se manter muitas reservas. Nesses anos iniciais, a ditadura esteve limitada aos limites geográficos do velho principado de Moscou e se viu obrigada a travar uma guerra de três anos em todo o raio que parte de Moscou em direção à periferia. O que significa que até 1921, precisamente até a NEP, o que houve foi uma luta para implantar a ditadura do proletariado em escala nacional (TRÓTSKI, s/p).

Competindo com outras indústrias, ainda nas mãos de determinados proprietários privados, e com o capital estrangeiro, a centralização desses recursos estratégicos não os fazia ainda funcionar como órgãos da economia socialista, e sim como uma espécie de "capitalismo de Estado" que no curso da transição facilitasse o caminho ao socialismo. A Nova Política Econômica (NEP), a substituição da requisição forçada de grãos pelo imposto em espécie sobre o aumento da produção agrícola após o final da guerra civil, era encarada por Lênin

314 TROTSKY, Leon. "*La naturaleza de clase del estado soviético*", 1º de outubro de 1933. Disponível em: https://ceip.org.ar/escritos/Libro3/html/T05V127.htm.

como uma retirada forçada, não a fim de conviver com os proprietários capitalistas para construir o socialismo, mas de restaurar elementos básicos de uma economia devastada pela guerra, enquanto se continha as tendências da acumulação privada pelos pequenos proprietários que abundavam como vestígios sociais herdados da Rússia feudal. Essa era a forma de impulsionar a produção e ao mesmo tempo coibir o enriquecimento dos pequenos proprietários, as tendências capitalistas que atuavam como obstáculos à transição socialista, um alerta explícito que o mesmo Lênin recomenda em seu artigo *Sobre o imposto em espécie e o significado da NEP,* de 1921, em que sublinhava o erro daqueles que não enxergavam as condições econômicas pequeno-burguesas e o elemento pequeno-burguês como inimigo principal do socialismo no país dos sovietes. O aspecto central dessa política era o controle do Estado de transição pela classe trabalhadora, sem o qual a questão da transição ao socialismo nem sequer estaria colocada. É nesse preciso sentido transicional que Lênin identificava a disputa pela predominância entre as tendências capitalistas do passado herdado, e as tendências socialistas do futuro pelas quais batalhava o programa bolchevique.

Não havia harmonia possível entre sistemas sociais antagônicos. Tanto assim, que Lênin determinava o registro e controle sobre as tendências capitalistas do pequeno proprietário, "ou ele derrubará o nosso poder operário inevitável e inelutavelmente". A existência de um Estado operário surgido da revolução era fundamental, assim como o domínio do proletariado sobre a propriedade socializada dos meios de produção para consolidar sua aliança hegemônica com o campesinato pobre[315]. Por mais distintas que tenham sido, a experiência russa, assim como a chinesa, mostram a impossibilidade da convivência harmônica de diversos modos de produção, notadamente os modos capitalista e socialista, muito menos que um desses sistemas sociais antagônicos pudesse ser submetido por longo prazo em nome do sucesso do outro. Da mesma maneira, objetam categoricamente a ilusão de que a transição socialista prescindiria da revolução socialista e de seus resultados concretos, a balança de forças no âmbito interno e externo, a extensão da revolução a nível internacional, entre outros aspectos.

315 Segundo Trótski, "Nossa principal arma na luta econômica que está ocorrendo com base no mercado é o poder do Estado. Somente os reformistas simplistas não entendem isto. A burguesia entende isso, e sua história o prova. A outra arma à disposição do proletariado é que as forças produtivas mais importantes do país estão em suas mãos. Toda a rede ferroviária, a indústria de mineração, a massa das empresas que servem a indústria estão sob a gestão econômica da classe trabalhadora. Da mesma forma, o estado dos trabalhadores é proprietário da terra, e os camponeses contribuem anualmente pagando centenas de milhões de impostos em espécie. O poder dos trabalhadores controla as fronteiras do estado. Os bens e capitais estrangeiros geralmente só podem entrar em nosso país dentro de certos limites que são julgados desejáveis e legítimos pelo Estado dos trabalhadores. Estas são as armas e os meios para construir o socialismo". TRÓTSKI, Leon. *La naturaleza de clase del estado soviético*. Originalmente publicado em outubro de 1933. Disponível em: https://ceip.org.ar/escritos/Libro3/html/T05V127.htm.

Essa tese de Losurdo, importada por Jabbour, levou nada mais nada menos que à restauração capitalista na China sob a tutela da burocracia do PCCh. A coexistência pacífica entre distintos modos de produção, assim, é um passo preliminar para a negação da relação entre socialismo e revolução no século XXI. Se a coexistência é possível, o caminho que levaria um modo de produção a outro poderia ser tão pacífico quanto. Em sua leitura da Contribuição à Crítica da Economia Política, de modo surpreendente, Jabbour apaga o lugar da revolução como nexo de transição entre os modos de produção fundados na propriedade privada. Sua conclusão do texto é que indivíduos e grupos organizados "podem conseguir uma mudança sistêmica (por meios revolucionários ou reformistas), subvertendo a própria estrutura social e econômica de uma formação econômico-social, a ponto de direcioná-la para um processo de transição de um modo de produção para outro". Jabbour chega à noção peremptória contra as revoluções. Segundo o autor, embora as experiências de orientação socialista mais importantes e radicais tenham-se originado principalmente de revoluções violentas, esse não tem necessariamente de ser o caso no futuro, uma vez que a correlação global de forças mudou com a presença relativamente estável da China (JABBOUR; GABRIELLE, 2021).

O objetivo do exame é mostrar que, sem prejuízo da ausência de revolução social, é também possível orientar a transição, sugestivamente gradual e pacífica (ou "por meios reformistas", como afirma Jabbour), de um modo de produção a outro. Curiosamente, trata-se da velha forma de postular a questão por parte da Segunda Internacional, posteriormente adotada pelo stalinismo, que durante a década de 1970 passou a esgrimir a orientação eurocomunista que convertia os antigos partidos comunistas em formações políticas socialdemocratizantes auxiliares às burguesias liberais da Europa a restabelecer seu domínio.

Ao contrário dessa reflexão, no Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política[316], Marx atribui um papel insubstituível à revolução como mecanismo de transição entre distintos modos de produção.

> Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superstrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu

316 MARX, Karl. Prefácio à Crítica da Economia Política. Originalmente publicado em janeiro de 1859. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm.

> desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais tinham se desenvolvido até aí. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Surge então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superstrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem (MARX, [1859] 2007, s/p).

Marx captou a dinâmica interna da dialética histórica: a transição de modos de produção na história – a substituição de determinada forma social dominante de propriedade por uma nova que a sucede, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas – se deu pela passagem violenta do poder das mãos de uma classe para outra. A República Popular da China surgiu em 1949 fruto de uma revolução que expropriou o imperialismo estrangeiro e enviou os capitalistas nativos para a "longa diáspora" (Taiwan, Cingapura, Hong Kong, etc.). Como já assinalamos, é dificilmente concebível que um "milagre chinês" pudesse ter acontecido sem a revolução de 1949, que lidou com o problema da unidade nacional, levou a uma ruptura com o imperialismo (até a restauração das relações com os EUA iniciadas por Mao no início dos anos 70), liquidou grandes propriedades fundiárias e visou o fortalecimento de uma indústria nacionalizada.

A opinião enviesada de Jabbour reside em descartar a classe trabalhadora chinesa como o sujeito de transformações que, não podendo advir pacificamente, resultariam em ameaça revolucionária ao capitalismo chinês (ou "socialismo de mercado"). Sua opinião pouco simpática à rebelião dos trabalhadores da Foxconn em Zhengzhou contra a diretriz de Xi Jinping sobre a Covid-zero foi um sintoma reflexo da teorização sobre os processos "pacíficos e reformistas" do socialismo no século XXI. Se o "socialismo" chinês deve ser compatível com os mecanismos de mercado, como prega a burocracia desde a década de 1980, de fato a classe trabalhadora não tem nenhum papel a cumprir a não ser usufruir o único direito proporcionado pelo governo central, que é o de ser sujeito inconsciente de exploração em benefícios dos mercados "com características chinesas".

Ainda mais equívoca é a tentativa de reinterpretar os termos programáticos de Marx no famoso trabalho dedicado a estabelecer as bases da organização operária na Alemanha imperial, a Crítica ao Programa de Gotha. Jabbour busca discutir os princípios diretores da distribuição em uma sociedade de transição. O objetivo é negar a possibilidade histórica do

comunismo. Da crítica de Marx ao programa dos herdeiros de Ferdinand Lassalle, Jabbour seleciona excertos que supostamente afirmariam que a fórmula "a cada um segundo seu trabalho" resume o princípio positivo da distribuição no socialismo. Em particular, refere a passagem do documento de 1875 em que Marx e Engels explicam que, na fase inferior do comunismo, surgida das entranhas da sociedade capitalista, a distribuição da riqueza social ainda é determinada pelo "mesmo princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes, segundo o qual uma quantidade igual de trabalho em uma forma é trocada por uma quantidade igual de trabalho em outra forma" (MARX, 2012, p. 30). A conclusão tirada aqui é que, para Marx, não haveria nenhum problema em absorver de maneira estável no socialismo as mesmas leis que regulam a distribuição de mercadorias no capitalismo. Já Domenico Losurdo havia lançado a mesma interpretação da Crítica ao Programa de Gotha para justificar o "socialismo chinês": a aplicação do suposto princípio segundo o qual Marx afirmava impulsionar o socialismo, remuneração de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho entregue.

Mas era essa a opinião dos fundadores do socialismo científico? Com efeito, Marx e Engels, com seus comentários críticos ao programa do Partido Operário Alemão, travavam uma luta programática contra as concepções de Lassalle, segundo o qual o programa dos socialistas deveria defender que o "fruto do trabalho pertencia, com igual direito, a todos os membros da sociedade". Ambos se separavam dessa concepção, na medida em que a sociedade socialista, surgida da expropriação revolucionária da propriedade capitalista, *não garante nenhum direito àqueles que não trabalham, senão o de desaparecerem enquanto classe*. Ao contrário da "reinterpretação" de Jabbour, Marx e Engels argumentavam que a vanguarda do movimento operário alemão, que teria uma nova organização advinda da fusão entre os lassalleanos e o grupo de Eisenach, *não poderia idealizar o princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes* (a noção de "a cada um segundo seu trabalho"), que representa apenas uma insuficiência inicialmente inevitável, mas necessariamente temporária, de uma sociedade que, surgida da anarquia capitalista, ainda era incapaz de determinar através da reunião de suas forças produtivas uma distribuição não baseada nas leis de mercado. Logo em seguida, Marx esclarece que:

> Por isso, o igual direito é ainda, de acordo com seu princípio, o direito burguês […] esse igual direito continua marcado por uma limitação burguesa". Esse direito burguês que rege a distribuição não é um "princípio do socialismo", mas uma herança não extirpada da sociedade capitalista no interior da sociedade de transição, em sua etapa inicial; um direito que preserva a desigualdade. "O direito dos produtores é proporcional a seus fornecimentos de trabalho; a igualdade consiste aqui em medir de acordo

> com um padrão igual de medida: o trabalho. Mas um trabalhador supera outro física ou mentalmente e fornece, portanto, mais trabalho no mesmo tempo, ou pode trabalhar por mais tempo; e o trabalho, para servir de medida, ou tem de ser determinado de acordo com sua extensão ou sua intensidade, ou deixa de ser padrão de medida. Esse igual direito é direito desigual para trabalho desigual […] Segundo seu conteúdo, portanto, ele é, como todo direito, um direito da desigualdade (MARX, 2012, p. 32).

Em seguida, Marx explica que "Além disso, um trabalhador é casado, o outro não; um tem mais filhos que o outro, etc. Pelo mesmo trabalho e, assim, com a mesma participação no fundo social de consumo, um recebe de fato mais que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. A fim de evitar todas essas distorções, o direito teria de ser não igual, mas antes desigual".

O "igual direito" que preside a noção do "a cada um segundo o seu trabalho" – defendida como princípio da distribuição socialista por Lassalle – Marx define nada menos que um direito burguês, uma distorção inevitável na primeira fase da sociedade socialista. Vai além e afirma que o Partido Operário Alemão deve inscrever em seu programa, ao contrário da inspiração lassalleana que eternizava as leis de mercado no interior do socialismo, que esse horizonte burguês fundado no direito da desigualdade deve ser plenamente superado com o desenvolvimento das forças produtivas e a eliminação da subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho (entendido como mero meio de vida). "Na fase superior da sociedade comunista", escreve Marx, os produtores livremente associados poderão inscrever em suas bandeiras, "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades". Eis a síntese do direito desigual a que Marx se referia, e que aboliria as distorções do direito burguês no âmbito da distribuição socialista em sua fase inicial.

A polêmica com os lassalleanos era o princípio ativo da Crítica ao Programa de Gotha de 1875; é curioso que Jabbour decida eliminar todas estas passagens polêmicas de seus excertos escolhidos. Nelas, Marx deixa claro que a distribuição socialista não deve ser regida normativamente pela compatibilidade pacífica com as leis de mercado: está em oposição a elas.

Jabbour, ao se aproximar da concepção de Lassalle, sente a necessidade de confundi-la com a de Marx. Transforma uma dificuldade temporária, materialmente incontornável na primeira fase da sociedade socialista, que segundo Marx deveria ser superada em sua dinâmica revolucionária, em uma combinação supostamente virtuosa entre o socialismo e as leis de mercado na ausência da revolução. O direito burguês no âmbito da distribuição deveria ser preservado como característica inerente do socialismo, e não considerado como uma distorção que, ao não ser liquidada pelo crescimento da potência produtiva da propriedade

socializada, seria em perspectiva a origem da restauração do poder econômico da burguesia destronada, mediante o crescente poderio político de uma burocracia encorpada pela escassez e pela desigualdade.

Esta aproximação teórica ao problema, cuja insuficiência de fundamentos está na própria raiz de uma leitura reformista do socialismo, sente necessidade de sustentar a existência das leis de mercado, da exploração do trabalho e da acumulação capitalista dentro de uma experiência "de orientação socialista" como supostamente seria a China. A operação consiste em identificar uma congruência entre as reformas pró-capitalistas e privatizadoras do PCCh com o suposto "princípio socialista" do "a cada um segundo seu trabalho". Essa lógica obedece, ainda, a outro objetivo. É uma teoria justificatória da burocracia do Partido Comunista Chinês como órgão indispensável da manutenção daquilo que seria o exemplo no século XXI "para qualquer outra tentativa de avanço em direção ao socialismo".

Em suma, Jabbour critica Marx e Engels por terem se dado o objetivo de alcançar o comunismo como um horizonte real. Segundo o autor, Marx parecia acreditar que o comunismo era uma meta do mundo real que devia ser perseguida no tempo histórico com ações políticas e fortalecimento institucional, após um período de transição socialista. Jabbour considera isso um erro, que atribui à formação de Marx como jovem idealista hegeliano e a uma tensão suposta entre um Marx cientista social e um Marx militante político (separando dimensões que estão indissociavelmente conectadas no pensamento revolucionário). Segundo Jabbour, que estabelece um contraponto com Marx, o comunismo deveria ser considerado um estado utópico significativo e desejável, do qual as sociedades do mundo real podem aproximar-se por um processo histórico muito longo. Como outros "estados utópicos" em que uma ou várias formas de solidariedade (como santidade, ausência de dor, amor e vida eterna, além de liberdade) seriam perfeitas e universalmente alcançáveis, o comunismo não deveria – sempre segundo Jabbour – ser visto pelos materialistas e cientistas sociais como um estado social que pode ser alcançado em sua totalidade, mas sim como um ideal que pode guiar as ações políticas, econômicas e sociais com o intuito de melhorar o bem-estar das pessoas (JABBOUR; GABRIELLE, 2021).

Com isso, estaria santificado o "socialismo alcançável" em Pequim. Entretanto, os termos do debate passam por outro eixo. Os fundadores do socialismo científico encaravam o comunismo como uma "meta do mundo real" porque as premissas materiais básicas desse movimento se encontram na própria sociedade capitalista. Em suas origens, o capitalismo se propôs, impulsionado pela concorrência, reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias. No entanto, esta conquista da sociedade como um todo resultou

em seu oposto para a classe trabalhadora. Para a burguesia, isso significou lucros crescentes; para a esmagadora maioria da população mundial, isso significou a separação definitiva desses meios de produção, o roubo de uma parte cada vez maior de seu trabalho e uma distância cada vez maior entre suas condições de vida e as da minoria capitalista privilegiada. Com os atuais desenvolvimentos em ciência, tecnologia e o nível alcançado de produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade gasta na produção e reprodução de suas condições materiais de existência poderia ser grandemente reduzido. Mas o capitalismo é incapaz de generalizar os avanços da tecnologia, confinado a um grupo seleto de países e de ramos de produção, enquanto a maioria da população global produz com um nível de tecnologia e produtividade típico do século XIX, com ramos inteiros de produção onde é utilizada força de trabalho intensiva, com a proliferação das fábricas de suor e maquilas, que extraem até o último suspiro de seus trabalhadores. O selvagem capitalismo chinês foi o modelo desse inferno fabril de baixa tecnologia e trabalho intensivo, com jornadas de trabalho e de horas extras obrigatórias inesgotáveis, mutilações e mortes em função de acidentes trabalhistas. Diante da existência irracional de dezenas de milhões de desempregados, por um lado, e por outro de trabalhadores submetidos à escravidão assalariada de 14, 16 e até mais horas de trabalho, a ritmos de trabalho exaustivos que rapidamente destroem os músculos, os nervos e a mente, o comunismo parte da luta constante da humanidade pela economia de tempo produtivo, que se expressa no combate dos trabalhadores por sacudir o jugo do capital. A mesma tendência que foi expressa e se expressa nas lutas históricas pela redução da jornada e da semana de trabalho, pelas férias pagas, pela diminuição do ritmo de produção, pela organização no local de trabalho contra a ditadura dos patrões, pelo controle da produção pelos trabalhadores.

Marx sintetizava a ideia n'A Ideologia Alemã, de 1845, "*chamamos comunismo o movimento real que anula e supera o estado de coisas atual"*. Essa noção do comunismo não é um ideal ao qual a realidade deva ser submetida para proclamar um suposto "comunismo aqui e agora", como sugerido pelos teóricos do autonomismo, que buscavam "nichos de liberdade" isolados nos marcos da sociedade capitalista. Tampouco o comunismo seria um estado que pode ser implantado coercivamente por uma burocracia dotada de um Estado forte. De fato, a noção do comunismo foi bastardeada durante grande parte do século XX pelas distintas variantes do stalinismo (incluído o maoísmo), que pretendiam identificá-la com ditaduras burocráticas parasitárias dos estados operários e direções bonapartistas que acabaram por encabeçar a restauração capitalista. De fato, o comunismo não está chamado a existir ao lado de nenhuma forma de Estado ou junto à existência de classes sociais: é um

estágio do desenvolvimento histórico humano que "anula e supera" as classes sociais, o Estado, toda a exploração e opressão, a partir do desenvolvimento da mais ampla democracia operária baseada em seus próprios organismos de autodeterminação, como foram os sovietes, órgãos máximos do Estado de transição para a eliminação de todo e qualquer tipo de Estado com a expansão internacional da revolução ao centro de gravidade do imperialismo.

O comunismo não se limita a uma nova distribuição do trabalho entre os indivíduos, "com o intuito de melhorar o bem-estar das pessoas". Parte dessas mesmas premissas materiais da economia mundial para, através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, reduzir ao mínimo possível o tempo de trabalho indispensável até representar uma parcela insignificante das ocupações dos seres humanos. Não sendo um objetivo circunscrito aos limites de um só país (muito menos ao desenvolvimento meramente nacional das capacidades de produção humanas), o comunismo significa a luta por unificar e coordenar as forças produtivas de toda a humanidade a nível mundial, o que potencializaria infinitamente a capacidade produtiva da nossa espécie mediante sua libertação do trabalho embrutecedor. A conquista do poder pela classe trabalhadora, servindo de plataforma para a expansão internacional da revolução, permitiria superar essa irracionalidade produtiva no capitalismo e abrir caminho para colocar os enormes avanços na técnica e na ciência a serviço das necessidades sociais e da emancipação da escravidão assalariada. Isso facultaria, por sua vez, às pessoas serem capazes de dedicar suas energias ao desenvolvimento criativo da ciência, da arte e da cultura, empregando assim todas as capacidades humanas, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza. Nas palavras de Marx, trata-se de lutar na realidade efetiva das coisas por uma "*associação de homens livres trabalhando com meios coletivos de produção e empregando conscientemente suas muitas forças de trabalho individuais como uma força de trabalho social"*.

Na China de Mao, após o triunfo em 1949, as condições em que o poder foi tomado, em que a revolucionária expropriação da burguesia se deu por uma burocracia militarista conservadora e dotada de um programa de conciliação de classes, definiu em boa medida o estancamento nacional dos efeitos dessa conquista, e preparou o caminho para a sua reversão. Como explicam Albamonte e Maiello,

> Na Revolução Chinesa de 1949, o processo foi diferente. Como já havia sido demonstrado em 1925-1927, não era possível deter a revolução em uma etapa intermediária (nos termos de Mao, 'a nova democracia'), uma vez que o seu desenvolvimento levava à expropriação da burguesia e à destruição de seu Estado. Contudo, não foi a classe operária, com seu próprio partido revolucionário, que levou adiante as tarefas democrático-burguesas e as ligou com seu próprio programa, mas um partido comunista de base

> camponesa que terminou se aferrando a parte do programa do proletariado. Aqui se apresenta a nós o que talvez seja o aspecto mais importante para avaliar a estratégia da guerra popular prolongada. Na Revolução Chinesa de 1949, não se desenvolveu uma dinâmica 'permanentista' (internacional e nacionalmente) rumo ao comunismo após a tomada do poder, mas, pelo contrário, essa perspectiva foi bloqueada desde o início. Diferentemente da Revolução Russa de 1917, aquele bloqueio não foi resultado da derrota da vanguarda revolucionária, mas das próprias condições do triunfo (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017, p. 394).

O bloqueio da dinâmica ao comunismo foi construído conscientemente através de sua retenção no terreno nacional. O comunismo não pode surgir dentro dos limites dos países atrasados, como em 1949 na China assim como em 1917 na Rússia, pois ele não consiste em uma melhor distribuição da escassez, que ressuscita a luta pela subsistência e, com ela, todos os males da velha sociedade. As revoluções socialistas no terreno nacional, inclusive de países de capitalismo atrasado (possibilidade determinada pelo caráter da época), é que devem servir de alavanca para a expansão internacional das transformações revolucionárias contra a ordem imperialista, como via inescapável para o comunismo. A burocracia que se elevou acima da classe trabalhadora nos estados operários deformados e degenerados que existiam era, em última análise, um produto desta luta pela subsistência resultante do atraso e isolamento. As condições do triunfo de 1949 determinaram o próprio bloqueio da dinâmica expansiva ao comunismo.

Há que dizer que a teoria-programa da Revolução Permanente elaborada por Trótski foi aquela que de maneira científica provou sua correção ao confrontar-se globalmente à teoria do socialismo em um país, que inspirou a burocracia na China como antes havia feito com a burocracia de Moscou. Essa "grande estratégia" da revolução permanente – erguida com o material das elaborações de Marx sobre a Revolução Francesa e a Primavera dos Povos, e que se enriqueceu com a experiência das revoluções na Rússia e na China – não trata apenas da mecânica da revolução nos países atrasados, com a necessária relação entre a revolução democrática e a revolução socialista, mas apresenta uma estratégia global que vincula o início da revolução em escala nacional com o desenvolvimento da revolução internacional e seu coroamento na arena mundial, bem como a conquista do poder com as transformações na economia, na ciência e nos costumes.

Esse horizonte emana da própria realidade mundial, que reatualiza suas características de crises, guerras e revoluções. A atualidade do comunismo nunca foi tão presente, e por sua realização efetiva é que vale a pena lutar. Aceitar a perspectiva das "infalíveis" burocracias operárias como horizonte máximo da organização social humana, ou uma alternativa ao imperialismo norte-americano, assemelha-se a uma profissão de fé pouco criativa, que

diminui dramaticamente a capacidade de entender os processos profundos num fenômeno tão novo e pleno de possibilidades como a da ascensão da China e suas contradições internas no palco mundial.

7.7 Conclusão: um socialismo revolucionário na China do século XXI

É uma curiosa ironia da história que na época que testemunha a maior expansão quantitativa da classe trabalhadora em todo o globo seja a época em que o socialismo se veja como nunca assediado pela campanha cujo objetivo é destituí-lo de seu caráter de classe. Os sustentadores teóricos das burocracias de matriz stalinista concebem os Estados capitalistas dirigidos por regimes bonapartistas como "formações históricas de orientação socialista". Coincidem nesse terreno com a vasta gama de autores pós-modernos – ou pós-estruturalistas como Laclau e Mouffe – para os quais a identidade socialista só pode prosperar na medida em que deixe de ser classista. O paradoxo dessa confluência é que as formulações críticas do pós-modernismo sobre a reformulação do projeto socialista a fim de erradicar o perigo totalitário conclui que o caráter autoritário do marxismo começaria a ser superado justamente quando se afirma a deriva stalinista a nível internacional, momento em que a concepção de democracia passaria a estar despojada de seu caráter de classe (MAIELLO, 2022).

Há urgência em recolocar o problema sobre suas bases reais. Não há socialismo chinês sob a batuta dos traços imperialistas da política de Xi Jinping e do PCCh. Como vimos, Xi representa os novos interesses da burguesia ascendente na China em meio ao contexto global da disputa entre potências. Essa posição foi preparada pelo Partido Comunista Chinês, que restaurou o capitalismo depois de décadas de reformas que objetivavam a edificação da riqueza nacional em base à extração de investimento estrangeiro para a exploração de sua própria força de trabalho. Esse papel do PCCh é explicável pelo curso concreto de sua evolução no século XX, em que deixou de ser um partido operário para se tornar um partido burguês *sui generis*, que transferiu a defesa de seus privilégios no regime de partido único das velhas bases da economia planificada para uma economia fundada na propriedade privada. Esse Estado capitalista em rápida ascensão, com traços imperialistas, distinguiu-se do Ocidente em função das complexas particularidades de sua gênese; a um tempo, incluiu-se no sistema de Estados capitalista para competir nele por nichos de acumulação de capital com as grandes potências. Desenvolveu-se industrial e tecnologicamente, modernizou suas Forças Armadas, e projeta a influência de seu capital em distintas regiões do mundo, embora ainda não possua um coeficiente global de forças capazes de disputar a hegemonia nos assuntos

capitalistas com os Estados Unidos. Vimos como, apesar disso, a China de Xi Jinping só pode justificar sua existência nessa nova etapa em choque direto com os interesses estratégicos do imperialismo norte-americano, tendo como primeira arena de conflito imediata a região da Ásia-Pacífico. A militarização do Mar do Sul da China, as ameaças a Taiwan, a destruição do meio ambiente e a exploração do trabalho nos países de capitalismo atrasado mediante exportação de capitais exibem um quadro completo do caráter ilusório da tese do multilateralismo chinês como alternativa progressista diante da unipolaridade beligerante norte-americana. Diante desse cenário, a classe trabalhadora chinesa poderia representar, na medida em que logre uma fusão de seus segmentos mais organizados e conscientes com a perspectiva do marxismo revolucionário, uma alternativa consequente à perspectiva de desenlaces militares entre as potências por meio de guerras reacionárias em escala superior à da Guerra da Ucrânia.

Essa síntese do percurso da tese objeta qualquer tipo de ceticismo em relação à luta de classes como fator mais importante para o desenvolvimento da história no século XXI. O peso esmagador da classe trabalhadora chinesa no interior da nação, e do proletariado asiático no conjunto da vida social continental (e mundial), é um recordatório importante de que, apesar das enormes mudanças havidas na configuração interna do proletariado do século XXI, o que não mudou é o que qualifica sua força distintiva: a posse das posições estratégicas na produção. O controle dos centros nevrálgicos da produção, da circulação e dos serviços, que condicionam o funcionamento do aparelho vital do capitalismo, torna a classe trabalhadora capaz não apenas de paralisá-lo, mas de reorganizar a sociedade sobre novas bases, mediante a reestruturação das relações de produção em termos socialistas, com a abolição de propriedade privada dos meios de produção e circulação e seu reordenamento democrático a fim de satisfazer as necessidades de toda a sociedade.

> A busca do capital por aumentar os níveis de exploração e debilitar sua força fragmentou a classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo a concentrou em outras atividades (logística, transporte, etc.) e multiplicou suas "posições estratégicas". Tornou-a mais heterogênea, muito mais feminizada, imigrante, multiétnica, dando-lhe uma capacidade de articulação hegemônica potencial muitíssimo maior. Dispersou-a mas estendendo-a a nível global como nunca antes na história. Querendo blindar-se contra a "força operária", o capital se tornou estruturalmente muito mais vulnerável à ação da classe trabalhadora (MAIELLO, 2022, p. 55).

Um pouco desse poder de fogo pôde ser constatado com a greve dos operários da Foxconn em Zhengzhou, que já mencionamos. Na China, a fragmentação da classe trabalhadora ainda preserva acentuado componente de concentração fabril que se viu deteriorado no Ocidente em função da estratégia de deslocalização produtiva da cadeia de

valor. Assim, a greve de alguns dias em uma fábrica com 200 mil operários paralisou a produção de dispositivos celulares da Apple na alta temporada, reduzindo drasticamente o abastecimento global e gerando uma perda de 24% nos lucros da multinacional taiwanesa, com ondas de choque que atingiram a própria Apple. O exemplo dos operários de Zhengzhou deu ignição à rebelião nacional contra os *lockdowns* arbitrários da Covid-zero, fazendo o governo Xi Jinping retroceder das medidas mais rígidas de sua política de confinamento sanitário. Isso responde à capacidade potencial de articulação hegemônica dos trabalhadores sobre os setores oprimidos da população, que necessita de um programa socialista e de um partido revolucionário independente para se desenvolver. O controle das posições estratégicas na logística, na indústria química e petroquímica, nas telecomunicações e nos transportes, se combina com a alta concentração fabril, qualitativamente superior à que os marxistas russos identificavam no país na passagem do século XIX ao século das revoluções e contrarrevoluções. Trata-se de uma significativa vantagem comparativa, o que torna ainda mais importante a reconfiguração do terreno da estratégia socialista para dentro dos marcos classistas.

Naturalmente, o controle dessas posições estratégicas não confere aos trabalhadores um caráter ontologicamente revolucionário. Como dissemos, a fragmentação e a dispersão são utilizados como mecanismos pelas burocracias do Estado para dividir e separar os variados segmentos que compõem o proletariado chinês. Sem isso, a burguesia tutelada pelo Partido Comunista, e o próprio regime bonapartista de Xi Jinping, não poderiam se sustentar. Não obstante, isso não anula o potencial estratégico da articulação hegemônica capaz de dar solução ao problema estrutural das "duas Chinas", e sim complexifica a ordenação dessa articulação para que essa força combinada emerja como sujeito político independente. O enfrentamento ao capitalismo como fator estruturante de uma estratégia que almeje a conquista das tarefas democráticas fundamentais – que na China se encontram incompletos, pela questão da unificação nacional e a obliteração da divisão socio-territorial interna – informa a necessária conjunção da perspectiva do socialismo com a identidade de classe do sujeito potencialmente hegemônico sobre os setores oprimidos que poderiam vencer os mecanismos de cooptação e coerção estatal caso estejam dotados de um programa transicional. Isso implica superar a divisão artificial entre a classe trabalhadora e os movimentos democráticos, integrando-os.

> Do ponto de vista da conquista da hegemonia da classe trabalhadora, o fato de que como classe seus membros se encontrem na intersecção de muitos desses movimentos lhe outorga um potencial hegemônico muito significativo como articuladora de um poder independente capaz de aglutinar

> o povo explorado e oprimido em uma luta revolucionária contra o capitalismo. Ora, os setores específicos da classe trabalhadora que possuem as posições estratégicas, separados do restante da classe – como a juventude precarizada que foi um ator chave em grande parte dos processos do ciclo recente de revoltas (2019-2020) – e dos movimentos, estão condenados à fragmentação e a reivindicar, somente para algumas frações assalariadas, melhoras parciais e provisórias. Mas sem aquela força decisiva das trabalhadoras e dos trabalhadores, os movimentos estudantil, de mulheres, ecologista, dos imigrantes, dos negros, etc., enquanto tais, carecem da força necessária para vencer os capitalistas e seu Estado, e conquistar uma nova ordem social (MAIELLO, 2022, p. 57).

As circunstâncias de um Estado capitalista em rápida ascensão, em choque geopolítico com os Estados Unidos e incorporando as contradições mundiais na mesma medida em que projeta sua força internacionalmente coloca a China na situação de ser moldada pela luta de classes em grau qualitativamente superior ao período pós-1978. Um dos principais desafios postos é a criação de uma força social independente do Partido Comunista Chinês, que desenvolva um programa internacionalista e anti-imperialista, com postura inequívoca contra a política das potências ocidentais, em primeiro lugar dos Estados Unidos. Se se trata de construir um partido socialista revolucionário e internacionalista da classe trabalhadora, os critérios que Lênin resgatou de Engels possuem grata validade. Em "O que fazer?", de 1902, Lênin se refere a Engels para distinguir três níveis de luta: a econômica (trabalhadores contra patrões, que hoje podemos estender a todas as lutas por reivindicações, como as do movimento ambientalista, do movimento de mulheres, das nacionalidades oprimidas, das minorias étnicas, do movimento negro, etc.), a política (quando a luta abrange o nível nacional e estatal), e a teórica (que inclui a luta de ideias, tendências e partidos, mas se baseia em uma compreensão dos fundamentos do marxismo revolucionário através de seus debates nacionais e internacionais).

A evolução da experiência da própria classe trabalhadora internacional e do movimento marxista, com a Revolução Russa, as revoluções e contrarrevoluções que se seguiram, juntamente com o desenvolvimento das burocracias operárias, sindicais, social-democratas e stalinistas, encorajadas pelos mecanismos do Estado integral como a própria resposta da burguesia à luta de classes, colocou um novo plano de luta no terreno das próprias organizações de classe trabalhadora. Trata-se da independência dessas organizações não apenas de todas as alas patronais, mas também do Estado burguês e das burocracias conciliatórias. Como dissemos, a greve em Zhengzhou foi um sintoma de época. Recoloca na cena o sujeito perigoso que o PCCh manteve nas sombras da coerção e da repressão nas últimas décadas com a restauração capitalista na China. O que aconteceria se esse primeiro

episódio se generalizasse, e dos próprios conflitos da luta de classes se temperasse uma nova vanguarda da classe trabalhadora que, recuperando o marxismo como guia para a ação e lutando contra a burocracia estatal pela auto-organização, encontrasse o caminho à aliança hegemônica com os setores oprimidos?

Para isso são pertinentes as reflexões de Gramsci sobre a classe trabalhadora como classe produtora, que desenvolvemos em relação à problemática dos conselhos, da auto-organização e da frente única. O neoliberalismo tratou de negar radicalmente aos trabalhadores a categoria de produtores, atomizando-os no interior de uma aproximação econômica que enfatizava o agente econômico individual sem ancoragem de classe, movido pelo egoísmo e que adquiriria status de ente racional na medida em que percebesse as oportunidades que conseguir maximizar seus lucros com o mínimo esforço (e máxima apropriação da força de trabalho alheia). Pulverizado como um sujeito social a mais dentro das relações de exploração mediadas pela defesa do Estado, os trabalhadores estariam desclassificados como elemento constitutivo fundamental de qualquer grande transformação social, o que devinha uma blindagem adicional ao trabalho das burocracias como organizadoras da hegemonia burguesa no movimento operário. Retomando Gramsci, o trabalhador como produtor é portador potencial de novas relações sociais, uma força que pode abrir caminho a uma forma superior de civilização que organize racionalmente a economia e a vida humanas. Sem esse potencial criador da classe trabalhadora como produtora de novas relações civilizatórias, qualquer perspectiva socialista seria impossível; mais que isso, a própria ideia da revolução não passaria de veleidade utópica. O socialismo revolucionário do século XXI não será feito mediante burocracias estatais portadoras do bloqueio da passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade; e sim através da realocação dos trabalhadores em aliança com todos os setores oprimidos como fundadores de sociedades de novo tipo, para o qual é indispensável sua organização em partido revolucionário, na China e no mundo.

Um socialismo revolucionário na China teria como perspectiva o retorno do horizonte comunista, que só se pode vislumbrar a nível mundial. Não a concepção abstrata do comunismo apresentada pelo filósofo francês Alain Badiou, que ao preservar a ideia do comunismo como motor revolucionário termina por suprimir dela a própria política, que em termos de classe é o único caminho para converter o comunismo em força material viva. Referimo-nos àquela ideia profana de Marx segundo a qual "[…] o comunismo não é um estado que se deve implantar, um ideal ao qual deva sujeitar-se a realidade […] é o movimento real que anula e supera o estado de coisas atual" (MARX, 2016, p. 202). Ensaiando projeções do futuro, os fundadores do socialismo científico sabiam que as

condições materiais para o advento comunista surgiam das próprias entranhas do capitalismo, velha sociedade grávida da nova (mas cujo parto não seria pacífico). Porvir indefinido que deixa tarefas concretas ao presente, a dialética da unidade em tensão entre os fatores temporais moldam por si mesmos a silhueta da associação racional de homens livres numa sociedade sem classes. Muito ilustrativa é a explicação do filósofo francês Emmanuel Barot:

> Em uma palavra, ainda que o comunismo não seja uma intenção ideal abstrata, segue sendo uma intenção. Mas como uma intenção pode ser concreta sem que aquilo para o qual aponta tenha chegado ainda? É evidente, o conceito de comunismo é a unidade de componentes já reais, e de componentes que não são mais que possíveis – ainda que realmente possíveis –: são virtuais sem ser abstratos. O comunismo é ao mesmo tempo o fim apontado e o "movimento real" que conduzirá a este fim (BAROT, 2017, p. 35-36).

A subversão do modo de produção capitalista, e sua subsunção pelo modo de produção comunista, que estabelece com a sociedade anterior traços de continuidade e ruptura[317], encontram na redução do tempo de trabalho socialmente necessário um aspecto incontornável. Permitindo a mulheres e homens a grande conquista do *tempo livre*, a destruição do modo de produção capitalista e seu invólucro político – o Estado burguês – gera as condições para a redução drástica da jornada de trabalho e uma apropriação qualitativamente diferente do mais-trabalho (ou trabalho excedente) antes extraído pelo capital.

Essa redução qualitativa da jornada de trabalho, num primeiro momento distribuindo as funções da produção a todos os homens e mulheres, possibilita a diminuição do tempo de trabalho ao *mínimo indispensável* a todos, e a consequente dedicação de maior tempo social ao desenvolvimento da arte, da ciência e da cultura, possibilitando numa nova escala sem precedentes a expansão de todas as capacidades humanas, até então sufocadas no interior da velha sociedade.

Cumpre dizer que um processo como esse não pode culminar nos limites das fronteiras de um país. O desenvolvimento internacional da revolução, socializando as forças produtivas nos principais centros econômicos do mundo, promove as condições indispensáveis para que se inicie verdadeiramente uma sociedade economicamente harmônica de produtores livremente associados[318]. Quando as forças produtivas das potências mais avançadas

317 "Contra a ideia de um fosso espacial e temporal entre os dois [reinos, da necessidade e da liberdade] que apenas um milagre permitiria franquear, o segundo reino *prossegue* a expansão 'ininterrupta' das forças produtivas que aquele havia iniciado: é neste sentido imanente. Mas há também *ruptura*: o novo reino subverte desde o interior aquele de onde provém, o transcende para uma forma de sociedade superior caracterizada pela capacidade de produzir um mais-trabalho *qualitativamente* novo, ao ser o portador da satisfação das necessidades elementares e das aspirações mais elevadas" (BAROT, 2017, p. 60).

318 Dessa forma Marx entendia a "fase superior do socialismo", ou o comunismo. No primeiro livro d'O Capital, Marx escreve que: "*O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as atividades práticas da vida cotidiana do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e*

coordenarem-se e dividirem as tarefas da produção material sem o empecilho de fronteiras nacionais, que hoje lhes serve de fator de bloqueio, será possível transitar, segundo a máxima conhecida de Marx, "do reino da necessidade para o reino da liberdade".

> O "reino da liberdade" não é o de uma sociedade "perfeita": é aquele ao qual podem levar as "transformações orgânicas" do processo revolucionário. As "forças humanas" não travadas pelo assalariamento reorientam o mais-trabalho em função das necessidades (permanência do reino da necessidade), abolindo tudo aquilo que, neste mais-trabalho, corresponde ao supérfluo e ao nocivo, em proveito de um aumento gradual do tempo livre. O comunismo autêntico é este equilíbrio evolutivo do reino da necessidade ao reino da liberdade, sob o domínio do segundo. Mas a redução da jornada de trabalho é a condição básica. (BAROT, 2017, p. 60).

De uma sociedade na qual, sobre a base de uma planificação racional da produção em função das necessidades sociais, o tempo de trabalho possa ser repartido e reduzido o mínimo, para permitir a realização e o "livre desenvolvimento de cada pessoa", assim como o "livre desenvolvimento de todos".

Essa hipótese está colocada na China do século XXI. A possibilidade de um genuíno socialismo revolucionário na China passa pela superação do "estado de coisas atual", sustentado sobre os pilares do modo de produção capitalista e a selvagem extração de mais-valor, resgatando o melhor que deu a vanguarda do movimento operário e camponês na China. A derrota do proletariado chinês no ciclo de greves que culminou em Tiananmen não confere ao Partido Comunista nenhuma espécie de invulnerabilidade diante de uma nova recuperação subjetiva dos trabalhadores. Trata-se, aqui como sempre, de um trabalho da estratégia na luta de classes, que nem mesmo a era Xi Jinping pode destituir como motor da história.

---

entre estes e a natureza. A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado". (MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I. Rio de Janeiro, 2006: Civilização Brasileira, p. 101).

Referências bibliográficas

ABEGUNRIN, Olayiwola; MANYERUKE, Charity. **China's Power in Africa: A New Global Order**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

ALBAMONTE, Emílio; MAIELLO, Matías. **Estrategia Socialista y Arte Militar**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2017.

ALBERS, Martin. **Britain, France, West Germany and the People's Republic of China, 1969-1982**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

ALLEN, G. **Chinese Views On AI's International Security Implications**. In: Understanding China's AI Strategy, clues to Chinese Strategic Thinking on Artificial Intelligence and National Security. Center for a New American Security, 2019.

ANDERSON, Perry. **Duas Revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDRADE, L. C.; CUNHA, A. M. **A diplomacia do yuan: breves comentários sobre a internacionalização financeira da China (parte I – aspectos teóricos)**. Economia e Tecnologia, v. 23, p. 15-28, out./dez. 2010.

ANDRADE, L. C.; CUNHA, A. M. **A diplomacia do yuan: breves comentários sobre a internacionalização financeira da China (parte II – evidências e conclusões)**. Economia & Tecnologia, Curitiba, v. 24, p. 15-26, jan./mar. 2011.

ANGANG, Hu (et al). **Xi Jinping's New Development Philosophy**. New York: Springer International Publishers, 2018.

BADIOU, Alain. **Petrogrado, Xangai: as Duas Revoluções do Século XX**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BAI, G. **The Dollar Standard and Global Production: The Institutional Origins of the Financial Crisis**. Annual meeting of the American Sociological Association, San Francisco, Agosto, 2012.

BARYSCH, Katinka. **Embracing the Dragon: the EU's Partnership with China**. Centre for European Reform, Maio de 2005. Disponível em: https://www.cer.org.uk/publications/archive/report/2005/embracing-dragon-eus-partnership-china.

BAROT, Emmanuel. **Marx en el País de los Soviets: o los Dos Rostros del Comunismo**. Buenos Aires: IPS, 2017.

BERRINGUER, T., BELASQUES, B. **As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva**. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020, p. 151-173.

BENCIVELLI, Lorenzo; TONELLI, Flavia. **China's International Projection in the Xi Jinping Era: an Economic Perspective**. New York: Springer International Publishers, 2020.

BITZINGER, Richard; CHAR, James. **Reshaping the Chinese Military: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era**. New York: Routledge, 2019.

BOLT, Paul; CROSS, Sharyl. **China, Russia and Twenty-First Century Global Geopolitics**. London: Oxford University Press, 2018.

BOORMAN, H; BOORMAN, S. **Chinese Communist Insurgent Warfare, 1935-49**. Political Science Quarterly, Vol. 81, No. 2 (Jun., 1966), pp. 171-195.

BOUGON, François. **Inside the Mind of Xi Jinping**. London: Hurst & Company, 2018.

BREZNITZ, Dan; MURPHREE, Michael. **Run of the Red Queen: Government, Innovation, Globalization and Economic Growth in China**. New Haven: Yale University Press, 2011.

BRODEGAARD, Kjeld Erik; ZHENG, Yongnian. **The Chinese Communist Party in Reform**. New York: Routledge, 2006.

BROWN, Kerry. **CEO, China: The Rise of Xi Jinping**. London: I.B.Tauris, 2016.

BROWN, Kerry. **China's World: What Does China Want?** London: I.B.Tauris, 2017.

BROWN, Kerry. **The World According to Xi**. London: I.B.Tauris, 2018.

BUSH, Richard. **The Perils of Proximity: China-Japan Security Relations**. Washington: Brookings Institution Press, 2010.

CALVINO, Italo. **O Visconde partido ao meio**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

CASARINI, Nicola. **Remaking Global Order: the Evolution of Europe-China Relations and its Implications for East Asia and the United States**. New York: Oxford University Press, 2009.

CHAN, Anita. **A "Race To the Bottom": Globalization and China's labor standards**. China Perspectives, Nº 46, março-abril, 2003.

CHAN, Anita. **Labor Standards and Human Rights: The Case of Chinese Workers under Market Socialism**. The Johns Hopkins University Press: Human Rights Quarterly, Vol. 20, No. 4 (1998), pp. 886-904.

CHAN, Anita. **China's Workers Under Assault: the Exploitation of Labor in a Globalizing Economy**. New York: M. E. Sharpe, 2001.

CHAN, Alfred. **Xi Jinping: Political Career, Governance and Leadership, 1953-2018**. London: Oxford University Press, 2022.

CHAN, Jenny; SELDEN, Mark; NGAI, Pun. **Dying for an iPhone: Apple, Foxconn and the Lives of China's Workers**. Chicago: Haymarket Books, 2020.

CHAR, James. **Chinese Civil-Military Relations: Xi Jinping's Anti-Corruption Campaign and the People's Liberation Army**. In: **Reshaping the Chinese Military: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era**. New York: Routledge, 2019, p. 9-44.

CHEN, J. Y. **Platform Economies: The Boss's Old and New Clothes**. Dog Days: Made in China Yearbook. ANU Press, 2018.

CHENG-HIN LIM, Alvin; CIBULKA, Frank. **China and Southeast Asia in the Xi Jinping Era.** London: Lexington Books, 2019.

CHIN, G.; YONG, W. **China debates: the dollar system and beyond**. In: SUBACCHI, P.; DRIFFILL, J. (Eds.). Beyond the dollar: rethinking the International Monetary System. Londres: Royal Institute of International Affairs, 2010.

CHINA LABOR WATCH. "**iPhone 11 Illegally Produced in China**", setembro de 2019. Disponível em: http://www.chinalaborwatch.org/upfile/2019_09_06/Zhengzhou%20Foxconn%20English%2009.06.pdf (acessado em 05/06/2020).

CHINA LABOUR BULLETIN. **Going It Alone: The Workers' Movement in China** (2007-2008).

CHINGO, Juan. **Mitos y realidades de la China actual**. Estrategia Internacional. n. 21, 2004. Disponível em: http://www.ft.org.ar/estrategia/ei21/EI21Mitos.htm. (Acessado em: 15/02/2020).

CHU, Yin-wah. SO, Alvin. **State Neoliberalism: The Chinese Road to Capitalism**. In: **Chinese Capitalisms: Historical Emergence and Political Implications**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

CHUN, C. K. **Agrarian Unrest and the Civil War in China**. Land Economics, Vol. 26, No. 1 (Fev. 1950), pp. 17-26.

CLIFF, Roger. **China's Military Power: Assessing Current and Future Capabilities**. New York: Cambridge University Press, 2015.

COHEN, B. **The yuan tomorrow? Evaluating China's currency internationalization strategy**. New Political Economy, 2012. Disponível em: <http://www.polsci.ucsb.edu/faculty/cohen/recent/pdfs/New_Pol_Econ_2012_article.pdf>.

CORDESMAN, A. BURKE, A. MOLOT, M. **China's Changing Manufacturing Base and Trade Patterns**. In: **China and the U.S.: Cooperation, Competition and/or Conflict An Experimental Assessment**. Center for Strategic and International Studies, 2019.

DAL MASO, Juan. **El marxismo de Gramsci: Notas de Lectura sobre los Cuadernos de la Cárcel**. Buenos Aires: IPS, 2016.

DAL MASO, Juan. **Hegemonia y Lucha de Clases: Tres Ensayos sobre Trotsky, Gramsci y el marxismo**. Buenos Aires: IPS, 2018.

DEUTCH, J. **Is Innovation China's New Great Leap Forward?** Issues in Science and Technology. Vol. 34, No. 4, 2018, pp. 37-47.

DICK, Patrícia Paloschi. **A parceria estratégica entre Brasil e China: a contribuição da política externa brasileira (1995-2005)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

DICKSON, Bruce. **The Dictator's Dilemma: the Chinese Communist Party's Strategy for Survival**. London: Oxford University Press, 2016.

DICKSON, Bruce. **Wealth into Power: The Communist Party's Embrace of China's Private Sector**. New York: Cambridge University Press, 2008.

DILLON, Michael. **China in the Age of Xi Jinping**. New York: Routledge, 2021.

DING, Arthur. **The People's Liberation's Army and China's Taiwan Policy Under Xi Jinping: One Joint Actor Without Its Own Agenda**. In: **Reshaping the Chinese Military: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era**. New York: Routledge, 2019, p. 45-65.

DORSEY, James. **China and the Middle East: Venturing into the Maelstrom**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

EICHENGREEN, B. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

EHTESHAMI, Anoushiravan; HORESH, Niv. **How China's Rise is Challenging the Middle East**. New York: Routledge, 2020.

ERNANI T.T.F.; POSE, M. **A internacionalização da moeda chinesa: disputa hegemônica ou estratégia defensiva?** Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, p. 1-23, out.2017.

ERNST, D. **Contrasting America's and China's Different AI Development Trajectories**. In: Competing in Artificial Intelligence Chips: China's Challenge amid Technology War. Centre for International Governance Innovation, 2020.

ERNST, D. **What's Happening in China's AI Chip Industry?** In: Competing in Artificial Intelligence Chips: China's Challenge amid Technology War. Centre for International Governance Innovation, 2020.

ESTLUND, Cynthia. **A New Deal for China's Workers?** Massachusetts: Harvard University Press, 2017.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: A New History**. Massachusetts: Harvard University Press, 2006.

FANG, X. **On the Strategy and Practice of Hi-Tech Industrial Development of China**. Center for Strategic and International Studies, 2020.

FENG, Huiyun; HE, Kai. **US-China Competition and the South China Sea Disputes**. New York: Routledge, 2018.

FREEDMAN, Lawrence. **Strategy: a History**. London: Oxford University Press, 2013.

FRIEDMAN, Eli. **Insurgency Trap: Labor Politics in Postsocialist China**. New York: Cornell University Press, 2014.

FRIEDMAN, Eli; ZHONGJIN, Li; HAO, Ren. **China on Strike: Narratives of Worker's Resistance**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

FRIEDMAN, Eli. **Collective Bargaining in China is Dead: The Situation is Excellent**. In: Gilded Age. ANU Press, 2017.

FULDA, Andreas. **The Struggle for Democracy in Mainland China, Taiwan, and Hong Kong: Sharp Power and its Discontents**. New York: Routledge, 2020.

GANG, Fang. **How to View the Problems in China´s Economy?** China & World Economy Number 5, 2002.

GARNAUT, Roger (et al.). **China's New Strategy for Long-Term Growth and Development.** 2016, disponível em: https://cpb-ap-se2.wpmucdn.com/blogs.unimelb.edu.au/dist/a/142/files/2016/01/RebalancingAndSustainingGrowthInChina-chapter01-2013-1pnz947.pdf (Acessado em 27/8/2020)

GEWIRTZ, Julian. **Parceiros improváveis: reformistas chineses, economistas ocidentais e a formação da China global**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

GILES, J. (et al.). **How Has Economic Restructuring Affected China's Urban Workers?** The China Quarterly, No. 185 (Março 2006), p. 61-95.

GILL, Bates. **Daring to Struggle: China's Global Ambitions Under Xi Jinping**. London: Oxford University Press, 2022.

GORE, Lance. **The Chinese Communist Party and China's Capitalist Revolution: the Political Impact of the Market**. New York: Routledge, 2011.

HAMMER, Alexander. **Exporting U.S. Innovative Capacity to China? A Case Study of Semiconductor Manufacturing Equipment**. In: China's Uneven High-Tech Drive. Center for Strategic and International Studies, 2020.

HART-LANDSBERG, M. **The Chinese Reform Experience: A Critical Assessment**. Review of Radical Political Economics 43(1): 56–76, 2011.

HASSANALI, Mehran; QUINTYN, Marc. **Reformas do setor financeiro da China**. FMI: Finanças & Desenvolvimento, 1996.

HATHAWAY, David; LOZADA, Patrick. **Autonomous Vehicles with Chinese Characteristics**. In: China's Uneven High-Tech Drive. Center for Strategic and International Studies, 2020.

HE, A. **Domestic sources and RMB internationalization: a unique journey to a major globalcurrency**. CIGI Papers, n. 67, maio de 2015. Disponível em: <https://www.cigionline.org/sites/default/files/cigi_paper_no67.pdf>.

HE, F; PAN, X. **China's Trade Negotiation Strategies Matters of growth and regional economic integration**. In: China's Domestic Transformation in a Global Context. ANU Press 2015.

HERSHATTER, Gail. **The Politics of Prejudice: Subei People in Republican Shanghai**. Modern China 15, no.3, 1989, pp. 259-62.

HERSHATTER, Gail. **The Workers of Tianjin, 1900-1949**. Stanford: California, 1986.

HINTON, W. **Fanshen: A Documentary of Revolution in a Chinese Village.** Berkeley: University of California Press, 1966.

CHENG, Hong (et al.). **The Rise of Robots in China**. In: The Journal of Economic Perspectives, Vol. 33, No. 2 (Spring 2019), pp. 71-88.

GOGOL, Nikolai. **Teatro Completo**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Volume 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Volume 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos (2 Volumes)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HAN, Feizi. **Basic Writings: Translations from the Asian Classics**. New York: Basic Books, 2003.

HONIG, Emily. **Sisters and Strangers: Women in the Shanghai Cotton Mills, 1911-1949**. Stanford: California, 1986.

HOWARTH, Peter. **China's Rising Sea Power: the PLA Navy's Submarine Challenge**. New York: Routledge, 2006.

HUANG, Y. **Robot Threat or Robot Dividend? A Struggle between Two Lines**. ANU Press, 2018.

HUDSON, James (et al.). **Workers in Post-Socialist China: Shattered Rice Bowls, Fragmented Subjectivities**. In: Chinese Capitalisms: Historical Emergence and Political Implications. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

HUNG, Ho-fung. **America'a head servant? The PRC's dilemma in the global crisis**. New Left Review 60, p. 5-25, 2009.

HUNG, Ho-fung. **The China Boom: Why China Will Not Rule the World**. New York: Columbia University Press, 2015.

JABBOUR, Elias; GABRIELLE, Alberto. **China: Socialismo do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HUANG, Jing. **Xi Jinping's Taiwan Policy: Boxing Taiwan In with the One-China Framework**. In: **Taiwan and China: Fitful Embrace**. California: University of California Press, 2017.

KENNEDY, Scott. **Touching the Elephant: Explaining Patterns of China's Innovation**. In: China's Uneven High-Tech Drive. Center for Strategic and International Studies, 2020.

KISSINGER, Henry. **On China**. New York: Penguin Books, 2010.

KOMESAROFF, M. **Make the Foreign Serve China: How Foreign Science and Technology Helped China Dominate Global Metallurgical Industries**. Strategic and International Studies, 2017.

KOSS, Daniel. **Where the Party Rules: the Rank and File of China's Communist State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LAHTINEN, Anja. **China's Diplomacy and Economic Activities in Africa: Relations on the Move**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

LARDY, Nicholas. **Markets over Mao: The Rise of Private Business in China**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2014.

LARDY, Nicholas. **China's Unfinished Economic Revolution**. Washington DC: Brookings Institution Press, 1998.

LARDY, Nicholas. **The State Strikes Back: The End of Economic Reform in China?** Washington: Peterson Institute for International Economics, 2019.

LEE, Ching Kwan. **Against the Law: Labor Protests in China's Rustbelt and Sunbelt**. Los Angeles: University of California Press, 2007.

LEE, Ching Kwan. **The Social Question as the Struggle over Precarity: The Case of China**. In: The Social Question in the Twenty-First Century. University of California Press, 2018.

LEE, Ching Kwan. **Working in China: Ethnographies of Labor and Work Transformation**. New York: Routledge, 2017.

LEE, Lai To. **Chinese People's Diplomacy and Developmental Relations with East Asia: Trends in the Xi Jinping Era**. New York: Routledge, 2020.

LÊNIN, Vladimir. **A Situação Internacional da República Soviética da Rússia e as Tarefas Fundamentais da Revolução Socialista**, disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm, (Acessado em 16/1/2020).

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: Obras Escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

LÊNIN, Vladimir. **Sobre las Huelgas**. In: TRÓTSKI, Leon. **Los Sindicatos y las Tareas de los Revolucionarios**. Buenos Aires: IPS, 2010.

LEUNG, Parry. **Labor Activists and the New Working Class in China: Strike Leaders' Struggles**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

LEVINE, S. **A New Look at American Mediation in the Chinese Civil War: The Marshall Mission and Manchuria**. Diplomatic History, Vol. 3, No. 4 (Outono 1979), pp. 349-375.

LEW, Christopher. **The Third Chinese Revolutionary Civil War, 1945-49: an Analysis of Communist Strategy and Leadership**. New York: Routledge, 2014.

LEWIS, J. **Artificial Intelligence and China's Unstoppable Global Rise: A Skeptical Look**. In: Artificial Intelligence, China, Russia, and the Global Order. Alabama: Air University Press, 2019.

LEWIS, J; HANSEN, S. **China's cyberpower: international and domestic priorities**. Australian Strategic Policy Institute, 2014.

LI, Minqi. **China and the Twenty-First-Century Crisis**. London: Pluto Press, 2016.

LI, Kunwang; JIANG, Wei. **China's foreign trade: Reform, performance and contribution to economic growth**. In: **China's 40 Years of Reform and Development: 1978–2018** (Garnaut et al., orgs.). Sydney: Australian University Press, 2018.

LIN, Jake. **Chinese Politics and Labor Movement**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

ZHANG, Liqing (et al.). **The effects of financial sector opening on financial constraints in China**. In: "The Chinese Economic Transformation", Ligang Song et al. (orgs). ANU Press, 2019.

LIU, H. Y. **Migrant Workers in the Digital Market: China's Platform Economy**. Disponível em: https://www.m3dialogue.com/chinas-platform-economy (Acessado 7/7/2020).

LOSURDO, Domenico. **Has China Turned to Capitalism?—Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism**. Routledge, International Critical Thought, Volume 7, março de 2016, p. 15-31. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21598282.2017.1287585?journalCode=rict20 .

LOONG-YU, Au. **Hong Kong em Revolta: a Batalha nas Ruas e o Futuro da China**. São Paulo: Editora Sundermann, 2022.

LU, X. **Artificial Intelligence: A Resurrection of Indigenous Innovation Policy**. Center for Strategic and International Studies, 2020.

LUCEV, Josip. **Systemic Cycle and Institutional Change: Labor Markets in the USA, Germany and China**. London: Palgrave Macmillan, 2021.

LUKIN, Alexander. **China and Russia: the New Rapprochement**. Cambridge: Polity Press, 2018.

MAHBUBANI, Kishore. **Has China Won? The Chinese Challenge to American Primacy**. New York: Public Affairs, 2020.

MAIELLO, Matías. **De la Revuelta a la Revolución: Debates sobre la Perspectiva Socialista en el Siglo XXI**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2022.

MAJEROWICZ, Esther; PARANÁ, Edemilson (orgs.). **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MAJEROWICZ, Esther. **Do campesinato ao exército industrial de reserva: proletarização e determinação salarial na China**. In: **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MAJEROWICZ, Esther. A disputa sino-estadunidense nas tecnologias da informação e comunicação. In: **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

MARX, Karl. **A revolução na China e na Europa.** New York Daily Tribune, 1853. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre a China**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse: Esboços da Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política (Volume I)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATOS, Gregório de. **Poemas Escolhidos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

McCAULEY, R. **Renminbi internationalization and China's financial development**. BIS Quarterly Review, dezembro 2011.

McGREGOR, Richard. **Xi Jinping: the Backlash**. New York: Penguin Books, 2019.

McGREGOR, Richard. **The Party: the Secret World of China's Communist Rulers**. New York: Harper Collins, 2010.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MEISNER, Maurice. **Mao Zedong: a Political and Intellectual Portrait**. Cambridge: Polity Press, 2006.

MÜHLHAHN, Klaus. **Making China Modern: From the Great Qing to Xi Jinping**. Massachusetts: Harvard University Press, 2019.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy, Transitions and Growth**. Cambridge: MIT Press, 2007.

NOGUEIRA, Isabella; QI, Hao. **Estado e burguesia nacional na China: do grande compromisso à aliança tensa**. In: **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

NONNENBERG, Marcelo. **China: estabilidade e crescimento econômico**. Brazilian Journal of Political Economy, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002 (Acessado em 16/4/2020).

O'BRIEN, Patrick. **The Economies of Imperial China and Western Europe: Debating the Great Divergence**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

PEJSOVA, E. **Intangible technology transfers in EU-China relations**. In: Guns, Engines and Turbines: The EU's Hard Power In Asia. European Union Institute for Security Studies (EUISS), 2018.

PEPPER, S. **The Student Movement and the Chinese Civil War, 1945-49**. The China Quarterly, No. 48 (Out. - Dez., 1971), pp. 698-735.

PERRY, Elizabeth. **Labor's Love Lost: Worker Militancy in Communist China**. International Labor and Working-Class History 50, 1996.

PERRY, Elizabeth. **Labor Unrest in China, 1831-1990**. Review (Fernand Braudel Center), Vol. 18, No. 1, Labor Unrest in the World-Economy, 1870–1990 (Winter, 1995), pp. 69-86.

PERRY, Elizabeth. **Shanghai on Strike: The Politics of Chinese Labor**. California: Stanford University Press, 1993.

PETRAS, James. **China: Rise, Fall And Re-Emergence As A Global Power: Some Lessons From The Past**. Countercurrents. 7 de março de 2012. Disponível em: https://www.countercurrents.org/petras070312.htm. Acessado em: 12/10/2020.

PIERANNI, Simone. **China 1989: Los manifestantes, el Partido y la matanza de Beijing**. Revista Sin Permiso. Disponível em: http://www.sinpermiso.info/textos/china-1989-los-manifestantes-el-partido-y-la-matanza-de-beijing.

POCH-DE-FELIU, Rafael. **La Actualidad de China: un Mundo en Crisis, una Sociedad en Gestación**. Barcelona: Editorial Crítica, 2009.

PRASAD, E. **China's effort to expand the international use of the renminbi**. U.S. China Economic and Review Commission, 2016.

PUN, Ngai. **China's Infrastructural Capitalism: The Making of a Chinese Working Class**. Positions Politics, 28/04/2022. Disponível em: https://positionspolitics.org/pun-ngai-chinas-infrastructural-capitalism-the-making-of-a-chinese-working-class/.

RABELAIS, François. **Gargântua e Pantagruel**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2009.

RAN, Li (et al.). **Consequences of China's Opening to Foreign Banks**. In: "China's Domestic Transformation in a Global Context", ANU Press, 2015.

RASSER, M. (et al.). **Lead in Research & Development**. In: The American AI Century, a Blueprint for Action. Center for a New American Security, 2019.

RIBEIRO, Valéria. **A expansão chinesa recente: Estado, capital e acumulação em escala global**. In: **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ROZELLE, Scott; HELL, Natalie. **Invisible China: How the Urban-Rural Divide Threatens China's Rise**. Chicago: Chigago University Press, 2020.

ROSENBERG, N. **Inside the Black Box: Technology and Economics**. London: Cambridge University Press, 1983.

SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. **O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha**. Rio Grande do Sul: Clube de Literatura Clássica, 2021.

SAUNDERS, Phillip; BOWIE, Julia. **US-China Military Relations: Competition and Cooperation in the Obama and Trump Eras**. In: **Reshaping the Chinese Military: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era**. New York: Routledge, 2019, p. 88-108.

SEGAL, S; GERSTEL, D. **China's Strategy to Become an Innovation Leader**. In: Research Collaboration in an Era of Strategic Competition. Center for Strategic and International Studies, 2019.

SELDEN, M. **The People's Republic of China: a documentary history of revolutionary change**. New York: 1979.

SELDEN, M. **The Political Economy of Chinese Development**. New York: M. E. Sharpe, 1993.

SERGE, V. **O Ano 1 da Revolução Russa**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SERGER, S; BREIDNE, M. **China's Fifteen-Year Plan for Science and Technology: An Assessment**. Asia Policy, No. 4, julho-2007, p. 135-164.

SHEEHAN, Matt. **China Technology 2025: Fragile Tech Superpower**. Disponível em https://macropolo.org/analysis/china-technology-forecast-2025-fragile-tech-superpower/. (Acessado em 26/10/2020).

SHERMAN, J. **Why U.S.-China AI Competition Matters**. In: Reframing the U.S.-China AI "Arms Race". New America, 2019.

SHAMBAUGH, David. **China and the World**. London: Oxford Univeristy Press, 2020.

SHIH, Victor. **China's Credit Conundrum**. In: New Left Review, Número 115 (Janeiro-Fevereiro de 2019). Disponível em: https://newleftreview.org/issues/ii115/articles/victor-shih-china-s-credit-conundrum (Acessado em 11/9/2019).

SHOFIELD, C. **Dangerous ground: A geopolitical overview of the South China Sea**. In S. Baterman & R. Emmers (Eds.), **Security and International Politics in the South China Sea: Towards a Cooperative Management Regime**. London: Routledge, 2009.

SIU, Kaxton. **From Dormitory System to Conciliatory Despotism: Changing Labour Regimes in Chinese Factories**. In: Gilded Age. ANU Press, 2018.

SIU, Kaxton. **Labor and Domination: Worker Control in a Chinese Factory**. Politics & Society. 2017, Vol. 45(4) 533–557.

SIU, Kaxton. **Chinese Migrant Workers and Employer Domination: Comparisons with Hong Kong and Vietnam**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016.

SO, Alvin. **Class and Class Conflict in Post-Socialist China**. Cingapura: World Scientific, 2013.

SPENCE, Jonathan. **Em Busca da China Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUN, Tzu. **A arte da guerra**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

SUTTER, Robert G. **US-China Relations: Perilous Past, Uncertain Future**. London: Rowman&Littlefield, 2018.

SWIDER, Sarah. **Building China: Informal Work and the New Precariat**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2015.

TANNER, Harold. **China: a History**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2009.

TRÓTSKI, Leon. **Stalin, el Gran Organizador de Derrotas: la III Internacional Después de Lenin**. Buenos Aires: IPS, 2012.

TRÓTSKI, Leon. **La Revolución Traicionada y Otros Escritos**. Buenos Aires: IPS, 2014.

TRÓTSKI, Leon. **Naturaleza y Dinámica del Capitalismo y la Economía de Transición**. Buenos Aires: IPS, 1999.

TRÓTSKI, Leon. **Historia de la Revolución Rusa**. Buenos Aires: IPS, 2017.

TRÓTSKI, Leon. **A Palavra de Ordem da Assembleia Nacional na China**. Originalmente publicado em junho de 1930. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/04/02.htm.

TRÓTSKI, Leon. **Problemas da Revolução Italiana**. Originalmente publicado em maio de 1930. Disponível em: https://ceip.org.ar/Problemas-de-la-Revolucion-Italiana-780.

TRÓTSKI, Leon. **1905**. Buenos Aires: IPS, 2006.

TRÓTSKI, Leon. **La Lucha contra el Fascismo en Alemania**. Buenos Aires: IPS, 2013.

TSANG, Steve; HONGHUA, Men. **China in the Xi Jinping Era**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

TURCSÁNYI, Richard. **Chinese Assertiveness in the South China Sea: Power Sources, Domestic Politics, and Reactive Foreign Policy**. New York: Springer International Publishing, 2018.

VOGEL, Ezra. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

WANG, F. **Organizing Through Division and Exclusion: China's Hukou System**. California: Stanford University Press, 2005.

WANG, Robin. **Chinese Philosophy in an Era of Globalization**. New York: State University of New York Press, 2004.

WEI, S, -J; XIE, Z; ZHANG, X. **China's Transition to a More Innovative Economy: Progress and Challenges**. In: China's New Sources of Economic Growth. ANU Press, 2018.

WIJK, Rob. **Power Politics: How China and Russia Reshape the World**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

WEDEMAN, Andrew. **From Mao to Market: Rent Seeking, Local Protectionism, and Marketization in China**. New York: Cambridge University Press, 2003.

WEDEMAN, Andrew. **Double Paradox: Rapid Growth and Rising Corruption in China**. New York: Cornell University Press, 2012.

WHARTON BUSINESS SCHOOL. **China in 2015: Gauging the new normal**. Philadelphia: University of Pennsylvania. Disponível em: knowledge.wharton.upenn.edu/article/gaging-the-new-normal-in-china/. (Acessado em 21/05/2020).

WORLD BANK. **Foreign direct investment: The China story**. Washington, DC: The World Bank, 2010. Disponível em: www.worldbank.org/en/ news/feature/2010/07/16/foreign-direct-investment-china-story. Acessado em 21/05/2020.

XIAONONG, Cheng. **Decision and Miscarriage: Radical Price Reform in the Summer of 1988**. In: Decision-making in Deng's China: Perspectives from Insiders. New York: M.E. Sharpe, 1995.

XI, Jinping. **The Governance of China [English version]**. Beijing: Foreign Languages Press, 2014.

XI, Jinping. **Push Forward Healthy Development of Our Country's New Generation of AI**. Xinhua, Outubro de 2018.

XINHUA. **China's robotics industry forges ahead to brighter future**. Agosto de 2019. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-08/25/c_138337432.htm (acessado 26/05/2020).

XU, Z; CHEN, Y; LI, M. **Are Chinese Workers Paid the Correct Wages? Measuring Wage Underpayment in the Chinese Industrial Sector, 2005–2010**. Review of Radical Political Economics, 2011. Disponível: http://rrp.sagepub.com/content/early/2014/08/20/0486613414542780.abstract. (Acessado em 23/5/2020).

XUE, H. **Local Strategies of Labor Control: A Case Study of Three Electronics Factories in China**. International Labor and Working-Class History. No. 73, Labor in a Changing China, 2008.

YANG, C; YANG, L. **A Survey of the Magnitude of the Rural Workers' Migration in Contemporary China**. Chinese Sociology, 2010. http://www.sociology2010.cass.cn/news/131900.htm.

YIN-WAH, Chu. **Chinese Capitalisms: Historical Emergence and Political Implications**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

YOU-TIEN, Hsing; LEE, Ching Kwan. **Reclaiming Chinese Society: The New Social Activism**. New York: Routledge, 2010.

YOU, Ji. **A Worsening Sino-US Geoestrategic Battle in Asian Maritime Domains**. In: **Reshaping the Chinese Military: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era**. New York: Routledge, 2019, p. 66-87.

YU, H. **The Destiny of Web Platform Workers in China: Employees, Nothing or a "Third Option"?** Japan Labor Issues, 2(8), Agosto-Setembro de 2018, pp. 92-100.

YUAN, Jingdong. **PLA Perspectives on National Security: Institutional Interests and Party-Military Relations Under Xi**. In: **Reshaping the Chinese Military: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era**. New York: Routledge, 2019, p. 109-142.

ZENG, G; LIEFNER, I; SI, Y. **The Role of High-Tech Parks in China's Regional Economy: Empirical Evidence from the IC Industry in the Zhangjiang High-Tech Park**, Shanghai. Bd. 65, H. 1 (Janeiro-Março 2011), pp. 43-53.

ZENGYI, Xie. **Labor Law in China: Progress and Challenges**. New York: Springer International Publishers, 2015.

ZHAI, Q. **Great Power Conflict and the Chinese Civil War**. Reviews in American History, Vol. 23, No. 3 (Setembro 1995), pp. 516-520.

ZHAO, Zhiyun; YANG, Chaofeng. **An Empirical Study of China's High-Tech Industry Innovation Capability in Transition**. In: Rebalancing and Sustaining Growth in China. ANU Press, 2011.

ZOU, M. **The Regulatory Challenges of 'Uberization' in China: Classifying Ride-Hailing Drivers**. International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations, 2017, Vol. 33, No. 2, pp. 269-294.

ZEDONG, Mao. **Speech at Moscow Celebration Meeting**. 6 de Novembro de 1957, disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-7/mswv7_479.htm.